

# REVISTA

DO

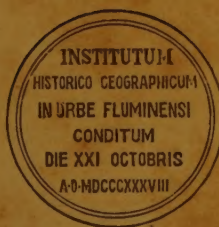
## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 172

1937

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.



1939

RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL



# REVISTA

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

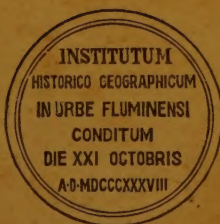
FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 172

1937

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.



1939

RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL







I

FOLCLORE EM VERSO E FOLCLORE EM PROSA



---

*Insere este volume da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" o magistral trabalho de seu sócio, sr. Basilio de Magalhães sobre o "Folclore no Brasil", com uma valiosa contribuição do sr. J. da Silva Campos.*

*A importância do assunto e o cuidado que mereceu do sr. Basilio de Magalhães constituem a melhor recomendação do volume.*

---





---

---

# I

## a) Folclore em verso

Inventariando-se a matéria prima, em verso e prosa, do folclore pátrio, até agora vinda a lume, — ter-se-á, desde logo, idéia nítida da valia inestimável da contribuição que ora lhe traz o dr. João da Silva Campos.

Muito mais opulento do que o nosso novelário popular é o escrínio rimado tradicional, mesmo assim ainda mal coordenado.

Apesar dos artigos com que Celso de Magalhães (1), em 1873, e José de Alencar (2), em 1874, iniciaram o estudo das produções

---

(1) Apareceram com o título "A poesia popular brasileira", no periódico "O Trabalho", do Recife, dirigido por Antonio de Sousa Pinto e Generino dos Santos. Em 1877, ainda publicou Celso de Magalhães outros artigos sob a epígrafe "Estudos sobre a poesia popular brasileira", na "Revista Nacional de Ciência, Arte e Letras" (ns. 3 e 4) de São-Paulo, dirigida por Antonio Carlos e Inglez de Sousa. Já antes, em 1870, nos seus "Versos", manifestara pendor para as tradições pátrias, como o atesta o poemeto "Os calhambolas". Formoso talento, o literato maranhense também deixou um "romance brasileiro", filiado à escola realista, "Um estudo de temperamento", que infelizmente ficou incompleto nas páginas da "Revista Brasileira" (1881, IX e X).

(2) Consta-me que saíram no "Globo", jornal aqui editado sob a direção de Salvador de Mendonça, Quintino Bocayuva e outros, e que durou de 1874 a 1878. Reuniu-os Alencar em pequeno volume com o título "O nosso can-

poéticas do nosso povo, — só em 1883, e estimulado, certamente, pelo vigoroso movimento que se operava então em Portugal no aranhol da mitografia, foi que Silvio Romero (3) lançou à publicidade os *Cantos populares do Brasil*, primeira e até hoje única tentativa de organização de um nosso cancioneiro geral.

Embora em campo mais restrito, acompanharam-n-o Valle Cabral (4), que deixou disperso nas páginas da “Gazeta Literária” (Rio-de-Janeiro, 1883-1884) um deficiente cancioneiro baiano, e

---

cioneiro — Série de cartas a um amigo” (1874), conforme afirma Blake, pois nunca o vi. Segundo a “Bibliografia” (pág. XIX) de “José de Alencar” (col. “Áurea”, Rio, 1922), “O novo cancioneiro — Cartas a um amigo” saiu no jornal “A República”, em 1874. Aí, entretanto, não se fala em publicação à parte.

(3) Primeira edição: — “Cantos populares do Brasil — Acompanhados de introdução e notas comprobativas por Theophilo Braga” (Lisboa, 1883), em 2 vols.; segunda edição, “melhorada”: — “Folclore brasileiro — Cantos populares do Brasil” (Rio-São-Paulo, Alves & C., 1897), em 1 vol. A publicação feita em Portugal não agradou a Silvio Romero, que, por causa do arranjo e anotações de Teófilo Braga, contra este lançou o opúsculo “Uma expertise!...” (Rio-de-Janeiro, 1887). Só treze anos depois foi que o consagrado polígrafo lusitano revidou a esse desabrido ataque, por meio de longa carta dirigida a Fran Paxeco e que vem às págs. 151-198 do livro deste, “O sr. Silvio Romero e a literatura portuguesa” (Maranhão, 1900), deixando patente a sem razão e as injustiças para com ele praticadas pelo ilustre sergipano. Silvio Romero ainda escreveu: “Estudos sobre a poesia popular no Brasil” (1888) e tres interessantes artigos, intitulados “Novas contribuições para o folclore brasileiro”, que saíram na “Revista da Academia Brasileira de Letras” (n. 2, 353-369; n. 4, 292-305; e n. 7, 57-69), em todos os quais reuniu novos elementos para enriquecer o nosso cancioneiro popular.

(4) Além das “Canções populares da Baía” (“Gazeta Literaria”, 217-223, 257-259, 315-318 e 417-422), inseriu Valle Cabral, na mesma revista (págs. 345-352), preciosas “Acheegas ao estudos do folclore brasileiro”. Foram também estampados nela dois escritos dignos de nota: — “Cantos populares do Ceará — A propósito do livro do sr. Silvio Romero” (238-241 e 305-306), de Araripe Junior; e “Notas ao *Folclore brasileiro* do sr. Valle Cabral” (400-401), de M. S., isto é, Macedo Soares. Veiu, finalmente, ali, até à letra C, o “Glossário brasileiro”, de Beaurepaire-Rohan, que este aproveitou no seu “Dicionário de vocábulos brasileiros”, editado em 1889 e já pouco vulgar hoje em dia.



Mello Moraes Filho (5), que, além de inserir algumas poesias populares, peculiares do norte, no seu “Parnaso Brasileiro” (1885, volume II, págs. 457-507), assim como poemetos e trovas do nosso folclore no seu desenvolvido volume sobre as “Festas e tradições populares do Brasil”, onde enfeixou anteriores ensaios, e de poetizar algumas das nossas lendas indígenas, mais especialmente se preocupou com os *calons*, cujo rimário agasalhou em dois opúsculos, “Cancioneiro dos ciganos — Poesia popular da Cidade Nova” e “Os ciganos no Brasil — Contribuição etnográfica”, dados à estampa em 1885 e 1886 (6).

Secundando a feliz iniciativa de Silvio Romero, publicou Carlos Góes “Mil quadras populares brasileiras (Contribuição ao folclore)” (1916), e fez Afranio Peixoto editar uma antologia nacional, ✓ “Trovas populares brasileiras” (1919), as quais, como se infere dos respectivos títulos, se adstringem ao gênero das silvas tradicionais (7).

---

(5) Na edição definitiva das “Festas e tradições populares do Brasil” ✓ compaginou Mello Moraes Filho ensaios anteriores “Festas populares do Brasil — Tradicionalismo” (1888), “Costumes e tradições do Brasil — Festas do Natal” (1895), assim como os artigos “A noite de Natal no Rio de Janeiro”, “A véspera de Reis”, “O dia de Finados”, “Festas do Natal” e “A véspera de São João”, que estampara no “Arquivo do Distrito Federal” (I, II e IV, 1894 a 1897). Nos seus 3 vols. das “Serenatas e saraus” (1901-1902), pouco ha que interesse ao folclore.

(6) Relendo agora esses trabalhos de Mello Moraes Filho, ainda não me convenci de que o elemento *zingaro* haja influído, sinão quanto à crendice da “buena-dicha”, no espírito do nosso povo. Recentemente, houve quem (Augusto de Oliveira e Sousa, “Os ciganos brasileiros”, in “Revista do Brasil”, n. 63, 1921, pág. 264), acreditasse serem os *calons* originários da América e “um ramo podre da nossa árvore étnica”, o que não me parece de facil demonstração.

(7) O operoso mineiro José Maria Vaz Pinto Coelho da Cunha tentou organizar um “Cancioneiro popular brasileiro”, do qual deixou o vol. I (Rio-de-Janeiro, 1879, 8º de 207 págs.), consagrado ao período de 1822 a 1840, porém que não se adstringiu a poesias folclóricas; e também fez editar um opúsculo “Da poesia popular brasileira” (Rio-de-Janeiro, 1880). Pelas datas, vê-se que fora influenciado pelo movimento lusitano, então intenso, quanto ao tradicionalismo. — Afranio Peixoto, nas “Parábolas” (1920), tratou das

De coletâneas regionais, postas em volume, ha as seguintes, mencionadas pela ordem cronológica das edições: — o “Cancioneiro do Norte” (Fortaleza, 1903; e 2ª ed., aumentada, Paraíba, 1928), de Rodrigues de Carvalho; o “Folc-lore pernambucano” (1908), de Francisco Augusto Pereira da Costa, e as suas “Obras completas” Recife, 1824), coleção de poesias populares, lendas, usanças etc., relativas a Pernambuco; o “Cancioneiro guasca” (1910), de J. Simões Lopes Netto (8); “Ao som da viola” (1921), de Gustavo Barroso; “Cantadores” (1921) e “Violeiros do Norte — Poesia e linguagem do sertão nordestino” (1925), de Leonardo Motta; e “Cancioneiro de trovas do Brasil central” (1925), de A. Americano do Brasil (9).

---

“Trovas selvagens” (págs. 106). E Osorio Duque-Estrada, tendo publicado um opúsculo, “Trovas populares — Conferências literárias” (Petrópolis, 1907), desenvolveu depois, pouco mais, esse trabalho, repetindo-o quasi todo na conferência “Trovas do Norte”, realizada em 1915 na Biblioteca Nacional (v. “Anais”, vol. XL, págs. 203-222).

(8) No tomo I (que saiu sem essa indicação) do extenso trabalho de Múcio Teixeira, “Os gaúchos” (1920-191), inseriu ele um “Cancioneiro gaúcho” (págs. 45-61), que contém perto de 200 quadras populares. No “Pampa” (1919), de Silvio Júlio, também se encontram algumas; na “Terra Natal” (1920), de Roque Callage, ha o interessante capítulo “Aspectos de nossa poesia popular” (107-125), onde se vêm algumas rimas tradicionais sul-riograndenses. Na “Mixórdia” (1927), de Cornélio Pires, ha grande número de poesias populares.

(9) Frederico José de Sant’Anna Nery (barão de Sant’Anna Nery) deu à estampa o seguinte trabalho, que é hoje raridade bibliográfica: — “Folk-lore brésilien — Poésie populaire — Contes et légendes — Fables et mythes — Poésie, musique, danses et croyances des Indiens. — Accompagné de douze morceaux de musique. — Préface du prince Roland Bonaparte” (Paris, 1889, 8° de XII-272 págs.). Esse belo volume, si não proporcionou nova matéria prima ao nosso tradicionalismo, — pois apenas compilou o seu organizador produções alheias, haurindo-as das mais cristalinas fontes e vertendo-as para o francês, — teve, contudo, o não pequeno mérito de vulgarizá-las no mundo culto. *Julio Campina* (pseudônimo de Luiz Tenório Cavalcanti de Albuquerque), no seu “Subsídio ao folclore brasileiro” (1897), ao qual farei adiante mais ampla referência, inseriu tres poesias populares de Pernambuco (63-73). A Silvio de Almeida, mineiro de rara e aprimorada cultura, deve-se o “Cancioneiro dos bandeirantes” (“Anais do 1º Congresso de História Nacional”,

São todas elas excelentes contribuições para o nosso rimário popular, particularmente as organizadas pelos escritores do Norte, os quais não se limitaram a uma simples respiga, mas revelaram conhecimentos da história das nossas tradições e dos vários aspectos do folclore (10).

Em "O norte—(Impressões de viagem)" (Porto, Chardon, 1909) de Osorio Duque-Estrada, há dois capítulos sobre o nosso folclore em verso: "As emboladas" (págs. 219-228) e "Trovas populares" (págs. 267-305).

Um dos que mais contribuíram para o nosso folclore em verso, foi Juvenal Galeno, o notável bardo cearense, falecido não ha muito, em adiantada ancianidade, na sua terra natal, e a quem se devem:

---

V, 749-771), no qual, entretanto, só se encontra uma quadrinha popular. Que a titânica expansão não gerou trovas, — evidencia-o também Gustavo Barroso, cujo "Ciclo dos bandeirantes, do livro "Ao som da viola" (23-36), não apresenta mais de quatro versos ao instrumento músico. Urbino de Sousa Vianna, na sua "Monografia do município de Montes Claros" (1916), teve a feliz idéia de estudar os "Usos e costumes" (307-311) e o "Folclore" (313-330) daquela região mineira, aproveitando nesses dois capítulos os poemas e parlendas populares, que ali ouviu. Nuno Catharino Cardoso, no "Cancioneiro popular português e brasileiro" (Lisboa-Rio, 1921), reproduziu de outras coletâneas grande número de quadrinhas do nosso povo (71-114). Em revistas, almanaques e livros, ha ainda muitas trovas populares, à espera de quem pacientemente as respigue e integre em lugar próprio. Assim, em "Trovas do Norte" ("Anais da Biblioteca Nacional", 1923, XL, 203-222), conferência realizada por Osorio Duque-Estrada, em 1915; na "Vida sertaneja" (Baía, s. d.), de Prado Ribeiro, e no "Brasil virgem" (Recife, 1924), de Nestor Digenes, ha também bom número de poesias populares do norte (págs. 49-129); e na "Terra catarinense" (Florianópolis, 1920), de Crispim Mira, acham-se muitas trovas tradicionais do sul (págs. 130-155). No livro do escritor português Lino d'Assumpção, "Narrativas do Brasil (1876-1880)" (Rio, 1881), págs. 215-228, encontram-se algumas silvas e lendas poéticas da nossa lira popular. ✓

(10) J. Eustáquio de Azevedo, na "Anatologia amazônica — (Poesias paraenses)" (2ª ed., 92), menciona, entre outros trabalhos de Luiz Demétrio Juvenal Tavares, o intitulado "A viola de Joana", de "versos populares". Não pude obtê-lo até agora e, por isso, ignoro si é coletânea da musa tradicional do Pará.



“Lira cearense” Fortaleza, 1872), volume em que compaginou os 10 números do pequeno periódico “Lira Cearense”, no qual só havia versos da sua lavra, encontrando-se aí a linda lenda da “Porangaba”, seguida de um “vocabulário”, a que ele juntou outro no final do livro, sob o título de “Notas”; “Folhetins de Silvanus” (Fortaleza, 1891), folheto em que reuniu as crônicas que, com o pseudônimo de “Silvanus”, deu à estampa no jornal “Constituição”, da capital cearense; e “Cenas populares — Segunda edição, com uma carta de José de Alencar” (Fortaleza, 1902), acompanhada de um “vocabulário”.

Na terra de Iracema, ainda apareceram, no mesmo ano, dois livros de rimas concernentes ao folclore: o de J. A. A., “Crítica em verso às loucuras da moda indecente” (Fortaleza, 1925), “segunda edição correta e aumentada”; e o de Luiz Dantas Quezada, “Glosas sertanejas” (Fortaleza, 1925), “4ª edição, correta e muito aumentada”.

De cancioneiros infantís, possuo apenas o de Figueiredo Pimental, “Meus Brinquedos” (s. d.), e os da minha inolvidável contemporânea, d. Alexina de Magalhães Pinto, “Os nossos brinquedos” (1909) e “Cantigas das crianças e do povo — Dansas populares” (1916), que ela própria denominou “contribuição para o folclore brasileiro”.

Não posso deixar de incluir neste recenseio as coleções de modinhas. Constituem “a *forma bárdica* da nossa poesia popular”, como bem se expressou Silvio Romero, que assim as definiu “Revista da Academia Brasileira de Letras”, ano III, n. 7, pág. 69): — “São criações de autores conhecidos, que, inspirados no lirismo tradicional do povo, facilmente se espalharam e se tornaram quasi anônimas”. Umhas têm paternidade legítima ou putativa, como: — “A viola de Lereno”, de Domingos Caldas Barbosa (11); “O cantor de modinhas brasileiras”, “Trovador da malandragem” e “Mistérios do

---

(11) “Lereno Selinuntino” foi como se batizou na Arcádia de Roma esse famoso padre mulato, que não se sabe si nasceu nesta cidade do Rio-de-Janeiro,

Violão”, de Eduardo das Neves; “Trovador de esquina”, “Lira de Apolo” e “Serenatas”, de João de Sousa Cunegundes; e “Trovador moderno”, organizado por Francisco Antonio dos Santos (12). Algumas foram publicadas anonimamente: “A cantora brasileira”, “Lira do trovador”, “Rei dos trovadores”, “Trovador brasileiro”, “Trovador marítimo” e “As modinhas ao luar” (13). Outras, fi-

---

na do Salvador da Baía, ou ainda a bordo, em alto mar (\*). Da sua citada coleção de cantigas, foi publicado o 1º tomo em 1798 e o 2º em 1826, ambos em Lisboa. Do tomo 1º são conhecidas a 2ª edição de Lisboa (1806), a 3ª da Baía (1813) e a 4ª de Lisboa (1819), constando haver uma 5ª, brasileira, de 1825. No vol. 1º das “Serenatas e saraus”, de Mello Moraes Filho, a “terceira parte” (203-286) é toda de “lundús e modinhas” de Domingos Caldas Barbosa. Extendí-me nesta nota, por se tratar do patriarca do gênero. Conforme Araripe Junior (“Gregorio de Mattos”, 125), aqui também se tornaram célebres os descantes do padre Marinho, “que foi o Petrarca do violão”.

(12) De publicações mais antigas, tenho somente a intitulada “Trovador — Coleção de modinhas, recitativos, canções, lundús, etc. — Organizada por Gualberto Peçanha, Cotrim & Campos” (1865-1866) e saída da tipografia de Cotrim & Campos, em 4 vols. Sei porém, que existe a posterior de denominação quasi igual, “Trovador — Coleção de modinhas, recitativos, árias, Indús, etc.” (1876, editada por Antonio José da Silva Teixeira, em 5 volumes. Houve também na capital brasileira uma “Lira de Apolo”, jornal de “modinhas, recitativos, lundús e poesias de diversos autores” (4ª, s. d., impresso na tipografia de Campos & Guimarães), do qual saíram pelo menos cinco números (v. “Catálogo da Exp. de Hist. do Brasil”, pág. 438, n. 5.125). Ainda mais velho é o “Vademeco dos poetas ou coleção de sonetos jocosos, exquisitos, curiosos e burlescos, extraídos de vários autores por P. P. S. G.” (Pernambuco, 1835), escondendo essas iniciais o nome de Pedro Pereira da Silva Guimarães.

(13) Comprei um “Trovador riograndense” (Echenique & C., 1914, 4ª edição), sem nome de organizador, esperando aí encontrar somente canções gaúchas. Destas, entretanto, não existem nele sinão algumas poesias de Múcio Teixeira. As demais são do resto do Brasil ou então legítimas portuguesas. Editou ainda a dita livraria o “Cantor de serenatas” e “Gargalhadas”, simples compilações anônimas de modinhas nacionais. Ha ainda um “Cantor paulista”, do mesmo feitio, isto é, com poesias de outras regiões do Brasil.

---

(\*) Segundo afirma Varnhagen (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro”, tomo XIV, págs. 417-418), Domingos Caldas Barbosa teve por berço esta cidade do Rio-de-Janeiro.

nalmente, tiveram colecionadores mais competentes e esmerados: “Canções populares do Brasil”, de d. Júlia de Brito Mendes (14), “Cancioneiro popular”, “Lira dos salões”, “Lira brasileira”, “Chôros ao violão”, “Novos cantares”, “Trovas e canções”, “Florilégio dos cantores” e o “Cantor de modinhas brasileiras”, de Catullo Cearense, que, no último dos citados volumes, colecionou especialmente as modinhas dos menestréis contemporâneos, Eduardo das Neves e Geraldo de Magalhães. A Livraria Garnier editou uma “Nova coleção de modinhas brasileiras, tanto amorosas, como sentimentais, precedidas de algumas reflexões sobre a música no Brasil” (s. d., mas é de 1899). De 1878 é a “Nova coleção de hinos, canções e lundús, tanto amorosos, como sentimentais”.

Não deve ser esquecida a nossa “literatura de cordel”, a que pertencem as “orações” não previstas nem aceitas pelos cânones e rituais da Igreja Católica, “testamentos” de Judas e de animais, composições destinadas aos festejos carnavalescos (14 A) e à crítica dos episódios políticos, desafios e descrições da lavra dos cantadores sertanejos (15), — tudo isso realmente de genuína ideação po-

---

(14) Nessa coletânea, bem impressa, e contendo interessante prefácio firmado por Brito Mendes, autor de alguns trabalhos literários, as modinhas são acompanhadas das respectivas músicas. Além de composições de autores conhecidos, — que são quasi todos, — a organizadora também entendeu de aproveitar umas tres ou quatro do nosso folclore.

(14 A) Sobre composições destinadas aos festejos carnavalescos, ha um bom trabalho, qual é o de Orestes Barbosa, “Samba — Sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores” (Rio, 1933).

(15) Ao norte, ou, melhor, na vasta zona do nordeste, onde parece que a pecuária, mais do que em outros pontos do país, propicia o duplo afã de poetar e imprimir as criações da musa sertaneja, ha inúmeras publicações de trovas de cantadores conhecidos, em minguados folhetos, saídos dos prelos do Ceará e da Paraíba (v. Leonardo Motta, “Violceiros do Norte”, págs. 21, 24 e 48). Desses fascículos, todos “de cordel”, poucos são os que chegam aqui ao sul. Possuo apenas meia dúzia deles, referentes à vida e às poesias de Antonio Silvino, quando é certo que andam beirando talvez duas centenas. Graças, porém, a Rodrigues de Carvalho, Gustavo Barroso e Leonardo Motta, o melhor que contém tais edições já foi aproveitado no “Cancioneiro do



pular (16). Não me consta, até agora, tenham sido colecionados por algum cultor dessas curiosidades, que são todas anônimas, exceto as de João Sant'Anna de Maria (vulgo *Santanninha*), que foi, por muito tempo, uma espécie de rapsodo dos nossos grandes feitos bélicos e impressivos acontecimentos sociais (17).

---

Norte", no "Ao som da viola", nos "Cantadores" e "Violeiros do Norte". Ha, ainda, no gênero, um poemeto interessante, de Raymundo Ferreira, "Uma viagem de Carolina ao Pará", que não me consta haver sido utilizado até agora pelos nossos folcloristas. São também considerados autores de modinhas: Gabriel Fernandes da Silva, padre Teles, d. Augusto Baltasar da Silveira. Possidônio Pinto da Silveira, padre Sant'Ana, Manuel Tomé, Xisto Baía, Domingos da Rocha Muçuranga, Damião Barbosa e José Pereira Rebouças. De Eduardo das Neves é o famoso verso:

"E a Europa curvou-se ante o Brasil"

(16) Sobre a nossa "literatura de cordel", além das notas de Silvio Romero, nas suas já citadas "Novas contribuições para o folclore brasileiro", somente conheço o juízo de Paulo Barreto, no capítulo final de um dos seus melhores livros, "A alma encantadora das ruas" (1908), onde, sob o título "A musa das ruas" (265-285), trata da nossa poesia bárdica, especialmente de Eduardo das Neves e Catullo Cearense. Dessas produções, caem algumas em olvido, como as políticas e as carnavalescas, que se vão substituindo por outras novas, permanecendo, todavia, no galarim, com assombrosa vitalidade, as lírico-eróticas mais antigas. Note-se o que acontece com os termos e frases do cação popular: — nascem nas alfurjas ou suburras e vão insensivelmente penetrando nos altos salões, e daí passam a ser apadrinhados por escritores de boa nota, como já o evidenciou Mauricio das Neves (nos artigos intitulados "Expressões populares", in "Rev. de Língua Portuguesa", n. 16, págs. 37-42; n. 22, 183-186; e n. 32, 21-24). O folclorista e o sociólogo não podem desprezar esses elementos, imprescindíveis a um exato e completo exame da nossa evolução, tanto mental, quanto ética.

(17) Esse bardo perpetuou o nome em dois folhetos, sem data: — "A guerra do Paraguai, O imposto do vintem, O célebre chapéu-de-sol e A seca do Ceará" e "Poesia do Russinho — Contendo mais: O pai da criança, As moças do Rio de Janeiro, Os rapazes e o carnaval e Os maçons e o bispo". O primeiro foi reeditado, incluindo-se nele "A guerra de Canudos", por João de Sousa Cunegundes. Saiu anônimo o seguinte: "Conversação de pai Manuel com Pai José, na Estação de Cascadura, acerca da questão anglo-brasileira e da guerra do Paraguai", este último em português africanizado. Foram todos editados pela Livraria do Povo, de Quaresma & C.

Ha, finalmente, certas produções literárias que, embora se relacionem com o nosso folclore, devem ser tidas na conta de simples adminículos, e, mesmo com essa feição, nem sempre utilizáveis como elementos fidedignos para a análise rigorosa das tradições orais da nossa gente inculta. Tais são as “Provincianas” (Rio-Grande, 1886, 2 vols.), de Bernardo Taveira Júnior, das quais o vol. I traz notas e pequeno vocabulário, contendo somente poesias sobre os costumes pastoris dos gauchos (18); as “Sertanejas”, de J. H. Gomes dos Santos, e os “Quadros”, de Joaquim Serra (19); as “Aves de arribação — Lendas e canções sertanejas”, de José Leão (20); as “Cenas da Roça — Poema de costumes nacionais” e “Cenas da cidade — Poemas de costumes nacionais”, de A. Correia (21); os “Mitos e Poemas — Nacionalismo”, de Mello Moraes Filho (22);

---

(18) Samuel Campelo também inseriu no vol. XXVIII (págs. 317-321) da “Rev. do Inst. Arq. e Geogr. Pernambucano” os “Pastoris de outrora”, com alguns versos de folclore da terra de Nunes Machado. Ao belo espírito de Rodolfo Teófilo também se deve uma “Lira rústica — Cenas da vida sertaneja” (Lisboa, 1913), em que se encontra um pequeno “glossário”.

(19) Nas “Sertanejas”, editadas nesta capital (1873), versificou Joaquim Heliodoro Gomes dos Santos costumes e lendas de várias regiões do Brasil, apensando-lhes, no fim, pequeno vocabulário. E o reputado jornalista Joaquim Serra, nos “Quadros” (tambem de 1873), fez o mesmo com os do Maranhão, conforme explicou em nota final. Para o nosso folclore, as “Sertanejas” têm ainda mais interesse, sobretudo ao aspecto linguístico, do que os “Quadros”.

(20) O nome todo desse autor é José Leão Ferreira Souto, norte-riograndense. O seu opúsculo foi publicado por ocasião da grande seca que flagelou então o nordeste (Rio-de-Janeiro, 1877) e exposto à venda em benefício da gente pobre da sua província natal.

(21) Francisco Pinto de Araujo Correia, carioca e militar. Esses seus trabalhos foram impressos aqui (Rio-de-Janeiro), em 1879 e 1882, tendo saído do primeiro, em 1883, uma 2ª edição. São em estilo joco-sério e tiveram boa acolhida por parte do público daquela época.

(22) Esse volume de Mello Moraes foi impresso no Rio-de-Janeiro em 1884, tendo aparecido antes, na “Rev. da Exp. Antropológica Brasileira” (1882), muitos dos poemetos que o compõem. Graças a E. Deleau, — que co-

e os diversosos volumes, ultimamente saídos dos prelos, lavra de Catullo Cearense (23). De todas essas produções, a mais aproveitável, no respeitante ao nosso folclore, é a de Mello Moraes Filho, pela tentativa de estilização rimada de alguns dos mitos indígenas, quais os da “mãe-dagua” e do “caapora”, e de poetização de lendas e costumes dos mestiços baianos, no que teve imitadores. As composições de Juvenal Galeno e de Catullo Cearense, principalmente as deste, destacam-se dentre as demais pela eurytmia e pela beleza das imagens. Mas nenhuma das obras precitadas representa verdadeira matéria prima de folclore, a qual consiste na prosa e poesia espontâneas da alma do povo, colhidas nas cidades ou nos sertões, sem emendas, sem polimentos, sem atavios de qualquer casta (24).

Sobre as relações entre a divina arte dos sons e a nossa mitografia, ha alguns trabalhos de mais ou menos valor, que merecem consignação particular. Os mais notáveis são dos seguintes autores: — Guilherme T. Pereira de Melo, “A música no Brasil” (Baía, 1908); Flausino Rodrigues Vale, “Elementos do folclore musical brasileiro” (vol. 57 da “Brasilianna”); Mário de Andrade,

---

laborava então no “*Messenger du Brésil*” e verteu alguns deles para o francês, — foram transcritos na “*Littérature populaire*”, de Jean Desplas, assim como em revistas e jornais da Europa e da América latina.

(23) Os livros de Catullo Cearense, que lhe grangearam larga popularidade e justo renome em todo o Brasil, são os seguintes: “*Meu sertão*” (1918), “*Sertão em flor*” (1919), “*Mata iluminada*”, “*Poemas bravios*” (1921) e “*Evangelho das aves*” (este último saído do prelo em 1927); além do poema “*Aos pescadores*”.

(24) Não podemos deixar de aludir aquí a dois interessantes volumes de um autor estrangeiro, coletâneas de rimas folclóricas, uma das quais consagrada especialmente à nossa Amazônia, e ambas enriquecidas de “vocabulário”. Intitulam-se “*Mi deslumbramiento en el Amazonas*” (1935) e “*Para los niños de América*” (1937), de Gastón Figueira.

“A música e a canção populares, no Brasil”, contribuição para o inquérito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, trabalho precedido pelo intitulado “Os congos”, dado a lume no tomo I do “Boletim Latino-Americano de Música” (Montevidéu, 1935); fr. Pedro Sinzig, “Cancioneiro de modinhas populares”; d. Ceição de Barros Barreto, “Cantigas de quando eu era pequenino” (Rio, 1915); Luciano Gallet, “Canções populares brasileiras” e “Estudos de folclore” (Rio, 1934); e Fabiano R. Lozano, “Alegria das escolas” e “Minhas cantigas” (São-Paulo, 1931 e 1934). Podem ainda figurar nesta lista: Cornélio Pires, com os seus “Sambas e cateretês”; e P. Chagas Batista, autor de uma das melhores contribuições para a estesia popular do nordeste brasileiro, “Cantadores e poetas populares” (Paraíba 1929). Sobre a música dos nossos ameríndios, ha referências no livro de Marciano Brum, “Através da música” (Rio, 1897), e existe curioso estudo, ainda recente, que é o do professor Otávio Bevilacqua, “A sirinx no Brasil” (Rio, 1937). De publicações estrangeiras, uma das melhores é a de Elsie Houston, “Chants populaires du Brésil” (Paris, 1930). Não é possível, porém, encerrarmos este pequenino capítulo, sem que prestemos uma homenagem muito justa e muito sincera ao maestro Vilalobos, o introdutor do canto orfeônico em nossas escolas e o benemérito divulgador das nossas belas poesias de fundo folclórico e patriótico, por meio de composições musicais, já consagradas pela crítica dos competentes e pelo aplauso das multidões, dentro e fóra das fronteiras do Brasil. Em suma: quem quíser, numa obra de conjunto, admirar essa feição especial da nossa demopsicologia, deverá ler os “Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada” (São-Paulo, 1938), publicado pelo Departamento de Cultura; é um *in-fólio* ilustrado, de quasi 800 págs., em que colaboraram muitos dos mais competentes dos nossos compatriícios.



## b) Folclore em prosa

Quanto à parte do nosso folclore em prosa, é a Couto de Magalhães (25), como presume Valle Cabral (“Gazeta Literária”, 345), que se atribue a glória de ter iniciado no Brasil tais estudos, por artigos de jornais, aparecidos ou reproduzidos em 1859, e em que já se ocupava com os mitos indígenas, desenvolvidos mais tarde no seu ótimo volume “O selvagem”, vindo a lume em 1876. E’ que passou despercebido o artigo de Francisco Pereira Dutra, “Investigações sobre a origem da raça tupí, sua linguagem, tradições, mitos e costumes”, inserto no “Jornal do Comércio” de 5 de dezembro de 1854.

Acredito haver sido o indianismo, — uma das passageiras feições que abrolharam do nosso romantismo, quer na poesia, quer na prosa de ficção, — que favoneou, desde pouco antes do último quartel do século findo, o surto de diversos trabalhos, especializados uns e apenas relacionados outros com o folclore pátrio. Enquanto se votava Couto de Magalhães à mítica dos nossos selvícolas do sul e do centro, investigava Barbosa Rodrigues (26) a dos aborígenes do

---

(25) Os artigos, assinados por C., e seguramente de Couto de Magalhães, intitulavam-se “Tradições populares de Minas e São Paulo”, e no primeiro tratava ele do “Saci-sererê”. Apareceram no “Correio Paulistano” e foram reproduzidos nos jornais cariocas, “Correio da Tarde” e “Marmota”, de 29 de setembro de 1859 naquele, 4 e 11 de outubro do mesmo ano, no último. Em “O selvagem” enfeixou Couto de Magalhães escritos seus anteriormente publicados, quais “Família e religião entre os selvagens — Antropologia do Brasil” (1873) e “Ensaio de antropologia — Religião e raças selvagens” (1874), tendo sido estampado antes na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (XXXVI, parte 2ª, 1872, págs. 359-516), e que provocou a “Etnologia selvagem” (Recife, 1875), de Silvio Romero.

(26) De Barbosa Rodrigues, além de outras produções em que ha muita coisa atinente ao folclore, merecem especial menção os seguintes escritos: — “O canto e a dança selvícola” (“Revista Brasileira”, IX, 1881, 32-60), e “Poranduba amazonense” (1890), com os seus dois “complementos”, publicados em 1892 e 1893, aquela e estes *seps.* dos vols. XIV, XV e XVI dos “Anais da Biblioteca Nacional”.

norte, particularmente do imenso vale do Amazonas. Seguiram-se-lhes, entre outros, o cônego Francisco Bernardino de Sousa (27) e José Verissimo (28), que também se dedicou ao populário dos mestiços paraenses. Nos romances e até nas poesias dos nossos escritores da segunda metade do século XIX (Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Trajano Galvão, Joaquim Norberto, Taunay, Inglez de Sousa, Joaquim Felício dos Santos, João Salomé de Queiroga e alguns outros), foram aproveitadas muitas lendas e tradições populares. Na mesma quadra, tiveram grande impulso as pesquisas sobre os dialetos dos nossos mongoloides e sobre a transformação da língua portuguesa no Brasil, ao influxo dos elementos aborígene e africano, assim como do miscigêneo (28 A). Não causará estranheza inscrever eu aqui esse ramo de indagações, porquanto a filologia sempre foi tida como irmã do folclore, ou, na feliz expressão de Silvio Romero (“Uma esperteza!...”, 66), são “dois estudos que sempre andaram juntos, linguística e mitologia, giótica e criações populares”. Além dos copioso material com que se opulentou então a dialetologia dos nossos ameríndios, continuaram Baptista Caetano, Macedo Soares, José Jorge Paranhos da Silva,

---

(27) O livro deste padre, “Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas” (Pará, 1873), é um amontoado de notas corográficas, históricas e etnológicas. Destas, as aproveitáveis para o folclore são as seguintes: “Iara” (50), “Muiraquitan” (96 e 99), “Anhangá” (167), “Sairé” (207), “Ibake” (253), “Lenda da Sapucaia-oroca” (261) e “As festas dos índios” (300).

(28) V. “Vocabulário das palavras de origem tupi, usadas pelas raças cruzadas do Pará” (“Primeiras páginas”, Belém, 1878, 71-141); “As populações indígenas e mestiças da Amazônia — Sua linguagem, suas crenças e seus costumes” (“Revista do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, L., parte 1ª, 1887, págs. 295-390); “A religião dos tupis-guaranis” (“Revista Brasileira”, IX, 67-88); e “Estudos brasileiros” (Pará, 1889).

(28 A) Um dos melhores escritos, que conheço, de recenseamento crítico dos vocabulários de brasileirismos, é o de Artur Neiva (patricio de apromorada e sólida cultura), vindo a lume no “Jornal do Comércio” desta capital, n. de 29 de novembro de 1936.

Pacheco Junior, Beaurepaire-Rohan, Apolinario Porto-Alegre, Paulino Nogueira e Romaguera Correia (29) as investigações sobre os brasileirismos, iniciadas desde meados do século XIX por Luiz Maria da Silva Pinto, frei Francisco dos Prazeres Maranhão, Pe-

---

(29) *Baptista Cactano de Almeida Nogueira*, além de vários trabalhos sobre a dialetologia dos nossos indígenas, especialmente sobre o tupi-guaraní, em que foi um dos mais abalizados mestres, ainda publicou: "A etimologia da palavra *emboaba*" ("Revista Brasileira", II, 1879, 384-366, e III, 1880, 22-36); "Notas" (etnográficas e linguísticas) (*in* "Princípio e origem dos índios no Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias", por Fernão Cardim, edição de 1881, 161-121); "Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa" (1882); e também deixou, conforme assevera Blaúe, um "Dicionário da língua brasileira". V. sobre o erudito mineiro o que rememorei na "Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras." (tomo 84, 563-571). *Antonio Joaquim de Macedo Soares*, além do "Dicionário brasileiro da língua portuguesa" (1889, II, *scp.* do vol. XIII, fasc. I, dos "Anis da Biblioteca Nacional"), infelizmente incompleto, ainda deixou: "Estudos lexicográficos sobre o dialeto brasileiro" ("Revista Brasileira", I, 1879, 587-594; II, 118-123 e 224-233; IV, 243-271; VI, 385-404; VII, 637-379; e VII, 118-126); "Nomes indígenas de algumas localidades da província de Minas" ("Monitor Sul-Mineiro", IX, 1880); e o artigo da "Gazeta Literária", que atrás citei. *José Jorge Paranhos da Silva*, afora outras memórias, publicou "O idioma hodierno de Portugal, comparado com o do Brasil" (1879). De *Pacheco Junior*, conhecido gramaticógrafo, é o artigo "O dialeto brasileiro" ("Revista Brasileira", V, 487-495). *Henrique de Beaurepaire-Rohan* (visconde de Beaurepaire-Rohan) editou em 1889 o seu "Dicionário de vocábulos brasileiros", cuja parte até à letra C saíra na "Gazeta Literária", sob o título de "Glossário brasileiro", conforme já consignei atrás. *Apolinário Porto-Alegre*, além de artigos intitulados "Morfologia ario-guaranítica" e insertos na "Gazeta de Porto-Alegre" (números 85 a 129), também deixou dois outros trabalhos sobre brasileirismos: o "Popularium sul-riograndense" e o "Dialeto nacional" (1870). Cito por informações, porque ainda não vi esses volumes. *Paulino Nogueira* organizou um "Vocabulário em uso na província do Ceará, com explicações etimológicas, ortográficas, topográficas, históricas, terapêuticas, etc." ("Revista do Inst. Hist. do Ceará", I, 1887). E de *Romaguera Correia* é o "Vocabulário sul-riograndense" (Pelotas, 1898). Sobre brasileirismos, devem ser lidos também os seguintes trabalhos: "Notícia sobre o *uaraná*" (Rio, 1866), de J. M. da Silva Coutinho; "A indústria pastoril no Ceará" (Fortaleza, 1917), de Tomás Pompeu Sobrinho (especialmente os capítulos "A fazenda" e "A vida na fazenda"); "27 anos na selva", pelo segundo-tenente da armada nacional Manuel de Sousa Gomes; o "Vocabulário dos pescadores do Rio-Grande-do-Sul" (Porto-Alegre, 1937), de Dante de Laitano; e "A língua do nordeste"

reira Coruja e Braz da Costa Rubim (30). E, como tivesse sido efêmero o prestígio do indianismo, substituiu-o outro estímulo, que me parece haver sobremodo preponderado na floração das nossas melhores produções sobre folclore, vindas à luz nos dois últimos decênios da passada centúria: — o fecundo movimento que, nesse rumo, se operou em Portugal, a partir de 1867, sob a inspiração e o esforço de Teófilo Braga (31), espírito de rara e aprimorada cul-

---

(vol. 25 da *Brasiliana*), de Mário Marroquim. Ainda cumpre ler, sobre este curioso assunto, dois importantes trabalhos: “Português da Europa e português da América” (Rio, 1913), de Clóvis Monteiro; e o “O português do Brasil” (Rio, 1936), de Renato Mendonça.

(30) *Luiz Maria da Silva Pinto* deixou o primeiro “Dicionário da língua brasileira” (Ouro-Preto, 1832-1833, 2 vols). A “Coleção de etimologias brasílicas”, de fr. *Francisco dos Prazeres Maranhão*, saiu primeiramente na “Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.” (VIII, 70-80) e depois, acompanhada de “Breves reparos” de Ignacio José Malta, na “Corografia” de Mello Moraes (II, 241-257). *Antonio Alvares Pereira Coruja* foi o iniciador dos estudos sobre o dialeto gaúcho, como se vê da sua “Coleção de vocábulos e frases usados na província do Rio Grande do Sul” (“Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.”, XV, 210-240; publicada em Londres, 1856, num 8º de 32 págs. de tiragem limitada a 25 exemplares, a expensas do príncipe L. L. Bonaparte; reeditada no Rio-de-Janeiro, 1861, num 16º, de 64 págs.; e inserta em apenso à “Folhinha Riograndense”, de D. G. Gomes Brandão, 1862). *Brás da Costa Rubim* deixou: “Vocabulário brasileiro” (1853); e “Vocábulos indígenas e outros, introduzidos no uso vulgar” (“Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.”, XLV, parte 2ª, 368-390, tendo saído antes em “A Luz”, de F. A. da Costa, I, 1872).

(31) Esse movimento, em verdade, repontou muito antes, em Portugal, graças a J. B. L. de Almeida Garrett, cujo primeiro volume no gênero, “Romanceiro e cancioneiro geral”, é de 1843, sendo o outro, “Romanceiro — Romances cavalheirescos antigos”, de 1851; mas o grande escritor, ao invés de respeitar o fundo e a forma das produções tradicionais, entendeu de emendá-las e dar-lhes polimento, e, assim, não pode ser considerado legítimo folclorista. Eis, forçosamente com algumas lacunas, a bibliografia do genuíno e fecundo ciclo lusitano, em que se embebe o nosso: — *Teófilo Braga*, “História da poesia popular portuguesa”, “Cancioneiro popular” e “Romanceiro geral” (1867), “Cantos populares do arquipélago açoriano” e “Floresta de vários romances” (1869), “Etnologia portuguesa — As adivinhas populares” e “Etnologia portuguesa — Os jogos populares e infantis” (“Era Nova”, 1881), “Contos tradicionais do povo português” (1883), “Ampliações ao romanceiro



tura, tanto literária quanto filosófica, e que teve a fortuna de encontrar um pugilo de brilhantes companheiros, discípulos e continuadores, quais foram, principalmente, Adolfo Coelho, Consiglieri

---

da ilha dos Açores" ("Revista Lusitana", I, 99-116) e "Refraneiro português"; *Costa Godolphin*, "Lendas árabes" (1869); *V. E. Hardung*, "Romanceiro português" (Leipzig, 1877); *F. Adolfo Coelho*, "Contos populares portugueses" (1879), "Contos tradicionais para crianças" (1883), "Etnografia portuguesa" ("Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa" e em separata), "Notas e paralelos folclóricos" ("Revista Lusitana", I, 166, 246 e 320), "Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses" ("Rev. de Etnologia e de Glotologia", 1880-1881, fascs. I a IV); *L. A. Palmeirim*, "A poesia popular nos campos", em apêndice à "Galeria de figuras portuguesas" (1879); *Alvaro Rodrigues de Azevedo*, "Romanceiro do arquipélago da Madeira" (1881); *Consiglieri Pedroso*, "Portuguese folktales, collected by — and translated from original ms. by miss Henriqueta Monteiro, with an introduction by W. R. S. Ralston" (Londres, 1882), "Estudos de mitografia portuguesa", "Contribuições para uma mitologia popular portuguesa", "Contos de fadas", "Contribuições para um cancionero e romanceiro popular portugueses", "De quelques formes du mariage populaire en Portugal" e "Tradições populares portuguesas"; *J. Leite de Vasconcellos*, "Carmina mágica do povo português" ("Era Nova", 1881), "Tradições populares de Portugal" (1882), "Anuário para o estudo das tradições populares portuguesas" (1<sup>o</sup> ano, 1883), "Costumes populares hispano-portugueses" ("Folclore Andaluz", Sevilha, 1882-1883, 172, 208 e 349), "Poesia amorosa do povo português" (1890), "As maíãs" (1904), "Ensaio etnográfico" (1906), "Canções do berço" e "Poesias populares" ("Revista Lusitana", as últimas no vol. XIV, 1911, 260-267), assim como os interessantes artigos "O Brasil na poesia popular de Portugal" e "Espicilegio filológico" ("Revista de Língua Portuguesa", n. 1, 75-94, e n. 27, 111-118); *Carolina Michaelis de Vasconcellos*, "Hilo português" e "Estudo sobre o romanceiro peninsular" ("Revista Lusitana", I, 63, e LI, 156 e 193); *Alberto Pimentel*, "A musa das revoluções" (1885), "A triste canção do sul", "A dança em Portugal e "Alegres canções do norte" (1895); *Eduardo Sequeira*, "Lendas dos vegetais" (1892). No século atual, continuou o impulso vindo do anterior, como se pode ver pela "Revista Lusitana", dirigida por J. Leite de Vasconcellos, e pelas novas publicações em livros especializados. Ali têm aparecido valiosas contribuições para o folclore, como as seguintes: *J. M. Adrião*, "Tradições populares", e *José J. Nunes*, "Subsídios para o romanceiro português" (VI, 97-129 e 151-188), além do artigo "Poesia popular", que saiu na nossa "Revista de Língua Portuguesa" (n. 13, págs. 15-34); *A. Thomas Pires*, "Tradições poéticas", "Investigações etnográficas", "Setecentas comparações alentejanas" e "Ditados agrícolas" (VIII, 215-220, e XIV, 88-112 e 169-183);

Pedroso, Alberto Pimentel e o admirável casal José Leite de Vasconcelos e Carolina Michaelis de Vasconcelos. Embora haja continuado e reflorescido em pleno realismo, o estudo do folclore, como é bem de ver, teve o seu surto, em Portugal, graças à inspiração do romantismo, que, ali como alhures, sempre se apoiou essencialmente nas tradições populares.

Os "Contos populares do Brasil", de Silvio Romero, — publicados primeiramente em Lisboa (1885), com 2ª edição, "consideravelmente aumentada", no Rio-de-Janeiro (Alves & C., 1897), —

---

*V. Augusto Tavares*, "Romanceiro transmontano" (VIII, 71-80; e IX 277-323); *d. Maria Angelica Furtado de Mendonça*, "Romances populares"; *d. Maria da Conceição Dias*, "Tradições populares do baixo Alentejo"; *A. Gomes Pereira*, "Costumes e linguagem popular de Murça" e "Tradições populares do Porto"; *A. Cardoso Murta*, "Tradições populares"; *Joaquim Manuel Correia*, "Costumes do Conselho de Sabugal"; *Carlos Simões Ventura*, "Tradições populares e vocabulário de Vale de Cântaro (Coimbra)" (XIV, 1, 41, 82 e 125, 196, 247 e 283). Além dos trabalhos de *Pedro Fernandes Thomaz* ("Canções populares da Beira" e "Velhas canções populares portuguesas"), *Francisco Xavier d'Athaide Oliveira* ("Romanceiro e cancioneiro do Algarve") e *Alberto Bessa* ("A gíria portuguesa"), foram ainda estampados os seguintes: *M. Cardoso Martha* e *Augusto Pinto*, "Folclore da Figueira da Foz" (1911); *Jayme Cortezão*, "Cancioneiro popular" (1914); *José Teixeira Rego*, "Nova teoria do sacrifício" (1918); *Nuno Catharino Cardoso*, "Cancioneiro popular português e brasileiro" (1921); *Ladislau Batalha*, "História geral dos adágios portugueses" (1924); e *Antonio Sardinha*, "Na feira dos mitos — Idéas e fatos" (1927). Quando residia em nosso país, publicou *Bethencourt Rodrigues* a excelente memória "Poesia do povo e poesia para o povo" ("Revista do Brasil", n. 63, 218-223). *Albino Bastos*, "Folclore lanhosense"; *João Vieira d'Andrade*, "Tradições populares da província do Douro"; *D. Leite de Castro*, "Folclore vimaranense"; *Sociro de Brito*, "Demosophia", "As brotas, linguagem infantil, poesia popular alentejana"; *Cândido A. Landolt*, "Tradições maiatas, e "Subsídios para o estudo do folclore infantil português"; *Armando da Silva*, "Folclore e dialetologia de Espozende". O erudito escritor português *Francisco Gomes de Amorim* deixou dois trabalhos de interesse para a demopsicologia brasileira: "Ódio de raça" (Lisboa, 1869) e "Cedro vermelho" (ib., 1874 em 2 vols.), pois juntou a ambos, sob a epígrafe "Notas e esclarecimentos, muitas observações curiosas e pitorescas com relação ao folclore amazônico. Além da "Revista Lusitana", existe em Portugal a "Revista do Minho", destinada ao estudo das tradições populares, e que se publica desde 1885.

constituem, até à data presente, a única bem provida fonte em que se dessedentam os curiosos e estudiosos dessa modalidade dâs nossas tradições. Embora lhes dê o título a aparência de tesouro de lendas de toda a nossa vasta nacionalidade, quem os examinar com a mais comezinha atenção verificará terem sido somente colhidos, e apenas em número de 88 (incluídas aí meia dúzia de versões tomadas ao “Selvagem”, de Couto de Magalhães), a maior parte em Sergipe, berço do seu competente organizador, regular quantidade em Pernambuco, onde cursou ele a faculdade jurídica, e menos de uma dúzia aquí, na capital do país, onde passou o melhor da sua indefessa existência objetiva. Não merecia, portanto, aquela coletânea, si considerada a rigor, a ampla denominação que recebeu e que a faz ser confundida com um “novelário geral”, que na verdade não é, pela simples razão de não poderem Sergipe, Pernambuco e a velha Sebastianópolis representar sozinhas uma nação de mais 18 circunscrições políticas, muitas das quais com características étnicas e éticas bastante diferenciadas, quais as do extremo-norte e do nordeste pela influência do mameluco, as do centro (litoral e *hinterland*) pelo grande cruzamento com o africano, e a da fronteira meridional pela franca recetividade da ação platina através da fronteira. Conhecia, entretanto, o douto crítico muitas das publicações do gênero, já àquele tempo correntias no mundo culto, e, provavelmente, além de outras, possuiu e compulso a modelar série de volumes, denominada “Canti e racconti del popolo italiano”, devida a D. Comparetti e A. d’Ancona, editada de 1871 em diante. Mais acertadamente houvera procedido Silvio Romero, si lograsse a colaboração de outro idôneo cultor do nosso folclore, o seu comprovinciano João Ribeiro (32), e,

---

(32) Silvio Romero, como se vê da dedicatória impressa dos “Contos populares”, considerava Mello Moraes Filho o seu “companheiro único”, em relação aos estudos do folclore brasileiro. E’ certo que João Ribeiro, em começo da carreira literária, mais se distinguira pela cultura da filologia; mas, ainda no período da operosa velhice daquele seu ilustre comprovinciano, já revelara acentuada vocação, prenunciadora do insigne mestre, que se tornou depois, no tocante à nossa mitografia.



juntos, enriquecessem as nossas letras, tão indigentes a esse aspecto, com uma coletânea de mais extensão e melhor arranjo, semelhante à italiana acima citada (33).

Depois do referido volume de Silvio Romero, — Luiz Tenório Cavalcanti de Albuquerque, poeta e prosador alagoano, fez editar em 1897 (isto é, no mesmo ano da reedição dos “Contos populares”),

---

(33) Sei que Silvio Romero possuía essa excelente coletânea italiana, porque não ha muito adquiri, na Livraria Quaresma, quatro volumes da mesma, nos quais, além do nome autógrafo, pôs o escritor sergipano algumas notas a lapis. Creio que esses livros tinham ficado em poder do sr. Arthur Guimarães, porque foram ali vendidos com outros que a este pertenceram. Não tenho sinão poucos exemplares da coletânea mencionada, da qual foram publicados, pelo menos, os seguintes volumes: — “Canti popolari monferrini”, por *Giuseppe Ferraro* (1870); “Canti popolari delle provincie meridionali”, por *Antonio Casetti* e *Vittorio Imbriani* (1871 e 1872, 2 vols.); “Canti popolari marchigiani”, por *Antonio Gianandrèa* (1875); “Canti popolari della montagna lucchese”, por *Giovanni Giannini* (1879); “Canti popolari umbri”, por *Giuseppe Mazzatinti* (1883); “Novelline popolari italiane”, por *Domenico Vittorio Imbriani* (1877); “Novelline e fiabe popolari marchigiane”, por *Vittorio Imbriani* (1877); “Novelline e fiabe popolari marchigiane”, por *Antonio Gianandrèa* (1878). Para comprovar o carinho com que se consagraram os italianos ao seu folclore, não falando já nas obras capitais de *Gubernatis*, “*Mythologie zoologique*” (1874) e “*Mythologie des plantes*” (1873), citarei mais algumas publicações da pátria de Dante, todas do século passado e referentes a tal gênero de estudos: — *Giuseppe Pittrè*, “*Biblioteca delle tradizioni siciliane*” (1870-1888, 18 vols.); *G. Tigrè*, “Canti popolari toscani” (1869); *Napolcone Corazzini*, “Componimenti”; *Vicentini*, “Fiabe mantovane”; *Stanislao Prato*, “Una novellina popolare monferrina” e “Quattro novelline popolari livornesi”; *Carolina Coranedi-Berti*, “Novelle popolari bolognesi”; *Aricetti*, “Novelle popolari piemontesi”; *D. G. Bernoni*, “Credenze popolari veneziane”; e *Giulio Savatori*, “Storie popolari toscane” (“*Giornale di Filologia Romana*”, t. II, 1879, 194-204). O folclore italiano ainda foi objeto de alguns estudos curiosos, realizados por estrangeiros, quais os seguintes: — *H. Knust*, “*Italianischen Marchen*”; *Laura Gonzenbach*, “*Sicilianischen Marchen*”; *J. F. Schneller*, “*Marchen und Sagen aus Walschtyrol*” (1870); e *Comte de Puymaigre*, “*La poésie populaire en Italie*” (1881) (\*).

---

(\*) Ultimamente, appareceu no Velho-Mundo o “*Manuel de folklore*” (París, 1838) de P. Santyves, que tanto já se havia notabilizado por suas investigações sobre a mitografia do Velho-Testamento e é atualmente quem preside à Sociedade de Folclore, com séde na capital da França.

com o pseudônimo de *Julio Campina*, o seu “Subsídio ao folclore brasileiro”, pequena obra de VI-82-II páginas; e, pelo n. “I”, que lhe após à folha-de-rosto, anunciou o propósito de continuação, ao que me consta irrealizada. Pondo-se à margem as anedotas sobre caboclos e portugueses, que ocupam quasi metade do opúsculo, restam nele 15 contos, 3 poesias e uma descrição, todos colhidos em Pernambuco e Alagoas.

À parte essa, apenas conheço, em prosa, tres outras coletâneas regionais, que são as seguintes: — “Populário — Lendas do Sul” (Pelotas, 1913, 8º de 92 págs., reeditado em 1926, com o título “Contos gaúchos e lendas do sul”), de J. Simões Lopes Netto; “Lendas amazônicas” (s. l., 1916, 8º de 144 págs.), compiladas por José Coutinho de Oliveira; e “Lendas matogrossenses” (Cuiabá, 1919, 8º de 134 págs.), de Feliciano Galdino. São opúsculos em que quasi nada se encontra de matéria prima do nosso folclore. O primeiro encerra somente tres lendas gaúchas, estilizadas pelo autor do “Cancioneiro guasca”, e o argumento de algumas tradições missionárias, peculiares do centro e do norte do Brasil. No segundo, o melhor sortido de todos, acham-se 31 lendas concernentes à Amazônia, extraídas de vários tratadistas brasileiros e alienígenas. E o de Feliciano Galdino compagina 17 produções, que ou não passam de fatos históricos, nimbados e deturpados pela fantasia do povo, ou são ficções, verossímeis umas e inverossímeis outras (quais as de milagres), mais de criação literária do autor do que oriundas da corrente vulgar (34).

---

(34) “Sobre algumas lendas do Brasil” fez *Olavo Bilac* uma aplaudida conferência (“Revista do Brasil”, n. 16, abril de 1917, págs. 366-381), na qual tratou principalmente, entretecendo a sua límpida prosa com sonetos lapidares, dos nossos mitos indígenas. A esse trabalho do imortal poeta ainda me referirei mais adiante. *Pedro Bernardo Guimarães* (filho do grande escritor mineiro), num bém traçado opúsculo, “O que nos resta do Pindorama” (Itajubá, 1914), recenscou e descreveu, de acordo com os trabalhos mais conhecidos e autorizados, tanto os mitos primários, quanto os secundários, das

Tenho informação fidedigna de que um meu coestaduano, o professor Manuel Ambrosio de Oliveira, residente em Januária, organizou não pequena colheita de cantos e contos populares, ouvidos pessoalmente na vasta zona mineira do rio São-Francisco. Remeteu-a a Silvio Romero, que, encontrando dificuldade na tentativa de dá-la à publicidade, a devolveu ao dono, por intermédio do diretor da Biblioteca Pública de Aracajú. Está, portanto, inédita, — o que é pena, pois de quem teve aso de examiná-la (o sr. Urbino de Sousa Viana) sei que por ela pode averiguar-se a influência baiana no folclore daquele extenso rincão da terra dos inconfidentes (34 A).

Dos escritores patricios contemporâneos, poucos são os que se têm abalanchado a ensaios de síntese, de interpretação ou mesmo de simples exposição da nossa demopsicologia. Eis esses *rari nantes in*

---

nossas tribus tísticas; mas deve ser lido com reservas, por ter esposado os exageros de Couto de Magalhães, quanto à teogonia dos nossos índios. As nossas lendas populares abriu capítulo *Leoncio de Oliveira*, em sua "Vida roceira" (51-77), pois aí inseriu algumas em linguagem polida. Delas tratou em geral *Gustavo Barroso*, no livro "O sertão e o mundo", tendo antes sumariado algumas e aproveitado outras no volume "Ao som da viola", onde vêm as do "Ciclo dos bandeirantes" (25-35) e outras (703-716), assim como as "Histórias de gente" (619-640) e as "Fábulas" (547-699), destas algumas em verso. *Alfredo Ladislau*, em "Terra imatura" ("Pará, 1923), estilizou várias lendas aborígenes (165-247), quais as seguintes: "Gênese das amazzonas", "Juriti-pepena", "Muiraquitan" e "Vitória-régia". Em todas essas publicações, porém, é pouca a genuína matéria prima do folclore (\*). E, finalmente, com o nosso lendário tradicional há poucos anos se preocupou nossa talentosa patricia *d. Esther Ferreira Vianna* ("O Mundo Literário", n. 34, 1925, e em jornais cariocas, onde, como no "Correio da Manhã", números de abril e maio de 1928 tratou de "Assombrações", "Oniromancia", Bruxas e bruxedos").

(34 A) Da obra do prof. Manuel Ambrósio já apareceu o vol. I (São-Paulo, 1934), sob o título "Brasil interior — Palestras populares, folclore das margens do S. Francisco".

---

(\*) Alfredo Ladislau deixou também, sob a epígrafe "Mongomalaio e sertanejos", um pequeno, mas interessante estudo comparativo (saíu em um dos números da revista carioca "O Mundo Literário") dos costumes dos sertanejos nordestinos com os tapúias do baixo Amazonas.



*gurgite vasto*: — João Ribeiro, com o seu substancioso trabalho, “O folclore (1919) (35), onde enfeixou, desenvolvendo-as e anotando-as, as magistraes conferências realizadas em 1912 na Biblioteca Nacional (“Anais”, XXXV, 1916, 213-311); Afranio Peixoto, que, além de colecionar as “Trovas populares brasileiras” e de estudar as “Trovas selvagens” (in “Parábolas”, 1920, pág. 106, tendo sido depois transcritas em “O Mundo Literário”, n. 25, 1924), ainda tratou das abusões populares; Gustavo Barroso, com os seus excelentes livros “Terra de sol” (1912), “Ao som da viola” (1921) e “O sertão e o mundo” (1923) (36); Lindolfo Gomes, com o opúsculo “Folclore e tradições do Brasil” (37); Alberto Faria, com as “Aérides” (1918) (38); Amadeu Amaral, com o “Dialeto caipira”, com os artigos sobre o folclore brasileiro, que deu a lume no “Estado de São-Paulo”, e com as excelentes idéias que, sobre as nossas “Tradições populares”, semeou na “Revista da Academia Brasileira de Letras” (1925, n. 43, págs. 523-530; n. 45, págs. 39-54; e n. 48,

---

(35) Com esse livro, provou João Ribeiro reunir todos os predicados imprescindíveis ao verdadeiro mitógrafo. Revelou-se filólogo e poliglota, historiador e poeta, em suma, homem de rara cultura humanística, em quem sobejavam a paciência e o gosto para tais investigações, nas quais demonstrou, ao mesmo tempo, probidade e senso pessoal.

(36) Na “Terra de Sol”, os capítulos mais úteis ao folclore são os seguintes: — “Os divertimentos (Música e dança)” (209-220); “A poesia” (221-256); “Lendas relativas ao mundo natural” e “Lendas relativas ao mundo sobrenatural” (259-271). Mas em “O sertão e o mundo” é que melhor se patenteiam os sólidos conhecimentos folclóricos de Gustavo Barroso.

(37) Além do trabalho acima citado, ainda conheço do sr. Lindolfo Gomes o opúsculo “Nihil novi”, bem como o erudito artigo “A bela e a fera — (Da tradição oral)”, que foi estampado na “Rev. da Língua Portuguesa” (n. 6, 165-170). Em 1928, data da primeira edição deste nosso prefácio, ainda não tínhamos lido os “Contos populares e cantigas de adormecer” e “Nihil novi”, d o ilustre folclorista mineiro. São dois dos melhores trabalhos resistentes à mitografia brasileira.

(38) Nas “Aérides” ha poucos artigos que interessem ao nosso folclore: “Macaco-branco” (19-31); “Brasileirismos” (33-44); “Papagaios” (153-160) e “Adivinhas” (245-248). Alberto Faria, entretanto, deixou sepultas em revistas e jornais muitas notas curiosas sobre paremiologia.

págs. 314-321); Affonso A. de Freitas, com as "Tradições e reminiscências paulistanas" (1921); Nestor Diógenes, com o "Brasil virgem — Esboço folclorista e crítico-social" (1924); Leonardo Motta, com os "Violeiros do norte" (1925); e Daniel de Gouveia, com o "Folclore brasileiro" (1926 (39)). E' de justiça que se inscrevam nessa plêiade os nomes de Lucas Boiteux, autor da "Poranduba catarinense", e de Crispim Mira, que, na sua "Terra catarinense" (Florianópolis, 1920), consagrou bom número de páginas (129-175) ao "Folclore catarinense" (39 A).

Alguns nomes novos podem agora juntar-se à plêiade dos cultores das tradições populares do Brasil, ao aspecto de trabalhos de natureza geral e de crítica. Assim é que a Osvaldo Orico, autor também de um "Vocabulário das crendices amazônicas", se deve o substancial estudo sobre os "Mitos ameríndios" (São-Paulo, 1930); a Joaquim Ribeiro, que está honrando brilhantemente o nome paterno, deve-se o excelente ensaio sobre "A tradição e as lendas" (Rio, 1930), devendo ele ser considerado como um dos poucos que tentaram até agora, em nosso país, uma sistematização da mitografia nacional; e Jorge Hurley não pode deixar de figurar ao lado dos nomes já citados, graças ao seu erudito volume sobre "Itarana" (Belém-do-Pará, 1934).

José Aloysio B. Vilela, por sua vez, tratou do "Folclore viçosense", às págs. 145-161 do "Album do centenário de Viçosa — Alagoas" (Maceió, 1931).

---

(39) Ha um trabalho de Coriolano de Medeiros, enviado ao Congresso Internacional de História da América e que se intitula "Folclore paraibano", o qual ainda não foi publicado, até à data presente. Traz poesias regionais.

(39 A) Em "A União", de Paraíba (ns. 58, 59 e 60, de 12, 14 e 15 de março de 1922), foi estampada uma erudita conferência, ali feita pelo dr. Frederico Cavalcanti, sobre o tema "O folclore em suas relações com as ciências, as artes e as letras". E' estudo bastante desenvolvido, encerrando, porém, pouca coisa atinente à nossa psicologia popular. O mesmo ilustre compatriótico deu à estampa em "O Norte", da Paraíba (n. de 4 de agosto de 1929), um curioso artigo, intitulado "Folclore das aves".

Interessam também aos estudos da nossa demopsicologia dois trabalhos, aparecidos no século próximo-findo, de Álvaro Martins: um foi “A capela milagrosa — (Notas e impressões)” (Fortaleza, 1898), com uma *parte histórica* e outra *tradicional*, esta última consagrada aos milagres extraordinários de São Francisco das Chagas em Canindé (Estado do Ceará); e outro saiu à luz anônimamente, com a epígrafe “Guia do capoeira ou ginástica brasileira” (Rio, 1885), nele havendo bastante o que respigar quanto ao vocabulário da capoeiragem e aos costumes daquela época.

José Carvalho, que foi um dos ativos e competentes cultores da nossa mitografia, deixou-nos sobre ela os três opúsculos seguintes: “Perfis sertanejos — Costumes do Ceará” (Fortaleza, 1897); “Os jangadeiros cearenses em *raid* ao Pará” (Belém-do-Pará, 1928); e “O matuto cearense e o caboclo do Pará — Contribuição ao folclore nacional” (Belém-do-Pará, 1930).

Sobre alguns esgalhos do seivoso tronco do nosso tradicionalismo, repontaram ensaios, que demandam matrícula à parte.

A seara das crendices, sobremaneira importante para o folclore, mereceu bom número de segadores. Foi um dos primeiros, creio eu, José Verissimo, com o capítulo “Crenças” (368-386) das “Populações indígenas e mestiças da Amazônia” (“Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.”, L, parte 1ª, 1887) e com as “Tradições, crenças e superstições amazônicas” (“Revista Amazônica”, I, 205-214; II, 5-11). E da região setentrional são quasi todos os escritos congêneres, como os de: — Aurelino Leal, “A religião entre os condenados da Baía” (Amargosa, 1898); F. A. Pereira da Costa, no longo capítulo “Superstições” (7-134), do seu “Folclore pernambucano”; o barão de Studart, “Usos e superstições cearenses” (“Rev. da Acad. Cearense”, XV, 1910, 28-57); João Alfredo de Freitas, “Lendas e superstições do norte do Brasil” (Recife, 1884), e no artigo “Superstições do norte do Brasil” (“Litericultura”, de Teresina, III, 1913); Coriolano de Medeiros, “Superstições paraibanas”

("Rev. do Inst. Hist. e Geog. Paraibano", II, 1910, 213-221); Gustavo Barroso, na parte final do livro "Ao som da viola" (713-733); Luiz da Câmara Cascudo, "Os animais fabulosos do norte" ("Rev. do Centro Polimático", Natal, 1921, II, 7-13) e "Licanthropia sertaneja" ("Rev. do Brasil", n. 94, 1923, 129-1933) (40); Nestor Diógenes, no "Brasil virgem" (115-129); Prado Ribeiro, na "Vida sertaneja" (205-210); Leonardo Motta, nos "Violeiros do norte" (217-232) (41); e Raymundo Moraes, em "As lendas" (77-85), capítulo de "Na planície amazônica" (Manaus, 1926). Edmundo Krug percorreu sobre "A superstição paulista" (1910); assim como Leoncio de Oliveira, nos capítulos "Abusões" (13-24) e "Crenças e abusões" (30-38) da "Vida roceira" (1919); e Cornelio Pires, nos capítulos "Abusões", "Assombramentos" e "Assombramentos" (157-182), das "Conversas ao pé do fogo" (1921). De espécie mais restrita, são os trabalhos de Afranio Peixoto, "Superstições populares, relativas à saúde, doença e morte" ("Revista da Acad. Bras. de Letras", n. 10, 1912, 231-248), e de Raymundo Magalhães, "Medicina popular" ("O Mundo Literário", n. 46, 1926), aos quais se devem juntar os capítulos "Medicina sertaneja" (25-30) da citada "Vida roceira", de Leoncio de Oliveira, e da "Vida sertaneja" (183-186), de Prado Ribeiro. Mais generalizados, um de exposição e o outro de crítica ao primeiro, apareceram na "Revista de Língua Portuguesa" os artigos de J. Mello, "Tradições,

---

(40) Além desses eruditos artigos, Luiz da Câmara Cascudo ainda lucubrou outro, sobre "Jesús Cristo no sertão", que saiu na "Revista do Brasil" (n. 79, 1922, 245-247). Não conheço o seu livro "Sertão de inverno". Ouso, porém, afirmar, pela leitura das duas publicações acima citadas, que o escritor norte-riograndense deve ser posto na fileira dos nossos bons folcloristas.

(41) Ha um opúsculo, ainda não velho, pois é de 1921, "Curiosidades e fatos notáveis do Ceará", do professor J. G. Dias Sobreira, que faz lembrar o do cônego Francisco Bernardino de Sousa, "Curiosidades do vale do Amazonas", visto encerrar notas de *omni re scibili*, ao lado de observações sobre os costumes sociais, lendas e superstições populares. Não prima pela perfeição do estilo; mas nem por isso deve ser relegado ao olvido.



lendas, superstições populares” (n. 21, 55-60), e de João Evangelista de Oliveira, “Folclore brasileiro” (n. 25, 155-158).

Outro campo — o da ética social, de não menos relevo para a nossa demopsicologia — teve também alguns ceifeiros, como se infere dos seguintes frutos: “Elementos étnicos — Usos e costumes”, capítulo das “Notas sobre a Paraíba” (1892, 151-160), de Irineu Joffily; “Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense, desde os tempos coloniais até nossos dias” (1893), do padre Antunes de Siqueira; “As festas populares do Pará” (1905), de Arthur Vianna; “Costumes locais” (Natal, 1909), de Eloy de Sousa; “Festas populares piauienses” (“Litericultura”, III, 1913), de Mathias Olympio (42); “Costumes do Rio Grande do Sul”, de Cezimbra Jacques; “Costumes do povo nos nascimentos, casamentos e enterros” (“Anais do 1º Congresso de História Nacional”, V, 737-746), de Francisco Luiz da Gama Rosa; “Folguedos sertanejos” e “Usos e costumes” (“Vida roceira”, 38-43 e 78-81), de Leoncio de Oliveira; “Brinquedos roceiros” e “Alimentação dos roceiros” (“Conversas ao pé do fogo”, 127-134 e 149-155), de Cornelio Pires; “Usos e costumes” (“Monografia do município de Montes Claros”, 307-311), de Urbino de Sousa Vianna; “Vida sertaneja — Usos e costumes do sertão baiano” (s. d., mas é de 1926 ou 1927), de Prado Ribeiro (42 A).

---

(42) Prometeu Astolfo Marques um livro sobre “As festas populares maranhenses”. Ignoro si chegou a ser impresso.

(42 A) Os estudos sociais tiveram em nosso país, nos últimos anos, um grande e promissor impulso, graças, sem dúvida, aos belos e cultos espíritos de Oliveira Viana e Vicente Licínio Cardoso, Pontes de Miranda e Alcides Bezerra. Assim, cumpre-nos render sincero preito de justiça a alguns nomes que já se acham hoje consagrados em nossas letras, no tocante a várias investigações sociológicas sobre nossa nacionalidade. Cremos que o primeiro lugar deve caber a Gilberto Freire, cujos dois livros, “Sobrados e mucambos” (n. 64 da “Brasiliiana”), “Casa-grande e senzala” (Rio, 1934), bem como a sua dinâmica intelectual, o ergueram à liderança de uma das mais elevadas feições do pensamento brasileiro. A seu lado figuram: o preclaro cearense

Os canteiros da paremiologia e das perguntas enigmáticas não lograram atrair amoráveis floricultores. Estes dão preferência às rosas caras das urbes cultas e abandonam quasi de todo as singelas boninas da inteligência vivaz dos nossos sertanejos. Quanto ao nosso adagiário, com efeito, só existem poucos livros especializados: um devido a Theobaldo (Francisco Mendes de Paiva), "Provérbios históricos e locuções populares" (1879), e o outro ao abalísado latinista Antonio de Castro Lopes, "Origens de anexins, prolóquios, locuções populares, siglas, etc., 1ª e 2ª séries" (1886), o qual, no ponto de vista folclórico, é de exíguo proveito; e tres mais recentes: o de J. T. (conselheiro João Nepomuceno Torres), "A gíria brasileira — Coleção de anexins, adágios, rifões e locuções populares" (Baía, 1899); o de João Ribeiro, "Frases feitas — Estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios" (Porto-Lisboa, 1908-1909); e o de J. Keating, "Fraseologia popular franco-portuguesa e vice-versa, seguida de alguns provérbios em ambas as línguas" (París, 1911). Excetuados esses trabalhos, somente conheço sobre o assunto o capítulo "Modismos e adagiário" ("Violeiros do norte", 261-296), de Leonardo Motta, que deu assento ali a reduzido número de provérbios peculiares da zona nordestense (43).

---

Djacir Meneses, abalisado estudioso das coisas do nosso setentrião, e o fecundo norte-riograndense Luiz da Câmara Cascudo, com os quais se emparelham Artur Ramos e Graciliano Ramos e o pernambucano Estêvão Pinto. Embora não tenha ainda cogitado de assuntos regionais, pois que volveu a atenção para a mais alcandorada esfera especulativa, ocupa lugar de destaque entre os nossos jovens mais delicados a pesquisas sociais o dr. Almir de Andrade.

(43) Em nossa ex-metrópole, onde se entregam a estudos de folclore pessoas de sólida instrução, começou a ser publicada a "História geral dos adágios portugueses" (1924), obra do professor Ladislau Batalha, e só a "introdução" se corporificou em volume de mais de 300 págs. Será ótimo exemplo e fonte limpa aos que quizerem em nosso país aventurar-se ao colecionamento e interpretação das expressões adagiaes, tradicionais no povo inculto e vulgares na literatura, tanto de origem lusa, quanto de transformação ou criação nacional.



Couto de Magalhães





Das adivinhas populares, — longe de termos trabalhos que ao menos se aproximem dos de Lehmann-Nitsche e Eliodoro Flores (44), relativos às da Argentina e do Chile, — apenas conheço as pequenas, mas eruditas, memórias de J. Carneiro Monteiro (45), “Adivinhações” (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Paraibano”, II, 1910, 285-290), e de Alcides Bezerra, “Adivinhas” (*ib.*, IV, 1912, 255-275), assim como o capítulo “Adivinhações” (167-177), do “Brasil virgem”, de Nestor Diógenes.

Tomaram valente impulso os estudos sobre a transformação da língua portuguesa no Brasil, principalmente a organização de vocabulários, que apareceram em boa quantidade, mais ordenados e sistematizados do que os poucos do século findo, e a Academia de Letras promete para dentro em curto prazo um “Dicionário de brasileirismos”, obra definitiva, para a qual já existe abundante material na sua “Revista”. Entre as publicações teóricas e críticas, engastam-se as de João Ribeiro (46), “A língua nacional” (1921), e de Solidonio Leite, “A língua portuguesa no Brasil” (1922), às quais devem juntar-se as de Alfredo de Carvalho, “Frases e palavras” (1906); Antonio Salles, “A língua nacional” (“Revista do Brasil”, n. 77, 38-44); Virgílio de Lemos, “A língua portuguesa no Brasil” (memória apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia); Augusto Daissou, “À margem de alguns brasileirismos”

---

(44) Publicou o primeiro as “Adivinanzas rioplatenses” (1911), grosso tomo de 496 págs, seguido de um “Resúmen” (1915, de 9 págs); e o segundo as “Adivinanzas corrientes en Chile” (1911, *sep.* da “Revista del Folclore Chileno”), em 198 págs.

(45) Desse erudito folclorista conheço ainda o artigo “A fuga de Maria”, que saiu na “Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas” (n. 32, 17-18).

(46) Além desse oportuno e meditado trabalho, em que colocou tão criteriosamente a agitada questão da “língua nacional”, ainda foram estampados excelentes artigos de João Ribeiro na “Revista de Língua Portuguesa”, quais os seguintes: “Notas e fragmentos acerca de alguns vocábulos brasileiros” (n. 4, 45-52); e “Brasileirismos (Nota bibliográfica)” (n. 7, 43-48).

(Porto-Alegre, 1925); e Affonso Costa, "Brasileirismos", às páginas 175-185 do seu opúsculo "Língua portuguesa (Resposta à crítica)" (1922). Coletâneas de palavras, respeitantes a todo o país, fizeram-n-as: Afranio Peixoto, "Folclore — Nota sobre o vocabulário médico popular no Brasil" ("Rev. da Academia Brasileira de Letras", n. 8, 1912, 327-328) e "Brasileirismos" (sep. da "Revista de Filologia Portuguesa", São-Paulo, 1924); Affonso de Escragnolle Taunay, "Léxico de lacunas" (Tours, 1914), "Vocabulário de omissões" ("Rev. de Língua Portuguesa", n. 30, 1924, 141-229), e "Coletâneas de falhas" (1927); Raymundo Magalhães, "Vocabulário popular"; Firmino Costa, "Vocabulário analógico" ("Revista do Brasil", 1916-1917), no qual ha muitos brasileirismos, justificados com exemplos de escritores de fama; Rodolfo von Ihering, "Vocabulário zoológico com acepções brasileiras diversas das portuguesas" (*ib.*, n. 63, 263-264); e Ed. Navarro de Andrade, "Ligeira contribuição para a terminologia florestal" (*ib.*, n. 84, 311-320). Apareceram também léxicos de vozes toponímicas, quais os de Theodoro Sampaio, "O tupi na geografia nacional" (1901, 2ª ed., 1914); Bernardino José de Sousa, "Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil" (1917, 2ª ed.), com um "aditamento", inserto na "Rev. de Língua Portuguesa" (n. 5, 163-168), e, mais recentemente, com o desenvolvido volume "Onomástica geral da geografia brasileira" (1927); Rodolfo Garcia, "Nomes geográficos peculiares ao Brasil" ("Rev. de Língua Portuguesa", n. 31, 153-188, e sep.); Nelson de Senna, "Toponímia geográfica brasileira" (*ib.*, n. 26, 155-168; n. 31, 187-194; e sep.); e Sousa Docca, "Vocábulos indígenas na geografia riograndense" (1926), 2 vols., sep. da "Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul"). São regionais os seguintes trabalhos: — "Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha de Marajó" (Pará, 1905), de Vicente Chermont de Miranda; "Dialeto riograndense" (1909), de Joaquim Gomes de Campos Junior; "Dicio-

nário popular contendo a significação de vários termos de gíria" ("Jornal do Recife", n. 91, de 1914), sobre modismos pernambucanos; "Dicionário de brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)" (1915), de Rodolfo Garcia; "Brasileirismos — Vocábulos e frases em uso no Estado das Alagoas" ("O Semeador", Maceió, ns. 97-151, de 1915), de Theotonio Ribeiro; "Dicionário de brasileirismos usados no Paraná" ("Ciências e Letras", Rio-de-Janeiro, ano IV, 1915-1916. 197, 216 e 234), de Ermelino A. de Leão; "Vocabulário gaúcho, contendo mais de 2.000 termos usados no linguajar rio-grandense" (1926), de Roque Callage (47); "Vocabulário regional" ("O Mundo Literário", n. 3, 1922, 347-348), relativo a Mato-Grosso, de Floriano de Lemos (48); "O linguajar carioca em 1922" (tendo saído antes na "Revista do Brasil", XVII a XX), de Antenor Nascentes; e "Geringonça carioca — Verbetes para um dicionário da gíria" (1922), de Raul Pederneiras. Do calão dos delinquentes (de que em parte colheram farta messe os dois últimos escritores citados) trataram Ernesto Senna ("Através do cárcere", 1908), Elysio de Carvalho ("Gíria dos gatunos cariocas",

---

(47) Em algumas das produções literárias sul-riograndenses têm havido o cuidado de se lhes juntarem pequenos vocabulários. Destes, um dos mais desenvolvidos, que conheço, é o que se encontra (págs. 191-205) em "Querência" (1925), livro de contos de Antonio Vieira Pires. "A Amazônia misteriosa" (1925), de Gastão Cruls, traz também desenvolvido "elucidário" págs. 315-345). No excelente trabalho de Ernesto Antônio Lassance Cunha, "O Rio Grande do Sul — Contribuição para o estudo de suas condições econômicas" (Rio, 1908), ha uma "Breve coletânea de termos e locuções peculiares à campanha" (págs. 399-405).

(48) Não se me deparou nenhuma outra coletânea vocabular, respeitante às demais regiões do Brasil. De autor anônimo publicou "A Lanceta", do Recife (ns. 7 a 14, de 1912), um "Glossário cearense — Expressões, corruptela, gíria e tupi; acepções e frases populares", e trabalhos de tal natureza ha, por certo, sepultos em periódicos sertanejos. Notas dispersas encontram-se em volumes destinados a assuntos diferentes. Assim é que na "Corografia do município do Rio Pardo — Estado de Minas-Gerais" (Belo-Horizonte, 1908), por Antonino da Silva Neves, acha-se bastante que respigar sobre brasileirismos, lendas, usos e costumes daquela zona.

Rio, 1912), um anônimo (“Gíria dos ladrões e gatunos” em a “Lanceta”, Recife, n. 13, de 1912) e Gastão Penalva (“Fora do Mundo”, 1922, e in “O Mundo Literário”, n. 13, 1923, 72-77) (49). Este ainda colecionou a “Gíria maruja” (“O Mundo Literário”, ns. 21, 23 e 24, 124), trabalho que, aliado aos vocabulários insertos por Antonio Alves Camara, nos seus excelentes volumes “Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil” (1888) e “Pescas e peixes na Baía” (1911), muito concorreria para a organização de um “Dicionário de brasileirismos marítimos” (50). Da “gíria do norte”, prometeu um livro Rodrigues de Carvalho, que lhe estampou um excerto no “Almanaque do Estado da Paraíba para 1918” (363-371). Dos “Africanismos no Brasil” cogitou Nelson de Senna (“Rev. de Língua Portuguesa”, n. 12, 159-166). E quem, afora as lendas, usos e costumes dos mestiços paulistas, quizer conhecer-lhes os modismos da verbalidade, não poderá deixar de ler o “Dialeto caipira” (1920), de Amadeu Amaral, “a primeira séria sistematização do nosso falar caipira” (segundo Tristão de Athayde), bem como os escritos de José Piza, “Contos da roça” (1900); Valdomiro Silveira,

---

(49) “O Jornal”, de 30 de dezembro de 1922, estampou longo e interessante artigo do capitão Albino Monteiro, sobre “A gíria da gatunagem carioca — Especialidades dos amigos do alheio — Seus hábitos e pendores — Outras notas”. Não pude verificar si continuou a escrever sobre esse curioso assunto, conforme prometeu. Nas “Memórias de um rato de hotel — A vida do dr. Antônio, narrada por ele mesmo” (Rio, 1912), da lavra de Paulo Barreto (João do Rio), ha 84 vocábulos da gíria dos gatunos cariocas, dispostos em ordem alfabética, à págs. 91-93.

(50) Observo, com tristeza, que o mar pouco tem seduzido os nossos escritores, principalmente ao sul do país. Depois de Virgílio Varzea, — cuja pena entrou em repouso, — apenas Vicente de Carvalho, Benedicto Calixto e Baptista Coelho se preocuparam, em verso e prosa, com a nossa gente de beira-Atlântico. Felizmente, depois da campanha patriótica de Frederico Villar, continuada por Armando Pinna e Xavier da Costa, os nossos praianos estão atraindo ultimamente a atenção de alguns letrados patricios, como Eugênio de Castro, Reis Netto e Gastão Penalva (que outro não é sinão o capitão-tenente Sebastião de Sousa), talvez, a esse propósito, o mais entusiasta e operoso de todos eles.



“Os caboclos” (1921); Leoncio de Oliveira, “Vida roceira” (81-87) e de Cornelio Pires, principalmente a “Musa Caipira” (1910), págs. 89-95, e as “Conversas ao pé do fogo” (1921), onde vem mais extenso vocabulário (201-247) (50 A).

Em suma: — Não se afoite ninguém a alardear muita originalidade no tocante ao colecionamento e à interpretação das frondes que se ramificam na árvore do nosso folclore, sem que primeiro manuseie para o descobrimento e leia com reflexão as inúmeras pequenas contribuições, escondidas, — a mais das já mencionadas por mim, — ou esquecidas por páginas de almanaques e revistas (51), e algumas firmadas por nomes de relevo, quais os de Carmen Dolores, Amadeu Amaral, Viriato Correia e Ademar Tavares.

Não disponho de elementos suficientes, — pois nesse particular é lamentável a indigência das minhas poucas estantes de livros, —

---

(50 A) No “Ceará intelectual” (Fortaleza, 1910), organizado por Joaquim da Costa Nogueira, além do trabalho “O que é felicidade”, de Rodolfo Teófilo, sobremaneira curioso, acha-se o “Dialeto cearense”, de Júlio C. Monteiro. De alto interesse para o nosso folclore, especialmente para o estudo dos “brasileirismos”, são os dois volumes que, sob o título “À margem da visita pastoral” (1932-1934), foram publicados pelo jornal “A Palavra”, de Belém, em homenagem ao autor dos mesmos, o sr. d. Antônio de Almeida Lustosa, digno arcebispo do Pará. A antiga capitania do Grão-Pará, hoje Estado do Pará, teve a rara felicidade de possuir dois prelados de grande cultura e primorosos manejadores da língua, para lhe perpetuarem em escritos inouvidáveis as opulentas e singulares tradições: d. fr. João de São José Queiroz, beneditino luso, e d. Antônio Lustosa, salesiano, que, pelo talento e pelas virtudes, muito honra a terra mineira em que nasceu (São-João-del-Rei).

(51) Além das revistas que deixei citadas (e aproveito o ensejo para consignar que numa delas, a “Rev. de Língua Portuguesa”, fundada e dirigida por Laudelino Freire, pus também a minha pedrinha para o edifício do folclore pátrio, com algumas páginas sobre a parlenda infantil “A viuvinha” (n. 2, 173-178), — não me foi possível compulsar os muitos calendários que se têm publicado aqui e em algumas capitais dos Estados. Por isso, limitar-me-ei a assinalar que, para assuntos concernentes à nossa mitografia, merecem ainda consultados o “Almanaque Garnier” (do tempo em que esteve confiado a João Ribeiro), o “Almanaque Literário de “São-Paulo” e o “Anuário do Rio-Grande-do-Sul”.

para indigitar aqui outra sorte de publicações, que não devem ser desprezadas e que sei existirem em nosso mercado literário. São as relativas a feitiços e bruxarias (“Livro de São Cipriano” e “Livro do feiticeiro”), a duendes celícolas e terrícolas (“Histórias de fadas” e “Livro dos fantasmas”) (52), à oniromancia (“Livro dos sonhos”), aos horóscopos (“Lunário perpétuo”, de que ha edições antigas e curiosas) e sortes propriamente ditas (53), e até à linguagem das pétalas e sépalas (“Dicionário das flores”), coisa muito do agrado dos namorados urbanos de éras pregressas e a que ainda hoje continuam vivamente afeiçoados os nossos sertanejos. Nisso tudo, — que ora anda em compactas brochuras, ora se esparrama como “literatura de cordel”, — ha, sem dúvida, muito que respigar para o nosso folclore, contanto que labute na emaranhada copiosidade do palhiço quem do joio saiba separar o trigo.

---

(52) Alguns desses trabalhos não são anônimos. Assim é que as “Histórias de fadas — Livro para crianças, contendo a melhor... coleção de contos populares” (1898), foram reunidas (ou redigidas) por Figueiredo Pimentel; “O Livro dos fantasmas” (1925) foi elaborado por Annibal Mascarenhas, com o pseudônimo de “Viriato Padilha”, com o qual também veio a lume outra coletânea sua, “Os roceiros — Histórias e lendas do sertão” (1927), ambas de publicação póstuma, si verdadeiras as datas das respectivas edições.

(53) Além de alguns editados aqui, no Rio-de-Janeiro, como “Os segredos do futuro”, “Livro da bruxa”, “O ratão”, “O destino dos amantes” (1914), e os mais recentemente devidos a Múcio Teixeira (*Barão de Ergonte*, como para esse fim se condecorou), também fo iexplorado esse gênero em Pernambuco, onde apareceram, não ha muitos anos, dois opúsculos: “A cartomancia — O mais luxuoso livro de sortes” (1914), por Zizina & Esmeralda; e “Urucubaca — Livro de sortes” (1915).

II

CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS A MÍTICA INDÍGENA  
E A MÍTICA AFRICANA





---

## II

Para o confronto das nossas lendas e parlendas, contos e fábulas, quer em verso, quer em prosa, com os dos nossos colonizadores ibéricos, ha os exaustivos trabalhos, que já citei, dos mitólogos portugueses, e não faltam na Espanha outros do mesmo gênero (54).

---

(54) Eis as principais obras castelhanas sobre folclore: — “Biblioteca de las tradiciones populares españolas” (Sevilha-Madrid, 1884-1886, 11 tomos), dirigida por *Antonio Machado y Alvarez*; *Agustin Durán*, “Romancero general” (1849-1851, vols. X e XVI da “Bibl. de Aut. Esps.” de Rivadeneyra); *Fernán Caballero* (pseudônimo de *Cecilia Bohl*), “Cuentos, oraciones, adivinas y refranes populares ó infantiles” (Madrid, 1878) e “Cuentos e poesías populares andaluces” (Leipzig, 1874); *Maspons y Labros*, “Rondellayres ou cuentos populares catalans”; *Manuel Milá y Fontanals*, “De la poesía heroico-popular castellana” (Barcelona, 1874) e “Romancerillo catalán” (2ª ed., 1896); *Francisco Rodríguez Marín*, “Cuentos populares españoles” (Sevilha, 1882-1883, 5 tomos); *José Ballesteros*, “Cancionero popular gallego y en particular de la provincia de la Coruña” (1885); *Juán Menéndez Pidal*, “Colección de los viejos romances que se cantan por los asturianos en la danza prima, esfoyazas y filandones” (1885); *Guillén Robles*, “Leyendas moriscas” (1885-1886, 3 tomos); *José María Sbarbi*, “Monografía sobre los refranes, adagios y proverbios castellanos...” (1881); *M. Aguiló*, “Romancer” (Barcelona, 1893); *Marcelino Menéndez y Pelayo*, “Orígenes de la novela” (1905, t. I da “Nueva Bibl. de Aut. Esps.”); *Rafael Guerrero*, “Canciones populares españolas” (8ª edição, Barcelona — Buenos-Aires, 1911); *Gonzalo Correas*, “Vocabulário re refranes y frases proverbiales” (1906). *Francisco Rodríguez Marín* publicou também “Más de 21.000 refranes castelhanos” (1926).

### a) Contribuições estrangeiras para a mítica dos nossos indígenas

Quanto à mítica dos nossos ameríndios, não foi somente investigada pelos brasileiros (54 A), cujos nomes declinei atrás, pois dela muito e mui meticulosamente cogitaram alguns dos sábios forasteiros que andaram pelos nossos sertões ou que estanciaram definitivamente em nosso país. Tais, entre outros, foram: Carlos von Koseritz (55), nos "Bosquejos etnológicos" (Porto-Alegre, 1884); C. F. Hartt (56), em "O mito de corupira" (1873, extr. da "Aurora Brasileira", de Cornell, ns. 1º e 2º, outubro e novembro de 1873), "Amazonian tortoise myths" (Rio-de-Janeiro, 1875) e "Contribuições

---

(54 A) Juntam-se ainda, no final desta alínea, algumas novas contribuições, posteriores a 1928, devidas a compatriotas nossos.

(55) Veiu para o Brasil em 1851 e faleceu em Porto-Alegre a 30 de maio de 1890. Naturalizou-se, foi professor, jornalista, e, além de muitos trabalhos em português e alemão, deixou uma filha, d. Carolina von Koseritz, nascida em Porto-Alegre (1866), que também publicou muitos escritos literários, originais e versões. Prestou Carlos von Koseritz notável serviço ao nosso folelore, qual o de coleccionar as quadras populares sul-riograndenses, estampando-as em folhetins de jornais que dirigia ou em que colaborava. Foram essas trovas que formaram o volume II dos "Cantos populares", de Silvio Romero, edição de Lisboa, feita em 1883 por Teófilo Braga, que, conforme confessou em carta a Fran Paxeco ("O sr. Silvio Romero e a literatura portuguesa", pág. 193), se adstringiu a cortar as numerosas repetições que nelas se lhe depararam. São as mesmas que se acham às págs. 284-349 da 2ª ed. melhorada, feita aqui, em 1897, por Silvio Romero, sob o título "Silva de quadrinhas" e com a indicação da procedência, "(Rio Grande do Sul)", sem que, todavia, declinasse o escritor sergipano, aí, ou no prefácio, o nome do paciente e prestimoso coleccionador delas.

(56) Este sábio norte-americano faleceu aqui, como chefe da Comissão Geológica Brasileira, a 18 de março de 1878. Na Secção de Manuscritos da nossa Biblioteca Nacional, ha vários trabalhos dele, quasi todos ainda inéditos, entre os quais uma coleção relativa ao "mito do jaboti", o que mais estudou, e a outras lendas. Em verbetes, com boa letra, ali estão tambem vocabulários das línguas tupí, botocuda, mundurucú e maué, por ele organizados, e que só agora começaram a sair do olvido, graças a Rodolfo Garcia.

para a etnologia do vale do Amazonas" ("Arquivos do Museu Nacional", VI, 1885, 1-174); Ermanno Stradelli (57), em "Eiara-Leggenda tupí-guaraní" (Piacenza, 1885) e "Leggenda dell'Jurupari" ("Bollettino della Società Geografica Italiana", 3ª série, 1890, III, 659); Karl von den Steinen, no capítulo "Volks Glaube in Cuiabá" (553-562) da sua obra "Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens" (Berlim, 1894); Theodor Kock-Grünberg (58), em

A

---

(57) Nasceu na Itália, em 1853, e faleceu no leprosário do Umirizal, no Amazonas, a 23 de março de 1926. Adotou a nossa nacionalidade e fixou-se na Amazônia, que percorreu em todos os sentidos. Além do opúsculo citado, que é em verso, com um prefácio em prosa, também publicou "Duas lendas amazônicas", isto é, a de "Ajuricaba" e a da "Cachoeira do Carurú". Deu a lume outros escritos, "Un viaggio nel alto Orenoco", "Rio Branco", "L'Uaupès e gli Uaupès" (Roma, 1888-1890), e um mapa do Amazonas, tendo deixado inéditos tres volumes sobre a "Língua nheengatú", os quais, quando ainda vivo, ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que os estampou no vol. 158 da sua "Revista".

A

(58) Faleceu na fazenda Vista-Alegre, município do Rio-Branco (Amazonas), a 8 de outubro de 1924, esse notavel cientista germânico, que, além do citado trabalho, deixou publicados muitos outros sobre a nossa terra e os nossos indígenas. Em esplêndidos volumes: "Anfänge der Kunst im Urwald..." (1906), "Indianertypen aus dem Amazonasgebiet..." (1906), "Südamerikanischen Felszeichnungen" (1907), "Zwei Jahren unter den Indianer — Reise in Northwest-Brasilien — 1903-1905" (1909, 2 tomos), e "Vom Roraima zum Orinoco" (em 5 tomos). Em revistas: "Bericht über seine wissenschaftliche Reise durch Central-Brasilien" ("Ber. der Senkenb. Naturf.", 1901); "Der Paradiesgarten als Schnitzmotive der Payaguá-Indianer" ("Globus", 1903); "Kreuz und quer durch Northwest-Brasilien" ("Globus", 1906); "Die Indianerstämme am oberen Rio Negro und Yapurá und ihre sprachliche Zugehörigkeit" ("Zeitschr. für Ethnologie", 1906); "Die Maskentänze der Indianer des oberen Rio Negro und Yapurá" ("Arch. für Anthropol.", 1906); "Bericht über seine Reisen am oberen Rio Negro und Yapurá in den Jahren 1903 bis 1905" ("Zeitschr. d. Ges. f. Erdk. zu Berlin", 1906); "Das Haus bei den Indianer Northwest-Brasiliens" ("Arch. für Anthropol.", 1908); "Der Fischfang bei den Indianer Northwest-Brasiliens" ("Globus", 1908); "Indianische Frauen" ("Arch. für Anthropol.", 1909). Era diretor do Museu de Etnografia de Stuttgart. Já havia realizado duas expedições à Amazônia e às Guianas, quando aceitou o convite do dr. Alexander Hamilton Rice, que chefiava uma exploração científica, de procedência norte-americana, destinada àquelas regiões. Antes de falecer, vítima de febre perniciosa, dirigiu longa carta ao conselheiro Albrecht Peuck

“Zur Animismus der südamerikanischen Indianer” (“Internat. Arch. für Ethnogr.”, XIII, 1900); Paul Ehrenreich, em “Die Mythen und Legenden der südamerikanischen Urvölker und ihre Beziehungen zu denen Nordamerikas und der alten Welt” (sep. de “Zeitschr. für Ethnologie”, 1905); e o padre Carlos Teschauer (59), na “Poranduba rio-grandense” (Porto-Alegre, 1921, tendo saído antes, com seps., no “Anuário do Rio Grande do Sul”, 1903, 300-317, e 1904, 241-272) e em “Mythen und alte Volksagen aus Brasilien” (Salzburg, 1906); Max Schmidt, em “Indianerstudien in Zentralbrasilien” (Berlin, 1905); Fritz Krause (60), em “India-

---

(professor de geografia na universidade de Berlim), em 28 de agosto de 1924. Além de fazer referências, na mesma a uma revolta ocorrida em Manaus e à viagem que havia feito ao rio Branco, assim a concluiu: — “A meu ver, a extensa bacia hidrográfica do rio Branco desempenhará importante papel no destino futuro do Brasil setentrional. Encontram-se nas suas terras ouro e diamantes, e já estão afluindo para lá aventureiros de todos os países, como urubús em volta de um cadáver”.

(59) Este exímio e operoso jesuíta, que, suponho, já faleceu no Rio-Grande-do-Sul, muito se dedicou às tradições da nossa Pátria. Além dos dois escritos seus, acima citados, são dignos de leitura e interessam particularmente ao nosso folclore mais os seguintes: — “A lenda do ouro — Estudo etnológico-histórico” (Fortaleza, 1911, sep. da “Rev. Trim. do Instituto do Ceará”, XXV, 3-49); “A catequese dos coroados (índios) em São Pedro do Rio Grande” e “Achados índios no Museu do Colégio da Conceição, em São Leopoldo” (Porto-Alegre, 1901), tendo saído ambos em alemão, depois, na “Anthropos” (1914); “A flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras e americanas” e “As aves nos costumes, superstições e lendas brasileiras e americanas” (Rio-Grande, 1911); “A etnografia do Brasil no princípio do século XX” (Rio-Grande, 1914); “Apostilas ao *Dicionário de vocábulos brasileiros*” e “Novo vocabulário brasileiro” (Petrópolis, 1914 e 1918); “Novo vocabulário nacional” (Porto-Alegre, 1923).

(60) Publicou mais os seguintes trabalhos sobre o Brasil e os nossos índios: “Tanzmasken-Nachbildungen vom mittleren Araguaya” (“Jahrb. des Stadt Mus. für Völkerk.”, 1908); “Conceição do Araguaya” (“Globus”, XCVI, n. 191, 1909); “Bericht über seine ethnographische Forschung in Zentral-Brasilien” (“Zeitschr. für Ethnolog.”, 1909), da qual saiu, em português, um resumo na “Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.” (LXXIII, parte 1ª, 259-275); e “In den Wildnissen Brasiliens” (Leipzig, 1911).



nische Kultur" ("Illustr. Zeit.", 1910, vol. 135); Hugo Kanike, em "Der Fisch als Fruchtbarkeitssymbol bei den Waldindianern Südamerikas" ("Anthropos", 1912, VII, 206-229); e Clemens Brandenburger, em "Mythen, Sagen und Marchen brasilischer Indianer" (Rio-Grande, 1920). E, sobre este particular, ainda há muito que ler em obras de Herbert H. Smith (61), H. Coudreau (62), G. Friederici, R. Schuller, E. Goeldi, Hermann von Ihering e padre A. Colbacchini (63).

A contribuição brasileira dos últimos tempos é considerável e valiosa. Roquette-Pinto liderou esse movimento, com a sua admirável "Rondônia" e com os "Ensaio de antropologia brasileira", secundado, desde logo, por d. Heloisa Torres e Raimundo Lopes, que estudaram a arte marajoara e a civilização lacustre de Cajari, bem como pelo sr. Angione Costa, com a sua "Introdução à arqueologia brasileira". Notáveis trabalhos são também os de Estevão Pinto, sobre "Os indígenas do nordeste" (vols. 44 e 112 da "Brasiliana"), e o de Agenor Machado e Eduardo de Vasconcelos, "O índio brasileiro". Não devem deixar de ser mencionados aqui os "Ensaio" (Rio, 1934), de Moisés Gikovate, e o "Interior do Brasil — Notas médicas e etnográficas" (Rio, 1936), de Murilo de Campos. Para o estudo das línguas dos nossos ameríndios, apareceram diversos e

---

(61) No seu longo e erudito trabalho "Brasil — The Amazons and the coast" (New-York, 1879), existe extenso capítulo (o XVIII, págs. 541-587) consagrado aos "Myths and folk-lore of the Amazonian Indians".

(62) V. "Voyage au Tapajoz", "Voyage au Xingú", "Voyage au Tocantins-Araguaya", "Voyage à Itaboca et à l'Itacayuna", "Voyage entre Tocantins et Xingú", "Voyage au Yamundá", "Voyage au Trombetas", "Voyage au Cuminá", "Voyage au Rio Curuá", "Voyage à la Mapuera" et "Voyage au Maycurú" (Paris, 1897 a 1903), nos quais também inseriu muitos vocabulários dos nossos índios.

(63) V. o seu último e monumental trabalho, "I Bororos orientali — Orarimugudoge — del Matto Grosso (Brasile)", s. d., mas provavelmente de 1925. e que deu ensejo a novo opúsculo do notável glotólogo italiano, prof. Alfredo Trombetti, "La lingua dei Bororos-Orarimugudoge" (Turim, 1925).

bem feitos trabalhos: “Língua geral tupí-guaraní” e “Apontamentos para a gramática avá-nheem” (São-Paulo, 1929), de Miguel Tenório de Albuquerque; “O *Caderno da língua* de fr. Arronches”, “Nomes das partes do corpo humano pela língua do Brasil” e “Vocabulário na língua brasílica”, devidos a Plínio Airoso, em 1935, 1937 e 1938; o “Vocabulário tupí-guaraní” (Rio, 1936), de Batista de Castro; o “Vocabulário nheengatú — Vernaculizado pelo português falado em São-Paulo)” (vol. 75 da “*Brasiliana*”), de Afonso A. de Freitas; e as “Lendas em nheengatú e em português” (vol. 154 da “*Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*”), de Antônio Brandão de Amorim. Prestando inestimável serviço à nossa cultura, a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, não só reeditou a “*Rondônia*” de Roquette Pinto, “*O selvagem*” de Couto de Magalhães e o “*Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*” do almirante Antônio Alves Câmara (vols. 39, 52 e 92), como ainda publicou “*A vida dos índios guaicurús*” de Emilio Rivasseau, os “*Ensaio de etnologia brasileira*” de Herbert Baldus e “*Índios do Brasil*” do major Lima Figueiredo (vols. 60, 101 e 163).

A Sílvia Fróes de Abreu deve-se um estudo sobre “*Os índios crenaques (botocudos do rio Doce)*” (São-Paulo, 1929); e a Tomás Pompeu Sobrinho, “*Merrime — Índios canelas*” (Fortaleza, 1930).

## **b) Contribuições nacionais e alienígenas para a mítica dos africanos**

Sobre o elemento africano, é lamentavelmente escasso o material devido a penas brasileiras, e, assim mesmo, de pouco proveito para o folclore. Claro está que não me refiro ao problema da escravidão, o qual foi objeto de representações, projetos, pareceres, discursos, artigos de imprensa, poemas, folhetos e livros, alguns ainda recentes, quais os de Osório Duque-Estrada e Evaristo de Moraes. É certo que o nosso meritório Instituto Histórico (“*Revista*”, I, 1839),

cogitou, logo em seu começo de vida, de uma tese importante,\* — qual a do embaraço que a introdução de africanos no Brasil poderia opor à civilização dos nossos índios, — e que foi explanada pelo cônego Januario da Cunha Barbosa (159-166) e por José Silvestre Rebello (167-172). E o 1º Congresso de História Nacional, que ele promoveu e realizou, em 1915, deu ensejo à publicação de duas monografias: — a de Affonso Claudio, “As tribus negras importadas — Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil — Os mercados de escravos” (“Anais”, II, 597-657), e a de Braz do Amaral, sobre o mesmo assunto (*ib.*, 663-693), às quais cumpre juntar-se a de Nelson de Senna, “Contribuição para a etnologia brasileira”, aparecida na “Rev. de Língua Portuguesa” (n. 2, 139-155), e em cuja primeira parte trata dos diferentes elementos africanos entrados em Minas-Gerais. Pouco adiantam ao conhecimento do estado mental do preto e da sua influência em nossos costumes e tradições os trabalhos: de Pedro de Alcantara Lisboa, “Notes sur la race noire et sur la race mulâtre au Brésil” (“Nouv. An. de Voyages”, V sér., II, 1874); de Carlos von Koseritz, “Estudos sobre a raça africana” (Porto-Alegre, 1862); e de Manuel Raymundo Querino, “O colono preto como fator da civilização brasileira” (Baía, 1918). Este último escritor, porém, deixou desenvolvido estudo sobre “A raça africana e os seus costumes na Baía” (“Anais do 5º Cong. Bras. de Geografia”, Baía, 1917, págs. 617-675, com ilustrações, e que foi publicado em *separata*). Além desse escrito, cujo autor, infelizmente, não dispunha de cultura científica, somente são prestadios, ao aspecto geral, com relação à coeficiência do elemento negro no nosso folclore, os estudos do padre Etienne Ignace Brasil, sobre “Os malês” (“Antropos”, IV, fascs. 1º e 2º, 1909, 99-106 e 405-416; traduzidos e enfeixados na “Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.”, LXXII, parte 2ª, 1910, 72-126), e, com mais profundeza científica, os de Nina Rodrigues (64), “L’animisme

---

(64) Foi uma das mais cultas mentalidades que honraram a nossa pátria. O seu trabalho sobre “Os mestiços brasileiros” também veio a lume na “Gazeta

fétichiste des nègres de Baía” (Baía, 1900), “A Troia negra” (“Revista do Inst. Hist. e Geog. Bras.”, LXXV, parte 1ª, 231-258) (65), “Os mestiços brasileiros” (“Brasil Médico”, 1890, págs. 51, 59, 66 e 77) e “A raça negra na América Portuguesa — Sobrevivências totêmicas: festas populares e folclore” (“Revista do Brasil”, n. 79, 1922, 201-220, e n. 80, 344-358) (66). Nas “Notas dominicais, tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil, nos anos 1816, 1817 e 1818 — Parte relativa a Pernambuco”, devidas ao francês L. P. de Tollenare e em boa hora traduzidas do manuscrito original e publicadas por Alfredo de Carvalho (Recife, 1905), encontram-se

---

Médica da Baía”, série IV, tomo VII, 1890, 401 e 487); “O animismo fetichista dos negros baianos” saiu primeiro na “Revista Brasileira” (VI, 1896, 75-84, 164-174 e 334-345; VII, 44-50, 79-92, 166-173 e 343-355; e o último capítulo, sob o título “Ilusões da catequese no Brasil”, IX, 321-335). “A Troia negra” foi estampada, antes, no “Jornal do Comércio” de 9 de agosto de 1905.

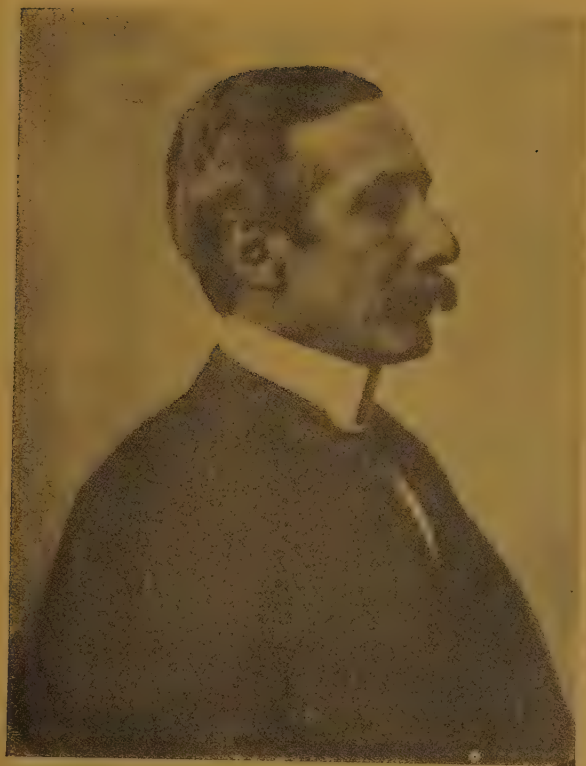
(65) O escritor alagoano Povina Cavalcanti também tratou do quilombo dos Palmares, no artigo “A república negra” (“Revista do Brasil”, 1921, n. 68, págs. 305-398); e Jayme de Altavilla, no opúsculo “O quilombo dos Palmares” (São-Paulo, Comp. Melhoramentos) (\*).

(66) A publicação deste valioso trabalho, infelizmente inacabado, foi feita pelo dr. Oscar Freire, seu discípulo e amigo, que obteve o original da viuva de Nina Rodrigues. São capítulos que o grande sábio escreveu em 1906, destinando-os a livro de maior tomo. Ao dr. Homero Pires (então meu distinto companheiro de câmara federal, e a quem muitas vezes falei sobre a alta conveniência de ser tirada do olvido a obra do grande cientista maranhense, guardada incompleta numa das tipografias da cidade do Salvador) deve-se a publicação do trabalho de Nina Rodrigues, com o título “Os africanos no Brasil” (n. 9 da magnífica “Brasiliana” da Companhia Editora Nacional).

---

(\*) Sobre a Troia negra, ainda há os seguintes, trabalhos: de João Francisco Dias Cabral, “Narração de alguns sucessos relativos à guerra dos Palmares, de 1668 a 1680” (na Rev. do Inst. Alagoano); e de Pedro Paulino da Fonseca, “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas” (no tomo XXXIX da “Rev do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro”).





Alberto Pimentel (português)



também informações curiosas sobre negros e mulatos, especialmente nos capítulos VI (83-113), VIII (126-137) e IX (138-160) (67). O cap. III (págs. 37-53) do "Folk-lore brésilien", de F. J. de Sant'Anna Nery, traz notas muito preciosas ao estudo do elemento camítico em nossa Pátria. E, finalmente, no interessante livro de Paulo Barreto, "As religiões no Rio" (1906), os primeiros capítulos (1-57) são consagrados aos feiticeiros de origem africana. Obra de fôlego sobre a coeficiência da raça afetiva na formação da alma brasileira, ou ao menos sobre a influência da mitologia africana no folclore brasileiro, ainda não apareceu em nossa literatura, — o que é muito para deplorar-se (67 A).

Si não tivemos, nem temos, no Brasil, acentuado preconceito de raça, que nos compelissem a insular socialmente o negro, como acontece na grande república yankee, — a ingratidão e a injustiça, que an-

---

(67) No final do opúsculo de Louis Couty, "L'esclavage au Brésil" (1881, 77-92), há observações muito curiosas com relação à inteligência e à moral dos africanos em nosso país.

(67 A) Apareceu, enfim, um nosso compatriota de bela cultura intelectual, que tem posto em foco, nestes últimos anos, quasi tudo quanto diz respeito ao elemento afro-brasileiro. E' o dr. Artur Ramos, a quem já se devem os trabalhos seguintes: "Notas de etnologia" (separata da "Baía Médica", 1932). "Os horizontes místicos do negro da Baía" (separata dos "Arquivos do Instituto Nina Rodrigues", 1932), "O negro brasileiro" (Rio, 1934) e "O folclore negro do Brasil" (ib., 1934). Foi ainda o dr. Arthur Ramos quem deu à publicidade, em 1938, o trabalho de Manuel Querino, "Os costumes africanos no Brasil", no qual este fez menção (à pág. 280) da "Cabra cabriola" e do "Tatú gambêta". Merecem também particular menção: "A influência africana no português do Brasil" Rio, 1933), de Renato Mendonça; e "O elemento afro-negro na língua portuguesa" (Rio, 1933), de Jacques Raimundo. A Ernani Braga deve-se o trabalho "Toadas de xangô do Recife", vindo a lume nos "Estudos afro-brasileiros" (Rio, 1935). Não devem ser esquecidos dois livros de raro valor, quais "As doenças africanas no Brasil" e os "Mitos africanos no Brasil" (vols. 51 e 103 da "Brasíliana"), o primeiro da lavra de Otávio de Freitas e o outro da de Sousa Carneiro, assim como: o trabalho de Edison Carneiro, "Religiões negras"; "Os novos estudos afro-brasileiros", devidos a Gilberto Freire e outros; e "Xangô", de Vicente Lima (Recife, 1937), divulgação feita pelo Centro de Cultura Afro-Brasileira.

damos a praticar para com os forçados amanhadores do nosso solo e melhores contribuintes afetivos do sangue que pulsa nas veias de mais de um quarto da nossa população (68), foram sem dúvida causadas pelo exagero da vaidade étnica, agitada desde começos da nossa existência de nação soberana e ainda mais insinuada pelo “indianismo”, apesar das sátiras coetâneas de Luiz Gama e das mais antigas de Gregorio de Mattos (69). Raro foi o nosso mulato ou cafuso que se orgulhasse de confessar-se portador de hematias do preto, à deste preferindo sempre chocalhar a ascendência cabocla. Desafortunadamente, não surgiu em nosso país um Booker Washington, que cogitasse de cultivar e guiar a nossa grei negra, na qual, entretanto, fulguraram talentos geniais. Nem sequer apareceu até agora, entre os nossos homens de letras, quem, à semelhança de Blaise Cendrars, organizasse uma antologia das produções poéticas tradicionais do elemento africano (70).

---

(68) Conforme os diagramas organizados pelo dr. E. Roquette Pinto (*apud* “O Congresso Universal das raças”, pág. 101, do dr. J. B. de Lacerda), havia no Brasil, em 1912, 50,0 de brancos, 9,0 de negros, 13,0 de índios e 28,0 de mestiços.

(69) Para não alongar por demais a nota, deixarei de transcrever aqui as várias poesias de Gregorio de Mattos, contra os que falsamente blasonavam de brancos na Baía, ao seu tempo. E como “A bodarrada” é também muito conhecida, limitar-me-ei a reproduzir a seguinte estância, que vem à pág. 21 das “Primeiras trovas burlescas de Getulino” (2ª ed., 1861; “Getulino” era o sobrenome de Luiz Gama), contra a ilegítima aristocracia cutânea da época:

“ Si os *nobres* desta terra, empanturrados,  
Em Guiné têm parentes enterrados,  
E, cedendo à prosápia os duros vícios,  
Esquecem os negrinhos, seus patrícios;  
Si mulatos de côr esbranquiçada  
Já se julgam de origem refinada,  
E, curvos à mania, que os domina,  
Desprezam a *vóvó*, que é preta-mina:  
Não te espantes, leitor, da novidade,  
Pois tudo no Brasil é raridade!”

(70) Amadeu Amaral, em interessante conferência sobre “A literatura da escravidão” (“Revista do Brasil”, n. 29, 43-60), recenscou, dentre os nossos le-



Sobre o influxo dos negros em nossa vida intelectual, nada mais conheço do que as poucas, embora autorizadas e incisivas páginas de Silvio Romero, em sua "História da literatura brasileira" (1ª ed., I, 90 e 102-111). Aí, além de asseverar que "ao negro devemos muito mais do que ao índio", mostra que foi aquele quem penetrou mais em nossa vida íntima e que "muitos dos nossos costumes nos foram por ele transmitidos", e, finalmente, assinala o cunho africano que transparece de certo número das nossas "chulas" populares, assim como dos versos dos "reinados", "congos", "cheganças" e "taiêras", fazendo-se igualmente sentir nos contos tradicionais.

De feição política é o livro de Alvaro Bomilcar, "O preconceito de raça no Brasil" (Rio-de-Janeiro, 1916), provocado pela revolta de marinheiros, capitaneada pelo célebre "almirante negro", João Cândido. Os capítulos mais interessantes são o XIV (págs. 48-49) e o XXI (págs. 66-69) (71), embora pouco digam da influência dos pretos na evolução política da nossa Pátria.

---

trados, os principais que se ocuparam com os infelizes africanos. De produções mais recentes, que digam respeito a cenas da escravidão dos pretos, conheço as seguintes: — "Rei negro" (Porto, 1914), de Coelho Netto; "Redimidos" (1918), de Silviano Pinto; "Os negros" (1921), novela de Monteiro Lobato; o "Feiticeiro" (1922), de Xavier Marques; "Fruta do mato" (1922), de Afranio Peixoto; e "O desespero de Cam" (1926), de Raul Gomes, que explora um caso de preconceito atual, em sua "nova romântica". Benjamin Costallat, em seu trabalho intitulado "Mistérios do Rio", inseriu um capítulo (págs 195-210), "Noite no subúrbio", em que descreve um *candomblé*.

(71) Alvaro Bomilcar, fiando-se nas palavras de Silvio Romero, dá como "de origem etíope" a "Deodoro da Fonseca, Tobias Barreto, Laurindo Rabelo, Francisco de Castro, Ferreira de Araujo, Luiz Gama, Patrocínio, Rebouças...". Osorio Duque-Estrada, em "A abolição" (pág. 264), cita Luiz Gama como negro, incluindo entre os mestiços de africano a André Rebouças, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes. Cumpre não sejam olvidados, entre os peregrinos talentos que têm honrado a nossa Pátria e que não se pejaram das he-matias pretas, Domingos Caldas Barbosa, Antonio Pereira Rebouças, Tito Livio de Castro, Cruz e Sousa, Lima Barreto, Juliano Moreira, Teodoro Sampaio e Antonio Torres.

Dos nossos jovens intelectuais em rútila atividade literária, — conheço apenas um, que canta, com carinho de verdade e de justiça, as virtudes, os trabalhos e os sofrimentos do negro: é Guilherme de Almeida, nas páginas lapidares de “Raça” (São-Paulo, 1925).

Em relação ao nosso folclore, havia erros e confusões, que só desapareceram graças principalmente a Nina Rodrigues, até certo ponto a C. F. Hartt, e a dois tratadistas mais recentes, que investigaram o tradicionalismo africano: A. Ellis, autor de “The Yoruba — Speaking peoples of Slave Coast of West Africa” (Londres, 1894), e Heli Chatelain, colecionador e anotador dos “Folk-tales of Angola” (Boston — Nova-York, 1894).

Assim é que se pensava outrora serem exclusivamente nossos todos os contos do chamado “ciclo do jabotí”. Entretanto, a verdade é que, por influxo do mesmo fator totêmico, houve um ciclo ameríndio e houve um ciclo africano, oriundos do quelônio fluvícola ou lacustre. Transportados os negros, como escravos, para o Brasil, os dois ciclos vieram a coexistir no mesmo território, dando origem a asserções infundadas de Couto de Magalhães, que Silvio Romero e outros esposaram, sem maior exame da matéria. Hartt, no seu citado opúsculo “Amazonian tortoise myths”, foi o primeiro a assegurar que considerava como de importação africana muitos dos contos do “ciclo do jabotí”, pois verificara que um deles, “O veado e o jabotí”, existia também na África. Essa opinião veio a robustecer-se com a revelação de A. Ellis (*op. cit.*, pág. 258) sobre o importante papel desempenhado pela tartaruga (*aevon*, “tartaruga antropomórfica”, e *ajapá*, “fada calva”) entre os jorubas e com as novelas por ele registadas alí (72), assim como ainda melhor pelo mencionado trabalho

---

(72) Quem desejar ver alguns exemplares de ou para confrontação, encontrá-los-á na “Revista do Brasil” (n. 79, 213-215, e n. 80, 349-350), onde Nina Rodrigues dá as versões “O cágado e o teiú” (de Silvio Romero), “A tartaruga e o elefante” (de A. Ellis) e “O elefante e a tartaruga” (colhida

de H. Chatelain, conhecedor da nossa língua e do nosso folclore, e que, depois de afirmar (*op. cit.*, pág. 302) que “in all the Bantu folk-lore, the Tortoise or Turtle plays a prominent part, as a shrewd little animal”, acrescenta esta observação decisiva: — “The Indians of Brazil tell a long string of adventures of the Turtle or Tortoise (*Jabuti*) in which it gives many proofs of its shrewdness. Nearly all those tricky feats of the Turtle are found in African folk-lore, from the Sahara to the Cape, though they are sometimes played by other animals than the Tortoise. That the Negro lore of America, North and South, has had a marked influence on the Indian lore, has already been shown by F. T. Crane and others.

Que “os contos populares confirmam a poderosa influência exercida pelos negros na formação da nossa psicologia popular”, conforme asseverou Nina Rodrigues, é ponto que já ficou bem patenteado por este cientista e é agora apenas corroborado pela coletânea devida ao dr. J. da Silva Campos.

Não devo encerrar este capítulo, sem que antes mencione os raros ensaios, oriundos de sábios brasileiros, que tomaram por objetivo precípua ou incidental o nosso elemento negro.

Existe um trabalho do dr. J. B. de Lacerda, “O Congresso Universal das Raças — Reunido em Londres (1911) — Apreciação e comentários” (1912), no qual se encontram tres capítulos respeitantes ao fator étnico africano: — “O problema da raça negra nos Estados-Unidos” (págs. 17-22), “A posição mundial do negro e do negroide” (págs. 49-54) (73) e “Réplica à crítica da memória — *Sur les*

---

peçoalmente), além de poucas outras, das quais penso deve ser apenas excluída “A menina dos brincos de ouro”, que é incontestavelmente de procedência lusitana.

(73) O dr. J. B. de Lacerda resume e aprecia aí a importante memória de sir Harry Johnston, apresentada em 1911 ao Congresso Universal das Raças. O inglês já havia tratado antes da mesma tese, no ponto de vista americano. Com efeito, em seu livro “Idéias e palavras”, inseriu Gustavo Barroso bem lançado capítulo bibliográfico, em que dá circunstanciada e comentada notícia do trabalho

*métis au Brésil*" (85-101). As conclusões da sua tese (inserta com aquela denominação nas atas do dito congresso e publicada avulsamente, em português, com o título "Os mestiços no Brasil" (1911), provocaram de parte de alguns dos jornalistas cariocas palavras de censura acrimoniosa, por acharem que, na sétima, havia ele proclamado ser de negros a maioria da população da nossa Pátria, o que a desacreditava à face do orbe cultural.

Ha pouco, porém, no seu valioso e admiravel trabalho "Seixos rolados (Estudos brasileiros)" (1927), o nosso grande sábio patriótico dr. Edgar Roquette-Pinto, talento e esforço que honram a cultura nacional, deixou patentes, de modo mais claro do que o fizera o dr. J. B. de Lacerda, o papel econômico-social e a evolução étnica do elemento negro em nossa terra. Tendo previamente determinado a "zona de influência africana" (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Minas-Gerais, sul de Goiaz, Espírito-Santo, Rio-de-Janeiro e norte de São-Paulo), onde foram introduzidos os escravos de além-mar, desde meados do século XVI até meados do XIX, para a cultura da cana, para a cata do ouro e do diamante e para a lavoura do

A  
anterior de sir Harry Johnston, "The Negro in the New World" (Londres, 1909). Eis, segundo o acadêmico cearense, o sumário da parte IV, "Slavery under the Portuguese, Brazil", da obra do escritor britânico: — "Exame meticoloso do grande e sombrio cenário da escravidão na nossa terra. Estudo histórico das fases e autópsia de seu desenvolvimento. Análise das causas e consequências, da força que exerceu como elemento étnico, das mutações sociais, políticas, econômicas e religiosas, que produziu, intervindo inconcientemente na formação de uma nacionalidade e no destino de um povo". Johnston, para pôr em relevo a inexistência de preconceitos de raça em nosso meio social e político, estampou no dito volume o retrato do então vice-presidente da República (Nilo Peçanha), denunciando-o como "an euroafrican in race", e afirmou que "at least it is said that more than one of the chief magistrates of the United States of Brazil has had a triket of Ethiopian in his veins". Gustavo Barroso também admite que, no Brasil, a influência do negro foi muito maior do que a do índio, e, nas mesmas "Idéias e palavras" (203-207), mostra como certas exhibições carnavalescas (os "maracatús" do nordeste) e os "candomblés" da Baía se assemelham a cerimônias achantis, sudanesas ou hotentotes, transplantadas de além-mar para as nossas plagas, o que é confirmado por Nina Rodrigues, que as considerou como "sobrevivências totêmicas".



café, pondera (pág. 56): — “O Brasil que produzia; as únicas regiões, onde a agricultura e a indústria durante muitos anos foram praticadas; o Brasil que armazenou riquezas, para custear, mais tarde, o progresso do seu organismo inteiro: — foi essa porção de terra que bebeu o suor do negro. E’ uma justiça que lhe devem as gerações, que o não conheceram trabalhando e sofrendo”. Depois de observar que os descendentes da raça camítica, em virtude da sua própria distribuição geográfica e de não haverem sido insulados, no Brasil, por nenhum preconceito, têm sido absorvidos e transformados, com o correr dos tempos, mostra igualmente, com algarismos censitários, o como vão eles gradativamente desaparecendo: — “Em 1872, formavam cerca de 16 % da nossa população global; em 1890, já desciam a 12 %; em 1912, deveriam andar por 9 %. Enquanto os brancos subiam de 38 %, em 1872, a 44 % em 1890, e a cerca de 50 % em 1912”. Comparando o estado de profunda incultura mental e de indigência material dos pretos brasileiros com o grau de adiantamento intelectual e a riqueza a que chegaram os seus irmãos étnicos, estabelecidos nos Estados-Unidos da América-do-Norte (73 A), e asseverando que “o estudo antropológico da raça negra no Brasil, esboçado pelo professor Nina Rodrigues, na Baía, oferecerá grandes surpresas”, assim conclue a sua magistral síntese: — “Espontaneamente, porém, o Brasil está sendo um imenso laboratório de antropologia; e os casos de herança mendeliana, que pessoalmente tenho

---

(73 A) A quem quiser fazer o confronto das produções brasileiras com as yankees de autores afro-americanos, aconselhamos a excelente publicação, devida a Monroe N. Work, “Negro Year Book”, uma enciclopédia especial, que vem sendo editada em Alabama, Estados-Unidos da América, neste decênio. Do avultado número de obras da lavra de pretos yankees, aparecidos no presente século, recomendamos particularmente as seguintes: “A alma do povo negro”, de W. E. B. du Bois; “A feiticeira”, de Charles W. Chesnutt; “Cincoenta anos”, de James Woldon Johnson; “Sombras de Harlem”, de Claude Mc-Kay; “O fogo na pedra”, de Walter White; e “Há engano”, de Jessie Faust. Traz também muita coisa curiosa sobre a vida e as tradições dos *coloured men* na república yankee o admirável volume de Carl van Vechten, “O paraíso dos negros” (traduzido para o francês em 1927).

observado nas famílias populares, aqui, são já numerosos e documentados. Mostram que, mesmo sem intervenção de outro elemento branco, o cruzamento de mestiços fornece prole branca, que a antropologia é incapaz de separar de tipos europeus. Todavia, não esqueçamos, por amor ao preconceito disfarçado ou manifesto, que o problema nacional não é transformar os mestiços do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que aí se acham, *claros ou escuros...*" (74).

---

(74) Sobre a influência do elemento africano em nossa demopsicologia, ainda ha observações de outros escritores, que não devo deixar em olvido. Assim é que Araripe Junior, em seu ensaio crítico sobre "Gregorio de Mattos" (1894, pág. 36), trata do assunto com relação à Baía, mostrando que a raça miscigênea, ali, se encarregou "de mestiçar as idéias, os sentimentos e até a política dos brancos dominadores da terra". E Amadeu Amaral, cogitando das nossas "Tradições populares" ("Revista da Academia Brasileira de Letras", 1925, n. 48, pág. 318), acentua que "a contribuição do preto parece pequeníssima, ao menos em São-Paulo, e, em geral, no sul do país". Isto, como é facil ponderar-se, está ligado à zona de distribuição do elemento africano em nossa Pátria e que foi bem determinada pelo dr. Roquette-Pinto.

III

TRAÇOS GERAIS SOBRE AS TEORIAS MITOGRÁFICAS  
E SOBRE O TOTEMISMO E O TABUISMO





---

---

### III

#### a) Teorias mitográficas

E' fora de dúvida que o nosso folclore tem os seus mais remotos e precípuos creadores no branco luso-espanhol, no ameríndio (75) e no africano; e, como deram eles origem aos mestiços (mamelucos, mulatos, cafusos e sub-derivados), exerceram estes, aqui como alhures, o papel de transformadores da mítica avoenga. Das três geratrizes primaciais, é mais facil apurar os quinhões do indígena e do negro do que fixar o que cabe extremamente ao elemento peninsular. Com efeito, muitas lendas, que nos foram herdadas pelos nossos colonizadores europeus, não são originariamente destes, mas apenas por eles veículadas. Os dois povos ibéricos estiveram longamente sob o domínio dos muçulmanos e entraram em demorado contacto com os árias do Industão e com os mongois e mongoloides da Ásia e da Oceania, antes que se ultimasse a conquista, e, com esta, o povoamento do Brasil. Não é, portanto, de pasmar que, entre as suas lendas e fábulas de fundo próprio, nos hajam também transmitido algumas le-

---

(75) Denominação preferível à de "índio" e já adotada no Brasil, entre outros, por João Ribeiro ("O folclore brasileiro") e L. Câmara Cascudo ("Licantropia sertaneja"), pois evita confusão com o elemento asiático das Índias (Industão e Indo-China).

vantinas e industânicas, diretamente aprendidas ou intermedicamente recebidas dos judeus (76).

Além disso, parece que o surto dos mitos, em toda parte do mundo, obedece ao mesmo fator humano, apesar da diversificação da espécie quanto à pigmentação cutânea e ao progresso da cultura intelectual. O grande e genuíno creador dos mitos primários, que repletam o folclore, foi incontestavelmente o fetichismo, que de puro passou a astrolátrico e, por fim, a sistematizado. O *pithecanthropus erectus*, ignorante de tudo que o cercava cá em baixo e de tudo quanto girava no espaço infinito acima de sua cabeça, primeiramente prestou culto aos corpos brutos e seres vivos terrestres, depois adorou os corpos e fenômenos celestes, até que mais tarde se julgou filho do sol e primo da lua.

Sejam quais forem as teorias destinadas à explicação da mítica tradicional, — desde as de Kreutzer, Max Müller, Otfried Müller, Tylor e Lefèvre até às dos escritores contemporâneos, — isto é, o “evhemerismo” e o “astronomismo” (77), o “animismo” e o “antropologismo” (78), — todas elas

---

(76) Cf. Max Müller, “Essay on the migration of fables”; e G. de Vasconcelos-Abreu, “Sumário das investigações em sanscritologia...” (Lisboa, 1891).

(77) O “evhemerismo” consistiu em atribuir sempre aos mitos fundamentos históricos, qual, por exemplo, a deificação dos heróis humanos. O “astronomismo” reduziu toda a mítica a tentativas de explicação dos fenômenos sidéreos pelo homem ainda ignorante do número, da forma e do movimento dos corpos celestes, assim como dos próprios segredos atmosféricos. Dividiu-se o “astronomismo” em “simbólico” (Kreutzer), com base na alegoria, e “metafórico” (Heyne e Max Müller), com sustentáculo na linguagem. Essas teorias ficaram limitadas, modernamente, à explicação de raros espécimes do folclore. E’ certo, contudo, que a elas se deve um mais amplo estudo de interpretação da mítica de todos os povos do universo, bem como úteis pesquisas sobre as relações entre os mitos cósmicos, as religiões, as línguas, as lendas e as migrações tribais.

(78) O “animismo” subdividiu-se (a partir de Otfried Müller) em “animismo espontâneo”, “naturalismo primitivo” e “antropomorfismo incons-

(79) se reduzem à verdade, enunciada por Augusto Comte, de que o homem primitivo foi instintivamente propellido a projetar tanto a sua forma física, quanto a sua *psyche*, isto é, a sua inteligência e os seus sentimentos, nos corpos brutos e nos seres vivos do meio ambiente, assim como procedeu depois com os corpos e fenômenos celestes, reais ou imaginários. Ao contrário do que rezam os livros sagrados, — o homem foi sempre quem fez o seu deus, ou os seus deuses, à sua imagem e semelhança... E isso é o que evidenciam que farte todas as religiões, fetichicas, politeicas e monoteicas, bem como as línguas e as tradições de povos, quer atrasados, quer adiantados.

---

ciente", entre os tratadistas germânicos. André Lefèvre ("La religion", pág. 99), porém, preferiu adotar as denominações de "antropismo", "animismo difuso" e "animismo condensado". Em vez de explicar os mitos pelos cânones das escolas anteriores, a nova, que visa a crear uma ciência, a *Volkspsychologie* ("demopsicologia"), deixou de ser "evhemerista", "astronomista" ou "animista", para apelar-se apenas de "antropológica", o que é mais racional.

(79) Já havia eu escrito as notas acima, quando me recordei de que Gustavo Barroso, em "O sertão e o mundo" (págs. 259-260), sintetizou mais claramente essas teorias, pela forma seguinte: — "Em três escolas divide-se o estudo da novelística ou mitografia, que, geralmente, se chama *folclore*. A primeira é a *mitológica*, tendo à sua frente os irmãos Grimm, de Gubernatis, Max Müller, Atanasiev, que procura explicar as manifestações semelhantes de todos os folclores, como reminiscências religiosas e mitológicas dos povos de origem comum, e os seus personagens, como símbolos de fenômenos naturais, mitos solares ou lunares, etc. A segunda é a *histórica*, chefiada por Köhler, Benfey, Gaston Paris, que nega essa significação mitológica e afirma a sua origem histórica asiática, sendo levadas suas fórmulas por meio dos viajantes, dos literatos, dos marinheiros, para os diversos países onde aparecem, com ou sem transformações. A terceira, mais moderna, é a *antropológica*, que se baseia no poligenismo, afirmando que os motivos folclóricos, apesar de semelhantes, nasceram independentemente uns dos outros, que as mesmas condições produzem em lugares diversos as mesmas manifestações de arte popular, que essa similitude de contos e poesias surge de meras coincidências acidentais. E defendem essa escola Andrew Lang e Joséph Bédier". A's teorias dos tratadistas do folclore também se refere Jacomino Define, no belo artigo "Lendas e mitos" ("Rev. do Brasil", n. 4, 1916, 386-392).

Graças à portentosa síntese do imortal pensador de Montpellier, é óbvio admitir-se a existência de mitos peculiares do fetichismo puro, da astrolatria e do politeísmo, bem como as suas gradações em primários, derivados e frustros.

Do mito, — transfiguração dos seres e fenômenos naturais em corpos inaturais e forças sobrenaturais, *tótems* e *tabús*, pelo *eu projectivo* do homem inculto, — foi que se geraram as lendas, os contos e as fábulas da tradição popular. O que caracteriza a lenda é a apoteose, ligada a proesas heroicas ou a maravilhas suprassensíveis, ao passo que o conto é a narrativa de façanhas míticas, ou mesmo históricas, nimbadas pelo halo da lenda, e a fábula é a forma de que se serviu o homem, pela observação de si mesmo e dos animais, em que projetou a sua linguagem e às vezes os seus sentimentos, para constituir a moral primitiva.

Causas múltiplas, — que sòmente agora vão sendo dilucidadas, mercê do simultâneo progresso dos estudos de antropologia e etnografia, de psicologia e fisiologia, de sociologia e hierologia, — foram as de que se geraram os mitos. Entre elas, podem mencionar-se, sem temor de dúvida, as seguintes: — o *medo*, que, no dizer de um escritor do Lácio, foi o primeiro fabricante de deuses (*primus in orbe Deos fecit timor*); a *maravilha*, isto é, o deslumbramento do homem primitivo ante fenômenos naturais, para ele impenetráveis; o *antropocentrismo*, ou seja na fórmula centrífuga de projetar o seu *eu* físico-psíquico em todo o ambiente ao alcance dos seus sentidos, ou seja depois na fórmula centrípeta, de que tudo fôra feito para imitá-lo e servi-lo; e, por fim, a ociosa, mas constante, *indagação das causas primárias e finais*.

## b) O totemismo e o tabuismo

Ainda nenhum dos muitos pensadores, que se têm preocupado com a síntese inicial da humanidade, pôde definir bem o *totem* e o

*tabú*, nem sequer provar qual dessas idéias elementares, rituais ou pragmáticas, surgiu primeiro, si é que não nasceram juntas.

O nome *totem* (de *otam* ou *otem*, precedido do possessivo *t'* e que apresenta as variantes gráficas *t'otem*, *do-dam*, *do-dem*, *do-daim*), — significando “sinal” ou “emblema” e designando geralmente o animal, e mais raramente o vegetal, o mineral ou o corpo celeste em que a tribu cultua o seu antepassado, assim convertido em num tutelar ou símbolo de convergência, — provém da horda norte-americana dos *chippeways*, entre os quais foi encontrado por missionários, em começos do século XVIII. Na própria Igreja Católica existe uma sobrevivência totêmica: — a pomba, que representa o Espírito-Santo, isto é, uma das pessoas da Santíssima Trindade. O *totem* dos *chippeways* era o cão selvagem, que tambem o era dos nossos *mundurucús*; os *borôros* tinham dois, — o veado e a arara vermelha; o dos *parecís* é o *utiarití* (*falco sparverius*); o dos *bacacris* é a onça pintada; e o dos *guaicurús* era o caracará (*polyborus vulgaris*). Na África, o dos *mbacas* é a aranha, sendo o crocodilo o dos *bassutos*. O dos primitivos sírios era o peixe (que, por isso, serviu para representar o Cristo, ainda ao tempo em que os prosélitos deste se escondiam nas catacumbas). O dos antigos romanos era a loba, como o dos prístinos helvécios era o urso, este e aquela transformados em brasões dos respectivos povos. E, para exemplo de um *totem* mineral, resta entre os muçulmanos a *caaba*, signo da sua convergência religiosa.

*Tabú* (de que existem as variantes gráficas *tabou* e *taboo*, devidas aos tratadistas franceses e ingleses) é vocábulo tomado aos polinésios, entre os quais indicava o objeto sagrado, o seu *noli me tangere*. Daí passou a servir para indigitar, na linguagem erudita contemporânea, tudo aquilo que, entre os clans da humanidade antiga ou nas cabildas selvagens ainda existentes no mundo, não pôde ser tocado, sem que se motive tal interdição, a qual sujeita o infrator sacrílego às mais trêmentas penas, sinão a calamidades



mortais. Dá-nos a Bíblia notícia de dois *tabús* vegetais, bem caracterizados, entre os hebreus: — a árvore do éden, cujos frutos foram vedados por Jahveh a Adão e Eva, e a arca-da-aliança, na qual somente podia pôr as mãos certa família privilegiada. Exemplos de *tabús* animais ou vinculados à vida animal são: — o “sangue”, na maior parte das tribus primitivas e ainda nas malocas bárbaras atuais; a vaca, entre os indús; o porco, entre os muçulmanos e os judeus.

Salomon Reinach, no “Orfeus” (15ª edição, 1909, página 25), simplificou os dois institutos basilares do fetichismo, afirmando que “o *totem* era protegido por um *tabú*”, e tirando daí as imensas e benéficas consequências da domesticação dos animais e das plantas, isto é, a vida agrícola, que deu aso à sedentariedade, e, portanto, à mais facil acumulação dos progressos da humanidade.

Entretanto, apesar dos ensaios que se vêm fazendo, desde fins do século XVIII e por cientistas da estatura de J. Long, A. Fletcher, Herbert Spencer, John Lubbock e Max Müller, não se chegou até agora a uma teoria perfeitamente assentada sobre o *totemismo* e o *tabuísmo*, que continuam a desafiar grandes esforços de pesquisas e de pensamento dos sábios contemporâneos (80).

---

(80) Eis os principais escritores que, nos últimos anos do século XIX e na centúria presente, se têm ocupado com esses complexos problemas: — Frank Byron Jevons, “An introduction to the history of religion” (Londres, 1896); A. H. Keane, “Ethnology” (Cambridge, 1896); Arnold van Gennep, “Religions, mœurs et légendes” (Paris, 1900), “Tabou et totémisme à Madagascar” e “L’état actuel du problème totémique” (Paris, 1920); Julius Pikler & Félix Somló, “Der Ursprung des Totemismus” (Berlim, 1900); K. Vold, “Naturdyr-celse (Totemismus) i de gammerlsemitis Religioner” (Christiania, 1904); Andrew Lang, “The secret of the totem” (Londres, 1905) e “Theories of the origin of exogamy and totemism” (in “Folk-lore”, 1913, pág. 165); E. Reuterskjöld, “Till frågan om uppkomsten af sakramentala måltider, med särskild härschild hänsyn till totemismen” (Upsal, 1908); J. N. B. Hewitt, “Totem” (in “Handbook of the American Indians”, Washington, 1910, vol. II, págs. 787-794); James G. Frazer, “Totemism and exogamy” (Londres, 1910-1911, 4 vols.), “The golden bough” e “The belief in the immortality” (Londres, 1913); L. M. Torres, “El totemismo, su origen, significado, efectos y

E' tal a importância que modernamente se atribue ao *tabú* no seu sentido etnográfico e na sua conceituação filosófica, que, convertido aquele vocábulo num seu mais ou menos equivalente, Salomon Reinach o tomou para base da definição de religião, a qual, para ele (*op. cit.*, pág. 4), nada mais é do que “um conjunto de escrúpulos opostos ao livre exercício das nossas faculdades”. E o *totem*, a seu turno, assumiu tal relevância nos estudos científicos contemporâneos, que o insigne jurista alemão Josef Köhler (“Die Kultur der Gegenwart”, pág. 5), afirma ser “a caracterização do totemismo o primeiro problema religioso que se encontra na história do mundo”.

Em apêndice (pág. 193-222) à sua “Nova teoria do sacrifício” (Porto, 1928, — obra interessante, cuja leitura e posse devo

---

supervivências” (in “Anales del Museo Nacional de Buenos Aires”, 1911, pags. 550 e segs.); Alfred Loisy, “Le totémisme et l'exogamie” (in “Revue d'Histoire et de Littérature Religieuses”, 1911 e segs.); Richard Thurnwald, “Die Denkart als Wurzel des Totemismus” (in “Sitzungsberichte der XLten. Versammlung der Deutschen Anthropologischen Gesellschaft in Heilbronn”, 1911, págs. 119-125); A. A. Goldenweiser, “Exogamy and totemism defined” (in “The American Anthropologist”, 1911, XIII, 595-596) e “The origin of totemism” (ib., 1912, 600-607); L. Marillier, “La place du totémisme dans l'évolution religieuse” (in “Revue de l'Histoire des Religions”, XXXVI, págs. 365 e segs.); Durkheim, “Les formes élémentaires de la vie religieuse — Le système totémique en Australie” (Paris, 1912); Walter Heape, “Sex antagonism” (Londres, 1913); R. Karutz, “Der Emanismus — Ein Vorschlag zur ethnologischen Terminologie” (in “Zeitschrift für Ethnologie”, 1913, XLV, 546-611); S. Freud, “Totem und Tabu — Einige Uebereinstimmungen im Seelenleben des Wilden und der Neurotiker” (Leipzig-Wien, 1913); René Dussaud, “Introduction à l'histoire des religions” (Paris, 1914); Josef Köhler, “Die Kultur der Gegenwart” (Berlin, 1914); J. R. Swanton, “The social and the emotional element in totemism” (in “Anthropos”, 1914, págs. 289-299); sir Herbert Risley, “The people of India” (Calcutta-Londres, 1915, 2ª ed.); Wilfredo Pareto, “Traité de sociologie générale” (Paris, 1917). Elementos subsidiários, ha muitos, e encontram-se em obras que versam sobre a evolução humana em geral, assim como em tratados científicos, concernentes ao direito e à medicina. Dentre os primeiros, devem ser citados “La civilisation primitive” (Paris, 1876, trad. francesa), de Edward B. Tylor, e o “Sistema dos mitos religiosos” (Lisboa, 1904, 3ª ed.), de J. P. Oliveira Martins.

à cativante gentileza do sr. Alvaro Pinto), investiga José Teixeira Rego o mistério do *totem* e a gênese dos *tabús* religiosos. Depois de examinar as várias opiniões correntes sobre esses credos e ritos do fetichismo, busca explicá-los pela teoria que sistematizou e que consiste na queda do homem pelo alimento (primeiro vegetal e depois animal) e por sedução, — donde o drama ou tragédia do sacrifício, que presume haver-se universalizado na tradição dos povos.

O trabalho mais recente, em nossa língua, sobre tão alto e curioso assunto (80 A), foi inserto nos “Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas” (1924, I, 261-270) e deve-se ao vigoroso, doutíssimo e brilhante espírito de Pontes de Miranda, nome que honra a cultura brasileira. Intitula-se “Condições exigidas a uma boa teoria do totemismo — (Notas sobre a generalidade e a relatividade em sociologia)”. Patenteia ele que, no século XVIII, surgiu apenas a teoria individualista de J. Long, à qual mais tarde deram novas formas A. Fletcher, Hill Tout, Hose e Mac-Dougall; que, no século XIX, apareceram, além de outras, as de Thavenet (familiar, psicológica, utilitária), de Mac-Lennan (zoolátrica), de Herbert Spencer (ancestralátrica), de Max Müller (emblemático-heráldica), de A. Lang (nominalista), de lord Avebury (evhemerista-nominalista), de Robertson Smith (sacrificial), de Wilken (ancestralátrico-reincarnacionista), de Keane (heráldica) e de Frazer (animista); e que, no século atual, repontaram as da nova fase de Frazer (concepcionalista), de Boas (matrimonial), de Pikler e Somló (pitográfica ou materialista), de W. H. R. Rivers (reincarnacionista), de Haddon, Loisy e John R. Swanton (econô-

---

(80 A) O primeiro compatriótico nosso, que tratou do árduo assunto, foi Ladislau Neto, no artigo “Do totemismo”, inserto às págs. 49-50 da “Rev. da Exposição Antropológica Brasileira” (Rio, 1882). O segundo, ao que supomos, foi Júlio Trajano de Moura, na substanciosa tese “Do homem americano — Ensaio de ethnologia” (Rio, 1889), págs. 251, 261 e seguintes. Desta obra, que se tornou de grande raridade, fez o nosso benemérito Instituto Histórico uma segunda edição, prefaciada por mim.

mica) e de S. Freud (psicológica). Considera mais gerais a tese localista, esboçada por E. Westermarck e desenvolvida por Richard Karutz, a novitalista, ideada por Dussaud, e as tentativas de E. Reuterskjöld (que visou a fundir as quatro principais explicações, a psicológica, a dinâmica, a utilitária e a localista), de Thurnwald (que intentou combinar as teorias de Lang, Atkinson e Frazer) e de Torres (que aspirou a amalgamar os conceitos de Frazer, Lang, Pikler e Somló). Criticando todas essas interpretações, conclue o dr. Pontes de Miranda por dizer, muito acertadamente, que — “os fenômenos sociais devem ser estudados como produto dos meios, e não independentemente”; e que, portanto, “na análise do *meio totêmico* é que se poderá encontrar a explicação do totemismo, a explicação causal, científica”.

Sejam quais forem as doutrinas insinuadas sobre essa intrincada matéria, — o que parece fora de dúvida é que, em geral, tanto entre os ameríndios, quanto entre os fetichistas africanos e polinésios, as formas hieráticas elementares do *totem* e do *tabú* estão quasi sempre vinculadas à indagação da causa primária (a origem do homem), atribuída, de ordinário, a um ser estranho, animal, vegetal, mineral ou corpo sidéreo (sinão a um simples fenômeno celeste), assim como à indagação da causa final. E' provavel que o *totem* e o *tabú*, em simbiose confusional no primeiro estágio de civilização do clan, tenham vindo mais tarde, por cissiparidade, a peculiarizar-se com indumentação própria e até a gerar novas formas consímiles. Si o *totem* representa o antepassado da cabilda, torna-se, por via de regra, o seu denominador coletivo. E, deificado em todos os casos, sagra-se também como *tabú*, quando se trata de ente vivo, animal ou vegetal, — o que quer dizer que não pode ser tocado, nem comido, a não ser que isso ocorra excecionalmente e mediante solenidade litúrgica especial (81).

---

(81) Não é lícito afirmar-se que os deuses nunca são comidos pelos seus adoradores, porque, como pondera João Ribeiro (op. cit., 35), “o

A extensão do *totem* e do *tabú* a toda a espécie do animal ou vegetal canonizados é facil de demonstrar-se. Assim, como o gavião (*utiarití*, palavra que significa “mestre”, “padre” ou “médico”, segundo Roquette-Pinto, in “Anais da Bibl. Nac.”, XXXV, 105) é o *totem-tabú* dos *parecís*, generalizaram estes o culto a todas as aves dessa espécie. Julgam-se os *borôros* descendentes do veado, que é, por isso, o seu *totem-tabú*: — veneram-n-o e não o matam, nem comem nunca, seja qual for a espécie.

Desse preconceito de proveniência de um tipo diverso do humano, é óbvio que surgiram e se propagaram entre os fetichistas muitas outras idéias de transformações congêneres, — pois si o homem se gerou de um animal inferior, pode, ainda vivo ou *post-mortem*, retornar à forma ancestral ou transfigurar-se em outro qualquer bicho. Estive eu próprio em contacto com os *borôros*, por volta de 1909, e deles ouvi o mesmo que haviam afirmado os seus contribais, em 1888, a Karl von den Steinen e que este consignou em seu magnífico volume “Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens — Reiseschilderung und Ergebnisse der zweiten Schingu-Expedition — 1887-1888” (Berlim, 1894, págs. 511-512), como se vê da seguinte tradução minha: — “Crê-se geralmente que o borôro, homem ou mulher, se transforma, depois da morte, em arara vermelha... Não comem nunca a arara e nunca a matam. Lamentam quando morre alguma... Os extintos de outras tribus transformam-se em outras aves. Os negros viram urubús pretos...” Por aí se vê que os *borôros* tinham dois *totens-tabús*, perfeitamente discriminados e oriundos da indagação da causa primária e da causa

---

homem venera o animal e acaba por uma teofagia, como simbolicamente fazem os cristãos, esperando da manducação dos seus deuses prestígio e acréscimo de força ou de virtudes”. Não conheço, contudo, exemplo algum de que o fetichista meta no bucho os seus *totens* e *tabús*. Quero crer que isso apenas veio a dar-se num período mais adiantado de civilização, ou seja no que Augusto Comte denominou “fase abstrata” da humanidade.



final: — o veado, que foi o genitor de todo o clan; e a arara vermelha, na qual se transmudavam *post-mortem*.

E' curial, portanto, concluir-se, conforme já ponderou João Ribeiro (*loc. cit.*), que "a identidade do homem e das coisas e animais, na imaginação primitiva, explica as histórias ingênuas, as fábulas e metamorfoses da imaginação popular". E Nina Rodrigues, num dos seus melhores, posto que inacabados escritos ("Rev. do Brasil", ns. 79 e 80, julho e agosto de 1922), justifica, com profunda erudição, o encontro de "sobrevivências totêmicas" nas festas populares e no folclore dos negros da Baía.

Tratando-se, agora, de uma coletânea de contos em que elas são postas de manifesto, achei que me corria a obrigação de consignar aqui estas ligeiras notas sobre o *totemismo* e o *tabuismo*, — complexos institutos feticchicos, que ainda esperam dos sábios uma explicação definitiva (82).

---

(82) O primeiro escritor nosso, que deu mais desenvolvida explicação do totemismo, foi Afrânio Peixoto, em sua "Medicina legal", publicada em 1910 (v. 4<sup>a</sup> ed., 1923, págs. 11-13). Depois de expor claramente a difícil teoria e de, com razão, admitir como sobrevivências totêmicas os nomes familiares, tomados, pela maior parte, a animais, plantas, minérios e lugares (Cordeiro, Carvalho, Pinto, Oliveira, Coelho, Pereira, Rocha), "as tatuagens, os formatos especiais da barba e do cabelo, os brasões, uniformes, librés, sinetes, distintivos, condecorações da nossa época", refere-se, mais particularizadamente, ao motivo que, segundo ele, determinou entre os clans primitivos a generalização da exogamia. Devo declarar, desde já, que não perfilho esta afirmativa, pois entre quasi todas as tribus túpicas, do Brasil pelo menos, dominava a endogamia. E', porém, tão interessante o que escreve o nosso consagrado cientista quanto ao *totem* do "sangue", que não resisto ao prazer de reproduzir-lhe aquí o trecho pertinente:

— "O *totem*, ascendente e protetor, existia no corpo de cada um dos indivíduos do mesmo clan, no seu sangue principalmente, parte do corpo sempre mais venerada, desde os primeiros dias da humanidade até o período culto. A *voz do sangue*, os *laços do sangue*, expressões com que ainda hoje se afirma uma identidade de raça, dizem bem dessa veneração. Derramar, pois, o sangue, em que o *totem* comum se achava, era sacrilégio. O respeito mutuo entre os indivíduos do mesmo clan, por esse motivo, chega em muitos povos inferiores a não permitir o contacto da vida em comum. As mulheres, durante a menstruação e o parto, eram evitadas, isoladas e respei-

tadas pelos de seu clan, por isso que, em tais condições fisiológicas, perdiam o *totem* venerado. Os livros religiosos transmitiram às eras históricas esse horror sagrado às mulheres em catamênio ou em parto, de que se deve fugir, sob pena de se ficar imundo por algum tempo ("Levitico", caps. XV, XX e XXI). Mais ainda: desapareceram estas abusões primitivas, mas ficou ao homem civilizado a repugnância às mulheres menstruadas, condição em que em geral são evitados os contactos sexuais. Ora, seria essa exatamente a ocasião propícia às funções genitais, pois corresponde à época mensal do cio nas fêmeas, tornando mais fácil a fecundação, fim dos ajuntamentos carnavais. O homem civilizado continúa inconscientemente o *tabú* primitivo. Os indivíduos de um clan respeitavam, pois, as mulheres do mesmo clan, cujas relações íntimas, defloramento, catamênio, parto, originavam desrespeito ao *totem* comum. Estava aí a origem do horror ao incesto e à lei da exogamia (Durckheim). Porque o *totem* perdido, derramado com o sangue da mulher de outro clan, não era respeitado e não importava ao marido, que apenas tinha culto ao seu. Os filhos, — segundo a organização social era a da filiação uterina ou agnática, segundo a condição das mães ou do pai, — pertenciam ao clan, materno ou paterno, respeitando a este ou àquele *totem*. A exogamia era assim generalizada, pelo horror ao incesto. A proibição deste vinha, não da consanguinidade no sentido bilateral em que nós hoje, com melhor fisiologia, tomamos o termo. De feito, si num povo dado a filiação uterina é a regra, as interdições rituais impedem o casamento com qualquer dos parentes da linha materna, mas não aos parentes mais próximos da linhagem paterna: os filhos recebem o *totem* da mãe e nada têm com o pai, ao qual não devem respeito. Em outros povos em que, mais raramente, a filiação agnática é uso, é o contrário que se verifica. Isto explica porque casamentos muito próximos se dão, até entre irmãos, sem repugnância alguma, uma vez que não sejam idênticos pai e mãe. Veja-se a propósito na "Genesis" a resposta de Abrão a Abimelech: — "E, na verdade, é ela (Sara) também minha irmã, filha de meu pai, mas não filha de minha mãe; e veio a ser minha mulher" (cap. XX, v. 12). Em Atenas, uma filha de Temístocles casou-se com um seu irmão consanguíneo (Cornelius Nepos, *Cimon*, I). Medas, persas, egípcios, viram pais casados a filhas, irmãos a irmãs, sem que isso fosse considerado o incesto, sendo, entretanto, consanguinidade. E' que, como ainda hoje em todos os povos primitivos, nessas épocas históricas a interdição *totêmica* era a única respeitada, por motivos mais ou menos explícitos, mas sempre constantes. *Clans*, *totems*, *tabús*, os nomes são oceânicos, polinésios, porque a etnografia os foi buscar nos povos inferiores dessas partes do mundo; os fatos são gerais, porém, e comuns à humanidade inteira: — é uma noção que domina a ciência contemporânea, graças principalmente aos trabalhos de Frazer, Curr, Grosse, Köhler, Durckheim".

---

IV

MITOS PRIMARIOS SUAS TRANSFORMAÇÕES  
E SOBREVIVÊNCIAS



---

---

## IV

### a) Lobis-homem, mula-sem-cabeça e porca-mole

O “Panchatantra” e o “Hitopadexa” (83) põem de manifesto que, às margens dos Ganges, em longínquas épocas da evolução humana, já os árias, obedecendo às sugestões da sua síntese inicial, isto é, ao seu *totemismo* fetichico, tomavam dos instintos bons ou maus dos animais inferiores as observações com que iam esboçando um código ético. A mesma lição é fornecida pelos árias da Europa (helenos, latinos, germanos e eslavos) e pelos negros da África. É indiscutível que a domesticação dos animais se deveu principalmente ou exclusivamente aos clans do período *totêmico*, os quais, assim, puderam passar do estágio do nomadismo (caçadores e pescadores) para a fase gregária, em que se tornaram semi-nômades e semi-sedentários. Talvez desse segundo degráu da civilização humana tenham brotado as crendices zoometamórficas (83 A), algumas encon-

---

(83) Sobre o “Panchatantra”, ha os conhecidos trabalhos de Lancereau e Benfey. Quanto ao “Hitopadexa” (de que aquele foi protótipo e cujo mais antigo manuscrito data de 1373), existe recomendavel tradução portuguesa devida a monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado e editada em Lisboa (1897).

(83 A) No *folclore* italiano, além do *lupo mannaro* há o *gatto mamone*. No Maranhão, ainda existe a crença em certa mulher-fantasma, a *mangúda*, sem cabeça e sem braços, toda enfiada em casaco e saia brancos, engomados e farfalhantes. E’ de elevada estatura e tem a faculdade de transformar-se



tradições no folclore ariano, como as da cinantropia e da licanthropia (84), das quais provavelmente se derivaram as da “mula-sem-cabeça” (também chamada “burra-de-padre” ou “burrinha-de-padre”) (85), e

numa coruja, que solta gargalhadas de mau agouro. Assim, parece que os animais prediletos da imaginação popular para tais metempsicoses são: o lobo, o cão, o gato, a mula, a coruja e o macaco.

(84) Referindo-se à licanthropia e à cinantropia, consigna João Ribeiro, em “O folclore” (36-38), que “no Brasil, certas vítimas do amarelão, quando esgotadas da anemia, são havidas por lobis-homem”. Mesmo sem essa metamorfose, — que em Minas ouvi muitas vezes atribuir-se pela gente inculta às vítimas do ancilóstomo duodenal, — é também verdade que o nosso hipocômico aparece com certa frequência nas historietas tradicionais. como se vê em Silvjo Romero (“Histórias de João” e “O matuto João”, 93-94 e 104-106, dos “Contos populares”) e agora na coletânea do sr. J. da Silva Campos (“O preguiçoso e o peixinho” e “O amarelo mentiroso”). Parece até que, ao norte do Brasil, assumiu o termo acepção pejorativa, para servir de chasco ou insulto, qual se depreende de um trecho do “Cabeleira” (1876, pág. 39), de Franklin Távora: — “Amarelo de Goiana l, gritou-lhe ela ao pé do ouvido. Não sei onde estou que não te ponho mole com este pau...” Sobre a licanthropia, merecem ainda lidos: o artigo de L. Câmara Cascudo, “Licanthropia sertaneja” (que já citei atrás), e no qual atribue ele ao nosso capelobo dois motivos, a doença (opilação) e o castigo (como o que recai sobre os filhos de incestuosos), ligando-o assim à crença da “burrinha-de-padre”, o que também poderia melhor ter feito com a da “porca-mole”; os dois capítulos (57-73) do livro “O sertão e o mundo”, de Gustavo Barroso; o que vem nas “Tradições populares de Portugal” (260-273), de J. Leite de Vasconcellos; e um artigo do “Journal of American Folk-hore” (1891, 189).

(85) E' o castigo a que a ingênua imaginação do povo condena a concubina de clérigo católico. “Tem por sina correr sete cidades todas as noites, em que sai, e anda sempre em carreira desabrida, soltando rinchos pavorosos (mas com que, si ela não tem cabeça?). Encontrando ser humano, mata-o de coices, livrando-se aquele que, ao percebê-la, esconder as unhas” (Daniel Gouvêia, “Folclore brasileiro”, 46-47). Além de outros escritores, mais dos nossos dias, que têm explorado essa estrambótica abusão, aproveitou-a Bernardo Guimarães em suas “Poesias” (pág. 277) e melhor ainda o fez Galpi (críptonimo de Galdino Fernandes Pinheiro) em suas “Narrativas brasileiras” (169-192 da 2ª ed.). Ao meu sentimento de justiça repugna que somente se fira com tão horrível fadário a fragil filha de Eva, deixando-se impune o seu tonsurado sedutor, forte, a mais do sexo, na sapiência de tudo quanto ha de telhas acima, — céu, inferno, limbo e purgatório...

da “porca-mole” (86), existentes no nosso populário, além das oriundas da fonte africana e da caudal ameríndia (86 A).

### **b) Juruparí ou anhangá e curupira ou caapóra**

Os mitos principais dos nossos selvícolas, conforme afirmei linhas atrás, já foram amplamente estudados, tanto pôr cientistas brasileiros, quanto por sábios estrangeiros. De tais criações fetichicas, — além das zoológicas propriamente ditas e que se confundem, pelos motivos substanciais, com as do folclore universal, — as que oferecem maior cunho de originalidade, pelas feições particulares, de que se revestem, são a do *juruparí* ou *anhangá* e a do *curupira* ou *caapóra*, na qual se entrelaçam a do *saci* e a da *iára*.

Os descuriosos destes estudos não têm, em geral, idéia bastante clara dos mitos dos nossos índios. Quem, a meu ver, dilucidou, com admirável profundidade, esses seres fantásticos, — sem os exageros a que chegou Couto de Magalhães, que admitia entre os nossos aborígenes a existência de um deus do amor (*Rudá* ou *Perudá*), impossível com o seu fetichismo astrolátrico ainda mal definido, — foi o erudito Barbosa Rodrigues, na sua “Poranduba amazonense” (págs. 3-22 e 93-100), onde se encontram as diversas configurações que eles assumiram em todos os pontos do Brasil. O *juruparí* e o *anhangá* são o mesmo tipo mítico, aquele preponderante na linguagem dos selvícolas do norte e este na dos do sul, notando-se que só o último é que sofre encarnações em

---

(86) E’ também punição de pecado (incesto) ainda mais grave que o anterior. — “A *porca-mole* é a transformação daquele que praticou ação inligna com mãe ou filha, e, sob esta fôrma, tendo os membros desconjuntados, vai arrastando-se, a soltar gritos terríveis” (Daniel Gouvêia, *op. cit.*, 47). E’ pouco vulgar ao sul do Brasil.

(86 A) Do aproveitamento do vocábulo, com que regularmente se designa o licântropo em nossa língua, existe o belo trabalho de Alberto Sousa, intitulado “O chapéu do lobis-homem” (São-Paulo, 1926).

animais inferiores. O *curupira* (86 B) e o *caapóra* constituem a mesma personificação do genio das florestas, sendo o primeiro peculiar da região setentrional e o segundo da central e meridional. Na Baía, mudou de sexo, produzindo a *caaçára* (vulgarmente *caiçára*, como vulgarmente também, ali e alhures, *caipóra* substituiu *caapóra*) (87).

### c) Sací

Do *curupira* ou *caapóra*, — denominação do mesmo duende rudimentar, idealizado pelos nossos selvagens da família tupi para apavorante guardião das suas florestas, — não passa de filho o *sací*, essencialmente imaginado (conforme os primeiros civilizados que dele tiveram e nos transmitiram conhecimento) para auxiliar o pai, com quem às vezes foi tradicionalmente confundido, na qualidade de *numen viarum* (Marcgrave), ou de “espírito dos caminhos” (como portuguêsmente escreveu Simão de Vasconcelos).

---

(86 B) Sobre o *curupira*, além da referência que lhe faz Júlio Trajano de Moura, “Do homem americano”, pág. 329 (da ed. de 1889), existe curiosa informação, fornecida por A. R. Wallace, em “Travels on the Amazon and rio Negro” (ed. de 1889, à pág. 314): diz ele que os selvícolas do nosso rio-mar acreditam que não haja nenhum tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga jubata*) do sexo masculino, pois para aqueles nossos índios todos os grandes comedores de formigas são fêmeas e têm por macho o *curupira*.

(87) Esses mitos foram pouco aproveitados na literatura e na arte, em nosso país. Na poesia, conheço “O caapóra”, que vem nos “Cantos do equador”, de Mello Moraes Filho; “O curupira”, de Regueira Costa, versos que inseriu Barbosa Rodrigues em sua “Poranduba amazonense” (páginas 10-11); e o soneto “O corupira”, engastado no livro “Silêncio” (1920), de Agrippa de Vasconcellos. Em prosa, existe o conto “O corupira”. de Hosannah de Oliveira, o qual se encontra nas “Lendas amazônicas” (págs. 117-120), de J. Coutinho de Oliveira. No que respeita à arte, o pintor patricio Miguel Santiago fixou tanto “O caapóra”, quanto “O curupira”, em dois quadros, que foram depois reproduzidos e analisados por Mario Linhares, em seu opúsculo “Nova orientação da pintura brasileira” (1926, págs. 20-21). Há também um conto intitulado “O curupira” nos “Esmaltes e camafeus” (págs. 88-94) de G. Furtado Bandeira.

Na região centro-meridional do Brasil recebeu o *sacé* os sucessivos acréscimos de *tapererê*, *taperê*, *pererê*, *saperê*, *saterê* (88), *sarerê*, *sererê* e *sirirê*, nos quais ocorreram metaplasmos, apofonias e aliterações, não estranháveis a glotólogos. Ao norte, transmudou-se-lhe o nome em *matí-taperê*, depois em *matim-taperê* e finalmente em *matinta-pereira*, por quasi integral apor-tuguesamento, a que só faltou, como espirituosamente disse Barbosa Rodrigues, articular-se um comezinho cognome lusitano, — “da Silva” ou “da Mata”, — que se lhe ajustaria a primor.

Embora os tupís, por ignorarem as maravilhas do desenho, da escrita, da pintura e da escultura, não nos houvessem deixado a representação gráfica ou plástica daquele seu trasgo infantil, — pode-se, contudo, inferir dos informes dos que bem ou mal escreveram sobre os mongoloides brasileiros que o *sacé* constituia um hipo-mito de dupla simbolização: andromórfica e ornitomórfica. Para os lados do norte, preponderou a segunda, pois na Amazônia o *sacé* se configurou em pequeno pássaro, que, além do nome original, tomou também, por efeito da nova representação, o de “alma-de-caboclo” (89). Nos outros pontos do país, existiu por algum tempo a

---

(88) Esta forma, *saterê*, que se encontra na longa e interessante poesia “O sacé — Lenda”, de Ezequiel Freire (“Flores do campo”, 1874, págs. 134-136), é de suma importância, porque estabelece, melhor que as outras, a ligação do mito brasileiro com o seu congênere do Paraguai. De *yacy-yaterê* para *sacy-saterê*, houve apenas a troca do y guturo-palatal, de difícil pronúncia no *abanheên*, em s, no início dos termos que compõem a expressão apelativa.

(89) Essa ave, *Diplopterus nacvius* (cucúlida da família dos *scansores*), cujo grito dissílabo foi posto em música pelo príncipe de Wied-Neuwied e que mereceu notas especiais de Goeldi (“As aves do Brasil”, 1894, páginas 162-164) e de von Ihering (“As aves do Estado de S. Paulo”, in “Rev. do Museu Paulista”, 1898, III, 302-303), ainda recebeu no interior paulista a denominação vulgar de “sem-fim”. A mesma já se referira Martius (“Zur Ethnographie Amerikas”, 1863, pág. 586), afirmando que, segundo a crendice dos *goitacases*, incorpora ela em si as almas dos defuntos. Eis, porém, o que diz Goeldi: — “Nesta aye, que tenho observado em ambas as margens do Paraíba, como aquí, em cima da serra dos Órgãos, nos morros



primeira, porquanto se encarnava o *saci* em *curumim* tapuia pernetta, de cabelo avermelhado, sem órgãos para excretar os resíduos da bebida e da alimentação sólida, e, às vezes, com uma ferida em cada joelho.

Desse ingênuo estado somático inicial arrancaram-n-o, fazendo-o sofrer alterações profundas, dois fatores concorrentes: — o elemento africano e a superstição religiosa dos brancos, negros e mestiços.

Sem perder o antropomorfismo primitivo, não teve o pobre do *saci* condão sobrenatural bastante para repelir a superfetação africana que o salteou, até agora perdurando nele essa deformação, em quasi todo o Brasil: — tingiu-se-lhe de preto a epiderme brônzea de mongo-maláio; deu-se-lhe um barrete vermelho, que é obrigado a não tirar nunca da cabeça; meteu-se-lhe na boca um cachimbo, que traz sempre apagado, — pretexto para pedir fogo ao caminhante; e passou também, em vários pontos do país, de unípede a bípede.

“Negrinho pastorejo” foi como, — por isso e por então andar mais nas estâncias do que nas veredas transitadas, — passou a ser conhecido em certos rincões de São-Paulo (afirma-o o fidedigno

---

solitários, cobertos de macega, regularmente, mas sempre isolada, o que mais me tem admirado é como a gente se engana quanto ao lugar em que está pousada. Ouve-se de longe, durante horas, o mesmo assobio característico; mas, seguindo-se este som, fica-se, sempre, ou muito longe ou muito perto, ou muito para a direita ou muito para a esquerda; em suma, cem vezes está a ave em cima e longe, antes de podermos dar-lhe um tiro. Este modo de ser enigmático e juntamente o brado triste deram, talvez, aso a toda a coroa de fábulas, que ninbam o nome de *saci*”. O *Diplopterus naevius*, que se encontra na América, desde o México até à Argentina, tem neste último país o nome de *crispín* e é conhecido no Paraguai por *chochín*. Na Argentina, fez-se de tal ave uma lenda popular (v. Lehmann-Nitsche, “Las aves en el folclore sudamericano”, Buenos-Aires, 1922), sem relação alguma com as do Brasil. Cumpre não se confunda o *Diplopterus naevius* com outro cuco, o *Dromococcyx phasianellus*, ao qual os sertanejos de Minas-Gerais deram a apelação, ali vulgar, de “peixe frito”, corruptela, ao que parece, de “peito-ferido”, e que resultou da forma sônica do seu grito único. Esse *Dromococcyx phasianellus* é que é o *yacy-yateré* do Paraguai, como se verá mais adiante.



Barbosa Rodrigues), donde provavelmente migrou a expressão para o Rio-Grande-do-Sul, achando-se até hoje viva ali a credence popular do “negrinho-do-pastoreio”, ao qual se deram pés dúplices (90).

Em Máto-Grosso, passou a ser o “negrinho d’agua”, como se vê em “Páginas íntimas — Contos regionais” (à pág. 30), de Arnaldo Serra (que, à pág. 75, deu a registo alguns versos folclóricos).

Os ribeirinhos do São-Francisco acreditam piamente, até hoje, na existência do “caboclo-d’agua”, misto de *saci* e de *iara*, lenda que se vincula à dos “meninos-d’agua”, de que fala Jaboatão.

Na terra gaúcha, mais do que alhures, nimbou-se o mito, assim africanizado, com uma auréola de singular religiosidade. Si o *saci* já não era, no resto do Brasil, maléfica assombração, mas apenas diabrete brejeiro, — simples papão ou espantalho de creanças traquinas e cuca ou abantesma de adultos ignaros, — no grande Estado fronteiriço, conforme os relatos de Apollinario Porto-Alegre (“O creoulo dos pastoreio”, 1875), de J. Simões Lopes Netto (“Lendas do sul”) e de Olavo Bilac (“Conferência sobre algumas lendas brasileiras”), assumiu o papel de gênio bemfazejo. Ha até quem o invoque ali pelo nome de “generoso” (91) e chega a

(90) Teschauer, em seu trabalho sobre “As aves nos costumes, superstições e lendas americanas”, às págs. 58-61 (da 2ª ed.), faz curiosas referências ao mito do *saci*. Confundindo-o, porém, com o *curupira*, assim afirma em seu trabalho “Mythen und alte Volkssagen aus Brasilien” (in “Anthropos”, 1906, I, 27): — “In Riogrande do Sul erscheint der Koropira wieder zu Fuss, aber mit doppelten Füßen, so dass man nicht erkennen kann, ob die Spuren rückwärts oder vorwärts gehen...”.

(91) Dí-lo Bilac (“Rev. do Brasil”, n. 16, pág. 370), que dá esse apelativo como peculiar dos Sete-Povos das Missões, onde o *saci* apenas pratica traquinagens inofensivas (fazer estalar o teto das casas, sacudir os móveis, agitar invisivelmente as cordas das violas, assobiar pelas frinchas das janelas e pôr em oscilação a chama das candêias...). O imortal poeta, num dos sonetos com que ainda mais aformoseou a sua conferência “Sobre algumas lendas brasileiras”, fez ressaltar, pelas expressões empre-

desempenhar uma função ordinariamente atribuída a Santo Antonio, nos mundos de aquém e além-Atlântico: — a de achador das coisas perdidas e dos animais tresmalhados. Um dos mais recentes dilucidadores das tradições do povo sul-riograndense, o segundo dos escritores acima citados, precedido, aliás, por Teschauer, em tais investigações, — dá disso notícia insofismavel (cujo complemento pode ser procurado na mencionada conferência de Bilac): — O *negrinho* anda sempre à procura dos objetos perdidos, pondo-os de geito a serem achados pelos seus donos, quando estes acendem um coto de vela, cuja luz ele leva para o altar da Virgem, Nossa Senhora, madrinha dos que não a têm” (92). Como se está vendo,

---

gadas, a confraternização do nosso elemento ameríndio com o africano ou áfrico-brasileiro e ainda com uma superstição de fundo católico:

“Assim à noite, no ínvio da floresta,  
No mistério das sombras, entre os pios  
Dos noitibós, o *candomblé* se apresta:

Batuques de *capetas*, rodopios  
De *curupiras* e *sacís* em festa,  
Em sinistros risinhos e assobios...”.

(92) Essa nova feição do *sací* existe também no território argentino de Misiones e provavelmente passou do Rio-Grande-do Sul para lá. E o que se infere do que dele diz Ambrosetti (“Supersticiones y leyendas...”, Buenos-Aires, 1917, págs. 48-49): “... murió azotado por sus amos, por una falta que no había cometido, en tiempos muy anteriores a la guerra...; ayuda a encontrar las cosas o animales perdidos, con sólo ofrecerle una pulgada de vela...”. E’ certo, entretanto, que, no Paraguai, o *curupira*, sofrendo as mesmas transformações que no Brasil sofreu o *sací*, e também confundindo-se afinal com este, passou a desempenhar o papel de um misto de Eros e anjo-custódio, qual se deduz dos seguintes versos de Guillermo Molinas Rolón (in “Parnaso paraguaio”, ed. de Barcelona, s. d., pág. 258):

“Si en la muerta fogata, tras de los matorrales,  
que quedó abandonada en espesos yerbales,  
halláis huella inocente de los piés de algún niño,  
que en el polvo conserva la ceniza de armiño,  
es del niño magnífico, genio de los idilios,  
del grato *curupí*, genio de los auxilios,  
aquella alma galante y ardorosa e inextinta  
que protege a las novias y a las damas en cinta...”



Barbosa Rodrigues



é quasi o mesmo taumaturgismo do “responso” do santo lisboeta, transido para o seio de Deus em Pádua.

Em Minas-Gerais, sem se lhe corromper o nome antigo de *saci* ou *saci-sererê*, os mais correntios alí, pelo menos na vasta zona campestre, teve ele, entretanto, que suportar outra deformação física, oriunda do influxo católico, a qual nos leva a enquadrá-lo na categoria dos mitos antropozoomórficos. Continuando com uma perna só, passou a ter o pé ora bifurcado, ora de artelhos ligados por cartilagens, isto é, transfigurou-se em caprípede ou palmípede, qual o “tinhoso”, “capeta”, “porco-sujo”, “pé-de-pato” ou “Pedro-Botelho”, alcunhas com que, por aquelas bandas, se evita pronunciar o terrífico e perigoso nome do “diabo”.

O sr. Cyro dos Anjos, em curioso artigo estampado no *Diário da Manhã*, de Belo-Horizonte (n. de 21 de julho de 1927), traz valiosa contribuição para o “*folclore* do norte mineiro”, pois conta ser aï vulgar a crença no “Romão” ou “Romãozinho”, novas crismas do mesmo “demônio rural e urbano”, que outro não é sinão o *saci*.

Conheço consideravel porção do meu Estado natal, principalmente o oeste, onde tive a fortuna de nascer, o sul e o centro. Não percorri ainda o Triângulo, nem o norte. Sei, porém, por alguns estudos, que tenho feito, da nossa história e do nosso *folclore*,

---

Eloy Fariña Núñez, en “Los mitos guaraníes” (“Rev.” cit., pág. 328), revela-nos curioso acréscimo, que sofreu no Paraguai o nosso *curupira*. Diz ele: — “Otro mito homuncular, el de *Curupí*, solicita nuestra atención. En el aparece un rasgo dionisiaco característico, el falo enorme, desmesurado, hasta el punto de que el *Curupí* enlaza con él a las mujeres, que pueden librarse de tal aprieto, cortándoselo. Como el *Yacy-Yaterê*, vaga por el bosque a la hora de la siesta, sobre sus cuatro pies, *poursuivant les vagues formes blanches*, como el fauno que pinta Victor Hugo, en *El sátiro de La leyenda de los siglos...* Yo ignoro también la razón del misterio fálico del *Curupí*. Quizá fuera una obscena monstruosidad de la imaginación guaraní, con el intento de alejar a las mujeres de los peligros de la selva”.



que na região mineira banhada pelo São-Francisco e afluentes foi onde mais se exerceu outrora a intensa atuação do bandeirismo baiano, continuada modernamente pelo tráfego comercial.

Ora, na Baía, — onde o elemento indígena, de difícil domesticação, se viu desde cedo sobrepujado pelo africano, submisso às gargalheiras da escravidão, — o nome *sací* foi totalmente abolido da tradição popular, na qual apenas ficou a rude ideação do velho mito indígena, que os negros estilizaram à sua imagem e semelhança, dando-lhe batismo novo, e não com voz quimbunda ou joruba, porém com legítima portuguesa: — “Romão” ou “Romãozinho”. Nina Rodrigues, que foi quem mais aprofundou, dentre os cientistas patrícios, as investigações do muito que devemos aos camitas no tocante à nossa demopsicologia, deixou-nos em alguns dos seus eruditíssimos trabalhos, já atrás citados, traços luminosos para o esclarecimento daquela obscura denominação. Com efeito, demonstrou ele que os pretos substituíam aqui os nomes dos seus deuses ou santos (melhor diríamos *totems* e *tabús*) pelos da Igreja Católica, a que mais se afeiçoavam, maugrado lhes não compreendessem os excelsos portentos. E é fora de dúvida que procederam do mesmo feitio com os mitos de toda casta, sempre que aos seus próprios se lhes depararam congêneres, de criação dos nossos selvícolas. Agradou-lhes o do *sací*, que não diferia muito do *gunucô*, deles conhecido e temido no continente negro. Indumentaram-n-o à moda africana, revestiram-n-o de pele preta, e, para o tornarem ainda mais aprazível, puseram, no assim ajeitado demoninho, em lugar da pristima palavra túpica, o nome (ou mais geralmente o diminutivo) com que preferentemente eram eles mesmos e as suas crias lustrados da culpa de Adão e Eva nas pias batismais... E a estranha denominação, além de vingar na Baía, dali facilmente atingiu ao norte mineiro.

Quasi nada possuindo do *follore* baiano, — seara opima que não tem atraído ceifeiros, — a primeira vez que travei relações

com o famoso “Romãozinho” foi quando li a “Fruta do mato”, uma das melhores produções do talento de escol de Afranio Peixoto, que se revelou, em tal obra e a um só tempo, psicólogo e paisagista da gente e cenários sertanejos, perquiridor dos costumes regionais e resurrecionista do lóbrego drama da escravidão africana.

Tendo penetrado tanto na prosa e poesia populares, quanto em algumas novelas e rimas do nosso ciclo do romantismo, particularmente quando ostentou este a sua efêmera feição indianística, — não caiu de todo no olvido, entre os letrados da geração contemporânea, o mito (transformado e deformado, mas com pasmosa força de sobrevivência) do *sací*. Deu-lhe abrigo Ildefonso Albano em seus “Cânticos do trópico”; inseriu-o Gastão Cruls na “Coivara”; e, mais recentemente, tomou-o Antonio Celestino (“Este é o canto da minha terra...”, págs. 85-95) para tema de uma das mais interessantes poesias, que conheço, com relação às últimas transformações do duende indígena (92 A). E, além de escritores que o têm aproveitado em lendários, não hesitou Monteiro Lobato em consagrar-lhe todo um bom volume de 292 páginas, com ilustrações, “O *sací*-pererê — Resultado de um inquérito” (São-Paulo, 1918), obra que, além de sobremodo interessante para o nosso quasi abandonado *folclore*, merece ainda lida, pelo *humour* que a lardeia e engalana (93).

Filão riquíssimo de mitos e de lendas não é o que nos falta. Faltam-nos, sim, muitos e bons brasileiros que o explorem com amor patriótico e mãos hábeis. Falta-nos, enfim, quem prefira a prata de casa ao ouro (ou ouropel) alheio. *Revista Brasileira de Literatura*

---

(92 A) Uma das poesias mais antigas sôbre esse nosso mito é a de Francisco Quirino dos Santos, intitulada “O *sací* — (Lenda)”, a qual se nos deparou inserta por Pessanha Póvoa em seu interessante e raro livro, “Anos academicos — S. Paulo — 1860-1864” (Rio, 1870), às págs. 291-293.

(93) Menotti del Picchia serviu-se do nosso mito mais popular para o título de um seu excelente livro de contos, “A outra perna do *sací*” (São-Paulo, 1926).

No Paraguai, “el cuento del yacy-yateré” está, como o do nosso *sací-pererê*, ligado a uma ave (o *Dromococcyx phasianellus*) e a um gnomo. Dos escritos que ao mesmo se reportam, — de Ambrosetti (“Supersticiones y leyendas...”, de Gilberto Beccari (“Vida virgen”, 1921, trad. de Andrés González Blanco) (93 A), da “Colección folclórica del Consejo Nacional de Educación”, de Buenos-Aires (feita em 1921, ainda inédita, mas citada por Lehmann-Nitsche, em o n. IX da “Mitología sudamericana”, pág. 141) e de F. C. Mayntzhusen (“Los pigmeos en las leyendas de los guaraníes”, in “Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas”, 1924, I, 207-209), — concordam todos nos lineamentos gerais do mito.

Como o último dos acima citados é mais completo, dele é que extraio a seguinte descrição, devida ao que ouviu Mayntzhusen de campônios paraguaios: — “Viven en la selva unos hombres muy chicos, con aspecto de indio, dicen los unos, mientras que otros los digan ser rubios. Su altura no pasa la de un niño de 7 a 8 años. Suelen robar criaturas de los pobladores que viven cerca del monte, para jugar con ellos; pasados unos días, los largan en algún camino, pero los chicos quedan locos. Los yacy-yaterés no saben hacer fuego y vienen a robarlo en los campamentos de los viajeros trasnochadores, en los montes, o de los yerbateros ú otros montaraces,

---

(93 A) Apreciando esta obra, em um dos seus melhores livros, “Idéias e combates” (1927, pág. 160), o talentoso e fulgurante Silvio Julio, — que é dos nossos jovens escritores o que mais conhece e melhor divulga no Brasil a literatura hispano-americana, — achou ensejo de zurzir a Morales de los Ríos, por haver este notavel arquiteto (que tambem se entrega com carinho à investigação das nossas tradições) ornado de chifres o *sací-pererê*, por ele posto, entre outros símbolos do folclore brasileiro, num dos pavilhões da Exposição Internacional, aquí realizada em 1922. Entretanto, o professor Morales de los Ríos nada mais fez do que aproveitar a derradeira transformação por que passou o nosso mito do *sací*, ou seja a do *sací-capeta* (notando-se que este *capeta* é o africano e não o ázio-europeu), figurada por J. Wast Rodrigues, em 1918, na capa do livro “O *sací-pererê* — Resultado de um inquérito”, de Monteiro Lobato.

quando ellos acaban de abandonar su campamento. El enano lleva entre sus manos un bastón con puño de plata; en él produce un chillido, que es igual al canto del passarito *yacy-yateré* (*Dromococcyx phasianellus*). El bastón tiene la calidad de hacer invisible al enano; llegando un hombre a quitárselo, queda aquel sin fuerza é inofensivo, a las gracias del hombre. No hay que chillar al *yacy-yateré*, sino hace mil travesuras al hombre quien así se burló de él; por ejemplo, desata el montado del viajante, le esconde las cosas de su uso etc.". Segundo Mayntzhusen, a mesma fábula ainda se encontra entre os *cainguás*, e o *Dromococcyx phasianellus* também se vincula à criação fantástica dos *yakãrendys* (pigmeus que trazem luzes na cabeça, donde o nome que se lhes deu), duendes que representam, entre os índios *guajaquís*, o mesmo que o *mbói-tatá* dos nossos *tupís*. Como bem observa aquele próprio escritor, a lenda paraguaia do *yacy-yateré* já encerra um elemento extra-americano, qual o bastão mágico, ou "varinha-de-condão", com punho de prata, que torna invisível o trasgo.

Eloy Fariña Núñez, escritor paraguaio, também trouxe interessante contribuição para o mito do *sací*, pois dá outras informações sobre o das lendas guaranís. Eis o que diz ele, no seu excelente trabalho "Los mitos guaranies", publicado no tomo especial da "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", consagrado ao Congresso Internacional de História da América (vol. II, 1926, págs. 326-328): — "El mito de *Yacy-Yaterê* es otra de las creaciones más puras de lo deisidemoníaco. ¿Que es el *Yacy-Yaterê*? Un hijo de la selva, un enano de cabellera rubia, que aparece en plena siesta en el interior del bosque, para encantar a los niños que turban el silencio silvestre a esas horas. Unos lo han visto con una vara, lazo o bastón en la mano, otros lo describen barbudo y con cuatro talones, por lo cual se lo apela tambien *Pitayobal*. Encanta con su silbido. Gusta de miel silvestre. Su origen reside en cierta ave

trepadora, tamaña como una paloma y parecida a una gallineta, que debe su nombre, por onomatopeya, al canto que lanza, canto que sobrecoge misteriosamente a los naturales, en el hondo silencio de la selva. Dicen que hay dos especies de esta ave y que ambas son ventrílocuas; a ellas se debe sin duda el hecho de que para algunos el *Yacy-Yaterê* sea un pasarito obscuro. Lo cierto es que su silbido remeda la expresión con que se le designa. Anda por lo común a medio día y de noche. Un amigo mío oyó el silbido del *Yacy-Yaterê* en una noche de primavera, en Puerto Pirahy, alto Paraná, llenándole de terror. Me imitó el silbido, el cual se compone de cinco notas, correspondientes a las cinco sílabas del nombre del ave. Si no escuché mal, las dos primeras notas ascendentes del pentacordio o cuerpo de armonía del *Yacy-Yaterê* forman un intervalo de cuarta y están separadas de la tríada descendente, — *ya-te-ré*, — por una pausa. Es de notar que la primera frase del motivo figura invertida en el primer tiempo de la Sinfonía VI de Beethoven, lo que nada tiene de extraño, desde que en este gran himno a la naturaleza gorjean las aves, murmura el arroyo y retumba el trueno. Tenemos aquí el caso palmario de un canto de ave que se transforma en un mito antropomórfico, mediante lo deisidemoníaco. Pero, ¿cómo adquirió este mito la forma de un homúnculo rubio? Sería curioso investigarlo. Hay quienes afirman que la talla pigmea del *Yacy-Yaterê* proviene de la confusión de éste con los indios Guayaquíes, que vivieron y aún viven en estado salvaje en los bosques, como verdaderos monos. Otros me sostuvieron que había primitivamente una tribu de indígenas denominados *Yacos-Lunas*, y no sería improbable que estos habieran dado nacimiento al *Yacy-Yaterê*, como el Guaycurú, el odiado Guaycurú, dió origen al *Pombero*, según muchos... El mito de *Yacy-Yaterê* nos recuerda legeramente el de Pan, pues es de agregar que algunos pintan a aquel atrayendo a los niños desorientados en la floresta con la música de una flauta agreste. Tal vez el primitivo mito del númen arcádico no haya tenido otro origen



que él del enano rubio de los Guaraníes. El eco del caramillo de Pan resuena, al menos, en la flauta silvestre de *Yacy-Yaterê*". \*

Na falta de documentos que dilucidem a fórmula primitiva do curioso mito, — não é possível afirmar-se que ele nos tenha vindo dos *guaranís* do Chaco paraguaio, nem que estes o hajam recebido dos nossos *tupís*. A primeira hipótese é, todavia, mais aceitável que a segunda, pois está demonstrado que a migração dos guaranís se operou do sul para o norte; e, além disso, a denominação *yacy-yaterê* é mais pura e explicável que as de *matí-taperê* e *sací-pererê*, com as suas muitas corruptelas.

Finalmente, um dos mais eruditos e fecundos mitógrafos contemporâneos, o sr. Lehmann-Nitsche, no n. IX da "Mitologia sudamericana" (sep. da "Rev. del Museo de La Plata", XXVIII, 103-145), sob o título "La constelación de la Osa Mayor y su concepto como huracán o dios de la tormenta, en la esfera del mar Caribe", reuniu os mais preciosos informes (inclusive os de origem brasileira), para defender a tese de que o nosso mito do *sací* é o mesmo "sgambato úrsico", encontrado entre os *tamanacos* do Orinoco pelo padre Flippo Salvatore Gilli, que o divulgou em seu "Saggio di storia americana" (Roma, 1781). João Ribeiro, em artigo que saiu no "Diário da Noite" (São-Paulo) e em "O Jornal" (Rio-de-Janeiro), analisou o trabalho do sábio diretor do Museu de La Plata, concluindo por afirmar que a explicação do mito do *sací*, como derivado da constelação da Ursa-Maior, "si não é definitiva, é, pelo menos, engenhosa, subtil e bem achada", pois que, embora não se incline "às explicações terrestres por via astronômica, como o fizeram Bréal e Max Müller e toda a geração da filologia e da etnologia da geração passada", julga inegável "a sobrevivência de alguns desses mitos, originados da contemplação do céu". Limito-me a perfilhar-lhe a sensata opinião.

Pelo exposto, — e extendi-me demasiadamente quanto a este mito, por ser ele, dentre os indígenas, o mais multiforme, literati-

zado e estilizado de todos (94), — vê-se quão grande número de hipóteses e feições, cada qual digna de exame detencoso, circunvoem a fantasmagórica e não desamavel figura do *saci*, desde a origem e significação desse nome (com as variantes brasileiras e a do Paraguai) até às últimas transformações que recebeu, por influência do elemento africano e do credo católico.

#### d) A iara

A lenda da *iara* (*yiara* é que é a exata grafia, de que resultou por aférese a vulgar *iara*, adulterada para *eiara* por E. Stradelli e para *oiara* por J. Simões Lopes Netto) é “a mãe de toda a nossa poesia”, conforme Bilac (*loc. cit.*, 373-374), que assim a expõe: — “A *iara* é uma ninfa das águas, ao mesmo tempo mulher e homem, — mulher para seduzir os homens e homem para seduzir as mulheres. Quem olha descuidadamente a face do rio ou da lagoa, vê a *iara*, na sua radiante formosura; ela abre os braços num perverso convite, atrai a vítima, leva-a para o fundo do seu palácio encantado e mata-a no arrebatamento das núpcias funestas. Velho símbolo, antiquíssima criação do sonho humano. E’ aquela mesma sereia dos primeiros gregos, metade mulher, metade peixe, que o errante Ulisses encontrou nas suas peregrinações pelo mar; e é

---

(94) No citado volume de Monteiro Lobato, encontram-se, além da polca de Sebastião Nogueira de Lima e de duas poesias (uma de Joaquim Queiroz Filho e a outra de Ulisses de Sousa e Silva), as seguintes estampas de obras de arte sobre o *saci*: — “*Saci* laçador”, estatueta de M. Vellez; “*Saci-pererê*”, estatueta em gesso, por João Frick; uma “terra-cotta”, um medalhão em gesso e o quadro a óleo “*Saci* na cavallhada”, de Ricardo Cippichia; “*Saci* na estrada”, por Fantomas; “*Saci* e as pretas” e “O *saci* e o caipira”, aquarelas de Richter; “*Saci* destelhando casa”, “*Saci* assustando o preto”, “*Saci* no redomoinho”, aquarelas de H. della Latta. Na revista carioca “Nossa Terra” (n. de outubro de 1927) saiu bela poesia de Olegario Mariano, intitulada “*Saci-pererê*”. Sobre o mais popular dos nossos mitos, ainda se encontram referências em Monteiro Lobato, “*Idéias de Jeca Tatú*” (São-Paulo, 1920), págs. 231-238, e em Lino d’Assumpção, “*Narrativas do Brasil*” (Rio, 1881), págs. 216-217.

aquela mesma *Loreley*, fada da Germânia, que Heine descreveu em lindo poema, encantando e extraviando os pescadores do Reno, impelindo-os a se despedaçarem contra os escolhos” (95). A essa descrição só me resta acrescentar que a “mãe-d’água” é mito comum da América-do-Sul (95 A) e da África. Pouco importa se derive da explicação com que povos primitivos idealizaram o surto das águas marinhas, fluviais e lacustres, ou haja procedido de perigos a que se expuseram todos quantos se afoitaram ao líquido elemento, quando neste ainda a ciência não jorrara o clarão das suas luzes. Consoante com Heli Chatelain (“Folk-tales of Angola”, págs. 115-116 e 283-284), a sereia negra toma os nomes de *kianda* em quimbundo e de *kimibi* em ambaca. Nina Rodrigues, em “L’animisme fétichiste des nègres de Baía (30-31), dá à “mãe-d’água” dos pretos, que ali observou, o apelativo de *yê-man-já* (que suponho joruba), e afirma que “en général, la conception de *yêman-já* se confond avec celle d’ela sirène, dont elle n’est qu’une simple variante”. Viu ele, na Baía, o símbolo desse mito da idolatria africana: — “Un dessin, grossièrement fait, présente *yê-man-já* sous la forme classique d’une femme qui finit en queue de poisson”. Aí já se faz *sentir*, por certo, a influência superfetadora do elemento europeu.

Na citada obra de Paulo Barreto, “As religiões no Rio”, encontram-se descrições das cerimônias tributadas por pescadores cabo-

---

(95) Não vem na conferência de Olavo Bilac, pois lhe é posterior, a excelente tradução da “Loreley” de H. Heine, feita por João Ribeiro (veja-se “O folk-lore”, pág. 294), “a pedido de Arthur Napoleão, para ser musicada e cantada num concerto”. Aliás, já existia uma boa versão, devida a Isidoro Martins Júnior, e que vem em sua “Tela policroma” (Rio, 1893), págs. 94-95.

(95 A) Na obra de Spix e Martius, “Reise in Brasilien” (III, 1021), afirma-se que a “mãe d’água” é a *paraná-maia* dos índios do Amazonas. Mas, de acordo com os “Vocabulários” de Stradelli, publicados no vol. 158 da “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro”, a “mãe-d’água” é a *y-iára* do tupi amazônico, sendo *paraná-manha* (provavelmente a *paraná-maia* dos sábios germânicos) a “mãe-do-rio”, no sentido de “veio principal do curso de água” (pág. 588).

culos e mulatos à “mãe-dágua” daqueles (208) e à *yê-man-já* dos pretos (40-41) (96). Fica assim fora de dúvida que a poética fantasmagórica (97) se aninhou tanto na mítica dos nossos ameríndios, quanto na dos negros da África. Na coletânea do sr. João da Silva Campos acham-se dois contos respeitantes à “mãe-dágua”, dos quais um argue o fundamento aborígene e o outro a ficção africana.

Fernando Ortiz, em seu erudito trabalho “Hampa afro-cubana — Los negros brujos” (Madrid, 1917, 2ª ed.), conta que os negros de Cuba também cultuam *Yemanyá* ou *Yemayá*, “deusa dos arroios e das fontes” (pág. 59), que acabaram confundindo com a Nossa Senhora das Candeias.

Sabe-se também que esses mitos aquáticos existem ao norte da Europa, onde apresentam fórmulas que os aproximam dos nossos, da *iara* e do boto. Hartt (“Contribuições para a etnografia do vale do Amazonas”, in “Arquivos do Museu Nacional”, VI, 167), graças aos

---

(96) Por um artigo de João Evangelista de Oliveira, publicado na *Revista de Língua Portuguesa* (n. 25, 155-158), verifica-se que na Baía também se celebra até agora o “despacho à mãe-dágua”, que consiste na oferta de toda sorte de presentes ao fictício nume, em dia certo e com solene pompa. No recôncavo da Baía, ainda subsiste a crença no *igbaopina*, ou peixe-avô, lenda resultante do temor que inspira o boto, frequente ali, aos nossos pescadores, que lhe fazem oferendas, para que sejam felizes nas pescarias. Antônio Garcia escreveu sobre isso interessante artigo, que saíu na “Folha do Norte”, de Feira-de-Sant’Ana, n. de agosto de 1929.

(97) A semelhança do *sacé*, a *iara* também se tornou tema predileto dos nossos citareiros e prosadores, de Mello Moraes Filho a Olavo Bilac e de José de Alencar a Afonso Arinos e Coelho Netto. Deu até o nome a livros de versos do paraense Acrísio Motta e do paulista Paulo Gonçalves (1822), embora não faça aí mais que a função de lindo rótulo. Em “Bárbaros” (1921), descreveu Carlos Maíl “A farândola das iaras” (49-50). E Manuel Santiago também a tomou para assunto de uma tela (v. Mario Linhares, *op. cit.*, pág. 19). Hildebrando de Magalhães deixou tres sonetos, “As uiáras”, “O mbói-tatá” e “O quibungo”, o primeiro dos quais saíu em “O Jornal”, n. de 27 de maio de 1928. E G. Furtado Bandeira, em seus já citados “Esmaltes e camafeus”, aproveitou para dois contos (págs. 17-26 e 190-197) os temas “A iára” e “A mãe-dágua”.

elementos que colheu nas obras de Ralston ("Songs of the Russian people") e do dr. Konrad Maurer ("Islandische Volkssagen der Gegenwart"), deixou patentes tais credences entre os moscovitas e os islandeses. Acreditam aqueles nas *rusalkas*, "belas raparigas, que habitam pela maior parte em lagos e rios, que seduzem os homens, levam-n-os para a água, e aí os matam a cócegas. Debaixo da água as *rusalkas* têm palácios decorados com ouro, prata e pedras preciosas". Além dessas sereias, admitem ainda o *tsar-morskoï* ("rei-d'água"), "que governa o mundo aquático e tem uma família de belas filhas", e o *vodyany*, que vive em rios, fontes e lagos, aparecendo em fôrma de homem nú, velho e muito barrigudo, co mas faces inchadas, ora trazendo boa sorte a quem o avista, ora apoderando-se de quem vai banhar-se nos seus domínios e afogando o incauto. Possuem os islandeses duendes aquáticos, pertencentes aos dois sexos: — o *hafgygr*, *haffrú* ou *mysfiskr*, que é a sua sereia; o *marmenill*, sereia-macho; e o *myker* ou *vatnahestr*, espécie de cavalo-marinho, que vive em rios e lagos e toma algumas vezes a fôrma humana.

F. J. de Santa-Anna Nery, no "Folk-lore brésilien" (págs. 265-266), também acha a nossa *iara* parecida com a *Loreley* germânica (97 A).

### e) O mbói-tatá

Ha ainda um mito de origem exclusivammente ameríndia, que se conservou ileso da influência africana, sofrendo apenas uma trans-

---

(97 A) Em seu recente trabalho "A tradição e as lendas" (pág. 46), menciona o sr. Joaquim Ribeiro um mito local (o douto escritor dá-lhe por séde Campos), pertencente ao grupo dos "aquáticos", o *ururão*. Não conheço nenhuma lenda popular, em que se haja assim modificado o nome túpico de uma espécie de sáurio, o *ururáu*, já desde muito constante dos nossos bons glossários de brasileirismos e até empregado por alguns prosadores de nomeada, qual, por exemplo, Afonso Arinos. Beaupaire-Rohan, que era fluminense, não menciona, em seu "Dicionário de vocábulos brasileiros", sinão o *ururáu*, do qual não refere lenda alguma, dizendo dele, tão somente, ser muito conhecido "na provincia do Rio de Janeiro, onde também lhe chamam *jacaré-de-papo-amarelo*".



formação pelo elemento mestiço. E' o do *mboitatá* (ou *boitatá*), que significa "fogo de cobra" ou "cobra-fogo". Não sabendo explicar o fenômeno natural do "fogo-fátuo", deu-lhe o selvícola a forma fantástica de uma serpente-ígnea. Não acredito que esse duende representasse, como quer Pedro Bernardo Guimarães (*op. cit.*, 44), "o protesto religioso contra as queimadas", por parte dos selvagens. Olavo Bilac (*loc. cit.*, 374) dá melhor idéia da lenda: — "*Boi-tatá*, cobra de fogo, foi, a princípio, *boi-guassú*, cobra grande, giboia ou boa. A lenda da *boi-guassú* existe em tódo o Brasil, do norte ao sul: esta giboia, quando ha inundações, como quando houve o dilúvio, acordada pela enchente, entra a comer todos os outros animais. No sul, a tradição complica-se: *boi-guassú* mata todos os animais, mas não os come inteiramente; come somente os olhos da carniça; e tantos olhos devora, que fica cheia da luz de todos esses olhos: o seu corpo transforma-se em ajuntadas pupilas rutilantes, — bola de chamas, claro vivo, *boi-tatá*, cobra de fogo. Compreendeis imediatamente o que é, para a imaginação do povo, esse animal luminoso: é o fogo-fátuo, o mesmo santelmo, ou helena, ou corpo-santo, o pequeno penacho fulgurante, que aparece nos mastros dos navios, devido à electricidade do ar, ou à noite, sobre os pântanos e nos cemitérios, emanção de fosfatos de hidrogênio, produto da decomposição de substâncias orgânicas. *Boi-tatá* é fogo-fátuo, luz inquieta, incerta e fugitiva... Dizem que o viajante, quando a encontra, deve ficar parado, imovel, de olhos fechados, sem respirar: então, o fogo-fátuo desaparece. Mas, quando o viajante o persegue, ele foge intangível, e tanto mais corre, quanto mais procura apanhá-lo o perseguidor; e quando, ao contrário, o homem foge, *boi-tatá* persegue-o, inferna-o, enlouquece-o e mata-o". E, mais adiante (págs. 375-376), o próprio épico do "Caçador de esmeraldas" refere a transformação do *mboitatá* na zona setentrional do nosso país: — "No norte do Brasil, às vezes, o fogo-fátuo chama-se também *luz-dos-afogados*. E' o eflúvio pútrido e fosforescente dos brejos, dos banhados traiçoeiros, em que muitas vezes os viá-

jantes se atolam e perdem. O povo diz que esses lampejos bruxo-leantes são as almas dos que alí se afogam”.

Não devem ser esquecidas as alterações por que passou *mboitatá* na boca do povo. Gustavo Barroso (“O sertão e o mundo”, 40) dá a registo os tres nomes mais generalizados no Brasil: “batatão”, no norte e ao nordeste; “bai-tatá”, no centro-sul; e “boi-tatá”, no sul; e conta que em Sergipe tomou a exquisita designação “Jan de la Foice”. Cornelio Pires (“Conversas ao pé do fogo”, 206) consigna a forma paulista “bitatá”. Em Minas, ouvi dos roceiros a pronúncia “batatal”, que não me causou estranheza, porquanto, diante de uma denominação de difícil prosódia, sempre escolhe a gente inculta, para substituí-la no seu linguajar corrente, uma palavra de fonação aproximada e que lhe seja familiar.

Este interessante mito foi pouco aproveitado pelos nossos homens de letras. Conheço, entretanto, duas poesias, que o tomaram por tema: — “Os boitatás”, de Ernani de Cunto (“O roteiro imprevisto”, pags. 31-35); e “O boitatá”, de Lindolfo Xavier (“Esperança”, pág. 85). O segundo dá ao bicho chifres, pata cuneiforme, olho ardendo em chama, e atribue-lhe a guarda dos campos contra os que nestes metem fogo (97 B).

---

(97 B) Uma das poesias mais interessantes, que existem sobre esse mito, é a intitulada “Boi-tatá”, que se encontra ás págs. 80-81 do “Coração verde” (Porto-Alegre, 1926), de Augusto Meyer.





**MITOS SECUNDÁRIOS, — GERAIS E REGIONAIS**







Amadeu Amaral



---

## V

### a) Gerais

#### O MINHOCÃO

Espécie de lobis-homem marinho, que também andava na água doce, ao tempo do verão, e causava muito dano aos pescadores e mariscadores,— foi chamado *hipupiara* por Gaudavo, *upupiara* por Gabriel Soares, *igpupiara* por Fernão Cardim e *ipupiara* por Barlaeus. Baptista Caetano dá o vocábulo como túpico e composto de y, “água”, e *pyiara*, “de dentro”, “do íntimo”.

Creio que a referência mais antiga ao *minhocão*, em que se transformou o *upupiara*, é a que se encontra em R. J. da Cunha Mattos (“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz”, 1836), que o reputa quimérico, apesar de haver-lhe dito um soldado que vira o formidando bicho, o qual tinha dezoito braços de comprimento e quasi dez palmos de grossura.

Ao fantástico animal também se referiu Frederico Leopoldo Cesar Burlamaque, num seu artigo intitulado “O minhocão, o sucurujú, a giboia” e inserto na “Biblioteca Guanabarenses — Trabalhos da Sociedade Velosiana” (págs. 17-26), onde assim se exprimiu: — “Esta crença é vulgar em muitas das nossas províncias do interior.

Ele vive, segundo afirmam muitas pessoas, nas vizinhanças das lagoas, cujas margens são paludosas, e que inundam vastas superfícies no tempo das grandes águas. O *minhocão*, como as minhocas comuns, quando quer mudar de logar, atravessa as camadas inferiores do terreno apenas solidificado exteriormente, produzindo enormes saliências na superfície. Nestas ocasiões, dotado de uma enorme força de reptação, derruba as árvores, as pontes e todos os obstáculos que encontra na sua passagem; vai surdir nas lagoas, nos rios permanentes, e então é que pode ser visto, ainda que por pouco tempo, porque este reptil, segundo a crença vulgar, não pode viver muito tempo à luz e fora da ação da umidade".

Descreveu-o também o grande Ruy Barbosa, nestas palavras lapidares: — “Monstro imaginário, irmão de sucúris e jacarés gigantescos, em torno de cujas proesas a credence rústica tece as fábulas mais descompassadas, e que a superstição dos sertanejos de Goiaz e Mato-Grosso, do São-Francisco e do Amazonas, não ousa arrostar”.

Jacomino Define, num artigo intitulado “Lendas e mitos” (“Revista do Brasil”, 1916, n. 14, págs. 388-392), atribue a lenda brasileira do *minhocão* a uma provável sobrevivência dos “monstros portentosos que povoaram a época paleolítica e a neolítica”. Realmente, esse mito secundário não parece ter nada de comum com a idéia fundamental do *totemismo*.

E, por fim, João Felizardo (“Rev. do Brasil”, 1920, n. 58, págs. 137-141), no estudo “O *minhocão* (lenda mineira)”, embora não desenvolva o curioso assunto ao aspecto mítico, mostra, pelo menos, que a crença no espantoso dragão também existe entre os roceiros do vasto Estado montanhês.

Assim, é fora de dúvida que, tendo provavelmente surgido à beira do mar, a abusão do *upupiára*, — que se transformou no *minhocão*, para poder invadir a terra firme, — penetrou em toda a região central do Brasil, generalizando-se facilmente na mente credula dos nossos sertanejos.

A “cobra-grande” do Amazonas (v. “Lendas amazônicas”, de J. Coutinho de Oliveira, págs. 95-98) e a *mbói-guaçu*, da região meridional do Brasil, não passam, a meu ver, de variantes ou transformações do *minhocão*, nada tendo de comum com o mito da *iára*; mas, pelo que vem “Na planície amazônica” (págs. 80-84), de Raymundo Moraes, a *boiúna* (isto é, “cobra-negra”), talvez última transformação do *minhocão*, já se confunde com a *iára*, pelo encantamento de palácios e até de naus, a que dá lugar.

Não podendo idealizar outras divindades aquáticas, como a *mãe-d'água*, sobrevivência do ciclo dos tritões e sereias, — imaginaram os indígenas e mestiços esses disformes e imensos bichos, com que povoaram os seus lagos e rios, sinão o próprio mar. Conta Eloy Fariña Núñez, em seu trabalho sobre “Los mitos guaraníes” (“Revista do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, t. esp. do Congr. Intern. de Hist. da América, II, 328), que os índios do Paraguai também criaram a lenda do *mbói-jaguá* (isto é, “cobra-cachorro”), “que ulula en los bañados y esteros”.

### O TUTU'

Provavelmente oriundo da voz quimbunda *quitutú* (que quer dizer “papão”, conforme Cordeiro da Matta), o *tutú*, seja significando o espantinho de crianças, seja designando um mandão ou valentão (ou ameaça de violência), seja, enfim, indicando uma comida comum à maior parte do Brasil, divulgou-se por todo o nosso país, certamente graças à influência africana.

Pelo estudo que dele fez Vale Cabral, em suas preciosas “Ache-gas ao estudo do folclore brasileiro” (“Gazeta Literária”, 1884, páginas 346-350), sabe-se que na Baía foi corporificado num perco-domato (*caietutú*), talvez pela semelhança desse nome típico com o vocábulo quimbundo. Recebeu, quer ali, quer em outros pontos do Brasil, onde penetrou, vários acréscimos, que figuram em poesias po-



pulares, da Baía (98) e de alhures. Assim é que passou a ser *tutú zambê* ou *cambê*, *tutú-marambaia*, *tutú-do-mato* ou *bicho-do-mato*. *Bicho*, com efeito, no mais restrito dos seus sentidos de aplicação a seres fantásticos, é sinônimo de *tutú*.

A adjunção de *zambê* a *tutú* parece evidenciar a aliança deste mito com o de *zambi* ou *zumbí* (pronúncias mais generalizadas que

---

(98) Eis as em que figura a expressão *tutú-zambê*.

"Tutú-zambê,  
Vem papá sinházinha !  
Tutú, vá-se embora,  
Sinházinha está dormindo !"

"O' tutú-zambê,  
Vem papá yayázinha !  
Bebe aí, boi,  
Yáyázinha está dormindo,  
Tutú, vá-se embora !"

No interior da terra fluminense, a forma é mais simples e atribue asas ou descomedida agilidade ao papão:

"Tutú, vá-se embora  
P'ra cima do telhado!  
Deixa o nhonhô  
Dormir sossegado !" (\*).

Ha ainda uma forma, reduplicação aparente, talvez de criação infantil, que Alberto Faria, em "Aérides" (pág. 41), assimilou à européia de *turlututu*, da canção do "Gayant".

---

(\*) Lima Barreto, em "Triste fim de Polycarpo Quaresma" (Rio, 1915), traz a seguinte versão, corrente ao sul do Brasil:

"Ê vem tutú  
Por detrás do murundú,  
P'ra cumê sinhôzinho,  
C'um bucado de angú".

Em suas "Palestras filológicas" (pág. 93), Gonçalves Viana deu assento á quadra portuguesa, de que se derivou a nossa, referida no final da nota acima:

"Vai-te, papão, vai-te embora  
De cima desse telhado,  
Deixa dormir o menino  
Um soninho descansado !"

as de *zámbi* e *zumbi*, mais consoantes com os étimos quimbundos). Terá concorrido para isso o episódio dos Palmares, cujo protagonista final era conhecido, do mesmo modo que os seus antecessores, por aquele apelativo angolense? E' perfeitamente possível, pois que o fáto histórico ocorreu na metade do século XVII e tudo induz a crer que a divulgação de tal nome é posterior à queda da Troia negra.

Embora Sílvio Romero, em "A poesia popular do Brasil" ("Revista Brasileira", 1880, VI, 215), tenha identificado o *zumbi* com o *lobis-homem*, não é isso corroborado pelas informações pessoais que Vale Cabral coligiu, nem pelas investigações a que procedi.

No Rio-de-Janeiro, conforme Beaurepaire-Rohan, encompridou-se a simples denominação primitiva, que passou a ser *zumbi-da-meia-noite*. São fórmias distintas, em quimbundo, *zumbi* e *zámbi*. Aquela, segundo Cordeiro da Matta, vem de *nzumbi*, que significa "espectro, fantasma, duende"; ao passo que a outra procede de *nzámbi*, denominação dada à divindade suprema (e daí, por translação, aos chefes temporais, representantes ou enviados de Deus), conforme todos os dicionários da língua angolense. Que se confundiram, no tradicionalismo brasileiro, os dois diversos vocábulos, — é fáto indiscutível.

De *tutú*, ao aspecto glótico, bem como no ponto de vista folclórico, ocupou-se Alberto Faria, em "Aérides" (pags. 33-34); e de *zámbi* e *zumbi*, quer quanto às acepções etimológicas, quer quanto às translatas mais comuns, que tomaram essas palavras na região do norte, tratou desenvolvidamente Nina Rodrigues, em seu trabalho sobre a "Troia negra" ("Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", 1912, LXXV, p. 1ª, 254-258).

## A MÃE-DO-OURO

Nasceu em São-Paulo, no Jaraguá (consoante com o que li al-gures), o mito da *mãe-do-ouro*. Migrou para toda parte onde foi descoberto e cavocado o fulvo metal.

A fôrma que assumiu no Paraná é assim exposta por Vale Cabral (*op. cit.*, pág. 350): — “Mulher sem cabeça, que habita debaixo da serra de Itupaa, entre Morretes e Antonina, província do Paraná. Tem a seu cargo guardar as minas de ouro. Onde ela está é prova evidente que ha ouro, e por isso tomou o nome. Ha pessoas da localidade que affirmam a ter visto”.

Em suas “Lendas do sul” (págs. 73-74), dilucida-lhe J. Simões Lepes Netto a feição gaúcha. E’ a *mãe-do-ouro* quem governa ali as serras e quem sobre elas atrae raios e ventarrões. E conclue: — “Às vezes, rebenta um serro destes, com estrondo grande. Si é de noite, no fogo que se vê sair, vai a cuidadeira de mudança para outro; si é de dia, é sempre no pino do meio-dia, e na luz do sol, que encandeia os olhos, apenas sente-se o rumo que ela toma, só o rumo, mas não o logar novo, em que ela vai fazer morada nova”.

Como se vê, — no Paraná confundiu-se parcialmente o mito da *mãe-do-ouro* com o da *mula-sem-cabeça*; e, no Rio-Grande-do-Sul, passou a ser um mito sideral.

## b) Regionais

### I) DA AMAZÔNIA

Além dos mitos primários, que ainda permanecem na imaginação popular, como os do *juruparí*, do *caapôra*, e do *matim-taperê*, veio a constiuir o vale do rio-mar, — refúgio de tribus indígenas erradias e vasto centro miscigênico, — um verdadeiro alfobre de superstições onímedas, que José Veríssimo foi o primeiro a recensear compridamente, no capítulo “Crenças” (págs. 348-368) do seu estudo sobre as “Populações indígenas e mestiças da Amazônia” (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, 1887, L, p. 1<sup>a</sup>, 295-390).

Excetuando o *muiraquitã* (*tabú* mineral), a substituição da *iára* pelo *bôto* (*pirá-utãra*, cujos olhos, todavia, “são considerados pre-

ciosos amuletos para abrandar corações de amantes”) e as transformações da *sucuriçú* numa espécie de *minhocão*, assim como da *surucucú* em *paca*, — tudo mais não passa ali de rudes abusões, relativas a animais e vegetais, símbolos dos mistérios daquela portentosa hileia. Tais as crenças de que o *uirá-purú* (vulgarmente *irapurú*) (99) é “eficaz talismã para acarretar ventura a quem o possui”; de que a pele da ave notívaga *jurutaú* “preserva as donzelas das seduções e faltas deshonestas”; de que a aroídea *tajapurá*, posta “à proa da canoa do pescador, lhe dará ventura”.

Sobrevivem, contudo, no Amazonas, dois interessantes mitos secundários.

Um é o da *juruti-pepena*, que, além de descrito por José Veríssimo, foi também estilizado por Alfredo Ladislau, na “Terra imatura” (1923, págs. 195-210). E’ também uma aroídea a *juriti-pepena*, assim chamada porque serve de corpo a uma *juriti* fantástica; e, conforme o primeiro dos citados escritores, aquele, a quem a fabulosa ave “acerta de escolher para vítima de seus malefícios, acaba paralítico”.

O outro é o *mapinguari*, que exige menção mais particularizada, pois me parece de criação mestiça e recente, visto não o haver eu encontrado em nenhum dos antigos tratadistas que investigaram as tradições populares daquela região. O único autor moderno, que o define, é Mario Guedes, em “Os seringais” (1914, págs. 245-246): — “E’ um animal fabuloso, semelhando-se ao homem, mas todo ca-

---

(99) Tomou Humberto de Campos o *irapurú* para tema de um dos seus mais belos sonetos. Da crendice amazônica também dão notícia Nogueira Paranaguá, no seu livro “Do Rio de Janeiro ao Piauí” (1905, pág. 183), e Mário Guedes (*op. cit.*, pág. 252), que acrescenta que, para poder o *irapurú* gozar da eficiência que se lhe atribue ali, não deve ele ser comprado nem dado, nem achado, e, sim, roubado. E sobre ele abriu capítulo Gastão Cruls em “A Amazônia misteriosa” (1925, págs. 195-216). Finalmente, a Domingos Olímpio deve-se o trabalho “O uirapurú — Novela paraense”, que saiu em sua revista “Os Annaes” (ns. 97 a 102, de 6 de setembro a 11 de outubro de 1906).

beludo. Os seus grandes pelos o tornam invulneravel à bala, exceção da parte correspondente ao umbigo. Segundo a lenda, é ele um terrível inimigo do homem, a quem devora. Mas devora somente a cabeça. De um velho *tucháua*, já semi-civilizado, ouvi dizer que nele estava o antigo rei da região". A esse fantasma fez ligeira referência o professor Agnello Bitencourt, num artigo epigrafado "Folclore amazonense (A ficção entre os selvagens)", que deu a lume no "Jornal do Comércio" de Manaus, em 1923. Que o mito do *mapinguari* continúa a proliferar nas remotas selvas amazônicas, — prova-o o conto, colhido pelo dr. J. da Silva Campos às margens do Purús, e que ora se publica na presente coletânea (99 A).

## II) DO MARANHÃO

No interior do Maranhão (donde parece não ter migrado para nenhuma outra circunscrição política do Brasil), existe um mito singular, que se liga simultâneamente aos da lobis-mulher e do *mbóitatá*: — é a *curacanga*.

Conforme dados fidedignos, ouvidos de quem nasceu naquela zona e que me foram transmitidos pelo dr. J. da Silva Campos, é a seguinte a tradição ali corrente: — Quando qualquer mulher tem sete filhas, a última vira *curacanga*, isto é, a cabeça lhe sai do corpo,

---

(99 A) Mênio Alicate, pseudônimo de Amâncio Leite, é o poeta dos seringais. Dele é a "Lira acreana", republicada com o título de "A musa seringueira". Em "Os cantares seringueiros" (Cruzeiro-do-Sul, 1930), cuja capa traz, num desenho que relembra as xilogravuras medievais, a figura do "mapinguari", consagra ele a esse mito um longo poemeto (págs. 56-75) e assim o descreve em nota. (pág. 43): — "Estupendo gigante fabuloso da Amazônia. Sua estatura, quando de pé (pois, no mato cerrado e nos tabocais, caminha de mãos pelo chão horas e horas), dá duas ou tres do gorilha africano. Sua epiderme é coberta de uma escamagem duríssima, que a bala do rifle respeita. Os seringueiros, e até algumas tribus de índios, têm-lhe grande terror!".



à noite, e, em forma de bola de fogo, gira à toa pelos campos, apavorando a quem a encontrar nessa estranha vagabundeação. Ha, porém, meio infalível de evitar-se esse horrído fadário: — é tomar a mãe a filha mais velha para madrinha da ultimogênita (100).

### III) DO PIAUÍ

E' o Piauí um viveiro de mitos, que não lhe transpuseram as fronteiras. Tres deles são notáveis, tanto pelas denominações, quanto pelas lendas que os nimbam: — o *pé-de-garrafa*, o *cabeça-de-cuia* e o *barba-ruiva*.

O *pé-de-garrafa* é uma espécie de *caapóra*, pois, segundo Vale Cabral (*op. cit.*, pág. 350), além de habitar nas matas, “grita como homem e deixa nas estradas as suas enormes pegadas, que, por se assimilharem ao pé de garrafa, lhe tomaram o nome”.

O *cabeça-de-cuia*, mito fluvial, proveiu da lenda de um filho mau, amaldiçoado pela justa cólera materna. Vive nas águas do Parnaíba, e, conforme o autor citado, “é alto, magro, de grande cabelo, que lhe cai pela testa, e, quando nada, o sacode”; além de comer, de sete em sete anos, qualquer moça que tenha o nome de Maria, até

---

(100) Padua Carvalho (*apud* F. J. de Santa-Anna Nery, “Folk-lore brésilien”, pág. 31) refere-se ao capelobo, que no Pará é conhecido pelo nome de *cumacanga*, e que tanto pode ser o sétimo filho varão, oriundo de contúbio sacrílego, quanto a concubina de padre. Pelas noites de sexta-feira, o corpo fica em casa, despojado da cabeça, a qual sai pelos ares, transformada em bola de fogo. Assim, o mito da *curacanga* do Maranhão é o mesmo que o do Pará, divergindo apenas no nome, quanto a uma consoante. Viriato Corrêia, num dos seus livros de contos, dá à *mula-sem-cabeça* a apelação de *cavalacanga*, que ouviu entre os habitantes do interior maranhense.

Estudou o dr. Walter Hough os mitos de origem ígnea do Novo-Mundo (v. “Fire origin myths of the New World”, in “Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas”, I, 179-184), mas apenas se referiu aos dos índios norte-americanos. Si continuar tais investigações, por certo não se esquecerá ele de que na América-do-Sul há os do *mboitatá*, da *curacanga* e dos *iacarendis*.

tragar ao todo sete Marias, o que lhe permitirá desencantar-se, também devora os meninos, que se atrevam a banhar-se naquele rio.

O *barba-ruiva* (que, não obstante tal designação, diverge totalmente do *Barbarossa* germânico, do poemeto de Rückert), mito lacustre anfibio, promanou de um caso de infanticídio. É homem alvo, de estatura regular e cabelo avermelhado, que mora na lagoa de Parnaguá, no sul do Piauí. Inofensivo para com os entes do seu sexo, à cuja aproximação se escapole para o fundo das águas, atira-se sôfregamente às mulheres, sòmente, porém, para as abraçar e beijar... Diz Nogueira Paranaguá ("A lagoa encantada", in "Litericultura", II, 53-56), que este duende é ali vulgarmente conhecido por "filho da mãe-dágua".

Estudados por João Alfredo de Freitas, em seu trabalho sobre "Superstições e lendas do norte do Brasil" (Recife, 1884), também o foram esses mitos por Leonidas e Sá, que, em dois artigos, intitulados "O folclore piauiense" ("Litericultura", II, 125-128 e 363-310), completou as asserções de Vale Cabral, quanto aos acima definidos, e ainda trouxe à coleção os da zona de Oeiras, denominados *urué* (ou *barba-nova*) e *cabeças-vermelhas*, que se referem a pactos com o diabo, e uma espécie de "velocino" sertanejo, o *carneiro-de-ouro* (Campo-Maior), de menor importância para o nosso folclore. A esta última crendice também dá registo F. J. de Santa-Anna Néry (*op. cit.*, 32-33), que afirma haver-se ela propagado até às margens maranhenses do Parnaíba.

Como se vê por aí, — foi fecundo na criação de mitos o imaginoso espírito do mestiço piauiense, certo influenciado por antigas lendas neerlandesas, de um lado, e, do outro lado, pelas superstições de fundo católico.

#### IV) DA BAÍA

A Baía, — onde, desde meados do século XVI, se encontraram e começaram a cruzar-se o português e o selvícola, aos quais se foi

aliançando, até meados do século findo, o negro importado da África, — não podia deixar de fornecer opima contribuição ao nosso novelário tradicional. Foi lá, principalmente na região do Recôncavo, que o dr. J. da Silva Campos, nascido naquele ridentíssimo rincão, fez pacientemente e inteligentemente a boa colheita de contos e fábulas populares, que ora se entregam à publicidade.

Na mestiçagem baiana, mais do que em outra qualquer do Brasil, preponderou o sangue da raça afetiva. Si vultosa foi a parcela com que o selvícola opulentou a nossa língua e a nossa mítica, não se deve considerar desvalioso o tributo do elemento negro, que apenas está ainda mal estudado, sobretudo no que respeita ao folclore. Nem pudera ser de outro geito a coeficiência das duas raças atrasadas, pois é sabido que, ainda mais do que os selvagens definitivamente ou imperfeitamente domesticados, os negros tiveram ali íntima convivência nos lares herís, e, mais do que as mulheres indígenas, as “mães-pretas” (101) e as “mucamas” aleitavam e criavam carinhosamente a prole dos brancos, acalentando-a e entretendo-a com os cantos e contos de que se lhes havia impregnado a imaginação na terra adusta de além-Atlântico. E nada mais explicavel do que assimilarem os africanos e os seus imediatos descendentes muitas das lendas que ouviam no novo *habitat*, repetindo-as e deturpando-as depois com a troca das figuras originais pelas das historietas que lhes acalentaram a infância no berço longínquo ou mesmo já no torrão brasileiro, ou intercalando episódios de umas nas outras, sinão superfectando-as com o entresachamento de termos e estribilhos dos seus rudes idiomas e das suas embrionárias cantigas.

E' especialmente quando encarada nesse ponto de vista, — que acabo de tracejar, — que a coletânea organizada pelo dr. J. da

---

(101) Cabe-me o dever de registrar aquí o carinhoso gesto de erguer-se na capital do país o monumento a “inãe-preta”, projeto que mereceu belo discurso de Georgino Avelino, inserto no “Diário Oficial” e divulgado também por um dos jornais cariocas, há uns dez anos.

Silva Campos vai prestar inestimável serviço às nossas pobríssimas letras folclóricas.

Ser-me-ia penoso, assim como enfadaria ao leitor, o apontar eu aqui os africanismos de toda sorte, que pululam na maioria dos contos e fábulas ora em apreço. Facilmente os conhecerá e interpretará com o auxílio de léxicos apropriados, que existem e acodem a esse fim, quem tiver propensão para tais pesquisas filológicas. Há o “Dicionário da língua bunda” (Lisboa, 1804), de frei Bernardo Maria de Cannecatim, o “Ensaio de dicionário quimbundu-português” (Lisboa, 1893), de J. D. Cordeiro da Matta, e o “Dicionário português-quimbundu” (Huilla, 1903), de J. Pereira do Nascimento.

Limito-me, além do que já disse sobre as lendas da “mãe-d’água”, a chamar desde logo a atenção dos nossos folcloristas para outros dois contos da presente antologia, em condições análogas: os encimados pela mesma denominação de “O caipora”.

De mais relevante importância, entretanto, são os em que aparece o “quibungo”, quer com essa apelação, quer com a de “bicho *cumunjarim*” (102), que são indubitavelmente produto da ideação mitígena dos pretos.

O primeiro compatriota nosso, conforme presumo, que colheu pessoalmente e publicou historietas tradicionais sobre o “quibungo”, foi Nina Rodrigues. Vieram elas a lume no seu já citado trabalho “A raça negra na América Portuguesa — Sobrevivências totêmicas: festas populares e folclore” (“Revista do Brasil”, ns. 80, 350-351). Vou reproduzi-las, afim de que os nossos mitógrafos, cotejando-as com as da coletânea do dr. J. da Silva Campos, tenham mais à mão este curioso material de estudo. São curtas e apenas duas.

Eis a primeira (103):

---

(102) Quero crer que a denominação “*cumunjarim*” seja corruptela do estribilho “*como gêre*”, frequente nos contos do *quibungo*.

(103) Suprimí o primeiro período, afim de dá-lo aqui em nota, por ser a descrição do fantasma, qual Nina Rodrigues a ouviu do narrador do conto:

## “O QUIBUNGO E O HOMEM

(*Pessoal*)

Foi um dia um homem que tinha tres filhos; saíu de casa para o trabalho, deixando os tres filhos e a mulher. Então appareceu o quibungo, que, chegando na porta da casa, perguntou, cantando:

De quem é esta casa,  
Auê,  
Como gérê, como gérê,  
Como érá.

A mulher respondeu:

A casa é de meu marido,  
Auê,  
Como gérê, como gérê,  
Como érá ?

Fez a mesma pergunta em relação aos filhos e ella respondeu que eram dela. Ele então disse:

Então, quero comê-los,  
Auê...

Ela respondeu:

Pode comê-los, embora.,  
Auê...

E elle comeu todos tres, jogando-os no buraco das costas. Depois, perguntou de quem era a mulher, e a mulher respondeu que era de seu marido. O quibungo resolveu comê-la também; mas, quando ia jogá-la no buraco, entrou o marido, armado de uma espingarda,

---

— “Quibungo é um bicho, meio homem, meio animal, tendo uma cabeça muito grande e tambem um buraco no meio das costas, que se abre, quando elle abaixa a cabeça, e se fecha, quando levanta. Come os meninos, abaixando a cabeça, abrindo o buraco e jogando dentro as crianças”. Veremos depois as opiniões de Nina Rodrigues e J. da Silva Campos sobre o mais que ainda pode ser o quibungo.



de que o quibungo tem muito medo. Aterrado, o quibungo correu para o centro da casa, para sair pela porta do fundo; mas, não a achando, porque as casas dos negros só têm uma porta, cantou:

Arrenego desta casa,

Auê,

Que tem uma porta só,

Auê,

Como gérê, como gérê,

Como érá.

O homem entrou, atirou no quibungo, matou-o e tirou os filhos pelo buraco das costas.

Entrou por uma porta e saiu por um canivete. El-rei, meu senhor, que me conte sete”.

Eis a outra:

## “O QUIBUNGO E A CACHORRA

(Pessoal)

Foi um dia uma cachorra, cujos filhos, todas as vezes que ela paria, eram comidos pelo quibungo. Então, para poder livrar os novos filhos do quibungo, que queria comê-los, meteu-os num buraco e ficou sentada em cima, vestida com uma saia e um colar no pescoço. Chegando o quibungo e vendo a cachorra assim vestida, a reconheceu e teve medo de aproximar-se. Então, passando o cágado, ele perguntou-lhe:

Otavi, ôtavi, longozoê

Ilá ponô êfan

I vê pondêrêmun,

Hotô rô men i cós

Assenta ni ananá ogan

Né sô arorô alê nuxá? (104)

---

(104) Nina Rodrigues confessa, depois, não saber a que dialeto africano pertence essa cantiga, na qual só encontrou duas palavras dos gêges: — *longozoê*, que é corruptela de *logosé*, “tartaruga”, e *ogan*, que significa “senhor”. Acredita ele haver ali alterações, devidas à pronúncia crioula.

O cágado respondeu:

— Não sei, quibungo.

Passou a raposa. Quibungo fez a mesma pergunta, e a raposa respondeu que não sabia. Passou, então, o coelho, e o quibungo fez-lhe ainda a pergunta. Foi quando este disse:

— Ora, quibungo, você não conhece a cachorra vestida de saia, com o colar no pescoço?

Aí, o quibungo correu atrás da cachorra para matá-la, e esta atrás do coelho. Nesta carreira, entraram pela cidade. Os homens mataram o quibungo e a cachorra matou o coelho.

Entrou a história por uma porta e saiu por outra. Rei, meu senhor, que me conte outra”.

A esses contos juntarei o seguinte, que ouvi pessoalmente de uma preta baiana:

### “O QUIBUNGO E O FILHO JANJÃO

Era uma vez um quibungo, que casou com uma negra, da qual teve uma porção de filhos. Mas ele comia todos os filhos. O último, que nasceu, a mulher escondeu num buraco, para que o quibungo não o comesse. Tinha o nome de Janjão, e a mãe recomendou muito a ele que, quando o pai chegasse do mato e chamasse por ele, falando em voz muito grossa, ele não saísse do buraco. Que ela, quando o chamava, para lhe dar comida, sempre falava com voz fina de mulher, que o filho bem conhecia. Ora, um dia, em que o quibungo não achou bicho nenhum para comer no mato, nem menino para papar na cidade, onde também às vezes andava de noite, voltou muito fraco para casa, onde não havia outra carne sinão a do filho, que estava escondido. Então, falando com voz fina, pela fraqueza, cantou:

Toma lá curiá, meu filho!

Toma lá curiá, meu filho!

Janjão, pensando que era a mãe, que voltava da cidade e lhe trazia a comida de que ele tanto gostava, saiu do buraco e o quibungo o agarrou, para comê-lo. O pobresinho do Janjão, chorando, cantava:

Minha mãe sempre me dizia  
Que o quibungo me comeria...  
Minha mãe sempre me dizia  
Que o quibungo me comeria...

E o quibungo comeu o último filho e a mulher morreu de desgosto. E por isso é que o quibungo não tem mais mulher, nem filhos”.

Vejamos, porém, o que é o “quibungo”. Diz Nina Rodrigues, além da descrição que ouviu do narrador dos dois contos: — “*Quibungo* é termo de frequente emprego e muito conhecido na população baiana, mas de variadíssima acepção. Para uns, o *quibungo* é o diabo ou um feiticeiro; para outros, designa todo indivíduo desas-seiado, maltrapilho; para alguns, é uma espécie de animal selvagem; finalmente, é para muitos um ser estranho, espécie de lobis-homem, ou coisa equivalente”. Conforme ouviu o dr. J. da Silva Campos, no Recôncavo da Baía, o “quibungo” é “um macacão todo peludo, que come crianças”, e que o preto, quando muito velho, “vira *quibungo*”. Pondo à banda as acepções populares degeneradas, evidentemente de sentido translato, tenho para mim que o “quibungo” é o capelobo africano, ou, melhor, um lobis-homem afro-brasílico, até que se lhe descubra genuíno tronco africano. Considero-o, portanto, até mais ver, como um mito secundário e composto, formado pelos negros no Brasil.

Pesquisando o étimo de “quibungo”, nada achei que me satisfizesse a curiosidade, além do que li em Nina Rodrigues. O nosso Macedo Soares (“Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil”, in “Revista Brasileira”, IV, 1880, 243-271) menciona *cabungo*, “urinol”, a que atribue como matriz

duvidosa a voz quimbunda “quibungi”; e não deu assento a *quibungo*. Como, porém, em língua de Lunda, o lobo é chamado *chibungo* (ou *quimbungo*, em quimbundo, conforme Cordeiro da Matta), aí julga Nina Rodrigues encontrar a origem de *quibungo*, transmitida pelos bantús às nossas populações do norte. A ser isso possível, então mais se firmará a hipótese de ser o “quibungo” o capelobo afro-brasileiro.

E’ provavel que essa interessantíssima criação mítica, que já deu nascimento a tantas historietas éticas ou judiciosas, se haja circunscrito aos negros da Baía, onde predominaram tipos étnicos diferentes dos que penetraram, durante o longo regime da escravidão, em outras zonas agrícolas do Brasil. Nunca ouvi em Minas novela alguma, na qual figurasse o “quibungo”, e essa própria palavra é ali desconhecida entre pretos velhos e seus descendentes. E creio que nas demais unidades políticas do nosso país, excetuada a Baía, acontece o mesmo. Silvio Romero, que colheu tantos contos tradicionais em Sergipe, terra convizinha da baiana, ali não respigou nenhum em que entrasse o “quibungo”.

Agora, porém, com os que se vão adicionar aos dois colhidos por Nina Rodrigues, — enriquece-se o nosso folclore, e aí terão os mitógrafos patricios pábulo em quantidade suficiente para mais acuradas interpretações.

## V) DE MINAS-GERAIS

Em Minas-Gerais subsistem tres mitos, todos eles pertencentes ao grupo das cucas ou papões, de origem lusitana: — o *mão-de-cabelo*, o *chibamba* e o *mão-pelada*.

O *mão-de-cabelo* é assim descrito por Vale Cabral (*op. cit.*, pág. 350): — “Entidade de fórma humana e esguia, tendo as mãos constituídas de fachos de cabelo. Anda envolta em roupagem branca. E’ o espantalho das crianças, no sul da província de Minas-Gerais.

Aos meninos, que costumam mijar na cama, é muito empregada esta frase caipira: — “Oia, si nenem mijá na cama, *mão-de-cabelo* vem te pegá e cortá minhoquinha de nenem!”

Do *chibamba*, diz isto, logo em seguida: — “Fantasma do sul da província de Minas-Gerais. Serve para amedrontar as crianças que choram. Anda envolto em longa esteira de bananeira, ronca como porco e dança compassadamente”. A ameaça aos chorões ou choramigas é feita do seguinte modo: — “Evem o *chibamba*, nenem! Ele papa menino! Cala a boca!” (105).

O *mão-pelada*, fantasma ainda sobrevivo na imaginação dos negros e mestiços do oeste e noroeste mineiros, foi claramente delineado por Afonso Arinos, num dos contos da sua excelente coletânea de “Histórias e paisagens” (1921, págs. 63-78): — “Tinha o pelo fulvo, como o de uma onça vermelha, a cauda comprida e movediça, o fio do lombo preto e lustroso. No mais, era um lobo de maior corpulência, querendo emparelhar na altura com um bezerro novo. A cara era mais para o redondo do que para o comprido... Galopava a tres pés, deixando ver uma das patas dianteiras encolhida e pelada”. Os olhos “mostravam uma luz a modo de fogo azulado e parecia que, ameaçando e rindo, chamavam a gente para algum mistério terrível”. Vomitava “fogo pelos cabelos, pela ponta da cauda, pelos olhos e pela boca...” — Tal a descrição feita por um afro-brasileiro, que se disse perseguido pelo apavorante duende.

Como se vê, todos esses trasgos acusam a ideação africana, pertencendo os dois primeiros ao tipo do *tutú* e o último à categoria dos hipo-mitos ígneos, misto de *lobis-homem* e de *saci*.

---

(105) Embora não o registem os léxicos brasileiros e portugueses, empregou Camilo Castelo-Branco o vocábulo *chibamba*, com a significação de descante africano ou áfrico-brasileiro, como se infere da seguinte frase da “Corja” (ed. de 1903, pág. 38): — “Canta *chibambas* e lundús faceiros, meu quindim!”



## VI) DE SÃO-PAULO

Mito indubitavelmente paulista e que corresponde ao do *cabeça-de-cuia* do Piauí, é o do *corpo-seco*, descrito com precisão e clareza por Leôncio de Oliveira, em sua “Vida roceira” (2ª ed., pág. 17): — “Homem que passou pela vida semeando malefícios e que sevicou a própria mãe. Ao morrer, nem Deus nem o diabo o quiseram; a própria terra o repeliu, enojada da sua carne; e, um dia, mirrado, defecado, com a pele engelhada sobre os ossos, da tumba se levantou, em obediência a seu fado, vagando e assombrando os viventes, nas caladas da noite”.

## VII) DO RIO-GRANDE-DO-SUL

As abusões peculiares do nosso Estado meridional fronteiriço relacionam-se principalmente com a existência do ouro e de tesouros escondidos, assim como com a criação de gado (estas recebidas, provavelmente, da caudal platina), além de transformações operadas em credences nacionais, — como se infere dos trabalhos dos únicos que cogitaram de tal assunto, o padre Teschauer (“Rev. do Inst. do Ceará”, 1911, XXV, 3-18) e J. Simões Lopes Netto (“Lendas do sul — Populário”, 1913).

Ao primeiro grupo pertencem (105 A): — as *salamancas*, furnas encantadas, das quais a mais célebre é a sita no serro do Jarau, de cujo ponto mais alto se têm visto sair grandes rolos de fogo e de fumaça; os *serros-bravos*, que despedem estrondos, à aproximação dos que

---

(105 A) Em sua magnífica “Poranduba riograndense” (Porto-Alegre, 1929), abriu Teschauer um longo e interessante capítulo para “As lendas do ouro na bacia do Uruguai” (págs. 436-468). Divide-as em dois ciclos, estudando no primeiro as que mais de perto interessam ao nosso folclore: as “salamancas”, os “serros-bravos”, as “lagoas-bravas”, os “guardas dos tesouros”, o “*mbottatá*”, os “*zahoris*” e o “*carbônculo*”.



## VI

**CLASSIFICAÇÃO DOS CONTOS E FÁBULAS COLECIONADOS PELO DR. J. DA SILVA CAMPOS E COMPARAÇÃO DOS MESMOS COM OS DE OUTROS NOVELÁRIOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS**



---

## VI

Procedeu o dr. J. da Silva Campos com louvavel critério, reunindo as 81 peças (75 da Baía e 6 de outras regiões do nordeste e do extremo-norte), — isto é, número igual às dos “Contos populares” de Silvio Romero, descontadas deste as versões de Couto de Magalhães, — no presente volume, sem nada as alterar, porquanto o seu intuito é fornecer nova matéria prima, que não *pastiches*, ao nosso folclore. Não as quis ele próprio classificar, nem anotar compridamente, embora para tudo isso lhe sobeje competência.

Para corresponder devidamente à confiança, com que me distinguuiu o ilustre amigo, escolhendo-me para a tarefa desta ligeira explicação da sua coletânea, — entendi de bom aviso que, além dos reparos já traçados e das desenvolvidas indicações bibliográficas, as quais deixo feitas, por me obrigar a isso, mais ainda do que o impulso de mania em mim velha, o desejo de ser util aos estudiosos e curiosos de folclore, não podia também furtar-me a uma tentativa de classificação de todos os espécimes por ele reunidos.

Reconheço que a categorização, por mim adiante proposta, não terá muito que jactanciar-se de científica. Julgo-a, porém, bastante metódica e defensavel. Faço-a acompanhar de algumas conferições com os contos e fábulas de outros novelários conhecidos, nossos e estrangeiros, não me havendo poupado a esforços para realizá-las com a maior meticulosidade que me foi possível.



Eis a classificação que sugiro e à qual obedece o “Índice” do volume:

I) Ao *ciclo da mística zoológica* pertencem os contos, fábulas e anedotas seguintes: — 1) “A rainha das onças”; 2) “A onça e o bode”; 3) “A onça e o coelho”; 4) “A onça e a coelha”; 5) “A onça e a afilhada”; 6) “A onça e o macaco”; 7) “A onça, a raposa e o macaco”; 8) “A onça, e os carapinas”; 9) “O macaco e a negrinha de cera”; 10) “O macaco e o confeito”; 11) “Macaco do mato grosso”; 12) “A raposa e o homem”; 13) “A raposa e as aves”; 14) “O raposo, o galo e a galinha”; 15) “O gato e a raposa”; 16) “A preguiça”; 17) “O veado e a baratinha”; 18) “O carneiro e a baratinha”; 19) “O coelho e o grilo”; 20) “O coelho e o aluá”; 21) “O cágado e a fruta”; 22) “A gaita do cágado”; 23) “A cascavel e a surucucú”; 24) “Luís-cacheiro e o sapo”; 25) “O sapo velho e os sapos moços”; 26) “O sapo saramuqueca”; 27) “O rei dos pássaros”; 28) “O gavião e o pintinho”; 29) “A anum e a canarinha”; 30) “O beijaflor”; 31) “O beijaflorzinho”; 32) “A pena de tatangüê”; 33) “A formiga e a filha” (108):

“A preguiça”, “A cascavel e a surucucú”, “O sapo velho e os sapos moços” e “A formiga e a filha” nada mais são do que fábulas etiológicas, sem epímítio, isto é, destinadas apenas à explicação da origem, costumes e destino dos animais inferiores. É provável se devam à capacidade de observação e invenção dos nossos mestiços. “A preguiça”, creio ser a primeira vez que figura em nosso fabulário popular, embora ande em anedotas e outras expressões orais o nome

---

(108) Excluí deste grupo os espécimes epigrafados “O caçador e a guariba”, “Os três galos”, “O papagaio pelado”, “A aranha caranguejeira”, “O homem que virava besouro” e “O homem do gato”, porque, não obstante a aparência zoológica, melhor se enquadram em outras classes. O mesmo fiz com relação aos denominados “A passapinta” e “O preguiçoso e o peixinho”, por constituírem casos típicos de *zoofilia* maravilhosa e calhareem mais a jeito em outra categoria.

do singular *bradypus didactylus* ou *tridactylus* (109). A segunda refere-se à letalidade do veneno de duas das nossas mais terríveis serpentes. A terceira é explicação anedótica do coaxar dos ba-tráquios. E a quarta diz respeito à nascença e hábitos da sauva.

Nos oito contos de que é protagonista a onça, vislumbra-se o fundamento indígena, superstruturado pela imaginação dos nossos mamelucos, mulatos e cafusos. Assim, o primeiro, “A rainha das onças”, trói fantasia africana, pertencendo ao gênero das fábulas éticas, de que não faltam exemplos nos “Folk-tales of Angola”, de H. Chatelain. O segundo, “A onça e o bode”, é variante do que se lê em “O selvagem” (I, 220-227) de Couto de Magalhães, sob a epígrafe “A onça e o veado”, e ha dele a variante cearense, também denominada “A onça e o bode”, posta em boa linguagem por Gustavo Barroso (“Ao som da viola”, 648-651). No terceiro e no quarto, o motivo, isto é, a astúcia da lebre sobrepujando a do nosso terrível jaguar, é o mesmo do conto sergipano “A onça e o coelho” (“Contos populares” de S. Romero, 168-170). O quinto, “A onça e a afilhada”, é outra versão, mais desenvolvida, do também sergipano, que está inserto na citada coletânea de S. Romero (157-158), “Amiga folhagem”, e de ambos ha a variante cearense “A onça e a raposa”, no livro, acima citado, de Gustavo Barroso (698-699). Nos tres restantes, contrapõe-se a esperteza do símio à ferocidade do felino, convindo ponderar-se que o epigrafado “A onça e o macaco” melhor se articularia entre os “casos facciosos”.

---

(109) Os índios do rio Negro já se haviam servido do *bradypus* para o seu fabulário, como se pode verificar pela “Poranduba amazonense” (160), de Barbosa Rodrigues. Anotando a lenda “Cenemue ay irumo” (“O camaleão e a preguiça”), explica aquele sábio que dela se originou a expressão “chuva de preguiça”, para significar a “chuva miuda”, a unica que consegue molhar todo o denso pelo das preguiças. Creio que preguiça, na sobre-dita expressão vulgar, está no sentido comum e nada tem com o *bradypus*. Engana-se ainda Barbosa Rodrigues, quando atribue a Minas a denominação de “garóa”, mais generalizada em São-Paulo, dada vulgarmente à “chuva miuda”, que na terra fluminense é jocosamente chamada “resinga-de-mulher”.

Dos tres em que é o macaco a figura precípua, o primeiro é variante do de Sergipe, “O macaco e o moleque de cera” (S. Romero, 173-174), e, qual este, distingue-se pela licenciosidade terminal, que também existe num seu congênere da novelística paraguaia (110). O segundo, em que se visa a pôr de manifesto a argúcia do quadrumano, é do ramo das historietas populares chamadas de “encadeiamento”. E o último parece-me produto mais recente, inspirado na Baía pelas crendices do “caapora” e do “quibungo”, estas mesmas já por vezes em estado de confusão, como se verá mais adiante; e talvez “O macaco do mato grosso” não passe de um conto incompleto do ciclo do “quibungo”.

Nes quadros em que aparece a raposa, com papel primário ou secundário (excluído o do grupo da onça, já visto acima e de pouco valor para confronto), nada se percebe da influência do ciclo aborígene da “micura”, de que ha tantos exemplares em “O selvagem” (I, 199-219, 229-232 e 237-269) e alguns na “Poranduba amazônica” (173-177 e 191-194). O conto “A raposa e o homem”, que se lê no mencionado livro de Couto de Magalhães (I, 243-246), nenhuma semelhança tem com o de igual título da coletânea do dr. J. da Silva Campos. Nos dois seguintes, “A raposa e as aves”, “O raposo, o galo e a galinha”, há vestígios de superfecção africana em temas da fabulística européia. E o último enxerta-se no esgalho ético do novelário universal.

Entre os dois nos quais entra a baratinha, ora atemorizando ao veado, ora incomodando ao canário, há visível analogia de concepção, e as vozes típicas das respectivas cantigas demonstram-lhes a base indígena (111).

---

(110) Não cito fontes, porque apenas conheço algumas fábulas guaranis do Paraguai por tradição *os ad os*.

(111) A preferência dada à baratinha, que não canta, nesses dois contos, em lugar do grilo, que apenas surge uma única vez no seguinte, só se poderá explicar por haver-se ela tornado um denominador genérico das fábulas e patranhas populares dos nossos colonizadores reinóis, tanto que ha novelários

Liga-se-lhes o primeiro dos contos em que se avista o coelho como principal comparsa (secundariamente, já figura em dois episódios do grupo da onça), “O coelho e o grilo”, simples variante dos últimos acima referidos, e no qual a baratinha é substituída pelo grilo, assim como as formigas pelo galo, acusando, por isso, mais influxo europeu. O outro, “O coelho e o aluá”, tráí influência africana, que também estigmatiza o colhido em Sergipe por S. Romero (185-187) e que se intitula “O macaco e o aluá” (112).

Nos dois em que se encena o cágado, não se descobre traço seguro de nenhuma das muitas peças do ciclo do jabotí, constantes da coletânea de Couto de Magalhães (“O selvagem”, I, 175-219). No segundo deles, “A gaita do cágado” (do qual existe a variante cearense, com igual título, que se encontra às págs. 631-633 do livro “Ao som da viola”, de Gustavo Barroso), ainda se pôde lobrigar certa reminiscência do epigrafiado “Jabutí e raposa” (“O selvagem”, I, 199-203), no qual o nosso quelônio é dono e tocador de uma flauta; no primeiro, porém, “O cágado e a fruta”, é tangível a influência africana, o que não deve causar pasmo, porquanto a tartaruga lacustre ou fluvícola é também peculiar da mítica zoológica do continente negro, conforme já se viu atrás.

Dos tres contos em que toma parte o sapo, já me referi ao etiológico, destinado a explicar-lhe o coaxar (coletivo). O intitulado “Luiz-cacheiro e o sapo” parece-me digno de nota, por ser a primeira vez que se me depara em nosso fabulário tradicional e curioso erinacídio. Não admira a corruptéla vulgar de “ouriço-cacheiro”

---

infantis, elaborados no Brasil, quais os de Figueiredo Pimentel, um com a intitulação lusa de “Contos da carochinha”, diminutivo que outra coisa não é senão o vulgar de barata, e o outro, com a denominação, mais vulgar nossa, de “Histórias da baratinha”.

(112) Apesar de considerada africana (v. Beaurepaire-Rohan, “Dicionário de vocábulos brasileiros”, que lhe dá por étimo o quimbundo *ualúa*, sem explicar a deslocação da tónica), a voz *aluá* é oriental, e, também com a grafia *aloá*, se encontra em Bluteau, Moraes, Domingos Vieira, Lima Leitão e S. Dalgado (v. Solidonio Leite, “A língua portuguesa no Brasil”, 80-81).

em “Luís-cacheiro”, pois na boca dos nossos matutos já o vocábulo túpico “boitató”, designativo do “fogo-fátuo”, foi adulterado para “batató” ou “batatal”, conforme assignalei por linhas atrás. O restante, “O sapo saramuquéca”, parece um *mixtum compositum* de influência tupí com superfetação africana.

Nos seis em que tatala a fauna alada, os epigrafades “O rei dos pássaros”, “A anum e a canarinha”, “O beijaflor”, “O beijaflorzinho” (este pertencente aos contos de “encadeiamento”) e “A pena de tatanguê” palpabilizam fantasiação negra. O último dos que acabo de citar relaciona-se com o feitio do denominado “A gaita do cagado”, já visto acima, e a voz “tatanguê” é certamente a mesma “tantanguê” da parlenda que se encontra nos “Contos populares” (359-360) de S. Roméro. Só em “O gavião e o pintinho” se revela mais fundo europeu.

II) A’ categoria dos *contos de metamorfose*, estágio derradeiro da mítica zoológica, pertencem os seguintes: — 1) “A aranha caranguejeira”; 2) “O quibungo e o menino do saco de penas”; 3) “A menina e o quibungo”; 4) “O bicho cumunjarim”; 5) “Tití-Maruruê”; 6) “O bicho-homem”; 7) “O lobis-homem”; 8) “O bicho de fogo”; 9) “Dom Maracujá”; 10) “O homem que virava besouro”.

Os quatro do começo desta lista são de indiscutível cunho africano, e, exceto o primeiro, pertencem ao tipo dos “contos judiciosos”, isto é, destinados a evitar perigos, por meio de espantalhos imaginários, à infância inexperiente, e giram em torno da superstição de que o preto, quando atinge a longa velhice, se transforma em “quibungo”, a que também se aplica a denominação de “bicho *cumunjarim*”, conforme já expliquei em capítulo anterior. Não admira seja africano o conto “A aranha caranguejeira”, pois o pequeno aracnídeo mereceu no continente negro a honra de ser uma espécie de Adão ou Eva e exerceu lá importante papel totêmico (113).

---

(113) Citando A. Ellis, diz Nina Rodrigues (“Rev. do Brasil”, n. 80, 345) existir “a tradição, na Costa-do-Ouro, de que o gênero humano descende de *anansi*, a aranha”.



Africano é também, como se infere da respectiva cantiga, o intitulado “Tití-Marué” (o primeiro termo é a nossa palavra infantil “titia”, apocopada, não sabendo eu como explicar o segundo), talvez uma espécie de “quibungo” fêmea. Os cinco restantes são de origem européia, transformados apenas pelos mestiços da Baía, mais na verbalidade do que na ideação. Os dois epigrafados “O bicho de fogo” e “Dom Maracujá”, sobrevivências da agnialtria primitiva, são ainda garfos prováveis da “mula-sem-cabeça”. No último, “O homem que virava besouro”, funciona o coleóptero como insaciável hematófago, em lugar de outros animais que melhor se distinguem por esse meio de alimentação, pois o único indivíduo da família dos besouros, que chupa sangue, é, ao que me consta, o conhecido e necivo “barbeiro”, o qual ignoro si existe na Baía.

Compreende-se que o nosso elemento miscigêneo creasse ou transformasse os hipo-mitos de origem totêmica ou de metempsicose zoológica, porquanto a isso o predispunham os seus tres troncos avitos, conforme já deixei explanado atrás, não sendo menos prestigioso nisso do que os dois outros o africano, visto como, consoante com o que afirma H. Chatelain (*op. cit.*, pág. 272), “the metamorphosis into a variety of animals are of frequent occurency in all Bantu fiction”.

III) Incluem-se entre os contos referentes aos *mitos primários*, do *antropismo afro-americano*, os seguintes: — 1) “O caipóra” (1º); 2) “O caipóra (2º); 3) “A mãe-dágua” (1º); 4) “A mãe-dágua (2º).

O primeiro é curioso espécime da fusão ou confusão do mito aborígene do “caipóra” com o trasgo africano do “quibungo”, ao passo que o segundo é, realmente, sobrevivência da criação fetichica dos nessos selvícolas, modificada verbalmente pelos mestiços. Quanto aos dois últimos, nota-se num a fantasia africana e no outro a imaginação indígena, distanciando-se, todavia, de qualquer deles tanto o que, com o mesmo título “A mãe-dágua”, se encontra na coletânea de S. Roméro (118-119), que o reproduziu do “Tronco do ipê” de

José de Alencar, quanto os que, sob a epígrafe “A iára”, foram enfeitados por José Coutinho de Oliveira nas “Lendas amazônicas” (71-74 e 78), e são, respectivamente, da lavra de Afonso Arinos e J. Barbosa Rodrigues.

IV) No rol dos *casos facciosos* podem ser postos os seguintes: — 1) “O homem do gato”; 2) “As moças e os puins”; 3) “O príncipe e o amigo”; 4) “A gente que ia buscar o dia”; 5) “Os tres galos”; 6) “O papagaio pelado”; 7) “O amarelo mentiroso”.

Parecem-me todos de genuína fonte européia, creados pelos reinos ou transportados por estes para o Brasil, onde apenas lhes deu nova indumentação formal o nosso mestiço.

O primeiro é mais anedota do que novela e tende a provar que o guloso, entristecido pela fome insatisfeita, assiste sem emoção aos espetáculos mais hilariantes, até que, repleto o pandulho, deles se lembra com alegria seródia. No segundo, supponho ter-se exercitado a imaginação jocosa do mestiço baiano sobre alguma velha anedota do mesmo teor. O terceiro é variante do que se encontra em T. Braga (“Contos tradicionais”, I, 140-142), sob a epígrafe “O camareiro do rei”, e procede do episódio entre Frederico III e Pedro de Vignes, com larga vulgarização na Europa (114). O quarto, apesar da deno-

---

(114) Cf. T. Braga (*op. cit.*, II, 203-210) e Brantome (“Vies des dames galantes”, n. ed., s. d., 172-173). Promanando do cognome *Vignes*, deste é que se entretecem as trovas das versões européias. Eis a final das que inseriu Brantome:

“A la vigna che voi dicete  
Io fui, e qui restete;  
Alzai il pampano, guardai la vite,  
Mà non toccai. Sì Dio m’aite!”

Na versão brasileira, ora colhida pelo dr. J. da Silva Campos, sem se falar em “vinha”, persiste esse “motivo” do conto europeu, qual se deduz deste final de sextilha:

“Que lindas uvas eu vi!  
Te juro, por Deus do céu,  
Como nelas não boli!”



Sylvio Romero



minação fantástica, não passa de anedota relativa ao galo. O quinto tem laivos de semelhança com o que se lê em T. Braga (I, 150-151), “A velha das galinhas”. O sexto, “O papagaio pelado” (115), é anedota vulgar, que apresenta múltiplas variantes (115 A). E o último, embora fosse de presumir criação do nosso mestiço, que atribue

---

No “Romanceiro português” (Leipzig, 1877, II, 233-242), de V. E. Hardung, assim fala o rei (“O chapim d’el-rei e as parras verdes”):

— “Eu fui que na vinha entrei,  
Rastos de ladrão deixei,  
Parras verdes levantei,  
Uvas belas  
Nelas vi:  
E assim Deus me salve a mi  
Como delas  
Não comi!”

(115) No conto “As cunhadas do rei”, da coletânea de T. Braga (I, 87-89), aparece o papagaio, que, aí, como em outros espécimes consímiles do fabulário europeu, desempenha o papel de “ave que diz a verdade”. Nas “Novelline popolari italiane”, de D. Comparetti, acham-se também dois contos (1-6 e 7-11) em que figura o papagaio. Tendo entrado no cancionero e no anedotário vulgar de Portugal e do Brasil, é curial que o *psittacus* haja contribuído para o enriquecimento do nosso novelário popular. Em alguns dos nossos contos, que conheço, e todos evidentemente de berço europeu, intro-mete-se a ave palradora, ora narrando historietas maravilhosas, ora como simples “figura de encher”. Tais são “O rei Andrada”, “A raposinha”, “O príncipe cornudo”, “O papagaio do limo verde” e “Manuel da bengala” (S. Roméro, 10-11, 28-30, 37-43 e 132-136, 51-56, 60-63), devendo-se registar a singularidade da metamorfose do anjo custódio em papagaio, qual ocorre nas duas versões sergipanas de “O príncipe cornudo”. Aliás, a simbolização de uma das pessoas da trindade católica por uma pomba levou também Flaubert a traçar o belo conto intitulado “Un cœur simple”, no qual o Espírito-Santo é representado por um papagaio. Como explora assunto de folclore, ainda merece lido o capítulo “Papagaios” (153-160), das “Aérides” de Alberto Faria, e “O papagaio”, às págs. 10-13 dos “Estudos etnológicos — As aves...” de Teschauer.

(115 A) No tomo Z da “Biblioteca de tradiciones populares españolas”, de Antonio Machado y Álvarez, acham-se dois contos, “El papagayo blanco” e “El papagayo del cuento” (págs. 175-185 e 186-200), que pertencem aos “Cuentos populares recogidos en Extremadura” por d. Sergio Hernández de Soto, os quais, em nota, são comparados com os de Silvio Roméro.



muita sagacidade aos “amarelos” (116) vítimas da hipoemia intertropical, é, entretanto, variante do que, sob a epigrafe “A enfiada de petas”, consta dos “Contos tradicionais” (I, 187-188) de T. Braga.

V) São *contos éticos* os seguintes: — 1) “A madrasta”; 2) “A mulher dengosa”; 3) “A mulher do ovo”; 4) “O surrão que cantava”; 5) “O negro que quis ser príncipe”.

E’ inegavel o fundo europeu de todos eles, alterados somente na forma pelo mestiço baiano.

O primeiro, fazendo soar a tão batida tecla da maldade das madrastas, é o que patenteia mais brasileirismo, presumivelmente com ressaibo africano. O segundo não passa de variante do que colheu S. Romero em Pernambuco, sob a mesma denominação, e clam-se ambos ao lusitano que se lê em T. Braga (I, 83), com o mais adequado título “A mulher gulosa”. O terceiro nada mais é do que anedota calcada sobre o tema da gula feminina. O quarto, também enquadravel na categoria dos *contos judiciosos*, provém do que, mais simplesmente chamado “O surrão”, se acha em T. Braga (I, 7-9), e dele existe a variante “A menina dos brincos de ouro” (“Rev. do Brasil”, n. 79, 1922, 217-218), cuvida por Nina Rodrigues na Baía e no Maranhão (117), com a diferença de que, na versão baiana, ora coligida pelo dr. J. da Silva Campos, entrou o sainete africano (118). E o último da lista corresponde à parte

---

(116) Na coletânea de S. Romero (93-94 e 104-106), existem dois contos, ambos de Pernambuco, em que é aproveitado o nosso “amarelo” (certo por ancilostomose), e aos quais já fiz referência atrás: — “História de João” e “O matuto João”. Este último é variante do lusitano “A princesa que adivinha” (T. Braga, I, 134-136) e mais de acordo com a versão portuense, dada por Teixeira de Vasconcellos (*apud* T. Braga, II, 206).

(117) Nina Rodrigues confessou não saber si o conto por ele coligido “tinha alguma versão portuguesa equivalente”, e, apesar disso, não lhe recusou “origem africana”. Entretanto, a variante que ele em boa hora registou é muito mais próxima da lusitana do que a ora devida ao dr. J. da Silva Campos.

(118) Pertence ao mesmo ciclo europeu em que se encastoam as novelas de que é tipo o “Petit chaperon rouge”, conforme observou Tylor (“Civili-

final do conto “João mais Maria”, ouvido por S. Romero (72-76) no Rio-de-Janeiro e em Sergipe.

VI) Nos *contos maravilhosos*, isto é, em que há fenômenos inaturais ou forças sobrenaturais de definição imprecisa, enfileiram-se os seguintes: — 1) “A mulher feiticeira”; 2) “A mulher sovina”; 3) “A caça do mundé”; 4) “João Barandão”; 5) “O menino e o as-sovio”; 6) “A passapinta”; 7) “O preguiçoso e o peixinho”; 8) “Dona Helena”; 9) “Biacão”; 10) “O rei doente do mal de amores” (119).

---

sation primitive”, I, 390). Corresponde ao francês “L’homme au pois” (Emm. Casquin, “Contes populaires lorrains”) e ao espanhol da coletânea de Fernán Caballero (*apud* T. Braga, II, 179-180), “El zurrón que cantaba”, título que, vernaculizado, passou para o nosso.

No conto português, ordena o velho, que é branco e fala como tal:

“Canta, surrão,  
Sinão levas com o bordão!”

E a menina, de dentro do saco, assim canta:

“Estou metida neste surrão,  
Onde a vida perderei,  
Por amor dos meus brinquinhos,  
Que eu na fonte deixei”.

Na variante baiana, ora devida ao dr. J. da Silva Campos, é um africano, — espécie de “quibungo”, — que fala:

“Canta, canta, minha surrão,  
Sinão eu ti dá  
Cum cachamôra di minha brudão!”

E a pobrezinha garganteia, do fundo da bolsa de couro:

“Neste surrão eu estou,  
Neste surrão morrerei,  
Por causa de uns brincos de ouro,  
Que lá na fonte deixei”.

Até nesses versos confrontados se percebem os matizes brasileiros que sucederam aos do original reinol. No “Cabeleira” (1876, pág. 166), diz Franklin Távora, referindo-se a Pernambuco e ao final do século XVIII, que ali estava muito em voga, entre o povo, “a história do *negro do surrão*”.

(119) Nesta classe deveria também figurar o conto “O compadre rico e o compadre pobre”, si a superfetação de “Nossa Senhora”, devida ao mestiço baiano, não me obrigasse a transferi-lo para o grupo dos “religiosos”.

São também de além-Atlântico, modificados pelos tradicionais baianos.

O primeiro é talvez de criação africana, vindo para cá através a jocira lusa. O segundo pertence ao número das fábulas zoológicas, elaboradas contra a avareza. O terceiro, não obstante a voz tímica do título (*mundé*, de que proveiu a forma paragógica *mundéu*, popular e generalizada ao sul do Brasil), evidencia mais influência do elemento negro do que do nosso mongoloide. O quarto mostra como vingou no Brasil a personagem lusitana do “João Brandão”, em estado confusional com a de “João Mandrião” (veja-se Adolfo Coelho, “Contos populares portugueses”, XXX) e, quiçá, com a de “Don Juan Bolondron” (v. “Biblioteca de las tradiciones populares españolas”, I, 121). O quinto, de visível ideação africana, filia-se às fábulas zoológicas, não se lorigando nele nenhum outro motivo ético, sinão o de assustar crianças com os perigos que há no seio da noite. O sexto, o sétimo e o oitavo vinculam-se às vetustas tradições de zoofilia, oriundas da quadra zoolátrica do fetichismo puro, cumprindo assinalar-se que o intitulado “O preguiçoso e o peixinho” é variante do português “O peixinho encantado” (T. Braga, I, 58-60) e mais um exemplo de aproveitamento do nosso “amarelo” para protagonizar de aventuras portentosas. O nono, “Biacão”, do qual há também a variante sergipana “O sarjatário” (S. Romero, 94-100), deriva-se do lusitano “A sardinhinha” (T. Braga, I, 36-38), tendo por principal enredo o disfarce da mulher em homem e pouco divergindo em ambos o emprego dos processos para o conhecimento dos sexos pelos hábitos gerais (120). O último decalcou-se

---

(120) Na versão sergipana só ha tres processos, o primeiro dos quais relembra o aplicado ao descobrimento de Aquiles entre as fiandeiras do ginceu, afim de ser levado à guerra contra Troia, sendo os dois outros o banho coletivo e a resistência ao sono toda uma noite. A baiana, devido ao dr. J. da Silva Campos, é mais ampla e até poetizada no primeiro meio, — o de calrem das árvores folhas sobre o homem e as flores sobre a mulher, — notando-se mais a observação de hábitos feminis, quais os de esperar que a comida esfrie e de saber preparar um caldo de galinha, além do processo extremo da tentativa de sedução, e ainda ocorrendo nela o do banho coletivo no rio.

pelo modelo português “Maria subtil”, primitivamente “Maria sabida” (T. Braga, I, 74-78), e que é a mesma idealizada personagem de outras tradições européias (“Mariquilla la ministra”, “Adroite princesse” e “Sapia Licciardia”), dele existindo em S. Romero (34-36) a variante “D. Pinta”, denominação que mais se aproxima da algarvia “Dona Vintes” (T. Braga, II, 190).

VII) São *contos religiosos*, um do ciclo lendário evangélico e os outros simplesmente revestidos de fundamento cristão, os seguintes: — 1) “O caçador e a guariba”; 2) “O cunhado de S. Pedro”; 3) “O compadre rico e o compadre pobre”; 4) “Deus é bem bom...”; 5) “Nada mais do que Deus...”; 6) “O rei que teimou com Deus”.

O alicerce de todos eles não pode deixar de ser europeu, pois do velho mundo foi que nos veio o catolicismo, com os seus preceitos e a sua côrte celeste.

O primeiro é talvez invenção do mestiço baiano, para amedrontar aos que caçam no dia do Senhor ou, então, aos que matam quadrumanos, cujo parentesco com o *anthropopithecus erectus* (que vaidosamente se condecorou com a denominação de *homo sapiens*), já antes, e sem a teoria de Darwin, andava provavelmente incubado no cérebro dos nossos tabaréus (121). O segundo inscreve-se perfeitamente no “ciclo lendário evangélico” (a expressão é devida a G. Pittre), o qual, no respeitante a S. Pedro, se incorporou no novelário tradicional de todo o orbe cristão (v. Gubernatis, “Mitologie zoologique”, I, 325, e R. Marín, “Cinco contezuelos populares anda-

---

(121) Tylor, em “La civilisation primitive” (I, 437), refere a convicção africana de que os macacos sabem e podem falar, mas se fingem de mudos, afim de não serem obrigados pelos homens a trabalhar. Na lenda típica, fixada pelo nosso Couto de Magalhães em “O selvagem” (I, 162-174), “Como a noite apareceu”, vê-se a transformação, ou, melhor, a regressão de seres humanos a macacos, coagidos a andar “para todo o sempre pelos galhos dos paus”. E José Verissimo (“Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, L, p. 1<sup>a</sup>, 355-356) verificou ainda entre os mestiços da Amazônia a crença de que “macaco foi homem”.

lucos”). O terceiro, do mesmo modo que o seu análogo “O preguiçoso”, coligido em Pernambuco por S. Romero (119-120), tem por paradigma o luso, epigrafiado “Desanda, cacheira!” (T. Braga, I, 120-122), notando-se apenas na versão baiana, de mais singular, a intromissão de “Nossa Senhora”, que se não encontra nos outros (122). O quarto, o quinto e o sexto devem ser de origem portuguesa, salientando-se os dois últimos por incontestáveis traços de africanismo.

VIII) Coligiu ainda o dr. J. da Silva Campos os seguintes contos e fábulas de varias procedências brasileiras, e que, para não tumultuarem a antologia baiana, vão insertos em “Apêndice”: — 1) “O mapinguari” (rio Purús, Amazonas); 2) “A devota das almas” (Pará); 3) “Jesús-Cristo e os lavradores” (margens do Paranaíba); 4) “O martim-pescador e o urubú” (*ib.*); 5) “O gavião e o urubú” (Piauí e Maranhão); 6) “Os dois feiticeiros” (Maranhão).

O primeiro, — provavelmente tecedura do nosso mestiço sobre algum antigo lipo-mito indígena e a guarda do domingo, é conto de fundo religioso, semelhante ao que prepondera no intitulado “O caçador e a guariba”, com a diferença de que, em vez da *simia belzebuth* (ou *simia seniculus*), que fala como gente e horripila ao nemrod domingueiro, surge o “mapinguari”, misto de “caapóra” e de “quibungo”. O segundo é variante, reduzida, do algarvio “As fian-

---

(122) No conto português, além das personagens humanas, opera-se o maravilhoso com a toalha, a burra e a cacheira (varapau tosco); na versão pernambucana, persiste a toalha, mas a burra é substituída pela cabra e a cacheira pelo cacete, que é a mesma coisa e representa o mesmo papel; e na variante baiana, ora fornecida pelo dr. J. da Silva Campos, continúa a figurar a toalha, porém em lugar da burra ou da cabra o cacho de bananas, trocando-se a cacheira ou cacete pelo chicote. E' tema que floresce em todo o populário do mundo culto, como se infere das exaustivas notas de T. Braga (II, 201-202), e este mesmo tratadista cita outra variante portuguesa, devida a Consiglieri Pedroso, com o título “A velhinha e S. Pedro”, o que prova que a historietta já em nossa metrópole ibérica recebera o batismo religioso, o qual agora também a lustra na versão baiana. Em outros contos do nosso tradicionalismo ainda torna a figurar a toalha encantada, com a mesma feição taumaturgica de fornecer banquetes em vida, qual se vê no epigrafiado “A princesa roubadeira”, ouvido por S. Romero (19-22) em Sergipe.



deiras”, inserto na coletânea de T. Braga (I, 18-19) e que, além de outra versão lusitana, “As tias”, dos “Portuguese folk-tales” de Consiglieri Pedreso, também se encontra no novelário tradicional dos demais povos europeus (v. T. Braga, II, 181-182). O terceiro pertence ao “ciclo lendário evangélico”, donde o tomou, alterando-o formalmente, o nosso mestiço, que se olvidou de dar nele ao Cristo a indispensável companhia de S. Pedro (123). O quarto e o quinto não passam de fábulas etiológicas da nossa mítica zoológica, e é lícito crer hajam brotado da inventiva dos nossos mestiços, havendo de uma delas, “O gavião e o urubú”, a variante cearense, que se lê às págs. 52-53 do volume “Ao som da viola”, de Gustavo Barroso. O último enquadra-se na categoria dos contos de metamorfose, — porquanto um dos feiticeiros se transforma em onça e o outro em surucucú, — acusando influência indígena, talvez com fantasiação africana.

---

(123) Eis um desses casos de novelística popular portuguesa, inserto na coletânea de T. Braga (I, 221-222), pertencente ao “ciclo lendário evangélico”, e que merece reproduzido na íntegra, pela esplêndida verdade que irrompe da sua curta e rústica simpleza:

#### “O LAVRADOR E O ERMITÃO

Cristo ia pelo mundo, com S. Pedro. Passaram por um campo, onde estava trabalhando um lavrador, que rogava muita praga e berrava, na labutação da arada.

O Senhor saudou-o:

— Deus te salve, vida santa!

Foram para diante e viram estar um ermitão a rezar, à porta da sua cabana.

O Senhor saudou-o:

— Deus te salve, vida de porco!

S. Pedro ficou maravilhado e disse para Cristo:

— Senhor! Porque é que àquele homem, que praguejava, lhe chamaste *vida santa*, e àquele, que rezava com tanta devoção, lhe chamaste *vida de porco*?

— É porque aquele, que estava praguejando, trabalha e sustenta a sua família e produz alimento para muita gente; e aquele, que estava rezando, não é útil a ninguém e vive à custa das esmolas, que são o trabalho e a privação dos *Cueros*”.



## VII

**CONCLUSÃO: — a) O folclore nos outros países do continente americano; b) o novo e auspicioso movimento literário do Brasil em torno da nossa demopsicologia.**



---

---

## VII

Ao rematar estas sucintas, mas conscienciosas observações, — com que visei exclusivamente a pôr em destaque o novo serviço ora prestado às letras pátrias pelo dr. J. da Silva Campos e a preitear-lhe a homenagem da minha sincera estima e não menos sincera admiração, — prevaleço-me do ensejo, afim de impetrar dos que se votam, no Brasil, à cultura desinteressada, que meditem na indicação de largo descortino, feita pelo sr. Ramón A. Laval, competente e infatigável folclorista chileno, ao 2º Congresso Científico Panamericano (reunido em Washington, de 27 de dezembro de 1915 a 8 de janeiro de 1916), a propósito do carinho em que devem ser tidas as tradições populares do Novo-Mundo. Conhecedor da alta importância de tais estudos, lembrou ele “a conveniência de estabelecer-se uma Sociedade Internacional de Folclore Latino-Americano” (v. “Proceedings of the Second Pan-American Scientific Congress”, I, 408-410).

Bem sei que essa louvável sugestão não terá apôio da parte dos intelectuais brasileiros, tão displicente é o assunto para a maioria deles. Mas, por que, ao menos, não se ha de fundar, nesta capital, um grêmio, que se dedique especialmente ao culto do tradicionalismo nacional? Por que não imitaremos, nisso, o exemplo de outros povos adiantados do nosso continente?



### a) O folclore nos países do continente americano

Na república yankee, funciona desde 1888 (123 A) “The American Folk-lore Society”, que publica uma revista (124) e já tem editado alguns volumes de reconhecido merecimento, quais os de Héli Chatelain, “Folk-tales of Angola”, e de Alcée Fortier, “Folk-tales of Luisiana”; e, mas recentemente, Frances Densmore tratou do “Rythm in the music of the American Indian” e o dr. Walter Hough estudou os “Fire origins myths of the New World” (“Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas”, vol. I, 1924). Na pátria de Porfírio Díaz, entre outras obras congêneres, distinguiram-se as profundas lucubrações sobre “Folclore español de Nuevo-México”, do professor Aurélio M. Espinosa, as de O. de Mendizábal e as de Rabelo (“Diccionario de mitologia nahoa”, 1908) e de Félix Ramos y Duarte (“Diccionario de mejicanismos” 1898) (124 A). Em Costa-Rica apareceu não ha muito (1919) o “Diccionario de costariqueñismos”, de Carlos Gagini.

Merece justos encômios o progresso dos estudos de mitografia na pérola das Antilhas. Além da “Sociedade del Folklore Cubano”, fundada em Havana e que publica uma revista desde 1924, é avultada e valiosa a contribuição de Fernando Ortiz, por certo o escritor americano que mais se tem preocupado com o elemento africano em terras

---

(123 A) A “Folk-lore Society” da Inglaterra é de 1878; o grêmio espanhol “El Folk-lore Andaluz” é de 1883; e a “Société des Traditions Populaires”, francesa, é de 1885.

(124) Nessa revista, “Journal of American Folk-lore”, também se encontram publicações relativas ao nosso país, como, entre outras, as seguintes: — “Recent literature on the South American Amazonas” (XXIV, n. 91, 1911), de Alexander F. Chamberlain, sobre o mito das nossas “amazonas”; e “Brazilian songs” (XXV, n. 96, 1912), de E. Hague, sobre a nossa poesia popular.

(124 A) Recente e curioso trabalho sobre a transformação do idioma castelhano, por influência do nahuatl, é o do dr. Inácio Alcocer, “El español que se habla em México” (1936).

do Novo-Mundo (“Los negros brujos”, 1906, 2ª ed., em 1917; “Los negros esclavos”, 1916; “Los cabildos afrocubanos”, 1921; “Un catauro de cubanismos”, 1923; “Glosario de afro-negrismos”, 1924), ao lado de Eduardo Sánchez de Fuentes (“El folk-lor en la música cubana”, 1923), de Arturo Montori (“Modificaciones populares del idioma castellano en Cuba”, 1916), de Constantino Suárez (“Vocabulário cubano”, 1921) e de Juan M. Dihigo (“Léxico cubano”, s. d.), precedidos em tais investigações por Esteban Pichardo (“Diccionario provincial casi razonado de voces cubanas”, 1862), Juan Ignacio de Armas (“Orígenes del lenguaje criollo”, 1882) e J. M. Macías (“Diccionario cubano etimológico”, 1885). Alfredo Zayas escreveu sobre a “Lexicografía antillana” (1914) e Augusto Malaret organizou um “Diccionario de provincialismos de Puerto-Rico” (1917).

Na capital da República de Panamá, talvez por influência yankee, fundou-se em 1911 uma “Sociedad de Folk-lore”.

Na América-do-Sul, honra-se a Colômbia com Max Grillo, que estudou “El idealismo de los mitos chibchas” (1924); a Venezuela, com Adolfo Ernst, colecionador do “Cancionero venezolano”, com Aristides Rojas, autor das “Contribuciones al folk-lore venezolano”, com Julio Calcaño, B. Tavera-Acosta e L. Alvarado, que se consagraram preferentemente à Linguística (124 B); o Equador, com Juan León Mera, respigador dos “Cantos populares”; a Bolívia, com

---

(124 B) Ao nosso compatriota, prof. Jacques Raimundo, deve-se o opúsculo “Vocabulários indígenas de Venezuela” (Rio, 1934), para o qual coligiu elementos principalmente nas obras de: Aristides Rojas, “Ensayos de un diccionario de vocábulos indígenas de uso frecuente en Venezuela” (Caracas, 1881); Júlio Calcaño, “El castellano en Venezuela” (Caracas, 1897); Emílio Constantino Guerrero, “Diccionario filológico — (Estudio general sobre el lenguaje venezolano...)” (Niterói, sem data, prefácio de 1915); e Lisandro Alvarado, “Glosario de voces indígenas de Venezuela” (Caracas, 1921). À Colômbia é que interessa o livro de José D. Mendrano, “Apuntaciones para la crítica sobre el lenguaje maracaibero” (Maracaibo, 1883; 2ª ed. em 1886).

J. M. Aponte; o Perú, com Ricardo Palma e Frederico A. Pezet; o Paraguai, com A. de Winkekried Bertoni, Guilherme Tell Bertoni, Moisés S. Bertoni, F. C. Mayntzhusen, Eloy Fariña Núñez e Narciso R. Colmán, os tres primeiros quanto à filologia étnica, o quarto e o quinto como mitógrafos eruditos, e o último como colecionador da bárdica do guaraní (“Ocára Poty”); e o Uruguai, com Francisco Acuña de Figueiroa, O. Solé Rodriguez, Javier de Viana, Buenaventura Caviglia, D. A. Caillava e Daniel Granada (autor de “Supersticiones del Río de La Plata”, 1896), ensaistas da literatura, ou, mais propriamente, das lendas, superstições e vocabulários dos gauchos cisplatinos.

Mas os países sul-americanos que, tanto ou mais do que o nosso, se têm ultimamente assinalado pelo apreço das tradições populares, são o Chile e a República Argentina. Naquele, a “Sociedad del Folklore Chileno” data de 1909 e para o surto dela muito valeu o esforço do insigne professor alemão Rodolfo Lenz; conta vários volumes, desde 1911, a sua “Revista del Folklore Chileno”, no qual se encontram muitas monografias de Eliodoro Flores, Julio Figueiroa, Fidelis P. del Solar e outros, concernentes às diversas ramificações da complexa matéria; e, além das publicações do dito sodalício, ainda têm vindo à luz, ali, obras de inestimavel valia sobre o mesmo gênero de estudos, quais as de Júlio Vicuña Cifuentes, Ramón A. Laval, Francisco Zapata-Lillo, Clemente Barahona-Vega, Pedro Pablo Figueroa e Agustín Conobbio (125), que colecionaram ou

---

(125) Julio Vicuña Cifuentes, Ramón A. Laval e Eliodoro Flores são os mais operosos folcloristas chilenos. Do primeiro, conheço as seguintes obras: — “Instrucciones para recoger de la tradición oral romances populares” (1905); “Coa — Jerga de los delincuentes chilenos — Estudio y vocabulário” (1910); “Mitos y supersticiones, recogidos de la tradición oral chilena” (id.), grosso volume de XXXIV-582 págs.; Ramón A. Laval já editou os seguintes trabalhos: — “Oraciones, ensalmos y conjuros del pueblo chileno, comparados con los que se dicen en España”, “Cuentos chilenos de nunca acabar” e “Del latín en el folklore chileno” (1910); “Folklore chileno — El pescadito encan-

investigaram o romanceiro, os mitos, as crendices, os adágios, as adivinhas e os costumes do povo, enquanto, precedidos nesse particular por Zorobabel Rodríguez (“Diccionario de chilenismos”, 1875), se votaram às pesquisas filológicas Anibal Echeverría y Reyes (“Voces usadas en Chile”, 1900), Manuel Antonio Román (“Diccionario de chilenismos”, 1901-1911) e Rodolfo Lenz (“Diccionario etimológico de las voces chilenas derivadas de lenguas indígenas americanas”, 1904-1910). Na vizinha república de além-Prata, existe, desde 1913 ou 1914, a “Deutscher Lehrerverein Buenos Aires”, cujos trabalhos sobre folclore são estampados na “Zeitschrift für Argentinische Volksund Landeskunde”; e, entre os guieiros desse movimento tradicionalista ali, merece posto no primeiro plano o abalizado cientista Roberto Lehmann-Nitsche (125 A), com as suas admiráveis obras “Adivinanzas rioplatenses”, “El retajo”, “El chambergo”, “La bota de potro”, “Santos Vega” e “La ramada” (1911 a 1919, ns. I a VI da sua coleção denominada “Folklore argentino”) e “La constelación de la Osa Mayor”, (124, n. IX da coleção “Mitología sudamericana”), assim como Godofredo Daireaux, com os seus “Tipos e paisajes criollos” (1901), Juan B. Ambrosetti, com as suas “Supersticiones y leyendas” (1917); Horacio Quiroga, com “El salvaje” (1920); Benito Lynch, com “Los caranchos de la Florida” (1920); Ricardo Rojas, com os dois vols., “Los gauchescos”, da sua “Historia de la literatura argentina”; Estanislau Zeballos, Leopoldo Lugones, M. Leguizamón, Fran-

---

tado — Uma versión interesante del cuento chileno *El pájaro azul*” (1911); “Folklore hispano-americano — Contribución al folklore de Carahue (Chile)” (1916-1921, 2 vols.). Eliodoro Flores, tirante o “Diccionario etimológico de las voces chilenas, derivadas de lenguas indígenas americanas” (1905-1910), já deu à estampa alguns outros trabalhos, entre os quais as “Adivinanzas corrientes en Chile” (1911, *sep.* do t. II da “Rev. del Folklore Chileno”).

(125 A) A 9 de abril de 1938, faleceu em Berlim, contando 65 anos de idade, esse cultíssimo e fecundo investigador das tradições populares sul-americanas. Rendo aqui à sua memória sincero preito de admiração e reconhecimento, pois que me honrou com a sua espontânea estima, oferecendo-me sempre, com amáveis dedicatórias, as suas produções sobre folclore.

cisco Soto y Calvo, Pastor Obligado, José Soto, Lisandro Segovia ("Diccionario de argentinismos — Neologismos y barbarismos", 1912), Diego Diaz Salazar ("Neologismos, refranes, frases familiares etc., usados en la Argentina") e Tobias Garzón ("Diccionario argentino", 1910), que cogitaram das lendas, costumes e vocabulários populares (125 B).

Como é facil deduzir-se do que deixei exposto em começo destas notas preliminares, — já possuímos, no Brasil, não só consideravel, embora incompleta, matéria prima do nosso folclore, como tambem, ao lado de alguns raros trabalhos especializados de síntese e interpretação, muitas observações que andam sepultas em revistas ou dispersas em livros, oriundas de penas patricias ou estrangeiras.

Pois bem: — Si de todo não puder vingar a idéia da fundação de um grêmio que se consagre exclusivamente aos estudos da nossa demopsicologia, tomo a liberdade de sugerir à Academia Brasileira de Letras, a qual já está prestando o grande serviço de organizar definitivamente um "Dicionário de brasileirismos", que instale sob a sua cúpola uma Secção de Folclore, afim de aproveitar o nosso material esparso, comentá-lo, desenvolvê-lo e sistematizá-lo a coordenação e republicação. Tem aquella egrégia e rica instituição a fortuna de contar no seu seio, entre outros espíritos de escol, dotados de sólida e brilhante cultura, assim como de comprovada capacidade de trabalho, a Afranio Peixoto, Gustavo Barroso e Osvaldo Orico, (126), que já evidenciaram conhecimentos profundos das nossas

---

(125 B) Trabalho recente e sobremodo interessante para o folclore é o de Bernardo Kordon, "Candombe—Contribución al estudio de la raza negra en el Rio de la Plata" (Buenos-Aires, 1938). E, para o estudo das modificações sofridas ali pela língua espanhola, é sobremaneira curioso o livro de Ricardo Monner Sans, "Notas al castellano en la Argentina" (Buenos-Aires, 1924).

(126) Pela "Rev. da Acad. Bras. de Letras" (1925, ns. 43, 45 e 48), em substanciosos e eloquentes discursos, já Amadeu Amaral demonstrou o lamentavel abandono em que se encontram em nosso país as investigações de





Olavo Bilac



tradições populares e amor decidido por essas pesquisas. Estão eles naturalmente indicados para a direção do patriótico tentame que propugno, e, com o notório poder de sedução que exercem em nosso meio intelectual, poderão atrair para o mesmo escopo outros seus colegas não menos eruditos. Nem se diga que tal departamento, por mim lembrado, poderia dentro em pouco tempo concluir a missão proposta e fechar-se. O manancial do folclore é inexaurível: — jorrará, enquanto viver o nosso povo, cuja imaginação é caudal perene, donde a ilusão estira as névoas que recebeu do passado, evapora novos rócios e iris, refracta sóis e luares, cria flores e miragens.

Urge não fiquemos, — a esse aspecto, como a tantos outros, — encarados como retardatários, perante o progresso de tais estudos nesta parte e na centro-setentrional do continente colombiano, nem continuemos a sofrer a vergonha de pesquisarem e saberem estrangeiros a nossa vida e a nossa evolução mais do que nós mesmos.

#### **b) O novo e auspicioso movimento literário do Brasil em torno da nossa demopsicologia**

O momento, que estamos atravessando, parece-me favorável ao desenvolvimento dos estudos do nosso folclore, si se observar o “motivo” que está predominando na literatura brasileira do século presente e dos dias que correm.

Em meu esboço biográfico e crítico sobre “Bernardo Guimarães” (1926), recensei (págs. 145-157), com desvelada paciência, as produções do ciclo da nossa literatura romântica e pre-naturalística, em

---

mitografia e formulou uma proposta para que o sodalício, do qual fazia parte conspícua, se constituísse órgão de concentração dos estudos folclóricos nacionais. Teve ela parecer favorável, firmado pelos srs. João Ribeiro e Gustavo Barroso. Mas até hoje não se deslibrou da ideiação para a materialidade da execução o excelente projeto. Em todo caso, nada mais faço, agora, do que corroborar-lhe a plausível e patriótica iniciativa.

que repontou o indianismo, ao lado do sertanejismo. Dessa fornada da padaria intelectual da centúria finda, pouco pão se salvou para alimento espiritual da geração de agora, porque nas côdeas havia muito fermento falsificado. Mas é fora de dúvida que essa feição esporádica das nossas letras concorreu, conforme assinaei atrás, para estimular as raras investigações do tradicionalismo pátrio, que apareceram então.

Com o advento da República, — além de um nacionalismo oportuno e sadio, que deu ensejo a produções doutrinárias, didáticas e sociológicas, como as de Afonso Celso Junior (“Porque me ufano do meu país”), Afrânio Peixoto (“Minha terra e minha gente”) e Oliveira Viana (“Populações meridionais do Brasil”, 1920), — abriu-se novo ciclo em nossas letras, o do praianismo e do sertanejismo, o qual afortunadamente perdura ainda, em plena e fúlgida fecundidade. De um lado, concorreu para tal surto a nova floração das pesquisas da nossa heurística, — cujo centro de cultura e irradiação é sempre o benemérito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — e, de outro lado, sobre os habitantes do interior da nossa terra, rígido cimento ainda não bem aproveitado para a soberba e grandiosa arquitetura dos nossos destinos, lançaram as luzes da sua ciência, da sua arte e do seu patriotismo Euclides da Cunha, com o vigoroso e impressionante quadro dos “Sertões”, Afonso Arinos (127), com al-

---

(127) Afonso Arinos estreou-se, no gênero, com o volume de contos “Pelo sertão — Histórias e paisagens” (1898) e “Os jagunços” (1898, 2 vols.), estes publicados sob o pseudônimo de *Olivio Barros*. Precedeu, assim, no histórico da campanha de Canudos, a Euclides da Cunha, cuja obra acima citada, “Os sertões”, é de 1902. Esta, entretanto, é que foi o toque de clarim do novo sertanejismo literário. Mas, si aquele trabalho de Arinos não teve maior repercussão no movimento que estava em latência, grangearam-lhe, contudo, justa nomeada os seus outros escritos: “Lendas e tradições brasileiras”, “O contratador de diamantes”, “O mestre de campo” e “Histórias e paisagens”, vindos a lume em 1917 os tres primeiros, e em 1918 e 1921 os últimos, todos póstumos, pois o egrégio escritor faleceu a 19 de fevereiro de 1916.

guns livros imperecíveis sobre a gente do nosso *hinterland* e sobre as tradições coloniais, e, finalmente, Olavo Bilac (128), com o cinzelamento das nossas lendas em versos imortais e com o empolgante brado de alarme em prol da nossa preparação para a defesa nacional.

Já, há alguns anos atrás, asseverei, no meu opúsculo "O grande doente da América-do-Sul", que, desgraçadamente, os nossos governantes têm cuidado mais da zootecnia do que da antropotecnia, esquecidos de que o melhor capital do Brasil é o homem do interior e do litoral (129). Já acentuei, em discurso proferido na Câmara Federal (a 31 de dezembro de 1926), que a população de talvez uma quinta parte do território nacional vive divorciada da civilização e da cultura do país, por exclusiva culpa nossa, pois lhe não fornecemos escolas, nem vias de fácil comunicação com os centros adiantados, nem sequer a subordinamos a uma polícia regular e a uma justiça integral (130). É imprescindível que se extingam de vez

---

(128) Além do "Caçador de esmeraldas", hino incomparável da nossa epopéia bandeirística, deixou também Bilac uma conferência lapidar, em prosa e versos, "Sobre algumas lendas do Brasil" ("Rev. do Brasil", n. 16, 1917, 366-381), que já citei e da qual muito me aproveitei atrás.

(129) No citado opúsculo, preconizei aos dirigentes do Brasil o lema que se contém nos versos de Whitman:

"I will make the most splendid race the sun  
Ever shone upon!"

e acrescentei que todo o nosso futuro depende de amalgamarmos sãbiamente os nossos heterogêneos elementos étnicos, desenvolvendo neles, uma vez transformados em normótipos definitivos e fortes, por meio da educação, as qualidades boas, e deles suprimindo, quando for possível, os defeitos originários.

(130) Servindo-me das conclusões do pequeno, mas profundo artigo de Almeida Bezerra, "O banditismo" — (Suas causas biopíquicas) " (in "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Paranaense", 1912, IV, 9-39), eis do que prevém e o que alimenta o cangaceirismo do nordeste: — *Causas cosmo-telúricas*: a estrutura geológica da zona do nordeste, à qual se sobrepõem o excessivo calor solar e as secas periódicas; *causas de imprevidência administrativa*: a falta de construção de açudagem contra o flagelo das secas, só incompletamente remediada, e a carência de rodovias, ferrovias ou electrovias, que ponham, de modo



o jaguncismo e o cangaceirismo, — expressões que rotulam a mesma e única enfermidade social, de inocultável gravidade, que nos está maculando o límpido apanágio da Pátria, — e urge que transformemos essa mórbida e nociva atividade dos nossos infelizes irmãos, ocupantes do *hinterland* brasileiro, em coeficiência para o engrandecimento sinérgico da terra comum (131). Em tudo quanto nos revela a his-

---

econômico, tanto os produtos do interior nos mercados de consumo e exportação, quanto os sertanejos em fácil e constante contacto com as populações cultas das cidades centrais ou litorâneas; *causas históricas, pesando ainda no status social presente*: os processos bárbaros da conquista e colonização da região, a escravidão dos índios e dos africanos, as guerras antigas, as revoluções populares (qual a dos “quebra-quilos”) e os levantes mais recentes (como a “sedição do Joazeiro”); *causas sociais e político-sociais*: a persistência do regime de solidariedade familiar e da vingança privada, herança do passado, não sopitada, nem transformada até agora; a existência de latifúndios, sem divisão regular das propriedades particulares; a falta de trabalho intenso e absorvente, na pecuária, na agricultura e na indústria; o aliciamento de cangaceiros por parte de candidatos políticos, que naqueles têm simultaneamente votantes e capangas; a falta de instrução e de educação; a imperfeita organização dos meios preventivos da segurança pública; a má distribuição da justiça e a contraproducente instituição do júri, que ali, ao invés de punir, anima a perpetração de crimes.

(131) Além dos já citados trabalhos de Euclides da Cunha e Afonso Arinos, publicou Manuel Benício “O rei dos jagunços — Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos” (1899). Depois desses, apareceram outros, mais recentemente, com relação aos cangaceiros do nordeste. Tais são os dos cearenses Gustavo Barroso, “Heróis e bandidos — (Os cangaceiros do nordeste)” (1917), e Ildefonso Falcão, “O secular problema do nordeste” (1917), o do pernambucano G. Pinto, “O sertão, a política e os cangaceiros” (1921) e do paraibano Carlos D. Fernandes, “Os cangaceiros” (1922); e, somente sobre o famoso padre Cícero e o seu reduto, conheço: “Beatos e cangaceiros” (Rio, 1920), do culto escritor dr. Xavier de Oliveira; “A sedição do Joazeiro” (1922), de Rodolfo Teófilo; “Sertão a dentro — Alguns dias com o padre Cícero” (1922), de L. Costa Andrade; o panegírico feito por Floro Bartolomeu (1923); “Joazeiro do padre Cícero — Cenas e quadros do fanatismo do nordeste” (1926), do professor paulista Lourenço Filho; e as referências que se encontram no magnífico trabalho “A psicologia do eleitorado brasileiro” (1926), de Cunha Mendes. Afóra escritos do dr. Sousa Brandão e do dr. Zenon Fleury Monteiro (“A’ margem dos Cariris”), acaba de aparecer um opúsculo do norte-riograndense Filipe Guerra

tória da conquista do interior, quer ao tempo da colônia, quer depois da nossa definitiva emancipação política, ostenta-se o heroísmo do mameluco paulista, a quem devemos cerca de tres quartos da área global do Brasil, evidencia-se a audácia do mestiço baiano, que penetrou intensamente na região central pela via fluvial do São-Francisco e por outras caudais e pagou pesado tributo de sangue em nossas guerras do Prata, e esplende a energia do curiboca cearense, que tem sido o verdadeiro desbravador da hiléia amazônica. Por que é que não aproveitamos esses elementos nacionais, cuja rija enfibramento vem das raízes pujantes do tronco avito? Por que é que não transmudamos o bandido, — cangaceiro ou jagunço, — em agricultor e criador? Não são milagres, que dependam de forças de telhas acima, pois outros povos do continente americano, o yankee e o argentino, resolveram, sem recurso à taumaturgia, problemas como esse, que ora nos envergonha perante o mundo cultural. Em vez de despendermos tantos esforços e tanta pecúnia exclusivamente com a colonização aliada e subvencionada (note-se que ao estrangeiro damos e liberalizamos tudo que negamos e recusamos ao nacional), — apliquemo-los também a favor dos nossos sertanejos e praieiros, fazendo-os exsurgir da miséria material, mental e moral, em que se encontram muitos deles, para uma atuação viril, de que são perfeitamente capazes, na dinâmica elevada da nossa marcha ascencional de povo jovem, consciente da sua força, orgulhoso da sua raça e clarividente construtor do seu porvir.

Essa imperiosa necessidade, que acabo de expor muito à ligeira, não somente se deduz dos graves estudos dos nossos raros sociólogos, que eu já citei, como ainda de fatos dos dias que correm, quais os que

---

(“Ainda o nordeste”, Natal, 1927), o deste último em defesa de tudo quanto se tem dito contra o banditismo daquela extensa região. Finalmente, o mesmo filão ainda foi explorado por Alencar Peixoto, em “Joazeiro do Cariri” (Fortaleza, 1913, “edição provisória”), e por Simoens da Silva, “O padre Cícero e a população do nordeste” (Rio, 1928).

se estão dando na zona nordestense, onde campeiam os restos do bando de “Lampeão”, zombando das tropas que os perseguem, e infere-se da preocupação da literatura destes últimos anos, em quasi todas as circunscrições políticas do país.

Parece que, nas duas últimas décadas, a partir do atrevido e pujante grito de alarme, lançado por Euclides da Cunha, porfiaram os nossos poetas e prosadores em exaltar os praianos e sertanejos das rechãs e aningaís, das campinas e florestas, apainelando-lhes as paisagens em que vivem, descrevendo-lhes as modalidades do *status* social e as expressões da atividade intelectual, para melhor focalizá-los ante os olhos dos que deveriam, desde muito, tê-los integrado em nossa civilização e em nossa cultura.

A seguinte sinopse é sem dúvida muito deficiente, mas abrange o que mais convém ao meu intento:

*Amazonas*) Além de Euclides da Cunha, que também se ocupou do vale imenso do nosso rio-mar, — escreveu Alberto Rangel “O inferno verde” (1908) e as “Sombras n’água” (1913); Quintino Cunha, os “versos norte-brasileiros” do “Pelo Solimões” (ed. de Paris, s. d.); Mário Guedes, “Os seringaís” (1915); Carlos Vasconcelos, os “Desherdados” (1921); Paulino de Brito, as “Histórias e aventuras”; Alfredo Ladislau, a “Terra imatura” (1923); Gastão Cruls, “A Amazônia misteriosa” (1925); Raimundo Moraes, “Na planície amazônica” (1926) (131 A); e Alberto Diniz, “No coração do inferno verde” (1927) (132).

---

(131 A) Raimundo Moraes produziu dois novos trabalhos de interesse para o nosso folclore: “O meu dicionário de cousas da Amazônia” (Rio, 1931) e “Paiz das pedras verdes” (ib., 2ª ed. em 1931). Livro de sumo interesse para a nossa demopsicologia é também o de Araujo Lima, “Amazônia — A terra e o homem — Introdução à antropogeografia” (vol. 104 da “Brasileira”).

(132) Entre os que se ocuparam da história, da geografia e da etnografia do Amazonas, devem ser citados os nossos patrícios João Batista de Faria e Sousa (que foi o Vieira Fazenda de Manaus), Luciano Pereira (“O rio Branco”,

*Pará*) O Pará mereceu sempre os altos carinhos de José Veríssimo, que deixou discípulos e continuadores em Artur Viana, Manuel Barata, Teodoro Braga, Chermont de Miranda, Henrique de Santa-Rosa e Bertino Miranda, embora estes dois últimos volvessem mais a sua atenção para o Amazonas; dos seus literatos, traçou Pompílio Jucá as narrações sobre “As ilhas — (Cenas da vida paraense)” (1901) (133), devendo-se a Marques de Carvalho os “Contos paraenses” e a Flexa Ribeiro o “Episódio trágico” — (Cenas da seca do norte do Brasil)” (1905); e dos seus poetas, cantou Acrísio Mota “A iara”, entoou José Luiz de Queiroz Jucá “As vozes do norte”, Teodoro Rodrigues as “Canções do norte” (1909) e Alberto Ruiz, os “Poemas” (133 A).

*Maranhão*) O Maranhão orgulha-se de Coelho Neto, que, em alguns dos seus burilados volumes, insculpiu lendas e feições nacionais, como no “Sertão” (1896), nos “Contos pátrios” e em “A Pátria brasileira” (1913 e 1914, de colaboração com Olavo Bilac), em “Senzalas” e no “Rei negro” (1914); Viriato Correia, que, desde os “Minarettes” (1903) e os “Contos do sertão”, não olvidou nunca mais a gente e a terra de Santa-Cruz, como se vê de “Nossa gente” e “No-

---

1917), Joaquim Gondim (“A pacificação dos parintintins”, 1925) e d. Frederico Costa, bispo do Amazonas, que, em sua “Carta pastoral” (1909), tratou longamente do nheengatú (págs. 157-249). Cumpre notar que, dos nomes citados no texto, Euclides era fluminense; Alberto Diniz, mineiro; Quintino Cunha, Carlos de Vasconcelos e Mário Guedes, cearenses.

(133) E’ este um dos trabalhos mais interessantes para o folclore paraense, porque encerra lendas, trovas populares, brasileirismos regionais, e trata ainda dos usos e costumes da população insular daquela parte da Amazônia.

(133 A) Interessam sobremaneira ao folclore paraense: “Lendas e fatos de minha terra” (Petrópolis, 1922), do padre dr. Hosannah de Oliveira; “Terra amante do equador” (Rio, 1931), de Ilná Pontes de Carvalho; “No pacoal de Carimbê” (Rio, 1933), de Bastos de Avila; e “À margem da visita pastoral” (Belem-Pará, 1933-1934, em 2 vols.), de d. Antônio de Almeida Lustosa.

velas doidas” (1921); Humberto de Campos, que tem lindos versos sobre as lendas do norte; d. Carlota de Carvalho, a autora do bem inspirado trabalho “O sertão” (1924); Cândido Pereira de Sousa Bispo (nome desconhecido aquí ao sul), que percorreu a pé o riquíssimo Jalapão (oasis luxuriante, sito entre Goiaz, Maranhão, Piauí e Baía), elaborando-lhe a descrição e esboçando, em “Campe-sinas”, regras para a vida do sertanejo; e, dentre os seus outros muitos homens de letras, de Francisco Serra e Astolfo Marques, que, na “Oficina dos novos”, têm sido os mais assíduos e competentes operários, fazendo ressaltar da incude as cintilas do tradicionalismo.

*Piauí*) No Piauí, Nogueira Paranaguá (que foi quasi um Tolstoi brasileiro), Matias Olímpio, Leônidas e Sá, João Alfredo de Freitas investigaram os mitos e os costumes populares, enquanto João Pinheiro (“A toa... — Aspectos piauienses”) fazia o mesmo quanto à linguagem dos seus patrícios do interior e Hermínio Castelo Branco tangia a lira sertaneja.

*Ceará*) No Ceará, — envaidecido berço de José de Alencar, de Alencar Araripe, de Capistrano de Abreu, do barão de Studart, de Joaquim Catunda e de Juvenal Galeno, — Rodolfo Teófilo, não satisfeito das glórias com que o aureolaram “A fome” (1890), “Maria Rita” (1897), “Condurú” e o “Paraoára” (1899), ainda se entregou à “História da seca” (1915 e 1922) e da “Sedição do Joazeiro” (1922), descrevendo também “Cenas e tipos” (1919) e a “Dansa do fogo” (1923); Gustavo Barroso (“Terra de sol”, “Praias e várzeas”, “Heróis e bandidos”, “Alma sertaneja”, “O sertão e o mundo”, “Mula-sem-cabeça”, “Casa de maribondos” e “Ao som da viola”), Xavier de Oliveira (“Beatos e cangaceiros”) e Leonardo Mota (“Cantadores” e “Violeiros do norte”) puseram em destaque a gente bravia e a gente pacífica, o novelário e o cancionista do nordeste; Ildefonso Falcão fez o confronto entre “Jeca-Tatú e Mané Chique-Chique” (1919); José Fortunato Brandão pers-



crutou a “Alma cearense” (1920); Antonio Sales tangeu os acordes de “Minha terra” (1919) e dos “Poemas do norte”, tendo estudado os costumes cearenses na novela “Aves de arribação” (1914); Sales Campos estudou “A poesia cearense no centenário” (1922); e Herman Lima tomou o “Tijipiô” para base dos seus contos sertanejos.

*Rio-Grande-do-Norte*) No Rio-Grande-Norte, — além dos trabalhos históricos de Rodolfo Garcia, Augusto Tavares de Lira e João de Lira Tavares, — Alfredo Bandeira fez poesias “Sertanejas” (1906); Eloi de Sousa conferenciou sobre os “Costumes locais” (1909); Henrique Castriciano ergueu lôas métricas à vida rural; Luiz da Câmara Cascudo, a mais de estudos folclóricos, recenseou, em “Alma patricia” (1921), o movimento poético do Estado; e Otoniel Meneses cantou o “Jardim tropical”.

*Paraíba*) Na Paraíba, — onde Irineu Joffily, Irineu Pinto, Manuel Tavares Cavalcanti e outros alqueivaram as messes históricas, — Rodrigues de Carvalho, afóra o “Poema de maio — (Cenários do norte)” (1901), colecionou o “Cancioneiro do norte” (1903); apresentou Manuel Madruga as suas “Oblações” (1907) ao cenário sertanejo; Celso Mariz perpetuou o que viu “Através do sertão” (1910); o padre Heliodoro Pires, além de tratar da conquista do nordeste, escreveu “A Iracema paraibana — (Lenda de Potira)” (1917); e Carlos D. Fernandes fixou páginas impressionantes sobre “Os cangaceiros” (1922), tendo-o precedido Coriolano de Medeiros, folclorista erudito e cujo drama “O tesouro da cega” (1921) versa sobre o banditismo regional.

*Pernambuco*) Pernambuco, — que tanto tem brilhado com os trabalhos de erudição de Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, F. A. Pereira da Costa e Nestor Diógenes, — conta mais os literatos Zeferino Galvão (“O cadete Bonifácio”, 1911) e Mário Sete (“Rosa e espinhos”, 1918; “Senhora de engenho”, 1921; e “Palanquim dourado”, 1923), resurreccionistas dos costumes pátrios, bem como

Alves Barbosa e Maciel do Prado ("50 contos por 3\$000", 1921), Ulisses de Albuquerque ("Ao sol do sertão", 1922) e França Pereira ("Terra patrum", 1924), que se devotaram às tradições. Pedro Câmara Campos é autor dos "Poemas sertanejos" (1921); Humberto Carneiro descreveu as "Praias do norte" (1924); e J. Pessoa Guerra tomou por tema "O vaqueiro do nordeste" (1924) (133 B).

*Alagôcs*) De Alagôas, — tirante o já citado opúsculo de Júlio Campinas, — apenas conheço as produções de Otávio Brandão ("Lagoas e canais", 1919), de L. Lavenère ("Zefinha" e "Pedro Cornélio", 1922), nas quais se vêem cenas e tipos evocados da vida rural, e de Craveiro Costa, que, em "O fim da epopéia" (1926), fez substancial trabalho sôbre a conquista do Acre (133 C).

*Sergipe*) Da mesma pequenina, mas *alma genitrix*, de que saíram Tobias Barreto, Sílvio Romero, João Ribeiro, Felisbello e Laudelino Freire, é o jovem Alberto Deodato, descritor de "Canaviais" e "Senzelas" (1919) (133 D).

*Baía*) Na Baía, — ao lado dos mais velhos mestres, que se chamam Braz do Amaral, Bernardino de Sousa, Teodoro Sampaio, Borges de Barros e Manuel Querino (os tres últimos já falecidos), — ful-

---

(133 B) A José Lins do Rego, jovem escritor pernambucano, deve-se uma série de romances, que correspondem ao "ciclo da cana-de-açúcar": "Menino de engenho", "Doidinho", "Banguê" (Rio, 1934-1935). A este ciclo poderia juntar-se o consagrado romance do sr. José Américo de Almeida, "A bagaceira" (Rio, 1928, já em 3ª ed., e acompanhado de "Glossário", págs. 292-305).

(133 C) De escritores alagoanos, seria grave injustiça não mencionar Jaime d'Altavila, cuja "Lógica de um burro — Novelas" (São-Paulo, 1924) interessa à vida sertaneja e traz algumas curiosas trovas populares (págs. 65-66).

(133 D) São também filhos da terra de Tobias Barreto: Joaquim do Prado Sampaio Leite, autor das "Lendas sergipanas" (1903); Mário Hora, que escreveu "Tabaréus e tabarôas — Contos sertanejos do nordeste" (1922); e Ranulfo Prata, a quem se deve "O lírio na torrente" (1925).

guram os novos, que são: Afrânio Peixto, além de folclorista, romancista da “Fruta do mato” (1920) e de “Bugrinha” (1922); Xavier Marques, autor do “Pindorama” (1900), do “Feiticeiro” (1922), de “Praieiros — Janna e Joel” (uma das melhores psicologações da nossa vida litorânea); Lindolfo Rocha, o novelista de “Iacina” (1907); Almáquio Diniz, lucubrador da tragédia sertaneja “O diamant everde” (1910); Alberto Rabelo, evocador das tradições regionais; João Gumes, autor do “romance de costumes sertanejos”, intitulado “O sampaulheiro” (Caiteté, 1927); e Prado Ribeiro, da “Vida sertaneja — Usos e costumes do sertão baiano” (Baía, s. d.) (133 E).

*Minas-Gerais*) Apresenta Minas, em primeiro lugar, grande e valiosa contribuição, tanto de poetas, quais Belmiro Braga (“Montesinas”, 1902), Mario de Lima (“Medalhas e brasões”), Carlindo Lellis (“Hélicon”, 1920), Luiz de Oliveira (“Sertanejas”, 1901, e “Cenários”, 1916), Francisco Lins (“Harpa das selvas”), Plínio Mota (“Flores mineiras” e “Cantilenas silvestres”), Franklin Magalhães (“Canções sanjoanenses”), Bernardino Vieira (“Terra natal”, 1918), Osório Dutra (“Terra bemdita”), Lindolfo Xavier (“Oásis”, 1917, e “Esperança”, 1927), Agripa de Vasconcelos (“Silêncio”, 1920) e Paulo Brandão (“A alma antiga”, 1922), cujos plectros ressoaram com

---

(133 E) São filhos da terra de Castro Alves: o dr. Dermeval Caffé, autor de “Águas barrentas” (Rio, 1927), onde estudou alguns dos aspectos mais curiosos do sertão baiano, banhado pelo São-Francisco; Eduardo Santos Maia, que, nos “Contos da minha terra” (Baía, sem data) — trata dos costumes baianos meridionais, especialmente os de Belmonte; Saturninus Aloysius (criptônimo), cujos “Fragmentos literários” (Baía, 1906), versam sobre hábitos e tipos populares da cidade do Salvador; Altamirando Requião, prosador de “Brutos e titãs — (Cenas da vida sertaneja)” (São-Paulo, 1923), romance em que estuda os costumes do nordeste baiano; e Lauro Palhano (pseudônimo de Juvêncio Campos, irmão do dr. J. da Silva Campos), autor de um dos mais interessantes romances que até hoje se traçaram sobre a vida proletária do Brasil, “O Gororoba” (Rio, 1931). Jorge Amado escreveu “Jubiabá” e “Mar Morto” (Rio, 1935 e 1936), da série “Os romances da Baía”.

as lendas e belezas da terra dos inconfindentes, como antes já o fizera o de Francisco Amédée Péret, em “Ouropretanas” e “Mineiras” (1893); quanto de prosadores, como Nelson de Sena (“Contos sertanejos”, 1902), Bento Ernesto Júnior (“Vida aldeã”, 1903), Aldo Delfino (“Tia Manuela”, “Cabra curado”, 1905, e “José Miguel”, 1911), Avelino Foscolo (“O caboclo” e “O mestiço”), Carmo Gama (“Contos mineiros”), Josaphat Bello (“Estudos mineiros”), João Lúcio Brandão (“Pontes & Comp.” e “Bom-Viver”), Carlos Góes (“Histórias várias”, “Histórias da terra mineira” e “O governador das esmeraldas”), José Antônio Nogueira (“País de ouro e esmeralda”), Soares de Faria (“Gente rude”), Estevão de Oliveira (“Crônicas e traduções”, onde ha os dois interessantes capítulos “Um reisado” e “Cenas da escravidão”), Godofredo Rangel (“Vida ociosa”, 1920), Gilberto de Alencar (“Névoas ao vento” e “Cidade do sonho e da melancolia”), Anibal Matos (“Bárbara Heliodora”), Pedro Saturnino (“Grupiáras”, 1923), Aguinaldo Pereira (“Lendário”, 1925), Benjamin Ramos César (“Varanda de Pilatos”, 1925), Odilon Azevedo (“Macegas”, 1924, e “Casa de cômodos”, 1926), Wellington Brandão (“Bonecas de pano”, 1926), José Avelino (“Teia de Penelope” e “Memórias de João Barriga”, 2ª ed., 1926 e 1927), Noraldino Lima (“No vale das maravilhas”, 1925) e Juscelino Barbosa (“Coisas da roça”, 1927), — que enalteceram as tradições e as opulências, a natureza-morta e a natureza-viva do grande e glorioso Estado montanhês (135 F).

Goiaz) Goiaz, — onde Pedro Gomes (“Na cidade e na roça”, 1924) se dedica às novelas regionais, e Olegário Pinto, da tribuna política e em opúsculos, à indiada, — desvanecese de outros três operosos talentos, quais: Henrique Silva, que além da história e da geo-

---

(133 F) Augusto de Lima Júnior, que é também poeta, publicou “A cidade antiga” (1931), referindo-se à de Mariana; e ao ilustre maranhense, dr. Godofredo Viana, que já governou o seu Estado natal, deve-se “Terra de ouro” (Rio, 1935), um dos melhores trabalhos sobre as tradições de São-José-del-Rei (hoje Tiradentes).

grafia, se ocupou com “A caça no Brasil central” (de que ha 2ª ed., “Caças e caçadas no Brasil”, aumentada de um vocabulário); Carvalho Ramos, autor de “Tropas e boiadas” (1922, 2ª ed.); e A. Americano do Brasil, colecionador do “Cancioneiro de trovas do Brasil central” (1925). Passam-se em Goiaz os episódios dos “Contos inéditos” (s. d.) de Crispiniano Tavares (cearense, conforme Blake).

*Mato-Grosso*) Mato-Grosso foi verdadeiramente revelado no presente século, quanto ao seu gentio e a uma consideravel porção do seu imenso território, pela patriótica missão Rondon, à qual já se deve uma centena de preciosas publicações, entre as quais a magnífica “Rondônia (1917), de Roquete-Pinto; e pelo colossal Estado do *far-west* mourejam nas letras filhos ilustres, como: Estêvão de Mendonça e Virgílio Correia Filho, infatigáveis cavouqueiros do passado; Feliciano Galdino, estilizador das “Lendas matogrossenses” (1919), e o egrégio prelado d. Aquino Correia, castiço cantor da “Terra natal” (1922, 2ª ed.) e da “Flor d’alelúia” (1926) (134).

*Espírito-Santo*) Honra-se o Espírito-Santo com o ter sido berço de Afonso Cláudio, que, além de outras memórias, deixou a “História da literatura espirito-santense” (1913); com Amâncio Pereira, autor dos “Homens e cousas espirito-santenses” (1914); e com o padre Antunes de Siqueira, que estudou os “Usos e costumes do povo espírito-santense”.

*Rio-de-Janeiro*) São cariocas ou fluminenses: — Gastão Cruls, cuja aprimorada cultura fulge em “Coivára” (1920) e em “A

---

(134) Ainda mereceu o bem feito volume de H. Pereira da Cunha, official de marinha, que acompanhou Roosevelt na excursão ao nosso *far-west*, — “Viajens e caçadas em Mato-Grosso” (1918). Creio ser também matogrossense o escritor Arnaldo Serra, autor de “Páginas íntimas — Contos regionais” (São-Paulo, 1929). Um dos filhos do nosso grande Estado ocidental, que mais o honram hoje pela fecunda cultura, é o desembargador José de Mesquita, a quem se deve, afora outros escritos de valor, o belo trabalho “A cavallhada — Contos matogrossenses” (Cuiabá, 1928).



Amazônia misteriosa" (1926); Reis Neto, que nas "Notas de um marujo", "Teresa-Pansa" e "Recôncavos da costa do Brasil", explorou o rico filão das lendas marítimas; Eugênio de Castro, autor de "Terra à vista" (1920); e Gastão Penalva (capitão-tenente Sebastião de Sousa), a quem se devem, entre outros volumes sobre diversos assuntos, o intitulado "Fora do mundo" (1922), sobre a nossa gente praiana, e que reuniu a história anedótica da marinha brasileira de todas as épocas em alguns livros, "Botões dourados" (premiado pela Academia Brasileira de Letras), "Patescas e marambáias", "Figuras de proa" (todos de 1924) (134 A).

São-Paulo) Trouxe São-Paulo inestimável quinhão de gemas ao escrínio do nosso sertanejismo literário, quer com os seus poetas, Vicente de Carvalho (que evocou "A partida da monção" e também escreveu em "Luizinha", 1924, sobre os praianos), Batista Cepelos ("Os bandeirantes", 1905, e "A derrubada"), Eurico de Gois ("Os sertanistas"), Mario de Azevedo ("Vigílias", 1920), Paulo Setúbal ("Alma cabocla", 1920) (135), Ricardo Gonçalves ("Ipês", 1921), Paulo Gonçalves ("Iara", 1922), Guilherme de Almeida ("Raça") e Ernani de Cunto, "O roteiro imprevisto" (1927); quer com os seus prosadores e prosadores-poetas, quais: José Piza ("Contos da roça", 1900), Batista Coelho ("Os caçaras", 1917); Carlos da Fonseca ("Vida rústica", 1918); Leôncio de Oliveira ("Vida roceira", 1919, 2ª ed.); Francisco Diamante ("Na roça", 1919); Menotti del Picchia ("Juca Mulato", 1919, 2ª ed.); Veiga Miranda ("Mau olhado",

---

(134 A) Honrando o nome paterno, Albertô Lamego Filho entregou à publicidade um interessante trabalho, "A planície do solar e da senzala" (Rio, 1934), enriquecido por um prefácio de Oliveira Vianna. Fluminense também é Nóbrega da Cunha, autor de "A macumba".

(135) Paulo Setúbal enveredou para o velho histórico, publicando "A marquesa de Santos" (1925), "O príncipe de Nassau" (1926), "As maluquices do imperador" (1927) e outros trabalhos que marcarão em nossas letras quanto agrada a ressurreição do passado por uma inteligência bem cultivada.

1919, e "Redenção", 1922); Manuel Mendes ("Painéis bárbaros", 1919, e "Sorumbá", 1926); Valdomiro Silveira ("Os caboclos", 1921); Cornélio Pires ("Conversas ao pé do fogo", 1921, "Quem conta um conto...", "Cenas e paisagens da minha terra", "Tragédia cabocla", "Musa caipira", 1910, e "Seleta caipira", 1926) (135 A); Monteiro Lobato ("Urupês", "Os negros" e "Sací-pererê"); Jerônimo Osório ("Ana Rosa", 1920); Oliveira e Sousa ("Piraquaras", 1921); Manuel Vitor ("Os dramas da floresta virgem — Romance regional brasileiro"); Armando Caiubi ("Sapezais e tiguerras", 1921); Otomiel Mota ("Selvas e choças", 1922); Assis Cintra ("Alma brasileira", 1922); Mario Pinto Serva ("Pátria nova", 1922); Bento Arruda ("Por campos e matas", 1925); Plínio Salgado ("O estrangeiro", "A anta e o curupira", 1926); e Antônio Constantino ("Este é o canto da minha terra...", 1927) (136).

---

(135 A) Cornélio Pires escreveu mais: "Mixórdia" e "Patacoadas" (ambos com 2ª ed. em 1927). São também paulistas: Paulo Pinto Machado, autor de "Joaquim Mathcus — (O feitiçeiro) — Novela" (São-Paulo, 1930); e Edmundo Amaral, cujas "Rótulas e mantilhas" (São-Paulo, 1932) interessam sobremaneira ao folclore paulista. Não menos interessantes são ainda: "Martim-Cererê" e "Borrões de verde e amarelo", de Cassiano Ricardo; "Mixuângos", "Nas serras e nas furnas" (com "vocabulário"), de Valdomiro Silveira, que promete outro livro, "Leréias".

(136) Benjamin de Garay estampou em "La Unión", de Buenos-Aires, com a data de 8 de setembro de 1921, um artigo (que apareceu traduzido na "Revista do Brasil", n. 73, págs. 70-71) sobre "O movimento paulista na literatura brasileira", no qual tratou dos prosadores e poetas que se agruparam em torno de Monteiro Lobato, e fez a este a justiça de proclamar que não editava obra alguma que não fosse "uma expressão da alma brasileira". Atribuiu à opulência da terra dos bandeirantes o nacionalismo dos seus jovens escritores e pôs em destaque a verdade de que o movimento paulista exerceu poderoso influxo nas outras unidades políticas do Brasil, onde os novos intelectuais revelavam então o cuidado de descrever as coisas da pátria e de animar o passado da raça, "fazendo ressaltar os belos gestos e as serenas atitudes da nacionalidade". No sertanejismo literário do século atual, ha duas garras aquilinas: "Os sertões", de Euclides da Cunha; e os "Urupês", de Monteiro Lobato. Deixaram sulco, fizeram escola e atraíram prosélitos.

*Paraná*) No Paraná, — onde Ermelino de Leão e Francisco Negrão pontificaram no altar da história, — Alcibiades Plaisant descreveu o “Cenário paranaense” (1908); Nestor Victor alcandorou a “Terra do futuro” (1913); Silveira Neto clangorou ante os “Saltos do Iguassú”; Romário Martins, ante as “Ruínas”; Jaime Reis pesquisou a “Etnologia paranaense” e Telêmaco Borba a “Atualidade indígena” (1908); Niepce da Silva ouviu “As aves”; e Serafim França entoou os “Cantos da linda terra dos pinheiros” (1922); Jaime Balão Junior descreveu a “Seara morta” (1925); Eurico Branco Ribeiro estudou as tradições correntes “A’ sombra dos pinheirais” (1925), burilando uma delas na novela “Gralha azul” (1927). De 1919 é o interessante opúsculo de Leônidas de Loiola, “Urupês e o sertanejo brasileiro”.

*Santa-Catarina*) Em Santa-Catarina, — onde ha uma operosa trindade, os irmãos Boiteux (de Lucas é a “Poranduba catarinense”), consagrada à história regional e da Patria, — além de Crispim Mira, cuja “Terra catarinense” (1920) encerra valiosa contribuição para o nosso folclore, quasi não ressoaram tiorbas, nem surdiram prosadores, que imitassem o sadio exemplo de Virgílio Várzea, cuja predileção se applicou à gente praiana em “Rose-Castle” (1893) e “Mares e campos” (1895), em “George Marcial” (1901) e “Nas ondas” (1910).

*Rio-Grande-do-Sul*) O Rio-Grande-do-Sul, — onde se deu ultimamente impulso às investigações históricas e etnográficas, nas quais se têm salientado Sousa Doca, Eduardo Duarte, Cezimbra Jacques, Otávio Augusto de Faria e A. C. Lima, — ha radiosa plêiade (da qual poucos astros se sumiram no além-túmulo) de moços devotados à literatura regional, isto é, ao gauchismo, como se verifica pelas produções seguintes: “Tapera” (1910), “Ruínas vivas” (1911) e “Alma bárbara” (1912), de Alcides Maia (137); “Antônio Chimango”,

---

(137) Alcides Maia, em seu livro de estréia, “aplaudiu os esforços de se coordenar o nosso folclore”, conforme observa Artur Mota (“Vultos e

de Amaro Juvenal (pseudônimo de Ranfiro Barcelos); "Recordações gauchas" (1905, 2ª ed.), de Luiz Araujo Filho; "Cancioneiro guasca" (1910), "Contos gauchescos" (1912) e "Lendas do sul" (1913), de J. Simões Lopes Neto; "Os gauchos" (1920-1921), de Múcio Teixeira; "Nas coxilhas" (1912), de João Fontoura; "No galpão", de Darcí Azambuja; "Pampa — Episódios regionalistas" (1925), de João Máia; "Brumas da minha saudade", de Márcio Dias; "Gauchadas e gauchismos" (2ª ed., s. d.), de Piá do Sul (pseudônimo de Felix Contreira Rodrigues); "Cantares da minha terra", de Manuel do Carmo; "No pago — Manchas pampeanas" (2ª ed., 1926), de Clemeenciano Barnasque; "Pampa" (1919), de Silvio Júlio (137 A); "Rumo aos pagos — Poemeto regionalista" (1925), de M. Faria Corrêa; "Tropilha crioula" (2ª ed., 1926) e "Joá" (1927), de Manuel Vargas Neto; "Minha terra", de Rui Cirne Lima; "Terra convalescente", de Mansueto Bernardi; "Querência" (1925), de Antônio Vieira Pires; "Terra gaucha", "Terra natal" (1920), "Rincão" (1921, 2ª ed. 1924), "O drama das coxilhas" (1923), "Vocabulário gaúcho" (1926) e "Quero-quero — Cenas crioulas" (1927), de Roque Calage; "O gaúcho" (1927), de Paulo de Freitas; "Alma viva do Rio Grande"

---

livros", 1ª série, pág. 101), e, segundo este mesmo seu biógrafo, tem em preparo "Lendas do sul — Folclore gaúcho — (Lendas do período colonial, impressões das missões dos jesuitas, lendas hispano-portuguesas e particularmente riograndenses". E' pena não ter vindo a lume, até agora, esse trabalho do consagrado escritor patricio, que ha muito se dedica às tradições da terra natal, pois, já em 1915 (v. "Anais da Bibl. Nac.", 1923, XL, pág. 188), realizou aqui uma conferência sobre "Lendas do Sul", da qual, entretanto, não forneceu o manuscrito ao diretor da Biblioteca Nacional, privando-nos, assim, do conhecimento de uma contribuição folclórica por certo valiosa.

(137 A) Silvio Júlio é pernambucano. Mas no "Pampa" (1919) inseriu muitos versos folclóricos, relativos ao Rio-Grande-do-Sul (págs. 68-87, 128 a 143, 204, 220-221 e 276-294). Além do excelente trabalho intitulado "Os fundamentos da poesia brasileira e os processos de sua evolução" (Rio, 1929), ainda deu à estampa, recentemente, o volume "Terra e povo do Ceará" (Rio, 1936), de valia inestimavel para o nosso folclore.

(1927), de Jorge Salis Goulart; e “Terra impetuosa” (1927), de Pedro Vergara (138).

Não pude averiguar o berço de alguns outros escritores patrícios, cujas obras se enquadram no ciclo de que estou dando esta singela notícia bibliográfica. São apenas os seguintes: — Alfredo Polly, “Os boruns — Recordações selvagens”, (1908); Henrique Gunen, “Pedro Jagandeiro”; Tranquilino Leitão, “Tradições e reminiscências”; Plínio Santos; “Páginas do sertão”; W. Saint-Cair de Castro, “O crime do sertanejo” (1923); Nios (pseudônimo de d. Nina Felício dos Santos), “Colhendo — Romance de costumes paulistas” (1914) e “O Acre”; Benjamin Franklin de Albuquerque Lima, “Através do passado” (1916), livro em que ha descrições do sertão brasileiro; Fontoura Costa, “Caipiradas”, (1927); e Luiz Franco, “Ao sol do trópico” (1913) (139).

E', como se vê, um bandeirismo todo espiritual, em plena fecundidade e com firmes augúrios de não ser descontinuado. Ao in-

---

(138) No vocabulário, e, portanto, na novelística, e no camcioneiro do Rio-Grande-do-Sul, salta aos olhos a influência hispano-americana, exercida pelo Uruguai e pela República Argentina. Intelectualmente, — como, talvez, por outros aspectos da sua sociografia, — é força reconhecer, ou, antes, é doloroso confessar que a terra gaucha sofre muito a atuação platina, sem deixar de ser brasileira (\*).

(139) Ao fazer a revisão deste trabalho, julguei dever inserir aqui mais alguns apontamentos, que, colhidos já tarde, deixam de ir nos pontos apropriados, afim de não me obrigar a uma incômoda alteração nos números-índices das notas. Assim, sobre “brasileirismos”, cumpre-me ainda mencionar: — “Brasileirismos e supostos brasileirismos” (1932), do dr. Pedro A. Pinto; “Nomes de aves em língua tupi” (1913) e “Nomes geográficos peculiares ao Brasil (“Rev. de Língua Portuguesa”, III), de Rodolfo Garcia; “Palavras de todos” (jornais de Curitiba), de Raul Gomes; “Vocabulário popular mineiro” (Almanaque Brasileiro Garnier para 1912”, 404-406), de P. H. Sousa-Pinto; “O

---

(\*) Em “Relíquias da memória” (São-Paulo, 1920), à pág. 71, Canto e Melo assim se refere à preferência de um gaúcho pelo idioma castelhano: — “Era brasileiro; mas, como a maioria dos brasileiros, àquele tempo estabelecidos na fronteira, falava exclusivamente o espanhol e timbrava em ignorar a língua do seu país”.



vés da penetração nas caatingas e matas virgens, para a escravização dos selvagens ou para a caça das divícias metálicas, — estão os pioneiros de agora a revelar o brasileiro do interior, diamante bruto que apenas reclama a lapidação da cultura para que se valorize e rebrilhe no estema da Pátria, e afanam-se a perscrutar-lhe os tesouros da inteligência e do coração, onde, ao lado das arestas cascalhosas de erros e vícios, de que têm eles menos culpa do que nós, avulta tanta riqueza de virtudes.

Convoquemos para a nossa mitografia os esforços desses bandeirantes intelectuais, quasi todos fortunosamente vivos e, pela maior parte, na flórea primavera da existência. Digamos-lhes, sobretudo aos que ainda não o sentiram, que o estudo do folclore proporciona prazeres compensativos das fadigas que demanda. Mostremos-lhes,

---

Acre no domínio do folclore" (ib., 1914, 472-473), de Juventino Magalhães; e "Brasileirismos" de Afrânio Peixoto saíram primeiramente na "Rev. de Filologia Portuguesa" (ns. 6 a 9) e depois em separado (São-Paulo, 1924) (\*). A "Rev. de Língua Portuguesa" (1925, n. 38 e seguintes) deu à estampa os "Adágios, provérbios, rifões e anexins", colecionados por J. A. Teixeira de Melo. E o "Almanaque Brasileiro Garnier" inseriu mais os seguintes artigos, que merecem citados: — "No domínio do folclore, o Ceará" (1910, 281 a 285; e 1912, 410-412), de José Carvalho; "Folclore do Brasil central" (1911, 412-416), de Henrique Silva; "Adivinhações" (1912, 404-406), de J. C. Carneiro Monteiro; e "A. B. C." (1914, 469-470), de Antonio Salles. As "Trovvas indígenas", colecionadas e comentadas por Afrânio Peixoto, foram também insertas no volume "Publicações da Academia Brasileira — Clássicos brasileiros — I — Literatura — Primeiras letras" (1923), págs. 233-265. O esplêndido labor de Olavo Bilac, "Sobre algumas lendas brasileiras", foi enfeixado no volume "Últimas conferências e discursos" (1924), págs. 316-335. Gustavo Barroso, um dos que mais se votam aos nossos estudos mitográficos, publicou recentemente um precioso volume, com o título "Através dos folclores". E, finalmente, João Ribeiro, mestre em filologia e em mitografia, deu a lume as suas "Curiosidades verbais", onde se encontram dois interessantes capítulos (págs. 120-127), sobre o "tabú" e o "tótem".

---

(\*) São muito dignos de leitura os artigos de Zequinha Melo, que, epigrafados "Brasileirismos", saíram, a 11 e 14 de outubro de 1922, no periódico "A Serra", de Timbauba, Estado de Pernambuco.

enfim, que as tradições, que o opulentam e aformoseiam, — lendas, contos, fábulas, adágios, adivinhas, jogos infantis, poemetos e trovas, — constituem verdadeiros *tests* da inteligência assimiladora, transformadora e criadora, sempre lúcida e vivaz, que distingue o nosso mestiço em toda a extensão do país, e que a carinhosa rebusca dessas fórmulas de atividade mental e o constante contato com o nosso povo é que nos possibilitarão conhecê-lo melhor e amá-lo mais sinceramente, habilitando-nos, assim, a que também mais eficientemente cooperemos, — com ele, por ele e para ele, — no robustecimento do caráter nacional e na exaltação sinérgica da alma nacional (139 A).

#### BASILIO DE MAGALHÃES.

---

(139 A) Deixei de citar e aproveitar no presente escrito um número bastante considerável de peças folclóricas, creio que todas inéditas, das quais sou possuidor. Tem-me faltado lazer suficiente para concatená-las pelos assuntos que versam, bem como para submetê-las a um rigoroso exame do vocabulário e da métrica. Pois umas são em prosa e outras são em verso. Algumas foram colhidas diretamente em meu Estado natal (Minas-Gerais); outras, devo-as à cativante amabilidade do meu ilustre e prezado amigo sr. Urbino Viana, e são da zona mineiro-baiana do São-Francisco; muitos, porém, cantigas e historietas infantis, estrangeiras e brasileiras, foram-me gentilmente apresentadas por uma competente professora, d. Carlota R. Bogert dos Santos, devotada cultora do folclore, residente nesta capital, e que as reuniu quer em sua terra natal (os Estados-Unidos da América), quer em Sergipe, onde morou. Trabalhando exaustivamente aos 65 anos de idade, só as poderei incluir em obra de mais fôlego, quando, por força de lei e liberalidade da “pálida fechadora do caminho da existência”, chegar eu a fruir o chamado *otium cum dignitate* — Rio, 15-X-1939 (\*).

---

(\*) Vejam-se adiante, págs. 337-349, as minhas “Notas complementares”.

**CONTOS E FÁBULAS POPULARES DA BAÍA**

**COLIGIDOS**

**POR**

**JOÃO DA SILVA CAMPOS**



---

---

## EXPLICAÇÃO CONVENIENTE

Dos contos populares do Brasil que Sílvio Romero coligiu, nenhum figura neste volume, sinão sob mui diferente versão. Em alguns deles, encontram-se episódios de vários dos enfeixados no trabalho do grande polígrafo sergipano.

Colhi-os todos, diretamente, da versão popular; e quasi todos em mui restrita área do Recôncavo da Baía, região em que se encontra, ainda inexplorada, incalculavel riqueza folclórica: tradições históricas, contos, lendas, cantares, credices e usanças.

Quanto me foi possível, reproduzi com fidelidade o linguajar do povo, copiando, muitas vezes, cacofonias, corruptelas e solecismos.

Incluí na presente coletânea simples anedotas e historietas: — “A preguiça”, “O papagaio pelado”, “A cascavel e a surucucú”, “Os dous feiticeiros”, e meia dúzia mais, talvez. Parece-me que não destoam do plano da obra.

Muitos desses contos, — é asserção prévia das vovós e titias, *contadeiras de histórias*, ao referi-los, — *são bobagens para fazer menino dormir* ou *para exemplo de criança malouvida*. Tais: “A menina e o quibungo”, “O menino e o assovio”, “O bicho cumunjarim”, “O bicho-homem”, “Titi-Marûê” e outros.

Não cogitei da difícil tarefa de classificar, pelo critério da origem, a matéria deste livro. Isso caberia a um erudito.



## I

### A RAINHA DAS ONÇAS

Era um dia uma moça muito pobre, que tinha um filhinho. Uma vez, não tendo comida nenhuma para dar ao menino, agarrou-o e saiu de casa desesperada da vida, disposta a ir atoa pelo mundo a fora. Em vez de seguir a estrada real, tomou por um atalho, perdendo-se no mato.

Quando já tinha andado muito, encontrou um velho, que lhe disse:

— Ih! minha filha, você por aquí vai dar na casa da onça-verdadeira, que é a rainha das onças.

— Ou! meu velho, que é que hei de fazer? Não sei caminho nem carreira; já estou perdida nestas brenhas, e o jeito que tenho é ir aonde Deus quizer me levar.

E contou-lhe o motivo que a obrigava a andar por aqueles fins de mundo.

— Está bem, disse-lhe o velho. Quando você chegar na casa da rainha das onças, há de ver uma muito grande, sentada na porta. E' essa. Salve *ela* e diga que foi pedir para ela ser madrinha de seu filho.

A moça despediu-se do velho, depois de lhe ter agradecido muito o conselho e toca a andar. Andou, andou, até que deu naquele campo vasto, de admirar, tendo ao meio uma casa muito grande, que parecia um convento, rodeado de uma porção de onças. Na porta estava uma, que era um mundo, de enorme, sentada, lambendo as patas. Com muito receio, a moça chegou perto dela, levando o filhinho pela mão, e disse:

— Bom dia. Eu vim aquí pedir a vosmicê para ser madrinha deste menino.

A onça-verdadeira, com a cara muito fechada, sem dizer palavra, pôs-se a olhar para a moça e para o filho. E as onças todas, que estavam por ali, ficaram também muito quietas, olhando para os dois.

Afinal, a verdadeira disse que sim. Pegou na criança, deu-lhe uns tombos, à maneira de afagos, e mandou a futura comadre entrar. A moça obedeceu, ficando em pé num canto da sala, sem largar o filhinho.

Passado algum tempo, a rainha das onças perguntou-lhe si queria comer. Respondeu a moça:

— Ou! si vosmicê me der, eu quero.

Então a onça-verdadeira mandou buscar um pedaço de carne sapecada, muito dura e um punhadinho de farinha. A moça comeu aquele tiquinho de comida com o filho e ficou alí sossegada, sem dizer palavra, sentada ao chão, com o pequeno no colo. E as onças, bem de seu, sem se importarem com ela; umas entrando, outras saindo; umas carregando água, outras rachando lenha, outras cozinhando.

Quando foi de noite, a onça-verdadeira deu umas palhas para ela fazer a sua cama mais a do filho. Pela manhã muito cedinho, varreu a casa toda, varreu o terreiro, depois acendeu o lume. Que, quando as onças acordaram, só tiveram o trabalho de botar a comida no fogo.

A verdadeira tornou a lhe dar aquele pedacinho de carne sapecada com um punhadinho de farinha, para ela e o filho. Depois disse:

— Comadre, você fique estes dias aquí comigo, para então se fazer o batizado do menino.

A moça disse que sim. Falava sòmente quando a comadre lhe perguntava alguma coisa. Todos os dias de manhã, arrumava e varria a casa e acendia o lume.

Passado algum tempo, efetuou-se o batizado do menino. A moça disse então à rainha das onças:

— Comadre, vosmicê agora me dê licença para amanhã eu ir *mimbora*.

No outro dia, a onça-verdadeira mandou ver um cavalo com dois caçuás, encheu-os de muita roupa e muito dinheiro para o afilhado, dando-lhe também uma trombeta. A moça despediu-se da comadre

e de todas as outras onças, com muitos agradecimentos, e saiu por ali a fora mais o filhinho, puxando o cavalo pelo cabresto.

Assim que ela entrou no mato, o velho tornou a lhe aparecer e disse:

— Moça, as onças, agora, vão atalhar você no caminho, para *lhe* matar. Mas não tem nada.

Então ensinou-lhe o que devia fazer, concluindo:

— Assim elas *lhe* deixam ir em paz com seu filho. Todos os que têm ido lá são comidos por elas, na volta, porque não sabem o que eu acabo de ensinar a você.

Já havia andado um bom pedaço, quando a onça-verdadeira, que tinha corrido com as outras para atacá-la no meio do caminho, gritou de lá de dentro do mato:

— Minha comadre!... Oul minha comadre!...

A moça respondeu, conforme o velho lhe ensinara:

— “O que quereis comigo,  
Onça — verdadeira?”

Disse a onça:

— Quando você chegar em casa, que seu pai e sua mãe perguntarem quem foi que *lhe* tratou, quem foi que *lhe* zelou, o que é que você diz?

A moça:

— “Eu hei de dizer  
Que quem me tratou,  
Que quem me zelou,  
Foi quem come boi,  
Quem come cavalo,  
Quem come mocó.”

Muito satisfeita, gritou a onça:

— Bravo, minha comadre! Toque a trombeta!....

Ela tocou:

— Esta trombeta é de mongolô...  
Este cavalo é de mongolô...  
Este cabedal é de mongolô...”

Meteu o pé no caminho, meteu o pé no caminho, que ia mesmo voando. A onça-verdadeira correu, correu, com as companheiras, indo atalhá-la de novo adiante. Tornou a chamá-la e a fazer-lhe a mesma pergunta, respondendo a moça tudo direitinho, como da primeira vez. Aí as onças voltaram, deixando-a ir-se embora.

Chegou em casa muito contente, referindo minuciosamente aos pais o que lhe acontecera. Fez logo um sobrado muito grande, muito bonito, para morar com eles, botou o filho nos estudos e ficou vivendo como rica, com os cabedais que a onça-verdadeira dera ao afilhado.

Ora, uma vizinha, com inveja de vê-la enriquecer assim da noite para o dia, começou a empecer com ela para que lhe dissesse como tinha achado tanto dinheiro, de repente. Deu em cima da moça, deu em cima da moça, até que ela lhe contou tudinho, tim-tim por tim-tim.

A vizinha pegou no filho, dizendo que ia procurar também a casa da rainha das onças, para ser sua comadre e ficar rica. Mas, chegando lá, muito malcriada e orgulhosa que era, procedeu exatamente ao contrário de quanto a moça lhe ensinara. Não varreu nem arrumou a casa, não acendeu o lume, nem nada. Quando lhe deram a comida, reclamou, dizendo que aquilo era pouco, que ela não era pinto; que aquela carne era muito dura e a farinha estava mofada. Ao lhe darem as palhas para se deitar, gritou:

— Eu não sou cachorro para dormir no chão, em cima de palha...

Só vivia rindo e caçoando das onças:

— Credo! Nunca vi onça rachar lenha!... *Te* arrequeiro! Nunca vi onça com pote d'água na cabeça!... Cruz! Eu te arrenego!... Nunca vi onça varrer casa!...

E assim por diante.

Mal se acabou de fazer o batizado, ela disse à comadre que queria ir-se embora. A onça mandou ver um cavalo, encheu os caçóas de roupa e de dinheiro e deu-lhe uma trombeta. A mulher nem se

despediu da comadre. Pegou no filho, escanchou-o nos quartos, e foi puxando o animal pelo cabresto, sem olhar para trás.

Quando já estava bem no meio da mata, ouviu a onça-verdadeira gritar:

— Comadre!... Ou! minha comadre!...

Ela respondeu:

— Pra lá, anzol! eu te desconjuro!...

A onça tornou:

— Quando você chegar em casa, que seu pai mais sua mãe perguntarem quem foi que *lhe* tratou, quem foi que *lhe* zelou, que é que você diz?

Exclamou a mulher:

— Vai-te para as areias gordas, onde morreu a primeira baleia... Ave Maria!

E assim tornou a dizer, quando, adiante, a onça-verdadeira a chamou pela segunda vez. Então as onças todas saíram do mato, sangraram-na, bem como ao menino, botando os dois corpos em cima do cavalo. Chegando à casa, fizeram aquela fogueira enorme, assaram-n-os e comeram-n-os, bem de seu.

## II

### A ONÇA E O BODE

O bode foi no mato procurar lugar para fazer sua casa. Andou, andou, até que achou um sítio bom. Roçou-o e foi-se embora. A onça, que também tinha saído com a mesma idéia, chegando no mato e encontrando aquele lugar roçado, exclamou:

— Oh! Nosso Senhor está me ajudando! Já tem aqui um lugarzinho limpo.

Cortou a cumieira, os esteios, caibros e ripas, carregou-os, botou-os no ponto escolhido e foi-se embora. No outro dia, veio o bode



e, ao dar com toda a madeira já pronta, ficou muito admirado, dizendo:

— Oh! Nosso Senhor está me ajudando!

Armou a casa e foi-se embora. No dia seguinte, veio a onça e ficou de boca aberta, quando viu a casa armada, dizendo muito satisfeita:

— Oh! Nosso Senhor está me ajudando!

Cobriu a casa e foi-se embora. Veiu o bode no dia imediato e disse:

— O que? Nosso Senhor está mesmo me ajudando!

Tapou a casa, indo mais que depressa buscar os cárregos. Vindo a onça, achou a casa acabada. Correu e foi igualmente buscar os seus trastes. Quando chegou de volta, já o bode havia posto os cacarecos dentro de casa e estava espichado no meio da casa, bem de seu.

— Ah ! Era você, amigo bode, que estava me ajudando ?

— Ah ! Era você, amiga onça, que estava me ajudando ?

— Bem, amigo bode, agora nós vamos morar juntos.

O bode ficou muito desconfiado; mas não teve outro jeito, sinão morar com a onça, para não perder o seu trabalho, vivendo sempre com a pulga atrás da orelha. Então os dois tizeram contrato de cada um ter a sua semana para ir caçar.

Um dia, a onça, indo à caça, matou um cabrito. Quando chegou no meio do terreiro, jogou-o ao chão e disse para o companheiro, roncando no peito:

— Amigo bode, vá tratar este bichinho, que eu trouxe para nós *comer*.

O bode ficou tremendo de medo; mas se fez de cavaleiro. Preparou o cabrito e botou-o na mesa. A onça encheu bem a barriga: o bode, porém, não quis comer, dizendo que estava doente.

No outro dia, o bode foi caçar. Chegando no mato, encontrou uma onça, que alguns homens haviam matado. Pelejou, pelejou, puxa

daquí, puxa dacolá, até que, a muito custo, trouxe-a até ao meio do terreiro. Largou-a, e disse, cheio de empáfia:

— Amiga onça, vá tratar este bichinho, que eu trouxe para nós comer.

A onça ficou muito espantada e perguntou:

— Amigo bode, como foi que você matou esta onça?

— Ora, ora... Matando !... — respondeu o bode.

Porém, insistindo sempre a onça em perguntar-lhe como havia matado a companheira, disse o bode:

— Eu enfiei este anel de contas no dedo, apontei-lhe o dedo, e ela caiu morta.

A onça ficou toda arrepiada, olhando o bode pelo rabo do olho.

Depois de algum tempo, disse o bode:

— Amiga onça, eu lhe aponto o dedo...

A onça pulou para o meio da sala, gritando:

— Amigo bode, deixe de brinquedo...

Tornou o bode a dizer que lhe apontava o dedo, pulando a onça para o meio do terreiro. Repetiu o bode a ameaça e a onça desembandeirou pelo mato a dentro, numa carreira danada, enquanto ouviu a voz do bode:

— Amiga onça, eu lhe aponto o dedo...

Nunca mais a onça voltou. O bode ficou, então, sòzinho na sua casa, vivendo de papo para o ar, bem descansado.

### III

## A ONÇA E O COELHO

Houve uma sêca muito grande no mundo, e a onça, então, convidou todos os bichos para fazerem uma fonte. Aquele que não fosse dar o seu adjutório ao trabalho não beberia água, depois da fonte pronta. Foram todos os bichos, menos o coelho.

Quando se acabou de fazer a fonte, a onça mandou que cada dia um bicho ficasse de sentinela para não deixar o coelho ir beber água. O coelho, sentindo muita sede, começou a *istuciar* um meio de enganar os vigias da fonte. Foi para o mato, tirou uma porção de mel de abelha e encheu uma cabaça. Pegou numa violinha e saíu por ali a fora, tocando:

— “Pan-can-tin,  
Pan-can-tan”.

Estava a raposa de sentinela. Mal foi avistando o coelho, foi gritando:

— “Tú já *vem*, hein? Tú não *bebe* água aquí não.

O coelho, com voz de choro, disse:

— Ora, raposa, deixa eu beber um tiquinho d’água, que eu estou morrendo de sede...

— Não. Aquí não. Porque tú não *veiu* ajudar a gente a fazer a fonte?

— Olha, raposa. Estira a mão. Pega uma coisa que eu trouxe para ti.

A raposa estirou a mão e ele botou um bocado de mel. Assim que a raposa provou o mel, gritou:

— Ih! coelho, está gostoso... Bota mais um bocadinho.

Disse o coelho:

— Chega as duas mãos.

Quando a raposa estirou as mãos, o coelho mais que depressa amarrou-as com uma corda, enlinhou-as, enlinhou-as e correu para a fonte.

— Olha, raposa. Eu, não só vou beber água, como tomar banho.

E, *tchibum*... caiu dentro da fonte. Tomou o seu banho até quando bem quis e entendeu. Depois saíu, deu de mão na violinha, na cabaça de mel e foi-se embora, deixando a raposa com as mãos amarradas.

Passado muito tempo, chegou o bode e disse:

— Ora, raposa, o coelho te enganou. Amanhã quem vem ficar de sentinela sou eu, que quero dar a resposta àquele safado.

No outro dia, o bode ficou vigiando a fonte; mas o coelho veio e enganou-o, como enganara a raposa. O mesmo aconteceu aos demais bichos que foram ficar de sentinela na fonte: o coelho engabelava-os com o mel, amarrava-lhes as mãos, indo em seguida para a fonte, beber água e tomar banho. Então a onça disse, furiosa:

— Ah! coelho de todos os diabos, contigo ninguém pôde!

Daí em diante, não botou mais sentinela na fonte, e o coelho ficou bebendo água e tomando banho à sua vontade.

#### IV

### A ONÇA E A COELHA

A onça andava procurando uma ama para criar a filhinha. Apareceu a coelha e disse:

— Eu soube que vosmincê estava *caçando* uma ama para criar sua filha, então vim ver si vosmincê me quer.

Respondeu a onça:

— Pois sim. *Entre aí para dentro* e vá me tomar conta da menina.

Entrou a coelha para o buraco onde estava a oncinha e ficou criando-a. Todos os dias a onça vinha trazer comida para a coelha dar à filha. Depois de passado algum tempo, ela pediu à coelha que lhe mostrasse a menina. A coelha, então, foi e mostrou-lha. A bichinha estava magra, que estava nos ossos, ao passo que a coelha era gorda, que nem podia andar. A onça disse, fumando de raiva:

— Ih! coelha, não quero mais você para tomar conta da menina, não. Pois eu trago tanta comida todos os dias, é para minha filha estar magra deste jeito e você, gorda, em termo de rachar? Sáia, saía! Ponha-me os quartos na rua!...



Beaupaire-Rohan





Porem a coelha estava com medo de sair, porque sabia que a onça, zangada daquele modo, era capaz de matá-la. Então, disse:

— Espere aí. Deixe eu botar os meus cárregos para fora. Tome. Bote aí a minha cama.

A onça, que estava danada, na porta do buraco, pegou na cama da coelha e atirou-o longe.

— Tome esta arca.

E a onça, zás, mato com a arca. Começou a coelha:

— Tome esta trouxa; tome isto; tome aquilo.

Por fim, não tendo mais nada que dar, juntou as orelhas e botou-as para fora do buraco, dizendo:

— Agora me bote aí estas *pracatinhas*.

A onça, que já estava fúla de raiva, com tamanha amolação, além da safadeza que a bicha lhe tinha feito, — *vupo*, — sacudiu-a bem lá dentro do mato, pensando que tinham sido mesmo as *pracatas* dela. A coelha — pernas para que *te* quero? Toca a onça a esperar na porta do buraco que a coelha saísse:

— Sai, coelha! gritava, estourando de raiva.

Qual nada! A coelha já estava muito longe.

## V

### A ONÇA E A AFILHADA

A coelhinha era afilhada da onça. Então foi passar uns dias com a madrinha. A onça ficou muito contente, fazendo logo tenção de comê-la. Quando foi de noite, fez a cama dela junto da sua; mas a coelhinha, sabida que só ela mesma, assim que a madrinha pegou no sono, levantou-se e foi deitar-se em cima do abano, ao pé do fogo. Lá para tarde da noite, a onça acordou, foi direitinho ao lugar onde havia agasalhado a afilhada e fez — *nháco*... — com unhas e dentes, encontrando, porém, a cama vazia. A filha da onça perguntou:

— Pegou, mamãe?

— Não, minha filha. Ela é mais sabida do que nós.

De manhã, perguntou a onça à bichinha:

— Onde tú dormiste essa noite?

— Eu dormi em cima do abano.

A noite, a onça fez a cama da coelhinha sobre o abano. Mal, porém, a madrinha adormeceu, ela levantou-se, e foi deitar-se em cima da arca. Que quando, mais tarde, a onça veio de lá na pontinha dos pés e fez — *nháco*... — achou outra vez a cama vazia. A filha da onça tornou a perguntar:

— Pegou, mamãe?

— Não, minha filha. Ela é mais sabida do que nós.

Pela manhã, a onça, como no dia anterior, perguntou:

— Onde tú dormiste essa noite?

— Eu dormi em cima da arca.

E assim, todas as noites, a onça fazia cama para a afilhada num lugar e ela ia dormir em outro. Até que, uma noite, a coelhinha, logo que ouviu a madrinha e a filha roncando, levantou-se, pegou na oncinha e botou-a na sua cama, indo deitar-se na dela. Lá para as tantas, a onça foi devagarinho e fez — *nháco*... — Pegou a filha, e matou, pensando que era a afilhada. A coelha perguntou de lá da cama da oncinha:

— Pegou, mamãe?

— Peguei, minha filha. Amanhã nós temos *de-comer*.

Logo que o dia clareou, a coelhinha meteu o pé no mundo. Quando a onça acordou, que viu a filha morta e da afilhada nem sombra, ficou para a vida não ter. Saiu no seu rastro, até que deu com o buraco, pondo-se a cavar, em termo de estourar de raiva. Vendo, porém, que só com as unhas não adiantava nada, chamou o gavião, que estava sentado num pé de pau e disse:

— Vem cá, amigo gavião. Fica na porta deste buraco, espionando uma coelhinha, que está aí dentro, enquanto eu vou em casa buscar uma enxada. Não me deixe *ela* escapulir.

O gavião ficou bem na porta do buraco. Gritou a coelha de lá de dentro:

— Gavião, arregala bem os olhos, sinão eu vou-me embora...

O gavião meteu a cabeça na boca do buraco, arregalando os olhos o mais que poude. Aí, a coelhinha pegou num punhado de terra e atirou-lho na cara. O gavião ficou tonto, com os olhos cheios de terra. A coelhinha, — já, — ganhou o mato. Quando a onça voltou com a enxada, que soube do acontecido, ficou fumando e pôs-se a escogitar um meio de pegar a afilhada para se vingar.

Houve uma grande seca no mundo. Então a onça ajuntou todos os bichos e fez uma fonte diante da porta de sua casa, ficando à espera de que a coelhinha fosse beber, afim de pegá-la. Deixa que a coelhinha está procurando um meio de ir à fonte, sem ser reconhecida pela madrinha. Vinha passando na estrada uma cavalaria de mel. A bichinha correu e deitou-se no meio do caminho com o papo para o ar. Quando os tangedores da cavalaria passaram, fizeram aquele *espanto*:

— Olhe um coelho morto...

Apanharam-na e puseram-na no meio de uma cangalha, com a tenção de, em chegando à casa, tirarem-lhe o couro. A coelhinha, aí, caíu numa borracha de mel, roeu, roeu, depois lambuzou-a toda de mel, pulou no chão e foi esfregar-se nas folhas secas, ficando cober-tinha delas.

Saíu a coelha por ali a fora, dizendo:

— Ai! agora eu vou beber água!

Os outros bichos, vendo-a assim, não sabiam que animal era aquele e diziam:

— Bom dia, amigo *folhagem*.

Chegando à fonte, na porta da onça, disse:

— Amiga onça, você dá licença para eu beber um bocado d'água?

— Pois não, amigo *folhagem*!

Então a coelhinha começou a beber, sem levantar a cabeça. Perguntou a onça:

— O' amigo *folhagem*, donde vem você, que tanta sede traz?

— Ai, amiga onça, venho de muito longe. Ha mais de seis meses que não bebo um tiquinho d'água.

Quando acabou, despediu-se da onça e, chegando um pouco adiante, sacudiu-se toda, até as folhas caíram. Voltou-se para ela e gritou:

— Adeus, minha madrinha. Até outra vista.

A onça, reconhecendo a afilhada, quis correr atrás dela, para pegá-la. Mas já era tarde. A coelhinha empurrou-se pelo mato a dentro, que nunca mais a onça a viu.

## VI

### A ONÇA E O MACACO

A onça comia todos os bichos que queria. Mas nunca poudo comer o macaco. E o macaco, sabido mesmo. Só aos pinotes. A onça o que fez? Chamou os outros bichos, que todos lhe obedeciam, com medo dos seus queixos, e disse:

— Vamos fazer uma festa. Vocês todos que tiverem mãe são obrigados a trazer *elas* para a *fonção*, que eu quero ver quem é que quer mais bem à sua mãe e que chora por ela.

Os pobres dos bobos ficaram pensando que a onça ia fazer mesmo um pagode, para eles se divertirem. O macaco, porém, desconfiou da massada e disse consigo:

— Tú pensas que tú has de comer minha mãe?

Procurou um pé de pau seco, bem alto, meteu as unhas e os dentes, fez um buraco lá encima para esconder a velha, ficando bem de seu, quieto. No dia marcado, todos os bichos levaram suas mães para a festa. Mas o macaco botou a dele no oco do pau e foi para onde estavam os outros, salta praquí, salta pralí. E a onça assustando



tudo. Daí a pouco ela começou a comer as mães dos bichos, os quais se puseram a chorar, naquele berreiro. Quando a onça acabou, os bichos perguntaram:

— Macaco, cadê tua mãe?

— A onça comeu... A onça comeu...

E passava cuspo nos olhos, para dizer que estava chorando. Mas a onça, que não era maluca, pensou:

— O que? Eu não comi a mãe do macaco! Eu agora como é aquele ladrão...

Passou a língua nos beiços, sujos do sangue das pobres que havia chamado aos peitos, lambeu as patas e disse aos bichos:

— São tres dias de festa. Amanhã é o segundo. Vocês não deixem de vir. Vão chegando e ficando à minha espera, que eu hei de me demorar um pouco.

Então, marcou um lugar à beira da estrada para ficar escondida e, quando o macaco fosse passando, voar encima dele e — *lupo* — comê-lo. No dia seguinte, o macaco foi o último a dirigir-se à festa. Porém ficou muito distante, imaginando:

— Onde estará a onça?

Depois, pôs-se gritando, bem lá de longe:

— Caminho!... Ou! caminho!... Ou! tú não estás aí não, caminho? Está bem. Vou-me embora... Tú não respondes, não, caminho? Então vou-me embora.

Foi quando a onça gritou, disfarçando a voz:

— Uú...

O macaco, então, deu uma grande gargalhada, dizendo:

— Bravo!... Nunca vi caminho falar... E' a onça que está escondida no mato... Não vou lá, não.

E saíu aos pinchos por alí a fora.

A onça ficou danada e disse:

— Deixa-te estar, safado, que eu te pego.

No último dia da festa, a onça falou aos bichos:

— Vamos fazer aqui um altar para botar uma santa. Vocês todos tragam o seu pandeiro. Quando o macaco chegar, toquem os pandeiros, e cantem assim:

— “Dingue-lingue-dingue,  
Leandro chegou”.

Depois do altar pronto, a onça trepou-se nele, ficando lá encima com os olhos fechados e os dentes arreganhados, pra quando o macaco fosse ajoelhar-se para adorá-la, pensando ser mesmo uma santa, ela poder dar um pulo, agarrá-lo e metê-lo no papo. Porém o macaco espiou longe. Assim que foi chegando, — “qui-qui-qui, qui-qui-qui”—, pinoteando, fazendo caretas, coçando-se, os bichos começaram a tocar os pandeiros e a cantar:

— “Dingue-lingue-dingue,  
Leandro chegou”.

Quando o macaco olhou para o altar, disse logo consigo:

— Qual!... aquilo não é santa, nem nada. Aquilo é a onça. Espera aí, que eu já te ensino.

Fez que não havia percebido a manobra e pôs-se a cantar, pulando sempre:

— Minha Nossa Senhora,  
Livrai-me da onça,  
Que é bicho feroz  
E quer me comer.”

E os bichos, rufando os pandeiros:

— “Dingue-lingue-dingue,  
Leandro chegou”.

O macaco foi aproximando-se do altar e marcando os dentes da onça. Quando chegou bem perto dela, arrumou-lhe com toda a força, na cara, uma pedra que trazia escondida, arrebatando-lhe a dentuça e, mais que depressa, deu um pinote, escapulindo-se.

Nunca mais a onça poudo agarrá-lo.

## VII

### A ONÇA, A RAPOSA E O MACACO

A onça morava junto com a raposa. A onça tinha um galo e a raposa uma galinha. Todas as tardes, elas duas prendiam o galo e a galinha debaixo de um cesto, soltando-os pela manhã. De uma feita, quando a raposa foi soltar a *criação*, encontrou um ovo sob o cesto e, como dona da galinha, disse que o ovo era seu; porém a onça saltou mais que depressa, dizendo que o ovo era do galo e, portanto, lhe pertencia.

Depois de um bate-boca muito forte, acordaram em sair pelo mundo a fora, para que os outros bichos decidissem qual delas duas tinha razão. A todo animal, que encontravam, dirigia-se a onça com a cara fechada:

— Oh! *seu* descarado, *seu* sem-vergonha, venha cá. Eu tenho um galo e a raposa tem uma galinha. Todos os dias de tarde, nós prendemos *cles* dois debaixo de um cesto. Hoje de manhã, quando fomos soltar *cles*, encontramos um ovo. Este ovo é do galo ou da galinha?

O pobre animal, tremendo de medo, dizia:

— Está visto que é do galo.

A onça, então, fazia para a raposa:

— Você está ouvindo?

Assim, andaram, andaram, que já estavam cansadas. E todos os bichos, amedrontados, a darem razão à onça. Por fim, encontraram o macaco, pulando de galho em galho e fazendo gatinhanhas. Quando a onça lhe perguntou de quem era o ovo, disse o macaco:

— Espere aí, que eu já volto para lhe dar a resposta, porque agora estou com muita pressa.

E saiu por alí aos pinotes, por cima dos paus. Foi-se, foi-se, foi-se, que a onça e a raposa já estavam desesperadas de tanta demora. Até que, afinal, chegou o macaco, dizendo:

— Arre! Estou cansado de correr. Fui buscar a parteira para ir ver meu pai, que está com dor de parir.

A onça deu uma gargalhada muito gostosa e perguntou-lhe:

— Macaco desavergonhado, tu já viste homem parir?

— Ou! respondeu-lhe o macaco, e tú já viste galo pôr?

## VIII

### A ONÇA, O MACACO E OS CARAPINAS

Trabalhavam uns carapinas num telhado e ao pé deles estava um cacho de bananas, madurinhas de fazer gosto, que tinham comprado para comer depois do almoço.

Passando o macaco, viu aquelas bananas tão bonitas e ficou logo com muita usura nelas. Veiu se chegando devagar, devagar, que os carapinas nem deram por ele. Quando estava bem pertinho, disse:

— Deus ajuda a quem trabalha.

— Ele venha na sua companhia, responderam e voltaram-se para ver quem era.

Começou então o macaco a contar tanta prosa, a fazer tanta graça, que os homens se riram em termo de morrer. Depois de muita conversa, disse o macaco:

— Oh! que frutinhas bonitinhas vosmicês têm aí...

— Queres umas, macaco? perguntaram-lhe os carapinas.

— Ou! si vosmicês me derem, eu quero.

Então eles deram uma penca de bananas ao macaco, que lhes agradeceu muito o presente, saindo por ali a fora, dando pinotes e guinchos de contentamento.

Um pouco adiante, encontrou a onça:

— Oh! amigo macaco, onde você achou essas bananas tão bonitas?

Respondeu o macaco: .

— Alí atrás. Eu ia passando, quando avistei um cacho de bananas ao pé duns carapinas, que estão trabalhando num telheiro. Meti o pé pra dentro, chinguei muito eles, botei elles mais rasos do que o chão; quando acabei, disse que queria umas bananas, sinão entrava e dava muita bordoadada neles, tomando as bananas à força. Então os carapinas ficaram com muito medo e me deram esta penca.

A onça disse logo que tambem ia obrigar os carapinas a lhe darem umas bananas. Mal os foi avistando, foi gritando:

— Cambada de descarados, safados, o que é que vocês estão fazendo aí?

Todos eles se voltaram, admirados daquela descompostura. Dando com os olhos na onça, prepararam-se e ficaram-na esperando. Vendo os homens calados, a onça pensou que eles estavam era com medo. Chegou mais perto e tornou:

— Oh! *seus* sem-vergonhas, seus malandros, quero já um bocádo dessas bananas p'ra cá, sinão calço o pé p'ra dentro dessa joça, mando o pau em vocês bonito, e tomo as bananas.

E quando foi fazendo menção de entrar, um dos carapinas meteu-lhe a garrucha na cara e — *pá-pi*. Foi uma só.

## IX

### O MACACO E A NEGRINHA DE CERA

O macaco saía todos os dias, vendendo mingau, para ter o seu vintem para comprar o seu confeito. Então, tinha uma moça, que era sua fregueza. Um belo dia, o macaco o que fez? Preparou uma panela, botou *porcaria* dentro, cobriu a panela com uma toalha bem alva e saiu por alí afora, com a panela na cabeça. Foi direitinho à casa da moça. Quando chegou lá, que a moça foi se aproximando com a tigela para botar o mingau, ele derramou a *porcaria* toda encima dela, deu um pinote e desembandeirou pela rua, *nas carrciras*: — *qui-qui-*



*qui, qui-qui-qui...* A moça ficou toda suja, toda lambuzada, e, muito furiosa, disse:

— Deixa-te estar, macaco, que eu te pego.

Mandou fazer uma negrinha de cera, com um cachimbo na boca, e botou-a na porta da rua. Tempos depois, passando o macaco pela casa da moça, viu a negrinha. Chegou junto dela e disse:

— Negrinha, me dá uma fumaça do teu cachimbo?

A negrinha calada.

— Negrinha, me dá uma fumaça do teu cachimbo, não eu te dou uma bofetada.

A negrinha não respondeu e ele — *pá...* — deu-lhe uma bofetada, ficando com a mão presa na cera.

— Negrinha, solta a minha mão, não eu te dou outra bofetada.

A negrinha calada. Ele deu-lhe outra bofetada, ficando com a outra mão presa.

— Negrinha, solta as minhas duas mãos, não eu te dou um ponta-pé.

Deu o ponta-pé e ficou com o pé preso na cera. Deu outro ponta-pé, ficando com os dois pés presos. Por fim, deu uma cabeçada, ficando com a cabeça também segura. Então a moça mandou agarrá-lo e matá-lo, para comer.

Quando o estavam matando, ele pegou a cantar:

— “Me mate devagar,  
Que me doe, doe, doe.  
Nhen, nhen, nhen,  
Foi menina que eu vi”.

O mesmo fez quando o esfolaram, quando o cortaram aos pedaços para botar na panela, quando temperaram a panela, quando o mexeram e quando o puseram no prato. Porém a moça, sem se importar com coisa nenhuma. Sentou-se à mesa e pôs-se a comê-lo. E o macaco cantando:

— “Me coma devagar”, etc.

Assim que a moça se levantou da mesa, o macaco começou a dizer dentro da barriga dela:

— Quero sair..

— Sáia pelos ouvidos.

— Não saio pelos ouvidos, que têm ceró. Quero sair...

— Sáia pela boca.

— Não saio pela boca, que tem *cuspe*. Quero sair...

— Sáia pelo nariz.

— Não saio pelo nariz, que tem catarro. Quero sair...

— Sáia pelo *vintem*.

— Não saio pelo *vintem*, que tem *macriação*.

Afinal deu um estouro, arrebrandando a barriga da moça, que caiu morta, e saiu por ali a fora, danado, assoviando: — *fi, fi, fi-fi-fi...*

## X

### O MACACO E O CONFEITO

O macaco foi varrer a sua casa e achou um *vintem*. Correu mais que depressa, comprou um *vintem* de confeito e foi comê-lo, encarapitado no olho de um pé de pau. Quando estava lá em cima, fazendo estrepolias e trejeitos, caiu-lhe das mãos um carocinho de confeito, dentro do oco do pau. O macaco desceu muito ligeiro e pelejou o que pôde para tirar o caroço de confeito. Vendo que não o podia tirar, foi à casa do ferreiro e disse-lhe:

— Ferreiro, tú me fazes um machado, para eu derrubar aquele pé de pau, para tirar um carocinho de confeito que caiu dentro do oco do pau?

— Ora, macaco, respondeu o ferreiro, pois eu vou fazer um machado para tú derrubares um pé de pau só por causa de um carocinho de confeito? Toma lá um *vintem* e vai comprar de confeito.

O macaco guardou o *vintem* e foi à casa do rei:

— Rei, manda o ferreiro fazer um machado, etc.

— Ora, macaco, não me consome por causa de um carocinho de confeito. Toma lá um vintem e vai comprar confeito.

Guardou o macaco o vintem e foi aonde estava a rainha:

— Rainha, manda o rei mandar o ferreiro, etc.

A rainha deu-lhe um vintem para comprar de confeito e mandou-o embora. O macaco botou o dinheiro na algibeira, e foi à casa do rato:

— Rato, roe a roupa da rainha, para a rainha, etc.

O rato deu-lhe um vintem para comprar confeito e mandou-o passear. O macaco meteu o dinheiro no bolso e foi ter com o gato:

— Gato, pega o rato, etc.

Deu-lhe o gato um vintem para comprar confeito e mandou-o embora. O macaco guardou o vintem e foi procurar o cachorro:

— Cachorro, pega o gato, etc.

O cachorro deu-lhe um vintem para comprar confeito e mandou-o andar. O macaco tomou o vintem e botou-se para onde estava o cacete:

— Cacete, bate no cachorro, etc.

O cacete deu-lhe um vintem e mandou que ele fosse tomar fresco. O macaco recebeu o vintem e dirigiu-se ao fogo:

— Fogo, queima o cacete, etc.

— Ora, vai-te embora. Toma lá um vintem para comprares o teu confeito e não me amole, respondeu-lhe o fogo.

O macaco pegou no vintem, meteu-o no bolso e foi aonde estava a água:

— Água, molha o fogo, etc.

— *Inda* mais esta! disse a água. Pega lá um vintem, vai comprar de confeito e some-te de minha vista.

O macaco tomou o vintem e correu aonde estava o boi:

— Boi, bebe a água, etc.

— Olha, macaco, — respondeu-lhe o boi aborrecido, — toma um vintem para tú comprares de confeito e deixa-me comer o meu capim.

O macaco ficou com o vintem e dirigiu-se ao marchante:

— Marchante, mata o boi, etc.

— Macaco, deixa-me cuidar do meu que fazer, que eu não sou malandro como tú. Pega lá um vintem para comprares teu confeito, e desaparece dos meus olhos.

Então, o macaco, guardando o vintem, correu e foi aonde estava a morte:

— Morte, mata o marchante, para o marchante matar o boi, para o boi beber a água, para a água molhar o fogo, para o fogo queimar o cacete, para o cacete bater no cachorro, para o cachorro pegar o gato, para o gato pegar o rato, para o rato roer a roupa da rainha, para a rainha falar com o rei, para o rei mandar o ferreiro, para o ferreiro fazer um machado, para eu derrubar o pau, para tirar um carocinho de confeito que caiu dentro do oco do pau.

— Espera aí, disse a morte, e correu para cima do marchante, afim de matá-lo.

— Não me mata! gritou o marchante.

— Então mata o boi.

O marchante correu para o curral, com o cutelo na mão. Berrou o boi:

— Não me mata!

— Então bebe a água.

O boi correu para a água e esta murmurou:

— Não me bebe!

— Então molha o fogo.

A água foi em cima do fogo. O fogo:

— Não me molha!

— Então, queima o cacete.

O fogo correu para o cacete. O cacete:

— Não me queima!

— Então bate no cachorro.

O cacete voou em cima do cachorro. O cachorro ganiu:

— Não me bate!

— Então pega o gato.

O cachorro pulou em cima do gato. O gato miou:

— Não me pega!

— Então pega o rato.

O gato saltou em cima do rato. O rato chiou:

— Não me pega!

— Então roe a roupa da rainha.

O rato começou a roer a roupa da rainha: — *corróco, corróco...*

— A rainha gritou:

— Não roe a minha roupa!

— Então fala com o rei p'ra mandar o ferreiro fazer um machado para o macaco.

A rainha foi e falou com o rei. O rei mandou o ferreiro fazer o machado para dar ao macaco. O macaco tomou o machado, derubou o pé de pau, e tirou o carocinho de confeito de dentro do oco do pau. Quando acabou, foi-se embora com uma porção de vintens.

## XI

### MACACO DO MATO GROSSO

Diz que foi um dia um homem que tinha muitas filhas e já não sabia mais como havia de ser para dar de comer a tanta menina. Conversando um dia com a mulher, combinou com esta botar fora a filha mais velha, que se chamava Maria, pois com ela em casa se gastava muita farinha, e já não podia mais com tanta despesa.

Então, na roça dele havia um milharal muito grande, com muito milho verde, e ele sabia que todas as noites ia um macacão quebrar milho no milharal.



Chamou a filha e disse:

— Maria, você hoje, de noite, vai ficar de espreita no milharal e, quando você ouvir estarem quebrando o milho de seu pai, você pergunte quem é.

À noite, a pobrezinha estava lá. Quando viu foi aquele macacão enorme chegar e começar a quebrar milho. Maria ficou com muito medo, mas gritou:

— Quem é que está quebrando o milho de meu pai?

O macaco deu um pulo em cima dela, agarrou-a e saiu com ela às costas, por ali a fora. Quando foi chegando perto da casa da tia, Maria foi cantando:

— “Ai, tia minha,  
Macaco-do-mato-grosso,  
Name-name, sarameu.”

Respondeu a tia:

— Ai, sobrinha minha,  
Macaco-do-mato-grosso,  
Name-name, vá com ele.”

A seguir, o macaco passou por casa de outros parentes da menina e, quando a pobre cantava, eles respondiam da mesma forma que a tia. Afinal, o macaco passou perto da casa da avó de Maria, que cantou, então:

— Ai, vovó minha,  
Macaco-do-mato-grosso,  
Name-name, sarameu.”

Respondeu a velha:

— Ai, neta minha,  
Macaco-do-mato-grosso,  
Name-name, venha cá.”

Quando o macaco foi passando, de dentes arreganhados, a avó da menina chamou-o:

— Macaco, venha cá, p'ra descansar um bocado.

O macaco entrou, sentou-se, com a menina agarrada, e começou a conversar. Depois a velha perguntou:

— Macaco, você quer um gole de cachaça?

— Quero! respondeu ele mais que depressa.

A avó de Maria foi ver uma bacia cheia de cachaça e botou-a no meio da sala. O macaco baixou a boca, bebeu, bebeu, bebeu, até não poder mais. Depois caiu no chão, embriagado, e largou a menina. Aí a velha deu de mão num cacete, e matou-o, ficando com a neta para si.

## XII

### A RAPOSA E O HOMEM

Um viajante, atravessando o leito seco de um rio, viu um peixinho atolado na lama, quasi morto. Pegou-o, atirou-o numa poça d'água, que havia mais adiante. Assim que o peixe caiu na poça, o rio foi logo enchendo, enchendo, de repente, e, ao mesmo tempo, o bicho foi crescendo, crescendo, que ficou aquele mundo, de grande. Quando o homem quis sair do rio, não poudé mais. Montou-se nas costas do peixe que disse:

— Agora eu vou *lhe* afogar.

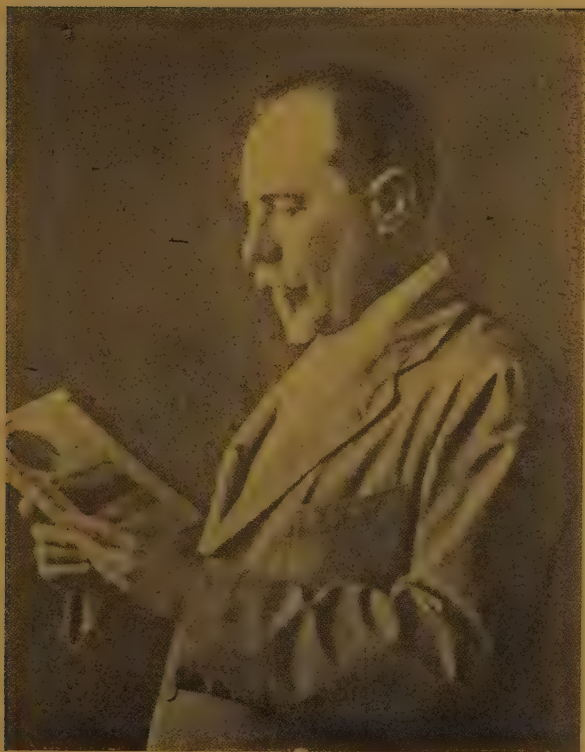
— Você já se esqueceu do bem que eu acabei de *lhe* fazer neste instante?

— E' por isso mesmo. O bem se paga é com o mal.

Tanto pediu o homem ao peixe que não o afogasse, até que ele resolveu:

— Está bem. Eu vou perguntar a todos os bichos que vierem aquí beber água com que é que se paga o bem. Si disserem que é com o bem, eu deixo você ir-se embora; si, porém, disserem que é com o mal, eu *lhe* afogo.

Assim fez e todos os bichos diziam que o bem se paga é com o mal.



Affonso Arinos



— Está ouvindo? observava o peixe ao homem, a cada resposta dos bichos.

Por fim, veio a raposa, que disse à pergunta do peixe:

— Hein? O que? Chegue-se mais para perto, que eu estou parida e não ouço bem.

O peixe abeirou-se mais, repetindo a pergunta.

— Já lhe disse que estou surda. Chegue para cá mais um bocadinho.

Veiu o peixe ficar perto da beirada do rio, que quasi toca em terra, fazendo a pergunta à raposa, pela terceira vez. Então a raposa tirou uma cartilhazinha do seio, toda rota e ensebada, abriu-a e disse:

— Espere aí, que eu vou ver aquí neste livrinho.

Pôs-se a olhar fixamente para o homem, dizendo, com a cartilha aberta:

— “Quem tempo tem,  
Que tempo espera,  
Lá vem o tempo  
Que o demo o leva.”

Tanto repetiu esta lenga-lenga, até que o homem compreendeu o que ela queria dizer. Deu um pinote das costas do peixe para terra e saíu correndo como um doido. Depois de estar muito longe, parou e disse à raposa, que o havia acompanhado na carreira:

— Amiga raposa, espere aí, que, quando eu chegar em casa, vou lhe mandar um presente, porque você salvou a minha vida.

Foi para casa e disse à mulher:

— Eu agora ia morrendo, e a raposa salvou-me a vida. Vou mandar de presente a ela um saco cheio de galinhas.

Então, ordenou ao criado que botasse uma porção de galinhas dentro de um saco, para levar à raposa; mas a mulher, assim que o marido virou as costas, tirou as galinhas do saco, substituindo-as por dois cachorros bravos.

Quando o criado chegou junto da raposa, que abriu o saco, os cachorros desembarafustaram furiosos em cima dela. A raposa, pé



no mundo. Corre daqui, corre dali, embaraçando o rabo nos garranchos e nos espinhos, sempre perseguida pelos cachorros, deu, finalmente, com um buraco, metendo-se por ele a dentro.

Depois de descansar um instante, de costas para a entrada do buraco, começou a lambear as patas e a dizer:

— Estas mãozinhas, que tanto me ajudaram ! Estes pèzinhos, que tanto me ajudaram ! Mas este rabo, que tanto me atrapalhou ! Toma, cachorrão, toma este rabão.

E, dizendo isso, dava com os quartos para trás. Tanto fez, tanto fez, dizendo assim e dando de popa, até que botou a ponta do rabo do lado de fora do buraco. Os cachorros, que estavam alí na espiada, pegaram-na e puxaram a raposa, estraçalhando-a num *amen-Jesús*.

### XIII

#### A RAPOSA E AS AVES

A galinha estava ciscando debaixo de um limoeiro, quando lhe caíu um limãozinho peco no cucuruto. A bichinha espantou e fez:

— Cá-cá-cá-cá... Corra, amigo galo, que o mundo está para se acabar.

— Quem lhe disse, amiga galinha?

— Foi uma coisinha que caíu no meu cocurutinho.

Lá saíram os dois *nas carreiras*. Adiante encontraram o perú, a quem disse o galo:

— Corra, amigo perú, que o mundo está para se acabar.

— Quem lhe disse, amigo galo?

— Foi amiga galinha.

— Quem lhe disse, amiga galinha?

— Foi uma coisinha que caíu no meu cocurutinho.

Aí saíram os tres correndo. Adiante, encontraram o pato, e o perú lhe contou a história. O pato juntou-se ao bando e afinaram as

canelas. Depois encontraram o ganso, a conquêm, etc., que os acompanharam na carreira. Afinal esbarraram com a raposa:

— Corra, amiga raposa, que o mundo está para se acabar.

— Quem lhe disse, amiga conquêm?

— Foi amigo ganso.

— Quem lhe disse, amigo ganso?

— Foi amigo pato.

— Quem lhe disse, amigo pato?

— Foi amigo Perú.

— Quem lhe disse, amigo Perú?

— Foi amigo galo.

— Quem lhe disse, amigo galo?

— Foi amiga galinha.

— Quem lhe disse, amiga galinha?

— Foi uma coisinha que caiu no meu cocurutozinho.

Continuaram a correr, a correr, até que chegaram à casa da raposa. Então disse a raposa:

— Entrem aqui em minha casa e se escondam.

Entraram todos e a raposa ficou na porta. Depois de passado algum tempo, disse a raposa:

— Já podem sair, mas venham de um em um.

Os pobres dos bichos foram saindo e a raposa passando-os no papo. Não ficou um só para remédio.

## XIV

### O RAPOSO, O GALO E A GALINHA

O galo e a galinha moravam numa baixada; o raposo e a raposa, num alto. Todos os dias de manhã, quando saía de casa, o galo cantava:

— Côcô-rô-cô...

Dizia o raposo:

— Deixa-te estar, patife, que um dia destes eu hei de ir fazer-te uma visita...

Uma manhã, ouvindo o canto habitual do galo, a raposa disse:

— Mulher, bote a panela no fogo, que hoje nós comemos o galo.

Largou-se o raposo de cabeça baixa para a casa do galo. Chegando lá, encontrou-o, mais a galinha, comendo uma moqueca de camarões, que estavam mesmo danados. A moqueca cheirava, que fazia crescer água na boca. O raposo, muito guloso, foi logo tratando o galo por compadre.

— Bom dia, compadre galo.

— Oh! bom dia, compadre raposo. Entre, compadre, e venha se servir desta moqueca, que está uma beleza.

O raposo, aí, não contou desgrça. Sentou-se à mesa e empurrou o queixo nos camarões, que não foi brincadeira. Quando acabaram de comer, pôs-se o raposo a perguntar ao galo como tinha arranjado aqueles camarões. Depois de fingir grande relutância, disse-lhe o galo:

— Veja um poço bem fundo, um balaio e umas cordas. Amarre as cordas no balaio, entre dentro dele e mande a comadre raposa lhe arrear até no fundo do poço. Chegando lá embaixo, você apanha camarão para comer uma semana inteira. Quando quiser subir, dê um *salavanco* na corda, para a comadre *lhe* suspender.

Assim mesmo fez o bobo do raposo. Meteu-se dentro de um cesto e mandou a raposa arrear-lo num poço bem fundo. Mal se viu dentro d'água, porém, começou a sacudir a corda desesperadamente. E a raposa, sem poder suspendê-lo, por causa do peso, que era enorme. Afinal, depois de muito sugar, de muito pelear, conseguiu tirá-lo do poço. O raposo já estava mais morto do que vivo, e nem camarão, nem nada. Além disso, apanhou uma constipação muito forte, que quasi bate a bota.

Um dia, já estando bom, ouviu o galo cantar :

— Côcô-rô-cô...

— Mulher, disse o raposo, desta vez, haja o que houver, eu vou buscar aquele ladrão para nós *comer*.

E lá se foi. O galo e a galinha estavam comendo mel de abelha com farinha. O raposó foi chegando de cara amarrada e foi dizendo :

— Bom dia, compadre galo.

— Oh ! bom dia, compadre raposo. Chegou à boa hora. Entre e venha se servir de um bocadinho deste mel, que está excelente.

Vendo aquela porção de mel tão amarelinho, tão fino, tão cheiroso, o raposo esqueceu-se por completo do fim da sua ida à casa do galo e abancou-se diante de uma porcelana atupetada de mel com farinha. Bateu o braço na palangana, bateu, bateu, que, quando acabou de encher a pança, perguntou :

— Compadre galo, onde você achou este mel tão saboroso?

Depois de fazer que estava com pouca vontade de ensinar, respondeu o galo :

— Você vá vendo todas as casas de *marimbondo* que encontrar no mato e tape a boca delas. Depois serre *elas* e leve para casa. Quando chegar lá, você veja tudo quanto for vasilha que tiver, bote no meio da sala, feche todas as portas e janelas e abra as casas de *marimbondo*, que você hade tirar mel para nunca mais se acabar.

Si o galo bem o disse, o raposo, com usura no mel, melhor o fez. Levou um dia inteirozinho no mato, tapando boca de casa de marimbondo, serrando-as e carregando-as. Uma vez elas dentro de casa o raposo e a raposa arrastaram quanta vasilha tinham para o meio da sala e fecharam bem as portas e janelas, sem deixar uma só aberta, destapando em seguida as casas das vespas. Foi um *Deus nos acuda* de maribondos em cima deles. Quiseram correr, mas, no escuro, atrapalharam-se nas vasilhas e caíram. Quando, por fim, conseguiram

abrir as portas e janelas e desenvincilharam-se dos maribondos, estavam com o corpo inchado de ferroadas, ficando de cama por muitos dias.

Já estando restabelecido, o raposo tornou a ouvir o galo cantar:

— Cômô-rô-cô...

Aí ele saíu de casa fulo de raiva, sem dizer nada à mulher, pensando:

— Agora não quero mais ouvir conversa daquele descarado. Vou chegando e dando cabo da vida dele.

Porém só encontrou a galinha com os pintinhos, *esgravatando* o terreiro e dizendo:

— “Querê-gin, querê-gin,  
Gadá-gadá, gô-inan.”

— Comadre galinha, cadê compadre galo? perguntou o raposo com cara de poucos amigos.

— Seu compadre, agora mesmo, acaba de ir em uma festa no céu.

O raposo, que estava disposto a só voltar para casa com o galo morto, disse que também queria ir a tal festa.

— Ih! para ir lá não é assim não...

— Então me ensine como é.

— Precisa vosmincê cortar a cabeça. Tanto assim que meu marido cortou a dele. Olhe aquí...

E de longe mostrou ao raposo um pedacinho de pau, parecido com a cabeça do galo. Disse o raposo muito depressa:

— Comadre galinha, me empreste aí uma faca.

— Eu não tenho faca, não; só tenho um *caquinho* de navalha.

— De cá.

A galinha correu e foi buscar uma navalha bem afiada, dando-a ao raposo, que a passou com sustância no pescoço. A cabeça caiu para um lado e o corpo para o outro. Então o galo, que estava escondido, saíu para o terreiro e cantou bem alto:

— Cômô-rô-cô...



## XV

### O GATO E A RAPOSA

O gato e a raposa iam por um caminho, conversando. Contaram muita lorota, muita prosa e, afinal de contas, falaram no cachorro, que era inimigo de ambos. Aí, disse a raposa:

— Qual o que! Eu lá tenho medo de cachorro, nada? Para me livrar dele eu tenho mil expedientes.

— Pois eu só tenho um, disse o gato.

Nisso aparece ao longe o cachorro, que vinha danado, farejando a raposa. O gato pulou num pé de árvore e ficou lá em cima bem de seu, dizendo à raposa:

— O meu é este.

A raposa, coitada, meteu o pé no mundo. Virou, mexeu, foi, veio, entrou em buraco, saiu de buraco, escondeu-se aqui, escondeu-se ali, fez mil remondiolas, até que, já morta de cansaço, o cachorro pulou-lhe no cachaço e estraçalhou-a.

## XVI

### A PREGUIÇA

Estando a filha com dor de parir, saiu a preguiça em busca da parteira. Sete anos depois ainda se achava em viagem, quando deu uma topada. Gritou muito zangada:

— Está no que deu o diabo das pressas...

Afinal, quando chegou em casa com a parteira, encontrou os netos da filha, brincando no terreiro.

## XVII

### O VEADO E A BARATINHA

O veado fez a sua casa. Aprontou-a, endireitou-a bem, botou os seus carreguinhos dentro, arrumou-os, fechou a porta e foi para o

mato procurar a vida. Andou por lá, andou, até à noitinha. Quando voltou para casa, que foi metendo a chave na porta, ouviu aquela vozinha muito fina, cantando lá dentro :

— “Tui-tui, quinanan-an,  
Chô-chô, curió matou.”

Ficou espantado. Levantou a cabeça e disse :

— Ih! que eu não entro em casa...

Tornando a ouvir a voz, tirou a chave mais que depressa e saiu correndo pela estrada a fora, com o cotoquinho do rabo em pé, que ia vendendo azeite às canadas. Adiante, encontrou o boi :

— Boi, me acode!

— O que é, veado?

— Quando eu ia abrindo a porta da minha casa, tinha um bicho cantando lá dentro e eu não entrei não, com medo de que ele me pegasse.

— Ora, *seu* medroso, vamos ver isso, disse o boi, eu chego lá, meto o chifre na porta e acabo com o tal bicho que está cantando dentro da tua casa.

Saíu o boi na frente e o veado atrás, desconfiado. Quando foram chegando na porta, que o veado foi metendo a chave na fechadura, o bicho cantou lá dentro. Assim que o boi ouviu aquilo, disse :

— O que, veado? vou *mimbora*. O diabo é outro.

E empurraram o pé no mundo, que iam em termo de se arre-bentar. Já muito longe, encontraram o bode, a quem o veado contou o que se estava passando. O bode disse que ia acabar com o bicho que estava metendo medo ao veado. Foram os dois. Porém o bode, ouvindo o bicho cantar, abriu o chambre, dizendo :

— Não, veado. O filho de meu pai não entra lá, não.

O mesmo aconteceu a muitos outros animais. Nenhum teve coragem de entrar na casa do veado. Afinal, estava o pobre do bicho de cabeça baixa, pensando como havia de ser para botar aquele im-

portuno para fora da sua casa, quando viu um enorme carreiro de formigas de correição.

— Ai formigas, disse o veado, me acodem, que eu não posso entrar na minha casa, porque, quando eu vou metendo a chave na porta, canta um bicho lá dentro, que me mete medo.

— Ora vamos ver essa história, responderam as formigas.

O carreiro das formigas dirigiu-se para a casa do veado e ele no coice. Quando foi chegando na porta, que foi metendo a chave na fechadura, o bicho cantou lá dentro como das outras vezes. Disseram as formigas.

— Espera aí, veado.

Entraram por debaixo da porta e o veado ficou do lado de fora, arisco, com as orelhinhas em pé, pronto para se escapulir. As formigas correram a casa toda, e o bicho cantando, sem que elas o pudessem descobrir. Afinal, foram dar com uma baratinha lá num canto muito escuro, de asinhas arrebitadas, que estava se acabando de cantar. Agarraram-na e trouxeram-na em charola:

— Está, veado, quem te fazia tanto medo!

Mataram a pobrezinha e levaram-na em pedacinhos para o formigueiro. O veado entrou para a sua casa, e foi dormir de papo para o ar.

## XVIII

### O CARNEIRO E A BARATINHA

O carneiro tinha a sua casa. Um dia, quando ele foi chegando na porta para entrar, ouviu cantar lá dentro:

— “Sou eu, juí,  
Sou eu, jamanã,  
Sou eu, catamburí,  
Ora toma no nariz,  
Ou...”

Teve tanto medo, que saiu por ali afora, correndo, em termo de botar a alma pela boca. Adiante, encontrou o boi e convidou-o para

ir ver que bicho era que estava cantando assim. O boi foi com o carneiro; mas, quando chegou na porta da casa, que ouviu o tal bicho cantar lá dentro, ficou arrepiado de medo, saindo como uma bala pela estrada a fora.

Desse modo foram muitos outros bichos, convidados pelo carneiro, e nenhum deles teve coragem de entrar na casa. Afinal, o carneiro convidou as formigas, que remexeram a casa toda, de cima para baixo e de baixo para cima, sem nada topar. Quando já estavam desenganadas de dar com o bicho, viram uma baratinha, lá num escaninho duma gaveta, cantando que estava mesmo se desmanchando. Num instante, as formigas fizeram-na em pedaços, e o carneiro ficou então sossegado.

## XIX

### O COELHO E O GRILO

Era um coelho, que tinha a sua casa lá no meio do mato. De noite, ele saía para passear e comer a roça dos outros, de dia ficava em casa dormindo. Uma vez, quando ele veio para casa, ao chegar à porta, ouviu cantarem lá dentro:

—“Cri, cri, estou na minha casa.  
Quem quiser ver eu quem sou,  
Venha cá.”

O coelho saiu correndo por alí a fora, com medo, que ia voando. Adiante, encontrou a cabra e contou-lhe o que havia sucedido. Disse a cabra:

— Ora, compadre coelho, você é um medroso. Vamos lá ver o que é.

Quando, porém, chegou à porta da casa do coelho, que ouviu aquela voz lá dentro, desembandeirou *nas carreiras*, que se foi com o capeta. E o pobre do coelho atrás.

Aconteceu o mesmo a muitos outros bichos que se ofereceram ao coelho afim de ver quem era que cantava dentro da sua casa.

Finalmente, foi o galo, que não esteve com conversas: arrombou a porta e entrou. Correu a casa toda, esgaravatou todos os cantos, e não descobriu quem era que estava cantando daquele jeito. Quando já não tinha mais onde procurar, olhou para dentro do buraco da fechadura da porta e viu o grilo, que estava em termo de arrebentar, de tanto cantar. O galo — *zápe* — meteu o bico e comeu-o. O coelho, então, ficou descansado na sua casa.

## XX

### O COELHO E O ALUA'

O coelho, querendo fazer uma roça, saiu tomando dinheiro emprestado aos amigos, dizendo-lhes:

— Tal dia vá lá em casa, que eu lhe pago.

Dessê modo foi na casa do galo, da raposa, do cachorro, da onça e do homem, marcando o mesmo dia para pagar as suas dívidas. O coelho não tinha uma cruz de dez réis de seu; mas não se incomodou. Fez uma panelona de aluá, botou-a no meio da sala e ficou, muito lampeiro, passeando p'ra lá e p'ra cá. Afinal de contas, ali pelas tantas, chegou o galo:

— Oh! compadre galo, bom dia. Entre, compadre galo. Como tem passado?

Conversa vai, conversa vem, como está, como não está, etc., por fim perguntou o coelho:

— Compadre galo, não quer um bocado de aluá?

— Pois não, compadre. Quero.

O coelho deu-lhe um caneco bem cheio. Assim que o galo acabou de beber, deu um estalo na língua e disse:

— Sim, senhor, compadre coelho, que excelente aluá! Não sei como hei de lhe pagar!

Nisso bateram à porta. O coelho espiou pelo buraco da fechadura e disse:

— Ih! compadre galo, é a raposa!...



— *Me* esconda, compadre coelho ! *Me* esconda, pelo amor de Deus !... disse o galo aflito.

— Meta-se ali debaixo daquele cesto, respondeu o coelho, tratando já de abrir a porta.

— Oh! compadre coelho, bom dia!

— Oh! comadre raposa, bom dia. Entre, comadre raposa. Como tem passado?

A raposa entrou e pegaram os dois a conversar. Daí a pouco perguntou o coelho :

— Comadre raposa, não quer um bocado de aluá?

— Pois não, compadre coelho. Quero.

— Deu-lhe um caneco bem cheio. Acabando de beber o aluá, a raposa deu um estalo na língua, dizendo :

— Sim senhor, compadre coelho, que excelente aluá ! Não sei como hei de lhe pagar !

— Homem, respondeu o coelho, o mesmo me disse compadre galo *ind'agorinha*.

— O que? o galo está por aquí? saltou mais que depressa a raposa.

— Esteve, mas já foi *s'imbora*, tornou o coelho. E acrescentou baixinho, apontando para o cesto :

— Está ali... Está ali...

A raposa pulou em cima do cesto, levantou-o e passou o galo no papo. E nisto batem na porta. O coelho espiou pelo buraco da fechadura e disse :

— Ih! comadre raposa, é o cachorro!

— *Me* esconda, compadre coelho ! *Me* esconda...

— Meta-se ali debaixo do cesto, respondeu o coelho já com a mão na chave da porta.

— Oh! compadre coelho, bom dia.

— Oh! compadre cachorro, bom dia. Entre. Como está, compadre cachorro?

Depois de conversarem um pouco, perguntou o coelho:

— Compadre cachorro, não quer um bocadinho de aluá?

— Pois não, compadre coelho. Quero.

O coelho deu-lhe um caneco bem cheio. Quando o cachorro acabou de beber, deu um estalo na língua e disse:

— Sim senhor, compadre coelho, que excelente aluá! Não sei como hei de lhe pagar!

— O mesmo disse comadre raposa *ind'agora*.

— O que é que me diz, compadre coelho? Esta mulher está por aquí?

— Esteve, mas já foi *s'imbora*, respondeu o coelho, ajunatando baixinho, a apontar para o cesto:

— Está ali... Está ali...

O cachorro foi devagarinho, levantou o cesto e — *lápo* — chamou a raposa aos peitos. Foi quando bateram na porta. O coelho espiou pelo buraco da fechadura e disse:

— Ih! compadre cachorro!... Sabe quem está aí? E' comadre onça...

— *Me* esconda, por Deus do céu, compadre coelho!

— Meta-se ali debaixo do cesto.

Correu e foi abrir a porta.

— Oh! compadre coelho, bom dia.

— Oh! comadre onça, bom dia. Entre, comadre. Como tem passado?

Conversaram, conversaram, até que o coelho perguntou:

— Comadre onça, não quer um caneco de aluá?

— Pois não, compadre coelho. Quero.

O coelho deu-lhe um *flandre* bem cheio e a onça, — *tum, tum, tum*, — bebeu-o. Quando acabou, saboreou-o bem, deu um estalo na língua e disse:

— Sim senhor, compadre coelho! Que excelente aluá! Não sei como hei de lhe pagar!

— E' verdade! A mesma coisa me disse neste instante compadre cachorro.

— O que é que você me diz? — perguntou logo a onça, mostrando a dentuça e pulando para o meio da sala. — O cachorro está aqui?

— Esteve, porém já foi *s'imbora*, — respondeu o coelho, e acrescentando, baixinho, a apontar para o cesto: — “Está ali... Está ali...”

A onça não quis mais saber de conversas. Suspendeu o cesto e liquidou o cachorro num abrir e fechar d'olhos. Aí bateram na porta, indo o coelho espiar pelo buraco da fechadura, para ver quem era.

— Ih! comadre onça! E' o bicho-homem!...

— Ai, compadre coelho! Onde é que eu me escondo?

— Pule para cima daquele girau.

A onça pulou como um relâmpago para cima do girau, ficando lá sem se mexer.

— Oh! compadre coelho, bom dia!

— Bom dia, compadre homem. Entre. Como tem passado?

Depois de darem uma prosa muito grande, o coelho ofereceu ao homem um caneco de aluá.

— Sim senhor, compadre coelho! Que excelente aluá... Disse o homem, depois de saborear a bebida, dando um estalo na língua.

— E' verdade! O mesmo me disse comadre onça nest'instantinho.

Perguntou o homem, fulo de raiva:

— O que? A onça anda por aquí?

— Andou, mas já foi *s'imbora*.

E, baixinho, apontando para o girau, acrescentou:

— Está ali... Está ali...

O homem meteu a espingarda na cara e — *pi* — derrubou a onça, dizendo:

— Arre, com todos os diachos, que esta danada não vai mais me estragar a criação...

Ficou tão contente por haver matado a onça, que foi embora, sem se lembrar mais do dinheiro que o coelho lhe devia.

## XXI

### O CAGADO E A FRUTA

Era um tempo de muita fome. Então apareceu uma árvore cobertinha de frutas maduras. Mas os bichos, como não sabiam o seu nome, não queriam ir comê-las. Reuniram-se todos e disseram que era preciso um deles ir ao céu, para Nosso Senhor dizer como se chamava a fruta. Foi um deles ao céu e Nosso Senhor ensinou o nome da fruta. O bicho, para não esquecer, veio cantando o nome:

— “Mussá, mussá, mussá,  
Mussangambira, mussauê.”

No caminho morava uma velha feiteira. Quando o bicho passou pela porta da velha, perguntou-lhe ela o que andava fazendo e o bicho então contou-lhe o que se passava. A velha, de má que era, saiu na frente dele, cantando:

— “Munga, selenga, ingambela,  
Vina, quivina, vininim...”

O bicho atrapalhou-se e esqueceu o nome da fruta. Lá se foi outro perguntar de novo a Nosso Senhor o tal nome. O mesmo que se deu com o primeiro, deu-se com esse e, por fim, com outros muitos que foram ao céu, no mencionado propósito: a velha atrapalhava-os com a cantiga, fazendo-os esquecer o nome da fruta. Afinal de contas, foi o cágado. Nosso Senhor ensinou-lhe o nome da fruta e ele voltou devagar, cantando:

— “Mussá, mussá, mussá,  
Mussangambira, mussauê.”

Quando foi passando pela porta da feiteira, esta foi saindo e perguntando, como de costume:

— Aonde vai, cágado?

E o cágado só cantando a sua cantiga, bem de seu, sem se importar com a velha. Tornou a mulher:

— Aonde vai, cágado?

O cágado só cantando. A velha saiu na frente dele:

— “Munga, selenga, ingambela,  
Vina, quivina, vininim...”

Mas o cágado nem como coisa. Nada de se atrapalhar, no seu rojão, cantando o nome da fruta. A velha danou-se. Agarrou-o e atirou-o de costas no chão, com toda a força. O cágado virou-se dizendo:

— “Arre! Pula!  
Cercê, bizê.”

E continuou o seu caminho, sem se esquecer do nome da fruta. Depois de lhe dar muitas quedas, vendo que nada arranjava, a velha foi-se embora, fumando de raiva. O cágado chegou onde estavam os bichos e disse-lhes o nome da fruta. Eles, muito contentes, agradeceram ao cágado o grande favor que lhes prestava; mas o pobre ficou com o casco todo arreventado das quedas que a velha feiticeira lhe deu, como até hoje se vê.

## XXII

### A GAITA DO CAGADO

Era um dia um homem que foi para o mato. Chegou lá, viu o cágado tocando a sua gaita. Escutou, escutou, achou bonito e pediu ao cágado que lhe emprestasse a gaita, dizendo que queria tocar para os meninos ouvirem, prometendo ir no outro dia levar-lha. O cágado foi e emprestou-lhe a gaita. Mas o homem se esqueceu e nunca mais voltou para lhe entregar a sua gaita.

Um belo dia, depois de passado muito tempo, indo ele ao mato, quando foi passando pelo cágado que estava escondido dentro de uma toca, o bicho saltou-lhe na frente, dizendo:

— Cadê a minha gaita? Eu quero iá a minha gaita p'ra aquí!



Avançou para o homem, ferrou-lhe os dentes num dos dedos do pé e começou a apertá-lo. O homem botou a boca no mundo:

—“Ôi, meu filho,  
Traz a gaita do cágado,  
Meu filho!”

— O que, papai, a foice? — perguntou-lhe o menino.

—“Não, meu filho,  
E' a gaita do cágado,  
Meu filho!”

E o cágado com o dedo do pé do homem agarrado, apertando-o cada vez mais; e o homem a gritar para o filho lhe trazer a gaita do cágado.

— E' o machado, papai?...

— E' o facão, papai?...

— E' o chapéu?...

Dessa maneira o menino, que não ouvia bem o que o pai lhe pedia, perguntou si era uma porção de coisas, enquanto o pobre do homem estava lá no mato, chiando no dente do cágado e respondendo a cada pergunta do filho:

—“Não, meu filho,  
E' a gaita do cágado,  
Meu filho!”

Afinal, depois de não ter mais o que perguntar, disse o menino:

— E' a gaita do cágado, papai?

—“Sim, meu filho,  
E' a gaita do cágado,  
Meu filho!”

O menino correu e levou-lhe a gaita. Então o cágado soltou o dedo do pé do homem, tomou a sua gaita e foi-se embora.

## XXIII

### A CASCABEL E A SURUCUCU'

Houve uma reunião das cobras. Então, cada qual contava as suas proesas. A cascavel e a surucucú conversavam num canto. Dizia aquela com fingida modéstia:

— Eu não faço nada. Só sei que quem prova do meu dente ou morre ou fica aleijado.

A surucucú deu um risinho de mofa:

— Pois eu, amiga cascavel, quando passo o meu dente em alguém, corro logo do lugar, para o cadáver não cair em cima de mim.

## XXIV

### LUIZ-CACHEIRO (\*) E O SAPO

O sapo fez a sua casa e estava morando dentro dela. Luiz-cacheiro andava pelo mato comendo as suas frutas e não tinha casa. Uma noite de inverno, chovendo muito, o sapo havia feito um foguinho e estava aquecendo-se, a bater o papo: — *poque-te-poque, poche-te-poque*.

Luiz-cacheiro chegou e pediu ao sapo que lhe desse um agasalho, porque estava com os espinhos moles e sentindo muito frio, de tanta chuva que havia apanhado. Era só para passar aquela noite. Então o sapo, coitado, mandou que ele entrasse. Luiz-cacheiro chegou-se para junto do fogo, afim de se aquecer. Quando já estava com um lado bem quente, virou-se do outro. Assim que os espinhos secaram e ficaram duros de novo, ele começou a encostar-se no sapo devarinho, até que esse gritou:

— Olhe lá os seus espinhos!...

---

(\*) Ouriço-cacheiro.

Luiz-cacheiro aquietou-se. Passando um bocado de tempo, porém, tornou a chegar-se para o sapo, que berrou pela segunda vez:

— Olhe lá os seus espinhos!...

Pela segunda vez, também, aquietou-se o incômodo hóspede; mas daí a pouco encestou-se bem no sapo, *sugindo-o* na parede. O sapo deu um pinote por cima do fogo, para o outro lado, reclamando pela terceira vez:

— Olhe lá os seus espinhos!...

Luiz-cacheiro, porém, correu p'ra riba do sapo, afim de tornar a espetá-lo. Assim, tanto o perseguiu, que o pobre, salta aquí, salta acolá, sempre imprensado entre a parede e os espinhos do malvado, deu grande pulo, caindo na porta da rua. Vendo, afinal, que Luiz-cacheiro se preparava para ir de novo em cima dele, correu para o mato e foi-se embora. Então Luiz-cacheiro ficou bem de seu, morando na casa do sapo.

## XXV

### O SAPO VELHO E OS SAPOS MOÇOS

Numa noite de inverno, estavam os sapos cantando à beira da lagoa. O sapo velho dizia:

—“Quando eu morrer,  
Quem vai comigo?”

Os sapos moços ficavam bem de seu, calados. Então o sapo velho disse:

—“Quando eu morrer,  
Quem fica com minha mulher?”

Aí, os sapos moços todos responderam:

—“Eu, eu;  
Eu, eu.”

E' isso que os sapos cantam à noite, na beira das lagoas.

## XXVI

### O SAPO SARAMUQUECA

Um rapaz estava apaixonado por uma moça. Então pediu-a em casamento. Porém a moça disse que não queria se casar com ele. O rapaz ficou com muita raiva e procurou meios e modos de matá-la. Enfeitiçou um sapo cururú e peitou um criado da casa para botar o bicho debaixo do estrado sobre o qual a moça cosia.

Começou logo a moça a emagrecer e ficar amarela. Quando foi um dia de manhã, tendo ela acordado muito cedo para coser, o sapo saiu de debaixo do estrado e agarrou-a. A moça, aí, chamou pela gente de casa, que ainda estava dormindo:

—“Meu pai, minha mãe,  
Meus parentes, meus irmãos,  
*Olhe* o sapo saramuqueca,  
Que quer me comer a mim.”

Todo o mundo, porém, estava enfeitiçado em casa, e, por isso, não ouviram a voz da moça, continuando a dormir. O sapo enguliu-lhe os pés, fazendo assim:

—“Indunga... indunga... indunga...  
Indunga, lacandunga, inguti...”

Tornou a moça a chamar pelos parentes e eles ferrados no sono.

Para encurtar a história, o sapo enguliu-a toda, fazendo sempre: — Indunga, etc.”. E a moça chamando sem cessar por sua gente. Só depois que o sapo a enguliu foi que os parentes acordaram, achando o bicho esparralhado no meio da sala, com a pobrezinha no bucho. Aí não tiveram conversa. Meteram-lhe o cacete de rijo: — *pá-pú-burucutú*, *pá-pú-burucutú* — até que deram çabo dele, tirando-lhe a moça da barriga ainda viva.

## XXVII

### O REI DOS PASSAROS

Um homem foi caçar. Chegando no mato, viu um pássaro muito bonito. Quando ia apontando-lhe a espingarda, o bicho cantou:

—“Não me mate, não,  
Tango-lango-lango,  
Que eu sou o rei dos pássaros,  
Tango-lango-lango,  
Fazendo amigo meu,  
Tango-lango-lango,  
Agora me carango,  
Tango-lango-lango.”

O caçador, porém, não esteve pelos autos: passou-lhe fogo e derubou-o. Chegando em casa, mandou tratar o bicho para cozinhar. Quando começaram a depená-lo, ele cantou assim:

—“Não me trate, não”, etc.

Depois de tratado, foram cortá-lo aos pedaços, para botar na panela. Ele cantou:

—“Não me corte, não”, etc.

Botaram-no na panela e o pássaro:

—“Não me cozinhe, não”, etc.

Uma vez cozido, puseram-no no prato e o homem sentou-se à mesa para comê-lo. Aí o pássaro cantou:

—“Não me coma, não”, etc.

Depois que o homem encheu bem a barriga, espreguiçou-se todo, dando um — *ah!* — de satisfação. Foi quando o pássaro estourou dentro da barriga dele — *pei!*... — e voou por ali afora. O homem caiu p'ra trás, morto.



## XXVIII

### O GAVIÃO E O PINTINHO

Uma galinha estava ciscando no terreiro com a sua ninhada de pintos, quando veio de lá do alto o gavião, agarrou um delles e pôs-se lá em cima de um pé de pau, com o pobrezinho nas unhas:

— Quantos irmãos tu tens?

O pintinho, gemendo, fazia:

— Eh! hum...

O gavião pensava que ele estava dizendo — *eu, um* — por isso tornava:

— Não conta contigo não, bobo, que tu já estás comido. Quantos irmãos tu tens?

O pintinho:

— Eh! hum...

— Tu, não, tolo. Tu já estás no papo...

E tanto perguntou ao bichinho quantos irmãos tinha, tanto falou, até que, distraíndo-se, deixou-o soltar-se-lhe das garras e cair. Assim que o pintinho se achou no chão, fez — *piu*... — metendo-se debaixo de uma moita. E o gavião, apesar de estar a dizer que ele já estava comido, ficou com água no bico.

## XXIX

### A ANUM E A CANARINHA

A anum e a canarinha fizeram cada uma o seu ninho no mesmo pé de pau. Quando a canária saiu para passear, a anum foi no ninho dela e, vendo a canária tão bonitinha, amarelinha como gema d'ovo, ficou com muita inveja, porque sua filha era preta e feia de fazer medo. Então a anum roubou a canarinha e levou-a para o seu ninho, botando sua filha no ninho da canária. Quando esta chegou, que viu

aquele pretume no ninho, em lugar da filha, ficou tontinha, procurando-a. Começou a chorar e a cantar:

—“Nanê-ê, nanê-ê,

Nunga, calunga,

Calunga-ê,

Chamo, nam chamo,

Chamo, nam chamo,

Chá-chá-ouê...”

Respondeu a canarinha de lá do ninho da anum:

—“Namo-nanguê...”

Ouvindo a voz da filha, a canária foi-se chegando, até que deu com ela. Carregou-a e foi-se embora, indo fazer o seu ninho bem longe.

### XXX

#### O BEIJAFLOR

Era um homem e uma mulher que tinham uma filha muito bonita. Então, com medo de que algum rapaz a roubasse, traziam-na trancada a sete chaves. A pobrezinha só vivia escondida pelas camarinhas e pelos cantos da casa. Não chegava à janela, não ia ao quintal, não aparecia em lugar nenhum.

Um dia, uma escrava da casa foi à fonte buscar agua para botar na panela da comida que estava no fogo cozinhando e, chegando ali, viu um beijaflorzinho cantando em termo de se arrebentar, sentado num galhinho seco, lá num olho de pau:

—“Esperança, esperança,

Hum-hum,

Tá... tá... tá-lê-lê,

Sentada no cazumba,

Helena Pereira.

Hum-hum...”

A negra achou aquilo tão bonito, que arriou o pote, sentou-se e pôs-se a escutar o bichinho, admirada, sem se lembrar de mais nada.

Demorando muito a escrava na fonte, a mãe da moça mandou outra negra ver por que motivo era que ela não vinha com a agua. Foi e ficou tambem sentada, ouvindo o passarinho. Assim, afinal de contas, foram todas as escravas e escravos, grandes e pequenos, ficando todos na fonte, de boca aberta, escutando o beijaflor cantar. Por último, foi a mãe da moça e tambem não voltou.

Depois de passado muito tempo, vendo a moça que a panela estava esturricada, apanhou um chaile, embrulhou-se toda e desceu o caminho da fonte. Quando foi chegando, que o beijaflor foi avistando-a, voou-lhe em cima, agarrou-a e, num abrir e fechar d'olhos, desapareceu com ela.

### XXXI

#### O BEIJAFLORZINHO

Era um homem que tinha uma filha para se casar. Quando chegou o dia do casamento, que a noiva e os padrinhos saíram para a igreja, ficaram as escravas todas na cozinha preparando o jantar. Faltando agua para botar nas panelas que estavam no fogo, uma delas deu de mão no pote e correu para a fonte. Quando chegou lá, viu um beijaflorzinho sentado num galho de pau, cantando:

—“Helena, calena,  
Do papo lundú,  
Cajila, muquila,  
Zengue-zengue-zengue...  
Tuíte...”

A negra arriou o pote e começou a sambar, que nem se lembrou mais de agua, nem de comida, nem de nada deste mundo. Toca, agora, a se esperar por ela em casa; toca a se esperar, toca a se esperar, e a negra lá na fonte. O beijaflorzinho cantando e ela sambando.

Passado muito tempo, foi outra escrava ver o que a parceira estava fazendo, que não voltava com o pote dagua. Assim que essa foi avistando aquela, foi cantando:

— “*Pariceira* de minha'alma,  
Venha ver *sizi* cantar,  
Quindahi,  
Quindahi.”

A *pariceira* foi correndo e caindo no samba tambem. Ficaram em casa, agora, a esperar pelas duas. Chamaram, gritaram, nada. Lá se foi uma terceira escrava, uma quarta, e, finalmente, todas as escravas foram para a fonte, e, ali chegando, entraram no samba, que estavam como doidas.

Não havendo mais escravas em casa, foi uma das irmãs da noiva. Logo que as negras a avistaram, foram cantando:

— “*Sinhá* moça de minh'alma”, etc.

A moça entrou na roda, que só mesmo se vendo. Foi a outra irmã. Mal a primeira lhe pôs os olhos em cima, foi abrindo os peitos:

— “*Minha* mana de minh'alma”, etc.

Não teve dúvida. Caiu igualmente no samba. A mãe das moças estava em pantanas: a comida queima, não queima; os noivos e convidados, *chega* não *chega*; e nada de jantar. O povo todo de casa tinha ido para a fonte e lá se tinha ficado. Disse então:

— Qual! Isso foi coisa que aconteceu àquela gente lá na fonte. Só mesmo eu indo ver o que foi.

Botou um cháile na cabeça e saiu. Muito antes de chegar à fonte, já estava ouvindo o samba ferver e, logo que foi avistando o pessoal na roda e ouvindo o canto do beijaflorzinho, já foi de cá de longe se peneirando e se requebrando toda. Assim que as filhas a enxergaram, abriram o éco:

— “*Mamãezinha* de minha'alma” etc.

A velha caiu na dansa, que só faltava se desmanchar. Aí foi que a festança esquentou. O bichinho estava em termo de se acabar, com a sua cantiga. Quanto mais ele cantava, mais as mulheres sambavam

Em casa só havia ficado o velho, aflito, esperando os noivos, os convidados, a gente que tinha ido para a fonte: mulher, filhas, escravas, tudo. Estava em termo de estourar de raiva. Afinal de contas, danado da vida, deu de garra num manguá e disse:

— Esperem aí, que eu já vou desencantar vocês.

Voou pelo caminho da fonte abaixo, que ia vendendo azeite às canadas. Logo que a mulher o bispou, foi cantando, com as mãos nas cadeiras:

—“Meu marido de minh'alma”, etc.

O homem foi chegando no meio da roda e foi empurrando o manguá, a torto e a direito, cantando:

—“Minha mulher de minh'alma,  
Prove lá deste manguá.  
Quindahi,  
Quindahi.”

Apanhou mulher, apanharam filhas, apanharam escravas, que foi um pagode. Num instante se acabou o samba. O beijaflorzinho, ouvindo aquele salseiro todo, bateu as asas e foi-se embora.

## XXXII

### A PENA DO TATANGUÊ

Um homem, indo caçar, achou lá no mato uma pena muito bonita, que tinha caído da asa do tatanguê. Apanhou-a, dizendo consigo:

— Eu agora vou levar esta pena para casa, que é para os meninos brincarem.

Assim mesmo fez. Quando foi no outro dia, que o homem foi para o mato, o tatanguê flechou em cima dele e agarrou-o, dizendo:

— Enquanto tu não me deres a minha pena, eu não te solto.

Ao mesmo tempo, foi voando com o homem. Este, aí, gritou para o filho, que estava sentado na porta da rua:

—“Bico subiano,  
Pená de tatanguê,  
Cadê la jacabana,  
Bota, bota, vamos vê.”

O menino, que não tinha ouvido bem o que o pai lhe pedira, perguntou:

— O que é, papai? O machado?

E o tatanguê voando. Tornou o homem:

—“Bico subiano”, etc.

Continuou o menino a perguntar:

— E' a foice?... As *pracata*?... O cachimbo?...

Quando já não tinha mais nada que perguntar, lembrou-se o menino da pena do tatanguê. O homem disse que sim, e então o pássaro, que já estava lá naquelas alturas, foi descendo até chegar ao terreiro. O menino viu correndo e deu-lhe a sua pena. Então o bicho largou o homem e foi-se embora.

### XXXIII

#### A FORMIGA E A FILHA

A formiga cosia muitas costuras de ganho e ensinava também a filha a coser. Quando saía, deixava tarefa de costura para ela; mas a bichinha arriava o trabalho, ia para o mato, ajuntava aquela porção de folhas e trazia para casa, começando então a cortá-las com a tesoura.

Quando a mãe chegava, que achava aquele montão de folhas cortadas, agarrava-a e dava-lhe muita pancada. Isso era todos os dias. A formiga já não sabia o que fizesse para corrigir a filha. Até que um dia, muito zangada, pegou numa corda e amarrou-a pela cintura ao pé de uma mesa. Em seguida, foi para a rua, trancando a porta.



Tanto fez a formiguinha, tanto sungou, tanto espinoteou, que o nó da corda foi-se apertando, arrochando-lhe a cintura, de modo que quasi a tora em dois pedaços. Quando a formiga chegou, que viu a filha naquele estado, com a cintura tão fina devida ao arrocho da corda, teve pena dela e soltou-a.

Mal se apanhou solta, a formiguinha não teve mais conversa. Correu para o mato, e toca a carregar folhas para cortar em casa com a tesoura. Vendo que não podia mais corrigi-la daquele mau costume, a mãe botou-a de casa para fora, dizendo:

— Árre! Vai-te! Tua sina ha de ser cortar folhas, até o mundo se acabar.

Por isso é que a formiga saúva só vive cortando folhas para carregar para o formigueiro, tem a cintura tão fina e uma tesoura na cabeça.

#### XXXIV

### A ARANHA CARANGUEJEIRA E O QUIBUNGO

Houve uma seca muito grande e não tinha nada para os bichos comerem. Então, apareceu uma árvore cobertinha de frutas maduras, muito doces e todos eles foram comer. Só a aranha caranguejeira não poudé ir, porque tinha de atravessar um rio muito largo para chegar ao pé da árvore. Passou o urubú e a aranha disse:

— Ou! Urubú, me leva, que eu também quero ir comer uma fruta.

— Trepá aquí nas minhas costas, respondeu o urubú.

A aranha encarapitou-se nas costas do urubú, que saiu voando por alí a fora, em busca da árvore. Chegando lá, arriou a aranha, e, quando foi para comer uma fruta, ela gritou-lhe:

— Não, urubú, essa é minha. Eu já tinha marcado *ela* para mim, assim que fui chegando.

O urubú voou e foi pousar junto a outro fruta. E, quando foi fazendo menção de bicá-la, a aranha tornou a gritar, dizendo:

— Não, urubú, essa não, que eu também já tinha marcado para mim.

E assim fez todas as vezes que o urubú ia comer uma fruta, até que o pobre do bicho se aborreceu com aquilo, voou e foi-se embora com a barriga vazia, deixando a aranha sòzinha. Quando a aranha matou bem a fome, desceu e pôs-se em caminho para casa. Chegando, porém, à beira do rio e não podendo atravessá-lo, começou a chorar e a maldizer-se da sorte. Nisso, veio o jacaré e disse:

— Comadre aranha, vamos para casa. Vosmincê dorme hoje lá com a gente e amanhã eu mando os meninos *lhe* passarem.

Foram chegar em casa já de noite. O jacaré disse aos filhos que fizessem logo a cama da aranha, que ela estava muito cansada. Os jacarezinhos fizeram a cama dentro do ninho do jacaré, em cima dos ovos. Assim que a aranha se agasalhou, foi recomendando:

— Compadre, mande me passar bem cedo.

E começou a comer os ovos. Quando ela quebrou o primeiro — *páco!* — os meninos, pensando que a aranha estava *se soltando*, gritaram:

— Bufo de hóspede, papai!

— Meninos, deixem comadre aranha dormir!

Nessa pandega levaram a noite inteira. De vez em quando a aranha quebrava um ovo — *páco!* — e os meninos gritavam que era “bufo de hóspede”, enquanto o jacaré, arreliado, mandava que eles se calassem, para a aranha dormir. Mal foram rompendo as barras do dia, a aranha, que já tinha metido no papo todos os ovos do jacaré, gritou:

— Compadre, mande os meninos me levarem.

— Ainda é muito cedo, comadre,

— Não é não, compadre. Eu tenho muita pressa de chegar em casa.

Tanto insistiu, tanto insistiu, até que o compadre mandou os filhos passarem-na. Quando o jacaré foi ver o ninho, que só encontrou as cascas dos ovos, ficou para a vida não ter. Correu à beira do rio e gritou aos filhos que já iam bem longe:

— Meninos, tragam a comadre aranha cá...

Aí, disseram os jacarézinhas:

— Olhe ! Papai está dizendo para a gente levar vosmuncê lá.

— Qual nada, retrucou a aranha. O compadre está dizendo para vocês me levarem depressa. Botem a canoa para a frente.

E o jacaré, na beira do rio, acabando-se de gritar:

— Meninos, tragam comadre aranha cá...

Os jacarézinhas bem que estavam ouvindo. Mas a aranha repetia que o pai deles estava era mandando levarem-na depressa. Assim que a canoa foi chegando à beira do rio, a aranha foi pulando em terra e, mais que depressa, escondendo-se no mato.

Saiu a aranha por ali, bangolando, quando viu o quibungo (\*) pescando e atirando os peixes para trás das costas. Foi chegando-se devagar, e começou a comer os peixes. Que, quando o quibungo acabou de pescar e foi apanhá-los, não encontrou um só. Disse o quibungo:

— Ah! foi você, aranha, que comeu os meus peixes? Eu quero *eles* já p'ra aquí.

— Não fui eu que comí os seus peixes, não, quibungo...

Estavam nesta resinga: — foi, não foi, foi, não foi. Nisso passa uma juriti voando: — *rrrúm*... — Então, a aranha disse:

— Ah! juriti! Si eu não te tivesse feito ficar bonita assim desse jeito, tú não irias voando por aí a fora, tão contente.

---

(\*) Negro africano, quando fica muito velho, vira *quibungo*. E' um macacão todo peludo, que come crianças (Recôncavo da Baía). Quando um menino está cuspinhando, repreendem-no os mais velhos:

— Tu estás feito *quibungo* ?

Ou:

— Deixa de estar como *titiribum* !

Ouvindo essas vozes, o quibungo perguntou mais que depressa:

— Ou ! aranha, tu sabes fazer a gente ficar bonito ?

— Ora si sei...

— Pois então eu quero que tu me faças ficar bonito.

— Está bem. Vamos andando.

Lá se foram os dois por ali a fora. Chegando adiante, encontraram um roçado muito grande e a aranha mandou que o quibungo experimentasse todos os tocos de pau, até encontrar um bem resistente. Afinal o quibungo deu com um toco como a aranha queria. Então disse a bicha:

— Quibungo, é aqui. Agora vai vem um bocado de cipó, do mais grosso que encontrares.

O quibungo foi para o mato e voltou gemendo debaixo de um rolo de cipós tão grossos, que se podia amarrar um boi com cada um deles. Aí, disse a aranha:

— Encosta-te aqui no toco, para eu te amarrar bem, que é para eu te fazer ficar bonito.

O tolo do quibungo encostou-se ao toco e a aranha enlinhou-o, enlinhou-o, amarrou-o, amarrou-o, até que ele ficou sem poder se mexer.

— Quibungo, vê la si tu podes te bolir, disse então a aranha.

Qual nada! O quibungo *inchou nas coronhas*, mas foi de balde. Estava arrochado que não podia nem dizer — *piu!* A aranha, aí, deu uma risadinha gostosa, puxou por uma quicézinha bem amolada, começando a cortar os pedacinhos de carne do quibungo e a comê-los. O pobre gritava pelo rei de França. Porém a aranha bem de seu. Quando encheu o bucho, foi-se embora. No dia seguinte, voltou e tornou a comer um bocado do quibungo. Assim fez todos os dias, até que o deixou nos ossos.

A todo bicho que passava, o quibungo pedia para lhe cortar os cipós que o prendiam ao toco. Mas nenhum quis fazer-lhe o favor, dizendo:

— Eu não. Para, quando acabar, tu ires comer meus filhos...

Por fim, passou o cupim e ele pediu com voz de choro:

— Cupim, me dá aquí nestes cipós, cupim...

— Eu não. Para, quando acabar, tu ires comer meus filhos...

— *Me* solta, cupim, que eu não como mais, não!

Tanto pediu, tanto rogou, até que o cupim ajuntou todos os companheiros e num instante roeram os cipós.

Assim que o quibungo se viu solto, foi logo em procura da aranha, que já andava muito longe.

Passado algum tempo, houve uma seca muito grande e os bichos reuniram-se para fazer uma fonte. Então o quibungo pensou logo em pegar a aranha. Todos os dias ficava de sentinela na fonte, para ver si lhe punha a mão em cima, quando ela fosse beber agua.

A aranha ficou escogitando um meio de ir beber na fonte, sem ser reconhecida pelo quibungo. Afinal de contas, achou o couro de um veado que havia morrido esturricado de sede. Meteu-se dentro dele e saiu por alí a fora, toda *corocochó*, cai aquí, cai acolá, sem poder com o peso do couro, até que deu na fonte. Chegando lá, o quibungo perguntou-lhe:

— Oh! amigo veado, o que foi que você teve, que ficou seco assim desse jeito?

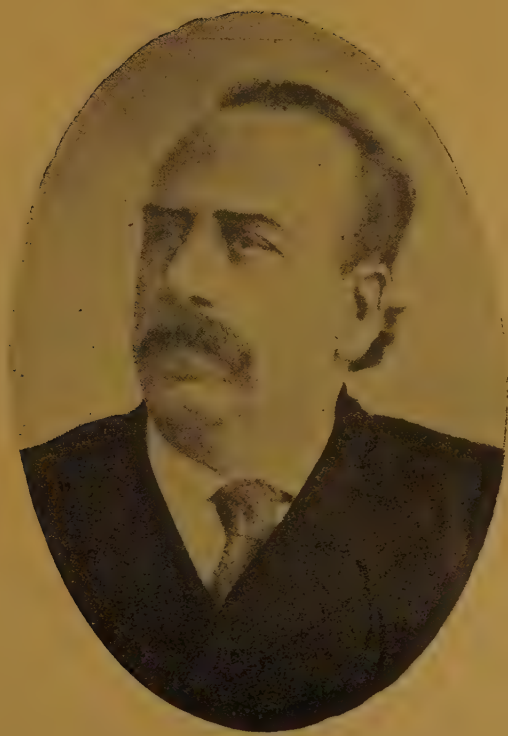
Respondeu a aranha, de dentro do couro, dando um suspiro muito comprido:

— Ai! amigo quibungo... hum!... Quem me pôs assim neste estado, que você está vendo, foi aquela malvada da aranha caranguejeira, aquela excomungada!

— O que? a aranha caranguejeira? Ah! amigo veado, si você soubesse o que aquela peste me fez!...

Aí contou-lhe o que se passara, arrematando:

— Mas deixe estar, que eu pego *ela* aquí e dou-lhe o troco...



Mello Moraes Filho





A aranha desceu, chegou à beira da fonte, bebeu agua, tomou banho e raspou-se. Quando já estava um bocado distante, saiu de dentro do couro do veado, subiu numa árvore bem alta e gritou:

— Quibungo! Ou! quibungo!... Sou eu, olha...

O quibungo ficou furo de raiva, porém não poudé agarrá-la.

### XXXV

#### O QUIBUNGO E O MENINO DO SACO DE PENAS

Era um menino que, desde que teve entendimento, começou a andar no mato armando laços e arapucas para pegar passarinhos. De cada um que ele pegava, tirava uma pena da asa e outra do rabo, guardando-as num saco. Chegou assim a ajuntar um saco de penas. Seu pai e sua mãe perguntavam:

— Meu filho, para que é que você ajunta esta porção de penas?

— Deixe estar, que elas hão de servir! Respondia o menino.

De uma feita, toda a família do menino reuniu-se para ir fazer uma pescaria num rio muito longe. Desde a véspera começaram a se aprontar para a viagem: uns fazendo comida, para levar, outros consertando os seus anzóis, os seus puçás, os seus munzuás, as suas redes. O menino, porém, estava bem quieto. Quando foi na hora da partida, ele agarrou o seu saco de penas e botou-o às costas. Perguntou-lhe o pai:

— Meu filho, aonde vai você com esse saco de penas?

— Eu preciso dele, meu pai. Deixe estar.

Quando chegaram ao lugar da pescaria, cada qual foi arriando a sua trouxa. Porém o menino, com o seu saco agarrado. Prepararam-se todos, entraram no rio e começaram a pescaria. Uns diziam:

— Ih! minha gente, aquí tem quibungo...

— Qual o que! Não tem... Respondiam outros.

Estavam nesta contenda, — tem, não tem, — quando ouviram aquele ronco medonho dentro do mato, lá muito longe. Fizeram uma alaúza terrível entre si.

— Ei! minha gente, é o quibungo!

— Eu bem que dizia que aquí tem quibungo!

— O que ha de ser agora?

— Daquí que a gente chegue em casa está tudo perdido: o quibungo nos come!

Quando quizeram correr, o menino disse:

— Minha gente, esperem aí. Ninguem corra, não. Fiquem quietos. Sosseguem. Cada um vá segurando bem o seu peixe.

Dito isso, mandou que ficassem todos em fila, um atrás do outro, e foi entregando a cada um uma pena de asa e outra de rabo de passarinho, recomendando:

— Prendam a pena de asa nos dentes e a de rabo debaixo do braço.

Quando acabou de distribuir as penas por todos, sacudiu o sacco de boca para baixo e as duas últimas que caíram foram para ele. Em seguida, ficou no último lugar da fila. E' quando eles viram aquele quibungo enorme, roncando e quebrando mato. Logo que foi chegando junto do primeiro da fila, foi extendendo as unhas para agarrá-lo. Aí, o menino cantou:

—“Esse é meu pai,  
Auê,  
Gangaruê, tu *cai*,  
Não cai.”

O quibungo deu um urro — *êxe!* — e encolheu a mão, dirigindo-se ao segundo da fila. O rapazinho cantou:

—“Essa é minha mãe”, etc.

Assim, o quibungo passou por todos os parentes do menino, sem poder pegar nem um deles, porque, quando ia extendendo as unhas para agarrá-los, ele cantava daquele jeito.

À medida que o quibungo ia avançando, iam nascendo asas aos que deixava atrás. Quando foi chegando junto do menino, este prendeu as penas do modo que recomendara aos outros, e também lhe

nasceram asas. Então eles todos fizeram — rrrúuu... — voando por alí a fora em casa. Foram chegando e sentando-se no terreiro para descansar. Alguns disseram:

— Agora o quibungo não vem mais. Vamos tratar os peixes.

Respondeu o menino:

— O quibungo vem.

Ficaram então excogitando como havia de ser para eles darem cabo do maldito quibungo. O menino foi e lembrou o seguinte:

— Vamos cavar um buraco bem fundo aquí defronte da porta e depois enfincamos uns estrepes dentro. Na beira do buraco se faz uma figura parecendo gente. Quando o quibungo vier para pegar a figura, enganado, cai dentro do buraco e se estrepa todo. Aí, a gente acaba de matar *ele*.

Foi dito e feito. Cavado o buraco e fincados os estrepes, taparam-lhe a boca com umas varas e folhas de bananeira, botando uma camadinha de terra por cima. Acabado esse serviço, armaram a figura na porta da casa com duas varas em cruz, enfiando nelas uma calça e uma camisa, e pondo um chapéu ao alto. Quando ficou tudo pronto, foram-se esconder.

Daí a pouco ouviram o quibungo roncar. Assim que ele foi chegando, foi vendo a figura na porta e dando um pulo para agarrá-la; mas caiu dentro do buraco e estrepou-se. Já sabe. O pessoal acudiu todo, e, homens, mulheres e meninos, uns de cacete, outros de facão, outros de foice, voaram em cima dele, liquidando-o num abrir e fechar d'olhos.

Foi uma pagodeira em casa, porque finalmente estavam livres daquele quibungo terrível e podiam ir pescar quando quisessem, sem medo nenhum, ficando todos muito satisfeitos com o menino que tinha feito com que eles não caissem nas unhas do bicho e, por fim, ensinado o meio de darem cabo do mesmo.

## XXXVI

### A MENINA E O QUIBUNGO

No tempo do quibungo, menino não podia sair à noite sòzinho. O quibungo andava ao redor das casas, gemendo: — hum! hum! hum! Quando encontrava algum menino, pegava para comer.

Havia uma mulher que tinha uma filha. A menina gostava muito de sair todas as noites para andar abaixo e acima, pela casa dos parentes e dos vizinhos. A mãe dela sempre dizia:

— Minha filha, não sáia de casa de noite, que o quibungo *lhe* pega e *lhe* come!...

A pequena, porém, que era muito teimosa e malouvida, não se importava. Até que, uma noite, o quibungo agarrou-a, botou-a às costas, levando-a para comer. A menina pegou a cantar:

— “Minha mãezinha,  
Quibungo tererê,  
Do meu coração,  
Quibungo tererê,  
Acudí-me depressa,  
Quibungo tererê,  
Quibungo quer me comê.”

A mãe da menina respondeu:

— “Eu bem te dizia,  
Quibungo tererê,  
Que não andasses de noite,  
Quibungo tererê.”

Ouvindo isso, ela chamou pelos demais de casa; mas ninguém quis acudir-lhe, respondendo todos da mesma maneira. Lá se foi a pobrezinha chorando, nas costas do quibungo. Passou pela casa dos outros parentes, e nenhum veio tomá-la das mãos do quibungo. Foi quando a avó ouviu aquela alaúza do povo, correndo e gritando:

— O quibungo carregou fulana... E'-vem ele com fulana nas costas...

Aí, a velha correu mais que depressa, botou um tacho d'agua no fogo para ferver e meteu um espeto nas brasas. Quando foi chegando perto da casa da avó, a menina foi cantando:

— Minha avòzinha", etc.

Respondeu a avó como os demais parentes haviam respondido. O quibungo, então, foi passando muito satisfeito. A velha agarrou o tacho d'agua fervendo, saiu atrás dele e — *zás* — sacudiu-lho nas canelas. O quibungo deu um pinote muito grande, atirando a menina no chão. Foi quando a velha deu de mão no espeto, que estava vermelho em brasa e enfincou-lhe no pescoço, matando-o. Tomou a neta para si e nunca mais deixou que ela fosse em casa dos pais. Também a menina não quis mais sair de noite, para andar abaixo e acima.

### XXXVII

#### O BICHO CUMUNJARIM

Era um dia um homem casado que tinha uma porção de filhos. No lugar onde ele morava, havia um quibungo, o qual, quando encontrava uma casa só com mulheres e crianças, com a porta aberta, de noite, entrava para comer os meninos.

De uma feita, o homem saiu para viajar, recomendando muito à mulher que não deixasse a porta aberta de noite, para o bicho não comer os filhinhos deles. Assim mesmo ela fazia; mas, uma noite estava tão atrapalhada com aquele bandão de meninos — um grita, outro chora, outro choraminga, lava pé de um, deita outro, etc. — que se esqueceu de fechar a porta da rua. Quando ela olha, lá está o quibungo, com os olhos arregalados para dentro da casa. Os meninos, coitados, ficaram para morrer de medo. Uns esconderam-se debaixo da cama, outros agarraram-se à saia da mãe, chorando.



O quibungo entrou, fechou a porta, pegou num dos meninos, e perguntou à mulher:

—“De quem é este menino,  
Cumunjarim,  
Cumunjarim gombê, hum.”

Respondeu a pobre, tremendo:

—“Esse menino é de meu marido,  
Cumunjarim,  
Cumunjarim gombê, hum.”

Tornou o quibungo:

—“Pois eu já vou comendo ele,  
Cumunjarim,  
Cumunjarim gombê, hum.”

*Lápo...* comeu o menino. Da mesma maneira comeu os outros todos. Quando acabou de comer o último, que já ia comer a mulher também, bateram na porta. O quibungo perguntou:

—“Tum-tum-tum, quem bate aí?  
Cumunjarim,  
Cumunjarim gombê, hum.”

Ouvindo aquela voz dentro de casa, o homem *meteu o resto* na porta e entrou:

—Mulher, eu não lhe disse que não deixasse a porta aberta para o quibungo não entrar? Que descuido foi este?

E avoou em cima do quibungo, encostando-lhe o cacete de rijo. O quibungo correu para a porta, mas o homem a tinha fechado. Então disse:

—Esse casa num tem prota?

O homem em cima dele, de pau, que estava como uma cobra. O quibungo — *pum!* — soltou uma bufa e correu para a janela, tapando-a fechada:

—Esse casa num tem jinela?

Pau nele, pau, pau. O quibungo — *pum! pum!* — ao redor da casa, procurando um buraco para meter a cabeça e escafeder-se para o lado de fora:

— Esse casa num tem buraco?

Para onde se botava o quibungo, o homem de cacete no couro dele, cacete, cacete, até que o matou. Arrastou o bicho para o mato e foi sòzinho pelo mundo a fora, desgostoso, porque a mulher deixara a porta aberta para o quibungo comer seus filhos.

### XXXVIII

#### TITÍ MARUÊ

Um homem era casado e tinha uma filha. Enviuvando, foi morar em casa de uma irmã que não gostava nada da sobrinha. O homem saía todos os dias para trabalhar. Depois de algum tempo, a mulher deu para se virar num bicho enorme, todo preto e cabeludo, quando calculava que o irmão já estava longe de casa. Botava-se para a menina, que começava a gritar pelo pai, dizendo:

—“Muzambê, muzambê,  
Tití Maruê quer me *comê*.”

Gritava, gritava, até ele ouvir e voltar. Quando o irmão ia chegando perto da casa, a mulher se desencantava muito depressa e dizia que era mentira da sobrinha. O homem então ralhava muito com a filha e até lhe dava pancada. Um dia, já meio desconfiado, disse:

— Eu hoje hei de ver si isso é verdade ou não, desta menina...

Saiu com a espingarda carregada e escondeu-se no mato, perto de casa. No mesmo dia a mulher dissera consigo:

— Eu hoje te como, haja o que houver...

Deixou passar uma porção de tempo, depois da saída do irmão, que era para, quando a menina o chamasse, ele não ouvir, e virou-se naquele bichão, dando um pulo para pegar a pobrezinha; mas esta,

que vivia prevenida, correu pela porta a fora, gritando nos termos do costume. E o bicho atrás, danado para passar-lhe o dente.

A menina não teve outro jeito sinão subir num pé de pau para não cair nas unhas da fera, que se abraçou ao tronco da árvore, furiosa, embalçando-a com toda a sustância, para ver si a criança caía. Porém ela estava segura lá em cima, que nem carrapato. Vendo que a pequena não se despencava no chão, começou a cavar a terra ao redor do pé da árvore, cortando-lhe as raízes com unhas e dentes.

O homem, ouvindo os gritos desesperados da filha, veio vindo pé ante pé. Foi quando enxergou aquele bicho medonho, assanhado como uma cobra, que até ele mesmo ficou com os cabelos arrepiados. Meteu-lhe a espingarda em cima, que foi uma só.

### XXXIX

#### O BICHO-HOMEM

Foi um dia um homem que tinha uma porção de filhos, e morava lá nas brenhas do mato, onde fez uma casa muito segura, pois podia aparecer algum bicho para comer os meninos. Quando ele saía de casa, recomendava sempre à mulher :

— Você feche bem a porta por causa do bicho-homem não *vim* comer nossos filhos.

Uma noite, que o marido tinha saído, ela, muito entretida com o seu que fazer, esqueceu-se de fechar a porta. Estava bem desencalmada, lidando, quando o bicho-homem entrou pela casa e foi até à cozinha. A pobre ficou *sem pinga de sangue*. O bicho-homem foi agarrando um dos meninos e perguntando, com aquela voz muito grossa, de fazer medo :

—“E de quem é,  
E de quem é  
Este menino?”

A mulher, toda trémula, respondeu:

—“Esse menino,  
Esse menino  
E' de meu marido.”

O bicho tornou:

—“*Apois eu quero,*  
*Apois eu quero*  
*Ele p'ra mim.”*

A mulher, coitadinha, disse:

—“E vosmincê,  
E vosmincê  
Pode tomar.”

Então o bicho — *lápo!*... — comeu o menino. Assim, comeu todos os outros. Quando estava comendo o último, a mulher, vendo que também ia ser comida, disse com voz de choro:

—“Tomara o galo,  
Tomara o galo  
Já cantar.”

Perguntou o bicho:

—“Para que?”

Ela:

—“P'ro meu marido,  
P'ro meu marido  
Já chegar.”

O bicho:

—“Para que?”

A mulher:

—“P'ro bicho-homem,  
P'ro bicho-homem  
Não me comer.”

Quando foi acabando de falar, o bicho foi saltando em cima dela e engulindo-a inteirinha. Porém ficou com a barriga tão cheia, que

não podia dar nem um passo. O homem, chegando em casa, meteu-lhe o pau até matá-lo. O pobre ficou muito desgostoso da vida, indo-se embora pelo mundo a fora.

## XL

### O LOBIS-HOMEM

Diz que foi um dia uma moça que se casou com um moço muito bonito. E é quando ele era de raça de lobis-homem. *Mas ela*, coitadinha, não sabia de nada. Então, de vez em quando, o sujeito tinha uma vontade enorme de sangrar a mulher para lhe beber o sangue, porém sentia pena dela.

Passado algum tempo, a moça começou a desconfiar da coisa, pelo que vivia sobressaltada. Além de tudo, moravam os dois, sózinhos, num lugar ermo.

Uma bela tarde, estavam os dois sentados na varanda, e ele teve aquele desejo muito grande de beber o sangue da esposa. Com uma voz fanhosa de meter medo, perguntou-lhe:

— Mulher, si eu nunca, nunca, no mundo fora nascido, com quem vós *casava*, mulher?

Respondeu a pobrezinha, para morrer de medo:

— Convosco, marido...

— Olhe isso!... Eu não digo isso!... Eu digo si eu nunca, nunca, no mundo fôra nascido, com quem vós *casava*, mulher?

As unhas começaram-lhe a crescer e pegou a ficar amarelo, que nem flor de algodão, ringindo os dentes. Ela, tremendo como varas verdes, repetiu:

— Convosco, marido...

Porém o danado, sempre a lhe crescerem as unhas, cada vez mais amarelo e os dentes a trincarem com mais força, continuou a fazer a mesma pergunta, afim de ver si a mulher dizia:

— Com fulano.

Que era para ele se fingir enciumado e matá-la. Mas a infeliz só fazia responder:

— Convosco, marido...

Vendo que a moça não lhe dava outra resposta, então ele saltou-lhe em cima, sangrou-a, bebeu-lhe o sangue e foi-se com todos os diachos.

## XLI

### O BICHO DE FOGO

Um homem, indo ao mato caçar, levou o dia inteiro sem encontrar nada para matar. Quando foi de tarde, que já estava de volta para casa, muito desesperado, uma voz disse-lhe de dentro do mato:

— Si tu me deres os primeiros olhos que avistares na porta da tua casa, eu te darei tanta caça que tu não poderás carregar.

O homem respondeu prontamente:

— Dou.

Pegou a aparecer caça, a aparecer caça, que o homem já não sabia em qual atirasse. Matou tanta, que deixou ainda uma porção abandonada, por não poder carregar mais. Assim que ele foi descobrindo a casa, deu com os olhos na filha, na porta da rua. Ficou logo muito triste. A mulher e os filhos começaram a perguntar-lhe o motivo de semelhante tristeza, logo naquele dia, em que tinha trazido tanta caça. Depois de relutar bastante, respondeu, finalmente:

— Ai! minha mulher mais meus filhos! Eu hoje levei o dia inteiro no mato e não achei nada. Quando foi de tarde, que já vinha *m'imbora* com as mãos abanando, ouvi uma voz de dentro do mato dizendo que, si eu dêsse os primeiros olhos que avistasse na porta de casa, me mostraria tanta caça, que eu não poderia carregar. Lembrei-me da cachorrinha que todos os dias fica na porta me esperando e respondi que sim. Porém, quando venho chegando, a pri-



meira coisa que vejo na porta da rua é minha filha. Agora estou imaginando como é que eu vou levar *ela* p'ra deixar lá no mato atoa.

— Ora! E' por isso? Não vá mais lá..

Ouviu o homem este conselho da mulher e dos filhos, levando uma porção de tempo sem ir caçar. Um dia, porém, viu-se tão acochado pela necessidade, que não teve outro remédio sinão pegar na espingarda e ir caçar. Quando foi chegando numa capoeira, à beirinha da mata, aquele bichãozão, todo coberto de fogo, saiu em cima dele, gritando:

— Si não me der, queimo! Si não me der, queimo!

Aí, o homem correu p'ra trás com toda a força, e, assim que foi chegando perto de casa, foi dizendo:

— Corram, minha mulher e meus filhos, sinão o bicho nos mata a nós todos...

Nesta voz, saíram a mulher e os filhos do homem pela porta a fora, metendo o pé no mundo, com ele. E o bicho atrás, naquela voz muito grossa:

— Si não me der, queimo! Si não me der, queimo!

Adiante, encontraram o boi:

— O que é isto, senhor!...

— E' um bicho que vem aí atrás, acabando tudo.

— Ora! Deixe *ele* vir. Deixe, porque eu acabo *ele* já de chifradas.

Pararam todos um bocadinho, ao pé do boi. Quando o bicho foi aparecendo, o boi disse:

— Ih! vamos embora, meu amigo, que com aquele bicho ninguem pode.

Lá se vai o homem com toda a família, lá se vai o boi, correndo em termo de se acabarem. E o bicho atrás:

— Si não me der, queimo! Si não me der, queimo!

Encontraram o cavalo, que prometeu acabar com o bicho a coices. Mas, quando o viu, não teve coragem e abriu o arco tambem.

O mesmo aconteceu a tudo quanto era animal que os fugitivos topavam. A pobre gente já estava botando a alma pela boca, quasi sem poder dar mais, nem um passo, quando passaram pelo grilo que estava sentado na porta do buraco, trabalhando pelo seu ofício de sapateiro.

Vendo aquella família a correr assim, que estava para morrer de cansaço, gritou para o homem:

— Aonde vai, senhor, correndo deste modo, com essa mulher e essas crianças?

— E' um bicho que vem aí atrás, acabando tudo.

— Entrem aquí na minha casinha.

Daí a pouco lá vem o bicho:

— Si não me der, queimo! Si não me der, queimo!

Vendo o grilo, perguntou-lhe:

— Grilo, tu não viste passar por aquí um homem e uns meninos correndo?

O grilo nem como coisa que lhe estavam falando.

Ficou batendo sua sola e assoviando. O bicho tornou a lhe fazer a pergunta. Nada do grilo dar resposta. Aí, o bicho voou em cima do grilo e de um lapo só o enguliu.

Chegando dentro da barriga do bicho, toca-lhe o grilo a cortar-lhe as tripas com a sua faquinha de sapateiro. Pinicou-lhe o bandulho todo, até que lhe deu cabo da vida. Quando acabou, fez-lhe um buraco na barriga e saiu, gritando:

— Está, senhor. Saia com sua família e vá-se embora p'ra casa.

Quando o homem saiu, estava aquele mundão de bicho, morto. Agradeceu muito ao grilo e foi viver em paz com sua mulher e seus filhos, caçando todos os dias que queria, porque o bicho, dono do mato, já tinha morrido.

## XLII

### DOM MARACUJA'

Era um dia um sujeito muito sovina. Tendo comprado um boi para abater e não querendo repartir-lhe o fato com os vizinhos, disse que ia matá-lo num lugar *onde não houvesse moscas nem mosquitos*. Pegou o cavalo, botou os meninos dentro dos caçuás, amarrou o boi e saíram puxando-o, ele mais a mulher. Andaram o dia inteirinho. Quando já ia escurecendo, deram naquele campo muito grande. Olhou ao redor e não viu casa nem nada. Assim, não tinha onde mandar pedir lume para fazer o seu fogo, que era para preparar o de-comer. Afinal, enxergou duas luzinhas muito longe. Disse ao filho mais velho:

— Menino, vai alí pedir um tição de fogo.

A criança saiu correndo. Quando estremeceu, estava em cima daquele bichão, com os olhos que eram duas tochas. Tremendo de medo, foi dizendo:

— Abença! Papai mandou dizer p'ra vosmincê ir tomar o fato do boi.

O bicho levantou-se, sacudiu as orelhas — *paco, paco, paco* — e gritou:

— “Matei tigre, matei onça,  
Matei leão, matei serpente.  
Eu sou Dom Maracujá !  
Eu sou Dom Maracujá !”

O menino voltou voando. Foi chegando perto do pai e foi gritando:

— Meu pai, meu pai! Vamos embora. Aí vem um bicho botando fogo pelos olhos, que vem desesperado. Si ele nos pegar aquí, nos come a nós todos.

O homem largou boi, largou cavalo, caçuás, comida, tudo, mettendo o pé no mundo, com a mulher e os filhos. Toca a correrem. Toca a correrem, ouvindo a voz do bicho atrás deles:

— “Matei tigre, matei onça”, etc.

Correram a noite inteira. Já era de madrugada e eles não podiam mais dar um passo, de cansados, quando passaram pela tenda de um sapateiro, que estava fazendo serão. Vendo-os naquela carreira doida, em termo de morrerem sem fôlego, o sapateiro gritou:

— O que é isto, senhor? Aonde vai a esta hora, com essa mulher e esses meninos, correndo de semelhante jeito?

— Ai, meu senhor, é um bicho que vem aí atrás para nos pegar.

— *Entre aqui p’ra dentro e esconda-se com o seu povo.*

O sapateiro, que morava naqueles desertos, vivia sempre prevenido. Botou uma carga de chumbo bem grande na espingarda e disse:

— Deixe o bicho vir p’ra cá.

Quando viu aquele monstro de bicho, botando fogo pelos olhos, chegou a espingarda bem para junto de si. Depois passou a mão na faquinha e começou a cortar sua sola assoviando. Lá vem o bicho com a sua *lacantina*:

— “Matei tigre, matei onça”, etc.

Foi chegando perto da tenda e foi gritando:

— Oh! seu sapateiro! Você não viu passar por aqui um homem, uma mulher e uns meninos correndo?

O sapateiro assoviando. O bicho chegou-se mais e repetiu a pergunta. O sapateiro bem de seu. Quando o bicho foi querendo entrar na tenda, ele *bateu mão na taboca*, e — *pou!* O bicho revirou de pernas para o ar, dando um urro, que estrondou. Gritou o sapateiro:

— *Me ajude aqui, senhor...*

Saiu o homem de lá de dentro, com a mulher e os filhos, fazendo a festa ao bicho, de pau e de pedras. Quando acabaram de matá-lo, arrastaram-no para longe, afim dos urubús darem cabo dele. O homem, então, contou ao sapateiro tudo quanto se tinha passado. Disse-lhe o sapateiro:

— Pois bem, meu amigo, siga descansado para sua casa e nunca mais vá matar boi em lugar onde não haja moscas nem mosquitos.

O homem deixou de ser caula. Matava os seus bois em sua casa mesmo, repartindo o fato com todos os vizinhos.

### XLIII

#### O HOMEM QUE VIRAVA BESOURO

Era uma moça, que só queria se casar com o filho do sol e neto da lua, como lá dizem. Não havia rapaz algum que servisse para se casar com ela. Todos tinham defeitos. Quando foi um belo dia, que ela estava na janela, foi quando viu passar um moço muito bonito e muito bem trajado. Ela chamou o pai e disse-lhe:

— Meu pai, eu quero me casar com aquele moço que vai passando ali.

Respondeu-lhe o pai:

— Pois, minha filha, você já tem enfeitado tantos casamentos bons que têm lhe aparecido, como é que agora quer se casar com um homem que você não conhece?

Porém, como a filha insistisse muito, o homem mandou chamar o moço, contratando o casamento deles dois. Casaram-se e foram morar numa fazenda bem distante da cidade, onde havia muitas *crianças*. Então, todos os dias, de madrugada, o moço se virava num besouro enorme, ia para o curral, sangrava uma *criação* e bebia-lhe o sangue. Depois tornava a se virar em gente, voltando para a cama.



Osorio Duque Estrada





A moça levou muito tempo sem dar por isso. Mas, por fim, continuando todas as manhãs a aparecer uma *criação* sangrada no curral, e notando ela, também, que, às vezes, o marido a olhava de um modo estranho, que até lhe fazia medo, disse consigo:

— Querem ver que eu me casei com um homem que vira bicho?...

Desde então pegou a viver assustada. Deu em acordar cedo e não via o marido ao seu lado. Ele só aparecia em casa quando o sol já tinha nascido, muito desconfiado e carrancudo. Quando ela perguntava o que ia ele fazer, cedo assim, fóra de casa, respondia que ia passear.

Um dia, a moça ficou velando a noite inteira, para descobrir o que era que o marido fazia. Quando o galo cantou a primeira vez, ele levantou-se da cama devagarinho e saiu do quarto, na ponta dos pés. Ela acompanhou-o sorrateiramente. O moço abriu a porta da rua e, quando chegou no meio do terreiro, sacudiu-se todo, virando-se num besourão preto, que era aquele mundo de grande, e voou por ali a fora, — *zum-um-um*... ..

A pobrezinha viu o besouro dirigir-se para o curral e, chegando lá, sangrar a última ovelha que existia, — porque tudo quanto era boi, vaca, cavalo, porco, ovelha, tudo ele já hav'a matado, — e começar a lhe beber o sangue. Voltou a moça, coitada, em termo de morrer de susto, pensando:

— E' por isso que você se levanta todos os dias de madrugada, dizendo que vai passear, quando é para beber o sangue das *criações*, virado em bicho?... Não. Este negócio não está bom, não.

Lá para mais tarde, falou-lhe a moça:

— Meu marido, meu pai me mandou um recado, dizendo que minha mãe está muito doente e eu quero ir em casa ver *ela*.

— Vá. Mas, quando o galo cantar a primeira vez, você ha de sair de lá; quando cantar a segunda vez, você ha de estar em meio do caminho; e, quando cantar a terceira, vez, você ha de estar aqui.

A moça foi à casa dos pais e, quando chegou lá, contou-lhes tudo. Disseram-lhes os velhos:

— Você tanto escolheu, até que se casou com um homem que vira bicho. Agora você não tem outro jeito sinão aguentar.

De noite, assim que o galo cantou a primeira vez, ela safu de casa; quando cantou a segunda vez, estava em meio do caminho; e quando cantou a terceira, já estava em casa do marido. E continuou a viver com ele, mas muito sobressaltada.

Tendo matado todos os animais que existiam na fazenda, o homem vivia danado, porque não tinha mais sangue para beber. Até as galinhas ele já havia sangrado. Um dia, de madrugada, acordou, assentou-se à beira da cama, pondo-se a cantar:

— “Quando eu estou com minha fome,  
Desejo bebê-lo sangue...  
Bebê-lo sangue,  
Bebê-lo sangue...”

A moça despertou espavorida, dizendo consigo:

— Ai! que é hoje... Qual!... Eu hoje vou-me embora...

Logo que o marido saiu, ela fez uma trouxa de tudo quanto lhe pertencia, meteu o pé no mundo e foi-se embora para a casa dos pais. Quando o sujeito voltou e viu que a mulher havia fugido, ficou furioso, pois já tinha feito tenção de sangrá-la àquela madrugada. Então, desse dia em diante, pegou a se virar no tal besouro, indo para o jardim da casa do sogro, onde começava a beijar as flores e a zun-zunar:

— “Quando eu estou com a minha fome”, etc.

Isso era para ver si a moça aparecia e ele agarrava-a. Vendo, porém, que ela não era tola para lhe ir cair nas unhas, foi-se embora, e nunca mais se teve notícia do excomungado.

XLIV

O CAIPORA (I)

Um homem, indo caçar, perdeu-se no mato e começou a andar abaixo e acima, o dia inteirinho, sem acertar com o caminho de casa. Quando foi de tarde, maldizendo-se, exclamou:

— Ai, meu Deus! Será possível que eu durma hoje aqui no mato?

No mesmo momento appareceu-lhe um negro velho:

— Ah ! Ah ! ah ! iôio ! Qui é qui iôio tá fazeno aqui ?

— Ora, meu negro, estou pelejando para sair do mato, desde manhã. *Me* perdi e não sei como ha de ser para eu acertar com o caminho de casa.

Então o negro velho foi e disse:

— Ah! ah! ah! iôio! Mi dá pó pra tomá pitada...

O caçador deu-lhe uma pitada de tabaco em pó. Depois o negro velho pediu fumo:

— Dá cá fumo pá nego véio mascá...

O caçador deu-lhe um pedaço de fumo de corda. Quando o negro velho acabou de atafulhar os *alforjes* de pó (\*) e de meter o pedaço de fumo na boca, perguntou:

— Ah! ah! ah! Iôio qué saí di mato?

— Ora, meu velho, si quero...

— Antão vai cortá vara...

O homem foi e cortou uma vara bem comprida. Quando chegou, o negro disse:

— Iôio pega ni pé, que eu pega ni ponta. Fêcha ôio e prêta *butão*...

---

(\*) Na Baía, pó, — *tout court*, — é o tabaco em pó, o *torrado*.

Assim mesmo o homem fez. Saíram os dois por ali a fora, parecendo coisa que iam voando. Quando pararam, que o homem abriu os olhos, estava na porta de casa e o negro velho havia desaparecido.

## XLV

### O CAIPORA (II)

Havia um homem que era muito amigo de caçar. O maior prazer de sua vida era passar dias inteiros no mato, passarinhando, fazendo esperas, armando laços e arapucas. De uma feita, estava ele de tocaia no alto de uma árvore, quando viu aproximar-se uma vara de porcos do mato. Com a sua espingardinha derrubou uns quantos. No momento, porém, em que se preparava para descer, satisfeitíssimo com a caçada, que acabava de fazer, ouviu ao longe os assovios do caipora, dono, sem dúvida, dos porcos que matara.

O nosso amigo encolheu-se todo em cima do girau que armara lá na forquilha da árvore, para esperar a caça, e ficou quietinho, como toucinho no sal. Daí a pouco apareceu o caipora. Era um molequinho, do qual só se via uma banda, preto como o capeta, peludo como um macaco, montado num porco magro, muito ossudo, empunhando um ferrão comprido como quê. Vinha fazendo um alarido dos pecados, assoviando, gritando que nem um danado, numa voz muito fanhosa:

— Ecou! ecou! ecou!...

Dando com os porcos mortos, estirados no chão, começou a ferroá-los com força, dizendo:

— Levantem-se, levantem-se, preguiçosos! Estão dormindo?

Eles levantavam-se depressa e lá se iam embora, roncando. O último que ficou estendido, maior de todos, custou mais a se levantar. O caipora enfureceu-se. Ferroou-o com tanta sustância, que quebrou a ponta do ferrão. Foi então que o porco se levantou ligeiro e

safu desesperado pelo mato a fora, no rumo dos outros. Guinchou o caipora:

— Ah! tú *istá fazeno* manha *tombém*? Deix'*istá*, *qui* tú *mi* paga. *Pur* tua causa *tenho que i amenhã* na casa do *ferrero* pra *cunsertá* meu ferrão.

E lá se foi embora, com a sua voz fanhosa e esganiçada:

— Ecou! ecoou! ecoou!...

Passado muito tempo, quando não se ouviam mais nem os gritos nem os assovios do caipora, o homem desceu depressa, correndo até em casa. No outro dia, logo cedinho, botou-se para a tenda do ferreiro, o único que havia por aquelas redondezas. Conversa vai, conversa vem, quando, lá para um pedaço do dia, o sol já bem alto, chegou a porta da tenda um caboclo baixote, entroncado de corpo, com o chapéu de couro desabado sobre os olhos. Foi chegando e dirigindo-se ao ferreiro:

— Bom dia, meu amo. *Vancê mi cunserta* aquí este ferrão? *Tou cum munta* pressa...

— Ih! *caboco*, *dipressa é qui num* pode *sê*, *apois num* tem quem toque o *foles*. *Tou êqui inté* o ponto desthora sem *trabaiá*, *pru* via disto mesmo.

Saltou mais que depressa o caçador, que maldara logo ser o caboclo o caipora da véspera, o qual se desencantara para vir à casa do ferreiro, como prometera:

— Eu toco, *seu méste*.

— E tú *sabe*?

— *Sempe* arranjo um tiquinho. *Conto* mais quisso *num* tem sabença.

O ferreiro acendeu a forja, mandando a caçador tocar o fole. O homem, então, pôs-se a tocá-lo devagar, dizendo compassadamente:

— “Quem anda no mato  
Vê muita coisa...”



Depois de algum tempo, o caboclo avançou para ele, empurrou-o brutalmente para uma banda e disse:

— Sae daí, *qui* tú *num sabe tocá*. Dá cá isso...

Começou a tocar o fole depressa, dizendo:

— “Quem anda no mato,  
*Qui vê munta* cousa,  
*Tombém* cala a boca,  
*Tombém* cala a boca.”

O caçador aí foi-se escafedendo devagarinho, e abriu o chambre. Nunca mais atirou em porcos do mato, nem deu com a língua nos dentes a respeito do que vira.

## XLVI

### A MÃE-DÁGUA (I)

Era um homem muito pobre, que tinha sua plantação de favas na beira do rio; quando, porém, elas estavam boas de colhêr, não apanhava uma só, porque, da noite para o dia, desapareciam. Afinal, cansado de trabalhar para os outros comerem, tomou a resolução de ir espiar quem era que lhe furtava as favas.

Um dia, estava de espreita, quando viu uma moça, bonita como os amores, no meio do faval, abaixo e acima, colhendo as favas todas. Foi, bem sutil, bem devagarinho e agarrou-a, dizendo:

— Ah! é você que vem aquí apanhar as minhas favas? Você agora vai é para a minha casa, para se casar comigo.

Gritava a moça, forcejando por se libertar das unhas do homem:

— *Me* solte! *me* solte, que eu não apanho mais as suas favas, não.

Porém o homem, sem querer largá-la. Finalmente, disse a moça:

— Está bem. Eu me caso com você, mas nunca arrenegue de gente de debaixo d'água:

O homem disse que sim. Levou-a e casou-se com ela. Tudo quanto possuía aumentou como milagre, num instante. Fez logo um sobrado muito bom, comprou escravos, teve muitas criações. muitas roças, muito dinheiro, enfim.

Depois de passado bastante tempo, a mulher foi ficando desmazelada, que uma coisa era ver e a outra contar. Parecia de propósito. Não dava comida aos filhos, que viviam rotos e sujos. A casa estava sempre desarrumada, cheia de cisco. Os escravos, sem ter quem os mandasse, não cuidavam do serviço e só andavam brigando uns com os outros. Ela, descalça, com o vestido esfarrapado, os cabelos alvoraçados, levava o dia inteiro dormindo.

Enquanto o pobre do homem estava na rua, nos seus negócios, estava sossegado; mas, assim que punha o pé dentro de casa, era uma azucrinação em cima dele, que só lhe faltava endoidecer. Choravam os meninos, com fome:

— Papai, eu quero comer... Papai, eu quero comer...

Os escravos:

— Meu senhor, fulano me fez isto. Beltrano me fez aquilo.

Um inferno! Vivia zonzo de tal fôrma, que pouco parava em casa. Um dia, muito aporrinhado da vida, disse baixinho:

— Arrenego de gente de debaixo d'água...

Aí a moça, que só vivia esperando por aquilo mesmo para ir-se embora, porque ela era a “mãe-d'água” e andava doida por voltar para o seu rio, levantou-se mais que depressa e foi saindo pela porta a fora, cantando:

— “Zão, zão, zão, zão,  
Calunga,  
Olha o munguelêndô,  
Calunga,  
Minha gente toda,  
Calunga,  
Vamo-nos embora,  
Calunga,

Para a minha casa,  
Calunga,  
De debaixo d'água,  
Calunga,  
Eu bem te dizia,  
Calunga,  
Que não arrenégasses,  
Calunga,  
De gente de debaixo d'água,  
Calunga".

O homem, espantado, gritou:

— Não vá lá não, minha mulher!

Mas, qual! Em seguida à moça, foram saindo os filhos, os escravos e criações: bois, cavalos, carneiros, porcos, patos, galinhas, perús, tudo, tudo. E o pobre do homem, com as mãos na cabeça, gritando:

— Não vá lá não, minha mulher!

Ela, continuando o seu caminho, nem ao menos olhava para trás, cantando sempre:

— "Zão, zão, zão, zão,  
Calunga", etc.

Depois da gente e dos bichos, foram saindo pela porta a fora a mobília, a louça, as roupas, os baús e tudo o que estava em cima deles, comprado com o dinheiro dela. O homem correu atrás, vestido já na sua roupa do tempo em que era pobre, gritando:

— Não vá lá não, minha mulher!

Foi o mesmo que nada. Por fim acompanharam-na a casa, telheiros, galinheiros, cercados, currais, plantações, árvores e o mais. Chegando à beira do rio, a moça e todo o seu acompanhamento foram caindo n'água e desaparecendo.

O homem foi viver pobremente, como dantes, do seu faval. Também nunca mais a "mãe-d'água" boliu na sua roça.

## XLVII

### A MAE-DÁGUA (II)

Era um homem muito pobre. Então, sempre que ele ia para a roça, encontrava a “mãe-dágua”, sentada numa pedra à beira do rio, com os cabelos soltos. Um dia, ele foi bem devagar e agarrou-a pelas costas. Depois de um trabalho enorme, conseguiu levá-la para casa e casou-se com ela. Porém ela recomendou-lhe, antes de se casar, que nunca arrenegasse de gente de debaixo dágua.

Desde o dia em que o homem se casou com a “mãe-dágua”, as coisas começaram a lhe correr bem, que admirava. Fez um sobrado muito bonito, teve muitos escravos, muito gado e muitas terras. A princípio, viveu em harmonia com a mulher, mas, quando ela entendeu de ir-se embora, começou a aborrecê-lo todos os dias, por todos os meios e modos. A casa estava sempre desarrumada e sem varrer, a comida era mal feita, os meninos andavam sujos e não a ouviam, nem os escravos lhe obedeciam. Era uma bacafuzada em casa, que até metia medo. Tudo só por fazer com que ele se zangasse. Um dia o homem não pôde mais aturar calado aquele inferno e, arreliado com tanta consumição, disse bem baixinho:

— Arrenego de gente de debaixo dágua!

No mesmo instante, a moça se levantou da cadeira onde estava sentada, e ele ouviu aquele estalo muito forte, — *traco!*, — abrindo-se um enorme buraco no meio da sala. Aí, ela se pôs a cantar:

— “Minha gente toda  
E' de xambariri,  
Cai, cai, cai,  
No mundé.”

A esta voz todos os que estavam dentro da casa, filhos, escravos e empregados, foram chegando para a beira do poço e caindo dentro dele. Quando acabou de cair aquele bandão de gente, ela cantou:

— “Este dinheiro todo”, etc.

O dinheiro que havia em casa, moedas de ouro, de prata e de cobre, foi caindo no poço: *tlín, tlín!* Depois cantou:

— “Estes bichos todos”, etc.

Lá se vão os bois, vacas, porcos, carneiros, galinhas, tudo quanto era criação, enfim. Aí, ela cantou:

— “Estes trastes todos”, etc.

Foram-se embora todos os móveis, louça, baús e outros trastes. Por último, ela cantou:

“Tambem esta casa”, etc.

A casa caiu no poço e ela caiu atrás da casa. Tudo virou chão, desaparecendo o poço. O homem ficou pobre, pobre, como era dantes.

## XLVIII

### O HOMEM DO GATO

Era um homem muito comilão, que vivia com a mãe dele. Comia por artes do “nan-sei-que-diga”. O seu prato era uma gansela. Ora, arranjaram uma noiva para o nosso homem e ele casou-se. No dia do casamento, quando foi na hora do jantar, a comida que lhe botaram no prato não chegou nem para tapar o buraco do dente. O sujeito não ficou lá muito satisfeito.

No dia seguinte, a mesma coisa. Começou então a ficar embuchado. Afinal, depois de uma semana de semelhante regime, andava com uma cara de réu. Vivia embezzerrado de tal fôrma, que não havia forças humanas capazes de fazerem-n-o dar palavra. A moça e seus parentes, os vizinhos, os conhecidos, todos, enfim, porfiavam em fazer gaiatices e contar histórias engraçadas, para verem si o homem se alegrava. Ele, porém, nada de desamarrar o bode.

Um dia, estavam todos na sala, conversando e rindo; e o sujeito sério, carrancudo. Lá um dos circunstantes agarrou um gato, amarrou no rabo do bicho umas latas vazias e meteu-lhe o cipó. O gato

safu por alí dando pinotes e fazendo uma grande matinateda. Todo mundo caiu na gargalhada; mas o homem continuou com a cara fechada, sem esboçar ao menos um ar de riso.

Vendo, por fim, que ninguém podia fazê-lo falar ou rir, foram contar a sua mãe o que era passado. Ela atinou imediatamente com o mal do filho. Deu de mão na gamela em que ele comia, botou-a na cabeça e meteu o pé no caminho. Assim que o homem a avistou com o *prato* à cabeça, foi logo desmanchando a carranca. A mulher chegou e pôs um caldeirão enorme no fogo, cheiinho de carne, toucinho e verduras, para cozinhar. Pronto o *de-comer*, molhou um *tibê* de pirão na gamela, que até fazia medo, e arrumou em cima uma tulha de carne e verduras, que só sendo para um *lobo da Cachoeira* (\*). O homem sentou-se, comeu, comeu, que deixou a gamela limpinha. Depois fez um segundo prato de farofa de toucinho, que era um despropósito, batendo-o da mesma maneira.

Quando se viu com a barriga bem cheia, começou a conversar, muito alegre. De repente deu uma gargalhada enorme. Ficaram todos espantados, perguntando-lhe o que tinha visto. O homem respondeu:

— Estou me lembrando do gato do outro dia.

## XLIX

### AS MOÇAS E OS PUINS

Foi um dia um rapaz que se dava em casa de uma família onde havia muitas moças. De uma feita, ele estava conversando, no meio das moças, quando, sem querer, soltou um *puim*. As moças caíram na gargalhada e ele ficou tão escabreado, que se foi logo embora. Adiante, encontrou uma velha, sua conhecida, e tomou *abença* a ela.

---

(\*) Locução usada no Recôncavo com a significação de “esfomeado, gargantão”. Com certeza, refere-se a algum fulano Lobo, morador da heróica cidade de Cachoeira do Paraguassú, que se notabilizasse, em tempo dantanho, por glutão impenitente. Verdade é que a expressão *comer como um lobo* é de procedência portuguesa, e muito velha.



— Deus *lhe* abençoe, meu neto. Que é que você tem, que está tão triste?

— Deixe-me, minha avó. Passei hoje por uma vergonha, que tenho cavaqueado.

— Que foi, meu neto?

— Eu estava numa casa, no meio de uma porção de moças, e não sei como foi que soltei um traque. As moças só faltaram morrer de dar gargalhadas à minha custa.

— Ora, meu neto, foi somente isso? Está bem. Deixe estar que eu vou *lhe* dar uma coisa para você se vingar delas.

A elha foi para casa, preparou um pòzinho, embrulhou-o num papel e levou-o ao moço, dizendo:

— Tome. Meta este papelzinho debaixo do batente da porta da rua da casa delas, sem ninguem ver, e vá-se embora.

Assim mesmo ele fez. Uma negra da casa, que entrou, mal foi botando o pé no batente, foi logo se soltando: *puim... puim...* Gritaram todôs:

— Que é isto, negra sem vergonha? *Te* segura!...

A negra, porém, não estava por nada. Era só: *puim... puim...*

Disse-lhe a senhora:

— Eu te meto o chicote, negra! Que falta de respeito!...

A negra, coitada, não podia se conter. A senhora correu ao terreiro para apanhar um chicote, afim de dar na negra, porque estava se soltando. Mas, logo que passou pela porta da rua, começou: *puim... puim...* Perguntou muito espantada:

— Ou *chentes*, gente! O que é que tem hoje nesta casa?

Agora eram as duas, senhora e escrava: *puim... puim...* Ficou a família toda alvoroçada. Começaram, então, a entrar e a sair pela porta da sua e a soltar *puins*. Daí a pouco está o velho, está a velha, estão as sinhas moças, meninos, escravos, tudo: *puim... puim...* Era um Deus nos acuda de tanto *puim*. Já ninguem podia mais com aquilo. Disse o velho:

— Esta casa está malassombrada... *puim...* E' preciso mandar benzer *ela...* *puim...*

Gritou a velha:

— Negra!... *puim...* vai buscar o padre... *puim...* pra benzer esta casa... *puim...*

Safu a negra pela rua a fora: *puim...* *puim...* Quando foi chegando à casa do padre, foi dizendo:

— Minha sinhô pede... *puim...* minha sinhá mandou dizê... *puim...* pra i benzê aquere casa... *puim...* qui está marassombrado... *puim...*

— Que falta de respeito é esta, negra desaforada, desavergonhada! *Te* segura, negra!

Lá se foi o padre benzer a casa. Logo que pisou no batente da porta, começou tambem: *puim...* *puim...* E o sacristão: *puim...* *puim...* E a família toda acompanhando-o: *puim...* *puim...* O padre benzeu a casa debaixo de *puins* e foi-se embora deixando todo mundo nos *puins*.

Uns dias depois, o moço foi visitar a família, como quem não sabia de nada. Assim que ele foi entrando, as moças foram correndo para se esconder, soltando *puins*. O moço fingiu-se admirado e perguntou o que era aquilo. Os velhos disseram que parecia coisa que a casa estava enfeitiçada, porque todos ali só viviam, noite e dia, a *se soltar*. Tinham mandado chamar o padre para benzê-la, mas continuaram todos a dar *puins*, uns em cima dos outros. Então ele chamou as moças e disse:

— Ou!... As senhoras, o outro dia, quando eu vim aquí, que, sem querer, dei um *puim*, não fizeram tanta caçoadade de mim? Agora estão todas nos *puins*, uns atrás dos outros. Estou vingado.

Quando saiu, depois de ter troçado muito das moças, tirou o papelinho de debaixo do batente da porta, acabando-se os *puins*.

## L

### O PRÍNCIPE E O AMIGO

Um príncipe era muito amigo de um moço, desde os tempos da meninice. O moço não saía de casa do príncipe, onde almoçava e jantava. Não ia um deles a festa, caçada ou passeio, que o outro também não fosse. Haviam combinado que, si se casassem, seria o casamento de ambos feito no mesmo dia e na mesma hora. Aconteceu, porém, que o amigo do príncipe se apaixonou por uma moça muito bonita e, com ciume, nada quis dizer àquele. Casou-se às escondidas, indo morar com sua mulher num lugar muito afastado e deserto, sem criados, nem nada. O príncipe começou a notar logo que ele andava distraído, já não o procurava como dantes e raramente ia almoçar ou jantar em sua companhia. Pôs-se então a espioná-lo. Um dia, sem que o amigo o percebesse, acompanhou-lhe os passos, vendo-o bater à porta duma casa, lá naquelas brenhas. Disse consigo:

— E' ali que o meu amigo mora. Eu hei de ver o que é que ele tem naquela casa, que está esquecendo a nossa amizade.

Dáí a algum tempo chamou-o, dizendo:

— Eu preciso que você me vá levar uns papéis de muita importância a tal parte. E' coisa muito séria e só um amigo como você pode me dar conta do recado.

O moço declarou prontamente que faria a viagem, cuja duração deveria ser duns tres dias. Recebeu os papéis da mão do príncipe e foi despedir-se da mulher. No meio do caminho, comprou um bocado de farinha do reino. Chegando em casa, sem que a mulher o visse, espalhou a farinha por todos os cômodos, menos no quarto de dormir, na sala de jantar e na cozinha.

— Olhe, fulana. Eu vou fazer uma viagem muito urgente. Você não tem que sair daqui da camarinha, nem da sala de jantar, nem da cozinha, enquanto eu não voltar. Haja o que houver. Veja lá...

Passou a perna no cavalo e foi-se embora.

No dia seguinte, o príncipe foi rondar a casa. Tudo fechado, quieto, como coisa que dentro dela não estava viv'alma. Espiou pelas fechaduras, correu os quatro cantos da casa. Nada. Levou assim o dia inteiro. Quando já ia escurecendo, passou uma velha e dirigiu-se ao príncipe, que estava fumando de raiva, para lhe pedir uma esmola. Respondeu o príncipe, com maus modos:

— Ora saia-se daqui, que eu não tenho esmola!...

Tornou a velha:

— O que é que vosmicê tem, que está zangado, meu moço? Diga, que talvez eu possa lhe dar remédio.

— Olhe, disse então o príncipe, si você fizer com que eu entre nesta casa, dou-lhe uma esmola muito grande.

Aí, a velha botou as mãos nas cadeiras, deu uma gargalhada, e respondeu:

— O que? E' sòmente isto? Espere aí, meu moço.

Correu até à beira do rio, entrou n'água, molhando-se toda e foi depois bater à porta da cozinha. A moça ficou espantada. Então perguntou:

— Quem bate aí?

— Sou eu, minha sinhá. Deixe eu passar a noite aí ao pé do seu fogão, enquanto enxugo a minha roupa, que está toda molhada.

A moça espiou pelo buraco da fechadura. Vendo a velha naquele estado, abriu a porta e disse:

— Coitada! O que foi isso, minha velha?

— Eu, minha sinházinha, caí dentro do rio, *me* molhando desta maneira.

— Espere aí, minha velha, deixe eu lhe dar uma roupa para você mudar.

— Não carece não, minha iaiázinha; deixe estar, que eu aqui ao pé do fogo enxugo já a minha roupa.

Recusou também cama, café, tudo quanto a moça lhe ofereceu, ficando ali encolhida ao pé do lume. Quando a moça foi dormir, a velha, que estava munida de um pedaço de cera, levantou-se devagarinho e tirou o molde da chave da porta da rua. No outro dia, cedo, despediu-se com muitos agradecimentos à moça, indo-se embora. O príncipe já a estava esperando impaciente. Então a velha entregou-lhe o molde da chave, dizendo que na casa só morava uma moça, que era a mais bonita que os seus olhos já haviam visto. O príncipe deu-lhe uma porção de dinheiro e voou para a casa do ferreiro, afim de que o mesmo lhe fizesse uma chave pelo molde, o mais depressa possível.

Bem tarde da noite, o príncipe foi à casa do amigo, abriu a porta e entrou na pontinha dos pés, correndo todos os compartimentos, sem ver ninguém. Já estava desapontado, quando, no último quarto, deu com uma moça dormindo, nua e descoberta da cintura para cima. Parou no batente da porta, contemplando abismado a sua formosura. Depois de bastante tempo, disse o príncipe consigo:

— Bem razão tem o meu amigo em esconder semelhante jóia.  
Saíu e foi-se embora.

No dia seguinte, chegou o moço. Foi logo dar conta da viagem ao príncipe, correndo em seguida até em casa. Assim que entrou, começou a revistar o chão, onde havia espalhado a farinha do reino, vendo as pisadas do príncipe. Calou a boca. Dias depois, deu um grande banquete, para o qual convidou aquele, além de uma porção de amigos outros. Muitas comidas, muitas bebidas, brindes, etc. Estando já para acabar a festança, o moço levantou-se, ergueu o copo e disse:

— “Quando de casa saí,  
Pós brancos espalhei.  
Rastro de ladrão achei.  
Si roubou, si não roubou,  
Só Deus sabe. Eu não sei.”

Dito isso, puxou pelo punhal e fincou-o ao meio da mesa. Os convidados ficaram espantados, sem saber o que aquilo significava.

A moça quasi tem um ataque. O príncipe, que estava sentado defronte do amigo, levantou-se, pegou no copo e respondeu:

— “Quando de casa saíste,  
Pós brancos espalhaste.  
Rastro de ladrão achaste.  
Que lindas uvas eu vil  
*Te* juro, por Deus do céu,  
Como nelas não boli.”

Então entraram em explicações, ficando tudo em pratos limpos. Continuaram os dois muito amigos, e o moço nunca mais escondeu sua mulher do príncipe

## LI

### A GENTE QUE IA BUSCAR O DIA

Um homem andava viajando e, anoitecendo-lhe em caminho, pediu rancho numa casa. Depois da ceia, pôs-se toda a família em preparativos de viagem. Vendo aquele movimento, o homem perguntou-lhes aonde iam. Responderam-lhe:

— Nós vamos buscar o dia.

Quando acabaram de se aprontar, cada qual pegou num saco e saíram correndo por alí afora: pai, mãe, filhos, tudo, sem ficar unia só pessoa em casa. O homem acompanhou-os. Correram, correram até de madrugada. Assim que as barras do dia foram rompendo, deram de marcha para trás, com os sacos presos pela boca. Ao chegarem em casa, já o dia vinha clareando. Foram abrindo os sacos no meio do terreiro e sacudindo-os de boca para baixo.

O homem, que estava assuntando aquilo tudo, perguntou-lhes o que tinham trazido assim nos sacos.

— Trouxemos o dia, responderam. Já não lhe dissemos que iam buscar *ele*?

Despediu-se o homem, seguindo o seu caminho. Quando voltou, trouxe-lhes um galo, dizendo:

— Si vosmincês hão de ter o trabalho de ir tão longe buscar o dia e trazer *ele* para casa, eu dou este bicho a vosmincês, porque ele



traz o dia aquí, sem ser preciso terem mais semelhante canseira. Olhem: botem *ele* num lugar alto, para dormir. Quando ele cantar a primeira vez, o dia vem longe; quando cantar a segunda, já vem perto; e, quando cantar a terceira, o dia já está aquí.

Ficaram todos muito admirados de ver o galo. Assim que o homem o soltou no terreiro, o bichinho endireitou-se, sacudindo-se todo, e cantou: — Cocô-rô-cô... A gente ficou espantada, ouvindo-o, e ninguém queria chegar junto dele, com medo. Então o dono da casa disse à mulher, esfregando as mãos de contente:

— Agora sim. Nós não precisamos mais caminhar tanto, para ir buscar o dia no saco.

Afinal, o viajante foi-se embora. Quando ele já ia bem distante, lembrou-se a mulher:

— Marido, e nós que não perguntámos o que é que este bicho come?

Saíu o homem correndo atrás do viajante e, quando o foi avisando, começou a gritar:

— *Sinhô! Ou, Sinhô!* Psiu! Olhe! Pare aí!

Até que ele ouviu e parou.

— Olhe! me diga o que é que aquele bicho come.

O viajante, aborrecido de terem-no feito parar por causa de uma bobagem, respondeu:

— Come tudo.

O homem chegou em casa espavorido.

— Misericórdia, mulher! Ele disse que este bicho come tudo. Como ha de ser, mulher? O bicho, agora, come a nós todos...

— Vamos matar *ele*, berrou a mulher.

Ajuntaram-se de cacete em cima do pobre do galo, que o liquidaram em dois tempos, continuando com a lida de irem buscar o dia no saco.

## LII

### OS TRES GALOS

Um homem tinha tres galos de estimação, muito bonitos: um vermelho, um branco e um preto. Um dia, estando ele na janela com a mulher, o galo vermelho, que era o mais novo e que apreciava todos os malfeitos da senhora, quando o marido saía, chegou no meio do terreiro, bateu as asas e cantou:

— Cômô-rô-cô... Si meu senhor visse o que eu vi hoje...

A mulher voou logo para a cozinha, dizendo à escrava:

— Negra, corre e vai me pegar aquele galo vermelho. Mata *ele* e me bota na panela, que eu quero comer *ele* já, de cabidela.

Assim mesmo a negra fez e o galo foi para o bucho da mulher.

Daí a dias, quando o casal estava na janela do sobrado, o galo branco chegou no meio do terreiro, bateu as asas e cantou:

— Cômô-rô-cô... Meu companheiro, por falar a verdade, morreu...

Teve a mesma sorte do outro.

Só ficara, pois, o galo preto, que era o mais velho. Passado algum tempo, quando ele viu o marido e a mulher na janela, chegou no meio do terreiro, bateu as asas e cantou:

— Cômô-rô-cô... Quem quiser viver neste mundo, há de ver, ouvir e calar...

A mulher deu ordem à negra para tratá-lo com muito carinho. Todos os dias, daí em diante, o galo comia milho na mão da escrava e tinha petiscos muito bons. Assim levou, gordo e satisfeito, até morrer de velho.

## LIII

### O PAPAGAIO PELADO

Era um homem que tinha uma bodega e um papagaio muito falador. Um dia, apareceu um tabaréu oferecendo-lhe à venda uma

manta de toucinho. O bodegueiro abriu a manta, examinou bem o toucinho, mexeu, remexeu, cheirou, provou, fez caretas e, por fim, disse ao tabaréu:

— Qual! Este toucinho está danado...

Afinal, depois de muito regatear, comprou o toucinho por uma ninharia. Isso mesmo era o que ele queria, porque o toucinho não tinha nada.

Pouco tempo depois, entrou um freguez para comprar toucinho. Então o papagaio, que ouvira toda a conversa entre o bodegueiro e o tabaréu, gritou mais que depressa:

— Esse toucinho está danado...

O freguez ficou desconfiado. Cheirou o toucinho, examinou-o bem, etc. Mostrou-lhe o bodegueiro que o artigo estava bom, dizendo que não fosse atrás da prosa do papagaio. Porém o sujeito foi-se embora, sem comprar o toucinho.

Aconteceu o mesmo com todas as outras pessoas que entraram na bodega para comprar toucinho. Desesperado de raiva, o bodegueiro pegou no papagaio, arrancou-lhe todas as penas e atirou-o ao terreiro, no meio da chuva.

O pobre do papagio safu por ali a fora, todo desengonçado, -- *paia-paia*. Adiante encontrou um pintinho, pelado, tal qual ele estava, e perguntou-lhe:

— Amigo pinto, você também disse que o toucinho estava danado?

## LIV

### O AMARELO MENTIROSO

Era um rei que tinha anunciado pagar bem àquele que lhe contasse uma mentira do tamanho do PADRE NOSSO. Correu a palácio uma porção de gente; mas ninguém contava uma mentira do tamanho que ele queria.

Um dia, um amarelo empapuçado, que só vivia na cinza, disse ao pai:

— Meu pai, eu vou contar ao rei uma mentira do tamanho do PADRE NOSSO.

O pai, a mãe, os irmãos do amarelo caíram na gargalhada.

— Ora vejam só!... Vai, amarelo! Tomara que o rei mande te dar uma surra. Quando gente que sabe onde tem o nariz sai de lá de crista murcha, quanto mais tú, empapuçado!

Porém o amarelo não se importou. Amarrou a trouxa e meteu o pé no caminho. Chegando a palácio, o rei perguntou-lhe:

— Que é que tú queres, amarelo?

— Rei, meu senhor, não disse que pagava a quem lhe contasse uma mentira do tamanho do PADRE NOSSO? Pois eu vim contar.

— Então conta lá, tornou o rei, fazendo ar de pouco caso.

O preguiçoso começou:

— Meu pai era um homem pobre, que vivia de fazer lenha. Já estando velho, cansado de trabalhar, comprou uma burrinha para carregar a lenha. Tanta lenha carregou, que fez uma pisadura nas costas da burrinha. Então ensinaram a ele que botasse favas na pisadura. Mas não explicaram si favas secas ou verdes. Ele botou favas secas. Nasceu um faval nas costas da burrinha. Quando as favas secaram, meu pai, a bater com um pau e a burrinha com o rabo, colheu cem alqueires de fava seca, sem uma peca. Para encurtar de razões: — meu pai tem um sino de cortiça, com badalinho de lã, que, batendo, daqui a cem léguas se ouve, por terra chã”.

Quando o preguiçoso acabou de contar a mentira, o rei disse-lhe:

— Arre, que essa é maior que o CREDO, quanto mais que o PADRE NOSSO!

## LV A MADRASTA

Era um viuvo que tinha um filho e uma filha. Uma vizinha, que se dava muito com ele, pegou a agradar aos meninos. O homem

vendo isso, foi e casou-se com ela. Assim que se pilhou casada, a mulher começou a judiar das crianças. Maltratava os pobrezinhos, que fazia pena.

Todos os dias, o menino ia caçar, para ele e a irmã comerem, porque a madrasta só lhes dava aquele tiquinho de comida, querendo, porém, que eles trabalhassem como uns escravos. Depois, começou a pelejar para matá-los. Um belo dia, botou veneno na comida dos enteados. A menina, tendo bispado o que a madrasta fizera, ficou numa lida, para dentro e para fora, imaginando como havia de ser para dizer ao irmão, logo que ele viesse do mato, sem a madrasta perceber. Na hora dele chegar, foi para a beira da casa e começou a cantar:

— “Mamede, mais o Tatino,  
Eh!  
Botou o angá no come,  
Para quando Tatino come,  
O angá matar Tatino”.

A madrasta não compreendeu a cantiga. Mas o menino compreendeu, respondendo:

— Oi, senhora maninha,  
Oi, tindim, tindão”.

Chegando em casa, não quis comer a comida que a madrasta guardara e mandou a irmã preparar a caça que trouxera, para eles dois jantarem. A madrasta ficou furiosa, porque os enteados não comeram a comida envenenada, e disse comsigo:

— Deixe estar. *Voceis* não quiseram comer a janta que eu guardei? Amanhã eu ensino *voceis*.

No dia seguinte, a menina ficou por ali disfarçando e viu a mulher botar veneno no pote da agua. Quando estava chegando a hora do irmão vir, pôs-se ela a cantar na beira da casa:

— “Mamede, mais o Tatino,  
Eh!  
Botou o angá no bebe,  
Para quando Tatino bebe,  
O angá matar Tatino”.

O menino respondeu como na véspera, e, chegando em casa, passou a mão no pote, derramou a agua e foi buscar outra na fonte. Aí foi que a madrastra se danou. No dia seguinte botou veneno na cama do enteado. A menina viu e cantou, quando o irmão estava para chegar :

— “ Mamede, mais o Tatino,  
Eh!  
Botou o angá no espirra,  
Para quando Tatino espirra,  
O angá matar Tatino ”.

O rapazinho dormiu no chão.

Finalmente, não tendo mais onde botar veneno, botou no cano da espingarda, para, quando ele fosse soprar, antes de carregá-la, morrer. Porém a irmã avisou-o :

— “ Mamede, mais o Tatino,  
Eh!  
Botou o angá no dorme,  
Para quando Tatino dorme,  
O angá matar Tatino ”.

O menino foi e limpou bem o cano da espingarda, antes de soprá-lo, para ver si o ouvido se achava desentupido.

Por fim, conhecendo que não podia envenenar o enteado, pegou a dar em cima do marido, para que ele matasse o pobrezinho. Dizia o homem :

— Pois, senhora, eu hei de matar meu filho, sem ele ter-me feito nada?

Tanto a malvada empeceu, porém, até que, um dia, ele saiu de casa muito cedo, vestido num couro de onça. Chegou no meio do mato, subiu num pé de pau e ficou esperando que o filho passasse, para matá-lo.

Antes do menino sair para caçar, a irmã cantou :

— “ Mamede, mais o Tatino,  
Eh!  
Botou couro de gongonça,  
Para quando Tatino passa,  
Gonçonça matar Tatino ”.



O menino, coitado, não foi pelo caminho de costume, afim de não passar pelo lugar onde o pai estava de tocaia para matá-lo. Andou por longe, caçou seus bichinhos e fez um arroteio muito grande para vir para casa. Quando chegou, que acabaram de jantar, disse à irmã:

— Ajunte todos os nossos cacarecos, faça uma trouxa e vamos embora, sinão meu pai, quando vier, nos mata.

Ela *entrou para dentro* do quarto ligeira, arrumou tudo quanto era deles e meteram o pé no mundo.

## LVI

### A MULHER DENGOSA

Era uma mulher casada, muito cheia de dengos. Quando estava na vista do marido, não comia nada, fazendo focinho para todas as comidas que as criadas botavam na mesa. Nos primeiros tempos de casado, o pobre do tolo só vivia imaginando o que havia de comprar para ela comer, mas depois foi desconfiando, pois via que a esposa quasi não se alimentava e, entretanto, era gorda, que nem uma baleia.

Queixando-se disso a um amigo, este deu-lhe tres pedras, mandando que as botasse atrás da porta da sala de jantar, sem que a mulher visse. Assim mesmo ele fez, no dia seguinte, antes de sair para o emprego.

Logo que a moça viu o marido pôr o pé na rua, mandou a creada preparar um pitêu bem gostoso, pois que o que era de bom e de melhor ficava guardado para ela. Quando o *de-comer* estava pronto, que ela se foi sentando à mesa, ouviu uma voz indagar:

— Ou!... já vai comer?...

Aí, outra voz perguntou:

— Sem seu marido?...

Respondeu uma terceira:

— Si é seu costume!...

A moça ficou muito espantada. Correu a casa toda e não encontrou pessoa alguma. Sentou-se de novo à mesa; mas as vozes tornaram a se fazer ouvir e ela tornou a se levantar, assombrada, para revistar a casa, acompanhada das criadas. Assim, passou todo o tempo, sentando-se e levantando-se, até que chegou a hora do marido vir para casa, já de noite. Quando ele foi entrando, a moça, que estava lazarando de fome, foi logo correndo ao seu encontro e dizendo:

— Ai! meu marido, estava aqui impaciente, esperando você, porque hoje me deu uma fome terrível, e eu não quis comer sôzinha.

Sentaram-se ambos à mesa. Ela *bateu o braço* no pirão que comeu como trinta. No dia seguinte, tentou de novo comer na ausência do marido, mas as vozes, que eram das tres pedras postas atrás da porta, não deixaram, como na véspera. Então ela largou os dengos e todos os dias comia junto com o marido. Foi quando ele viu que a mulher entrava no pirão como uma loba.

## LVII

### A MULHER DO OVO

Uma mulher cozinhou dois ovos: um para si e o outro para o marido, que estava na roça trabalhando. Esperou um bocado que ele chegasse e nada. Afinal de contas, disse:

— Bom. Eu estou com muita fome e vou logo comer o meu ovo. Não espero por fulano mais, não.

Comeu o ovo. Nada do marido chegar. Daí a pedaço pensou a mulher:

— Meu marido não come nada, sem que não me dê também. Assim, eu vou logo tirar um bocadinho do ovo que ficou para ele. Quando ele chegar, que quiser me dar um pedaço, eu digo que já tirei a minha parte.

E venha! Comeu metade do ovo que guardara para o marido. Andou, virou, mexeu, e nada do marido chegar. Afinal de contas, disse consigo outra vez a gulosa:

— Meu marido, vindo almoçar, não come esta banda do ovo, sem que não me dê um tiquinho; portanto, deixe-me tirar logo o que ele tem de me dar.

*Lapo!* — comeu metade da banda do ovo.

Para encurtar a história, meu senhor, a mulher acabou comendo o ovo todinho, antes que o marido chegasse da roça.

### LVIII

#### O SURRÃO QUE CANTAVA

Uma menina foi tomar banho na fonte e esqueceu-se dos seus brinquinhos de ouro em cima de uma pedra. Quando chegou em casa, que deu por falta deles, voltou para procurá-los. Um negro velho, que estava escondido dentro do mato, assim que ela acabou de tomar banho e foi-se embora, saíu, apanhou os brincos e botou-os dentro do seu surrão. Quando a menina tornou à fonte, não encontrando os brinquinhos, perguntou ao negro velho, que estava ali sentado, fumando o seu cachimbo:

— Meu tio, você viu uns brinquinhos de ouro que eu deixei aqui em cima desta pedra?

— Ah! ah! ah! sinhazinha, respondeu o negro. Tá qui dentro di minha surão. Enta, sinhazinha, pa tirá.

E abriu a boca do surrão. Assim que a boba entrou, ele fechou a boca do surrão, amarrou bem, botou o surrão nas costas e saíu por ali a fora. A menina, coitadinha, chorava para se acabar. Chegando a uma casa, disse o negro:

— Assuncê qué vê minha surão cantá?

— Quero, respondeu o dono da casa.

O negro foi logo dando o preço: — é tanto. Arreou o surrão no chão e disse:

— “Canta, canta, minha surão,  
Sinão eu ti dá  
Cum cachamôra di minha brudão”.

A pobrezinha, com medo das pancadas, cantou:

— “Neste surrão eu estou,  
Neste surrão morrerei,  
Por causa de uns brinquinhos de ouro,  
Que lá na fonte deixei”.

Em todas as casas por onde passava, o negro fazia o mesmo e assim já havia ganho muito dinheiro. Afinal Deus quis que ele fosse castigado pela *malvadeza* que estava praticando. Quando foi de tardinha, o negro chegou à casa dos pais da menina, onde, como nas demais, botou o surrão para cantar. Aí, os dois velhos, que estavam muito aflitos com o desaparecimento da filha, reconheceram-lhe logo a voz. Então disseram:

— Agora, meu negro, a noite está muito escura e é melhor você dormir aqui.

O negro ficou. Comeu, enchendo bem o *cabo*, contou muita prosa, coçando as canelas foveiras, e, por fim, foi se deitar. Assim que ele ferrou no sono, os dois velhos abriram o surrão, tiraram a filha e botaram dentro dous ourinóis cheios de porcária, bem azedos. De manhã cedo, o negro botou o surrão nas costas, dizendo consigo:

— Eu vai agora ni casa di minha sinhô rei, pá minha surão cantá.

Chegando ao palácio, disse:

— Ah! ah! ah! minha sinhô rei, eu veiu cá, pá minha surão cantá, pá minha sinhô rei vê.

— Pois bem, negro, vamos ver isso, respondeu o rei.

O negro arreou o surrão bem no meio da sala onde estava o rei, cercado de todos aqueles graúdos, a rainha, suas damas, etc., e disse muito concho:

— “Canta, canta, minha surão,  
Sinão eu ti dá  
Cum cachamôra di minha brudão”.

O surrão calado. O negro tornou a mandar o surrão cantar e nada. Aí o negro meteu o cacete no surrão, com toda a sustância, arrebrandando os ourinóis que derramaram aquela sujidade no meio da sala, espalhando uma fedentina horrorosa.

Foi um *Deus nos acuda* de todos os pecados: — “Pega este negro”, “segura”, “agarra”, “que desaforo de negro”. E lá se foi o negro preso e enforcado.

## LIX

### O NEGRO QUE QUIS SER PRÍNCIPE

Era um reinado onde havia uma serpente que só comia *criação*. Então, todos os dias, o rei mandava botar um animal para a fera comer. Quando não teve mais boi, nem vaca, nem ovelha, nem cavalo, nem nada, começou a comer gente. Diariamente se tirava a sorte para ver quem era que havia de ser comido, mandando o rei levar a pessoa lá perto da loca onde a bicha morava. Um dia, a sorte caiu na filha do rei. Ele, muito triste, mandou que a fossem levar para a serpente comer. Um príncipe, que estava caçando por aqueles sítios, encontrou-a chorando para se acabar. Perguntou-lhe o moço por que era que estava chorando daquele jeito. Ela contou-lhe tudo. Disse o príncipe:

— Ora, isto não é nada. Deixe estar.

Deitou-se, pôs a cabeça no colo dela, pedindo-lhe que lhe catesse um pioího. Afinal, adormeceu. Quando foi daí a pouco, a moça ouviu o rumor da fera que vinha dando cada urro que fazia a terra estremecer. Ficou com tanto medo, que nem coragem teve de acordar o

moço, toda trêmula, chorando para morrer. Caindo-lhe uma lágrima no rosto do príncipe, este despertou sobressaltado e perguntou o que era. Sabendo ser a serpente, disse:

— Deixe vir.

Quando a serpente foi chegando, o príncipe foi puxando a espada e botando-se para ela. Depois de uma peleja muito grande, o príncipe matou a fera. Deceitou-lhe a cabeça, cortou-lhe as sete pontas da língua e amarrou-as num lenço. Em seguida, tirando um anel de ouro do dedo, deu-o à princesa, marcando o dia em que iria a palácio pedi-la em casamento. Despediu-se e foi-se embora.

Enquanto o príncipe e a princesa estavam conversando, passou por ali um negro carvoeiro. O negro, vendo a serpente com a cabeça cortada, tirou uma quicé do bolso, cortou os sete cotôcos da língua da bicha e foi voando para palácio dizer ao rei que a havia matado. Ora, o rei tinha dito que quem matasse a serpente e lhe trouxesse as sete pontas da língua casar-se-ia com sua filha. Então não teve outro jeito sinão aceitar o negro carvoeiro como noivo da princesa, porque palavra de rei não torna atrás. Ficou muito desapontado e mandou buscar a filha no mato. Ela bem sabia que era mentira do negro, e tinha visto o impostor cortar os cotôcos da língua da serpente, mas ficou bem de seu, calada.

O rei mandou hospedar o futuro genro em palácio, dar-lhe um banho com bagaço de coco e areia, para tirar aquele cascão de suor e pó de carvão e depois enxaguá-lo. Em seguida mandou dar-lhe uma roupa de veludo muito bonita e sapatos de setim. O negro saiu do banho vestido de príncipe, patinhando, sem saber como pisasse, pois nunca tinha calçado sapato. Quando chegou na sala, cercado de criados, olha ele de cabeça em pé, todo atrapalhado, sem saber o que fizesse! Vendo-o, os outros negros, escravos do rei, perguntaram-lhe o que era que estava fazendo ali em palácio. Então ele respondeu todo pachola:

— Eu matou serepentão, vae casã cum fia di minha sinhô rei.



Assim que acabava de almoçar ou de jantar, repimpava-se numa cadeira de balanço, muito emproado e chamava os seus *pareceiros*:

— Ou lá, ou tú, ou *zôtro*, dá cá fogo pra cendê minha *quitandêro*.

*Quitandêro* era o cachimbo. O negro acendia o cachimbo, e ficava ali fumegando, cuspinhando tudo, que metia nojo.

Durante esse tempo, a princesa vivia bem desencalmada, preparando o seu enxoval para se casar com o seu príncipe e dizendo consigo:

— Deixa-te estar, moleque, que tu has de ver onde tamanduá tem a *quijila*.

O negro, quando via a moça, ficava todo se babando, todo assanhado, e *aboticava* os dois *zollhões* brancos em cima dela, que até fazia medo. O rei e a rainha estavam para morrer de paixão, porém, assim mesmo, preparando tudo para o casamento.

Já na véspera do casório, na hora do jantar, que estavam todos sentados à mesa, bateram palmas na escada. O creado foi ver quem era e voltou dizendo ser um príncipe que queria falar com sua magestade. O rei mandou que ele entrasse. Foi quando apareceu um moço formoso, ricamente vestido. Fez a sua cortezia ao rei mais à rainha e disse que o que o levava ali era mostrar à vista de todos um objeto que tinha consigo. Ao mesmo tempo pedia licença para fazer uma pergunta à princesa. O rei deu a licença pedida. O príncipe dirigiu-se à princesa e perguntou-lhe onde estava o objeto que lhe havia dado no lugar onde se botava gente para a serpente comer. O negro, ouvindo tais vozes, ficou côr de cinza. A princesa meteu a mão no seio, tirou o anel e apresentou-o ao príncipe. O negro já não sabia onde estava. Então, aí, o príncipe contou ao rei tudo quanto se passara. Depois meteu a mão no bolso e tirou as sete pontas da língua da serpente, amarradas no lenço, apresentando-as ao rei. Quando acabou, pediu a princesa em casamento.

Nisso procuram o negro. Já ele tinha voado pelas escadas abaixo e estava escondido no chiqueiro. Todos os que estavam na sala bateram palmas, levantaram-se e abraçaram o príncipe. O rei e a rainha não sabiam onde o pusessem. A princesa, então, esta nem se fala.

Aí foi que começou a verdadeira festa do casamento. Quando acabaram as palmas e vivas, a princesa contou o que vira o negro fazer, ao encontrar a serpente morta. O rei ficou furioso. Mandou agarrar o negro e levá-lo para a força.

O casamento do príncipe com a princesa foi uma festa tão grande, que durou um mês.

## LX

### A MULHER FEITICEIRA

Uma mulher tinha uma vizinha, com a qual se dava muito. Um dia, ele mandou o filho pedir um tição de fogo na casa da vizinha. Quando o menino chegou lá, viu uma panelona de mingau fervendo. Ficou muito admirado, dizendo consigo:

— Ou! a vizinha mora só e eu quero ver o que é que ela vai fazer com semelhante panela de mingau.

Escondeu-se no mato e ficou quieto, assuntando. Passado algum tempo, a mulher tirou a panela do fogo, foi a uma touceira de bananeiras, na beira da casa, apanhou uma porção de folhas, estendeu no chão da cozinha e espalhou aquele mingau todo por cima delas. Quando acabou, começou a andar à roda das folhas, sacudindo-se, largando os pedaços. Largou as mãos, os braços, as pernas, os pés, os peitos, os olhos, as orelhas, a cabeça, tudo. E toca aqueles pedaços de gente a beber mingau.

Vendo aquilo, o menino correu assombrado, gritando:

— *Me* acuda, mamãe!... Já vi braço, já vi perna, já vi cabeça, já vi tudo da vizinha bebendo mingau...

A feiticeira, mais que depressa, foi se ajuntando e saiu correndo atrás do menino. Quando já estava pega não pega, o menino subiu num pé de pau. A mulher gritou:

— Desce, pau...

O pau começou a ficar pequeno, pequeno. Assim que estava perto da mulher agarrá-lo, o menino gritou:

— Sobe, pau...

O pau foi crescendo, crescendo, de novo. E naquilo ficaram: sobe pau, desce pau. Afinal, vendo a mulher que não saíam de semelhante pendenga, chamou o sapo, para derrubar o menino. Veiu aquele cururuzão, abraçou o pau e começou a dizer:

— “Pelo sapo, sapão,  
Paredão, paredão”.

Começou o pau a engrossar e a ficar baixo. Quando o menino já estava perto do chão, gritou:

— Sobe, pau.

Lá se vai o pau afinado de novo e crescendo. A mulher chamou a cobra. A cobra enroscou-se no pé do pau, começando a dizer:

— “Gaxin, gaxin,  
Ganin, ganin”.

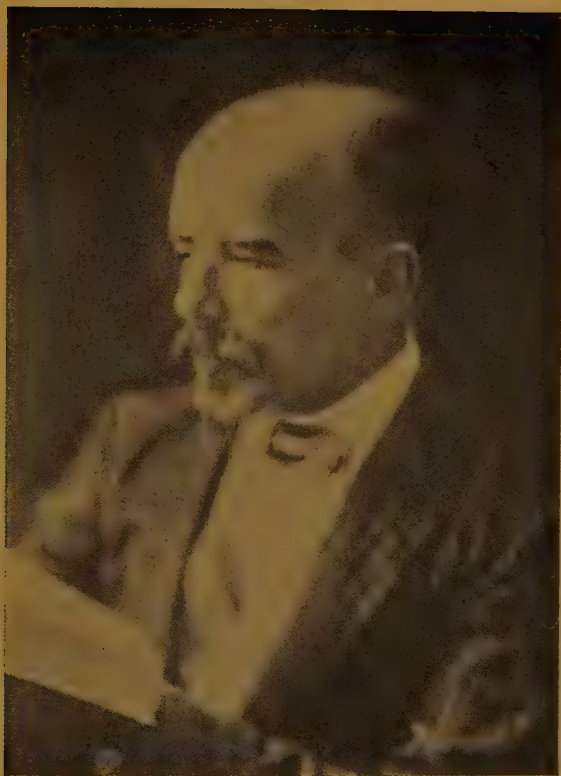
O pau foi ficando fino e envergando. Quando já estava perto de tocar no chão, o menino gritou:

— Sobe, pau.

Lá se vai o pau desenvergando e engrossando de novo. Aí, a mulher chamou a lagartixa. A lagartixa pôssou o rabo ao redor do pé do pau e começou:

— “Xere-rengue,  
Rengue, rengue”.

No lugar onde estava passado o rabo da lagartixa se ia cavando um sulco, que ia se aprofundando cada vez mais. A árvore já estava



João Ribeiro



quebra não quebra. Foi quando a mãe do menino, ouvindo aquela alauza, saiu com outras pessoas, para ver o que era. Chegando lá, meteram o cacete no sapo, na cobra e na lagartixa, matando-os. A mulher correu, que nunca mais ninguém botou os olhos em cima dela.

## LXI

### A MULHER SOVINA

Era uma mulher tão sovina, que parecia ter-lhe morrido um sapos nas unhas, como lá dizem. Tinha um gato e dois cachorrós que viviam com a barriga pegada no espinhaço, pois a sumítica só lhes dava aquela migalha de comida. De uma feita, estando a pilar milho p'ra fazer um cuscús, o gato pôs-se a miar e os cachorros a ganir, em volta do pilão, porque estavam lazarando de fome. Então, enfurecida com os pobres dos bichos, gritou:

— Arre, diabos ! Querem comer cuscús, venham pilar milho !

Depois de reduzido o milho a fubá, cessou-o, preparou o cuscús e botou-o no fogo, para cozinhar. Em seguida, deu de mão no pote e foi à fonte buscar agua. De volta, no meio do caminho, ouviu bulha em casa. Batiam no pilão: — pei-pei, pei-pei.

— Ou ! Quem está fazendo fubá lá em casa !?...

E apressou o passo. Quando chegou no terreiro, que olhou para dentro da casa, ficou com os cabelos arrepiados: os dois cachorros, cada um sentado no seu tamborete, pilavam milho, e o gato, sentado no meio da sala, com o rabo estendido, cessava fubá na urupemba.

A mulher arriou o pote no chão, correndo como uma flecha até à roça onde o marido estava trabalhando, e contou-lhe o que vira. Em seguida, deu-lhe um ataque, caindo por terra, como morta. O homem desembandeirou para casa, sem se importar com o chilique da mulher, para ver si ela não se tinha enganado. Quando chegou lá, o gato e os dois cachorros encontravam-se deitados no terreiro, dor-



mindó, com a barriga em termo de rachar, de cheios que estavam do cuscús que haviam feito.

Tambem, nunca mais a mulher deixou os pobres bichinhos com fome.

## LXII

### A CAÇA DO MUNDÉ

Foi um dia um homem que tinha saído a procurar a vida pelo mundo a fora. Andando por um caminho, viu uma roça abandonada. Disse:

— Vou tomar esta roça para mim.

Trazia ele uma espingarda, um facão, uma enxada e um cavador. Fez o seu tejupar; quando acabou, armou um mundé com a espingarda, indo-se deitar depois no seu girau de varas. Quando já ia pegando no sono, ouviu a espingarda disparar. Correu e foi ver o que tinha caído no mundé. Era um tatú verdadeiro. Tirou o tatú, armou outra vez a espingarda e voltou para o tejupar. Tratou a caça, assou uma banda e comeu, guardou a outra banda, indo se deitar.

Já ia pegando no sono de novo, quando ouviu outra vez a espingarda disparar. Chegando no mundé, encontrou aquela moça que era uma beleza. Ficou muito admirado e perguntou-lhe o que tinha ido fazer ali. Então a moça respondeu, dizendo que havia saído para passear, quando caiu no mundé, e que, si ele a tirasse dali, levá-lo-ia para a sua casa e se casaria com ele; mas nunca alegasse que ela fôra caça do seu mundé. O homem disse que sim.

Carregou com a espingarda, o facão, a enxada e o cavador, saindo atrás da moça. Muito adiante viu aquele palácio bonito de fazer gosto e entraram. A moça mostrou-lhe o palácio todo. Depois mandou-lhe botar um banho, mandou vir uma roupa bem limpa para ele mudar, chinelos, etc. Quando acabou, foram para a mesa, que estava coberta de comidas finas e servida por muitas criadas.

No dia seguinte, a moça mandou chamar um padre, e se casaram.

Ora, ficou o homem ali vivendo à tripa forra, como fidalgo, tendo tudo ao seu dispor. Tempos depois, porém, começou ele a querer passar de pato a ganso, como lá dizem, tornando-se muito exigente, muito aborrecido, maltratando as criadas, xingando-as, achando tudo mal feito. Começou a resingar com a moça, a descompô-la, e até a querer dar-lhe pancada. Quando foi um dia, porque o jantar demorasse mais um bocadinho, ele insultou muito a moça; e, por fim, disse:

— Você bem mostra que foi caça do meu mundê...

Era só por isso mesmo que ela estava esperando. Deu uma gargalhada e pôs-se a cantar:

— “Estas minhas amas  
São de tamburará,  
Mutamba, mutamba,  
Vão-se embora já”.

Tudo quanto foi criada desapareceu. Ela cantou:

— “Estes meus trastes”, etc.

Quanto movel havia em casa desapareceu num instante. Até a cadeira em que o homem estava repimpado, caindo ele com o *mucumbú* no chão, — pufo !... Tornou a moça a cantar:

— “Esta minha casa”, etc.

A casa desapareceu. Por último ela cantou:

— “Esta Dona Maria”, etc.

E sumiu-se. Quando o homem estremeceu, estava no meio do mato, com a sua espingarda, o seu facão, a sua enxada, o seu cavador, e a sua roupa suja. Depois de andar muito, deu com o tejuar, já por terra. Si quis, teve de fazer outro, e foi viver como dantes, alisando o cabo do ferro-de-Adão.

### LXIII

#### JOÃO BARANDÃO

Diz que foi um dia um homem muito pobre, chamado João Barandão, casado e com muitos filhos. De uma feita, vendo-se atrapalhado para dar de comer a tanta gente, disse:

— Mulher, vamos nos mudar daqui da cidade e fazer uma casa no mato, porque com este horror de filhos nós não podemos nos aguentar mais.

Arrumaram a trouxa e lá se foram. Chegando no mato, o homem escolheu um lugar bom para a sua casa e começou a tirar madeira com o machado: — pá, pi, pá, pi. Daí a pouco ouviu uma voz perguntar de lá de dentro do mato:

— Quem é que está aí?

— Sou eu, respondeu o homem.

— Eu quem?, tornou a voz.

— Sou eu, João Barandão.

— O que é que está fazendo?

— Estou aqui tirando madeira, para fazer uma casinha.

— Olá! ajuntou a voz, vão ajudar João Barandão a tirar madeira, para fazer a casinha dele.

Saíu gente do mato como formiga e toca a cortar pau. Num instante fizeram aquela ruma enorme de forquilhas, caibros e o mais, indo-se embora depois. João Barandão, muito satisfeito, fez a sua casa, metendo-se dentro dela com a sua mulher e seus filhos. No dia seguinte, pegou na foice, botou o chapéu na cabeça e disse à mulher que ia fazer uma roça. Chegando no mato, começou a roçar. Com pouca, ouviu a voz de lá de dentro do mato;

— Quem é que está aí?

— Sou eu.

— Eu quem?

— Eu, João Barandão.

— O que é que está fazendo?

— Estou aqui roçando esta terra, para fazer uma lavoura.

— Olá! vão ajudar João Barandão a roçar aquela terra.

Veiu gente como farinha. Num abrir e fechar de olhos, empurraram a foice no mato, roçando tudo. O homem foi para casa e deixou o roçado secar. Quando chegou o tempo, foi encoivará-lo e queimá-lo. Chegou lá, fez uma coivara e lascou-lhe fogo. Assim que as folhas e os ramos secos começaram a dar estralos, a voz perguntou, como das outras vezes, quem estava ali e o que fazia, respondendo João Barandão que era ele, que estava queimando o seu roçado. A voz deu a sua ordem, saindo logo aquele povão do mato, que, num cochilo, encoivara e queimou o roçado de João Barandão.

Para capinar, abrir covas, plantar milho, feijão e mandioca, foi a mesma coisa: mal o homem chegava na roça, que fazia um rumor qualquer, lá estava a voz indagando e com pouco começava a sair gente do mato, que escurecia, para ajudá-lo a trabalhar.

Em casa era também a mesma lida. Não podiam fazer nada, nem ele, nem a mulher, nem os meninos, que se ouvisse no mato, por causa da tal voz abelhuda. Um dia, o homem foi matar um porco. Quando o bicho começou a grunhir, a voz indagou imediatamente o que era aquilo e, respondendo João Barandão, ordenou a voz:

— Olá! vão ajudar João Barandão a matar aquele porco.

Já se sabe. Foi — *saz-traz* ! Enquanto o diabo esfrega um olho, o porco ficou em tiras.

Quando o milho já estava de espigas, mas ainda muito verdinho. João Barandão teve necessidade de fazer uma viagem. Então recomendou muito à mulher que não fosse à roça, enquanto ele não voltasse. Porém ela, que era muito teimosa, assim que o marido deu as costas, correu para o milharal. Percorreu-o todo, caladinha e sem fazer o menor rumor. Quando já se ia embora para casa, quebrou uma espiga, bem devagarinho, para os meninos assarem. Assim que

a espiga fez — *tráco!* — a voz bisbilhotou sem demora quem era e o que fazia. Respondeu a mulher:

— Sou eu, a mulher de João Barandão, que estou aqui quebrando uma espigarada de milho.

Veiu o pessoal, quebrou todo o milho, verdezinho de fazer pena, deixou aquele montão de espigas ali e, como de costume, desapareceu numa relâmpago. A mulher ficou lastimando terem feito semelhante desperdício, quebrando o milho, verde, verde, daquele jeito, e lembrando-se de que seu marido lhe recomendara tanto que não fosse à roça, enquanto ele não chegasse de volta. Começou a carregar o milho para casa, resmungando. A voz tornou a perguntar quem estava ali e o que fazia. Respondeu que era ela, carregando milho para casa. A voz se fez ouvir:

— Olá ! vão ajudar a mulher de João Barandão a carregar milho para casa.

Enquanto o diabo esfrega um olho, foi o milho todo posto no terreiro da casa de João Barandão. Quando este chegou, que viu aquele estrago e que a mulher lhe contou o que tinha feito, ficou danadinho da vida. Deu de mão num cipó-caboclo e meteu-lhe de duro: — *lépotc, lépotc, lépote !* Aí, a mulher botou a boca no mundo:

— Aquindérréis ! Aquindérréis !

Não tardou a voz:

— O que é isso aí?

— Sou eu, João Barandão, que estou *inzeplando* minha mulher.

— Olá ! vão ajudar João Barandão a exemplar a mulher dele.

A gente toda saiu do mato de cipó em punho e caiu em cima da pobre, reduzindo-a a frangalhos em dois tempos.

João Barandão, vendo que não podia continuar a viver em semelhante lugar, fez uma trouxa dos muafos, arrumou os cacarecos, pegou nos filhos e foi-se embora.

## LXIV

### O MENINO E O ASSOVIO

No tempo em que os bichos falavam, um menino foi para a fonte com sua mãe e levou o seu assovio que tocava de noite para as meninas dançarem. Quando voltou para casa, esqueceu-se do assovio na fonte. A mãe dele disse que não fosse mais na fonte buscar o assovio, porque já era tardinha e os bichos começavam a andar pelo caminho; porém o menino teimou e foi.

Os bichos, vendo-o passar para a fonte, combinaram ficar escondidos dentro do mato, para, quando ele voltasse, agarrarem-no e comerem-no. Voltando o menino, eles saíram do mato e rodearam-no, perguntando-lhe o que era que estava fazendo àquelas horas por ali. O menino disse que tinha ido buscar o seu assovio na fonte, para tocar de noite, para as meninas dançarem. Então os bichos mandaram o menino tocar o assovio, para eles dançarem. O menino meteu o assovio na boca e tocou:

— “Filelê, filelê,  
Babamin-ocú, filelê”.

Saíu a onça para dançar. Dançou, dançou, até não querer mais, e depois se meteu no mato. Aí, saiu outro bicho na roda; mais outro, mais outro, e assim saiu uma porção de bichos. Dançavam por muito tempo, metendo-se em seguida no mato. O menino, coitado, já estava que não podia mais tocar, de cansado.

O macaco, quando saiu na roda, fazia:

— “Quiticão, quiticão,  
*Tocá, tocá,*  
*Dança muito,*  
*Tocá, tocá.”*

Ficou o carneiro por último. Tomou o assovio da mão do menino, mandou-o embora e pôs-se a tocar. O menino já estava lá em



sua casa bem descansado, e o carneiro tocando. Os bichos danados, dentro do mato, com vontade de comer o menino, diziam:

— Amigo carneiro está dançando muito. Daqui a pouco, nós comemos também amigo carneiro.

Quando o carneiro ficou aborrecido de tocar, avoou o assovio no mato e foi-se embora. Vendo tudo calado, os bichos saíram do mato e não encontraram mais nem menino, nem carneiro, nem nada.

## LXV

### A PASSAPINTA

Uma mulher tinha duas filhas; e o único bem, que possuía, era uma pintinha. Morrendo, deixou a pintinha para as duas moças. Quando a pintinha já estava bastante crescida, uma delas começou a *imperriar*, a *imperriar*, para comê-la. Porém a outra não queria. Tanto *imperriou*, até que a irmã foi e disse:

— Está bom!

Pegou na pintinha, partindo-a em duas bandas. Deu uma à irmã que a comeu; e à que lhe tocava, forrou de couro o lado cortado. A pintinha não morreu. As costuras do remendo cobriram-se de penas, engordou e ficou bonitinha, que fazia gosto. Quando começou a pôr, punha tres ovos por dia.

Ora, a pinta deu para ir todos os dias para o palácio do rei, que era perto. Chegava lá e começava a pintar o diacho, subindo na mesa dos papéis do rei, na mesa de jantar, na mesa da cozinha, andando por cima de tudo, derrubando e espalhando quanto encontrava. Debalde o rei fazia esforços por agarrá-la, pois a bichinha era arisca, que uma coisa era ver e outra contar. Já aborrecido das estrepolias da pinta, mandou que os criados lhe fossem procurar o dono, afim de perguntar ao mesmo si queria vendê-la.

Depois de muitas idas e vindas, encontraram a moça, dando-lhe o recado do rei. A moça cantou, dizendo:

— “Eu tenho minha passapinta,  
Que me põe tres *vez* ao dia;  
Si ela pusesse quatro,  
Rico dinheiro eu faria.

Correram os criados e foram levar ao rei o que a moça respondera. O rei mandou oferecer pela pinta um cavalo com o seu moço. Disse a dona da bichinha:

— “Já me dão pela passapinta  
Um cavalo com o seu moço.  
Nada disso me *acomenta*.  
Há-há-há!  
Chô pr'a fóra,  
Entra p'ra dentro”.

Mandou o rei oferecer uma bolsa de dinheiro. A moça respondeu ao criado:

— “Já me dão pela passapinta  
Uma bolsa de dinheiro”, etc.

Então o rei mandou oferecer-lhe as minas de Mato-Grosso; metade do seu tesouro; mais isto; mais aquilo. E a moça, nada. Quanto mais propostas o rei fazia, mais a pinta se danava. Chegava em palácio, que era um desespero. Não deixava nem o rei, nem os criados pararem um só instante. No dia em que o rei não teve mais o que oferecer à moça em troca da pinta, disse:

— Hoje eu pego esse diabo.

Assim que a pinta foi entrando em palácio, mandou fechar todas as portas e janelas, ajuntou a criadagem e meteu a bichinha num círculo. Peleja daqui, peleja dacolá, tanto fizeram, tanto pularam, tanto correram, até que a pegaram. O rei estava furo de raiva, porque tinha derrubado tudo quanto havia dentro de casa, com aquelas correrias. Mandou botá-la dentro de uma panela de agua fervendo, e, quando ela estava cozida, enguliu-a inteirinha, com penas, couro e tudo.

Satisfeito por se ter visto livre daquela consumição, disse o rei:

— Arre! Agora eu quero ver tu me abodegares a paciência...

Daí a pouco, porém, a bichinha começou-lhe a inchar na barriga. Ele começou a sentir-se aflito, passeando abaixo e acima. E a barriga crescendo, a aflição crescendo. Então a pinta dizia de dentro do bucho do rei:

— “Cresce, casa,  
Para nós *bailá*;  
Só si casares  
Com minha *sinhá*”.

Ora vejam ! O rei casar com uma pobrezinha ! Porém a barriga crescia-lhe cada vez mais e a agonia também. Lá vêm médicos, mezinhas, isto, aquilo, aquiloutro; nada. A barriga crescendo e a pinta:

— “Cresce, casa,  
Para nós *bailá*;  
Só si casares  
Com minha *sinhá*”.

Vendo o rei que batia mesmo o pacau, mandou chamar a moça e perguntou-lhe si queria casar-se com ele. Respondeu a moça:

— Não ! O que ?! Eu, uma pobre *piringrã*, me casar com rei meu senhor? Não está vendo logo que isto é uma coisa de costas arriba?

O rei, porém, estava com a barriga em termo de espocar. Não teve mais conversas: mandou buscar um padre *nas carreiras* e, apesar das recusas da moça, casou-se com ela. Assim que se acabou o casamento, o rei teve vontade de ir ao bacio; e, mal se foi abaixando, a pinta pulou do *sim-sinhô* dele, *sãzinha*. Correu aonde estava a moça e disse-lhe:

— Minha senhora, eu já lhe paguei o bem que vosmincê me fez. Agora, adeus.

Bateu a asa e desapareceu.

## LXVI

### O PREGUIÇOSO E O PEIXINHO

Havia um sujeito muito pobre que tinha muitos filhos. O caçula era preguiçoso, que só visto, muito amarelo e barrigudo. Todos os dias de tarde, quando iam buscar água e lenha, o amarelo mais os irmãos passaram por defronte do palácio do rei. Um dia, estando a maré cheia, o amarelo, em vez de acompanhar os irmãos, tendo visto uns peixinhos dentro de uma poça, no mangue, pôs-se a pelejar para pegar um deles. A filha do rei, que estava na janela, começou a gritar:

— Preguiçoso, vai ajudar teus irmãos!...

Afinal, o amarelo conseguiu pegar um peixinho que começou a forcejar por se lhe escapular das unhas. Quando viu que não podia, disse:

— *Me larga, que tudo quanto tu desejares eu te dou. Quando quiseres qualquer coisa, basta que digas: — Com os poderes de Deus e do meu peixinho, eu quero isto, — que tu logo terás.*

O amarelo soltou o peixe.

Continuou a princesa, da janela, a mangar dele, chamando-lhe “empapuçado”, “barriga-da-areia” etc. O rapazinho ficou tão aborrecido com aquilo, que disse baixinho:

— Com os poderes de Deus e do meu peixinho, tu has de parir um filho meu, sem tu saberes.

E foi andando, um pé hoje, o outro amanhã, o bucho enorme, de comer barro, em busca dos irmãos, que com certeza já estavam de volta.

Daí a dias está a princesa pálida, magra, dores aquí, dores ali; e cada vez peor. Toca o rei a mandar chamar tudo quanto era médico do reinado e todos a dizerem que ela não tinha moléstia nenhuma. Afinal, quando chegou o tempo, a moça pariu um menino muito gordinho e bonitinho. O rei ficou furioso, a ponto de

falar em mandar degolar a filha, metendo-a em confissão para ela dizer que homem era que tinha ido ao seu quarto. A moça respondeu que nenhum. Não houve forças humanas que a fizessem dizer outra coisa.

Vendo o rei que da boca da filha nada colheria, reuniu os seus conselheiros, para que eles lhe dissessem o que se havia de fazer, afim de saber quem era o pai de seu neto. Depois de muita discussão, os conselheiros resolveram que se deveria esperar que o menino estivesse engatinhando, para se tirar uma prova.

Quando a criança começou a engatinhar, os conselheiros disseram ao rei que mandasse chamar todos os homens do reinado para irem à presença do menino. Aquele para quem este se botasse, seria seu pai. Foi uma romaria de homens a palácio, durante semanas e semanas, vindos de todas as partes do reinado, que Deus nos acuda. Primeiro vieram os príncipes, depois os fidalgos, depois os arremediados e, de resto, os pobres — velhos, moços e meninotes — sem que a criancinha nem sequer se importasse com um só deles.

Por fim, faltava apenas o preguiçoso. Quando os criados do rei foram chamá-lo, seu pai achou muita graça, dizendo:

— Ora, havia de ser mesmo bonito que este papa-cinza fosse o pai do príncipe. Era mais facil as galinhas criarem dentes! Vocês não estão vendo logo que isso não pode ser?

— Não sabemos de nada, responderam os criados. E' ordem de sua majestade. Portanto, ele tem de ir.

Lá se foi o amarelo por alí a fora, com a barriga em termo de arrebentar, e as canelas fove'ras, de polia, atrás dos criados. Em caminho, o amarelo disse consigo mesmo:

— Com os favores de Deus e do meu peixinho, quero me transformar num moço bem bonito e bem vestido.

Num instante ele se transformou. Que quando os criados foram olhar para trás, ficaram muito admirados, pensando que o amarelo tinha escapulido e aquele era outra pessoa. Mas o rapaz disse:

— Estão admirados? Pois eu sou o amarelo mesmo.

Chegando a palácio, estava muita gente dentro da sala onde se encontrava a criança, todos prontos para se rirem à custa do preguiçoso. Vendo-o, o rei exclamou:

— E' esse que vocês dizem ser amarelo e sujo, e que eu vejo tão corado e tão lorde assim?

— Saberá vossa real majestade, responderam os criados, que ele saiu de casa amarelo, com uma barrigona e sujo, que fazia nojo; mas, quando vínhamos no caminho, que fomos olhar p'ra trás, p'ra ver si ele nos estava acompanhando, ele estava deste jeito.

Então o rei mandou que ele entrasse para onde estava o menino. A criancinha achava-se lá no fundo da sala. Quando o preguiçoso apareceu na porta, ela veio engatinhando depressa, chegou, abraçou-se com as pernas dele e pôs-se em pé. O rapaz, aí, tomou-a nos braços. Foi uma admiração geral. O rei ficou apalermado, perguntando como tinha sido para ele entrar na camarinha da princesa. Respondeu o moço que nunca tinha entrado na camarinha dela. O rei não acreditou, nem ninguém que estava ali. Já zangado com aquilo, mandou o rei, debaixo de pena de morte, que ele confessasse como tinha sido para emprenhar a princesa. Não tendo outro jeito sinão obedecer, o preguiçoso mostrou-lhe um anel de brilhantes que trazia, dizendo ao rei que se achava um pouco afastado:

— Vossa majestade está vendo este anel? Pois bem, procure *ela* que está no seu bolso.

E ajuntou consigo:

— Com os favores de Deus e do meu peixinho, quero que este anel passe para o bolso do rei.

O rei meteu a mão no bolso e achou o anel. Ficaram todos de boca aberta, admirados. Disse o preguiçoso, então, que havia sido assim que a princesa tivera um filho seu, sem ele ter estado com ela. Aí, o rei mandou correr os banhos e casou o preguiçoso com a filha, vivendo os dois muito felizes, por muitos anos.



## LXVII

### DONA HELENA

Era uma moça que ia todos os dias à fonte buscar água. Um belo dia, entrando assim nos matos da beira da fonte, viu um leão deitado. Correu mais que depressa, com medo, e veio-se embora para casa com a sua boca calada. Quando foi no outro dia, tornou a ver o leão no mesmo lugar e tornou a correr para casa, depois de haver enchido o pote às pressas. E assim se passaram muitos dias, vendo a moça o leão deitado sempre no mesmo sítio. Afinal, compreendeu ela que, si o animal estava deitado só naquele lugar, era porque se achava doente. Um dia, disse:

— Coitado, ele deve estar morto de fome.

Em casa, na hora do jantar, tirou às escondidas um bocado de comida do seu prato e guardou-o. Quando, no dia seguinte, saiu para, a fonte, enrolou a comida numa folha de bananeira e botou no seio. Chegando à fonte, arriou o pote no chão e foi aonde estava o leão, atirando de longe o bocado de comida junto dele. Assim continuou a fazer, até que foi se acostumando com o animal e perdendo o medo dele. Para encurtar a história, com pouco estavam os dois bem amigos um do outro. Ela chamava-o Dom Leão; e ele, Dona Helena.

Disse o leão a Dona Helena que, quando lhe fosse levar comida, não precisava mais ir no mato; chamasse-o da fonte, que ele iria. Dona Helena chamava-o, cantando:

—“Dom Leão, caião, caião,  
Dom Leão, caião, caião.  
Procura o teu amor,  
Procura o teu amor.”

Respondia-lhe o leão:

—“Dona Helena de Cangurussú,  
Sussú,  
Su-ussú, sussú.”

Depois que a moça se habituara a levar-lhe comida, não quis mais ir com pessoa alguma à fonte. Assim que amanhecia o dia, apanhava o pote muito depressa e corria para a fonte, demorando-se lá um tempo enorme. Até que, de uma feita, sua irmã, que se chamava Dona Aninha, disse:

— Gente, o que tem Dona Helena, que não quer mais ir na fonte com ninguém? De primeiro, ela me chamava sempre; e, agora, só quer ir sòzinha e se demora tanto tempo lá? !

Quando Dona Helena saiu para a fonte, Dona Aninha foi atrás dela, na móca. Chegando perto da fonte, entrou no mato e ficou espiando o que a irmã fazia. Viu Dona Helena arrear o pote no chão e cantar como era de costume, respondendo-lhe o bicho de longe. Daí a pouco é quando vem aquele leão que era um mundo, de grande. Dona Helena, muito alegre, satisfeita, sorrindo, deu-lhe a comida que trazia escondida no seio. Acabando o leão de comer, ela alisou-lhe a juba, tirou-lhe as folhas secas que estavam pegadas ao pêlo, catou-o todo. Isso levou muito tempo. Quando o leão foi-se embora, Dona Helena encheu o pote e voltou para casa.

— Ah ! disse Dona Aninha consigo, é por isto que tu só queres vir sòzinha para a fonte? Eu te dou a resposta.

Quando foi no outro dia, antes de Dona Helena sair, ela apanhou um facão bem amolado e correu para o fonte. Chegando lá, cantou como tinha ouvido a irmã cantar. O leão respondeu e veio se aproximando. Assim que Dona Aninha foi vendo o leão, foi voando em cima dele e dando-lhe uma cutilada no pescoço, que o fez cair. Aí a malvada da moça ameudou os golpes, espicaçando o pobre bicho todo. Cortou-o, cortou-o, até ficar com os braços cansados. Depois correu para casa, caladinha. Dona Helena, coitada, ainda estava bem desencalmada, preparando-se para ir buscar água e levar a comida de Dom Leão.

O bicho saiu arrastando-se, a muito custo, dando consigo, todo ensanguentado e retalhado, no lugar onde Dona Helena o tinha visto

pela primeira vez. Quando Dona Helena chegou à fonte, cantou, chamando-o. Nada de Dom Leão responder. Tornou a cantar. Nada. Pela terceira vez cantou. Nada. Ela aí disse:

— Ai, meu Deus, que Dom Leão é morto...

E começou a chorar, em termo de se acabar. Ele, coitado, a muito custo, com pena de ouvi-la estar cantando e, depois, chorando daquele jeito, respondeu com a voz muito fraca. Então Dona Helena correu, embarafustando pelo mato a dentro. Encontrando-o em semelhante estado, todo ferido, ensanguentado, abraçou-se a ele, chorando para a vida não ter. Disse-lhe Dom Leão:

— Não chore não. Deixe estar. Não chore não, que eu fico bom. Foi sua irmã quem me fez isto. Chegou na fonte e cantou. Eu pensei que era você e fui. Assim que ela me avistou, foi correndo em cima de mim e me metendo o facão, que quasi me mata. Mas deixe estar. Vá em casa, e me traga uma vasilha bem grande e uma porção de cinza.

Assim mesmo ela fez. Chegou em casa, disfarçou, apanhou um tacho bem grande, encheu-o de cinza e correu aonde estava Dom Leão, que, ajudado pela moça, entrou para a vasilha, mandando que ela o cobrisse todo de cinza. Diariamente Dona Helena ia ver si ele já estava melhor e levar-lhe comida. Quando Dom Leão ficou bom, que poudé se levantar, disse-lhe:

— Amanhã não carece mais você vir aquí. Chegando na fonte, me chame, que eu vou lá tomar a comida.

Isto mesmo aconteceu. Acabando de comer, conversou muito com a moça e, por fim, disse:

— Agora, de hoje em diante, não venha mais me trazer comida, porque você não me encontra. Vá para casa se aprontar para casar comigo, que eu também vou me preparar. Hoje acaba o meu encanto.

Recomendou muito que toda a comida do dia do casamento fosse feita só e só pelas mãos dela; que não queria que outra qual-



Juvenal Galeno



quer pessoa, fosse lá quem fosse, lavasse ao menos um prato. E marcou o dia do casamento.

Dona Helena foi para casa em termo de morrer de contente e começou a tratar do enxoval, sem ninguém perceber. Na véspera do dia marcado por Dom Leão para o casamento, estava Dona Helena na cozinha, preparando aquele horror de comida e a gente de casa só perguntando para que era semelhante despropósito. Dona Helena nem como coisa que estavam falando com ela. Foi quando bateu na porta aquele príncipe bonito que fazia prazer. Dona Aninha entrou para a camarinha, preparou-se toda, enfeitou-se, encheu-se de cheiros e correu muito lampeira para a sala. Então o príncipe disse:

— Eu com a senhora não tenho negócio nenhum. Não foi a senhora que me deu tantas cutiladas lá na fonte? Eu quero falar é com Dona Helena, pois com ela é que eu vou me casar.

Ela aí correu para dentro, estourando de vergonha e de inveja, porque a irmã ia se casar com um príncipe tão formoso. Quando Dona Helena apareceu na sala foi toda alvoraçada, com os cabelos desgrenhados, a cara, as mãos e a roupa sujas de carvão, as mangas arregaçadas e descalça. Ela conheceu logo que era Dom Leão. Então o príncipe pediu-a em casamento aos pais. E como já estava tudo pronto, logo no outro dia se casaram. Houve muitas festas, muitos comes-e-bebes, indo Dona Helena morar com seu marido num palácio que era uma beleza, vivendo eles dois mui felizes por largos anos.

## LXVIII

## BIACÃO

Era um pescador que tinha tres filhas. Um dia, ele foi pescar, e não pegando nenhum peixe, veio zangado para casa. No outro dia,



deu-se a mesma coisa. Quando foi no terceiro dia, que ele estava se maldizendo da sorte, ouviu uma voz lhe dizer:

— Si quiseses pegar muito peixe, promete dar-me a primeira coisa que avistares na porta da tua casa.

— Dou, respondeu ele no mesmo instante, lembrando-se de que a primeira coisa que via na porta de casa era um papagaio, empo-leirado na sua gaiola.

Num momento, pegou peixe que só se vendo. Quando voltou, que foi descobrindo a casa, viu a filha mais velha, que ele estimava muito, em pé, na porta da rua. O pobre homem ficou muito triste, amuado num canto. Insistindo a filha para que lhe dissesse o que tinha, o pescador referiu-lhe quanto se passara consigo no mar. Disse a moça:

— Não tem nada não, meu pai. Eu vou.

No dia seguinte, ela foi com o pai. Chegando no mar, viram uma palma de mão aberta à flor das aguas, dizendo uma voz:

— Senta-te aquí.

A moça sentou-se, mergulhando a mão com ela. Daí em diante, o pescador continuou a apanhar peixe, todos os dias, que era um despropósito.

Ora, quando a moça deu *côrdo* de si, estava num palácio bonito, que era uma maravilha, no fundo do mar. Ficou vivendo ali muito contente, porquanto nada lhe faltava, do bom e do melhor, a tempo e a hora. Mas, por outro lado, muito triste, porque só via um velho e um vulto que se sentava ao seu lado na mesa e se deitava consigo na cama. Depois de passado bastante tempo, a moça pediu ao velho para ir ver a família, pois estava com muitas saudades. O velho disse-lhe que podia ir, porém que não trouxesse nada de terra para o mar. Levou-a, botando-a na praia.

Foi uma alegria enorme, quando ela chegou em casa. A moça contou tudo quanto se passava consigo no palácio do fundo do mar.

Quando disse que todas as noites via um vulto deitar-se ao lado dela, porém que não sabia quem era, sua mãe aconselhou:

— Boba, leva um pedacinho de vela e uma caixa de fósforos. De noite, tu acendes e has de ver quem é que está deitado junto de ti.

A moça disse que não, porque o velho lhe recomendara insistentemente que nada levasse de terra para o mar. Teimou a velha, mandando que levasse escondido na botina, pois ninguém veria. Assim mesmo a pobre da moça fez. Quando chegou no mar, lá estava a palma da mão, e a voz avisou:

— Filha, si tu trazes alguma coisa de casa, joga fora.

Ela respondeu que não trazia nada. Tornou a voz:

— Como tu não trazes nada, vem. Depois não te arrependas.

A moça sentou-se na palma da mão e foi dar por si, outra vez, no palácio. De noite, viu o vulto deitar-se ao seu lado. Passado algum tempo, ela levantou-se, acendeu o cotôco de vela e enxergou, dormindo, um príncipe bonito de abismar. Ficou tão admirada da beleza do moço, que o cotôco de vela gastou-se todo sem ela dar fé. Que quando o morrão do pavio lhe queimou o dedo, ela foi sacudi-lo fora, então um pingo de cera caiu no rosto do príncipe. Aí ele acordou e disse:

— Ah! ingrata, redobraste os meus encantos por sete anos. Amanhã eu ia me desencantar...

E ficou passeando no quarto, p'ra lá e p'ra cá. A moça só faltava se acabar de chorar. Afinal, o príncipe mandou que ela abrisse a janela e olhasse se via alguma nuvem. Ela abriu e disse:

— Vem uma nuvem muito escura.

— Ainda não é hora, respondeu o príncipe.

Depois tornou a dizer:

— Vá ver agora.

— Vem uma nuvem cinzenta.

— Ainda não é hora, disse outra vez o príncipe.

Depois mandou pela terceira vez:

— Vá ver agora.

— Vem uma nuvem branca.

— E' agora, disse o príncipe.

A nuvem foi vindo, foi vindo, foi se aproximando da janela e o moço desapareceu nela. Então o velho chegou e disse:

— Eu não lhe preveni para não trazer nada de terra para o mar? Olhe: eu vou me virar num cavalo e você veste-se de homem. Quando perguntarem como é que você se chama, diga que é *Biacão*. Nunca faça nada, sem me consultar primeiramente.

Assim mesmo foi. Ela vestiu-se de homem e o velho virou-se num cavalo. Biacão montou-se no cavalo e saíram pelo mundo a fora, até que foram dar no palácio de um rei, que era pai do príncipe que tinha desaparecido na nuvem. O cavalo bem que sabia, mas não disse nada a Biacão.

Biacão subiu as escadas do palácio, bateu palmas, e, quando a rainha veio ver quem era, pediu-lhe um emprego. A rainha, vendo aquele mocinho tão bonitinho, gostou logo dele, dando-lhe um emprego em palácio. O filho da rainha, irmão do príncipe encantado, ficou também gostando muito de Biacão. Todos os dias dizia à mãe:

— “Os olhos de Biacão,  
Senhora Matinião,  
De mulher, sim;  
De homem, não.”

— Qual o que, meu filho, respondia a rainha. Biacão é homem e não mulher.

Não parando o príncipe com essa *lacantina*, disse-lhe a rainha:

— Meu filho, si você quer saber si Biacão é homem ou é mulher, vá passear com ele no jardim. Chegando lá, deite-se numa rede e mande *ele* deitar-se em outra. Quando der o vento, si as folhas caírem em cima *dele*, ele é homem; si, em vez das folhas, caírem as flores, ele é mulher.

O cavalo tinha prevenido a Biacão que não fosse nunca em lugar nenhum a pé, fosse lá onde fosse, e sim montado nele. Quando o príncipe convidou Biacão para ir ao jardim, ele disse:

— Espere aí, que eu vou selar o meu cavalo.

— E' perto, observou o príncipe.

— Mas eu não posso andar a pé, respondeu.

Selou o cavalo, montou e foram-se. Chegando ao jardim, cada um deles se deitou na sua rede. O príncipe dormiu; mas Biacão ficou velando. Quando deu o vento, as flores começaram a cair em cima de Biacão e as folhas em cima do príncipe. Mas o cavalo rinchou, então as folhas foram cair todas em cima de Biacão e as flores em cima do príncipe. Aí Biacão fez o príncipe acordar. E, quando este viu o outro todo coberto de folhas, ficou danado. Chegando em palácio, o príncipe contou tudo à rainha e disse, furioso:

“Os olhos de Biacão”, etc.

A rainha procurou tirar aquela cisma do juizo do filho; porém ele não estava por nada. Ela, então, mandou que o filho convidasse Biacão para ir tomar banho no rio. Si Biacão aceitasse o convite, era homem; si não aceitasse, era mulher. Biacão montou-se e foi para o rio. Quando chegaram lá, que pegaram a se despir, o cavalo quebrou o cabresto, desembestando pelo campo a fora. Biacão largou-se atrás dele, pega aquí, pega acolá, até que conseguiu agarrá-lo; mas, voltando com a roupa molhadinha de suor, disse ao príncipe que não tomava mais banho. O príncipe ficou desapontado. Contou o fato à rainha, repetindo:

“Os olhos de Biacão”, etc.

— Meu filho, respondeu-lhe a mãe, tu estás maluco. Biacão é homem; mas, enfim, convida *ele* para jantar. Si ele, quando chegar na mesa, procurar um assento baixo e esperar que a comida esfrie para poder comer, é mulher; do contrário, é homem.

O príncipe convidou Biacão para jantar, oferecendo-lhe um banco baixinho, para se sentar; mas, prevenido em antes pelo cavalo,

ele pediu um tamborete bem alto e foi-se servindo da comida ainda fumaçando. O príncipe ficou para morrer, de contrariado. Não quis comer, indo procurar a rainha, com a cantilena do costume. A rainha disse:

— Você vá no quarto dele, quando ele estiver dormindo, e veja si ele é homem ou mulher.

Avisado pelo cavalo, Biacão não dormiu naquela noite. Quando o príncipe foi-lhe entrando no quarto, estava ele sentado na cama, bem de seu. Então a rainha combinou com o filho o seguinte: — Ela fingia-se doente e ele pedia a Biacão para matar uma galinha e fazer um caldo para ela beber. Si fizesse o caldo bem feito, é porque Biacão era mulher. Assim mesmo foi. A rainha fingiu-se doente. O príncipe chamou Biacão, dizendo:

— Ih! Biacão, minha mãe está muito doente e disse que só ficava melhor, si você fizesse um caldo de galinha para ela.

Então o príncipe, por portas travessas, deu ordem aos criados para espiarem como Biacão matava a galinha e preparava o caldo. Biacão foi para a cozinha, pegou uma galinha e torceu-lhe o pescoço, em vez de cortá-lo. Perguntaram os criados, rindo muito:

— Ou!... E' assim?

— Eu não sei... Então me ensinem.

Arrancou as penas maiores e deixou a penugem. Agarrou depois a galinha, sem lavar, nem abrir, para tirar as tripas, nem nada, e ia botando dentro da panela, para cozinhar. Os criados, morrendo de dar gargalhadas, perguntaram-lhe si não tirava as tripas.

— E é preciso?

— Sem dúvida...

Biacão abriu a galinha e arrancou-lhe as tripas adoidamente, sacudindo-a em seguida dentro da panela. Os criados perguntaram si não botava sal.

— Ah! é verdade, disse Biacão, pegando um punhado de sal e atirando dentro da panela.

— Agora falta a cebola, tornaram os criados.

— Vocês por que não me disseram logo? Vão buscar.

Trouxeram-lhe uma porção de cebolas, que ele jogou dentro do tal caldo, inteirinhas, sem lhes tirar a pele, nem nada. Assim que a galinha abriu uma fervura, ele tirou-a do fogo, durazinha, ainda. Botou-a num prato, encheu uma porcelana de caldo, derramou farinha dentro, fazendo aquele mingau, e foi levar tudo à rainha, dizendo:

— Olhe aquí o caldo e a galinha. Deve estar tudo muito bom.

A rainha, só de olhar para aque'a porcaria, ficou com tamanho nojo, que gritou:

— Leve isto daqui para fora, que não presta nem para cachorro.

Biacão foi-se embora, bem fresco, tirando lascas da galinha e comendo. Vindo o príncipe, a rainha disse, depois de lhe referir o que Biacão fizera:

— Está, meu filho. Você já viu que ele não é mulher.

— Qual, minha mãe, os olhos de Biacão são de mulher sim; de homem não.

Aí a rainha combinou com o príncipe:

— Vamos fazer a última experiência. Quando eu me encontrar num lugar sòzinha com ele, eu grito, dizendo que ele está me agarrando. Si ele for mulher, confessa logo, para não ir para a forca.

Assim mesmo foi. Quando a rainha se encontrou num corredor com Biacão, fez um berreiro dos pecados, dizendo que eie a tinha agarrado. Biacão defendeu-se como poudé, mas não disse que era mulher. Foi preso e condenado a ser enforcado. O cavalo disse a Biacão:

— Não se importe. Tome este breve. Antes de *lhe* enforcarem, peça para queimar *ele* e deixe estar.

Armaram a forca defronte do palácio, numa praça muito grande, que estava atopetada de gente; e o rei, a rainha, o príncipe, toda a côrte, enfim, nas janelas. Antes de Biacão subir para a forca, per-



guntou ao rei si lhe podia fazer a última vontade. O rei disse que sim. Então pediu que lhe mandasse dar umas brasas. Vieram as brasas. Biacão tirou o breve do pescoço e atirou-o em cima delas. Quando o breve começou a arder, botando muita fumaça, foi descendo do céu sobre a praça aquela nuvem muito branca, muito grande, e ouvindo-se dentro dela uma zoadá que fazia medo: sons de música, rodar de carruagens, alarido de gente. O povo todo ficou admirado, sem se importar mais com Biacão. A nuvem foi descendo cada vez mais e aumentando o barulho dentro dela. Quando chegou a certa altura, o barulho parou e uma voz perguntou bem alto, que todos ouviram:

— O que é isso?

— E' Biacão, respondeu o rei, que quis forçar a rainha e vai ser enforcado.

— O que? tornou a voz. Quis forçar a rainha?

— Quis, replicou o rei, e vai morrer.

— Biacão! Biacão! estrondou a voz. Tira a tua roupa e mostra quem tu és...

Biacão mais que depressa começou a tirar aquella roupa de homem, aparecendo vestido de princesa, bonita que só mesmo se vendo. Aí foi descendo da nuvem uma carruagem muito rica, acompanhada de uma porção de músicos, tocando os seus instrumentos, e de um magote de cavaleiros, cada qual mais bem trajado. Da carruagem apeou-se um príncipe, formoso como o sol, deu a mão à princesa, subindo os dois para a carruagem, que se foi dirigindo para palácio com todo aquele acompanhamento.

A moça reconheceu, logo que foi vendo o príncipe, ser o mesmo que dormia a seu lado, no palácio do fundo do mar. Só faltou morrer de contente. O rei também viu logo que era seu filho, encantado havia muitos anos. A rainha, madrasta do príncipe que acabava de se desencantar, e seu filho, que tinham levantado falso a

Biacão, atiraram-se da janela abaixo, morrendo espatifiados. O príncipe casou-se com Biacão, e viveram felizes por muitos anos, até à morte, sempre acompanhados pelo velho, que se desencantara também.

## LXIX

### O REI DOENTE DO MAL DE AMORES

Foi um dia um casal de pretos velhos, que encontraram na rua uma menina enjeitada, muito alvinha, muito bonitinha. Então eles estava pondo-se mocinha, um dia que ficou sòzinha em casa, botou de que não lha tomassem, traziam-na trancada numa camarinha, de sorte que ela nunca viu o mundo. Não sabia nem quando era dia, nem quando era noite, nem nada. Passados muitos anos, quando já estava pondo-se mocinha, um dia que ficou sozinha em casa, botou uma cadeira em cima da mesa, subiu à cadeira, tirou umas telhas, fazendo um buraco no telhado, e enfiou a cabeça pelo buraco. Vendo a luz do dia, ficou muito admirada, a olhar para tudo.

Ora, junto da casa dos negros velhos, tinha um jardim muito bonito, que pertencia ao rei. A moça passou pelo buraco, desceu pelo telhado e pulou no jardim, ficando embasbacada diante das flores, coisa que ela nunca tinha nem sonhado, quanto mais visto. Apanhou umas rosas, subiu pelo telhado, voltando para o seu quarto. Quando o velho e a velha chegaram, disseram:

— Que cheiro de rosas, minha netinha...

— Somos nós mesmos, minha avòzinha mais meu avôzinho, respondeu a mocinha.

Daí em diante, todos os dias, quando os pretos velhos saíam, ela escapulia-se pelo telhado e ia para o jardim, até que uma vez se encontrou lá com o rei. Perguntou o rei quem era ela, o que fazia ali, onde morava. Ela pregou uma mentira, para o rei não saber quem ela era, nem onde era a casa dela, e disse que estava passeando.

O rei gostou muito dela e ficaram conversando até tarde. Diariamente era a mesma coisa. Afinal de contas, ela apareceu *de barriga*. Já estava perto de ter a criança, quando, um dia, encontrou o rei dormindo. Tirou uma medalha de ouro que ele tinha dependurada no pescoço, cortou um pedaço do casaco dele, guardou tudo e foi-se embora.

A moça teve o filho dentro do quarto. Quando a velha ouviu-o chorar, disse:

— Que cheiro de gente nova, minha netinha...

— Somos nós mesmos, minha avòzinha.

Nunca mais foi ao jardim. Então, por isso, o rei caiu doente, apaixonado. Já estava desenganado por todos os médicos, quando a mocinha — ela bem que sabia da doença dele, pelas conversas dos dois velhinhos — botou o filho dentro de uma caixa, junto com a medalha e o pedaço do casaco do rei, e, num momento em que se apanhou sòzinha em casa, pôs a caixa na cabeça, saindo a mercar pelas ruas:

— Quem quer comprar flores p'ra quem está doente de mal de amores...

Foi caminhando, caminhando, que, quando passou pelo palácio, chamaram-na. Ela entrou, arriou a caixa em cima da mesa e disse:

— Ih! que me esqueci de fechar a porta de casa! Vou já fechar e volto neste instante. *Me* tomem conta desta caixa.

Saiu e não voltou mais. Depois de muito tempo sem ela voltar, abriram a caixa. Vendo aquele menino tão gordinho, tão bonitinho, ficaram os fâmulos do rei muito admirados. Correram e foram mostrá-lo ao seu amo, na cama. O rei, quando olhou e viu a medalha mais o pedaço do casaco, que estavam junto com o menino, reconheceu logo que era seu filho. Num instante ficou melhor da doença, mandando botar um anúncio por todo o reinado, que dizia assim:

— Vejo o fruto e não vejo a terra.

Quem adivinhasse o que aquilo queria dizer teria um prêmio muito grande, assim que não houve quem não quisesse ir a palácio dizer o que lhe parecia ser; mas ninguém acertava. Então a moça soube do anúncio. Quando já não tinha mais quem fosse, disse ela ao preto velho:

— Meu avôzinho, chegue em palácio, peça para falar com o rei e diga a ele: — *Eu vejo a terra e não vejo o fruto.*

O velho, chegando em palácio, disse ao rei as palavras que sua neta lhe tinha ensinado. O rei deu um pulo de contente, perguntando:

— Ou negro, quem te ensinou a dizer assim?

O negro velho, com muito medo, disse que tinha sido sua netinha.

— Pois bem, amanhã, com pena de morte, me traga *ela* aqui.

Saiu o negro chorando, pensando que ia acontecer alguma coisa ruim à sua netinha. Foi chegando em casa e dizendo:

— Está, minha netinha, o que você foi procurar. Mandou *eu* responder ao rei daquele jeito e ele quer que eu *lhe* leve lá em palácio. Você, que nunca saiu daqui e nunca viu nada...

— Não faz mal não, meu avôzinho. Eu vou.

No outro dia, cedo, aprontou-se, saindo muito contente por ali a fora, com o negro velho. Assim que o rei foi vendo-a, foi dizendo:

— Vejo a terra e vejo o fruto.

Deu o braço à moça e disse para a corte:

— Esta é que vai ser minha mulher.

Correram os banhos, casaram-se e houve uma *fonção* muito grande.

(Acrescenta agora o narrador da história: — Até eu estive lá. Quando vim, trouxe um prato de doces para casa; mas, chegando no meio do caminho, *caí uma queda*. O prato quebrou-se, espalhando os doces todos pelo chão).

## LXX

### O CAÇADOR E A GUARIBA

Havia um homem que tinha o costume de caçar aos domingos. Em vez de ir para a missa, metia-se o dia inteirinho no mato. Sua mulher falava muito por isso; ele, porém, nem como coisa. Até que chegou o dia de Deus mostrar-lhe um exemplo, para ele deixar aquele mau costume. Num domingo, ele foi para o mato, e encontrou duas guaribas, uma atrás da outra, pulando de pau em pau. A da frente levava o filhinho nas costas. O homem apontou-lhe a espingarda e passou-lhe fogo. A macaca pegou no filho e entregou-o à companheira, dizendo:

— Sinhá Mariquinha do Vale, me segure este menino, que eu estou varada.

O homem ficou com os cabelos arrepiados de terror, voltando para casa assombrado. Nunca mais caçou em dia de domingo.

## LXXI

### O CUNHADO DE SÃO PEDRO

Era um velho que tinha uma filha e tres filhos. Um dia, appareceu um rapaz que lhe pediu a filha em casamento. Assim que acabou de se casar, pegou a mulher e foi-se embora com ela, sem querer que a moça levasse nada, nada, de casa do pai. Só mesmo a roupa do corpo foi o que ela levou. Porque o rapaz era São Pedro, portanto não havia de conduzir para sua casa coisas que tivessem ranço de pecado.

A moça vivia muito bem. Tinha, porém, um desgosto: era que o marido não passava em casa um dia que fosse; pois, sendo pastor de ovelhas, não podia nunca deixar de levar os animais para o pasto. O irmão mais velho da moça, indo visitá-la, ela contou-lhe isso.

Então o rapaz esperou que o cunhado voltasse. Quando foi de noite, que ele chegou, disse:

— Cunhado, minha irmã se queixa de que você, desde que se casou, ainda não poudes parar, um dia que fosse, em casa, por causa das ovelhas. Eu amanhã vou pastorear *elas* e o cunhado fica em casa.

São Pedro disse que sim. Quando foi no outro dia de manhã, chamou as ovelhas e entregou-as ao cunhado, recomendando-lhe que, por onde elas passassem, ele passasse também; onde elas parassem, ele parasse também; de tarde, quando elas voltassem, ele voltasse também. Aí, as ovelhas partiram, seguindo o rapaz no coice do rebanho. Depois de caminharem muito, chegaram à beira de um grande rio, sobre o qual tinha uma ponte que era formada por uma espada de prata, de gume para cima, afiado que nem navalha. As ovelhas meteram o pé e passaram. Quando o rapaz viu aquilo, disse:

— Qual! quem é que vai passar aqui por cima? Eu, não!

Sentou-se debaixo de um pé de árvore, na beira do rio, e ficou bem de seu, o dia inteiro. Entretanto, São Pedro, que o vinha acompanhando de longe, passou por ele, sem ser visto, e seguiu atrás das suas ovelhas. Quando foi chegando de tarde, lá vêm as bichinhas. Assim que elas chegaram perto da ponte, São Pedro se escondeu. Logo que passaram a ponte, o rapaz enfiou atrás delas. Ao chegar em casa, São Pedro já estava lá bem desencalmado. Perguntou ele:

— Então, cunhado, como se foi?

— Eu, bem.

— Acompanhou os animais até no pasto?

— Acompanhei, sim.

— E não viu nada no caminho?

— Eu, não.

— Então não viu nada?

— Eu, não.

Disse São Pedro à mulher que seu irmão não servia e mandou-o embora. No dia seguinte, veio o segundo cunhado e fez o mesmo



que o primeiro. No terceiro dia, veio o caçula, ao qual São Pedro fez a mesma recomendação que fizera aos outros dois. Respondeu-lhe o rapazola com firmeza:

— Deixe estar, cunhado. Não tenha medo.

São Pedro, não satisfeito, acompanhou-o de longe, como tinha feito com os dois mais velhos, espiando-o. Quando as ovelhas chegaram à beira do rio, que passaram pelo gume da espada, o rapaz ficou olhando, e disse:

— Assim como vocês, ovelhinhas, bichinhos de Deus, passaram, e esta espada não vos ofendeu, eu também hei de passar e ela não há de me ofender.

Mal foi botando o pé na espada, e esta foi-se virando numa ponte, passando ele perfeitamente. Quando São Pedro viu isso, voltou logo para casa, para passar o dia com sua mulher, porque compreendeu que o cunhado daria conta do recado.

Chegando mais adiante, viu o moço duas pedras enormes que batiam uma na outra, lançando *faíscas de fogo* em derredor, que fazia medo. As ovelhas passaram entre as duas pedras, sem que nada sofressem. O rapaz também passou. Com muito receio, mas passou. Quando chegou mais longe, estavam dois leões, que eram uns monstros, brigando em termo de se acabar, arrancando-se os pedaços, de danados que se achavam. As ovelhas passaram entre os dois leões. O rapaz também passou. Andando um bocado, encontrou um campo coberto de capim muito verde e viçoso, onde estavam pastando uns cavalos tão magros, que estavam se quebrando pela espinha. Passaram as ovelhas e o rapaz as seguiu. Depois encontrou um campo coberto de capim seco, esturricado, e uns animais muito gordos, muito bonitos, pastando. Passaram as ovelhas e ele. Mais além, deu numa fogueira enorme, donde saía cada língua de fogo que parecia um fim de mundo. As ovelhas meteram o pé dentro daquela labareda toda, passando sem se queimarem. O rapaz fez o mesmo. Finalmente deu

num jardim, que era uma *babilonha* de grande, bonito que era uma maravilha, onde as ovelhas pararam então, começando a pastar.

O rapaz ficou abismado de ver tanta flor, tanta roseira vindo abaixo de rosas. Então disse:

— Eu vou apanhar umas rosas, para levar à minha irmã.

Começou a colher rosas. Colheu, colheu, e foi botá-las dentro do chapéu, voltando para colhêr mais. Tornando a ir botá-las dentro do chapéu, só encontrou ali cinco rosas. Disse:

— Ora, senhor, as ovelhas me comeram as rosas!

Foi buscar outro bocado de rosas, botou dentro do chapéu e tornou a ir buscar mais. Voltando, só encontrou cinco rosas dentro do chapéu. Estava nessa lida, abaixo e acima, quando viu as ovelhas tomarem o rumo de casa. Aí, ele agarrou no chapéu e nas cinco rosas, acompanhando as ovelhas. Ao chegar em casa, São Pedro o recebeu muito satisfeito.

Jantaram, conversaram muito, e, por fim, São Pedro perguntou-lhe o que havia visto no caminho. O moço referiu tudo quanto se passara. Então São Pedro explicou-lhe: as ovelhas eram as almas dos bons; o rio, com a ponte de prata, era o Jordão, onde São João batizou Cristo; as duas pedras e os dois leões, as comadres e os compadres que brigam neste mundo, e, quando morrem, vivem eternamente a brigar no outro; os cavalos magros pastando no campo verde, os ricos ambiciosos, que vivem neste mundo na abundância, sem nunca estarem fartos de dinheiro; os animais gordos pastando no campo seco, os pobres fartos por natureza; a fogueira, o purgatório; o jardim, o paraíso; e aquelas cinco rosas, as cinco chagas de Nosso Senhor Jesú-Cristo.

Depois de dito isso, São Pedro lavou os pés da mulher, lavou os do cunhado, botou os dois nas palmas da mão, e subiu com eles para o céu.

## LXXII

### O COMPADRE RICO E O COMPADRE POBRE

Um homem era muito pobre, casado, com muitos filhos, tendo um compadre que era pobre de rico. Então o tal homem era preguiçoso, que uma coisa era ver e outra contar. A mulher dizia-lhe:

— Marido, vá trabalhar. Vá procurar a vida.

— Eu não, respondia o sujeito. O que tiver de ser meu às minhas mãos há de vir.

E ia malandrear pelas ruas, bebendo cachaça. Um dia, ele pegou na rede, foi para o mato, armou-a e deitou-se, afim de dormir à vontade do corpo. Pegando no sono, sonhou que Nossa Senhora chegava junto da rede e lhe dava um cacho de bananas, que, quanto mais banana se lhe tirava, mais banana nascia, recomendando:

— Não passe com este cacho de bananas pela casa do seu compadre rico.

Aí, ele acordou, e, abrindo os olhos, viu um cacho de bananas perto da rede. Para experimentar si era como Nossa Senhora lhe dissera no sonho, tirou uma banana e comeu. Nasceu logo outra. Tirou uma porção de bananas e outras foram nascendo imediatamente, ficando o cacho perfeitoinho. Muito contente, exclamou:

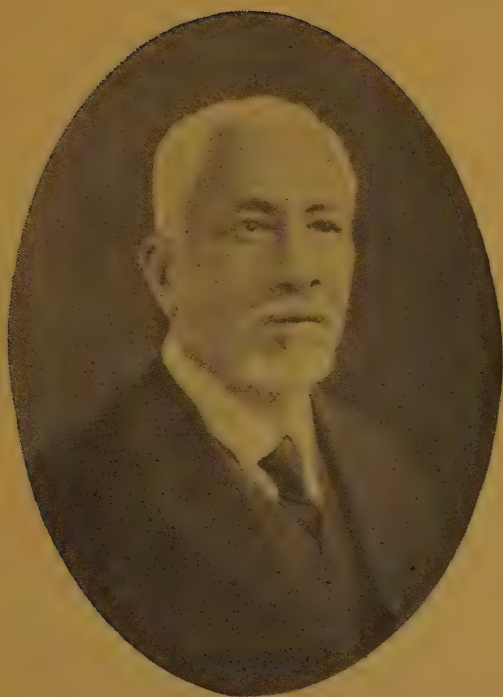
— Olhe! Eu não disse que o que for meu às minhas mãos há de vir?...

Desatou a rede mais que depressa e correu para casa. Passando pela do compadre rico, sem se importar com a recomendação de Nossa Senhora, ao chegar-lhe à porta, gritou:

— Meu compadre, estou rico!

— Já vem você com as suas maluquices para cá, seu bêbedo, seu preguiçoso?

— Não é não, meu compadre. Quer ver? Olhe. Este cacho de bananas, quanto mais banana a gente tira dele, mais banana nasce.



Theodoro Sampaio



— Pois eu quero ver isso, tornou o compadre rico.

O homem tirou uma banana, nasceu outra; tirou uma, nasceu outra; tirou uma, nasceu outra. Então o rico começou a conversar com ele e a dar-lhe bebida. Quando o pobre do homem ficou tonto, que caiu no sono, ele pegou no cacho de bananas, guardou, e mandou ver outro na despensa, botando no lugar. Quando acabou de curtir a cachaça, o sujeito apanhou o cacho de bananas e foi-se embora. Chegando perto de casa, gritou:

— Minha mulher! minha mulher! Estamos ricos!...

— Venha, respondeu-lhe ela zangada, venha para casa com as suas besteiras! Ainda bem que eu hoje estou com os meus azeites...

— Olhe, disse, arreando o cacho, a gente tira uma banana deste cacho e nasce logo outra.

Os meninos aí caíram e comeram as bananas todinhas, não nascendo uma só. A mulher correu em cima dele com um pau, que foi pancada de criar bicho.

No outro dia, o homem saiu, indo outra vez armar a rede no mato. Sonhou ter Nossa Senhora lhe dado uma toalha, que, quando se estendia na mesa, dizendo — *põe-te, mesa!* — apareciam comidas de todas as *versidades*. Tornou Nossa Senhora a lhe recomendar que não passasse pela casa do compadre rico. Porém ele passou, fazendo a mesma presepada que fez com o cacho de bananas. O compadre embriagou-o, trocou-lhe a toalha e ficou bem de seu. Chegando em casa com um berreiro muito grande, estendeu a toalha na mesa, começando: — *põe-te, mesa... põe-te, mesa...* Qual *põe-te, mesa*, qual nada, meu senhor! Não apareceu nem um carocinho de farinha. A mulher voou em cima dele, de cacete, que lhe fez a festa.

Quando foi no terceiro dia, ele tornou a ir armar a sua rede no mato e Nossa Senhora deu-lhe uma bolsa cheia de dinheiro. Quanto mais dinheiro se tirava, mais dinheiro aparecia. Não se importou ainda com a recomendação de Nossa Senhora, passando pela casa do compadre rico, que lhe trocou a bolsa, como trocara o cacho de ba-



nanas e a toalha. Chegando em casa, já se sabe, a bolsa estava limpinha, entrando ele na lenha.

Finalmente, no quarto dia, tornando a ir dormir no mato, não teve sonho. Quando acordou, lamentando Nossa Senhora não lhe ter dado nada, levantou-se, espreguiçou-se, desatou a rede, abaixou-se e apanhou o chapéu que estava no chão. Quando foi botando o chapéu na cabeça, tinha um chicote de couro, bem fino e bem ensabado, enroladinho dentro dele, que se foi desenrolando e dando-lhe lamboradas a torto e a direito, por todas as partes do corpo. Quando já estava mole de tanto apanhar, lembrou-se de dizer:

— Basta, chicote!...

O chicote aí enrolou-se entrando para o fundo do chapéu. O homem correu mais que depressa para a casa do compadre rico que, mal o bispou ao longe, foi logo gritando, já muito alegre, pensando em engazupá-lo mais uma vez:

— Oh ! meu compadre, que é que temos hoje de novo ?

— Hoje, respondeu-lhe o sujeito, temos uma coisa muito boa, aquí dentro deste chapéu.

Foi dizendo isso e botando o chapéu na cabeça do compadre. O chicote desenrolou-se, caindo na cacunda dele, que não brincou: — *lépote, lépote, lépote...* O homem abriu o éco, berrando mais do que bode:

— *Me acuda, compadre!... me acuda!...*

E o chicote comendo-lhe o couro. Quando o pobre viu que o compadre estava bem esfregado, disse-lhe que só mandava o chicote parar, si ele botasse p'ra ali, naquele momento, o seu cacho de bananas, a sua toalha e a sua bolsa. Mais que depressa, o rico mandou buscar tudo e entregou ao compadre. Então, este disse:

— Basta, chicote!

Foi que o chicote deixou o rico tomar fôlego. Também, ele estava com o corpo moido, que fazia pena.

Chegando em casa sem dizer palavra, foi botando o chapéu na cabeça da mulher e o chicote foi-se desenrolando e caindo-lhe no lombo com vontade. Ela botou a boca no mundo — *auê... auê...* — gritando pelo rei de França. O marido aí disse-lhe:

— Isto é em paga das cacetadas que você me deu.

Quando viu que a mulher estava bem convidada, mandou o chicote parar. Então foi viver descansado, com o seu cacho de bananas, a sua toalha e a sua bolsa.

### LXXIII

#### DEUS E' BEM BOM...

Havia um pescador, casado, pobre como Job, mas que vivia, com sua mulher, sempre alegre e satisfeito, dizendo:

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido! respondia ela.

Todas as vezes que eles iam vender peixe no palácio do rei, este, que não gostava de ouvir falar no nome de Deus, ficava aborrecido com aquela cantilena dos pobres pescadores. Um dia, disse o rei consigo:

— Deixem estar, que eu faço vocês acabarem com esse *Deus é bem bom...*

De uma feita, quando o pescador foi vender o seu peixe, o rei pegou numa jóia muito rica e disse-lhe:

— Toma esta jóia e me guarda *ela* até o dia em que eu te pedir.

Assim que o pobre saiu, o rei mandou um criado acompanhá-lo de longe para ver onde ele guardava a jóia, roubando-a depois e atirando-a ao mar. Isso mesmo o criado fez. Quando o pescador chegou na choupana, foi dizendo à mulher:

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido!

Em seguida, contou o que lhe havia acontecido em palácio, rematando:

— Onde é que a gente vai guardar esta jóia aqui? Pode chegar um ladrão e roubar *ela*. Depois, nem nós vendidos temos dinheiro para comprar outra.

Afinal, saíram pela praia e, chegando a um pé de coqueiro, cavaram um buraco bem fundo, no qual deitaram a jóia, metida dentro de um saquinho. Em seguida taparam bem o buraco. Quando o acabaram o trabalho, disse o homem:

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido!

E, satisfeitiísimos, foram embora. O criado do rei, que estava escondido, espiando onde eles iam esconder a jóia, quando o pescador e a mulher já estavam bem longe, cavou de novo o buraco, tirou a jóia, sacudiu-a ao mar e correu para palácio.

Ora, meu senhor, lá continuaram os dois pobres muito contentes da vida, sempre com o — *Deus é bem bom* — na boca. Dias depois, o rei mandou-os chamar e ordenou-lhes que fossem buscar a jóia que lhes dera para guardar.

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido!

Diziam eles, descendo as escadas de palácio. Encaminharam-se para o lugar onde haviam enterrado a jóia. Lá chegando, cavaram, cavaram, sem nada encontrar. Puseram as mãos na cabeça, exclamando:

— Estamos perdidos! O rei nos manda passar o cutelo.

Saíram por ali a fora, chorando, sem, contudo, deixarem de afirmar:  
sado algum tempo, o homem disse:

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido!

Chegando em casa, não tiveram mais coragem para nada. Pas-

— Mulher, eu sei que só nos espera a morte. Vamos nos despedir dos nossos peixes.

Chegando no mar, deram um lanço e pegaram uma pescada grande e gorda, que fazia gosto. Então voltaram para casa, dizendo um para o outro, na fôrma do costume, que *Deus é bem bom*. Em casa o pescador propôs:

— Mulher, vamos tratar esta pescada, para nós *comer*. Quando acabar vamos nos apresentar ao rei. Ao menos havemos de morrer com a barriga cheia.

A mulher escamou o peixe, e, quando lhe passou a faca na barriga para abrí-la, sentiu uma coisa ranger, perguntando de si para si o que seria aquilo. Abrindo a barriga da pescada, encontrou a jóia do rei dentro dela. Gritou a pobre, doida de alegria:

— Deus é bem bom, marido ! Olha aquí a jóia de rei meu senhor!... Deus é bem bom, marido!...

— Bem bom, mulher!

Cozinharam o peixe, comeram, descansaram bem, depois coseram a jóia num cinto, bem cosida. O homem amarrou o cinto ao corpo e lá se foram os dois para palácio, dando pinotes de contentamento. Assim que o rei os foi avistando, foi logo perguntando:

— Cadê a minha jóia?

O homem desabotoou o cinto, descoseu-o, tirou a jóia, apresentou-a ao rei, que ficou friinho de espanto, vendo semelhante coisa. Então intimou-os, sob pena de morte, a contarem como tinham encontrado a jóia, referindo os dois o que se havia passado.

O rei, convencido de que Deus é mesmo bom, mandou-os embora, depois de lhes ter dado tanto dinheiro, que chegou para eles passarem descansados o resto da vida, sempre contentes e dizendo sempre:

— Deus é bem bom, mulher!

— Bem bom, marido!

## LXXIV

### NADA MAIS DO QUE DEUS

Havia um negro que morava perto do palácio do rei. O negro vivia muito satisfeito da vida. Trabalhava o dia inteiro e, quando chegava de noite, ficava até tarde na porta da choupana, tocando o seu ganzá e cantando:

"Nada mais do que Deus,  
Nada mais do que Deus."

O rei começou a inquirir com a alegria do negro e a aborrecer-se com aquela cantilena de todas as noites, dizendo:

— Não ha nada que faça aquele negro ficar triste? Eu hei de mostrar a ele si não ha nada mais do que Deus.

Um dia, mandou chamar o negro velho e entregou-lhe um anel de brilhantes, muito rico, dizendo:

— Toma lá este anel. Guarda *ele*, até eu te pedir. Si, quando eu quiser, tu não me deres conta deste anel, tu vais para a forca, sem remissão nem agravo.

— Ah! ah! ah! minha sinhô rei, onde eu vai guadá esse?

— Eu não sei. *Te* arranja. Leva já o anel.

O negro saiu por ali, banzando. Onde havia de esconder o anel, para ninguém roubar? Chegou em casa, olhou para todos os cantos e, afinal de contas, meteu o anel nas cinzas do borralho. Quando acabou, foi bater no ganzá, cantando:

"Nada mais do que Deus,  
Nada mais do que Deus."

Lá de palácio dizia o rei consigo:

— Deixa-te estar...

Ora, o rei tinha mandado um criado espiar o negro, para ver onde era que ele escondia o anel, afim de roubá-lo, depois, e jogá-lo no mar. Quando o negro saiu de palácio, com o anel, o criado

seguiu-o. Chegando ao tejupar, ficou do lado de fora, abrindo um buraco na palha, para espiar o negro. Foi quando o viu esconder o anel nas cinzas do borralho. No outro dia, de manhã, assim que o velho saiu para o trabalho, o criado tirou o anel e jogou-o no mar. Passado algum tempo, o rei mandou chamar o negro, dizendo-lhe:

— Amanhã tu tens de me trazer o anel que eu te dei para guardar.

O negro chegou em casa, remexeu a cinza do borralho, remexeu, e nada de encontrar a jóia do rei. Botou as mãos na cabeça, pensando logo na forca. Depois falou consigo mesmo:

— Qui é qui vai fazê? Prepará pescoço pá foica...

Sentou-se à porta do tejupar, deu de mão no ganzá, e lá vai obra:

“Nada mais do que Deus,  
Nada mais do que Deus.”

Quando estava nessa lida, passou um homem vendendo peixe. Pensou o negro:

— Tá bom. O’ meno vai morê cum bariga cheia.

Chamou o pescador, comprou um peixe e foi tratá-lo. Amolou bem a quicé e — *zás* ! — abriu-lhe o bucho. Foi quando deu com o anel do rei dentro dele. Fez o negro, p’ra morrer de contente:

— Ah! ah! ah!...

Correu para o ganzá, começando a bater nele com toda a força que tinha, berrando:

“Nada mais do que Deus,  
Nada mais do que Deus.”

O rei, danado com semelhante alaúza, gritou para o criado:

— Corre, vai dizer ao patife daquele negro que me traga o meu anel, já e já.

O negro velho não cabia na pele de contente. Veiu e entregou o anel ao rei. Este, muito admirado, mandou que ele lhe contasse o



que se tinha passado com a jóia. O negro, então, contou tudo. Tornou o rei:

— Realmente, nada mais do que Deus.

Aí mandou o negro embora. Continuou o velho então a tocar o seu ganzá e a cantar, até morrer:

“Nada mais do que Deus,  
Nada mais do que Deus.”

(Entrou a história por uma porta e saiu pela outra. Rei meu senhor que me conte outra.)

## LXXV

### O REI QUE TEIMOU COM DEUS

Diz que foi um rei que tinha uma filha. Quando a princesa nasceu, a fada que assistiu ao seu nascimento disse que Deus tinha dado a sina dela não se casar e ser *atôa*.

— Qual! disse o rei. Casa. Deus governa o reino dele e eu governo o meu. Quero ver si ela casa ou não casa.

Mandou fazer uma torre muito alta, e, quando a filha tinha quinze anos, botou-a lá em cima, em companhia de uma velha. Água, comida, roupa, tudo que lhe era preciso, enfim, subia num cesto, por uma corda. De vivente, só ele entrava na torre.

Entendeu o rei de fazer uma ponte por cima do mar; mas, faltando ainda uma grande distância para chegar ao outro lado e já tendo gasto um dinheirão, deu ordem para ser suspensa a obra. Um dia, um rapaz, indo passear na ponte, escreveu lá:

— “Quem dinheiro tiver,  
Fará o que quiser.”

Passando o rei, leu aquilo e escreveu por debaixo:

— “Eu dinheiro tive  
E não fiz o que quis.”

Foi o rapaz e escreveu em resposta ao rei:

—“Cala-te, louco;  
E' que o dinheiro foi pouco.”

O rei, quando viu tal resposta, mandou anunciar que quem tivesse feito aqueles escritos se apresentasse em palácio. O rapaz apresentou-se. O rei disse-lhe, então, que visto ele ser tão sabido, dava-lhe um mês para emprenhar a princesa que estava guardada na torre; si não emprenhasse, seria enforcado. Depois, como lhe parecia que o rapaz não poderia entrar na torre, ficou muito concho, mandando-o embora.

Só faltou o pobre moço morrer de tristeza com aquilo. O mês foi se passando, já estava em mais da metade e ele ainda não tinha achado um meio de entrar na torre. Um dia, que andava passeando, furioso da vida, veio uma velha e pediu-lhe uma esmola.

— Sáia daqui, velha ! Estou danado, e você ainda vem me amolar...

— Diga por que é que você está zangado, meu netinho. Pode ser que eu lhe dê remédio.

Tanto insistiu, até que o rapaz lhe contou tudo quanto se passara consigo. Então a velha disse:

— Ora, meu neto, é isso? Não tem nada, não. Mande fazer um Santo Antonio da sua altura, muito bonito, ôco *por dentro*, com uma portinhola atrás, mais um carrinho para botar o santo dentro e puxar. Quando estiver pronto, me diga, que eu vou lá em sua casa, você *entra p'ra dentro* dele e o resto fica por minha conta.

Fez o rapaz tudo quanto a velha lhe disse e ela saiu com o santo pelas ruas, pedindo esmola, até que chegou a palácio. Quando o rei viu a beleza do Santo Antonio, ficou maravilhado, pedindo à velha para deixar ele ir mostrar a imagem à filha. A velha fez um berreiro dos pecados, dizendo que não se afastava do seu santo. Mas o rei deu-lhe bastante dinheiro e ela consentiu. A moça, assim que viu o Santo Antonio, gostou muito, e pediu ao pai que o deixasse ali

consigo por alguns dias, para ela se divertir, pois vivia muito triste, assim sem ter nada que ver. O rei foi e deixou. A velha fez outro fuzuê terrível, dizendo que no fim de dois dias voltaria para buscar o seu santo.

À noite, quando a ama foi se deitar, o rapaz saiu de dentro do Santo Antonio e apresentou-se à moça que, em vez de se assustar, não! ficou bem contente. O rapaz dormiu com ela a noite inteira e no outro dia ficaram os dois trancados na camarinha. A princesa, dizendo que estava doente, só saiu para ir buscar a comida em mão da ama. Assim se passaram os dois dias. Quando o rei foi buscar o Santo Antonio, a moça chorou tanto, que ele se viu obrigado a deixar a imagem passar mais uma semana lá na torre. Isso mesmo foi o que ela quis...

Fez a velha um barulhão, porém o rei deu-lhe mais dinheiro e ela ficou calada, prometendo voltar no fim da semana, para levar o seu santo, houvesse o que houvesse, pois era ele que lhe fazia companhia em sua casa. E, dito e feito. No fim da semana, lá estava a velha na porta do palácio. A princesa não queria ainda deixar o Santo Antonio sair de junto de si, mas o rei, vendo o desespero que a mulher estava dando, não teve outro jeito sinão entregar-lhe o seu santo.

Quando foi no fim do mês, que o rei já estava esperando o rapaz para mandá-lo enforcar, é quando ele se apresenta muito lampeiro, dizendo:

— Saberá vossa real majestade que o serviço já está feito.

O rei admirou-se muito e perguntou:

— Feito, como?

— Mande ver.

Aí, o rei mandou os médicos examinarem a filha e eles disseram que a princesa estava *prenha*. O rei não teve outro jeito sinão casá-

la com o rapaz. Quando o padre acabou de fazer o casamento, ele disse:

— Está. Não foi nem o que eu quis, nem o que Deus quis.

(Entrou a história por uma porta e saiu por um canivete, rei meu senhor que me conte sete).





## **APÊNDICE**

**(Contos e fábulas coligidos em outras regiões do norte  
do Brasil)**





---

## LXXXVI

### O MAPINGUARI

(*Rio Purús, Amazonas*)

Dois seringueiros moravam na mesma barraca, em um *centro* muito afastado, lá naqueles fins de mundo. Um deles tinha por costume sair todos os domingos, para ir caçar. O companheiro sempre lhe dizia:

— Olha, fulano, Deus deixou o domingo para a gente descansar.

Ao que ele retrucava:

— Ora, no domingo também se come...

E lá se ia para o mato, onde ficava o dia inteiro.

Por muita insistência sua, o companheiro resolveu-se a ir fazer uma caçada com ele, certo domingo. Foram e perderam-se um do outro. O que não estava habituado a tais empresas andou muito tempo atoa, sem acertar com o caminho, e já não sabia mais onde tinha a cabeça, de atarantado. Foi quando ouviu uns berros medonhos e estranhos, que o encheram de pavor. Subiu mais que depressa numa árvore bem alta, e ficou lá em cima, sem se mexer, para ver o que era aquilo.

Os berros foram se fazendo ouvir cada vez mais perto, até que ele pôde testemunhar um espetáculo horrendo, que quasi o pôe louco de terror. Um mapinguari, aquele macacão enorme, perfudo

que nem um coatá, de pés de burro, virados para trás, trazia debaixo do braço o seu pobre companheiro de barraca, morto, esfrangalhado, gotejando sangue. O monstro, com as unhas que pareciam de uma onça, arrancava os pedaços do desgraçado metia-os na boca, grande como uma solapa, rasgada à altura do estômago, dizendo em altas e terríveis vozes:

— No domingo também se come!...

Assim, o seringueiro viu a estranha fera engulir a cabeça, os braços, as pernas, as vísceras e o tronco do infeliz caçador. E lá se foi a besta horrenda pela mata a fora, urrando num tom de voz que fazia estremecer até as próprias árvores:

— No domingo também se come!...

## LXXVII

### A DEVOTA DAS ALMAS

(*Pará*)

Havia uma moça que era muito devota das almas. Ela não sabia nem fiar, nem bordar, nem engomar, mas, um dia, conversando com as amigas, disse por pilheria que, si se casasse com o rei, havia de lhe fiar, bordar e engomar uma camisa, como ele nunca tinha vestido. Por intriga, correram e foram mais que depressa contar ao rei o que a moça havia falado. O rei mandou chamá-la e disse-lhe que ia se casar com ela; porém, si ela não fizesse a camisa como havia prometido, iria para o cutelo. A moça ficou muito triste, porque sabia que seria degolada, mas não teve outro jeito sinão se casar com o rei.

Quando foi no dia seguinte ao do casamento, apareceram em palácio, para visitá-la, dizendo que eram suas tias, tres senhoras altas, magras e muito exquisitas, vestidas de branco. A moça nunca as tinha visto; porém estava tão desgostosa da vida, que nem disse



Antonio de Castro Lopes



nada. Uma era por demais alta e muito corcovada, com uma giba enorme; outra tinha os olhos esbogalhados e vermelhos, que fazia medo; e a outra, por fim, tinha os braços tão compridos, que quasi arrastavam no chão. Começaram a conversar com o rei e com a moça. A primeira disse que estava assim corcovada de tanto engomar; a segunda, que estava com os olhos esbogalhados assim de tanto bordar; e a terceira, com os braços tão compridos, de fiar. O rei que estava com sua mulher tão moça, tão bonita, com medo de que ela ficasse feia como as tres velhas, disse-lhe muito depressa:

— Está vendo? Eu não quero mais, nem por sonho, que você pegue no fuso para fiar, nem na agulha para bordar, nem no ferro para engomar.

A moça ficou logo com o coração aliviado, muito alegre, reconhecendo que aquelas tres senhoras eram almas que tinham vindo livrá-la da morte. Não disse nada ao marido, com quem viveu feliz por muitos anos, sem deixar nunca a sua devoção.

## LXXVIII

### JESÚS-CRISTO E OS LAVRADORES

*(Margens do Parnaíba)*

Jesús-Cristo, quando andava no mundo, passou um dia por um roçado e viu um lavrador plantando milho. Salvou-o:

— Bons dias, amigo.

— Bons dias...

— Está plantando milho, hein?

— E' verdade...

— Mas o tempo está tão seco...

— Está. Mas na passagem da lua sempre chove.

Continuou Jesús-Cristo o seu caminho. Adiante, topou outro lavrador plantando milho na sua roça. Salvou-o:

— Bons dias, amigo.



— Bons dias...

— Está plantando milho, hein?

— E' verdade...

— Mas o tempo está tão seco...

— Está. Mas de uma hora para outra Nosso Senhor manda uma chuvinha.

Jesús foi-se embora. Quando voltou, o milho deste já estava de espigas maduras e o do que confiava na chuva da passagem da lua estava estorricado, sem ter sequer ao menos chegado a apendoar.

## LXXIX

### O MARTIM-PESCADOR E O URUBÚ

(*Margens do Parnaíba*)

O urubú tirou-se dos seus cuidados e foi pedir a filha do martim-pescador em casamento. Respondeu-lhe o martim-pescador:

— Sim, rapaz; mas vamos ver primeiramente si você sabe pescar, porque minha filha só come peixe e eu não quero que depois você vá matar a menina de fome.

Aí o jeito que o urubú teve foi ir fazer uma pescaria com o futuro sogro. Chegando no mangue, puseram-se trepados nos galhos de um pé de pau. Cada vez que passava um peixe, o martim-pescador mergulhava e ia pegá-lo. O urubú espreitava, mirava, remirava, e não via nada. Até que passou boiando um pedacinho de pau. Desceu de cabeça baixa, no seu rumo, para agarrá-lo, supondo ser um peixe, que ia mesmo desadorado; mas, assim que bateu água, as penas se lhe molharam logo e por um triz que morre afogado.

— Compadre martim, disse, sacudindo-se todo, foi um méro, enorme, que quasi me engole.

O martim-pescador, porém, que tinha visto tudo, não lhe deu a filha em casamento.

## LXXX

### O GAVIÃO E O URUBÚ

(*Piauí e Maranhão*)

O gavião encontrou-se um dia com o urubú. Este, muito magro e triste, contemplava aquele, gordo e satisfeito.

— Que diabo tem você, amigo urubú, que está tão magro?

— E' verdade, amigo gavião, e você tão gordo!

— E porque não engorda tambem, amigo urubú?

— Não posso, amigo gavião. Por estas paragens não morre ninguém.

— Pois faça como eu, que pego os vivos.

Aí, convidou o urubú para fazerem uma caçada. Sairam por ali a fora. O gavião ia pegando passarinhos e dando-os ao urubú para comer. Depois encontraram um bando de pombas. Disse o gavião:

— Vamos a elas, amigo urubú.

Foram abaixo, foram arriba, dá daqui, dá dacolá, até que as pombas entraram pelo mato a dentro. O urubú pôs-se lá em cima, trepado no olho de um pé de pau seco, bem de seu. Porém o gavião continuou a perseguir as bichinhas. Tanto fez, que se estrepou numa ponta de pau e morreu. O urubú, aí, saltou sôbre o cadáver e começou a petiscá-lo, dizendo:

— Eu vivo é da desgraça dos outros.

## LXXXI

### OS DOIS FEITICEIROS

(*Maranhão*)

Dois feiticeiros afamados estavam um dia brocando um roçado. Cada um deles desejava, ha muito tempo, experimentar a força do

outro. Não podia haver, então, melhor oportunidade, pois estavam sôzinhos e em lugar deserto.

Um dos homens, dizendo que ia fazer uma precisão, afastou-se. O companheiro, desconfiando da massada, abaixou-se atrás de uma moita e ficou de espreita. Daí a pouco, viu sair da vereda, por onde o outro se sumira, andando no rumo da moita, uma onça-*trigue* que era uma milhada.

Quando a bruta chegou junto da moita, deu de cara com um rolo de surucucú, que era uma medonha. A bicha estava com a cabeça em pé e a língua de fora, canariando, que estava mesmo danisca. A onça deu um pulo para o lado e entrou, que entrou desadorada.

Depois de alguns minutos, o feiticeiro, que tinha desaparecido na vereda, voltou para o trabalho, encontrando o companheiro bem de seu, de foice em punho; e, calados, continuaram a broca. À tardinha, quando largaram o serviço, o que se virara em onça disse ao parceiro:

— *Home*, tu sois bom *devéra...*

— Hen-hen ! *Cunhiceu*, cabra?



## GLOSSÁRIO



---

## GLOSSÁRIO

---

### A

*Abença* — A bênção! (Dê-me a sua bênção!)

*Abodegar a paciência* — Irritar.

*Aboticar os olhos* — Arregalar os olhos.

*Abrir dos peitos* — Falar em altas vozes, enraivecido; debaterar.

*Abrir o arco* — Fugir, correr.

*Abrir o chambre* — Idem.

*Abrir o eco* — Gritar; o mesmo que “abrir dos peitos”.

*Acochado* — Apertado, urgido.

*Acontentar* — Contentar.

*Afinar as canelas* — Fugir, correr.

*Alaúza* — Gritaria, alvoroço, zoadá.

*Alforges* — Nariz grande e esborrachado.

*Alvoraçado* — Corruptela de *alvoroçado*.

*Aquinderrêis* — Corruptela de *Aqui del-rei*.

*Areias (As) gordas* — O inferno.

*Assim que* — De sorte que.

*Atupelado* — Repleto, cogulado (corruptela de *atopetado*).

*Avoar* — Arremessar, atirar.

*Avoar no mato* — Atirar fórá.

*Á vontade do corpo* — Á vontade, despreocupadamente.



## B

*Babilonha* — Coisa muito grande (corruptela de *Babilônia*).

*Bacafusada* — Confusão, anarquia, barulho.

*Bangolar* — Andar sem destino, vaguear (Candido de Figueiredo registra *bangular*).

*Bater a mão na taboca* — Pegar a espingarda.

*Bater* — Comer, comer sofregamente.

*Bater a bota* — Morrer.

*Bater o braço no pirão* — Comer com avidez.

*Bater o pacaú* — Morrer.

*Bem convidado* — Moído de pancadas.

*Bem de seu* — Descuidadamente, calmamente.

*Bom* — Bem.

*Botar mais raso que o chão* — Xingar descompassadamente.

*Botar-se* — Atirar-se, arremessar-se.

*Breve* — Feitiçaria, mandinga.

*Butão* — Ânus (corruptela de *botão*).

## C

*Cabra* — Indivíduo.

*Caçar* — Procurar.

*Cadê?* — Que é de?

*Cair uma queda* — Pleonasmo usual entre o vulgo.

*Calçar o pé para dentro* — Avançar com decisão, investir com ímpeto.

*Canariar* — Pular, dar saltos repetidos.

*Caquinho* — Pedacinho; coisa muito velha, estragada pelo uso.

*Cara amarrada* — Carranca.

*Carregos* — Bagagem, móveis, trastes.

*Centro* — Seringal no interior das terras, dependente de outro, situado à margem do rio.

*Cessar* — Passar, coar (na peneira).

*Cháüle* — Corruptela de “chale”.

*Chamar aos peitos* — Comer.

*Choramingar* — Corruptela de *choramigar*.

*Cipó-caboclo* — Cipó muito usado para cacetes ou bengalas, entre a gente sertaneja.

*Com pouca* — Dentro em pouco.

*Com sustancia* — Com força.

*Como farinha* — Muito.

*Como formiga* — Idem.

*Como trinta* — Muito.

*Corocoché* ou *corocochó* — Manquejando; cai aquí, cai acolá.

*Criação* — Em vez de “uma galinha”, “um porco”, “uma rez”, etc., costuma a gente da roça dizer: “uma criação”.

*Curtir* — Corruptela de “cortir”.

## D

*Danado* — Estragado, corrompido.

*Dar côrdo de si* — Dar por si, despertar, dar fé, cuidar (emprego de “côrdo” por “acôrdo”).

*De barriga* — Grávida.

*De-comer* — Comida, refeição.

*Dengo* — Dengue, faceirice, fingimento.

*De paço para o ar* — Supino, no sentido figurado de: “à vontade”, “despreocupadamente”.

*Desamarrar o bode* — Desamuar.

*Deus-nos-acuda* — Confusão, vozearia, balbúrdia, briga; grande quantidade.

## E

*Engabelar* — Engambelar (engodar).

*Empecer* — Instar, insistir.

*Empurrar o pé no mundo* — Fugir, ir-se embora, sumir-se.

*Em termo de* — Em termos de.

*Encher o cabo* — Encher o estômago, saciar a fome.

*Entrar* — Correr, ir-se embora.

*Entrar p'ra dentro* — Pleonasma usual entre a gente do povo.

*Escabreado* — Envergonhado, desconfiado.

*Escanchar nos quartos* — Pôr de pernas abertas sôbre os quadrís.

*Esgravatar* — Corruptela de *esgaravatar*.

*Espocar* — Arrebentar.

*Esturricado* — Corruptela de *estorricado*.

*Exemplar* — Castigar, surrar.

## F

*Faisca de fogo* — Centelha.

*Farinha-do-reino* — Farinha de trigo.

*Fazer a festa* — Esbordoar, ofender físicamente.

*Ferro-de-Adão* — A enxada.

*Ficar para a vida não ter* — Ficar desapontado, sentir-se.

*Flandre* — Caneco de fôlha-de-Flandres.

*Fresco* — Calmo, tranquilo.

*Fuzuê* — Desordem, motim, matinação, intrigalhada.

## G

*Ganzá* — Instrumento músico africano.

*Gatimanhas* — Corruptela de “gatimanhos”.

*Gritar pelo rei de França* — Gritar desesperadamente, com insistência, sem resultado.

## H

*Hen-hen* — Locução interjectiva de afirmação. Em uso no Maranhão e no Pará (de origem túpica).

## I

*Imperriar* — Insistir (corruptela de *emperrar*).

*Inchar nas coronhas* — Retesar os músculos, fazendo esforços por se libertar de qualquer liame.

*Ind'agorinha* — Neste instante.

*Inquizilar* — Implicar, aborrecer.

*Istuciar* — Corruptela de *astuciar*.

## L

*Lamborada* — Pancada com chicote (coletivo irregular de *lambada*).

*Lampeiro* — Concho.

*Lapo!* — Onomatopéia da deglutição.

*Lá vai obra* — Locução indicando o começo de um barulho, o início de uma ação qualquer.

*Lazarar de fome* — Expressão redundante: “estar com muita fome”.

*Lorde* — Bem trajado (do inglês “lord”).

## M

*Macriação* — Excremento.

*Mais do que bóde* — Muito, em excesso.

*Mais que depressa* — Rapidamente.

*Maldar* — Suspeitar.

*Malvadeza* — Malvadez.

*Meter o pé para dentro* — Investir corajosamente.

*Meter o resto* — Meter o ombro, empurrar com violência uma porta ou janela.

*Milhado* — Gordo (falando-se especialmente dos animais de montaria, pois vem de “milho”).

*Muafo* — Peça de roupa ordinária, roupa de gente pobre.

*Mucumbú* — Nádegas.

## N

*Na móca* — A’ sorreifa.

*Não-sei-que-diga* — O diabo.

*Não chegar nem para tapar o buraco do dente* — Ser muito pouco (falando-se de comida).

*Nas carreiras* — Correndo, rapidamente.

*Nem como coisa* — Não ligar importância.

*Nháco!* — Onomatopéia do apresamento rápido.

*Nos ossos* — Extremamente magro.

*Num amen-Jesús* — Num instante.

*Num cochilo* — Num instante.

## O

*Onde não houver moscas nem mosquitos* — Muito longe das habilitações, em lugar ermo.

*Ou chentes, gente!* — O’ gentes! (expressão muito comum na boca do povo).

## P

*Papa-cinza* — Empalamado.

*Passapinta* — Em castelhano, “pájara pinta”, como se vê nos “Arquivos del Folklore Cubano”, vol. I, 1924, pág 34.

*Passar de pato a ganso* — Atrever-se.

*Passar no papo* — Comer, engulir, devorar.

*Pelejar* — Trabalhar.

*Piringrina* — Moça de humilde condição, nos contos de fadas. Sempre se diz: “pobre piringrina” (corruptela de “peregrina”).

*Pôr os quartos na rua* — Ir-se embora escorraçadamente.

*Porcelana* — Sopeira, tijela, chícara.

*Pracatas* — Corruptela de “alpercatas”.

*P’ra lá, anzol!* — Locução interjectiva de desdém, de desprezo.

*Prenha* — Prenhe.

*Puçá* — Artificio de pesca.

*Puim* — Emissão ruidosa de ventosidades pelo ânus.

## Q

*Quijila* — Ânus, nádegas (corruptela de “quizila”).

## R

*Reinado* — De uso popular, ao invés de “reino”.

*Remandiola* — Negaça, viravelta.

*Roncar no peito* — Falar com arrogância.

## S

*Salavanco* — Corruptela de “solavanco”.

*Sem pinga de sangue* — Pálido, atônito, sem ação.

*Ser atôa* — Prostituir-se.

*Sim-sinhô* — Ânus.

*Sinhá-moça* — Tratamento que os escravos davam às jovens da família do senhor, e, em geral, se applicava a todas as donzelas de côr branca.

*Soltar-se* — Expelir gases pelo ânus.

*Sujigar* — Apertar ou empurrar contra (corruptela de “subjugar”).

## T

*Tatanguê* — Ave imaginária.

*Tchibum!* — Onomatopéia da queda de um corpo pesado em água profunda.



*Te arrequeiro!* — O mesmo que “te arrenego”.

*Tibe* — Grande quantidade, montão.

*Tomar fresco* — Bugiar.

*Traque* — O mesmo que puím.

*Tratar dos peixes* — Escamá-los e destripá-los. No Rio, diz-se “limpar”; e no extremo-norte, “consertar”.

*Trigue* — Corruptela de “tigre”.

*Tulha* — Montão, ruma.

## U

*Uma cruz de dez réis* — Um real.

*Um mundo* — Muito grande.

## V

*Vai-te para as arcias gordas, onde morreu a primeira baleia!* —  
Vai-te para as profundas!

*Varado* — Baleado, espingardeado.

*Vendendo azeite às canadas* — Furioso, desapontado.

*Ver onde o tamanduá tem a quijila* — Encontrar-se em grande  
apertura.

*Versidade* — Variedade (corruptela de “diversidade”).

*Vim* — Corruptela de *vir*.

*Vintem* — Ânus.

*Vocês* — Pronúncia popular de “vocês.”

*Vós casava* — Solecismo, por: *vós casáveis*.

*Vou m’imbora* — Por “vou-me embora”.

*Vupo!* — Onomatopéia do arremesso.

## Z

*Zápe!* — Onomatopéia da prêsa efetuada pelas aves

---

## NOTAS COMPLEMENTARES



---

## NOTAS COMPLEMENTARES

(PÁGINA 16) — Não me é possível encerrar o recenseio do *folclore* em verso, sem que consigne aqui uma das suas mais singulares manifestações: é a que se refere aos números dígitos, dispostos em rimas sertanejas, e que se encontra à pág. 52 de "Marujada" (Rio, s. d.), do D. Martins de Oliveira. Este escritor incluiu também em seu interessante livro algumas trovas populares (págs. 105 e 143-144).

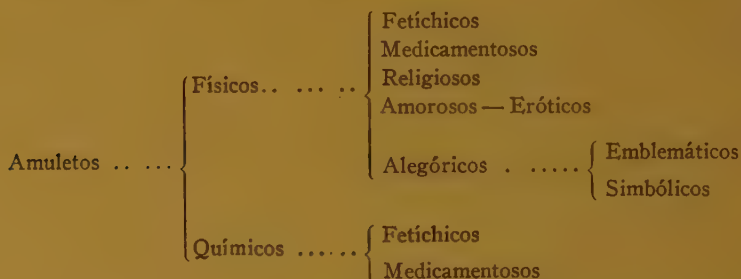
(PÁGINA 19) — O nosso erudito e fecundo compatriota dr. A. J. de Macedo Soares deixou dispersos por jornais e revistas muitos dos seus mais apreciáveis trabalhos. Para que se conheça bem a influência do tupi-guaraní na geografia brasileira, cumpre ler os vários artigos que ele deixou estampados no "Monitor Sul-Mineiro" (editado na cidade da Campanha, ns. de 2, 8, 14 e 20 de julho de 1880), sob a epígrafe "Nomes indígenas", e na "Revista Paranaense" (Curitiba, 1881), sobre topônimos de Paraná. Não tardará a aparecer o vol. II das "Obras completas" do preclaro brasileiro, as quais começaram a ser publicadas agora por seu digno filho, o desembargador Julião Rangel de Macedo Soares: nele virão a lume os diversos e luminosos estudos de filologia afro-índio-brasileira daquele nosso indelével compatriota.

(PÁGINA 20) — Lincoln de Sousa (talentoso jornalista, que honra a terra do berço, a culta São-João-del-Rei), aproveitando uma temporada que passou na terra de Tobias Barreto, deu-nos uma curiosa amostra do que é "O linguajar sergipano", em artigo estampado no "Diário de Notícias" desta capital (número de 4 de dezembro de 1938).

(PÁGINA 28) — Joaquim Ribeiro, digno continuador do profundo e brilhante talento paterno, escreveu, além do volume já citado ("A tradição

e as lendas”), o primeiro trabalho taxinômico dos vários aspectos da nossa demopsicologia, tendo-o publicado com o título de “Introdução ao *folclore brasileiro*”.

(PÁGINA 30) Em “Pedras verdes” (Recife, 1928), Augusto Lins e Silva deu assento a um curioso capítulo sobre “Amuletos” (págs. 33-38), adotando para os mesmos o seguinte esquema, que achamos digno de nota:



(PÁGINA 32) — No ano findo (1938), foi publicada, nesta capital, uma coletânea de paremiologia luso-brasileira. Deve-se ao sr. Cristóvão de Mauricéia e intitula-se “Espírito e sabedoria — 2.000 adágios e provérbios do idioma pátrio, em 200 assuntos”. Aproveito o ensejo para consignar aqui que o general Luiz Sombra, — formoso espírito ao serviço de generoso coração, — havia reunido considerável material, destinado a uma coletânea das nossas adivinhas, tendo-o eu animado, mais de uma vez, a rematar e publicar o seu paciente e curioso trabalho. Não me consta que o mesmo haja sido impresso. Seria pena que ficasse desaproveitado esse esforço intelectual do ilustre e digno filho da terra cearense.

(PÁGINA 41) — Um dos melhores livros referentes às tradições ibéricas é o de Aurelio de Llano Roza de Ampudia, “Del folklóre español” (Madrid, 1922), no qual vêm estudados, com critério e método, os mitos, as superstições e os costumes da terra do Cid.

(PÁGINA 42) — No vol. I,I dos “Anais da Biblioteca Nacional do Rio-de-Janeiro” (1938), saíram as “Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas” (págs. 303-390) de Ch. Fred. Hartt.

03  
(PÁGINA 43) — Ao competente e operoso italiano, que tantos serviços prestou à cultura da nossa pátria, foi rendida uma bela homenagem: é o livro de Luiz da Câmara Cascudo, “Em memória de Stradelli — (1852-1926)” (Manaus, 1936).

(PÁGINA 45) — Henri Coudreau nasceu na França em 1859. Em 1884, explorou a Guiana Francesa (sobre a qual escreveu uma obra magistral), a

serviço da sua pátria. Em 1895, porém, passou a trabalhar por conta do governo do Estado do Pará, cujos rios principais explorou, em companhia de sua esposa. Tendo falecido à margem do rio Trombetas, em 1899, mme. Coudreau prosseguiu nos trabalhos da expedição, e, por isso, os volumes relativos ao Trombetas, ao Curuá, ao Mapuerá e ao Maicurú (1899-1903) apareceram com o nome dela (O. Coudreau), e não com o do marido.

(PÁGINA 47) — Manuel Querino publicou duas outras monografias, sobremaneira preciosas para a nossa demopsicologia influenciada pelo fator africano: “A Baía de outróra” (Baía, 1922); e “A arte culinária na Baía” (Baía, 1928). Naquela, descreveu algumas cerimônias religiosas de origem conguesa, como os *cacumbis*; e, na outra, referiu-se compridamente do *vatapá*, do *moquéca*, ao *quibêbe*, ao *acarajé* e a outros quitutes de nomes quibundos, ainda usuais ali. Em “Casa-Grande & Senzala” (pág. 501-513), traçou Gilberto Freire um quadro geral da nossa cozinha, detendo-se mais na da Baía. Ai, conta ele que o gelo entrou no Brasil, pela primeira vez, em 1834, trazido por um navio norte-americano, o “Madagascar”; e acrescenta que, para a nossa pátria, “o pão foi outra novidade do século XIX”. Quanto a este último, só se justifica a asserção, si se trata do fabricado para o consumo público, porque vi um documento asseverando que até em Pindamonhangaba já se fazia pão para uso particular, no século XVIII. Devo ainda consignar aquí que Jorge de Lima, em seus “Novos poemas” (Rio, 1929), além de “Essa negra Fulô” e outras poesias sobremodo interessantes para o nosso *folclore*, tratou também das “Comidas” (págs. 13-15) da Baía, das quais menciona tanto os nomes africanos, “efó”, “moquéca” e outros, quanto os de origem lusitana, que conservam ali as suas originais e bizarrras expressões, como “papos-de-anjo”, “peitinhos-de-freira”, “quindins-de-convento”, “fatias-da-sé”, “baba-de-moça”, “olhos-de-sogra”, “levanta-marido”, “fatias-paridas”, “mimos-do-céu” e “toicinho-do-céu”.

(PÁGINA 49) — Os primeiros trabalhos do dr. Artur Ramos, relativos ao nosso *folclore*, foram s seguintes: “Os horizontes míticos do negro da Baía” e “A possessão fetichista na Baía”, insertos nos “Arquivos do Instituto Nina Rodrigues” (ns. 1 e 2, de 1932); “Os instrumentos musicais dos *candomblés* da Baía” o “O mito de *yemanjá* e suas raízes inconscientes”, publicados na “Baía Médica” (ns. de julho e agosto de 1932). Outra monografia, que não deve ser deslembrada, é a de Odilón da Mota Portinho, “O elemento negro e sua influência em nossa formação” (Rio, 1929).

(PÁGINA 52) — Um dos estrangeiros mais cultos e operosos, dentre os que escreveram sobre o Brasil, foi Richard F. Burton, que esteve em outros países da América e viajou longamente o Velho-Mundo, tendo morrido no continente negro. Sobre este, deixou ele um livro, que muito interessa ao



*folclore* afro-brasileiro: "Wit and wisdom from West Africa, or a book of proverbial philosophy, idioms, enigmas and laconisms" (Londres, 1865). Na França, além da "Saga" de Blaise Cendrars, apareceram outros trabalhos sobre os camitas atuais, como os dois volumes do Maurice Delafosse, "Les nègres" e "Les noirs de l'Afrique". Mas na grande república yankee foi que se editaram mais trabalhos sobre a arte e as tradições dos negros, nestes últimos anos. Eis alguns dos mais importantes: "On the trail of the negro folk songs" (1925), de Dorothy Scarborough; "American negro folk songs" (1928), de Newman I. White; "Black folk tales" (1928), de Erick Berry; "Little black stories for white children" (1929), de Margery Bianco; "African stories and studies for primary children" (1928), de Mary Entwistle & Elizabeth Harris; "Creole sketches" (1924), de Lafcadio Hearn; "Jungle gods" (1929), de Carl von Hoffman; "Folk beliefs of the southern negro" (1926), de Newbell Niles Puckett.

(PÁGINA 76) — O cognome *Marêgrave* tem sido desprezado e substituído, na maior parte dos que ao mesmo se referem, por meia dúzia de variantes: *Marcgraf*, *Marggraf*, *Markgraf*, *Margrave*, *Marggrave*, *Markgrave*. Entretanto, "o primeiro investigador da história natural americana", conforme bem o qualificou Alfredo de Carvalho, assinava-se *George Marcgrave*.

(PÁGINA 79) — É também encontrada, embora mais raramente, para essa modalidade do *saci*, a expressão "moleque-dágua". Em "Maleita" (Rio, 1934), romance no qual Lucio Cardoso tomou por fulcro a fundação da cidade mineira de Pirapora, além de trovas populares (págs. 99), ha também várias referências ao "caboclo-dágua" do rio São-Francisco. Em "Alma viva do Rio Grande" (Pelotas, 1927), de Jorge Salis Goulart, acham-se uns versos intitulados "Negrinho do pastoreio".

(PÁGINA 87) — Dario Gomes Serrato publicou um livro de versos em *avá-nheên*, dando-lhe por título o nome do *saci* paraguaio, "Yasiyaterê" (Asunción, 1929). Essa coletânea de rimas é prefaciada por Ortiz Guerrero, com o poemeto "Yasiyaterê — (Mitologia guaraní)". São elementos preciosos para uma confrontação entre o nosso duende e o da terra de Francia.

(PÁGINA 90) — "Mãe dágua" é também um dos poemetos da coletânea modernista "Faz de conta" (São-Paulo, 1913), de Nóbrega de Siqueira.

(PÁGINA 100) — Aos estudiosos das questões de filologia afro-brasileira, principalmente si interessados nos problemas de folclore, cumpre investigar e explicar as curiosas denominações "tutú cambê" e "tatú gambêta". A esta última também se referiu Manuel Querino, conforme vimos atrás, em "Os costumes africanos do Brasil" (pág. 280).

(PÁGINA 131) — Em "O menino e o assovio", respeitei a grafia deste último vocábulo, porque ela assim aparece em todo o conto colhido pelo

sr. J. da Silva Campos, bem como no verbo cognato ("assoviar"), o que me faz crer seja aquela a prosódia corrente no Recôncavo da Baía. "Assobio", do latim *sibilum*, é, entretanto, a fôrma preferível.

(PÁGINA 139) — Em São-Paulo, terra das mais altas iniciativas de progresso espiritual, já existe, desde alguns anos atrás, a Sociedade de Etnografia e Folclore. Dela, assim como da Sociedade de Sociologia, é órgão a "Revista do Arquivo Municipal", publicação do Departamento de Cultura. Aparecendo mensalmente, em não pequenos volumes ilustrados, tem essa revista, desde que surgiu até agora, inserido em suas páginas diversos trabalhos folclóricos, sobremaneira interessantes aos que investigam o opulento filão das nossas tradições. Além de eruditos artigos do padre Antonio Lemos Barbosa, de Francisco Alberto Veiga de Castro e Joaquim Branco, sobre filologia tupi-guaraní, eis o que ela tem estampado até agora (setembro de 1939) de mais importante sobre a nossa demopsicologia:

Affonso A. de Freitas — "Emboaba", "As casinhas", "Bom Jesús da Cabeça" e "D. Anna Curandeira" (vols. 1 a 3 e 8);

Plínio Airoso — "Mameluco", "Muchirão", "Bibóca — Tejupar", "Arapuca", "Apicum", "Beijú", "Aipim", "Caatinga", "Caipora", "Pororóca", "Pererecar", "Co'vara", "Pindaíba" e "Carurú" (volumes 1 a 20), "Capoeira" (22), "Capão", "Bubúia" e "Aracati" (24 a 26);

J. B. d'Oliveira China — "Elementos ciganos na gíria brasileira" (vols. 2 a 7, 9 e 12 a 17) e "Elementos ciganos na gíria dos delinquentes brasileiros" (30);

Noel Carlos dos Santos — "Nomenclatura indígena" (vol. 2);

Dalmo Belfort de Matos — "Folclore paulista" e "A mãe-de-ouro" (vols. 10 e 11); "As macumbas em São Paulo" (49); "O folclore praiano de São Paulo" (57);

J. J. Machado de Oliveira (brigadeiro) — "Brasileirismos" e "Vocabulário elementar da língua geral brasileira" (vols. 24 e 25);

Brasílio Machado — "Trovas populares" (vol. 16);

Antonio Alcantara Machado — "Lira paulistana" (vol. 17);

Sebastião Almeida Oliveira — "Provérbios e afins, no domínio da fauna" (vol. 18); "Contribuição à paremiologia matrimonial luso-brasileira" (45);

Mario de Andrade — "A música e a canção populares no Brasil" (vol. 19) e "O samba rural paulista" (41);

Joaquim Branco — "Festas populares" (vol. 24);

Arthur Ramos — "As culturas negras no Brasil" (vol. 25); "O negro e o folclore cristão do Brasil" (47);

Oneida Alvarenga — "Cateretês do sul de Minas-Gerais" (vol. 30);

Mariano dos Santos — “A dansa de S. Gonçalo” (vol. 33), com poesias populares;

Gentil de Camargo — “Sintaxe caipira do vale do Paraíba” (vol. 37);

Amadeu de Queiroz — “Provérbios e ditos populares” (vol. 38);

Mario Wagner Pereira da Cunha — “A festa do Bom-Jesus do Pirapórá” (vol. 41);

José A. Teixeira — “O falar mineiro” (vol. 45);

João Dornas Filho — “Algumas questões de folclore” (vol. 46);  
“Vocabulário quimbundo” (49); “Cantiga dos capinadores de rua em Belo Horizonte” (50);

Jorge Amado — “Literatura dos negros e mulatos da Baía” (vol. 48);

Fernando Mendes de Almeida — “O folclore nas *Ordenações do Reino*” (vol. 56).

(PÁGINA 140) — Além dos trabalhos, que já citei, devidos à American Folk-Lore Society, cumpre-me mencionar mais os seguintes: “Spanish american folk-songs” (com música) (1917), por Eleanor Hague; “Jamaican folk-lore” (com música) (1929), por Martha Warren Beckwith; “Folk-lore from the Dominican Republic” (1913), por Manuel J. Andrade; “Folk-lore of the Antilles” (1933), por Elsie Clews Parsons; “Bella-Bella tales” (1932) e “Kwakiutl culture as reflected in mythology” (1935), por Franz Boas. Interessa também ao folclore o curioso e grosso volume de Ernest Thompson Seton, “The book of Woodcraft” (New-York, 1921), bem como o de H. E. Krehbiel, “Afro-american folk-songs” (New-York, 1914). Desde 1872, fundada por Samuel Chapman Armstrong, é editada na grande república yankee a revista “The Southern Workman”, órgão mensal do Hampton Institute e dedicado especialmente a estudos sobre negros e índios; aí, ha sempre algo a colher com respeito às tradições das chamadas “undeveloped races”.

(PÁGINA 140) — Afóra os trabalhos de Fernando Ortiz, que deixei citados, corre-me a obrigação de lembrar aquí os outros de sua lavra, concernentes à demopsicologia: “Superstizioni criminose in Cuba” (1906, vol. XXVII do “Archivo di Psichiatria” de Turim); “Un catauro de cubanismos — Apuntes lexicográficos” (Havana, 1923); “El cocoricamo y otros conceptos teoplásmicos del folklore afro cubano” (ib., 1927); “Los negros curros — Estudio de etnografía, folklore y criminología” (“Archivos del Folklore Cubano”); “De la música afrocubana” (Havana, 1934); “La poesia mulata” (ib., 1934-1935); “La clave xilofónica de la música cubana — Ensayo etnográfico” (1935).

(PÁGINA 142) — No Perú, tem continuado o estudo das tradições popuiare e incáicas, como se póde ver dos dois recentes trabalhos seguintes:

“Moche” (Lima, 1938), do Arturo Jiménez Borja; e “Canto kechwa” (ib., id.), de José Maria Arguedas.

(PÁGINA 142) — A’ gentileza de d. Justo Pastor Benítez, moço de formoso talento, que foi ministro de sua pátria em nossa terra, devo dois livros úteis e agradáveis: o “Yasiyaterè”, de Darío Gómez Serrato (já citado atrás), e “Água mansa y Ycñá Caaguy” (Asunción, 1927), de Manuel D. Cardoso. Nesta última coletânea de rimas, cerca de metade é em *avá-nheên*.

(PÁGINA 142) — No Uruguai, é dever nosso incluir o nome de Gastón Figueira, tão amigo do Brasil, e cujas obras já citei, juntando-lhe agora o de Buenaventura Caviglia Hijo, autor de “Gaúcho” (Montevideo, 1933).

(PÁGINA 143) — Cabe-me aludir, aqui, a um dos mais preciosos estudos de Rodolpho Lenz: “El papiamento — (La lengua criolla de Curazao)” (Santiago-de-Chile, 1928). Creio que, em idioma novi-latino, foi ele o primeiro a abalançar-se a tão difícil tarefa. Porque o “papiamento”, falado na antilha neerlandesa onde se fabrica o delicioso licor do mesmo nome, é um *mixtum-compositum* de espanhol, holandês, inglês, francês e português, tudo subordinado à incorreta prosódia dos negros. Evidentemente, a maior contribuição é a do castelhano. Graças à obsequiosidade de Silvio Julio, pude inteirar-me bem do que é o “papiamento”, pois que aquele meu prezado amigo me trouxe de sua última viagem à região antiliana alguns números do jornal “La Cruz”, que se edita em Curaçau e é todo escrito naquela singular algaravia.

(PÁGINA 143) — Em 1937, foi instalada em Buenos-Aires a Asociación Folklórica Argentina, atualmente dirigida pelos srs. Santos S. Faré, Eleuterio F. Tiscornia, Augusto Escalada Ezcurra, Antonio Alsina e Julio Dias Romero. Conta a Argentina um grande cultor do folclore, Juan Alfonzo Carrizo, cujas obras citámos. Alguns outros trabalhos, respeitantes à demopsicologia, têm aparecido ali, nestes últimos dez anos. Mencionei, a seguir, alguns que me foram amavelmente oferecidos pelos respectivos autores ou que me foi possível adquirir: Vicente Rossi, “Cosas de negros — Los origenes del tango y otros aportes al folklore rioplatense” (Buenos-Aires, 1926); M. Lisondo Borda, “Voces tucumanas”, e S. A. Lafone Quevedo, “Tesoro de catamarqueñismos”, ambos de 1927; Marcos A. Morinigo, “Hispanismos en el guarani” (1931) e “Las voces guaraníes del Diccionario Académico” (1935); Emilio A. Coni, “Contribución a la historia del gaucho” (1937).

(PÁGINA 145) — Depois do meu apelo, a Academia Brasileira de Letras resolveu, por iniciativa de Afranio Peixoto (um dos poucos que ali trabalham), criar uma Secção de Folclore, para a qual foi até solicitada a minha colaboração. E nisso se ficou até agora.

(PÁGINA 149) — Em seu trabalho "O padre Cicero e a população do nordeste" (Rio, 1927), Simoens da Silva deu guarida a tres poemetos folclóricos (págs. 61-68): "Versos da visita dos romeiros", "Versos dos peregrinos do Joazeiro" e "Os conselhos do padre Cicero do Joazeiro".

(PÁGINA 150) — Além da "Amazônia misteriosa", publicou Gastão Cruls, "A Amazônia que eu vi" (Rio, 1930), a qual traz um excelente "elucidário" (págs. 321-341). No ano findo, deu ele à estampa uma bem feita coletânea de contos, "História puxa história" (Rio, 1938), explorando no primeiro, "Contas brabas" (págs. 11-32), a abusão do lobis-homem, e no segundo (págs. 33-45) a lenda da "mãe-d'água".

(PÁGINA 151) — No Maranhão é imprescindível seja incluído Domingos Barbosa, escritor castiço, que além de autor de dois livros de prosa, "Mosáicos" (1908) e "Contos de minha terra" (1911), é um dos poucos brasileiros que cultivam o difícil gênero das fábulas em verso (vai chamar-se "Jardim Zoológico" o seu fabulário).

(PÁGINA 152) — Carlos Madeira, autor de "Caiçaras" (Rio, 1934, 2ª ed.), juntou ao seu bem lucubrado novelário grande número de brasileirismos e algumas poesias folclóricas.

(PÁGINA 153) — São também cearenses os prosadores seguintes, cujas obras interessam à nossa demopsicologia: Galdino Chaves, "Cenas do Norte — (Quadros da vida na zona tórrida) — I — Elvira (perfil de mulher)" (Baturité, 1904); Manuel Miranda, "Cousas que acontecem — (Contos regionais) — Ubajará" (Fortaleza, 1926); padre Assis Memoria, "Memórias de um cura — Tipos e paisagens regionais" (Rio, 1929); e C. Néry Camello, "Alma do nordeste" (Rio, 1936), tendo este último tratado de cantadores e outros assuntos folclóricos, aos quais juntou um pequeno "glossário". Herman Lima deu a lume outro livro, "Garimpos" (Rio, 1933), no qual descreveu o "jarê", dança fetichica do sertão baiano.

(PÁGINA 154) — Os "Poemas sertanejos" (Rio, 1921), de P. Camara Campos, trazem uma "Nomenclatura dos vocábulos sertanejos" (págs. IX). Entre os mesmos, encontra-se "Salamanta". Será corruptela da lendária "Salamanca" da terra gaucha? Os versos e o glossário do poeta pernambucano são de notavel relevância para o nosso folclore.

(PÁGINA 155) — Na Baía, ainda deve figurar mais um escritor, cuja obra é de fundo folclórico: Carlos Alberto de Carvalho, autor de "Tradições e milagres do Bomfim" (Baía, 1915).

(PÁGINA 156) — Ao grande Estado montanhês pertence Dantas Mota, que se estreou com "Surupango — Ritmos caboclos" (Rio, 1932) e prometeu "Jongo — Folclore regional mineiro".



(PÁGINA 157) — Não posso deixar de incluir entre os bons trabalhos do culto das nossas tradições o de José de Mesquita, "Da epopéia matogrossense" (Cuiabá, 1930). De Mato-Grosso é também J. Barbosa de Faria, grande conhecedor do *horôro* e do nosso *far-west*, sobre o qual já tem publicado vários estudos.

(PÁGINA 158) — Na "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São-Paulo" (vol. XII, págs. 285-310) saiu uma excelente monografia de João Vampiro, "Fatos e festas na tradição — O S. João e a procissão de *Corpus-Christi* em São-Paulo", com algumas trovas populares. E acaba de ser publicado (julho de 1939) o magnífico volume de Belmonte, "No tempo dos bandeirantes", onde ha muito que respirar para a nossa demopsicologia.

(PÁGINA 160) — Da ilustre e operosa trindade santa-catarinense, já é falecido o que preferiu a toga às armas: José Boiteux. Os goianos Olegário Pinto e Henrique Silva, assim como os poetas mineiros Belmiro Braga, Mario de Lima e Franklin Magalhães, já também viajaram para o Grande-Além.

(PÁGINA 161) — Em "Terra e povo do Ceará" (Rio, 1936), de Silvio Julio, ha dois capitulos de acentuada relevância para a nossa demopsicologia: "A musa anônima do Ceará" (págs. 135-162) e "Marcas de gado usadas no Ceará" (págs. 163-194). Na 2ª edição do seu erudito volume "Fundamentos da poesia brasileira" (Rio, 1930), além do capítulo intitulado "A demologia como elemento de formação da literatura nacional", consagrou Silvio Julio a maior parte do seu substancioso trabalho ao nosso folclore, mostrando as relações deste com o resto do mundo, e comparando-o, mais em particular, com "As manifestações demológicas dos povos ibéricos". Em suma: das 252 páginas do livro de Silvio Julio, mais de metade, as de 90 a 248, tratam da poesia brasileira, ao seu aspecto folclórico. É um estudo paciente e honesto, da lavra de um moço de boa e sólida cultura.

(PÁGINA 162) — O Rio-Grande do Sul tem tido inspirados poetas regionalistas. Manuel do Carmo usou do pseudônimo M. Pereira Fontes em algumas das suas melhores produções de assunto tradicional; e Augusto Meyer, além do "Coração verde", publicou também "Poemas de Bilú" e "Giraluz". Seria, entretanto, grave injustiça deixarmos em olvido o peregrino talento que é Raul Bopp, autor de "Urucungô" e do admirável poemeto "Cobra-Norato — Nheengatú da margem esquerda do Amazonas" (Rio, 1931). Angelo Gaudio tem escrito sobre os mitos amazônicos e Manuel Acauã é o fino tecedor de "Renda charúá". Clemenciano Barnasque, autor do livro que deixamos citado, deu também à estampa "O Rio Grande na história e na legenda". Quanto a investigações filológicas, relativas a brasileirismos, muito se tem distinguido, ao lado de Luiz Carlos de Moraes, Dante



de Laytano, a cuja lavra pertencem “Os africanismos no dialeto gaúcho”. Ha ainda ali um prestimoso cultor do *folclore*, Walter Spalding, que não só deu a lume um opúsculo sobre a “Poesia do povo”, como ainda inseriu na “Rev. do Inst. His. e Geogr. do Rio Grande do Sul” (2º trim. do ano XIV, 1934, págs. 299-307) um interessante artigo, “Mais um pouco de *folclore* — “Farrapos e barrigas-verdes”, no qual, entre outras quadras populares, ha cinco referentes a Garibaldi e Anita Garibaldi. Mas dos poetas sul-rio-grandenses é Vargas Netto o que mais tem aproveitado os temas folclóricos, sendo, sem dúvida, o mais fecundo e o mais popular em sua terra natal. Em “Gado chucro”, por exemplo, poetizou duas das mais curiosas tradições populares do nosso Estado fronteiriço — a “Salamanca” e a “Casa-branca do bororé”. Eis como interpretou ele, com imaginoso brilho, a última dessas interessantes lendas:

#### “BORORE’

No mato velho, que não tem árvore nova,  
onde nem sol nem luar bate no chão,  
está a casa branca, sem porta nem janela,  
sempre rondada pelo Bororé...

O índio velho, noite e dia, em torno dela,  
vive cuidando os tesouros que lá estão,  
tesouros que ele guardou com seus guerreiros,  
na casa branca, que já estava pronta,  
quando expulsaram os padres das Missões!...

Bororé, cacique velho, amigo deles,  
guardou tudo que os padres não levaram,  
na casa sem portas nem janelas,  
e anda cuidando que eles vão voltar.

Tapejára, Bororé, cacique velho !  
Eu sei quem és, tradição guardando a crença  
na alma simples do povo das Missões,  
que é a casa branca sem porta nem janela,  
mais misteriosa do que um coração,  
onde inda existe o que os homens não roubaram,  
na sombra velha da superstição...”

(*Acréscimo à nota 23*): Na “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Paraibano”, vol. VI (1928), apareceu uma valiosa contribuição de Pedro Batista para o nosso folclore, sob o título de “Atenas de cantadores” (págs. 21-35). Na preciosa coletânea denominada “Tardes do Instituto” (Rio, 1931), acha-se a

bela conferência sobre "Cantares brasileiros", realizada pela competente escritora patricia, d. Maroquinha Jacobina Rabelo. De Exupero Monteiro é a "Musa matuta" (já em 2ª edição).

(*Acréscimo à nota 33*): Depois de Paul Sébillot, cuja obra, "Le folk-lore", é de 1913, apareceram na França dois grandes mestres da demologia racional: P. Saintyves, autor do "Manuel de folk-lore" (1936); e Arnold van Gennep, cujos trabalhos mais importantes são "Le folk-lore", "La formation des légendes" e "Manuel de folk-lore français contemporain" (1924, 1929 e 1937), o último em quatro volumes.

(*Acréscimo à nota 41*): Para confronto com povos vizinhos, onde tais estudos se encontram em notável grau de adiantamento, cumpre ler, sobre as credices em geral, alguns trabalhos publicados na Argentina, quais: o "Folk-lore calchaquí", de Adán Quiroga; "El país de la selva" (1925), de Ricardo Rojas; e "Las supersticiones" (1939), de Rafael Jijena Sánchez e Bruno Jacovella. Com relação à medicina popular, foram dados a lume, alí, três importantes estudos: o de Orestes di Lullo, "La medicina popular de Santiago del Estero" (1931); e os dois outros devidos a Julio Mendióroz, "El folklore médico del Norte Argentino" e "Patología y terapéutica populares en el Norte Argentino" (1933).

(*Acréscimo à nota 43*): São de 1910 (editadas em Fortaleza) as "Parêmias", do poeta cearense José Pedro Soares Bulcão, seguramente o primeiro trabalho em que apareceram rimados os nossos ditados populares. Sobre o referido escritor, há um interessante capítulo no excelente volume que Mário Linhares ainda recentemente consagrou aos nossos "Poetas esquecidos" (páginas 75-84).

(*Acréscimo à nota 54*): Milá y Fontanals escreveu também "Observaciones sobre poesía popular" (1853); Aurelio de Llano Roza de Ampudía publicou "El folklore asturiano" (1922); Ramón Menéndez Pidal tratou de "Poesía juglaresca y juglares" (1924); e Constantino Cabal estudou a "Mitología ibérica" (em "Folklore y costumbres de España", 1931).

(*Acréscimo à nota 139*): Em 1936, editou a Livraria José Olympio dois trabalhos sobremodo interessantes para o nosso folclore. O primeiro é o livro de contos (publicação póstuma) de Antônio de Alcântara Machado, "Mana Maria", no qual se encontra o curioso capítulo "A dança de S. Gonçalo" (páginas 167-176). O outro é o de Jorge Amado, "Mar Morto (da série "Os romances da Baía")", no qual há três capítulos muito proveitosos aos cultores da nossa demologia: "Cancioneiro do cais" (págs. 20-34); "Acalanto de Rosa Palmeirão" (págs. 71-81); e "Iemanjá dos cinco nomes" (págs. 99-117). No vol. XXXV (1938) da "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São-Paulo" foram inseridas duas monografias com informações do alto préstimo para o nosso folc-

lore: a de Sebastião Almeida Oliveira, "Vestígios de hábitos aborígenes nos usos e costumes sertanejos" (págs. 183-197); e a de Edmundo Krug, "Curiosidades da superstição brasileira" (págs. 223-256). No primeiro número do "Jornal de Alá" (Baía, maio de 1939), saiu o bem feito estudo de J. da Silva Campos sobre o "Tangolomango" (págs. 34-36), e iniciou Carlos Chiacchio o seu "Ciclo de festas populares da Baía" (págs. 43-50).

(*Nota final*): O folclore, definido por P. Saintyves como "a ciência da cultura tradicional", e dividido nos dois grandes grupos, o "espiritual" e o "etnográfico", admite a subdivisão seguinte (veja-se Rafael Jijena Sánchez e Bruno Jacovella, *ob. cit.*, págs. 31-32):

#### I) FOLCLORE ESPIRITUAL

	{ Literatura popular.
	{ Música e mímica populares.
a) <i>Estético</i> .....	{ Artes figuradas populares.
	{ Jogos familiares.
	{ Linguagem popular.
	{ Ciência popular.
b) <i>Teórico-técnico</i> .....	{ Técnica popular.
	{ História popular.
	{ Filosofia popular.
c) <i>Filosófico</i> .....	{ Moral popular.
	{ Crendices e superstições.
d) <i>Místico-religioso</i> .....	{ Teologia popular.
	{ Devoções populares.

#### II) FOLCLORE ETNOGRÁFICO

a) <i>Ético</i> .....	{ Usos e costumes populares.
	{ Cerâmônias tradicionais.
	{ Ofícios.
b) <i>Econômico</i> .....	{ Profissões.
	{ Comércio.
	{ Transportes.

Na mesma obra (uma das melhores que conheço, quanto à demopsicologia especulativa), acha-se (pág. 98) um interessante quadro das crendices e superstições, o qual é o seguinte, com pequenas alterações, feitas por mim:

# I) CRENDICES

- a) *Simples.*
- b) *Supersticiosas.*..... } Do tipo mágico.  
  | Do tipo animista.

## II) SIMPATIAS (MAGIA POPULAR)

- a) *Seres e elementos mágicos.* {
  - Seres ..... { humanos.  
                              animais.  
                              vegetais.
  - Coisas ..... { naturais.  
                              artificiais.  
                              abstratas.
- b) *Práticas mágicas.*..... {
  - Positivas..... { Feitiços.  
                              Sortes.  
                              Sortilégios.  
                              Devoções supersticiosas.
  - Negativas..... { Conjurios.  
                              Contra-feitiços.
  - Superstições te-  
rapêuticas..... { medicinais.  
                              veterinárias.  
                              agronômicas.
  - Sucessos mágicos { Presságios.  
                              Agouros.  
                              Anúncios (sinais).

## III) OBJETIVAÇÕES (ANIMISMO POPULAR)

- a) Demonologia popular — Bruxaria.
- b) Materializações.
- c) Transformações.
- d) Personificações.
- e) Localizações.
- f) Usos supersticiosos.
- g) Cultos supersticiosos.





**I**

**ÍNDICE DE AUTORES**

**(Obras em português)**





I

INDICE DE AUTORES

(Obras em português)

---

A

A., J. A. — 10.

ABREU, Capistrano de — 152.

ABREU, Sylvio Froes de — 46.

ACAUÃ, Manuel — 345.

ADRIÃO, J. M. — 21.

ALBANO, Ildefonso — 83.

ALBUQUERQUE, Luiz Tenorio Cavalcanti de — 8, 24.

ALBUQUERQUE, Miguel Tenorio de — 46.

ALBUQUERQUE, Ulysses de — 154.

ALENCAR, Gilberto de — 156.

ALENCAR, José de — 5, 18, 90, 128, 152.

ALICATE, Menio — Veja-se *Leite*, *Amancio*.

ALMEIDA, Fernando Mendes de — 342.

ALMEIDA, Guilherme de — 52, 158.

ALMEIDA, José Americo de — 154.

- ALMEIDA, Sylvio de — 8.  
ALOYSIUS, Saturninus (pseudônimo) — 155.  
ALTAVILLA, Jayme de — 48, 154.  
ALVARENGA, Oneida — 341.  
AMADO, Jorge — 154, 342, 348.  
AMARAL, Amadeu — 27, 36-37, 50, 56.  
AMARAL, Braz do — 47, 154.  
AMARAL, Edmundo — 159.  
AMORIM, Antonio Brandão de — 46.  
AMORIM, Francisco Gomes de — 22.  
ANDRADE, Ed. Navarro de — 34.  
ANDRADE, João Vieira de — 22.  
ANDRADE, L. Costa — 128.  
ANDRADE, Mário de — 15, 341.  
ANJOS, Cyro dos — 81.  
ARARIPE, Alencar — 152.  
ARARIPE JÚNIOR — 6, 11, 56.  
ARAUJO FILHO, Luiz — 161.  
ARINOS, Affonso — 90-91, 114, 128, 146.  
ARRUDA, Bento — 159.  
ASSUMPÇÃO, Lino d' — 9, 88.  
ATHAYDE, Tristão de — 36.  
AVELINO, Georgino — 107.  
AVELINO, José — 156.  
ÁVILA, Bastos de — 151.  
AYROSA, Plinio — 46, 341.  
AZAMBUJA, Darcy — 161.  
AZEVEDO, Alvaro Rodrigues de — 21.  
AZEVEDO, J. Eustachio de — 9.  
AZEVEDO, Mario de — 158.  
AZEVEDO, Odilon — 156.

B

- BAHIA, Xisto — 13.  
BALÃO JÚNIOR, Jayme — 160.  
BALDUS, Herbert — 46.  
BANDEIRA, Alfredo — 153.  
BANDEIRA, G. Furtado — 76, 90.  
BAPTISTA, P. Chagas — 16, 347.  
BARATA, Manuel — 151.  
BARBOSA, Alves — 154.  
BARBOSA, Antonio Lemos (padre) — 341.  
BARBOSA, Damião — 13.  
BARBOSA, Domingos — 344.  
BARBOSA, Domingos Caldas (padre) — 10, 51.  
BARBOSA, Januario da Cunha (cônego) — 47.  
BARBOSA, Juscelino — 156.  
BARBOSA, Orestes — 12.  
BARBOSA, Ruy — 98.  
BARCELLOS, Ramiro — 161.  
BARNASQUE, Clemenciano — 161, 345.  
BARRETO, Ceição de Barros — 16.  
BARRETO, Lima — 51, 100.  
BARRETO, Paulo — 13, 36, 49, 89.  
BARROS, Borges de — 154-155.  
BARROS, Olivio — Veja-se *Arinos, Affonso*.  
BARROSO, Gustavo — 8, 9, 12, 25, 27, 30, 53-54, 74, 93, 123, 125,  
135, 144-145, 148, 152, 163.  
BARTHOLOMEU, Floro — 148.  
BASTOS, Albino — 22.  
BATALHA, Ladislau — 22, 32.  
BEAUREPAIRE-ROHAN, visconde de — 6, 19, 91, 101, 125.  
BELLO, Josaphat — 156.

- BELMONTE, B. de Barros — 345.  
BENICIO, Manuel — 148.  
BERNARDI, Mansueto — 161.  
BESSA, Alberto — 22.  
BEVILAQUA, Octavio — 16.  
BEZERRA, Alcides — 31, 33, 147.  
BILAC, Olavo — 25, 79-80, 88, 92, 147, 163.  
BISPO, Candido Pereira de Sousa — 152.  
BITTENCOURT Agnelo — 104.  
BOCAYUVA, Quintino — 5.  
BOITEUX, Henrique — 160.  
BOITEUX, José — 160, 345.  
BOITEUX, Lucas — 28, 160.  
BOPP, Raul — 345.  
BORBA, Telemaco — 160.  
BRAGA, Belmiro — 155, 345.  
BRAGA, Theodoro — 151.  
BRAGA, Teophilo — 20, 42, 128-135.  
BRANCO, Joaquim — 341.  
BRANDÃO, João Lucio — 156.  
BRANDÃO, José Fortunato — 153.  
BRANDÃO, Octavio — 154.  
BRANDÃO, Paulo — 155.  
BRANDÃO, Souza — 148.  
BRANDÃO, Wellington — 156.  
BRASIL, A. Americano do — 8, 157.  
BRASIL, Etienne Ignace (padre) — 47.  
BRITO, Paulino de — 150.  
BRITO, Soeiro de — 22.  
BRUM, Marciano — 16.  
BULCÃO, José Pedro Soares — 347.  
BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar — 97.

C

- CABRAL, Alfredo do Valle — 6, 17, 99, 101-102, 105-106, 113.  
CABRAL, Francisco Dias — 48.  
CAETANO, Baptista — Veja-se *Nogueira, Baptista Caetano de Almeida*.  
CAFFÉ, Dermeval — 155.  
CAIUBY, Amando — 159.  
CALIXTO, Benedicto — 36.  
CALLAGE, Roque — 8, 35, 161.  
CAMARA, Antonio Alves — 36, 46.  
CAMARGO, Gentil de — 342.  
CAMELLO, C. Nery — 344.  
CAMPELLO, Samuel — 14.  
CAMPINA, Julio — Veja-se *Albuquerque, Luiz Tenorio Cavalcanti de*.  
CAMPOS, Humberto de — 103, 152.  
CAMPOS, João da Silva — 5, 53, 74, 104, 106-108, 112, 121, 124, 128, 130-132, 134, 139, 341, 348.  
CAMPOS, Juvencio — 155.  
CAMPOS, Murillo — 45.  
CAMPOS, Pedro Camara — 154, 344.  
CAMPOS, Salles — 153.  
CAMPOS JÚNIOR, Joaquim Gomes de — 34.  
CANNECATIM, Bernardo Maria de (frei) — 108.  
CARDIM, Fernão — 97.  
CARDOSO, Lucio — 340.  
CARDOSO, Nuno Catharino — 9, 22.  
CARDOSO, Vicente Licinio — 31.  
CARLOS, Antonio — 5.  
CARMO, Manuel do — 161, 345.  
CARNEIRO, Edison — 49.



- CARNEIRO, Humberto — 154.  
CARNEIRO, Souza — 49.  
CARVALHO, Alfredo de — 33, 48, 153, 162, 340.  
CARVALHO, Carlos Alberto de — 344.  
CARVALHO, Carlota de — 152.  
CARVALHO, Eysio de — 35.  
CARVALHO, Iná Pontes de — 151.  
CARVALHO, José — 29, 163.  
CARVALHO, Marques de — 151.  
CARVALHO, Padua — 105.  
CARVALHO, Rodrigues de — 8, 12, 36, 153.  
CARVALHO, Vicente de — 36, 158.  
CASCUDO, Luiz da Camara — 30, 32, 59, 74, 153, 338.  
CASTELLO-BRANCO, Camillo — 114.  
CASTELLO-BRANCO, Herminio — 152.  
CASTRICIANO, Henrique — 153.  
CASTRO, Baptista de — 46.  
CASTRO, D. Leite de — 22.  
CASTRO, Eugenio de — 36, 158.  
CASTRO, Francisco Alberto Veiga de — 341.  
CASTRO, W. Saint-Clair de — 162.  
CATUNDA, Joaquim — 152.  
CAVALCANTI, Frederico — 28.  
CAVALCANTI, Manuel Tavares — 153.  
CAVALCANTI, Povina — 48.  
CEARENSE, Catullo — 12, 15.  
CELESTINO, Antonio — 83.  
CELSO JÚNIOR, Affonso — 146.  
CEPELLOS, Baptista — 158.  
CESAR, Benjamin Ramos — 156.  
CHAVES, Galdino — 344.  
CHACCHIO, Carlos — 348.

- CHINA, J. B. d'Oliveira — 341.  
CINTRA, Assis — 159.  
CLAUDIO, Affonso — 47, 157.  
COELHO, Adolpho — 21, 132.  
COELHO, Baptista — 36, 158.  
COELHO NETTO — 51, 90, 151.  
CONSTANTINO, Antonio — 159.  
CORRÊA, A. (Francisco Pinto de Araujo Corrêa) — 14.  
CORRÊA, d. Aquino (arcebispo) — 157.  
CORRÊA, Joaquim Manuel — 22.  
COPRÊA, M. Faria — 161.  
CORRÊA, Romaguera — 18.  
CORRÊA, Viriato — 37, 151.  
CORRÊA FILHO, Virgilio — 157.  
CORTESÃO, Jayme — 22.  
CORUJA, Antonio Alvares Pereira — 20.  
COSTA, Affonso — 34.  
COSTA, Angyone — 45.  
COSTA, Craveiro — 154.  
COSTA, d. Frederico (bispo) — 151.  
COSTA, Firmino — 34.  
COSTA, Fontoura — 162.  
COSTA, Regueira — 76.  
COSTA, Xavier da — 36.  
COSTALLAT, Benjamin — 51.  
COUTINHO, J. M. da Silva — 19.  
CRULS, Gastão — 35, 83, 103, 150, 157, 344.  
CUNEGUNDES, João de Souza — 11, 13.  
CUNHA, Ernesto Antonio Lassance — 35.  
CUNHA, Euclides da — 146, 150-151, 159.  
CUNHA, H. Pereira da — 157.  
CUNHA, José Maria Vaz Pinto Coelho da — 7.

- CUNHA, Mario Wágner Pereira da — 342.  
CUNHA, Nobrega da — 158.  
CUNHA, Quintino — 150-151.  
CUNTO, Ernani de — 93, 158.

D

- DAISSON, Augusto — 33.  
DALGADO, Sebastião Rodolpho (monsenhor) — 73, 125.  
DEFINE, Jacomino — 61, 98.  
DELFINO, Aldo — 156.  
DEODATO, Alberto — 154.  
DIAMANTE, Francisco — 158.  
DIAS, Marcio — 161.  
DIAS, Maria da Conceição — 22.  
DINIZ, Alberto — 150-151.  
DINIZ, Almachio — 155.  
DIOGENES, Nestor — 9, 28, 30, 33, 153.  
DOCCA, Souza — 34, 160.  
DOLORES, Carmen — 37.  
DORNAS Filho, João — 342.  
DUARTE, Eduardo — 160.  
DUQUE-ESTRADA, Osorio — 8-9, 46, 51.  
DUTRA, Francisco Pereira — 17.

E

- ERNESTO JÚNIOR, Bento — 156.

F

- FALCÃO, Ildefonso — 148, 153.  
FARIA, Alberto — 27, 100-101, 129.  
FARIA, J. Barbosa de — 345.

- FARIA, Octavio Augusto de — 160.  
FARIA, Soares de — 156.  
FELIZARDO, João — 98.  
FERNANDES, Carlos D. — 148, 153.  
FERREIRA, Raymundo — 13.  
FIGUEIREDO, Lima — 46.  
FOCA, João — Veja-se *Coelho, Baptista*.  
FONSECA, Carlos da — 51.  
FONSECA, Pedro Paulino da — 48.  
FONTOURA, João — 161.  
FORTES, M. Pereira — Veja-se *Carmo, Manuel do*.  
FOSCOLO, Avelino — 156.  
FRANÇA, Serafim — 160.  
FRANCO, Luiz — 162.  
FREIRE, Ezequiel — 77.  
FREIRE, Felisbello — 154.  
FREIRE, Gilberto — 31, 49, 339.  
FREIRE, Laudelino — 37, 154.  
FREIRE, Oscar — 48.  
FREITAS, Affonso A. de — 28, 341.  
FREITAS, João Alfredo de — 29, 106, 152.  
FREITAS, Octavio de — 49.  
FREITAS, Paulo de — 161.

## G

- GALDINO, Feliciano — 25, 157.  
GALENO, Juvenal — 9, 15, 152.  
GALLET, Luciano — 16.  
GALPI — Veja-se *Pinheiro, Galdino Fernandes*.  
GALVÃO, Trajano — 18.  
GALVÃO, Zeferino — 153.  
GAMA, Carmo — 156.  
GAMA, Luiz — 50.

- GARCIA, Antonio — 90.  
GARCIA, Rodolpho — 34-35, 153, 162.  
GARRETT, J. B. Leitão de Almeida (visconde de Almeida-Garrett) — 20.  
GETULINO — Veja-se *Gama, Luiz*.  
GICOVATE, Moysés — 45.  
GODOLFIM, Costa — 21.  
GOELDI, Emílio — 45, 77.  
GÓES, Carlos — 17, 156.  
GÓES, Eurico de — 158.  
GOMES, Lindolpho — 27.  
GOMES, Manuel de Souza — 19.  
GOMES, Pedro — 156.  
GOMES, Raul — 51, 162.  
GONÇALVES, Paulo — 90, 158.  
GONÇALVES, Ricardo — 158.  
GONDIM, Joaquim — 151.  
GOULART, Jorge Salis — 162, 340.  
GOUVÊA, Daniel de — 28, 74-75.  
GUEDES, Mario — 103, 150-151.  
GUERRA, J. Pessoa — 154.  
GUIDO, Angelo — 345.  
GUIMARÃES, Bernardo — 18, 74.  
GUIMARÃES, Pedro Bernardo — 25, 92.  
GUIMARÃES, Pedro Pereira da Silva — 11.  
GUMES, João — 155.  
GÜNEN, Henrique — 162.

## H

- HARDUNG, V. E. — 21, 129.  
HORA, Mario — 154.  
HURLEY, Jorge — 28.

I

IHERING, Hermann von — 45, 77..

IHERING, Rodolfo von — 34.

J

JABOATÃO — 79.

JACQUES, Cezimbra — 31, 160.

JOFFILY, Irineu — 31, 153.

JUCA, José Luiz de Queiroz — 151.

JUCÁ, Pompilio — 151.

JULIO, Sylvio — 8, 84, 161, 343, 345.

JUVENAL, Amaro — Veja-se *Barcellos*, *Ramiro*.

K

KEATING, João — 32.

KOSERITZ, Carlos von — 42, 47.

KOSERITZ, Carolina von — 42.

KRUG, Edmundo — 30, 348.

L

LACERDA, J. B. de — 50, 53-54.

LADISLAU, Alfredo — 25, 150.

LADISLAU NETTO — 66, 103.

LAMEGO FILHO, Alberto — 158.

LANDOLT, Candido A. — 22.

LAVENÈRE, L. — 154.

LAYTANO, Dante de — 19, 346.

LEAL, Aurelino — 29.

LEÃO, Ermelino A. de — 35, 160.



- LEÃO, José (José Leão Ferreira Souto) — 14.  
LEITÃO, Lima — 125.  
LEITÃO, Tranquillino — 162.  
LEITE, Amancio — 104.  
LEITE, Joaquim do Prado Sampaio — 154.  
LEITE, Solidonio — 33, 125.  
LELIS, Carlindo — 125.  
LEMONS, Virgilio de — 33.  
LIMA, Araujo — 150.  
LIMA, Benjamin Franklin de Araujo — 162.  
LIMA, Herman — 153, 344.  
LIMA, Jorge de — 339.  
LIMA, Mario de — 155, 345.  
LIMA, Noraldino — 156.  
LIMA, Oliveira — 153.  
LIMA, Raul Cirne — 161.  
LIMA, Sylvio Julio de Albuquerque — Veja-se *Julio, Sylvio*.  
LIMA, Vicente — 49.  
LIMA JÚNIOR, Augusto de — 156.  
LINHARES, Mario — 76, 347.  
LINS, Francisco — 155.  
LYRA, Augusto Tavares de — 153.  
LISBÔA, Pedro de Alcantara — 47.  
LOBATO, Monteiro — 51, 84, 88, 159.  
LOIOLA, Leonidas de — 160.  
LOPES, Antonio de Castro — 32.  
LOPES, Raymundo — 45.  
LOPES NETTO, J. Simões — 8, 25, 79, 88, 102, 115-116, 161.  
LOURENÇO FILHO, M. B. — 148.  
LOZANO, Fabiano R. — 16.  
LUSTOSA, d. Antonio de Almeida (arcebispo) — 37, 151.

**M**

- MACHADO, Agenor — e Vasconcellos, Eduardo de — 45.  
MACHADO, Antonio Alcantara — 341, 348.  
MACHADO, Brasílio — 341.  
MACHADO, Paulo Pinto — 159.  
MADEIRA, Carlos — 344.  
MADRUGA, Manuel — 153.  
MAGALHÃES, Basílio de — 37, 145.  
MAGALHÃES, Celso de — 5.  
MAGALHÃES, Couto de — 17, 23, 46, 52, 75, 121, 124-125, 133.  
MAGALHÃES, Franklin de — 155, 345.  
MAGALHÃES, Geraldo — 12.  
MAGALHÃES, Hildebrando — 90.  
MAGALHÃES, Juventino — 162.  
MAGALHÃES, Raymundo — 30, 34.  
MAIA, Eduardo Santos — 155.  
MAIA, João — 161.  
MALTA, Ignacio José — 20.  
MARIA, João Santa Anna de (*Santaninha*) — 13.  
MARIANO, Olegario — 88.  
MARINHO (padre) — 13.  
MARIZ, Celso — 153.  
MARQUES, Astolpho — 31, 152.  
MARQUES, Xavier — 51, 155.  
MARROQUIM, Mario — 20.  
MARTHA, M. Cardoso — 22.  
MARTINS, Alvaro — 29.  
MARTINS, J. P. Oliveira — 65.  
MARTINS, Romario — 160.  
MARTINS JÚNIOR, Isidoro — 89.  
MASCARENHAS, Annibal — 38.

- MATTA, Cordeiro da — 99, 101, 108, 112.  
MATTOS, Annibal — 156.  
MATTOS, Dalmo Belfort de — 341.  
MATTOS, Gregorio de — 50.  
MATTOS, Raymundo José da Cunha — 97.  
MAUL, Carlos — 90.  
MAURICÉA, Christóvão de — 338.  
MAYA, Alcides — 160-161.  
MEDEIROS, Coriolano de — 28-29, 153.  
MELLO, Canto e — 117, 162.  
MELLO, Guilherme T. Pereira de — 15.  
MELLO, J. A. Teixeira de — 163.  
MELLO, Zequinha — 163.  
MEMORIA, Assis (padre) — 344.  
MENDES, Brito — 12.  
MENDES, Cunha — 148.  
MENDES, Julia de Brito — 12.  
MENDONÇA, Estêvão de — 157.  
MENDONÇA, Maria Angelica Furtado de — 22.  
MENDONÇA, Renato — 20, 49.  
MENDONÇA, Salvador de — 5.  
MENEZES, Djacir — 32.  
MENEZES, Otoniel — 153.  
MESQUITA, José de — 157, 345.  
MEYER, Augusto — 93, 345.  
MIRA, Crispim — 9, 28, 160.  
MIRANDA, Bertino — 151.  
MIRANDA, Manuel — 344.  
MIRANDA, Pontes de — 66-67.  
MIRANDA, Veiga — 158.  
MIRANDA, Vicente Chermont de — 34, 151.  
MONTEIRO, Albino — 36.

- MONTEIRO, Clovis — 20.  
MONTEIRO, Exupéro — 347.  
MONTEIRO, J. C. Carneiro — 163.  
MONTEIRO, J. Carneiro — 33, 37.  
MONTEIRO, Zenon Fleury — 148.  
MORAES, Evaristo — 46.  
MCRAES, Luiz Carlos de — 346.  
MORAES, Raymundo — 30, 99, 150.  
MORAES FILHO, Mello — 7, 14-15, 23, 76.  
MOTTA, Acrysio — 90, 151.  
MOTTA, Arthur — 160.  
MOTTA, Dantas — 345.  
MOTTA, Leonardo — 8, 12, 28, 30, 152.  
MOTTA, Otoniel — 159.  
MOTTA, Plinio — 155.  
MOURA, Julio Trajano de — 66, 76.  
MUÇURANGA, Domingos da Rocha — 13.  
MURTA, A. Cardoso — 22.

## N

- NASCENTES, Antenor — 35.  
NASCIMENTO, J. Pereira do — 108.  
NEGRÃO, Francisco — 160.  
NEIVA, Arthur — 18.  
NERY, Frederico José de Sant'Anna (barão de Sant'Anna-Nery)  
— 8, 49, 91, 105-106.  
NEVES, Antonino da Silva — 35.  
NEVES, Eduardo das — 11-12.  
NEVES, Mauricio das — 13.  
NIOS — Veja-se *Santos, Nina Felício dos*.  
NOGUEIRA, Baptista Caetano de Almeida — 19, 97.  
NOGUEIRA, Joaquim da Costa — 37.

- NOGUEIRA, José Antonio — 156.  
NOGUEIRA, Paulino — 19.  
NORBERTO, Joaquim (Joaquim Norberto de Souza Silva) — 18.  
NORTE, João do — Veja-se *Barroso, Gustavo*.  
NUNES, José J. — 21.

## O

- OLIVEIRA, D. Martins de — 337.  
OLIVEIRA, Estêvão de — 156.  
OLIVEIRA, Francisco Xavier de Athayde — 22.  
OLIVEIRA, Hosannah de (padre) — 76, 151.  
OLIVEIRA, J. J. Machado de (brigadeiro) — 341.  
OLIVEIRA, João Evangelista de — 31, 90.  
OLIVEIRA, José Coutinho de — 25, 76, 99.  
OLIVEIRA, Leoncio de — 25, 30-31, 37, 114.  
OLIVEIRA, Manuel Ambrosio de — 25.  
OLIVEIRA, Sebastião Almeida — 341, 348.  
OLIVEIRA, Xavier de — 148, 152.  
OLYMPPIO, Domingos — 103.  
OLYMPPIO, Mathias — 31, 152.  
ORICO, Osvaldo — 28, 144.  
OSORIO, Jeronymo — 159.

## P

- PACHECO Junior — 19.  
PADILHA, Viriato — Veja-se *Mascarenhas, Annibal*.  
PAIVA, Francisco Mendes de — 32.  
PALHANO, Lauro — Veja-se *Campos, Juvencio*.  
PALMEIRIM, L. A. — 21.  
PARANAGUÁ, Nogueira — 103, 106, 152.  
PAXECO, Fran — 6, 42.  
PEÇANHA, Gualberto — 11.

- PEDERNEIRAS, Raul — 35.
- PEDROSO, Consiglieri — 21, 134-135.
- PEIXOTO, Afranio — 7, 27, 30, 34, 51, 69, 144, 146, 155, 163, 343.
- PEIXOTO, Alencar — 149.
- PENALVA, Gastão (ps. de *Sebastião de Souza*) — 36, 158.
- PEREIRA, A. Gomes — 22.
- PEREIRA, Aguinaldo — 156.
- PEREIRA, Amancio — 157.
- PEREIRA, França — 154.
- PÉRET, Francisco Amédée — 156.
- PICCHIA, Menotti del — 83, 158.
- PIMENTEL, Alberto — 21.
- PIMENTEL, Figueiredo — 10, 38, 125.
- PINNA, Armando — 36.
- PINHEIRO, Galdino Fernandes — 74.
- PINHEIRO, João — 152.
- PINTO, Alexina de Magalhães — 10.
- PINTO, Antonio de Souza — 5.
- PINTO, Augusto — 22.
- PINTO, Estêvão — 32.
- PINTO, Irineu — 153.
- PINTO, Luiz Maria da Silva — 20.
- PINTO, Olegario — 156, 345.
- PINTO, Pedro A. — 162.
- PINTO, Silviano — 51.
- PIRES, A. Thomaz — 21.
- PIRES, Antonio Vieira — 35.
- PIRES, Cornelio — 8, 16, 30-31, 37, 93, 159.
- PIRES, Heliodoro (padre) — 153.
- PIRES, Homero — 48.
- PIZA, José — 36, 158.
- PLAISANT, Alcibiades — 160.



- POLLY, Alfredo — 162.  
POMPEU SOBRINHO, Thomaz — 19, 46.  
PORTINHO, Odilon da Motta — 339.  
PORTO-ALEGRE, Apolinario — 19, 79.  
PÓVOA, Pessanha — 83.  
PRADO, Maciel do — 154.  
PRATA, Ranulpho — 154.

## Q

- QUEIROGA, João Salomé de — 18.  
QUEIROZ, Amadeu de — 342.  
QUEIROZ, João de S. José (frei) — 37.  
QUEIROZ FILHO, Joaquim — 88.  
QUERINO, Manuel — 47, 49, 155, 339-340.

## R

- RABELLO, Alberto — 155.  
RABELLO, Maroquinha Jacobina — 347.  
RAMOS, Arthur — 32, 49, 339, 341.  
RAMOS, Carvalho — 157.  
RAMOS, Graciliano — 32.  
RANGEL, Alberto — 150.  
RANGEL, Godofredo — 156.  
RAYMUNDO, Jacques — 49, 141.  
REBELLO, José Silvestre — 47.  
REBOUÇAS, José Pereira — 13.  
REGO, José Lins do — 154.  
REGO, José Teixeira — 22, 66.  
REIS, Jayme — 160.  
REIS NETTO — 158.  
REQUIÃO, Altamirando — 155.  
RIBEIRO, Eurico Branco — 160.

- RIBEIRO, Flexa — 151.  
RIBEIRO, João — 23, 25, 27, 32-33, 37, 59, 67, 69, 74, 87, 89, 145, 154, 163.  
RIBEIRO, Joaquim — 28, 91, 337.  
RIBEIRO, Prado — 9, 30-31, 155.  
RIBEIRO, Theotonio — 35.  
RICARDO, Cassiano — 159.  
RIO, João do — *Veja-se Barreto, Paulo*.  
RIOS, Morales de los — 84.  
RIVASSEAU, Emilio — 46.  
ROCHA, Lindolpho — 155.  
RODRIGUES, Barbosa — 17, 75-77, 79, 123, 128.  
RODRIGUES, Felix Contreiras — 161.  
RODRIGUES, Nina — 47-49, 52-53, 55, 69, 82, 89, 101, 108, 110, 112-113, 126, 130-132.  
RODRIGUES, J. Wast — 84.  
RODRIGUES, Theodoro — 151.  
ROMERO, Sylvio — 6, 17-18, 22-23, 25, 42, 51-52, 74, 101, 113, 121, 123-127, 129-130, 133-134, 154.  
ROQUETTE-PINTO, Edgar — 45-46, 50, 54, 68, 157.  
ROSA, Francisco Luiz da Gama — 31.  
RUBIM, Braz da Costa — 20.  
RUIZ, Alberto — 151.

## S

- SA, Leonidas e — 106, 152.  
SALGADO, Plinio — 159.  
SALLES, Antonio — 33, 153, 163.  
SAMPAIO, Theodoro — 34, 51, 154.  
SANT'ANNA (padre) — 13.  
SANTA-ROSA, Henrique de — 151.  
SANTOS, Carlota R. Bogert dos — 164.

- SANTOS, Francisco Antonio dos — 11.  
SANTOS, Francisco Quirino dos — 83.  
SANTOS, Generino dos — 5.  
SANTOS, Joaquim Felicio dos — 18.  
SANTOS, Joaquim Heliodoro Gomes dos — 14.  
SANTOS, Mariano dos — 342.  
SANTOS, Nina Felicio dos — 162.  
SANTOS, Noel Carlos dos — 341.  
SARDINHA, Antonio — 22.  
SATURNINO, Pedro — 156.  
SENNA, Ernesto — 35.  
SENNA, Nelson de — 34, 36, 47, 156.  
SEQUEIRA, Eduardo — 21.  
SERRA, Arnaldo — 79, 157.  
SERRA, Francisco — 152.  
SERRA, Joaquim — 14.  
SERVA, Mario Pinto — 159.  
SETTE, Mario — 153-154.  
SETUBAL, Paulo — 158.  
SILVA, Antonio de Moraes e — 125.  
SILVA, Armando da — 22.  
SILVA, Augusto Lins e — 338.  
SILVA, Gabriel Fernandes da — 13.  
SILVA, Henrique — 156, 163, 345.  
SILVA, José Jorge Paranhos da — 18-19.  
SILVA, Niepce da — 160.  
SILVA, Simoens da — 149, 344.  
SILVA, Ulysses de Souza e — 88.  
SILVEIRA, d. Augusto Balthasar da — 13.  
SILVEIRA, Possidonio Pinto da — 13.  
SILVEIRA, Valdomiro — 36, 159.  
SILVEIRA NETTO — 160.

- SINZIG, Pedro (frei) — 16.  
SIQUEIRA, Antunes de (padre) — 31, 157.  
SIQUEIRA, Nobrega de — 340.  
SOARES, Antonio Joaquim de Macedo — 6, 18-19, 337.  
SOARES, Gabriel — 97.  
SOBREIRA, J. G. Dias — 30.  
SOMBRA, Luiz (general) — 338.  
SOUZA, Alberto — 75.  
SOUZA, Augusto de Oliveira e — 7.  
SOUZA, Bernardino José de — 34, 154.  
SOUZA, Eloy de — 31, 153.  
SOUZA, Francisco Bernardino de (cônego) — 18, 30.  
SOUZA, Inglez de — 5, 18.  
SOUZA, João Baptista de Faria e — 150.  
SOUZA, Lincoln de — 337.  
SOUZA, Oliveira e — 159.  
SOUZA-PINTO, P. H. — 162.  
SPALDING, Walter — 346.  
STRADELLI, conde Ermâno — 89.  
STUDART, barão de — 29, 152.  
SUL, Piá do — Veja-se *Rodrigues, Felix Contreiras*.

## T

- T., J. (conselheiro João Nepomuceno Torres) — 32.  
TAUNAY, Affonso — 34.  
TAUNAY, visconde de — 18.  
TAVARES, Ademar — 37.  
TAVARES, Crispiniano — 157.  
TAVARES, João de Lyra — 153.  
TAVARES, Luiz Demetrio Juvenal — 9.  
TAVARES, V. Augusto — 22.  
TAVEIRA JÚNIOR, Bernardo — 14.

- TAVORA, Franklin — 18, 74, 131.  
TEIXEIRA, Antonio Gomes da Silva — 11.  
TEIXEIRA, José A. — 342.  
TEIXEIRA, Mucio — 8, 38, 161.  
TELLES (padre) — 13.  
TESCHAUER, Carlos (padre) — 43, 79, 115-116, 129.  
THEOBALDO — Veja-se *Paiva, Francisco Mendes de*.  
THEOPHILO, Rodolpho — 14, 37, 148, 152.  
THOMAZ, Pedro Fernandes — 22.  
THOMÉ, Manuel — 13.  
TORRES, Heloisa — 45.

V

- VALLE, Flausino Rodrigues — 15.  
VAMPRÉ, João — 345.  
VARGAS NETTO, Manuel — 161, 346.  
VARZEA, Virgilio — 36, 160.  
VASCONCELLOS, Agrippa de 76, 155.  
VASCONCELLOS, Carlos — 150-151.  
VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de — 21-22.  
VASCONCELLOS, Eduardo de — 45.  
VASCONCELLOS, J. Leite de — 21-22, 74.  
VASCONCELLOS, Simão de — 76.  
VASCONCELLOS, Teixeira de — 130.  
VASCONCELLOS-ABREU, G. de — 60.  
VENTURA, Carlos Simões — 22.  
VERGARA, Pedro — 162.  
VERISSIMO, José — 18, 29, 102-103, 133, 150.  
VIANNA, Arthur — 31, 151.  
VIANNA, Esther Ferreira — 25.  
VIANNA, Godofredo — 156.  
VIANNA, Gonçalves — 100.

- VIANNA, Oliveira — 31, 146, 158.  
VIANNA, Urbino de Souza — 9, 25, 31, 164.  
VIEIRA, Bernardino — 155.  
VIEIRA, Domingos (frei) — 125.  
VILLAR, Frederico — 36.  
VILLALOBOS, maestro — 16.  
VILELLA, José Aloysio B. — 28.  
VICTOR, Manuel — 159.  
VICTOR, Nestor — 160.

**X**

- XAVIER, Lindolpho — 93, 155.

**Z**

- ZIZINA & ESMERALDA — 38.







## **II**

### **ÍNDICE DE AUTORES**

**(Obras em línguas estrangeiras)**



---

## II

### ÍNDICE DE AUTORES

(Obras em línguas estrangeiras)

---

#### A

- AGUILÓ, M. — 41.  
ALCOCER, Ignacio — 140.  
ALSINA, Antonio — 343.  
ALVARADO, Lisandro — 141.  
ÁLVAREZ, Antonio Machado y — 41, 129.  
AMBROSETTI, Juan B. — 80, 84.  
AMPUDIA, Aurelio de Llano Roza de — 338, 347.  
ANCONA, A. d' — 23.  
ANDRADE, Manuel J. — 342.  
APONTE, J. M. — 142.  
ARGUEDAS, José Maria — 343.  
ARIETTI — 24.  
ARMAS, Juan Ignacio de — 141.  
ARMSTRONG, Samuel Chapman — 342.  
ATANASIEV — 61.  
ATKINSON — 67.  
AVEBURY, lord — 66.

B

- BALLESTEROS, José — 41.  
BARAHONA-VEGA, Clemente — 142.  
BARLOEUS — 97.  
BECCARI, Gilberto — 84.  
BECKWITH, Martha Warren — 342.  
BÉDIER, Joseph — 61.  
BENFEY — 61, 63.  
BERNONI, D. G. — 24.  
BERRY, Erick — 340.  
BERTONI, A. de Winkekried — 142.  
BERTONI, Guillermo Tell — 142.  
BERTONI, Moysés S. — 142.  
BIANCO, Margery — 340.  
BOAS, Franz — 66, 342.  
BOHL, Cecilia — Veja-se *Caballero, Fernán*.  
BOIS, W. E. B. du — 55.  
BORDA, M. Lisondo — 343.  
BORJA, Arturo Jiménez — 343.  
BRANDENBURGER, Clemens — 45.  
BRANTOME — 128.  
BURTON, Richard F. — 339.

C

- CABAL, Constantino — 347.  
CABALLERO, Fernán (ps. de *Cecilia Bohl*) — 41, 131.  
CALCAÑO, Julio — 141.  
CAILLAVA, D. A. — 142.  
CARDOSO, Manuel D. — 343.  
CARRIZO, Juan Alfonso — III ("Prefácio"), 343.  
CASETTI, Antonio — e IMBRIANI, Vittorio — 24.  
CASQUIN, Emmanuel — 141.

- CAVIGLIA, Buenaventura — 142.  
CAVIGLIA HIJO, Buenaventura — 343.  
CENDRARS, Blaise — 50, 339.  
CENTENERA — 116.  
CHAMBERLAIN, A. F. — 140.  
CHATELAIN, Heli — 52-53, 89, 123, 127, 140.  
CHESNUTT, Charles W. — 55.  
CIFUENTES, Julio Vicuña — 141-142.  
COLBACCHINI, A. (padre) — 45.  
COLMÁN, Narciso R. — 142.  
COMPARETTI, Domenico — 24, 129.  
COMPARETTI, D.—e ANCONA, A. d'— 23.  
COMTE, Augusto — 60, 68.  
CONI, Emilio A. — 343.  
CONOBBIO, Agustín — 142.  
CORANEBI-BERTI, Carolina — 24.  
CORAZZINI, Napoleone — 24.  
CORREAS, Gonzalo — 41.  
COUDREAU, H. — 45, 339.  
COUDREAU, O. — 339.  
COUTY, Louis — 49.

## D

- DAIREAUX, Godofredo — 143.  
DELAFOSSÉ, Maurice — 339.  
DESMORE, Frances — 140.  
DESPLAS, Jean — 15.  
DIHIGO, Juan M. — 141.  
DUARTE, Felix Ramos y — 140.  
DURÁN, Agustín — 41.  
DURKHEIM — 65.  
DUSSAUD, René — 65, 67.



**E**

- ECHAGÜE, Juan Pablo — 117.  
EHRENREICH, Paul — 43.  
ELLIS, A. — 52.  
ENTWISTLE, Mary — & HARRIS, Elizabeth — 340.  
ERNEST, Adolfo — 141.  
ESPINOSA, Aurelio M. — 140.  
EZCURRA, Augusto Escalada — 343.

**F**

- FARÉ, Santo S. — 343.  
FAUST, Jessie — 55.  
FERRARO, Giuseppe — 24.  
FIGUEIRA, Gastón — 15, 343.  
FIGUEROA, Francisco Acuña de — 142.  
FIGUEROA, Julio — 142.  
FIGUEROA, Pedro Pablo — 142.  
FLETCHER, A. — 64, 66.  
FLORES, Eliodoro — 33, 141-142.  
FONTANALS, Manuel Milá y — 41, 347.  
FORTIER, Alcée — 140.  
FRAZER, James G. — 64, 66-67.  
FREDERICI, G. — 45.  
FREUD, S. — 65, 67.  
FUENTES, Eduardo Sánchez de — 141.

**G**

- GAGINI, Carlos — 140.  
GARAY, Benjamin de — 159.  
GARZÓN, Tobias — 144.  
GENNEP, Arnold van — 64, 347.

- GIANANDRÈA, Antonio — 24.  
GIANNINI, Giovanni — 24.  
GILII, Filippo Salvatore — 87.  
GOLDENWEISER, A. A. — 65.  
GONZENBACH, Laura — 24.  
GRANADA, Daniel — 142.  
GRILLO, Max — 141.  
GRIMM — 61.  
GUBERNATIS, Angelo de — 61, 133.  
GUERRERO, Emilio Constantino — 141.  
GUERRERO, Ortiz — 340.  
GUERRERO, Rafael — 41.

## H

- HADDON, A. C. — 66.  
HAGUE, Eleanor — 140, 342.  
HARRIS, Elizabeth — 340.  
HARTT, C. F. — 42, 52, 90, 338.  
HEAPE, Walter — 65.  
HEARN, Lafcadio — 340.  
HEINE, H. — 89.  
HEWITT, J. N. B. — 64.  
HEYNE — 60.  
HOFFMAN, Carl von — 340.  
HOSE — 66.  
HOUGH, Walter — 105, 140.  
HOULSTON, Elsie — 16.

## I

- IMBRIANI, Vittorio — 24.

## J

- JACOVELLA, Bruno — 347-349.  
JEVONS, Franklin Byron — 64.  
JOHNSON, James Woldon — 55.  
JOHNSTON, Harry — 53-54.

## K

- KANIKE, Hugo — 45.  
KARUTZ, Richard — 65, 67.  
KEANE, A. H. — 64, 66.  
KNUST, H. — 24.  
KOCH-GRÜNBERG, Theodor — 43.  
KÖHLER, Josef — 61, 65.  
KORDON, Bernardo — 144.  
KRAUSE, Fritz — 143.  
KREHBIEL, Henry Edward — 342.  
KREUTZER — 60.

## L

- LABROS, Maspons y — 41.  
LANCEREAU — 73.  
LANG, Andrew — 61, 64, 66-67.  
LAVAL, Ramón A. — 139, 141-142.  
LEFÈVRE, André — 60.  
LEGUIZAMÓN, M. — 143.  
LEHMANN-NITSCHKE, R. — 33, 78, 84, 87, 143.  
LENZ, Rodolfo — 142-143, 343.  
LINCH, Benito — 143.  
LOISY — 66.  
LONG, J. — 64.

LUBBOCK, John — 64.  
LUGONES, Leopoldo — 143.  
LULLO, Orestes di — 347.

## M

MAC-DOUGALL — 66.  
MACIAS, J. M. — 141.  
MAC-LENNAN — 66.  
MALARET, Augusto — 141.  
MARCGRAVE — 66, 340.  
MARILLIER, L. — 65.  
MARIN, Francisco Rodríguez — 41, 133.  
MARTIUS, C. F. P. von — 77.  
MAURER, Konrad — 91.  
MAYNTZHUSEN, F. C. — 84-85, 142.  
MAZZATINTI, Giuseppe — 24.  
MC-KAY, Claude — 55.  
MENDIÓROZ, Jul'io — 347.  
MENDIZABAL, O. de — 140.  
MERA, Juan León — 142.  
MONTORI, Arturo — 141.  
MORINIGO, Marcos A. — 343.  
MÜLLER, Max — 60-61, 64, 66.  
MÜLLER, Otfried — 60.

## N

NÚÑEZ, Eloy Fariña — 81, 85, 99, 142.

## O

OBLIGADO, Pastor — 143.  
ORTIZ, Fernando — 90, 140, 342.

**P**

- PALMA, Ricardo — 142.  
PARETO, Wilfredo — 65.  
PARIS, Gaston — 65.  
PARSONS, Elsie Clews — 342.  
PELAYO, Marcolino Menéndez y — 41.  
PEZET, Frederico A. — 142.  
PICHARDO, Estéban — 141.  
PIDAL, Juan Menéndez — 141.  
PIDAL, Ramón Menéndez — 347.  
PIKLER, Julius — & SOMLÓ, Felix — 64, 66-67.  
PITTRÈ, Giuseppe — 24, 133.  
PRATO, Eistanislau — 24.  
PUCKETT, Newbell Niles — 340.  
PUYMAIGRE, comte de — 24.

**Q**

- QUEVEDO, S. A. Lafone — 343.  
QUIROGA, Adán — 347.  
QUIROGA, Horacio — 143.

**R**

- RABELLO — 140.  
RALSTON — 91.  
REINACH, Salomon — 62, 65.  
REUTERSKJÖLD, E. — 64, 67.  
REYES, Anibal Echeverría y — 143.  
RICE, Alexander Hamilton — 43.  
RISLEY, sir Herbert — 65.  
RIVERS, W. H. R. — 66.  
ROBLES, Guillén — 41.

- RODRÍGUEZ, O. Sole — 142.  
RODRÍGUEZ, Zorobabel — 143.  
ROJAS, Aristides — 141.  
ROJAS, Ricardo — 143, 347.  
ROMÁN, Manuel Antonio — 143.  
ROMERO, Julio Díaz — 343.  
ROSSI, Vicente — 343.  
RÜCKERT — 105.

## S

- SAINTYVES, P. — 24, 347-348.  
SALAZAR, Diego Díaz — 144.  
SALVATORI, Giulio — 24.  
SÁNCHEZ, Rafael Jijena — e JACOVELLA, Bruno — 347-349.  
SANS, Ricardo Monner — 144.  
SANTOS, Carlota R. Bogert dos — 164.  
SBARBI, José Maria — 41.  
SCARBOROUGH, Dorothy — 340.  
SCHMIDT, Max — 43.  
SCHNELLER, J. F. — 24.  
SCHULLER, R. — 45.  
SÉBILLOT, Paul — 347.  
SEGOVIA, Lisandro — 144.  
SERRATO, Darío Gómez — 340, 343.  
SETON, Ernest Thompson — 342.  
SMITH, Herbert H. — 45.  
SMITH, Robertson — 66.  
SOLAR, Fidelis P. del — 142.  
SOMLÓ, Félix — 64, 66-67.  
SOTO, José — 144.  
SOTO, Sergio Hernández de — 129.



- SPENCER, Herbert — 64, 66.  
SPIX e MARTIUS — 89.  
STEINEN, Karl von den — 43, 68.  
STRADELLI, conde Ermano — 43, 88, 338.  
SUÁREZ, Constantino — 141.  
SWANTON, John R. — 65-66.

**T**

- TAVERA-ACOSTA, B. — 141.  
TECHO, padre Nicolao del — 116.  
THAVENET — 66.  
THURNWALD, Richard — 65, 67.  
TIGRÈ, G. — 24.  
TISCORNIA, Eleuterio F. — 343.  
TOLLENARE, L. P. de — 48.  
TORRES, L. M. — 64, 67.  
TOUT, Hill — 66.  
TYLOR, Edward B. — 60, 65, 133.

**V**

- VECHTEN, Carl van — 55.  
VIANA, Javier de — 142.  
VICENTINI — 24.  
VOLD, K. — 64.

**W**

- WALLACE, Alfred Russel — 66.  
WASHINGTON, Booker — 50.  
WESTERMARCK, E. — 67.  
WHITE, Newman I. — 340.

WHITE, Walter — 55.

WILKEN — 66.

WORK, Monroe N. — 55.

## **Z**

ZAPATA-LILLO — 142.

ZAYAS, Alfredo — 141.

ZEBALLOS, Estanislao — 143.





# **ÍNDICE**

---

## **O FOLCLORE NO BRASIL**



---

# ÍNDICE

---

## I

### FOLCLORE EM VERSO E FOLCLORE EM PROSA

	Págs.
a) Folclore em verso.....	5
b) Folclore em prosa.....	17

## II

### CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS À MÍTICA INDÍGENA E À MÍTICA AFRICANA

a) Contribuições estrangeiras para a mítica dos nossos indígenas....	42
b) Contribuições nacionais e alienígenas para a mítica dos africanos...	46

## III

### TRAÇOS GERAIS SOBRE AS TEORIAS MITOGRÁFICAS E SOBRE O TOTEMISMO E O TABUISMO

a) Teorias mitográficas.....	59
b) O totemismo e o tabuismo.....	62



## IV

### MITOS PRIMÁRIOS, SUAS TRANSFORMAÇÕES E SOBREVIVÊNCIAS

	Págs.
a) Lobis-homem, mula-sem-cabeça e porca-mole.....	73
b) Juruparí ou anhangá e curupira ou caapóra.....	75
c) Sací.....	76
d) A Iára.....	88
e) O Mbói-tatá.....	91

## V

### MITOS SECUNDÁRIOS—GERAIS E REGIONAIS

a) Gerais — <i>O Minhocão</i> .....	97
<i>O Tutú</i> .....	99
<i>A Mãe-do-Ouro</i> .....	101
b) Regionais — <i>Da Amazônia</i> .....	102
— <i>Do Maranhão</i> .....	104
— <i>Do Piauí</i> .....	105
— <i>Da Baía</i> .....	106
— <i>De Minas-Gerais</i> .....	113
— <i>De São-Paulo</i> .....	115
— <i>Do Rio-Grande-do-Sul</i> .....	115

## VI

CLASSIFICAÇÃO DOS CONTOS E FÁBULAS COLECIONADOS PELO SR. J. DA SILVA CAMPOS E COMPARAÇÃO DOS MESMOS COM OS DE OUTROS NOVELÁRIOS NACIO- NAIS E ESTRANGEIROS.....	119
--	-----

## VII

### CONCLUSÃO

a) O folclore nos outros países do continente americano.....	140
b) O novo e auspicioso movimento literário do Brasil em torno da nossa demopsicologia.....	145

## CONTOS E FÁBULAS POPULARES DA BAÍA

*Coligidos por JOÃO DA SILVA CAMPOS*

Págs.

Explicação conveniente.....	167
I — A rainha das onças.....	168
II — A onça e o bode.....	172
III — A onça e o coelho.....	174
IV — A onça e a coelha.....	176
V — A onça e a afilhada.....	177
VI — A onça e o macaco.....	180
VII — A onça, a raposa e o macaco.....	183
VIII — A onça, o macaco e os carapinas.....	184
IX — O macaco e a negrinha de cera.....	185
X — O macaco e o confeito.....	187
XI — Macaco do mato grosso.....	190
XII — A raposa e o homem.....	192
XIII — A raposa e as aves.....	194
XIV — O raposo, o galo e a galinha.....	195
XV — O gato e a raposa.....	199
XVI — A preguiça.....	199
XVII — O veado e a baratinha.....	199
XVIII — O carneiro e a baratinha.....	201
XIX — O coelho e o grilo.....	202
XX — O coelho e o aluá.....	203
XXI — O cágado e a fruta.....	208
XXII — A gaita do cágado.....	208
XXIII — A cascavel e a surucucú.....	210
XXIV — Luiz-cacheiro e o sapo.....	210
XXV — O sapo velho e os sapos moços.....	211
XXVI — O sapo saramuqueca.....	212
XXVII — O rei dos pássaros.....	213
XXVIII — O gavião e o pintinho.....	214
XXIX — A anum e a canarinha.....	214
XXX — O beijafior.....	215
XXXI — O beijafiorzinho.....	216
XXXII — A pena do tatanguê.....	218
XXXIII — A formiga e a filha.....	219
XXXIV — A aranha caranguejeira e o quibungo.....	220
XXXV — O quibungo e o menino do saco de penas.....	225

	Págs.
XXXVI — A menina e o quibungo.....	228
XXXVII — O bicho cumujarim.....	229
XXXVIII — Titi Maruê.....	231
XXXIX — O bicho-homem.....	232
XL — O lobis-homem.....	234
XLI — O bicho de fogo.....	235
XLII — Dom Maracujá.....	238
XLIII — O homem que virava besouro.....	240
XLIV — O caipora (I).....	243
XLV — O caipora (II).....	244
XLVI — A mãe-d'água (I).....	246
XLVII — A mãe-d'água (II).....	249
XLVIII — O homem do gato.....	250
XLIX — As moças e os puins.....	251
L — O príncipe e o amigo.....	254
LI — A gente que ia buscar o dia.....	257
LII — Os três galos.....	258
LIII — O papagaio pelado.....	259
LIV — O amarelo mentiroso.....	260
LV — A madrastra.....	261
LVI — A mulher dengosa.....	264
LVII — A mulher do ovo.....	265
LVIII — O surrão que cantava.....	266
LIX — O negro que quis ser príncipe.....	268
LX — A mulher feiticeira.....	271
LXI — A mulher sovina.....	273
LXII — A caça do mundé.....	274
LXIII — João Barandão.....	276
LXIV — O menino e o assovio.....	279
LXV — A passapinta.....	280
LXVI — O preguiçoso e o peixinho.....	283
LXVII — Dona Helena.....	286
LXVIII — Biacão.....	289
LXIX — O rei doente do mal de amores.....	297
LXX — O caçador e a guariba.....	300
LXXI — O cunhado de São Pedro.....	300
LXXII — O compadre rico e o compadre pobre.....	304
LXXIII — Deus é bem bom.....	307
LXXIV — Nada mais do que Deus.....	210
LXXV — O rei que teimou com Deus.....	312

	Págs.
LXXVI — O mapinguarí.....	319
LXXVII — A devota das almas.....	320
LXXVIII — Jesús-Christo e os lavradores.....	321
LXXIX — O martim-pescador e o urubú.....	322
LXXX — O gavião e o urubú.....	323
LXXXI — Os dois feiticeiros.....	323
Glossário.....	327
Notas complementares.....	337
Índice de autores (obras em português).....	353
Índice de autores (obras em línguas estrangeiras).....	379





ATA DAS SESSÕES DE 1937





---

## ATA DAS SESSÕES DE 1937

### Sessão especial (sessão 1.626) em 19 de fevereiro de 1937

(PRESIDÊNCIA DOS SRS. MANOEL CICERO E CONDE DE AFFONSO CELSO)

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Maria Moreira Guimarães, Raul Tavares, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Hildebrando Accioly, Francisco José de Oliveira Vianna, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Heliô Lobo, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Rodolfo Garcia, Thiers Fleming, Jonathas Serrano, José Mattoso Maia Forte, Manoel Tavares Cavalcanti, Nicolau José Debané, Joaquim de Souza Leão Filho.

O SR. MANOEL CICERO (*1º vice-presidente*), ao abrir a sessão, disse o seguinte, depois de constituída a mesa:

— “Na presente sessão especial vai o Instituto Histórico celebrar o 25º aniversário da presidência do Conde de Affonso Celso.

Sob a esclarecida e patriótica orientação do seu preclaro presidente tem o Instituto prosseguido em sua trajetória, com ânimo forte e fé inabalável nos destinos da Pátria, e está prestes a completar o centésimo ano de profícua existência.

Decorrido um quarto de século desde a investidura do Conde de Affonso Celso no posto que ele tem sabido honrar e exaltar, proclama o Instituto os assinalados serviços do seu presidente perpétuo e rende-lhe expressiva e justíssima homenagem.

Digno intérprete do Instituto será o egrégio consócio Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, nome nacional, figura de maior projeção na sociedade brasileira, presidente da Câmara dos Deputados”. (*Aplausos*).

Nomeou depois a seguinte comissão para introduzir no recinto o Sr. Conde de Affonso Celso: — Srs. Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Max Fleiuss, Moreira Guimarães e Raul Tavares.

(*Deu entrada no recinto, sob prolongada salva de palmas, o Sr. Conde de Affonso Celso*).

Da tribuna, o Sr. ANTONIO CARLOS pronunciou o seguinte discurso.

“Sr. presidente e meus prezados consócios do Instituto. Minhas senhoras e meus senhores: Destacando-me dentre os sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para celebrar, pela palavra, nesta data memorável, o 25º ano da presidência do Conde de Affonso Celso e saudar a esse nosso eminente chefe, proporcionou-me o nosso benemérito secretário perpétuo e meu querido amigo Max Fleiuss — a cujo convite prontamente acedi — oportunidade para uma intensa alegria e me distinguiu com o título de grande honra.

Para qualquer dos meus prezados consócios, assim como para qualquer nosso compatriota, constituirá sempre motivo de júbilo e de honra saudar Affonso Celso. Para mim, entretanto, motivos especiais e personalíssimos justificam possivelmente que maior seja este júbilo e mais confortadora essa honra. E’ que, desde a minha adolescência, já distanciada destes dias em mais de meio século, acompanho e sigo com o maior carinho a trajetória da sua vida, por cujo brilhante êxito sempre formulei os maiores votos. Tenho ainda gra-

vada em memória a lembrança do nosso primeiro encontro. Aos meus 12 anos procurei nesta capital o jovem deputado pelo 20º Distrito da Província de Minas Gerais, cuja idade então não excederia dos 22. Sob os seus auspícios prestei os meus primeiros exames de preparatórios e o encantamento que sua empolgante personalidade em mim despertou foi confirmação do juízo que sobre ele entusiasmamente se manteve no meio familiar onde se passaram a minha adolescência e a minha mocidade.

Esse meio familiar se constituía, de um lado, pelos meus ascendentes paternos, amigos e admiradores dos dois Affonso Celso, quais os Andradas da segunda geração, meu pai, de quem tenho o nome, e meus tios, o segundo Martim Francisco e o segundo José Bonifacio, de outro lado, pela minha família materna, os Lima Duarte, na primeira plana figurando meu tio, o Visconde de Lima Duarte, preso ao primeiro e segundo Affonso Celso por íntima amizade e ligado por laços verdadeiramente paternais à nobre dama, que foi e é a Condessa de Affonso Celso, cuja ausência nesta hora bastante deploro e cujas mãos amigas reverentemente beijo.

Esses Andradas e esses Lima Duarte cedo me incutiram no espírito e me incentivaram no coração a admiração irrestrita e a firme estima pelo jovem Affonso Celso, sobre cujo destino luminoso confiantemente acariciaram, em todas as ocasiões, os mais animadores e grato vaticínios.

O tempo confirmou a segurança desses vaticínios e no decurso dos anos que temos vivido a minha estima e a minha admiração só têm encontrado motivos para mais crescer, descortinando-se aos meus olhos as páginas da sua existência como sendo das mais ilustres e meritórias de que se possa orgulhar uma personalidade humana.

Eis porque é especialmente intenso o meu regosijo e particularmente grande a minha ufania ao falar nesta magestosa cerimônia, com a qual consagramos, em um importante setor da sua atividade o

vulto proeminente e a tantos respeitos glorioso do Conde de Affonso Celso.

Em 19 de fevereiro de 1912 Affonso Celso foi distinguido, pelo voto esclarecido de consócios ilustres, com a eleição para substituir na presidência do Instituto a figura impar do Barão do Rio-Branco. Dificil herança na altura da qual bem poucos se poderiam elevar.

Rio-Branco foi o sétimo de uma série de brasileiros notáveis, escolhidos para esse elevado posto. Antecederam-no os estadistas Visconde de São Leopoldo, Marquês de Sapucaí, Visconde de Bom Retiro, o historiador Joaquim Norberto, o magistrado Olegario Herculano de Aquino Castro, do Supremo Tribunal de Justiça, o Marquês de Paranaguá.

Não por ser o mais longo e sim pelo motivo da atuação diretora criteriosa, vigilante e efficientíssima, pela razão do prestígio pessoal crescente e da grande projeção social do presidente, o período que coube ao Conde de Affonso Celso por tal forma enalteceu e está enaltecendo a existência do Instituto, que essa fase tem de ser considerada a fase áurea desta instituição, com relevo máximo entre as sociedades sábias do nosso tempo.

Embora haja sido continuamente solicitada sua atividade para tantas outras direções, poudo Affonso Celso, multiplicando-se em esforços, devotar-se absorventemente a esta casa, promovendo-lhe, sem desânimo, nem vacilação, a prosperidade moral e o progresso material, e lhe assegurando, em todas as épocas, a plena realização dos altos e nobres destinos a que o Instituto se dedica.

Os cinco lustros da sua presidência estão assinalados por iniciativas e realizações que amplamente justificaram e engrandeceram a vida do Instituto, cujo subido valor consistirá sempre em ser ao mesmo tempo guarda principal das nossas tradições históricas e uma das nossas mais eloquentes expressões culturais.

Satisfazendo a esse duplo objetivo, a presidência de Affonso Celso promoveu e realizou, em 1914, o 1º Congresso de História Na-

cional, do qual resultou a publicação de cinco volumes de trabalhos; em 1922, o 1º Congresso Internacional de História da América, que publicou nove volumes; em 1931, o 2º Congresso de História, cujos trabalhos compreenderão cinco volumes, dos quais um já publicado; fundou a Escola de Estudos Brasileiros; criou e manteve durante cinco anos a Faculdade de Filosofia e Letras; deu à publicidade os dois primeiros volumes do grande dicionário do Instituto; publicou 43 volumes da nossa Revista, a cuja elaboração sempre assistiu o mais seguro critério; realizou, em 1932, a sessão inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História, do qual estão publicados dois volumes; efetuou constantemente comemorações cívicas; realizou a conferência sobre a ortografia dos nomes geográficos; criou o Instituto Duque de Caxias; incentivou a frequência à sala de leitura pública do Instituto e instalou regularmente o seu museu histórico.

Observando o dever de gratidão para com os beneméritos da pátria, a presidência de Affonso Celso elevou, em 1914, o marco comemorativo da fundação da cidade; inaugurou, no Quinta da Boa Vista, a estátua a D. Pedro II; dirigiu as cerimônias, em 1921, do recebimento dos corpos do Imperador e da Imperatriz; em 1925, a remoção desses despojos para a catedral de Petrópolis, e promoveu a estátua ao historiador Varnhagen, da qual foi lançada ante-ontem a pedra fundamental.

No terreno material, sua presidência valorizou o nosso patrimônio com a construção deste novo edifício, onde estamos instalados desde 1913; com a aquisição do terreno concedido pelo Congresso Nacional, na esplanada do antigo Morro do Senado, com as apólices providas da Faculdade de Ciências Econômicas e com a subvenção que ao Instituto está assegurada pela lei de 18 de janeiro de 1922.

Ainda em demonstração do elevado prestígio a que na sua presidência podemos atingir, cumpre mencionar as visitas, com que a



nossa sociedade foi distinguida, quais a do General Rocca, de Theodoro Roosevelt, do Presidente de Portugal Antonio José de Almeida, do Rei Alberto I e da Rainha Elisabeth, do Presidente da Nação Argentina, Agustin Justo, e do Cardeal Patriarca de Lisboa.

Desvelado pelo Instituto, que sua dedicação na realidade transformou em seu segundo lar, Affonso Celso, assíduo ao seu gabinete de trabalho, só por motivo imperioso falta ao compromisso de presidir as nossas sessões, no correr das quais sua palavra autorizada revela sempre o maior interesse pelos acontecimentos da nossa história.

Por tudo isso, cumpre reconhecer e proclamar que realmente o período áureo da vida do nosso Instituto Histórico e Geográfico foi e está sendo esse da sua presidência para a qual, em hora feliz, obedecendo à mais sábia inspiração, o elegeram os homens que ha 25 anos figuravam no quadro ilustre dos membros da nossa sociedade.

Com a sua benemerência nenhuma outra rivaliza e o seu nome fulgirá, hoje e sempre, através dos séculos, que esta corporação vai viver, como havendo sido, durante um longo período da nossa existência social, a coluna basilar sobre a qual se edificou a prosperidade, a grandeza e o alto renome do Instituto.

Com estas despretenciosas palavras ser-me-ia permitido dar por cumprida a missão honrosíssima que me foi confiada.

Delas transparece o sincero e profundo reconhecimento, por parte de todos nós, sócios do Instituto, diante dos valiosíssimos serviços prestados pelo nosso presidente perpétuo, diante do seu devotamento incessante e abnegado, diante da egrégia autoridade e do inexcédível brilho com que exerce as altas funções de presidente.

Bastariam tais títulos para justificar o quanto nos orgulhamos de ver na presidência tão insigne figura. Mas, ao falar de Affonso Celso, é forçoso não esquecer que outros e mui relevantes motivos existem para que nos orgulhemos de ter ao nosso lado, dentro desta casa, mais de que ao nosso lado — porque acima de nós — um com-

patriota, cujo nome, qual o dele, é efetivamente reverenciado pela opinião nacional, como sendo, em nossa pátria, o de um dos grandes homens do seu tempo.

Na sua meritória, fulgurante e sedutora personalidade florescem, ao mesmo passo, e na mais alta gradação, o jurista prelecionando na Faculdade de Direito, e o homem de letras, fulgindo na poesia, no romance, na história e no jornalismo. A exteriorização de tão notáveis atributos lhe tem garantido e lhe assegura um radioso lugar dentre os maiores cultores em nosso meio, da ciência jurídica e das letras.

Na sociedade patricia a simpatia irradiante de sua pessoa, os primores da sua educação e do seu trato, as cintilações do seu poderosíssimo espirito, a imaculabilidade de seu character, a elevação dos seus sentimentos, a invariavel nobresa de sua conduta, sua carinhosa benevolência, sua inexcédível bondade, tudo isso lhe grangeou, no consenso unânime, uma posição singular de invejavel destaque. Perante a Nação Brasileira, em face da qual o jurista, o homem de letras, o historiador, o jornalista muito valem, o título máximo, porem, que o engrandece é e será o do patriota insigne, que vitoriosamente esplende nas lições do professor e nas páginas do literato, do historiador e do jornalista.

No amor ao Brasil, ninguém provavelmente excede a Affonso Celso.

Votado, inicialmente, à atividade política, a que durante anos com entusiasmo se dedicou, voluntariamente dela se desprendeu, cedendo aos mais nobres imperativos. E esse desprendimento foi peremptório, pois, em 1903, recusou atender a convite que, para reingressar nas posições políticas, a representação mineira autorizada-lhe propôs.

Com a experiência que tenho da vida política, devo dizer que foi um bem para ele e não foi um mal para o Brasil o seu afastamento das lutas que semelhante atividade impõe.

Fora das posições que o governo e a representação popular concedem, Affonso Celso tem podido prestar à sua pátria os relevantes serviços que são do conhecimento geral; e o conseguiu sem as vicissitudes e os sofrimentos de que a política é pródiga e dos quais, mais que muitos, foi ele vítima nos últimos dias do Império.

Sua figura de patriota está consagrada pela opinião nacional e vive aureolada pelo respeito e pela veneração dos seus contemporâneos.

No pressuposto de que por tal forma melhor exprimirei o vosso e o meu juízo, ao mesmo tempo que o conceito do Brasil, sobre o Conde de Affonso Celso, vou invocar um episódio ocorrido em uma sessão memorável do parlamento imperial, precisamente aquela no decurso da qual o Visconde de Ouro Preto se apresentou à frente do célebre Ministério de 7 de junho. Em meio do discurso desse chefe imortal, um deputado, aludindo ao fato de haver Affonso Celso passado a ser pela aceitação do título nobiliárquico, o Visconde de Ouro Preto, aparteou-lhe: “— *Mas mudou de nome*”. O Visconde, sem vacilação, acudiu, dizendo: “— *Mudei, é certo, primeiro porque seria um ato de fraqueza rejeitar um título, quando me foi novamente oferecido, e também porque, graças a Deus, transmiti esse nome a um filho que pode levantá-lo.*”

O juízo nacional, ao considerar a trajetória dessa existência, que vai sendo a do Conde de Affonso Celso, é o de que ele, não tendo sido maior do que o Visconde de Ouro Preto, porque não é possível ser maior do que foi esse glorioso brasileiro — ascendeu, entretanto, até às alturas onde paira o nome grandioso e inarcessível de que é o digníssimo herdeiro.

Sob a impressão desse julgamento, que é o dos seus contemporâneos, e rememorando, embora superficialmente, os serviços prestados, durante um quarto de século, eu saúdo, em nome de todos os consócios, o ínclito presidente perpétuo e o notável compatriota, elevando à Divina Providencia os nossos votos, que serão os dos patri-

cios, para que a sua vida se alongue e para que, por muitos anos ainda, nós, tenhamos, como sócios do Instituto, na direção dos nossos trabalhos, e, como brasileiro, o vejamos, qual até agora, na vanguarda dos combatentes que, sob a inspiração do mais acendrado patriotismo, têm como escopo máximo das suas aspirações e dos seus esforços, o engrandecimento e a glória do Brasil. (*Grandes e prolongados aplausos.*)”

O SR. CONDE DE AFONSO CELSO, depois de saudar o auditório como preclara assembléia, só composta de representantes da longanidade e do cavalheirismo, disse que, intensamente sensibilizado, rogava a todos quantos haviam concorrido para aquela demonstração de simpatia e acatamento, ou melhor, ato de generosa benevolência, acreditassem na perenidade de sua imarcessível gratidão.

Cumpria-lhe, em primeiro lugar, render graças à Providência Divina, mercê da qual, durante um quarto de século de presidência e mais de um lustro de exercício no cargo de orador, isto é, no decurso de trinta e um anos de diretoria, o que lhe confere prioridade de tempo sobre todos os antecessores, não desmereceram as fulgentes tradições da casa, antes, através tantas agitações e contra-tempos, aumentaram, sem interrupção, e, até, em vida propícia foram enaltecidas. Agradece, em seguida, o insigne digníssimo intérprete dos sentimentos do Instituto. E' ele um dos genuínos altos vultos nacionais. Bastava o seu comparecimento para realçar a imponentia da solenidade. Fazendo ouvir a sua voz prestigiosa, suscitadora sempre de interesse e encanto no país inteiro, o Sr. Antonio Carlos convertera a reunião familiar em memorável festa de gala. Não ha hoje no Brasil quem sobreleve S. Ex. nos serviços à coletividade. Magistrado, escritor, professor, tendo occupado com garbo os mais eminentes postos municipais, estaduais, federais, sendo estes últimos os de deputado, *leader* da maioria, senador, ministro de Estado, chefe interino da Nação, presidente da Constituinte, onde à sua atuação habil e enérgica se deve pri-

macialmente a vigente lei básica, S. Ex. representa a individualidade, não já do Brasil como, talvez, da América, com maior experiência de negócios políticos e administrativos, revelando, a cada passo, a par da vida particular modelo, equilíbrio, retidão, nobreza moral, múltiplas capacidades que lhe incrustam o nome, qual astro de primeira grandeza, na constelação andradina, honra de nossa terra.

Se São Paulo se ufana de ser o berço da grei gloriosa, cabe também a Minas o desvanecimento de a ter reflorescido. Mineiro, honrava-se, sobremodo, o orador do vínculo terrantez e da espécie de contra-parentesco que, com afeto e admiração, sem limites, o prendiam ao Sr. Antonio Carlos.

Agradecia mais o concurso leal, devotado, efficientíssimo de seus queridos colegas na gestão, especialmente de Ramiz Galvão e Max Fleiuss, a seu lado, como força máxima, desde o princípio, bem como de Manoel Cicero, que, mais de uma vez, vantajosamente, o substituiu, de Tavares de Lyra, e Rodrigo Octavio, sem esquecer o mais recente — Radler de Aquino; todos de mérito e zelo notáveis.

E que dizer da solidariedade, concórdia, estima recíproca, diligência dos consócios, unânimes no empenho de trabalhar para lustre da corporação, merecedora do título de grande família exemplar?

Tais predicados, exercidos em ambiente de serenidade e elevação excepcionais, produziram os assinalados triunfos do Instituto, vai para quasi um século, em prol das duas sublimes entidades: Ciência e Pátria.

Formulava preces e votos vivíssimos para que jamais esmorecessem, antes se avigorassem, na continuidade do tempo, esses sentimentos e impulsos, de modo que, imitando a propecta longevidade do venerando decano e patriarca, orador perpétuo, e a exímia prestância, opulenta de nobres iniciativas, do também perpétuo primeiro secretário, possam todos ultrapassar os felizes resultados co-



lhidos pelo orador nas duas décadas e meia de applicação da única deveras recomendavel qualidade que possui: a boa vontade.

Meus caros consócios — concluiu — confrades, companheiros de jornada, irmãos de armas, correligionários de crença e ideal, e, sobretudo, bons e grandes amigos, o Supremo Árbitro das Cousas, Aquele que tudo discerne e aquilata, até nas mais íntimas intenções, vos outorgará, de certo, o galardão merecido, pelo inestimavel benefício dos momentos, nos quais tão magnanimamente me exalçastes, e, ao mesmo tempo, me encheistes de inefavel confusão.

No termo de dilatado e afanoso percurso, despojado de quaisquer aspirações e esperanças terrenas, todo em declínio, nutro, entretanto, ainda alta ambição, prêmio e glória dos meus esforços: a de continuar a merecer, até ao fim, a estima de homens como Antonio Carlos e a afetuosa confiança de consciências, quais a que formam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (*Muitos e prolongados applausos.*)

Inaugurou-se em seguida no salão de sessões a placa comemorativa do acontecimento, cuja inscrição foi feita em latim pelo ilustrado sócio, desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira e o trabalho artistico pelo aplaudido escultor patricio professor Corrêa Lima.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, servindo de 2º secretário.

## PESSOAS PRESENTES, TELEGRAMAS E CARTAS

No recinto, em logares especiais, a convite da presidência, sentaram-se: General Estigarribia, Ministro Ataulfo de Paiva, Ministro Hermenegildo de Barros, Almirante Souza e Silva, a família do Conde de Affonso Celso, os representantes da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Academia Brasileira de Letras.

Entre as pessoas presentes achavam-se: Drs. Pirajá da Silva, Leopoldo Feijó Bittencourt, viuva Machado Bastos e sobrinha. Au-



gusto Malta, capitão Torres Homem, Filinto de Almeida, Deoclecio de Campos, Augusto de Lima Junior, Raul Pedroza, Alcides Bezerra, Urbino Vianna, Irapoan Potyguara, Plinio Pinheiro Guimarães, M. A. Teixeira de Freitas, Saladino de Gusmão, Hilton Fortuna, general Pantaleão Pessôa, Julio Cesar Chaves, major Pery Constant Bevilaqua, João Ribeiro Mendes, comandante Cesar Floriano Xavier, Castilho Goycochea, acadêmico Celso Vieira, Paulo Azevedo, coronel Francisco José Dutra, Alvaro de Souza de Macedo, Marcilio de Lacerda, Renato de Paula, general Tasso Fragoso, Antonio Austregesilo, Viçoso Jardim, João de Deus Cabral, Octavio Pinto, general Borges Fortes, Dr. Paulo José Pires Brandão, Magalhães Corrêa, Garcia Junior, professor Francisco Pinheiro Guimarães, Custodio da Silva Braga, José Affonso Bandeira de Mello, Gastão Penalva, Benoni da Veiga, Anna Amelia e Marcos Carneiro de Mendonça, diretoria do Club do Estudante do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho.

O Sr. Fleiuss, 1.<sup>o</sup> secretário perpétuo do Instituto recebeu o seguinte telegrama dos Srs. Drs. Leonardo Macedonia e Eduardo Duarte, respectivamente, presidente e secretário do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul:

“Instituto Histórico, Silogeu, Lapa — Rio de Janeiro — O Segundo Congresso de História e Geografia sul-riograndense, hoje instalado, sob os auspícios do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, em comemoração do segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande, acolheu por aclamação a indicação mandando inserir na ata um voto de louvor à pessoa veneranda do Conde de Affonso Celso, glória nacional, pela dilatada permanência de 25 anos à frente dos destinos do glorioso Instituto Histórico, cuja obra benemerita tanto envaidece o patriotismo brasileiro. — *Leonardo Macedonia*, presidente. — *Eduardo Duarte*, secretário.”

— Da cidade do Rio Grande a diretoria do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul dirigiu ao Conde de Affonso Celso o seguinte telegrama:

“O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por sua diretoria aqui presente, para instalar o 2º Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, comemorativo do segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande, saúda máxima efusão benemérito presidente pelo quarto de século escoado na suprema direção brilhante do Instituto, veneranda associação, cuja existência tanto exalta o patriotismo brasileiro. Saudações respeitadas. — *Eduardo Macedonia*, presidente. — *Eduardo Duarte*, secretário perpétuo.”

O Sr. 1º secretário recebeu da PRÓ-ARTE o seguinte ofício:

“A diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Avenida Augusto Severo n. 4. Saudações — A diretoria da Pró-Arte tem a subida honra de, em nome próprio, como em nome de seus sócios, apresentar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os seus cumprimentos e as suas mais calorosas felicitações por ocasião do 25º aniversário da presidência do Sr. Conde de Affonso Celso, que esse Instituto celebra no dia 19 do corrente mês. Formulamos assim os nossos votos sinceros para a felicidade perene do insigne presidente dessa grande instituição que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para os dignos componentes da sua diretoria. Aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de nossa elevada estima e consideração. Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 1937. — *Theodoro Heuberger*.”

— Do Sr. Dr. José Bonifacio, Embaixador do Brasil na Argentina e sócio do Instituto, recebeu o Sr. Conde de Affonso Celso o seguinte telegrama:

“Conde de Affonso Celso. Instituto Histórico. — Ao eminente brasileiro e querido amigo, brilhante continuador de um grande

nome, ambos gloriosos para o Brasil, envio os mais sinceros parabens pelas merecidas homenagens, às quais me associo cordialmente.  
— *José Bonifácio de Andrada e Silva*, Embaixador do Brasil.”

— O Sr. Dr. Ramiz Galvão, orador perpétuo do Instituto, que se encontra hospitalizado na Casa de Saúde São José, enviou sinceras saudações ao Sr. Conde de Affonso Celso, com a asseguuração de seu apoio às manifestações que lhe são hoje prestadas.

— O Sr. Presidente Epitacio Pessoa comunicou-se com o Sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo, e declarou que por se encontrar enfermo não lhe era possível comparecer, mas se associava de coração às justas manifestações feitas ao Sr. Conde de Affonso Celso.

— Justificaram a sua ausência, por motivo de força maior, os sócios Srs. capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino, tesoureiro, comandante Carlos da Silveira Carneiro, Dr. Laudelino Freire e também o Ministro Edmundo Lins, presidente da Corte Suprema.

— Do consócio Sr. Pedro Calmon, sócio efetivo, recebeu o Sr. Max Fleiuss o seguinte telegrama:

“Baía, 19 — Solidário com as justas homenagens prestadas ao Conde de Affonso Celso, peço transmitir ao querido presidente afetuosas congratulações.”

---

Por motivo das manifestações pela passagem do 25º aniversário de sua eleição para o cargo de presidente do Instituto Histórico, o Sr. Conde de Affonso Celso recebeu, a 19 do corrente, telegramas das seguintes pessoas:

Príncipe D. Pedro de Orleans-Bragança, Cardeal D. Leme, Presidente Arthur Bernardes, Ministro da Polônia, Roquette Pinto, Monsenhor Amador Bueno de Barros, Ranulpho Bocayuva Cunha, professor Raul Lino, Nelson de Senna, Sebastião Nogueira da

Silva, Luiz Alvarez Marcano, Alvaro Pereira e senhora, desembargador Vieira Ferreira, Carlos Augusto de Miranda Jordão, João Lustosa, embaixador Martinho Nobre de Mello, D. Amélia Rezende Martins, Dr. Luiz Novaes e D. Maria Cecília Novaes, Dr. Ruy Pinheiro Guimarães, Dr. Domingos Barbosa, Dr. Couto Fernandes, viuva Dr. Augusto de Lima e netos, general Azeredo Coutinho e senhora, Dr. M. A. da Motta Maia, Dr. Dulphe Pinheiro Machado, Dr. Osório Dutra, Centro de Ciências de Campinas, D. Elfrida Niemeyer, Dr. Vilhena de Moraes, Dr. Levi Carneiro, comandante Lucas Boiteux, general Teixeira de Freitas, Dr. Salles Guerra, Dr. Magalhães Castro, Dr. Octávio de Britto, ministro Alfredo Valladão, Dr. Ademar Tavares, Dr. Heitor Beltrão e senhora, comandante Henrique Fleiuss, João Luso, Dioclecio de Campos, Moreira Guimarães, professor Ferreira de Souza, deputado João Penido, Dr. Claudio de Souza, Dr. Roberto Jordão, Dr. Mac Dowell da Costa, Dr. Zeferino de Faria, Dr. Carlos Ferreira de Almeida, Dr. Randolpho Chagas, Dr. Affonso d'Escagnolle Tau-nay, João Lustosa, Dr. Alcides Bezerra, Dr. Herbert Moses, Dr. João da Costa Ferreira, Dr. Raul Leitão da Cunha, Dr. Canabarro Reichardt, comandante Eugênio de Castro, embaixador Regis de Oliveira, Federação Acadêmica de Letras do Brasil, coronel Souza Docca, Dr. Rodolpho Sá Earp, Dr. Saul de Gusmão, deputado Barreto Pinto, Azeredo Netto, Carlos Augusto de Miranda Jordão, Jorge de Lima, Horácio Andrade, Dr. Vilhena de Moraes, Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva, Pereira Lessa, Anna Amélia e Marcos Carneiro de Mendonça, diretoria do Club do Estudante do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho, Dr. Benoni da Veiga, Glorinha de Frontin, Moniz Freire, Dr. Olyntho Botelho, Dr. Louzada, Dr. Mario Mello, lente de Ciências de Campinas.

---

A requerimento do deputado Barreto Pinto, a Câmara dos Deputados congratulou-se com o Conde de Affonso Celso pelo seu jubileu presidencial no Instituto.

## ANEXOS À ATA DA SESSÃO DE 19 DE FEVEREIRO — NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Na sessão realizada a 18 do corrente, o Sr. Ministro Ataulpho de Paiva, presidente da Academia, disse o seguinte:

“Cumpro o grato dever anunciando à Academia que amanhã completam-se vinte e cinco anos que o sucessor do Barão do Rio-Branco, nosso preclaro confrade Sr. Affonso Celso, assumiu a presidência do Instituto Histórico do Brasil.

Não preciso dizer o quanto essa data deve ser motivo de verdadeiro júbilo para a nossa Companhia. Por entre fortes e verdadeiras aclamações, o conspícuo brasileiro ascendeu àquela nobre eminência na qual se notabilizaram figuras representativas da nossa pátria, e durante um quarto de século — a data de amanhã nô-lo confirma — ocupando a poltrona de mercê honorífica que relembra pela dignidade as cadeiras de marfim em que outrora se sentavam os magistrados de Roma, soube galhardamente irradiar os primores da sua sabedoria, o seu engenho e o seu desvelado amor pela nossa terra.

Quando recentemente, ao mando da Academia, tive que rememorar os traços da vida das letras e da política do Barão de Loreto, fui levado a defrontar com um paralelo — poderia o Conde de Affonso Celso figurar conjugado na mesma medalha que a gratidão nacional mandasse cunhar em homenagem não só à intellectualidade, mas também ao character. O mesmo diamante de irisões fulgurantes, ficou irmanado em idêntica attitude nobilíssima de fidelidade e renúncia — esplêndida lição de altivez e compostura, que também a esse título os classificou como duas figuras no patrimônio moral do Brasil. E o Barão de Loreto não chegou a elevar-se à presidência do Instituto Histórico. Consinta a Academia, como homenagem de regosijo especial, como preito de sincera admiração e como expressão de solidariedade espiritual, que eu nomeie uma



comissão composta dos Srs. Roquette Pinto, Helio Lobo, Rodrigo Octavio, Celso Vieira, Rodolfo Garcia e Filinto de Almeida, encarregada da nossa representação junto à sessão comemorativa e atos solenes que se vão celebrar em honra do mais graduado titular do Instituto Histórico. Erguendo-me neste momento e fazendo um apelo aos Srs. Acadêmicos, bem sabendo do seu unísono pensamento, eu os convido a que em igual atitude saudemos com uma salva de palmas o grande brasileiro.”

Todos os acadêmicos, de pé, manifestaram sua solidariedade a essa alta e excepcional homenagem prestada ao antigo presidente da Academia e um dos seus fundadores.

O Sr. Affonso Celso agradeceu as palavras do Sr. presidente e as palmas dos confrades, que, ainda uma vez, o distinguiam com essa demonstração de afeto e carinho. Sensibilizavam-no especialmente as expressões cordiais do Sr. Ataulpho Napoles de Paiva, de cuja amizade se honra ha longos anos e ao qual o prendem até laços de parentesco. Aos seus confrades, sempre tão generosos para com o orador, não tinha, no momento, expressões suficientes para traduzir toda a sua gratidão.

## VARNHAGEN

Lançamento, em 17 de Fevereiro de 1937, da primeira pedra do monumento que o INSTITUTO levantará em homenagem a Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto-Seguro) nos jardins da Praça Paris.

Realizou-se no dia 17, às 16 horas, no local concedido pela Prefeitura, o lançamento da pedra fundamental do monumento que, por iniciativa do Instituto Histórico, vai ser erigido nesta cidade a Francisco Adolfo de Varnhagen, o maior dos nossos historiadores.

Foi escolhida essa data por ter sido a 17 de Fevereiro de 1816 que nasceu em São João de Ipanema o futuro Visconde de Porto Seguro.



O SR. LAFAYETTE SILVA, chefe da Secretaria do Instituto, leu os seguintes documentos:

“Às dezesseis horas do dia dezeseite de Fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, centésimo vigésimo primeiro aniversário do nascimento do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, no lugar designado pelo senhor cônego Olympio de Mello, prefeito interino do Distrito Federal, nos jardins da Avenida Augusto Severo, foi colocada a primeira pedra do monumento que será erigido ao mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, trabalho do escultor patricio professor José Octavio Corrêa Lima e um dos números do programa aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República e Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para as comemorações do centenário do Instituto, em vinte e um de Outubro de mil novecentos e trinta e oito. Para constar foi lavrado este termo por mim, Lafayette Silva, chefe da Secretaria do Instituto, que é assinado por todas as pessoas presentes e do qual foram tirados seis exemplares para os seguintes fins: um para ficar encerrado na base do monumento, dois para o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um para a Prefeitura do Distrito Federal, um para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e um para o Arquivo Público Nacional. — *Lafayette Silva*. — *Conde de Affonso Celso*, presidente perpétuo do Instituto Histórico. — *Cassiano Tavares Bastos*, pelo Prefeito do Distrito Federal. — *João Mello*, pelo Ministro da Educação. — *Major Mario Teixeira Santos*, pelo Chefe de Polícia. — *Manoel Cicero*. — *Max Fleiuss*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *Antonio Leoncio Pereira Ferraz*. — *Rodolfo Garcia*, diretor da Biblioteca Nacional. — *Eugenio de Castro*, diretor do Instituto Cairú. — *Leopoldo Feijó Bittencourt*. — *Alfredo Ferreira Lage*, diretor perpétuo do Museu Mariano Procopio. — *Ataulpho Napoleão de Paiva*, presidente da Academia de Letras. — *Henrique Schüller*, presidente interino do Instituto Teuto Brasileiro de Alta Cultura. — *Evaristo*

*Bianchini*, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. — *Eustorgio Wanderley*. — Capitão *Floriano Torres Homem*.”

Reprodução do “*Termo de baptismo de Francisco Adolfo de Varnhagen* — Aos dezanove dias do mez de Março de mil oitocentos e dezeseis annos nesta, digo na Capella da Real Fabrica de S. João de Ypanema com licença do Reverendo Vigario Cellado desta baptisou, e pois os Santos olios o Reverendo Capellão Francisco de Paula Mendonça a Francisco filho do Sargento mor do Real corpo de Engenheiros Frederico Luiz Guilherme Varnhagen, e de sua mulher Dona Maria Flavia de Sá Magalhães cujo inno-cente nasceo aos dezasete de Fevereiro, padrinho o Excellentissimo Conde de Palma Governador e Capitão General desta Capitania Dom Francisco de Asis Mascarenhas, solteiro, por Procuração, que em seu nome apresentou o Reverendo Sub-diacono Antonio de Azevedo Veiga de que faço este assento, que assigno. — O Cor. *Antonio Dias Ferreira*.”

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO, presidente perpétuo do Instituto, pronunciou, em resumo, estas palavras:

“O ato inicial das comemorações, aprovadas pelo Chefe da Nação, com que o Instituto Histórico festejará o próximo centenário de seu funcionamento, era aquella solenidade: — o lançamento da pedra angular da estátua de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, na data do seu natal, occorrido a 17 de Fevereiro de 1816; é trabalho do laureado professor Corrêa Lima, que já embelezou a cidade com dois monumentos, o de um herói na destruidora arte bélica e o de uma sumidade na pacífica indústria construtiva — a do almirante Barroso e a do engenheiro Teixeira Soares.

O Instituto, agremiação essencialmente patriótica, cultora da História e da Geografia, prestava, assim, expressivo tributo, como do mesmo gênero o prestara a José Bonifacio, o Patriarca, e a D. Pedro II, o Magnânimo, ao seu preclaro consócio, devotado amigo

do Brasil, ilustre letrado, cronologista, dramaturgo, romancista, biógrafo, matemático, geógrafo, e, acima de tudo, grande historiador.

Grande historiador — equivale a grande homem de Estado. O mais antigo dos historiadores foi também libertador de seu povo, seu condutor à Terra Prometida, seu sublime legislador, o autor do PENTATEUCO — Moisés. :

Na primeira glorificação pública de Varnhagen, mandava a justiça que se mencionassem nomes ligados ao dele, — os dos revisores e anotadores da terceira edição completa da *História Geral*, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, sem esquecer os de seus principais apologistas, membros do Instituto: Barão do Rio-Branco, Oliveira Lima, Basílio de Magalhães, Max Fleiuss.

Colocando a effigie de Varnhagen, com o benévolo assentimento da Municipalidade, num dos mais lindos e notórios sítios centrais da metrópole magnífica, quer o Instituto dar-lhe significação simbólica: — sugerir ao povo a idéia de que a investigação concienzosa do passado pátrio — lição profícua para o presente, incutidora de auspiciosa confiança no porvir — basta a tornar benemérito da mesma História, imortalizado, quem a isso se consagra, como Varnhagen.”

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 20 DE ABRIL DE 1937  
(SESSÃO 1.627) COMEMORAÇÃO DO DIA DA AMÉRICA

PRESIDENCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

*Primeiro Vice-Presidente*

As dezesete horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Perergino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Augusto Tavares de Lyra, Francisco Radler de Aquino, Virgílio Corrêa Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, Theodoro Sampaio, José Wanderley de Araujo Pinho, Basílio de

Magalhães, José Maria Moreira Guimarães, Manoel Tavares Cavalcanti, Alfredo Nascimento Silva, Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Alfredo Ferreira Lage, José Mattoso Ma'a Forte, Emilio Fernandes de Souza Doca e Helio Lobo.

O SR. MANOEL CICERO (1º *vice-presidente*), abrindo a sessão, disse que deixava de presidir a sessão por motivo de enfermidade o conde de Affonso Celso. Pelo pronto restabelecimento do seu preclaro presidente perpétuo fazia o Instituto sinceros votos, pedindo aos Srs. Ministro Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Radler de Aquino e Virgilio Corrêa Filho, que os transmitissem a S. Ex.

Comunicou, em seguida, que havendo o sócio efetivo Sr. Dr. Luis Felipe Vieira Souto renunciado o cargo de 2º secretário, o Sr. Presidente nomeou para substituí-lo até as próximas eleições e nos termos do n. 3 do art. 30 dos Estatutos, o sócio efetivo Sr. Dr. Virgilio Corrêa Filho.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu das *Ephemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu depois o seguinte parecer da *Comissão de Fundos e Orçamento*:

“A Comissão de Fundos e Orçamento examinou, como lhe competia, o balanço geral de receita e despesa deste Instituto no exercício de 1936 e bem assim as contas e documentos comprobatórios apresentados pelo tesoureiro, nosso digno consócio capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino. Todas as despesas feitas já obtiveram a aprovação do Ministro da Educação, que mandou pagar a primeira parte da subvenção deste ano. Estando tudo conforme, a Comissão é de parecer que o balanço e suas contas devem ser aprovados também pelo Instituto.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1937. — *Rodrigo Octavio*, relator; *Alfredo Ferreira Lage*, *Oliveira Vianna* e *J. Mattoso Maia Forte*.

O Sr. Presidente disse que, nos termos dos Estatutos, esse parecer devia ser discutido e votado na presente sessão.

Posto em discussão, ninguém pediu a palavra, sendo em seguida aprovado por unanimidade.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu depois as seguintes propostas e pareceres:

“Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o desembargador José de Mesquita, escritor de valiosa bagagem literária, que não somente abrange poesia e obras de ficção, merecidamente louvadas pela crítica imparcial, como também ensaios históricos, por meio dos quais vai esclarecendo episódios interessantes do passado nacional.

Entre outros, citaremos:

“O capitão-mór André Gaudie Ley e sua descendência”, com que iniciou o estudo da genealogia cuiabana, continuada por: “Um homem e uma Época”, “Corrêas da Costa”, “Prados e Figueiredos”, “Nobiliário Matogrossense”, “Monsenhor Bento”, “Os primeiros bacharéis matogrossenses”, “O taumaturgo do Sertão”, “O espírito associativo em Mato-Grosso”, “João Penpino Caldas”, “Crimes célebres”, “Da epopéia matogrossense”.

Orador do Instituto Histórico de Mato Grosso, os elogios dos sócios falecidos, que lhe tem cabido proferir, são magníficas orações, em que se harmoniza o bom gosto literário com a firmeza dos conceitos, baseados em cuidadosas pesquisas.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1937. — *Conde de Affonso Celso*. — *Francisco*, Arcebispo de Cuiabá. — *Helio Lobo*. — *Mex Fleiuss*. — *Braz do Amaral*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Barbosa Lima Sobrinho*. — *Alfredo Nascimento*. — *Alfredo Ferreira Lage*.”

Distribuido à Comissão de História, sendo relator o Sr. Sousa Docca.



— “Nossos Estatutos em seu artigo 7 dizem: “sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia”.

Enquadram-se perfeitamente nessas disposições os nossos sócios efetivos Srs. Afranio de Mello Franco e Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Elevá-los, pois, a honorários será um ato de reconhecimento aos seus grandes méritos.

E para o preenchimento das duas vagas de efetivos indicamos os Srs. Herbert Canabarro Reichardt, autor de numerosos trabalhos de carater rigorosamente histórico, como o relativo a Bento Gonçalves, apresentado ao nosso segundo Congresso de História Nacional, realizado em 1931 e pelo mesmo aprovado, e Leopoldo Feijó Bittencourt, bisneto do Visconde São Leopoldo, nesse primeiro presidente, que com alto critério vem estudando pelas colunas do *Jornal do Comércio* o arquivo do Instituto já tendo publicado onze artigos sobre esse assunto, sendo especialmente notáveis os relativos aos papéis de José Bonifácio, *O Patriarca*.

Rio, 7 de abril de 1937. — *Alfredo Nascimento*. — *Basilio de Magalhães*. — *Max Fleiuss*. — *Radler de Aquino*. — *Virgílio Cerrêa Filho*. — *Barbosa Lima Sobrinho*. — *Helio Lobo*. — *Braz do Amaral*. — *A. L. Pereira Ferraz*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Souza Docca*.

Distribuido à Comissão de História, sendo relator o Sr. Souza Docca.

#### PARECERES

“A Comissão de História, tomando conhecimento da proposta que indica para sócios efetivos os Srs. Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bittencourt e para correspondente o Sr. José de Mesquita, entende que as mesmas devem ser aprovadas.



O Sr. Herbert Canabarro Reichardt tem publicado trabalhos de incontestável merecimento, sobresaindo o que ofereceu ao Segundo Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto, em 7 de abril de 1931, julgado encomiadamente pelo mesmo Congresso.

ben  
O Sr. Leopoldo Feijó Bittencourt vem estudando em dez longes artigos críticos, inseridos no *Jornal do Comércio*, a composição do Instituto, sua existência e seus arquivos, com especialidade os relativos aos documentos que o Instituto possui de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, constituindo esta série, ainda não concluída, minucioso e esclarecido exame que enaltece a riqueza da nossa Companhia.

O Sr. Leopoldo Feijó Bittencourt tomou parte do 1º Congresso de História da América, tendo apresentado ao mesmo a memória "Evolução da eloquência parlamentar" que foi relatada pelo Sr. Adrien Delpech, tendo assinado o parecer mais os Srs. Eugenio Villhena de Moraes, presidente, E. Martinenche, L. Gentil, E. Egas, F. Nery. Relatou a tese apresentada pelo Sr. Heitor Lyra e outras.

Ha referências ao Dr. Leopoldo Feijó Bittencourt a págs. 129, 130, 131, 132, 133, 134, 153, 154, 155, 164, 167, 168, 174, 175, 176 do 1º volume dos Anais desse Congresso.

Quanto ao Sr. José de Mesquita é suficiente compulsar as suas obras, todas de valor.

As propostas, pois, se impõem aos aplausos da Comissão de História.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1937. — *Souza Doca*, relator. — *Max Fleiuss*. — *Helio Lobo*. — *Basilio de Magalhães*."

— "A Comissão de Admissão de Sócios nada tem a opor a proposta, apresentada por doze consócios, elevando a honorários os sócios efetivos Srs. Afranio de Mello Franco e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, julgando-os inteiramente merecedores da mesma distinção.

Opina, da mesma forma, quanto à eleição para sócios efetivos dos Srs. Herbert Canabarro Reichart e Leopoldo Feijó Bittencourt, e bem assim do Sr. José de Mesquita para correspondente. R'io de Janeiro, 19 de abril de 1937. — *Ramiz Galvão*, relator. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Theodoro Sampaio*."

— Ficou este parecer para ser votado na primeira sessão.

O SR. MANOEL CICERO, (1º *vice-presidente*) disse:

"Celebrar o Dia Pan Americano constitue um dever que o Instituto Histórico se impôs e a que hoje dá cumprimento, ainda que por justo motivo o não houvesse realizado a 14.

Tem-no feito desde 1933, quando coube ao eminente consócio Ministro Rodrigo Octavio efetuar notavel conferência.

Consagração da harmonia, do mútuo entendimento, da confraternidade, da solidariedade entre os povos americanos, proporciona-lhes o Dia da América a oportunidade de reafirmar cada ano os seus propósitos de cooperação, exprimir o seu ardente desejo de permanente concórdia e renovar os seus anhelos no sentido de paz inalteravel e perene.

O Instituto Histórico faz os mais fervorosos votos para que os povos da América estreitem ainda mais os laços que os unem e cada vez mais procurem traduzir em realidade o ideal pan-americano.

Vae desta vez dissertar sobre o pan-americanismo o professor Basilio de Magalhães, a quem o Instituto, de que é ele sócio benemérito, já deve assinalados serviços e a cujo nome nada é necessário acrescentar para exaltar o seu brilhante espírito e a sua vasta cultura.

Para a aproximação das nações americanas por meio de solução pacífica das questões de limites ninguém contribuiu mais poderosamente do que o Barão do R'io-Branco. Antigo presidente deste Instituto, o seu nome é de justiça seja aquí lembrado no seu aniversário natalício, quando se celebra o Dia Pan-americano, como o de

um dos obreiros que têm trazido maior contingente para essa construção monumental que é a Paz entre os homens da América.

Dava a palavra o Sr. professor Basílio de Magalhães”.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES, da tribuna, realizou a seguinte conferência:

## DIA PAN-AMERICANO

Bem reconheço, Srs., não ser pequena a minha responsabilidade, ao tratar, neste momento, do Dia Pan-americano, porque o magno assunto já foi objeto de eruditas formosas orações, pronunciadas desta mesma tribuna, de 1933 para cá, pelos nossos preclaros consócios Srs. Drs. Rodrigo Octavio, Manuel Cicero e Pedro Calmon, nomes que profiro com o mais sincero da minha estima e o mais acendrado da minha admiração. Não me era, entretanto, lícito, — soldado sempre obediente à mais rigorosa disciplina, — desertar da designação com que me honrou o nosso venerando presidente perpétuo, embora eu a considere muito superior ao meu mérito e às minhas forças.

Sabeis, de certo, que o Dia Pan-americano foi fixado em 14 de abril data na qual se aprovou, em 1890, a criação de uma União Internacional das Repúblicas Americanas. Instituiu-o definitivamente, em 7 de maio de 1930, o conselho diretor da União Pan-americana, perante o qual se tornou vitoriosa a proposta do ilustre embaixador do Brasil, Sr. Dr. Silvino Gurgel do Amaral, de ser o mesmo dia, daí em diante, o “símbolo comemorativo da soberania que assumiram as nações americanas e da união vountária de todas elas em uma comunidade continental”. Proclamado oficialmente, para esse altanado fim, pela grande república yankee, e adotado imediatamente por todas as nações do continente colombiano, consagrou-o também o governo do nosso país pelo decreto de 10 de fevereiro de 1931.

Guardião, sempre vigilante e abnegado, das gloriosas tradições da pátria, o nosso quasi centenário e benemérito grêmio, a exemplo

do que tem feito nos anos anteriorese, vem hoje, mais uma vez, unir a sua voz à dos condignos representantes das outras nações da livre América, afim de comparticipar da mais augusta solenidade do calendário cívico do Novo-Mundo e de nela reafirmar os inflexíveis penhores de paz e de amizade, os inequívocos anseios de bom entendimento e de harmonia cordial, em suma, o inabalavel apoio do Brasil à união solidária com todos os demais povos deste nosso hemisfério, em prol da ordem e do progresso da coletividade continental.

O Dia Pan-americano, — nesta hora, tão conturbada e angustiosa, em que se debate, irrequieto, o Velho-Mundo, já em parte assolado por uma crudelíssima luta fratricida e ameaçado de nova e catastrófica conflagração, — representa, portanto, a mais segura esperança da continuidade pacífica de uma das mais belas e fecundas porções da humanidade adeantada, pois simboliza uma espontânea e bem definida liga de nações, dominada pelo consenso de solidariedade continental, iluminada pelos mesmos fúlgidos ideais e colimando o mesmo grandioso destino.

O Dia Pan-americano, enfim, é a realização coronal dos alcançados propósitos e bemfazejas aspirações, que, em meados do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, anunciaram e documentaram, *ad perpetuam rei memoriam*, os espíritos imortais de Alexandre de Gusmão, Simon Bolivar e James Monroe.

Nesta data solene, em que, exultantes de justo regozijo, se congratulam todas as jovens e galhardas repúblicas, surtas no continente de aquem-Atlântico, revelado pelo audaz genovês, devem as nossas almas e os nossos corações render uma tríplice homenagem de elevado respeito e efusivo reconhecimento: ao genial estadista, nosso compatriótico, cuja visão filial e esclarecida traçou as raias da grandeza do Brasil e carregou a primeira pedra para o ciclópico edifício da solidariedade das nações colombianas; ao intrépido guerreiro venezuelano, centauro impetuoso, que libertou quatro povos e fundou uma nova república, tendo ainda tentado formar uma poderosa

Confederação Pan-americana; e ao indeslembrável guieiro da prestigiosa república yankee, o qual, pela oportuna e salutar mensagem de 12 de dezembro de 1823, proclamou a intangibilidade do território e da soberania dos países do Novo-Mundo em face da política.. simultaneamente absolutista e imperialista, das potências da Europa.

Cultuando, por conseguinte, a memória desses tres numes tutelares do Dia Pan-americano, — daremos à simbólica efeméride o seu sentido real, a sua verdadeira e esplendorosa significação.

---

Luminoso embora, foi purpureado de sangue copioso o arrebol da idade contemporânea. Iniciou-se ela com a Grande-Crise do ocidente, destinada a abolir todos os cónóxios privilégios medievais e a tornar realidade a proclamação dos direitos do homem, já exarada, desde 17 de setembro de 1787, na modelar *magna-charta* da primaz das repúblicas americanas, considerada, por isso, uma organização política oclocrática pelos atrasados gonfaloneiros da autocracia européia. Mas a revolução francesa de 1789, embora convenientemente aparelhada, pelos espíritos mais cultos da Enciclopédia, para modificar progressivamente toda a face do planeta humano, não tardou a ser desviada da sua marcha ascencional por um soldado de impulsivo egocismo e desmedida ambição, não inferiores ao seu assombroso gênio militar e à sua singular fortuna política; e, assim, a arrancada vulcânica, encetada pela queda da Bastilha, não poudo atingir à sua radiosa e plena finalidade.

Apavoradas pelas fulminantes incursões do guerreiro formidável, — que, durante quinze anos, “triturou gerações”, “pisando o ventre das nações”, consoante os candentes e magníficos “*Iambes et poèmes*” de Barbier — as potências européias, que tomaram parte no Congresso de Viena de 1814-1815, mal se viram libertas do tremendo espantallo, posto em expiação no rochedo esteril de Santa Helena, arvoraram sem demora um novo principio de organização etnico-



política e tramaram uma nova instituição místico-política, tudo com a mira de conjurarem novos e não menos cruentos perigos, quais os que lhes havia causado a sinistra e malograda aventura napoleônica.

O princípio foi o das “nacionalidades” e a instituição foi a “Santa-Aliança”.

Houve e ha ainda quem acredite ser cíclica a trajetória social da humanidade. Com efeito, seria curioso comparar, por exemplo, os horrores da guerra carlista e os da luta atual da mesma Espanha, espacejados por uma centúria de anos, assim como os dilatados e calamitosos conflitos que se desencadearam no mundo cultural, durante o primeiro quartel do século XIX e durante o primeiro quartel do século XX. O pan-slavismo, o pan-germanismo e o pan-italianismo, ideais que surgiram como reação à orgia de sangue de Bonaparte, e que não puderam transmudar-se em realidade cem anos atrás, aí estão agora em plena ressurreição e constituindo para a paz de toda a humanidade a mais séria das ameaças. A Santa-Aliança, a seu turno, foi substituída por uma Liga das Nações, sem dúvida moldada por preceitos mais adeantados, mas, até ao presente, pouco operante ou de todo inoperante, em relação à maior parte dos excelsos objetivos para que foi criada.

Não ignorais, senhores, que a Santa-Aliança, firmada em 14-26 de setembro de 1815, foi primeiramente uma Tríplice-Aliança (Áustria, Prússia e Rússia), em seguida uma Quádrupla-Aliança (pela entrada da Inglaterra, em fins do mesmo ano) e por derradeiro uma Quíntupla-Aliança (com a inclusão da França, em 1817). Não ignorais que ela foi habilmente manejada pelo chanceler austríaco, Metternich, que a transformou na mais pronta e mais eficiente das armas contra as correntes liberais, especialmente contra as levas de broquéis do constitucionalismo, oriundas das mesmas centelhas com que a Enciclopédia acendera a deslumbrante explosão da Grande-Crise de 1789. Não ignorais que a atividade diplomática de Metternich se patenteou nos entendimentos de Carlsbad e Aix la-



Chapelle, nos congressos de Troppau (1820) e Laybach (1821), em que se decidiu a escravização da Itália ao despotismo interno, e ao jugo externo, e, finalmente, no congresso de Verona (1822), em que, com o apoio de Chateaubriand, se resolveu restaurar o domínio ibérico em todo o Novo-Mundo, tendo sido encarregada a França de restabelecer o absolutismo de Fernando VII na Espanha, o que, por ordem de Luis XVIII, realizou o duque de Angoulême, em 1823, à frente de um exército de 100.000 homens. Porrou-se Portugal à intrusão dessa avalanche santa-aliancista, graças à proteção da Grã-Bretanha, a que se achava politicamente e economicamente enfiado pelos pactos de 1810 (celebrados nesta cidade do Rio de Janeiro, então sede de toda a monarquia lusa), os quais haviam substituído o famoso tratado de Methuen, de 1703. Não ignorais que às astuciosas manobras da Santa-Aliança, — a qual, como ficou recentemente provado, chegou a pensar em transferir para o trono da Grécia o nosso d. Pedro I, — foi que deveu o Brasil o retardamento, por tres anos, do reconhecimento da sua independência por parte de Portugal. Não ignorais, enfim, que à mesma fatídica Santa-Aliança foi que se deveu a prolongação, até à batalha de Ayacucho, travada em 9 de dezembro de 1824, da portentosa contenda em que, no píncaro majestoso dos Andes, Bolívar, San Martín e O'Higgins, condores da liberdade e da democracia, completaram a obra titânica, iniciada por Washington na América inglesa.

Era, pois, natural que Bolívar, acompanhando o desdobrar dos acontecimentos da Europa, cogitasse de uma alta providência, destinada a assegurar, pelos tempos em fora, a conquista hemérica do seu braço e da sua inteligência, e para a qual contara com a bravura e a abnegação de tantos e tão dignos colaboradores. Foi por isso que em 1818, dando mais apreensível forma a delineações que já havia esboçado em 1812 e 1815, projetou (em carta a Pueyrredón, então chefe-supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata) “el pacto americano que, formando de todas nuestras repúblicas un cuerpo

político, presente la América al mundo con un aspecto de majestad y grandeza, sin exemplo en las naciones antiguas. La América así unida, si el cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la Reina de las Naciones y la Madre de las Repúblicas”.

Foi animado por esses mesmos supernos anhelos que o Libertador, uma vez batidos os espanhóis em Ayacucho, promoveu a reunião do congresso do Panamá, convocado em 1824, mas somente realizado em 1826. A celebre assentada, que mereceu do nosso eminente consócio Sr. Dr. Manuel Cicero a sugestiva denominação de “congresso anfictionico”, apenas se dirigiram os representantes da Colômbia, do Perú, do México e da América Central. Não puderam tomar parte nela, nem o enviado do Brasil, conselheiro Teodoro José Biancardi, nem nenhum embaixador yankee. Entretanto, o Brasil desejava manter as melhores relações com o Libertador, como se vê dos documentos coetâneos (Antonio Pereira Pinto, “Política tradicional”, 1871, págs. 27-28), tanto que se apressou a reconhecer a independência da Bolívia, e John Quincy Adams, então magistrado supremo da república norte-americana, atribuiu ao referido congresso “a mais alta importância, porque interessava não só à felicidade da espécie humana, mas especialmente e diretamente aos Estados-Unidos”, e do seu governo fazia parte Henry Clay, o qual, em 1820, quando presidente da Câmara dos Representantes, já se havia manifestado em favor de uma Liga Americana pró-Liberdade Humana (*Human-Freedom League in America*), em que tomassem parte todas as nações do Novo-Mundo, “da baía de Hudson ao cabo de Horn e do Atlântico ao Pacífico”. Apesar de adiado indefinidamente, o congresso de Panamá constituiu, todavia, um duplo precedente de intuitos políticos e defensivos, pois que a grandiosa mira de Bolívar consistia tanto numa assentada em que se debatessem os interesses comuns aos Estados soberanos da América, quanto numa espécie de anfictionia, em que os mesmos salvaguardassem a sua independência

e a sua liberdade ante as ameaças da Santa-Aliança ou as possíveis agressões de quaisquer potências do Velho Mundo.

A atitude de Henry Clay, acima consignada, e as inspirações de John Quincy Adams, que fora secretário de Estado de James Monroe, áqueles e este defensores estrênuos da liberdade humana, e, mais que tudo, apóstolos convictos e extremados da emancipação política de todo o continente colombiano, influíram, sem dúvida, no ânimo do inolvidavel presidente yankee, para que, em sua mensagem de 12 de dezembro de 1823, declarasse, solenemente e categoricamente, “que o continente americano não seria, dali em diante, objeto de colonização por parte de nenhuma potência européia; que os Estados Unidos não interviriam nas colônias já existentes; e que, quanto aos governos, cuja independência havia sido reconhecida considerava c’o como hostilidade aos Estados-Unidos a intervenção de qualquer potência européia, com o fim de oprimí-los ou dirigi-los”.

Vem a ponto recordar que, excetuada a independência das treze colônias britânicas da América do Norte, a emancipação das demais possessões européias do Novo-Mundo, no primeiro quartel do século XIX, foi consequência, próxima ou remota, da ocupação napoleônica da Península-Ibérica e dos ideais da Grande-Crise do ocidente. Excluídos os Estados do vice-reino do Prata (dois dos quais, a Argentina e o Paraguai, se declararam independentes em 1810 e 1811), o resto do movimento emancipacionista da América luso-espanhola (Chile em 1818, Perú e Nova-Granada em 1821, o Brasil e México em 1822 e Bolívia em 1825), processou-se durante o governo de James Monroe (1817-1825). Continuador da política liberal de Jefferson (1801-1809) e de Madison (1809-1815), que, com pulso firme, haviam dirigido o leme da nau da pujante república yankee na difficil travessia da pavorosa procela napoleônica, Monroe viu, do lado de cá do Atlântico, o esforço hercúleo de um pugilo de bravos, na lida infatigavel de forjar pátrias livres, ao calor do sol dos trópicos, ainda em pertinazes refregas nos altiplanos da cordilheira andina, e, do lado de lá,

do antigo mar Tenebroso, a tenebrosa Santa-Aliança, forjando novas algemas para os povos da América. Daí o seu oportuno grito de imperativo e salvador alarme: — “A América é dos americanos!” Daí a sua mensagem, paládio inviolável da liberdade do Novo-Mundo, revide solene à ameaça do congresso de Verona, formulada no ano anterior, de ser restaurado o jugo ibérico em todas as ex-posseções da Espanha e de Portugal no continente colombiano, e premunição necessária às demais potências européas, que pareciam querer avezar-se a ter as plagas americanas na conta de *res nullius*.

Cerca de oitenta anos mais tarde, isto é, em 1902, formulava Luis Drago, completando nesse particular a doutrina de Monroe, o vitorioso princípio de que nenhuma dívida seria cobrada, *manu militari*, de qualquer nação americana por qualquer potência européa.

Duas novas doutrinas repontaram, em dias mais próximos de nós, na América do Sul, uma de órbita limitada e a outra visando a abranger a imprensa de todo o planeta humano. A primeira foi a “doutrina Suárez” (também chamada “doutrina da harmonia bolivariana”) ou tentativa de confraternização da Bolívia, Colômbia, Equador, Perú e Venezuela (ainda não havia sido reconhecida pela Colômbia a independência da república do Panamá), projetada em 1920 pelo culto estadista colombiano Marcos Fidel Suárez. A outra, surta pouco depois, foi a chamada “doutrina Guevara”, exposta pelo erudito peruano, professor de direito internacional na universidade de Cuzco, Victor J. Guevara, em seu impressionante estudo “Hacia Indolatinia”, com o nobre fito de desalgemar os povos e os homens de todo o mundo adiantado, “que sufren la prisión de la más excelsa y necesaria de las libertades: del pensamiento escrito”.

Mas já tem sido claramente acentuado desta tribuna, pelos insignes oradores que me precederam na apreciação do Dia Panamericano, que o ideal de agora, constitutivo da data-símbolo hoje comemorada, não é o mesmo que animou os ínclitos espíritos de Bolívar e de Monroe. O panamericanismo, esboçado desde a aurora do sé-

culo XIX até ao araiar do século XX, ou seja até à doutrina Drago, era essencialmente político e defensivo, em manifesto contraste com o da atualidade, que é de feição integralmente pacífica.

O panamericanismo de agora, sem visar a nenhuma aliança ofensiva e defensiva de escopo militar, traz somente o iniludível característico de uma convergência de esforços e comunhão de ideais de todos os povos que habitam o continente colombiano, tanto de origem ibérica, quanto de procedência anglo-saxônia, em prol do mesmo objetivo de paz e de progresso, colimando as mesmas finalidades, especulativas e práticas, de cultura espiritual e de engrandecimento econômico, afim de plasmarem e cimentarem, em sereno e fecundo labor, o mais estético e indestrutível dos arranha-céus: o destino do Novo-Mundo.

Ninguém melhor do que Ricardo Alfaro, em sua monografia “A significação do panamericanismo”, sintetizou as causas e o sublimado intuito de tão belo e vitorioso movimento de solidariedade. Com efeito, depois de enumerar-lhe os fatores, — continuidade territorial, semelhança de instituições, interesses econômicos, amor dos princípios liberais e democráticos, comunhão de aspirações internacionais, — eis como traçou ele o panorama complexo e sobranceiro do panamericanismo: “Procura desenvolver e intensificar as relações comerciais, proteger os tesouros da arqueologia americana, fomentar o intercâmbio universitário, promover o melhor conhecimento da produção intelectual dos diferentes grupos ou nacionalidades, fomentar a adoção de medidas para proteção do tráfego marítimo e da saúde pública, honrar a memória dos grandes heróis e bemfeitores do Novo-Mundo, promover a celebração de conferências científicas ou de beneficência, a criação de instituições de utilidade pública, a uniformidade de nomenclaturas, de pesos e medidas, de passaportes, de princípios do direito marítimo e o estudo dos problemas sociais. Trata, enfim, de realizar o grandioso ideal jurídico da codificação do direito internacional, público e privado, de evitar ou prevenir con-



flitos entre os Estados americanos, e de dar a maior amplitude possível ao arbitramento, como único meio civilizado de decidir os conflitos internacionais”.

---

O Brasil, Senhores, é uma das raras nações que se podem orgulhar de ter tido, nos últimos tres séculos, e uma em cada qual deles, tres figuras de maravilhosa capacidade intelectual, tres figuras pinaulares, cuja projeção no mundo culto, honrando-lhes a ínclita memória, honrará perpetuamente a terra privilegiada em que nasceram: Alexandre de Gusmão, no século XVIII; José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca, no século XIX; e Ruy Barbosa, no século XX.

Alexandre de Gusmão, — como o deixou exuberantemente provado o nosso eminente consócio Sr. Ministro Rodrigo Octavio, quer nas suas duas conferências realizadas nas universidades de Paris e Roma, em abril de 1930, quer nas suas lapidares orações, pronunciadas desta tribuna em 1933 e 1934, — foi o verdadeiro idealizador do panamericanismo hoje triunfante.

Os dois conspectos potenciais, que formam o velho instituto jurídico do “*uti possidetis*”, iniciaram sua aplicação ao Novo-Mundo e ao mundo oriental, desde o século XV, em virtude dos grandes descobrimentos territoriais, feitos pelos destemerosos países da Espanha e de Portugal. Assim, a bula “*inter caetera*”, firmada pelo papa Alexandre VI, em maio de 1493 (e que o fino espírito de Francisco I, o “*roi-chevalier*”, comparava a uma espécie de testamento de Adão e Eva, distribuindo o mundo pelas duas potências ibéricas), baseou-se no “*uti possidetis juris*”. A outra feição, a do “*uti possidetis de facto*”, foi o fundamento com que o genial filho da terra paulista, homologando a triplicação da área brasileira do convênio de Tordesillas, efetuada pelos bandeirantes, missionários e criadores de gado, redigiu aquella obra-prima que o senhor doutor Rodrigo Octavio tão expressivamente denominou de “carta política da América latina”, isto é, o tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750.



Esse admiravel pacto foi o primeiro que deu ao Brasil, com ligeiras modificações, a sua configuração e tamanho definitivos. Pouco importa que houvesse sido ele declarado caduco pelo convênio de El-Pardo, de 1761, porque, poucos anos depois, em 1777, outro tratado, o de Santo Ildefonso, ele resuscitava o de Madrid.

Lucubrou-o Alexandre de Gusmão — dí-lo acertadamente o Sr. Dr. Rodrigo Octavio, — “sob a inspiração de um sentimento nitidamente americano, que, pela primeira vez, se insinuava na política internacional”. E esse sentimento era o de paz perpétua, era o de boa vizinhança, era o de respeito aos interesses comuns, como se depreende da notavel cláusula 21 do célebre pacto. Já um poeta e historiador inglês, Robert Southey, que estudou com tanto e tão minucioso carinho a evolução colonial da nossa pátria, havia feito justiça aos soberanos responsáveis pelo tratado de Madrid, declarando que d. João V e Fernando IV tinham chegado muito acima das idéias do seu tempo, elogio que, evidentemente, recai todo sobre a alta sabedoria de Alexandre de Gusmão. Eis o que dispunha o referido artigo 21 do tratado de 13 de janeiro de 1750: — “Sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Magestades Fidelíssima e Católica que, si (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como si não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus Aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissivel; e qualquer presa, que fizerem, será restituída de boa fé e inteiramente”. E, para que esse novo e elevado mandamento político tivesse idôneo resumo e se tornasse patente à luz solar, perante os povos ibéricos da América, ainda determinou Alexandre de Gusmão, nas instruções expedidas para a fixação das fronteiras constantes do pacto de 1750, que em todos

os marcos interlindeiros se inscrevesse a seguinte legenda: “Justitia et pax osculatae sunt!” Essa abençoada divisa, destinada sem dúvida, pelo excelso sonho do seu proponente, a assinalar uma nova era para o mundo adeantado, foi efetivamente gravada nos primeiros postes divisórios, mandados fincar em nosso país pela comissão mixta, encarregada da delimitação da zona do norte, como o testifica Aires do Casal, em sua “Corografia brasílica” (págs. 290-291 do vol. I, ed. de 1817).

A sabedoria, com que traçou Alexandre de Gusmão a cláusula 21 do tratado de 1750, ficou sobejamente comprovada pelos sucessos posteriores. E aqui se me enseja recordar dois fatos da história americana, tornados singulares por motivo da dificuldade de comunicações, então existente entre o Velho-Mundo e o Novo-Mundo. Ainda não existia telégrafo, terrestre ou submarino, nem havia surgido um Santos Dumont.

Como o tratado de Santo Ildefonso houvesse arrebatado a Portugal a posse do território das Missões, conseguida pelo tratado de Madrid, em troca da Colônia do Sacramento, — mal estalou na Europa a guerra de 1801, entre as duas potências ibéricas, logo se engalfinharam também os castelhanos do Prata e os súbditos lusos do Rio Grande do Sul. A campanha no velho continente foi rápida e terminou pela paz de Badajoz, assinada a 6 de junho de 1801, com prejuízo para Portugal, que perdeu a praça de Olivença. Ignorando que as respectivas metrópoles, já vítimas da tréda política napoleônica, se haviam dado as mãos, os espanhóis platinos e os nossos patrícios do extremo-sul tinham prosseguido nas suas sangrentas pelepas. E a isso é que se deve a conquista das Missões, efetuada por dois bravos e inesquecíveis brasileiros, Manuel dos Santos Pedrose e José Borges do Canto, no curto espaço de tempo decorrido entre 3 e 28 de agosto de 1801. Quando os castelhanos de Buenos-Aires e de Montevidéo, reunidos num exército de 5.000 homens sob o comando do marquês de Sobremonte, marchavam para retomar o

vasto território perdido, chegou a notícia do tratado de Badajoz, e isso a 17 de dezembro de 1801, isto é, seis meses e onze dias depois da celebração daquela paz. O outro fato, que apenas se relaciona com o anterior pela dificuldade de comunicações, foi o ocorrido entre os Estados-Unidos e a Inglaterra, na luta de 1812 a 1815, chamada pelos yankees de “segunda guerra da independência”. A paz havia sido assinada em Gand, a 24 de dezembro de 1814, mas a campanha continuara na América, onde ainda se travou o combate de New-Orleans, a 8 de janeiro de 1815, pois a notícia do acordo só chegou ao Novo-Mundo mais de um mês depois de firmado.

Berço do semeador do verdadeiro panamericanismo, tem sido o Brasil uma das nações mais devotadas à paz continental e às mais auspiciosas conquistas do direito das gentes. Das lutas que, depois de independente, se viu forçada a travar, afim de impedir, a bem dos seus próprios interesses e dos mais altos interesses da humanidade, as tres tentativas de restauração, parcial ou total, do antigo vice-reino do Prata, saiu-se a nossa pátria sempre aureolada pelo respeito dos vencidos e pela admiração do mundo culto. Basta dizer que o nosso país foi um dos raros de aquem-Atlântico a não empregar o corso nos seus conflitos internacionais e um dos primeiros a pôr em prática o civilizado princípio do arbitramento, mal este havia surgido como regra jurídica, para maior esplendor do século das luzes. E como si tudo isso não fosse ainda suficiente ao seu anseio de primacialidades em esfera tão elevada, mereceu também ser considerado, na írase do exímio jurisconsulto cubano Sánchez de Bustamante, “o berço da codificação do direito internacional”.

A esse propósito, não podemos deixar de render o tributo da nossa mais profunda admiração a uma brilhante plêiade de egrégios compatrióticos: o barão do Rio-Branco e Joaquim Nabuco, patronos do Brasil para a solução pacífica de seculares e acirrados litígios de fronteiras; Ruy Barbosa, a figura culminante da assembléia de Haia; Gastão da Cunha, Pandiá Calógeras e Rodrigo Octavio, que tanto

fulgor deram à nossa representação na Liga das Nações, assim como fora dela; José Higino, Lafayete Rodrigues Pereira e Eptacio Pessoa, cujos trabalhos concernentes à codificação do direito internacional honram a cultura jurídica do Brasil, da América e do restante mundo cultural.

Não devemos esquecer-nos, na efeméride mais memorável do calendário cívico da América, de que nesta cidade do Rio de Janeiro foram firmados, ha poucos anos, dois pactos da maior relevância para a confraternização do continente colombiano: um foi o tratado anti-bélico, de não agressão e de conciliação, também chamado “pacto Saavedra Lamas”, aquí assinado em 1933, por ocasião da visita do presidente Agustín Justo, e mediante o qual, condenando as guerras da agressão, as altas partes contratantes (ou sejam todas as repúblicas do Novo-Mundo que aderiram, sem tardança, nem vacilações, à iniciativa da Argentina e do Brasil) se comprometeram a solver pelos meios pacíficos, prescritos pelo direito internacional, todas as suas divergências de qualquer espécie; e o outro foi o protocolo de paz, amizade e cooperação, aquí celebrado no ano seguinte (1934) pelos plenipotenciários da Colômbia e do Perú, para a solução pacífica do incidente de Letícia, acordo que muito deveu à eficaz e meritória influência do Sr. Dr. Afranio de Mello Franco, assim como aos bem orientados esforços dos Srs. Victor Maurtua e Urdaneta Arbeláez, aquele presidente da delegação peruana e este presidente da delegação colombiana.

Finalmente, sobredourado o nosso estema de contribuições para o apanágio desta data-símbolo, recordemos a parte conspícua e decisiva que tomou ultimamente o Brasil, representado pelo seu então ministro das Relações Exteriores, sr. dr. José Carlos de Macedo Soares, e seus dignos companheiros de embaixadas, não só na terminação amistosa da longa e sangrenta contenda em que se degladiaram o Paraguai e a Bolívia, como também para o maior brilho e fecundo labor da Conferência de Paz, recentemente realizada em

Buenos-Aires, e que ha de constituir, para sempre, um dos mais rutilantes florões do Dia Panamericano.

Não se realizou, portanto, a profecia injusta e pessimista de Manuel Ugarte, quando, ha cerca de tres lustros, em seu interessante volume “El destino de un continente” (págs. 418-419), se referiu ao que ele chamou “el fracaso del panamericanismo”.

---

Desde muitos anos, srs., ou, melhor, desde o 1º Congresso de História Nacional, convocado e realizado por este Instituto, e do qual resultou o meu trabalho sobre a “Expansão geográfica do Brasil colonial”, ando a deplorar a imensa ingratidão da nossa pátria para com a memória de Alexandre de Gusmão.

Secundando ao meu preclaro amigo e mestre, que é o sr. ministro Rodrigo Octavio, na cruzada em prol do pagamento da enorme dívida em que se encontra penhorada a nossa terra para com o habil diplomata e homem de Estado, que precedeu, em atuação dinâmica propícia ao Brasil, à maior figura portuguesa do despotismo esclarecido, — quero aproveitar o ensejo de ocupar hoje esta tribuna, para dirigir ao Instituto Histórico, e, por meio dele, aos timoneiros da nossa Pátria, um alto apelo, um apelo de quem está vivendo os últimos dias da velhice, como viveu os da longinqua mocidade, a guiar falanges escolares para o culto dos mais nobres deveres cívicos e sociais e para o culto das tradições do Brasil, um apelo, em suma, que não fique, melancolicamente, “vox clamantis in deserto”.

A 13 de janeiro de 1950, isto é, daqui a apenas uma dúzia de anos, vai passar o segundo centenário do tratado de Madrid. Será grave desaire para a nossa civilização e a nossa cultura o continuar em tão indesculpavel olvido o nome do autor daquele pacto incomparavel, o nome do patriarca da diplomacia brasileira, o nome daquele que deu à terra do seu nascimento a extensão gigantesca de que ela goza nesta parte meridional do Novo-Mundo.



A muitas personalidades, mal consagradas ainda pelo juízo inamolgavel da posteridade, tem-se dado a honra de padroar vias públicas, têm-se erguido hermas e estátuas de pleno vulto. Entretanto, ao alicerçador político da grandeza do Brasil, nem no rincão em que viu a luz do dia (o mesmo em que nasceram seu irmão, o padre "Voador", e a gloriosa trindade andradina), nem na metrópole bandeirante, nem nesta capital do Brasil, até agora, ao que me conste, não se ofereceu sequer, naquelas uma rua, para ostentar-lhe o nome benemérito, e nesta uma escultura, que o aponte, na praça pública, às bençams das gerações. A sua iconografia limita-se a um retrato, existente no Museu do Ipiranga, e a um busto, mandado colocar, pelo barão do Rio-Branco, ha cerca de um quarto de século, no interior do Itamarati. Trazemos assim reclusas, num arquivo histórico e num paço ministerial, as duas únicas efígies, que possuímos, do homem que nos deu o Brasil de oito e meio milhões de quilômetros quadrados!

Urge, pois, que, — sob a inspiração e direção deste nosso colendo cenáculo, — se promova, desde já, uma vibrante campanha intellectual em prol da ereção de um monumento, a 13 de janeiro de 1950, nesta capital, a memória do autor do tratado de Madrid.

E é imprescindível que, na base do tal monumento, em caracteres brônzeos que recordem o mais grandioso sonho, a mais ridente utopia de dois séculos atrás, se inscreva a mesma formosa legenda, ditada, para as nossas fronteiras internacionais, por Alexandre de Gusmão, e que, para honra da sua memória e para glória do Brasil, está destinada a ser o lema perpétuo do Dia Panamericano, assim como o resplendente farol com que o Novo-Mundo iluminará a todo o orbe cultural, reptando-o para a mesma humana e decisiva finalidade:

"JUSTITIA ET PAX OSCULATAE SUNT!" (*Prolongados aplausos.*)

Justificou a ausência o sócio efetivo, Sr. Barbosa Lima Sobrinho.



Antes de levantar a sessão, o Sr. Presidente comunicou que no dia 30 deste mês, por ser feriado o dia 1 de maio, o ilustre consócio Sr. Alfredo Nascimento realizará uma conferência sobre a data centenária da natalício do Barão Homem de Mello.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

*Virgílio Corrêa Filho*, 2º secretário interino.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 30 DE ABRIL DE 1937.—  
(SESSÃO 1.628)

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(1º *Vice-Presidente*)

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Braz Hermenegildo do Amaral, Basilio de Magalhães, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Teodoro Sampaio, José Maria Moreira Guimarães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Alfredo Nascimento, Virgílio Corrêa Filho, Alfredo Ferreira Lage, Augusto Tavares de Lyra, Bernardino José de Souza, José Wanderley de Araujo Pinho, Emílio Fernandes de Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco as relativas à data da sessão.

O SR. MANUEL CICERO (presidente) disse o seguinte:

“A sessão tem por objeto celebrar, ainda que com antecipação de um dia, o centenário do nascimento do Barão Homem de Mello, que foi sócio grande benemérito deste Instituto, seu 1º secretário e depois 2º vice-presidente. Tendo entrado para o quadro social em 1859, foi por mais de meio século um dos mais prestantes servidores desta Companhia.

Deputado por São Paulo, presidente desta Província e das do Ceará, do Rio Grande do Sul (durante a campanha do Paraguai) e da

Baía, ministro do Império, professor do Colégio Pedro II, do Colégio Militar e da Escola Nacional de Belas Artes, autor de numerosos trabalhos de valor, entre os quais o *Atlas do Império do Brasil, os Estudos históricos brasileiros* e os *Escrítos históricos e literários*. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Barão Homem de Mello, parlamentar e estadista, professor e homem de letras, geógrafo e historiador, foi um grande brasileiro, um dos nossos compatriotas verdadeiramente dignos do respeito e da admiração dos seus contemporâneos.

Pelos seus nobres atributos morais, pela inteligência, erudição, dedicação à causa pública, serviços realmente prestados à coletividade nos altos postos que foi chamado a ocupar e que sempre soube honrar, ele bem mereceu a veneração que lhe foi tributada e que por certo acompanhará a sua memória.

Acedendo gentilmente ao convite que lhe foi dirigido, falará a respeito dessa personalidade insigne o Sr. Alfredo Nascimento Silva, sócio benemérito e atualmente o segundo, na ordem de antiguidade, dos membros do Instituto, que lhe deve valiosos serviços, figura de relevo na classe médica e nome dos mais considerados na sociedade brasileira". (*Aplausos*).

---

Subindo à tribuna o Sr. ALFREDO NASCIMENTO SILVA fez a sua palestra sobre o *Barão Homem de Mello*.

Quando, transcorridos longos anos de afastamento do púlpito em que brilhara, o grande pregador Frei Francisco de Monte Alverne foi retirado do seu silêncio claustral a instâncias do Imperador d. Pedro II, ao subir de novo os degraus daquela tribuna, começou acentuando, no famoso exórdio da sua oração, que lhe parecia ser estranho aqueles que então o ouviam.

*Si parva licet componere magnis*, direi que também, ao voltar seródio a erguer a voz perante esta seleta assembléia, à injunção do seu

preclaro presidente, sinto-me desconhecido de quantos ora me vêem e estranho aos que me ouvem. E' que, felizmente para estes, já vai longo o meu silêncio aquí.

Trazido pela mão do velho Joaquim Norberto de Souza e Silva, que era meu tio-avô, ingressei neste grêmio ainda bem moço, já lá se vão quasi 47 anos. Por generosidade dos que iterativamente me distinguiram com os seus votos, ocupei a sua tribuna, comemorando grandes datas festivas e gloriosas, desde a do quarto centenário do descobrimento da América até à do quarto centenário do surgimento do nosso Brasil. Dentro desse período, coube-me, por função do cargo, ir prestando homenagem, ao cabo de cada ano que findava, aos companheiros que tombavam, aposentados da vida por compulsória da morte.

Depois, só de quando em quando me tem sido dado aquí voltar, perambulando que fui, aos azares da vida, por vários outros palcos, muito havendo falado, concionado, ensinado e escrito sobre as coisas mais díspares, deparando-se-me ensejo de tracejar perfis biográficos de mais de duas centenas de figuras ilustres do nosso meio e de alhures.

Ao chamamento do prezado presidente, aquí volto hoje encapecido, sentindo-me estranho à maioria de quantos formam agora este grêmio, em que tudo mudou.

Já não é este o recinto daquelle velho convento, cedido pelos frades à residência da rainha louca, que, em 1808, para estas bandas dos seus domínios, entre protestos veementes, como se mais siso tivesse do que os outros, era arrastada pela côrte, espavorida ante a invasão de Junot. Já não é este o vasto salão em que, por perto de meio século, se viu, em presença real, presidindo às sessões do Instituto o vulto venerando do Imperador, que foi envelhecendo com ele, e que, mesmo no exílio em que estoico morreu agigantado, *magni nominis umbra*, dele jamais se deslembrou. Aquí é só em efígie que ele desde então preside às sessões, sempre, porem, venerado e sau-

dosamente lembrado! Não fosse este o tribunal para que ele decaído apelava, dizendo aguardar a justiça de Deus na voz da História.

---

Não cabe aqui hoje um discurso, nem me caberia fazê-lo. Convidou-me o ilustre chefe tão somente para uma palestra a respeito do egrégio brasileiro cujo centenário de nascimento ora se comemora. Só por isto obedeci sem tardança nem constrangimento, porque para mais alta empresa não ousaria abalar-me, receoso de fatigar os ouvidos e embalar até ao sono.

Demais, tenho para mim que passou o tempo dos discursos longos, quilométricos, a Demostenes, Cicero e Ruy Barbosa; morreu a velha retórica com os seus processos, preceitos e figuras, alongando-se em perifrases e ornamentos para revestir o pensamento com as galas da eloquência. A vida velocíssima dos dias que passam, exige concisão, síntese, forma telegráfica, apresentação da idéia mais que nua, esquelética, reduzida a um esquema, e, se possível, resumida numa palavra e até mesmo num gesto. Morreu a eloquência das tribunas, dos púlpitos e das cátedras. Ninguém mais quer ouvir. A fadiga e a distração, se não mesmo, quando possível, a fuga subreptícia, impõem-se logo aos primeiros minutos de uma oração. Mais do que nunca se evidencia a verdade do *esto brevis et placebis*, e do aforismo de Voltaire: *le secret d'ennuyer est celui de tout dire*. Os que contam esgotar um assunto, diz-nos Oscar Wilde, esgotam a paciência dos ouvintes e, como pondera John Lubbock, os que mais falam são precisamente os que menos têm a dizer.

O ideal do orador hodierno, para quem tem de ouvi-lo é a hipersintética concisão dos antigos spartanos. Imitando-os, já entre nós, em um banquete solene, o anfitrião, erguendo a taça, fez aos convivas um gesto de saudação e, sem dizer palavra, findou o mudo discurso de agradecimento; e numa sessão acadêmica, não há muito, já se chegou a reduzir a cinco linhas o elogio histórico a que tinham jus cinco acadêmicos falecidos, figuras todas de grande vulto. Pe-

nitenciando-me, embora, das longuras de outrora com que enfastiei auditórios, nem sequer, no entanto, tentaria atingir a tal perfeição; mas para gáudio dos meus ilustres ouvintes, buscarei aproximar-me dela, da qual aliás já me vou desgarrando.

Pergunto a mim mesmo, sem encontrar resposta, porque teria sido eu lembrado para algo vir dizer sobre a personalidade do Barão Homem de Mello, cujo centenário amanhã se integra, nascido que fôra a 1 de maio de 1837. Não é por havê-lo pessoalmente conhecido porque muitos outros nas mesmas condições, poderiam muito melhor fazê-lo. Basta citar o venerando mestre Ramiz Galvão, desde 1912 perpétuo ocupante da tribuna deste Instituto e que, encarregado de biografar os mortos, a seu respeito brilhante e proficiente discorreu quando lhe coube traçar-lhe o panegírico, consequente ao seu passamento a 4 de Janeiro de 1918. Ao lado dessas páginas do historiador meticoloso e discreto, não cabem mais outras, bastando, para tudo saber-se, recorrer às sete que ficaram registradas no tomo 83 da Revista deste Instituto. Neste momento o que basta é um rápido bosquejo, lembrando-lhe a personalidade e os serviços, como homenagem de veneração, saudade e respeito ao passar a data do centenário que a sua vida não logrou integrar.

Desde a minha meninez, conheci em effigie Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, futuro barão do seu nome. Em casa de meu avô, Gabriel de Medeiros Gomes, que fôra professor do Imperial Colégio de Pedro II, desde o seu início, havia um quadro datando de 1876, hoje em meu poder, com retratos de muitos dos seus docentes, dos quais nenhum mais hoje existe, tendo ao centro o do Imperador.

À sua direita estava o do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Ministro do Império: à esquerda o do Senador José Bento da Cunha Figueiredo, Barão do Bom Conselho, Inspetor da Instrução Pública. Ao alto do quadro figurava o do nosso homenageado de hoje, que exercia a esse tempo interinamente aquele cargo



de Inspetor da Instrução Pública. Orçava ele então pelos seus 39 anos e a larga barba que lhe emoldurava todo o rosto, começava a branquear.

O título de barão Homem de Mello recebeu-o ele por graça imperial, a 7 de julho de 1877, dia em que se inaugurou a linha de 232 quilômetros da Estrada de Ferro Norte de São Paulo, iniciada quatro anos antes e que ia entroncar em Cachoeira com o ramal da de Pedro II, ligando desde então a capital paulista à do Império. Homem de Mello era o Presidente da Diretoria daquela Estrada de Ferro e envidara todos os esforços para levar, como levou, de vencida o grande empreendimento.

Ao ser agraciado com o título nobiliárquico, já sobremaneira se tornara ilustre o prestimoso varão, prestigiado como jurista, historiógrafo, literato, professor, administrador e político.

Paulista de Pindamonhangaba, ultimara em 1858 o curso jurídico na Faculdade da capital da sua então província, e por algum tempo ali exerceu advocacia. Naquele mesmo ano, iniciando ensaios literários, publicava os “Estudos históricos brasileiros”, continuados no ano seguinte nos “Esboços biográficos”, e que logo lhe serviram para ser proposto sócio correspondente deste Instituto sendo eleito na sessão de 3 de junho de 1859. Mais tarde passou a honorário, foi secretário e quando recebeu o título de barão, já era vice-presidente desta instituição desde 1875.

No torrão natal fôra Presidente da Câmara Municipal de 1860 a 1861, e seguindo carreira política, foi sucessivamente Presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, no período da guerra com o Paraguai, e por fim da Baía, em 1878, deixando por todos esses cargos indeléveis traços de alta capacidade administrativa. Por duas vezes, de 1873 a 1881, representou a sua província como deputado à Assembléia Geral Legislativa, e ocupou a pasta de Ministro do Império e interinamente a da Guerra, no gabinete presidido pelo Conselheiro Saraiva, em 1880.



Além da supracitada proveitosa presidência da Estrada de Ferro do Norte de São Paulo e da gestão como Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Côrte, foi diretor do Banco do Brasil.

Desde 1861, mediante notavel concurso, inaugurara vida de professorado, conquistando a cátedra de história antiga e média no Imperial Colégio de Pedro II; mas logo em 1864 dela se exonerava para ir presidir a Província de São Paulo. Quando em 1889 o Ministro Thomaz Coelho fundou o Colégio Militar nesta capital, foi de novo lembrado o ilustre professor resignatário de 25 anos antes, o Homem de Mello assumiu alí a regência da cadeira de história universal, em que por muito tempo se conservou, fazendo-o com a sua grande competência em tal disciplina.

Sete anos depois, o governo da então República, que já o levara a primeira Intendência Municipal, encarregava-o em 1896, de tambem lecionar mitologia de uma cátedra na Escola Nacional de Belas Artes. E, que, entre tantas e tão variadas occupaões da sua vida multifárea, sempre sobretudo propendera e se entregara ao cultivo esmerado das ciências entre as quais merece especial menção o “Atlas do Império do Brasil”, editado em 1889 e reeditado amplificado, 23 anos depois, com a colaboração do seu sobrinho, o Engenheiro Francisco Homem de Mello sob o título de “Geografia-Mapa do Brasil”, de que se fez uma edição escolar. Essa obra constitue precioso contingente do conhecimento geográfico da nossa pátria, complemento do que anos antes fôra organizado pelo Senador Candido Mendes de Almeida.

A extraordinária atividade daquele espírito culto e sempre em ação, foi deixando vestígios por onde passava; mas longo seria traçar a vasta lista dos seus escritos, muitos deles restantes nos anais do Parlamento, nos relatórios das suas administrações, em mapas geográficos, memórias, etc., e dos quais não poucos ilustram as páginas da Revista deste Instituto a que ele emprestou o prestígio

do seu nome durante 60 anos, ufanando-se, enfim, por haver alcançado ser o seu decano.

Correu o tempo e por fim chegaram-lhe a velhice, a viuvez e a cegueira. Quasi desaparecido da sociedade, viveu retraído, só lembrado e frequentado pelos mais íntimos, no meio da sua vasta e riquíssima biblioteca cujas múltiplas páginas, lidas e relidas, lhe passavam então redivivas pela memória fidelíssima, à medida que a catarata lhe tornava opacos os cristalinos, fechando-os à visão do mundo externo.

Era realmente espantosa a memória pronta e fiel do barão, de que fui, como outros, testemunha muita vez. Visitei-o aprazendo-me ouvi-lo e dele aprender, quando a cegueira crescente o retinha nos aposentos que ocupava em prédio da Praça da República, dependência hoje da Assistência Municipal.

Chegava alguém com qualquer dúvida a esclarecer; de pronto ele a resolvia respondendo de memória e a isso se seguia a admirável documentação fornecida.

Incapaz de ver e dificultado de mover-se, indicava ao interlocutor uma determinada estante, o local em que deveria aciar um determinado livro, o seu formato, a côr, o número do tomo, e, quasi sempre, a data da edição, e acrescentava que, mais ou menos a folhas tantas encontraria o que procurava. Em crescente admiração, o consulente abria o volume na página indicada e ouvia-o repetir com fidelidade o texto em questão.

No isolamento daquele ambiente trastejado de livros, não cessava, entretanto, de estudar. Posto que já bem avançada em idade de prestar-lhe valiosa assistência a sua prima Maria da Gloria Marcondes da Costa, que lhe foi providencial amparo naquele eclipse da visão. Era-lhe dedicada caseira, secretária caprichosa e ledora paciente, que lhe escrevia e lia toda a correspondência, e por horas seguidas substituiu pelos seus videntes, os olhos cegos dele, a per-

lustrar páginas novas ou a reler as que já haviam sido lidas, relidas e versadas.

Disse que aquele período fôra de eclipse da sua visão porque, felizmente, a arte cirúrgica poudo em breve dissipar a nevoa que lhe velara os olhos. Em um deles nada mais foi possível fazer, mas do outro extrahiui-lhe a catarata em 1902, o habil oculista Cardinal, e o barão viu de novo o mundo, emergindo das trevas em que o mergulhara e que ele chamava a sua *nebulosa*.

Lamentando pesaroso a sombra que sentia avançar, traduziu ele a sua máguia em singelas, mas tristes quadrinhas, que assim começavam:

— “Porque me cobre Natura  
De tão denso, espesso véo?  
Quer retirar-me da Terra  
Dizer-me cousas do Céu”?

A essas estrofes que intitulara *Sua Última* replicava mais tarde com as da *Prima Lux*, cada um de cujos versos findava com a mesma palavra do correspondente naquelas outras: e resurgindo à luz, exclamava:

— “Eis jubilosa Natura  
Rompe denso, espesso véo.  
Radia a luz sobre a Terra,  
Me prende às cousas do Céu!”

Findava a *Lux Última* com estes versos pungentes:

— “Foi-se além a luz propicia,  
Da alvorada a luz primeira;  
Do crepúsculo vem agora  
Luz suave, derradeira.”

“Nesta luz tão alva e pura,  
Transfundiui-se o denso véo,  
Nela vai feliz minh'alma  
Voando da Terra ao Céu!”

— Jubilosas estrofes ultimavam as da *Prima Lux*:

— “Lá desponta a luz propícia,  
Matutina luz primeira;  
Não me alcança mais agora  
Luz da tarde derradeira.”

— “Que claridade tão pura  
Rompe em mim o denso véo!  
Nela se exalta minh'alma  
Adorando a Deus no Céu!”

— Ao epicédio da cegueira respondia assim com epinício da visão, cantando aleluia à luz que renascia.

Com a reaquirição da vista, rejuvenesceu por muito tempo o barão, que deu então às letras pátrias a remodelação já citada do seu Atlas do Brasil, reeditado em 1912, tendo também nesse ano contraído segundas núpcias, com senhora que não muito lhe sobreviveu. Pouco antes de findar-se, fora ele eleito para a vaga de José Veríssimo na Academia Brasileira de Letras, não chegando, porem, a ocupar aquela cátedra, da qual era patrono João Francisco Lisbôa, o famigerado jornalista, filósofo e historiador maranhense.

Com efeito, logo após essa eleição, que lhe consagrava os longos anos de tanto labor, chegava-lhe o fim da vida, com a decrepitude que se ia acentuando às proximidades dos 81 anos.

Veraneava ele em 1918 na cidade de Campo Belo, no Estado do Rio de Janeiro, nas vizinhanças no seu Estado natal, sita às margens do Paraíba, quasi ao sopé do gigantesco Itatiaia, cuja excursão ao seu cume alcantilado ele descrevera em 1876.

Ali fulminou-o a 4 de janeiro um assalto da gripe pneumônica, que tantas vítimas iria fazer naquele ano de 1918. Trasladado o corpo para esta Capital, foi, por expressa última vontade sua, levado ao túmulo por alunos do Colégio Militar; e em memória do seu passamento em Campo Belo, a estação da Estrada de Ferro Central naquele povoado passou a chamar-se Homem de Mello.

Sem descendência, nem de um nem de outro matrimônio, deixou viúva a segunda esposa, e como riqueza apenas a vasta e preciosa biblioteca, que foi adquirida pela Universidade de São Paulo, para onde em breve seguia encaixotada.

Dezenove anos são passados sobre esta perda que o Brasil sofreu na pessoa do seu velho servidor, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ele honrou por seis decênios, hoje o evoca à memória para reverenciá-lo nesta data que marca um século transcorrido do início de sua vida.

Prestar homenagens póstumas, exalçando às gerações que passam os feitos dos grandes vultos que se foram, constitue dever cívico de que o Instituto nunca se tem esquecido, em quasi cem anos de existência, cumprindo destarte um dos seus fins. E' o que ora cumpre mais uma vez, só havendo a incriminá-lo a escolha que não soube melhor fazer de quem bem lhe desse conta do mandato.

Matou ao barão a gripe em janeiro de 1918. Foi essa vítima ilustre uma das primeiras precursoras da série imensa das que naquele ano funesto ela sacrificou.

Com efeito, como por certo, nunca mais poderemos esquecê-lo, em outubro rompia aquí ela intensíssima e voraz, e só em 20 dias daquele mês atirou aos leitos simultaneamente 600 mil vítimas, e em menos de dois meses do seu reinado, matou perto de 12 mil! Célebre a pandemia letífera varreu o mundo, fazendo mais milhões de vítimas do que conseguira fazer em quatro anos a guerra sangrenta e feroz que chegava então ao armistício, que obrigava a depor as armas e calar os canhões.

O biógrafo, que na sessão aniversária daquele ano, aquí historiava a vida de Homem de Mello, lamentou que, sucumbisse ele em janeiro e que, havendo acompanhado o grande drama mortífero de 1914, não lograsse assistir ao seu findar, pois que, historiador, filósofo e democrata, teria visto com júbilo chegada a hora das reivindicações.



Mercê de Deus, exclamava Ramiz Galvão, avizinha-se ao fim o desfecho supremo dessa tragédia sanguinolenta, que a loucura engendrou na velha e culta Europa, tragédia cujos ecos repercutiram no mundo inteiro e que até nos nossos lares trouxe profundos abalos econômicos, luto, perturbações e amarguras.

Em contraposição a estas palavras de enganadora esperança de paz e bemaventurança, menos de um vicênio, podemos ora findar a nossa oração, ponderando que, sob esse ponto de vista, ao historiador, filósofo e democrata fora antes ventura ir-se deste mundo nefasto, antes de assistir ao novo desencadear da minaz procela humana. Si morrendo em plena fase da guerra, não viu a paz que se lhe seguiu, em compensação também, não assistiu, como estamos assistindo, às catástrofes sociais que vão abalando o mundo, turbando a paz instável, sobressaltando os povos, ameaçados a cada instante, de verem irromper incêndios vorazes, como o que devora a Rússia e o que vai matando a Espanha, ameaçadores de conflagarem novamente a Europa inteira, cuja história hodierna, como a de outros povos de hoje, mais pertence aos domínios da psiquiatria.

Levado pelo tema desta palestra, sinto agora que fui além talvez, do que devera, não cumprindo a promessa com que iludira os meus benévolos ouvintes, embalando-os na esperança de um curto palrear.

Aqui fico; e, como justificativa, dirimente e absolutória, direi, — ao findar, o que disse Pascal, concluindo uma carta que longa escrevera :

— Si não pude ser mais conciso, foi porque não tive tempo para isso". (*Prolongados aplausos.*)

O SR. MANOEL CICERO (*presidente*), cumprimentando o Sr. Alfredo Nascimento pela conferência que tão justos aplausos mereceu do auditório, convidou a todos para a sessão extraordinária que se realizará no dia 10 de maio, segunda-feira, em homenagem à data



centenária do nascimento do barão de Teffé, falando sobre o assunto o sócio benemérito, Sr. comandante Carlos da Silveira Carneiro.

Levantou-se a sessão, às 18 e meia horas.

*Virgilio Corrêa Filho*, 2º secretário interino.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 10 DE MAIO DE 1937  
(SESSÃO 1.629)

DEDICADA À CELEBRAÇÃO DA DATA CENTENÁRIA DO NASCIMENTO  
DO BARÃO DE TEFFÉ

*Presidência do Sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva*

(1º *Vice-Presidente*)

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Antonio Augusto Mendes Correia, Braz Hermenegildo do Amaral, Bernardino José de Souza, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Theodoro Sampaio, Carlos da Silveira Carneiro, João de Oliveira Sá Camello Lampreia, Virgilio Correia Filho, José Wanderley de Araujo Pinho, Thiers Fleming, Manuel Tavares Cavalconti, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Raul Tavares e José Maria Moreira Guimarães.

O Sr. Fleiuss (1º *Secretário Perpétuo*) leu a ata da sessão extraordinária realizada em 30 de Abril último, a qual foi aprovada, sem discussão, por unanimidade. Leu depois das *Efêmerides Brasileiras* do barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. MANUEL CICERO (1º *Vice-Presidente*) disse o seguinte:

“Consagrando a presente sessão extraordinária à augusta memória do seu sócio benemérito almirante Antonio Luiz von Moonholtz, barão de Teffé, cumpre, solícito, o Instituto Histórico, o dever de tomar parte na celebração do centenário do nascimento desse ínclito

brasileiro, cujos inestimáveis serviços prestados à Pátria, na paz como na guerra, lhe deram um lugar de honra entre aqueles que fizeram jús à gratidão nacional.

Sabem todos que feitos heroicos praticou na campanha do Paraguai o bravo marinheiro, cujo nome figura como um padrão de glória nos fastos da nossa Marinha de Guerra, qual a sua esclarecida atuação na determinação dos limites entre o Brasil e o Perú, qual o seu amor à ciência, tantas vezes demonstrado, quais as qualidades excelsas que constituíam a sua inconfundível personalidade.

Ao comandante Carlos da Silveira Carneiro, sócio benemérito do Instituto, foi confiada a tarefa de que por certo se desempenhará cabalmente, dados os seus reconhecidos méritos, de falar sobre a figura do almirante barão de Teffé, cujas relações lhe foi dado cultivar e a cujo respeito tem escrito. Tenho a honra de dar a palavra ao comandante Carlos da Silveira Carneiro.” (*Palmas.*)

O SR. CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO, da tribuna, realizou a seguinte conferência:

“Na comemoração de hoje, a que emprestam tanto brilho illustres personalidades aquí presentes, delegados dos mais autorizados dos poderes públicos, da ciência e da sociedade brasileiras, pode-se vislumbrar um dos segredos da longevidade gloriosa do nosso preclaro Instituto: carinho e entusiasmo pelos grandes servidores da Pátria, interesse pelo verdadeiro papel que desempenharam na esfera de sua ação, a justiça dos conceitos e a sinceridade absoluta, equânime dos juizes sobre as obras que realizaram; outros não são os motivos, claros e precisos, da simpatia crescente por ele adquirida e da autoridade accita e conquistada no decurso da luta ingente pela construção da verdadeira história nacional.

Para tanto conseguir, arregimentou nas suas fileiras, como atraídos por imán irresistível, desde um passado já remoto até os nossos dias, uma plêiade de pensadores, idealistas e abnegados, expoentes das letras e da cultura nacionais, onde não ha possibi-

lidade de distinguir nomes sem probabilidades de injustiça ou desacerto, operários todos prestimosos que têm sido da construção deste Areópago. Compreende-se assim o invencível acanhamento com que sempre transponho os humbrais do salão deste Instituto, onde deram as luzes do seu saber ou os clarões vivíssimos de sua eloquência, aqueles grandes do Império, e do primeiro quartel da República, Cunha Barbosa, Sapucahy, Joaquim Norberto, cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Manuel de Macedo, Souza Franco, Capanema, os Rio Branco, Ouro Preto, Bom Retiro, Franklin Tavora, e tantos outros que ainda se fazem ouvir e, praza aos Céus por muitos anos, para gáudio e prazer intelectual de quantos amigos desta Casa a frequentam, outra série de talentos não menos vigorosos, impertéritos cruzados de uma causa sagrada, em curva sem igual por não ter mínimos. Desculpai, portanto, senhores, as hesitações da minha vulgaridade, que apenas não é presunçosa e só possível, neste recinto, porque para ela o Instituto adotou as palavras escritas algures pela pena magistral de Ruy Barbosa:

“Mas entre os mais ilustres ha de haver sempre um canto para os mais humildes, quando o timbre destes consinta em dedicar-se ao bem e à justiça.”

À vigilante ataláia do Instituto não passaria desapercibida a data centenária de ontem, e cumprindo ordens do eminente Presidente Perpétuo, o Sr. conde de Affonso Celso, continuador nesse honroso posto do rumo magnífico a ele traçado pelos ilustrados predecessores, obediente como o soldado mais raso da companhia, venho recordar a figura do bravo Almirante Antonio Luiz von Hoonholtz, barão de Teffé, merecedor por vários títulos dessa homenagem toda especial, para celebrar as virtudes e honrar as qualidades desse bom e valoroso brasileiro.

Longa foi sua vida, extensa também a folha dos serviços ao país natal, com traços peculiares, incomuns nos homens que atingem idade tão avançada; nunca desmereceu no conceito de seus con-

cidadãos, porque tudo fazia com os olhos voltados para a imagem da Pátria, com um interesse apaixonado de bem servi-la, educado na velha escola dos homens do mar, de alma entusiasta, seguros dos perigos, prudentes e experimentados, visando a honra e a justiça antes da glória, mas tudo envidando para alcançar esta, apanágio dos entes superiores.

Deixemos, porem, que falem sobre ele os acontecimentos, os fatos e ações, por que, como faz notar Bossuet, e era o maior orador do seu tempo, “*Nous ne pouvons rien, faibles orateurs, pour la gloire des âmes extraordinaires; le Sage a raison de dire que “leurs seules actions les peuvent louer”; toute autre louange languit auprès des grands noms*”.

Antonio Luiz von Hoonholtz, o futuro barão de Teffé, era filho de Frederico Guilherme von Hoonholtz, oficial alemão de nobre estirpe, vindo ao Brasil a convite ou contratado por D. Pedro I para servir no nosso Exército, aquí se radicando e como tantos outros estrangeiros, atraídos pela simpatia da terra e do acolhimento gracioso da nossa gente, tornou-se logo amigo sincero de nosso país.

Episódio interessante, de sabor romântico, verificou-se a bordo da galera onde viajava para a América o futuro genitor do almirante; na longa viagem de quatro meses, travessia penosa como as da época que se vai distanciando da marinha a vela, repleta de emoções as mais variadas, veio conhecer a joven Joanna Christina van Engel, afilhada do médico de bordo, como ele passageira em excursão de recreio; do gosto de ambos pelos estudos do grego e do latim, nasceu aquela força irresistivel de atração que sempre termina pelos laços sagrados do matrimônio, realizado ainda a bordo pelo capelão ou talvez pelo próprio capitão do navio, usando uma das suas múltiplas prerrogativas desse cargo ditatorial da época.

Seja como for, o casal foi extremamente feliz e, desse tronco de união, tão *yankee* na forma, lucrou o Brasil uma distinta descendência em que sobreleva o nosso homenageado.

Nasceu ele na vila de Iguatemi, no Estado do Rio, cerca de ano e meio antes do aparecimento nesta cidade do Instituto Histórico e chegando à Corte, com 10 anos de idade, ainda não havia completado os 15, quando entrou para a Academia de Marinha, onde foi aluno distinto, atingindo o primeiro posto, o de guarda marinha, apenas com 17; começa então para o bem joven official uma vida de intensa mobilidade, de grandes afazeres na carreira, de aparência tão dourada na cor dos emblemas, bordados e do botão de âncora, mas, na realidade, cheia de deveres, de sacrifícios e trabalhos exaustivos, a todos arrostando ele com a alma tranquila, de coração forte do sacerdócio.

Logo ao deixar a Academia passou pela fragata a vapor *Amazonas*, e, em seguida, esteve na corveta a hélice *Ciamão*, no vapor *Camamu*, na corveta *Bahiana*, ainda na corveta a hélice *Jequitinhonha*, na *D. Isabel*, no brigue-escuna *Fidelidade*; regressou à corveta *Dona Amelia* e embarcou depois na canhoneira *Campista*, e estava no brigue *Maranhão*, quando um decreto do Governo Imperial, de 22 de Setembro de 1857, promoveu-o ao posto de segundo tenente.

Após um ano no vapor *Iguatemi*, recebeu ordem de embarque na corveta *Bahiana*, para a viagem à Europa com a turma de guardas-marinha, na qualidade de instrutor de Hidrografia, ciência ainda nova nos meios navais do Brasil e possivelmente de árduo desempenho para quem havia tão pouco tempo se iniciara nos segredos da profissão.

Poderia parecer supérfluo o aparecimento, aquí, dessa extensa lista de navios por onde passou o tenente Hoonholtz no primeiro estágio da carreira, mas não o será para quem possa avaliar o empenho de cada comandante em suprir de bons auxiliares o seu Estado Maior, especialmente naquela Marinha toda singular, onde nem sempre se presava tanto o cabedal científico como as aptidões náuticas, traduzidas na perícia da manobra, no acerto da voz de comando.



na astúcia em adivinhar o perigo e na destreza e energia, em fraudar-lhe a ação.

Quantos compromissos adiados, quantas entrevistas se frustraram, quantos desencontros provieram dessas bruscas passagens, às vezes, horas antes da partida do navio, outras no momento exato do itinerante mover as talhas que deveriam arrancar do cascalho do fundo as garras da âncora, rumo ao mar.

Agno que dorme se o acalenta a brisa  
Leão cruel se o enfurece o vento.

Essa Marinha em que Teffé brilhou, esta Marinha à vela, oriunda da mais alta antiguidade, cujo cetro vacilou ao linhar do século XIX, somente para desaparecer afinal como arma de guerra, batida pelo vertiginoso progresso da engenharia moderna, era uma grande escola de força de vontade e de character, e foram, por certo, as brilhantes provas exibidas nessas sucessivas comissões que lhe valeram o prêmio da viagem da *Bahiana* ao Velho Continente, onde ao par dos serviços próprios ao oficial do velame da época, aliava o de educador da mocidade, etc. por sua vez, ainda tão moço.

Os estudos iniciados na Academia de Marinha, os pendores pela Navegação e a Hidrografia, aprimorados nesses tres primeiros anos de atividade, no aproveitamento de todo o tempo util para sondagens e pequenos levantamentos, produziram o aplaudido Compendio de Hidrografia, editado quatro anos depois, em 1861, com dedicatória ao inolvidavel Joaquim José Ignacio, então Chefe da Esquadra, e depois Almirante visconde de Inhaúma; era o primeiro livro, no gênero, escrito em lingua portuguesa, e este fato traz por certo, para o seu esforço um brilho invulgar, mas não seria, nesse ramo de aperfeiçoamento técnico, sinão um verdadeiro e auspicioso início: uma série de trabalhos, conduzidos com entusiasmo e fetichismo de apóstolo, havia de consagrá-lo como talvez o *primus inter pares* de nossos hidrógrafos, fundador de repartição correspondente, segundo seus planos e métodos, tendo-a dirigido por longos anos,



firmando a doutrina a seguir e numerosos discípulos, educados na escola do chefe, que prosseguiram a obra iniciada com sucesso variavel até os nossos dias.

O Estado premiou e fez editar o *Compêndio de Hidrografia*, a Academia Naval, depois de aprovação do Conselho; adotou-o e o autor, por aviso do Ministério da Marinha, louvado pela dedicação e estudo que empregara, no intuito de ser util à Armada, compilando esse tratado para uso do quarto ano do curso da Escola.

Começavam os elogios a enriquecer a sua fé de officio de militar, das mais ricas e impressionantes registadas na Marinha do Brasil e motivo sufficiente de nobre orgulho, de justo desvanecimento, para tão prestante servidor da Pátria.

Regressando da Europa, depois de escrever minuciosa relação da viagem da *Bahiana*, ainda não publicada, continuou a trajetória acentuatadamente ascendente de sua vida; recebeu ordens para levantar a planta do porto de Santa Catarina, para onde seguiu na canhoneira a vapor *Araguari* e lhe valeu mais um elogio do Governo, louvando-se-lhe o zelo com que desempenhou a comissão, tendo ainda a honra de ver o seu trabalho anexado pelo sábio Mouchez, membro da Academia de Ciências de Paris, ornamento da Marinha franceza e da ciência hidrográfica mundial, ao seu Atlas na parte referente às costas do Brasil, que perlustrou por anos inteiros em labor infatigavel, para o qual lhe devem os navegantes eterno reconhecimento.

Já no posto de primeiro tenente, que galgara em 2 de Dezembro de 1860 e até à partida para o Rio da Prata, no comando da *Araguari*, à eclosão da guerra a nós imposta pelo governo ditatorial do Paraguai, mereceu os louvores do Ministério pelo interesse e zelo à sua corporação, traduzindo uma notícia e explicações sobre o invento do engenheiro alemão Wilhelm Bower para suspender navios submersos, e nesse interim fora designado para se encarregar dos trabalhos hidrográficos necessários ao levantamento da Carta Geral

do Império, obra de altas proporções e de imensa valia para o país, interrompida, porem, desde o início, pelo grito de guerra externa, ouvido das bandas do Sul.

Nesse prélio de cinco anos, que tantas vidas e tanto dinheiro custou ao Império e de tanta glória se cobriram as armas nacionais, o tenente Hoonholtz fez-se também credor da gratidão da Pátria, pela bravura pessoal nos combates, ardor e abnegação no serviço, pelas múltiplas oportunidades que buscava de ser proveitoso, de contribuir com o maior quinhão possível pela vitória dos seus conterrâneos.

Chegando ao teatro da guerra, recebeu o batismo de fogo logo no dia 25 de maio de 1865, por ocasião de proteger a esquadra o desembarque dos Exércitos Aliados, e, em 11 de junho seguinte, no memoravel combate do Riachuelo, tornou-se um dos tídimos heróis, conquistando para seu nome um lugar distinto na história naval do Brasil, pois escrito no mais brilhante episódio dessa rude campanha ateadada pelo fanatismo e cegueira de um homem, aliás, patriota sob o seu ponto de vista, e sustentada por um povo valoroso e digno de melhor causa.

O próprio Hoonholtz, em carta íntima ao irmão, publicada com muitos outros documentos em livro sob o título “Batalha Naval do Riachuelo”, faz descrição minuciosa da peleja que inutilizou os planos de Lopez, retirando-lhe, pelas immediatas e remotas consequências, qualquer possibilidade de êxito final.

O successo do nosso homenageado em tão difíceis circunstâncias, como as surgidas neste combate porfiado, quasi corpo a corpo pela estreiteza do cenário em que se desenrolava, são seguramente o resultado de altos requisitos de character militar, adquiridos ou aperfeiçoados pelo esforço quotidiano, amor à profissão, espírito de sacrifício, devotamento, ambição da glória, alto attributo do soldado, lealdade aos chefes como aos iguais e subalternos.

Ele amava o seu navio, a carreira, os companheiros, a sua terra e essas exaltações de uma alma ardente seriam o pedestal de sua ascensão. Da carta ao irmão Fritz:

“Bem te dizia eu antes de partir do Rio que ouvirias falar na minha gentil *Araguari*; e nem podia deixar de ser assim, tratando-se dessa tetéia, dum navio tão elegante, tão garboso como sua joven officialidade, para quem a bandeira é um culto e o patriotismo o mais sagrado dos seus sentimentos.” E mais adiante:

“Confio nos meus homens como eles confiam em mim; em dois anos de comando fiz um amigo em cada um dos meus comandados.”

Era bem verdade: muitos deles haviam de acompanhá-lo, anos mais tarde, pelas ínvias regiões do Javari, em terras nunca devastadas, combatendo o índio selvagem, as agruras do clima ingrato, o horrído fantasma das febres paludosas.

Não me furto ao prazer da transcrição de outro pequeno trecho dessa carta, índice da lealdade, um traço de nobreza do futuro fidalgo:

“Por volta do meio dia e quando eu já tinha quatro homens fora de combate e uma porção de rombos no liso costado da *Araguari*, vi que lá em cima o *Amazonas* passara à fala do *Jequitinhonha* e virara águas abaixo.

“Palavra de honra que já não era sem tempo essa manobra, por isso que até então as pequenas canhoneiras suportavam todo o fogo convergente do inimigo, enquanto as mais poderosas unidades se batiam quasi fora do raio de ação...

“Não te posso ocultar a estranheza que me suggeriu tal fato...

“Assim, pois, quando vi o *Amazonas* descer majestosamente entre a nossa linha e a inimiga, expandiu-se-me a alma; e, quando, ao aproximar-se, descobri sobre o pasadiço a figura de Barroso, erecto, impassivel sob aquela saraivada de projectís, de porta voz em punho e acofiando com a mão esquerda a longa barba branca que

flutuava ao vento... senti pela primeira vez entusiasmo por esse chefe brusco e pouco comunicativo que nunca me inspirara nem simpatia nem confiança.

“Em cartas anteriores te puz ao par da incompatibilidade de nossos gênios e dos atritos dos quais se originara a nossa mútua antipatia, o que me levava a não me aproximar dele sinão quando a isso era obrigado por assuntos de serviço militar.

“Nesse momento, porém, ao vê-lo afrontar com esse ar sobranceiro o ambiente de morte em que nos debatíamos, não me pude conter, e ao passar o *Amazonas* rente ao meu navio, alcei o meu *bonet*, bradando com toda a força dos meus pulmões:

“Viva o chefe Barroso!”

“Não creio que ele tivesse ouvido a minha saudação, tal o fragor da batalha, porém, naturalmente percebeu o meu gesto, pois sorriu-se — o que eu via pela primeira vez — e chegando o porta voz à boca, bradou com voz forte e clara:

“Siga nas minhas águas que a vitória é certa.”

Não cabe nos limites dessa palestra a descrição dos combates travados sobre as águas do Paraguai e nem é necessário, por sobejamente conhecida; mas, pela parte da *Araguari*, em Riachuelo, faz-se mister lembrar ter sido o navio que mais longe perseguiu os restos da esquadra paraguaia, sob as ovações da guarnição ao intrépido comandante, que ainda rebocou as chatas artilhadas e aprisionou no *Marquês de Olinda*, já encalhado e em miserável estado, porque assim o deixara o histórico ariete do *Amazonas*, cinquenta e tantos prisioneiros, entre os quais o comandante Robles, mortalmente ferido, irmão do general do mesmo nome.

O visconde de Ouro Preto, o saudoso estadista, que como Ministro da Marinha, durante largo trecho da guerra do Paraguai, prestou assinalados serviços à causa pública, embora relativamente muito joven, no seu livro “A Marinha de outrora”, excelente

subsídio para a nossa história naval, descreve magistralmente a batalha do Riachuelo e em certo ponto assim se expressa:

“Hoonholtz, admiravel de entusiasmo e bravura, revela na *Araguari* qualidades de comando, raras em tão poucos anos.

Ele bate-se com vivacidade extrema e ao mesmo tempo que procura causar o maior prejuízo ao inimigo, e cortar-lhe a retirada, socorre por suas próprias mãos, atirando-lhes cabos, algumas praças que se debatiam contra a correnteza.

Entre o banco e a bateria, no mais estreito passo, cercam-no os tres vapores que tinham abordado a *Parnaíba*. O *Taquari* aproxima-se a 10 braças, mas recua, recebendo a queima-buxa os disparos dos tres rodízios da canhoneira, simultaneamente carregados à metralha e bala.”

Vivia-se, naqueles dias, em ambiente de entusiasmo, de embriaguez, de glória, a *terribitis dea*, com o lábaro do heroismo em punho, inflamando os peitos dos combatentes. Uma pálida idéia desse estado latente de emoção patriótica depara-se-nos no trecho seguinte da parte oficial de Hoonholtz sobre a passagem das Mercedes:

“Cumpre-se tambem participar a V. Ex. que, tendo a princípio deliberado deixar somente alguns soldados na tolda, bem como as guarnições de dois rodízios, afim de entreter o inimigo, fui forçado a revogar tal ordem, por isso que toda a guarnição, com os imperiais marinheiros à frente, subiu à tolda, pedindo para que ali os deixasse ficar a meu lado.”

Desde Riachuelo e até o seu regresso à Corte, em princípios de 1867, o tenente Hoonholtz não se tomou parte ativa em todas as numerosas e importantes operações da esquadra, como o forçamento das barrancas das Mercedes, as de Cuevas, proteção das forças do Exército em Curuzú e outras, como foi várias vezes elogiado, condecorado com o officialato da Imperial Ordem do Cru-



zeiro, a mais importante do regime, e promovido por atos de bravura ao posto de capitão-tenente.

Quando as operações propriamente militares não lhe tomavam todo o tempo, lá no teatro da guerra, entregava-se a trabalhos hidrográficos e a ilustrar com desenhos magníficos os principais episódios que presenciava ou das regiões onde se produziram, as suas partes oficiais. Seu amigo, Henrique Fleiuss, pai do nosso prezado secretário perpétuo, o dr. Max Fleiuss, recebia e publicava na “Semana Ilustrada” esses documentos, hoje históricos, como o jornal, que retratou com a maior fidelidade, sob forma amena e interessante, a fisionomia da época.

Na Biblioteca Nacional existem, entre outras, as plantas hidrográficas de Riachuelo, Mercedes, Cuevas, Curuzú e fez parte, por determinação do almirante Tamandaré, comandante em chefe, da comissão incumbida de reconhecer e explorar o canal do Passo da Pátria serviço considerado importante pela direção da guerra e louvados os oficiais que o executaram sofrendo hostilidades do forte do Itapirú, tanto na descida como na subida do rio.

Recolhendo-se à Corte, na já cansada *Araguari*, deixou esse comando onde fora tão feliz, para assumir o da corveta *Vital de Oliveira* e enquanto esperasse a prontificação desta deveria ultimar os trabalhos hidrográficos iniciados antes da abertura das hostilidades.

Pouco tempo depois recebia a incumbência de traduzir o Código Comercial de Sinais Marítimos, edição francesa, afim de ser adotado na Marinha.

Não descansava o ilustre oficial, mas aproveitando a fortuita estadia na Capital do Império, contraiu núpcias com D. Maria Luiza Dodsworth, senhora de excelsas virtudes e apenas com um mês de casado, partia novamente para a guerra, onde foi comandar o encouraçado *Baía* e colher novos louros, como de fato succedeu com o forçamento das baterias de Timbó e Tebicuarí, debaixo de vivo



fogo de artilharia, sob a direção do barão da Passagem, sendo novamente elogiado por estes feitos que lhe valeram a promoção a capitão de fragata.

A guerra chegava ao fim, na parte mais importante, embora faltasse a mais penosa. Hoonholtz recolheu-se à Corte, reassumindo o cargo de chefe da Comissão Hidrográfica, prestando neste posto os serviços que eram de esperar da capacidade de trabalho e competência que se vinham revelando desde os primeiros passos na carreira.

Embainhando, assim, a espada que se notabilizara em mais de vinte combates como comandante, em outra esfera de atividade ia continuar a servir nobremente à Pátria, em missão tão importante e difícil como dignificadora.

Tratava-se da secular questão de limites com o Perú, a ele imposta pelo Marquês de São Vicente, levando como adjunto e secretário o próprio irmão, agrimensor Carlos Guilherme von Hoonholtz, que infelizmente não pôde terminar a Comissão por ter sido surpreendido pela morte no rio Javari, fazendo por mais esse motivo o Brasil agradecido à família Hoonholtz.

Muitas preocupações, trabalhos, despesas já haviam causado aos dois países os delineamentos da fronteira, mas todos os esforços, apesar do character amistoso das negociações anteriores, nada haviam conseguido; nenhum trecho ficara solidamente demarcado e essa glória haveria de caber ao joven capitão de fragata, após tres anos de labuta prodigiosa, opondo-se a uma delegação de peruanos de grande mérito, a começar pelo notavel astrónomo Paz Soldan.

Essa Comissão científica, se dá a idéia de muito trabalhosa, ao penetrar em regiões incultas, sertões agrestes, chapadas e florestas, parece-nos, por outro lado, extremamente pacífica, em que as únicas armas a ensarilhar seriam a pena, o lápis, sextantes, telescópios, cronômetros, balisas e tábuas. A realidade, porem, difere; a extensa zona era habitada por índios selvagens, ou, como bem

disse Jurien de la Gravière, almirante francês e o mais encantador dos historiadores navais, de quem mereceu Teffé a honra do prefácio no opúsculo de Alfred Marc “Un explorateur brésilien”, sobre a expedição ao Javari — *sauvages vierges*, sem o menor vislumbre de catequese nem a menor idéia de civilização, cujas tribus se aliam no combate aos supostos estranhos profanadores dos seus domínios; os expedicionários haveriam de arrostar a luta e os companheiros de Hoonholtz, os imperiais marinheiros da flotilha do Amazonas, muitos dos quais serviram sob as suas ordens na *Araguari*, em Riachuelo, antepuzeram às toscas flechas dos selvícolas os fusis modernos da época, dispersando os inimigos atônitos sempre que se apresentaram.

O grupo aventureiro de patrícios e peruanos combinados não saiu, entretanto, indene do conflito e se o futuro barão de Teffé passou pela dor pungente de perder o irmão, amigo e secretário, a outra delegação ficou sem o próprio chefe, quando na exploração do rio Içá, sendo substituído por Guillermo Black, também oficial de Marinha.

Não cabe descrever hoje toda a epopéia dessa arrancada, minuciosamente referida no livro de Alfred Marc; não faltou aos destemerosos batedores daquelas remotas paragens nem a fome, nem a peste, nem a guerra, nem a morte; ao regressar à Tabatinga, após a perda de vários homens, estava o chefe tão enfraquecido a não lhe permitirem as pernas trôpegas o livre desembarque em terra firme.

Estava, porem, cumprida a missão; ao fim de quasi tres anos de intensa lida e dos resultados definitivos a que chegaram, conseguimos um avanço de nossa fronteira de seis léguas sobre o Perú, rendendo-se a delegação desse país amigo à precisão dos cálculos e aos conhecimentos científicos do chefe brasileiro.”

Contra as normas habituais, recebeu, felizmente, o conforto do reconhecimento público pelo extraordinário serviço realizado: o

Marquês de São Vicente, em nome do Imperador, além de agradecer, pelo caminho natural ao Governo, a valiosa dádiva dessa porção territorial, ofereceu-lhe o título de Barão do Javari, por ter sido quem primeiro explorara o rio até as nascentes; Hoonholtz respondeu ao Marquês, ponderando-lhe já ter existido um Barão do mesmo nome, recentemente falecido como ministro do Brasil na Itália, sendo então agraciado com o de Barão de Teffé, cidade de onde partira em chalanas para a subida do rio, deixando o *Marcilio Dias*, navio da flotilha, à disposição da comissão.

Nenhum comentário mais sincero talvez se tenha escrito a propósito dos trabalhos de Teffé nas lindes com o Perú, e também mais valioso pelo mérito inquestionável do autor, que o de Euclides da Cunha, no livro “Perú versus Bolívia”, obra notável pela erudição como tudo aliás, oriundo daquele espírito cintilante:

“Pois bem — o comissário brasileiro que, de harmonia com o peruano, implantou o marco definitivo dos nossos deslindamentos com o Perú, em 1874, nas cabeceiras do Javari, foi o venerando Barão de Teffé e, ele, que com o maior brilho repelira as constantes propostas do seu colega M. Rouand y Paz Soldan, para adotar-se a célebre linha média, do Madeira ao Javari mesma escandalosamente deslocada para 9°30, de latitude sul, conforme reiteradamente, aquele lhe oferecera em documentos oficiais inequívocos e límpidos — o Barão de Teffé, a quem se pode cortejar desafogadamente, porque na sua quasi existência histórica é apenas uma reliquia sagrada do nosso passado, sem a mais leve influência nos negócios públicos — ao implantar-se o marco definitivo do Javari manteve integral o parecer vitorioso que impusera ao comissário peruano, consistindo nestes pontos essenciais:

1° — Que o Perú nenhum direito possuía à margem direita do Madeira;

2° — Que a República do Perú no Tratado solene celebrado com o Imperio do Brasil, estabelecera como limite *todo o curso do rio*

*Javari*; por isso considerou nulo o art. 9 do Tratado de Santo Ildefonso, que fixava o extremo sul da fronteira do Javari no ponto cortado pela linha Leste-Oeste, tirada à meia distância do Madeira, que é o mesmo paralelo dos 7°40', dos comissários de 1781”.

Nestas palavras ultimaram-se para sempre os nossos negócios territoriais com o Perú.

Sabe-se que o tratado definitivo representa uma das folhas da coroa de louros que cingiu a fronte do barão do Rio-Branco, que dos 442.000 kms.<sup>2</sup> litigiosos deu 403.000 ao Brasil.

Interessante de notar-se é que, na ata da fixação do marco definitivo à margem direita do Javari, indicando o nascimento do rio, assinam por parte do Perú, todos os membros da Comissão, o chefe, também Capitão de Fragata Guilermo Black, o secretário, dois ajudantes e um comandante de destacamento, isto é, 4 oficiais de Marinha e um do Exército, enquanto por parte do Brasil apenas a assinou Tefé, visto o outro membro da Comissão já não mais existir. Apesar disso, conseguiu a impressionante vitória referida, e folgamos em reconhecer, senhores — aquele patricio honrou seguramente o seu país.

O rio Amazonas foi percorrido além do Pongo de Manseriche, no Perú: o Hualaga até os contrafortes da cordilheira dos Andes; o Rio Negro e o Japurá até as cataratas; ainda o Apaporis, o Madeira, o Purús, o Jataí, o Içá, e uma parte do Juruá. Ficou para o fim o Javari, vencido como os demais pela fibra do grande lutador.

De volta da Comissão de Limites onde se teve de valer de abundantes conhecimentos de astronomia e geografia, como da histórica questão dos domínios lusitano e espanhol, nas terras do Novo Mundo, retomou os encargos da comissão hidrográfica, prosseguiu a campanha pelo aperfeiçoamento deste serviço no Brasil, conseguindo interessar a administração naval, por fim na empresa patriótica do levantamento da carta do Império. Assim, em 1871, o Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, ministro da Marinha, recomendava a

creação da Repartição de Hidrografia, dizendo que “A prática da hidrografia na costa é incontestavelmente o mais importante serviço que em tempo de paz pode prestar a marinha de guerra a um Estado que possui 1.200 léguas banhadas pelo Oceano” e, acrescenta: “À frente dos trabalhos de hidrografia tem estado o capitão de fragata Antonio Luiz von Hoonholtz, que com muita inteligência e zêlo, ha estudado o modo por que se faz este serviço nas marinhas que nos servem de exemplo por seu adiantamento”.

Era o próprio ministro que reconhecia publicamente os seus esforços, acrescentando aliás, não ser possível, embora toda a perícia e dedicação, ficar o assunto entregue a um só homem, em acanhadas instalações, verba deficientíssima e ausência quasi completa de auxiliares. Somente em 1875 a lei n. 2.682, de 13 de Setembro criou a Repartição Hidrográfica, e ainda se ha de reconhecer que, para a consecução desse triumpho, muito havia de ter contribuído a ação do barão de Tefé, de regresso das fronteiras do Perú. Foi tambem nomeado diretor e por muitos anos a chefiou com tanta proficiência que não será demais lhe dar os fóros de verdadeiro pai da Hidrografia brasileira.

No desempenho do cargo, alem de pessoalmente, com dedicados auxiliares, sair para os levantamentos mais urgentes, batia-se junto ao Governo para a extensão do serviço, tendo podido provar a real necessidade do que solicitava com um incidente surgido em 1877, onde repelida a proposta recebida pelo Governo americano levado pelos seus sentimentos patrióticos, tambem oferecia oportunidade ao nosso Governo de resolver um problema já de natureza inadiavel. Vamos transcrever a parte de sua resposta contida no relatório da Repartição:

“Cabendo-me emitir opinião a respeito do assunto da nota inclusa dirigida ao Governo Imperial a 5 de fevereiro último pelo Sr. Partridge, ministro dos Estados Unidos da América do Norte nesta Corte, na qual em nome do seu Governo convida o Império a



concorrer para o bom êxito da Comissão que ha de ser incorporada em seu país com o fim de determinar por meio dos cabos elétricos que nos prendem à Europa as longitudes exatas de vários pontos da nossa costa em referência ao meridiano de Paris, não posso eximir-me ao dever de externar a V. E. o meu pensamento sem reservas, quer relativamente ao objeto principal do citado convite, quer sob a forma por que se expressa o Sr. Secretário da Marinha dos Estados Unidos ao formular sua proposta. Vê-se pela leitura da nota de que trato, que o Sr. Bobeson, secretário da Marinha, começa o seu ofício ao secretário de Estado do seguinte modo: No intuito de concorrer para a segurança da navegação parece conveniente que as longitudes das duas costas da América do Sul sejam determinadas telegraficamente por Paris e que se convide os governos do Brasil e de Portugal para cooperarem, cada um com força suficiente para que a nossa Armada consiga esse fim”.

A isso objetarei que não nos faltando pessoal competentemente habilitado a empreender e realizar sob a própria responsabilidade as interessantes observações astronômicas simultâneas e cruzadas por meio do telégrafo submarino entre o Brasil e qualquer dos meridianos conhecidos da Europa, processo assás familiar a quem se dedica aos estudos da astronomia, e mesmo já praticado com muito sucesso entre nós pelo ilustrado Dr. Manoel Pereira Reis, na determinação dos meridianos das principais estações da Estrada de Ferro D. Pedro II me parece inaceitavel o papel secundário que se nos reserva nessa comissão, claramente manifestado no seguinte tópico daquele convite — de obter uma cooperação eficaz, concorrendo cada um com os recursos a seu alcance somente para que a Armada Norte Americana consiga o seu fim”.

Em continuação ao relatório encarece a necessidade de suprir de recursos convenientes a sua repartição, com os quais poder-se-ia por em andamento o plano do general conselheiro Beaurepaire-Rohan



para a organização da Carta Geográfica do Brasil, por meio de comissões de engenheiros militares e oficiais de marinha, hidrógrafos. No mesmo relatório expõe os orçamentos das marinhas do Chile, em franco progresso, da Rússia, Alemanha, Áustria, Estados Unidos e França na parte relativa à sua especialidade, demonstrando como a nossa se descurava do que as demais emprestavam a máxima atenção, pois que até certo ponto, até a dignidade nacional ficaria ofendida pela perspectiva de cientistas estrangeiros virem buscar glórias no Brasil com a persuasão da incapacidade dos nossos homens para conquistá-las.

Enquanto, porem, discutia tais assuntos, a repartição realizava um belo programa sob a orientação firme e esclarecida do barão, instituindo os Avisos aos Navegantes, publicação mantida até hoje com rara pontualidade e largamente distribuída a todas as companhias de navegação e marinhas estrangeiras, a tradução de memórias científicas, levantamentos de portos, dragagens, pareceres e serviços outros procurados pela boa vontade e interesse pela causa pública. Também nunca passava despercebido das autoridades o seu talento polifórmico, como se deduz de pequenas comissões a que era continuamente solicitado e de desempenho sempre brilhante e completo. Assim foi elogiado pelos excedentes serviços prestados no arrazamento do rochedo submarino que obstruía o canal da barra de Santos; incumbido em seguida de proceder a rigorosos estudos no porto de Antonina, pelo Ministério da Agricultura, e de propor os meios de desobstruí-lo, apresentou o relatório com luminoso parecer. No ano, seguinte, promovido a capitão de mar e guerra, ainda por solicitação do Ministério da Agricultura, foi nomeado para verificar a procedência das alegações da empresa United States and Brasil Mail Line, sobre a impossibilidade da entrada no porto do Maranhão dos vapores de grande tonelagem, e em consequência dos seus trabalhos o conflito foi derimido, mais uma vez não defraudou a confiança do Governo entregando-lhe a solução

desses complexos problemas. Ainda a pedido do Governo, apresentou o barão de Tefé um projeto de saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, que reconhecido superior em confronto com outros concurentes, entre os quais o distinto engenheiro americano Milnor Roberts, obteve a preferência, merecendo a honra de ser publicado na exposição do ministro do Império; era de fato um trabalho notável de engenharia e hidrografia, pelo mapa desenhado com minúcia espantosa, onde as sondagens de dez em dez metros, sob o sol e a chuva, numa zona tão próxima da cidade e tão temida pelas más condições, que estava movendo o Governo para o saneamento, tornado imprescindível. Ainda pelo ministério do Império foi nomeado para fazer parte da comissão organizadora da primeira sessão de conferências de História e Geografia do Brasil, na qualidade de membro da secção de história civil, eclesiástica e militar convem; assinalar também o mapa do rio Javari, admiravel trabalho, medindo 5 metros de comprimento por 2 de largura, exposto na Exposição Universal de Paris, de 1889 onde lhe foi conferida a medalha de ouro, como também mais tarde recebia outra medalha de ouro, concedida pela Sociedade de Geografia, a primeira que cunhou para premiar trabalhos científicos.

Mas a sua carreira de cientista ia obter outra e definitiva consagração.

Aproximava-se a época, em 6 de dezembro de 1882 da passagem de Venus pelo disco solar; movimentava-se o mundo astronômico com o auspicioso fato e a probabilidade acariciada pelo mundo espiritual de se determinar, com a maior precisão, a paralaxe solar por método bastante rigoroso, de onde sairia um número mais aproximado da verdadeira distância do nosso planeta ao astro-rei. O Brasil deveria tomar parte ativa nesse trabalho científico, afim de não ficar em inferioridade para com as outras nações adiantadas, mesmo por que a glória das nações não se mede tão somente pelo número de vitórias nos combates de terra e mar, senão e, muito principalmente,

pelas conquistas de ordem moral entre as quais primam, e se exaltam, as de ordem científica.

Ao convite da França para um Congresso a se realizar em Paris, sob os auspícios da Academia de Ciências, como estudo dos meios a se empregar para o maior sucesso das observações da passagem de Venus, o governo imperial compareceu por intermédio do então diretor do nosso Observatório Astronômico, o sábio Emanuel Liais, e este delegado assumiu o compromisso de envidar todos os esforços quanto ao bom êxito desse cometimento, merecendo tal afirmativa a aprovação do governo brasileiro, à cuja frente continuava o imperador D. Pedro II, o protetor da ciência, cujo espírito elevado e nobre se apaixonava facilmente — e é um dos seus títulos à justa admiração dos pósteros — por todas as conquistas do pensamento humano.

O próprio Dr. Liais lembrou imediatamente e convidou o barão de Tefé para seu companheiro na honrosa comissão, mas devia ser o Dr. Cruls, esta outra expressão extraordinária do saber, que havia de induzir o nosso homenageado a concorrer, com as luzes de sua inteligência na magna empresa. Na carta de convite dirigida pelo Dr. Cruls a Tefé, o primeiro tópico assim rezava: “A alta consideração que tributo a V. Ex. pelos relevantes serviços científicos que prestou ao Brasil, me leva a submeter à sua apreciação o seguinte projeto cuja realização, de grande vantagem para a ciência astronômica, depende de V. Ex.”.

Trata-se em seguida da necessidade de se organizar uma ou duas comissões com o pessoal escolhido debaixo da esclarecida direção de Tefé. Era impossivel recusar tão delicado convite e ao aceitar e, depois de vários entendimentos entre essas duas glórias nacionais, ficou resolvido montar-se uma estação na Patagônia, sob a direção de Cruls, e outra nas Antilhas sob a do barão.

Dedicou-se este imediatamente com o proverbial ardor ao preparo da empresa, mas não tardaram a surgir dificuldades de toda

sorte. Do importante trabalho apresentado pela comissão chefiada por Tefé, retiramos o trecho seguinte:

“Aceito o convite, tomado o compromisso, era crença entre os que se ocupam destas cousas, que ao menos pela nata da população, fosse aplaudido o ato que nos franqueava mais vasto horizonte às justas aspirações que alimentamos de figurar entre os povos mais adiantados, facilitando-nos a nós, nação nova e mal julgada, o ingresso nos meios científicos do velho mundo, a par dos sábios de reputação universal”. Mas não foi como ele julgava; a oposição de ambas as casas do Parlamento contra a expedição às Antilhas tomou aspecto verdadeiramente antipático e sobretudo desolador pela violência atingida no Senado, onde o relator de orçamento, Ribeiro da Luz, a classificava de capricho ou luxo, acusava-se de incapaz a comissão apontada de oficiais de Marinha, que os nossos caipiras não compreenderiam gastos supérfluos com observações astronômicas de que nada entenderiam, campanha logo acaçada pela imprensa oposicionista, chegando-se ao extremo de apresentar ao país aqueles homens sinceros e trabalhadores como “ociosos astromaniacos que por mero passatempo esbanjam os dinheiros públicos em observações de luxo”.

Debalde espíritos esclarecidos, em defesa do crédito, pulverizaram as alegações dos contrários, destacando-se Affonso Celso, depois Visconde de Ouro Preto, que exclamava em frases lapidares:

“Os progressos da ciência nunca serão demasiadamente pagos” e depois

“Não vive o homem só de pão, nem o destino das nações resume-se na produção e no consumo. Sob pena de decaírem da posição de civilizadas, não podem elas recusar-se a certas despesas que não são de necessidade mas de representação. Foi o caso em que se achou o governo brasileiro deante do convite para comparecer ao congresso astronômico e associar-se ao cometimento científico que se vai tentar. Não seria decente, não seria decoroso, que recusássemos

tal convite, alegando penúria de dinheiro ou falta de homens habilitados; tanto mais quanto a alegação seria apenas uma desculpa, um mero pretexto”.

Enquanto isto retrucava o senador Leão Veloso:

“Eu não quero contestar as vantagens da ciência astronômica mas o que é certo é que ela não tem todo o acolhimento que apresentam outras ciências de utilidade mais imediata, mais prática e mais real”. Em consequência era um desperdício a viagem às Antilhas.

Fosse outro o ambiente político do Senado e as seguintes palavras de Rodolfo Dantas, o ministro do Império, em defesa do crédito, teriam ultimado a questão:

“Em suma, ela destina-se à procura do mais honesto bem da vida, a verdade, e ao serviço da mais alta força, do mais fecundo poder da terra — a ciência”.

O crédito, entretanto, foi negado e não fossem os donativos de alguns capitalistas e a proteção decidida e carinhosa de quem mereceu o apelido de neto de Marco Aurélio pelas suas virtudes, e essa página, fulgurante para o Brasil, que foi a Comissão das Antilhas, não teria sido feita, nem o nosso país liberto da acusação de desprezar trabalhos científicos da ordem dos que immortalizaram Galileu, Tycho Brahe, Kepler, Halley e o incomparavel Newton, que não foram por certo, lords maníacos mas a vaidade e o orgulho do gênero humano.

Na corveta “Parnaíba” transpôs o Estreito de Magalhães e se estabeleceu nas costas da Patagônia a comissão brasileira dirigida pelo Dr. Cruls; para as Antilhas, sob a chefia de barão de Tefé, seguiram ainda, os brilhantes oficiais, Francisco Calheiros da Graça, capitão tenente e autor de vários trabalhos hidrográficos na costa do Brasil, e o primeiro tenente Arthur Indio do Brasil, nome também venerado nesta Casa pela sua grande benemerência e mais dois auxiliares inferiores.

Não ha como se elogiar o sucesso dos resultados obtidos, somente possíveis pela competência real do chefe, equiparando-se os



extensíssimos cálculos e o rigor das observações aos melhores conseguidos pelos maiores astrônomos do mundo, empenhados no mesmo objetivo.

Era a resposta às críticas antecipadas e, especialmente, às do senador Silveira da Motta, que reconhecia competência apenas nos dois estrangeiros, aliás, brilhantes, Liais e Cruls, e talvez no Dr. Reis, lente da Escola Politécnica, chegando a exclamar no Senado, referindo-se ao último “O Governo esqueceu-se dele e foi se lembrar de um oficial de Marinha”.

A modéstia dos membros da Comissão, porem, após tão assinalado triunfo, manifestou-se nas últimas linhas do volumoso relatório, ricamente impresso por ordem do Governo, sob a assinatura do barão de Teffé:

“Ao encerrar este relatório devo ponderar ao leitor que a minha comissão compunha-se, simplesmente, de tres officiaes de Marinha, dos quaes nenhum fora antes empregado em qualquer observatório astronômico.

Somente, no desempenho do nosso dever de hidrógrafos, a necessidade de determinar com o maior rigor as coordenadas geográficas da costa obrigara-nos a estudar a astronomia transcendente e pô-la em prática sempre que nos era possível.

Eis tudo.

E, falando em nome de todos, acrescento, que não temos portanto a veleidade de inculcar-nos astrônomos; escolhidos para tão honrosa comissão aceitamo-la em obediência à vontade do Governo e dedicamo-nos de corpo e alma à sua realização. Despendemos, em esforços e inteligência, tudo quanto possuíamos, e se porventura não alcançamos tudo quanto seria lícito esperar de astrônomos de profissão, leve-se-nos ao menos em conta a boa vontade no trabalho e o modo consciensioso por que o executamos”.

Belas palavras, à altura da alma de um fidalgo; a parte culta do povo brasileiro soube fazer-lhe justiça e o Governo o tornou gran-



de do Império, por não haver Teffé preferido aceitar outro título superior na escala nobiliárquica.

Na sua fé de officio consta o trecho do relatório do ministro da Marinha à Assembléia Legislativa, dando ciência do resultado dos trabalhos na ilha de São Tomaz. “Desta honrosa comissão regressou em fevereiro de 1883 tendo-se desempenhado de modo o mais satisfatório para os créditos da nossa Marinha”.

Logo em seguida foi promovido ao posto de Chefe de Divisão e em 1886 nomeado Veador da Casa Imperial.

Tendo em julho de 1880 partido para a Europa, deixando assim a Diretoria da Repartição Hidrográfica, lá no Velho Mundo foi surpreendido com a proclamação da República e, cerca de um ano depois, passava para a reserva e finalmente reformado no posto efetivo de vice-almirante com a graduação de almirante em 7 de fevereiro de 1891.

A República, porem, nunca desconheceu o valor nem desdenhou a experiência desse velho servidor do Império; fora da atividade da Marinha, com quarenta anos de serviços inestimáveis para recomendá-lo à admiração pública, transmudou-se o militar em diplomata para ainda honrar a Pátria como ministro na Bélgica, em Viena, em Roma, e ainda, mais para atender a imposições de amigos, aceitou em 1912 a cadeira de senador pelo Estado do Amazonas, esforçando-se ainda no Parlamento com bastante elevação de espírito, de bem servir à causa pública.

Durante toda a carreira militar, o successo impecavel, o brilho incomum com que encerrava as comissões, e em consequência as recompensas e os agradecimentos da administração, despertaram não poucos sentimentos de inveja em espíritos ambiciosos, e teve ele de passar por onde também grande homem jamais escapou — pela calúnia e pela má fé; qualquer oportunidade seria aproveitada pelos inimigos gratuitos e esta se apresentou com um simples incidente de bordo no porto de Teffé, logo transformado, pela animadversão

de políticos apaixonados e adversários rancorosos do Governo Imperial num acontecimento de grande repercussão. Refiro-me ao que, na vida do almirante, se pode classificar de “questão Cyrne Lima”.

Um juiz de Direito desse nome, quando no cargo de chefe de Polícia da Província do Pará, apelou para o então capitão de fragata Hoonholtz no sentido de ter a bordo no desempenho dos mais árduos e inferiores deveres, um filho incorrigível, moço, de 19 anos, esperando do conceito altíssimo que gozava o nosso official como disciplinador e cavalheiro, uma mudança da péssima conduta do rapaz, já várias vezes castigado como praça do Batalhão Naval e de outros navios da Esquadra por faltas, algumas vezes, bastante graves.

O chefe da Comissão de Limites com o Perú ia arrepender-se da aceitação de tão espinhosa quão desagradavel incumbência; após algumas transgressões de pouca monta, das quais por carta trazia Hoonholtz o pai informado, mas com esperanças de conseguir algo, verificou-se a bordo um roubo de 1:913\$000, da caixa do navio, recaindo todas as suspeitas sobre o joven, determinando então o comandante a prisão preventiva e a instauração do respectivo inquérito. A praça, insubordinando-se, faltou com o respeito não só ao Comandante, como apontando o chefe peruano, Dom Guilherme Blazza, presente no momento e official do mesmo posto de Hoonholtz, acusou-o de participação no furto. Tal acusação assumia o aspecto de suma gravidade; o official peruano, ao se lastimar de receber o primeiro insulto na sua vida de militar conceituadíssimo, sentia que tal succedesse em um navio coberto pela bandeira do Império. O cavalheirismo e o dever militar impunham a necessidade de uma correção immediata, determinando o comandante o castigo mais adequado pelo Código Disciplinar. Foi isto a origem da campanha.

Deixando o marinheiro entregue às autoridades do Exército para responder ao inquérito, pois a expedição partia para missão gloriosa de descobrir verdadeiramente o Javari, e tendo sido o criminoso condenado pelo Conselho, que o julgou, o pai pro-

curando o perdão para o filho e esquecido da extrema severidade antes usada, colocando-o num meio como o dos fuzileiros navais daquela época, com 17 anos, iniciou a campanha, acusando Hoonholtz de ter até aplicado a tortura para obter a confissão do culpado, depois de barbaramente seviciá-lo com chibatas e amontoando falsidades de todo o gênero, como ficou sobejamente provado, interessou a imprensa do Norte no assunto e depois a dos jornais oposicionistas do Rio de Janeiro, atingindo o próprio Parlamento. Um dos argumentos mais interessantes então referidos na imprensa era o do silêncio do comandante Hoonholtz, quasi seis meses depois das acusações formuladas; durante esse tempo, entretanto, desbravava ele as regiões inhóspitas do Javari, onde antes nenhum ente civilizado penetrara, e queriam os seus inimigos, não pessoais mas do Governo, que as desfizesse ou se explicasse convenientemente. Até onde pode levar a paixão política!

Ao regressar da exposição, tão debilitado e trôpego nas pernas que não podia ainda sair de casa, com a prescrição médica de repouso completo e tranquilidade de espírito, felizmente, porem, com vida, o que não aconteceu a inúmeros companheiros, logo no “Comércio de Amazonas”, folha local, publicou mais de uma página, reduzindo a pó as acusações, mas não conseguindo extirpar o veneno da calúnia, tão poderosa tem sido sempre esta arma de combate nas sociedades humanas.

Chegando à Corte, feito barão de Teffé, deparando ainda em curso, mais virulenta que nunca, a perfídia, requereu Conselho de Guerra para se justificar; o Governo negou-lhe o pedido, tendo o ministro da Marinha, perante o Senado, produzido brilhante defesa do seu digno subalterno, mas do resultado, diz-nos o seguinte trecho da nova petição feita pelo nobre tão rudemente ofendido ao Imperador:

“Senhor. O capitão de fragata, barão de Teffé, possuido de extremo desgosto pelas acusações a seu respeito formuladas no Se-

nado por alguns Srs. senadores, na ocasião de agredirem a S. Ex., o Sr. ministro da Marinha, por haver recusado o Conselho de Guerra que requerera para mais cabalmente destruir as falsas imputações levantadas por seus inimigos a propósito de um castigo mandado inflingir numa praça insubordinada do navio do seu comando, e considerando que, embora defendido de modo o mais brilhante pelo Exmo. Sr. ministro da Repartição num discurso proferido no mesmo Senado, prosseguem contudo as acusações ao suplente pela folha “A Reforma”, desta Corte, em artigos virulentos e ofensivos aos seus brios e, considerando enfim que a artigos injuriosos como esses de que tratam repugnam à sua educação e hábitos, responder convenientemente, em razão da linguagem neles empregada; mas conhecendo que de qualquer modo precisa por um paradeiro a este estado de coisas, vê-se forçado a vir, mui respeitosa e, requerer, pela segunda vez, Vossa Majestade Imperial, a graça de conceder-lhe um Conselho de Guerra, etc.”

Como testemunhas de defesa apresentava somente a guarnição do navio, cerca de 50 marinheiros, dos quais mais de 30 se encontravam na Corte, justamente os mais indicados para dizer se houve crueldade, abuso, tortura ou coação de qualquer modo por parte do comandante. E’ excusado acrescentar que, com impressionante unanimidade, os oficiais, mestres, guardiães, enfim, marinheiros, todos que depuseram, referiam-se com admiração pelo seu justo e estimado comandante, enquanto acusavam de modo formal o joven e tão transviado foguista do vapor *Pará*.

Terminou com honra para o barão de Teffé o incidente, mas este só é aquí lembrado, primeiro como mais uma prova de que nenhum homem se destaca pelo mérito, trabalho e inteligência dos seus concidadãos sem arrastar contrariedades inúmeras que só os espíritos fortes podem dominar, e em segundo lugar, essa face do carater militar de Teffé, não consentindo, nem de leve, que, pairasse qualquer dúvida sobre a sua honra de soldado, mesmo esta já es-

tando salvaguardada pelos conceitos emitidos para toda a Nação, no seio do Parlamento, pelo chefe insuspeito de sua corporação.

Escreveu alguns trabalhos literários e várias obras científicas: dentre aqueles convem notar o drama naval “A Justiça de Deus” e o romance marítimo “A Corveta Diana”, entre as últimas, além do compêndio de Hidrografia, um volume sobre a batalha do Riachuelo, o Relatório da Comissão às Antilhas, várias memórias e por fim “O Brasil, berço da Ciência aeronáutica”, obra publicada pela Imprensa Naval e oferecida pelo autor à Marinha, quando entusiasmado pelo primeiro *raid* em esquadrilha feita pelos aviadores navais à Baía. A carta de oferecimento do original, dirigida ao titular da pasta, o saudoso e eminente Almirante Alexandrino, é um documento impressionante de um velho de 86 anos, vibrando como um joven de 18, ante um esforço de seus conterrâneos. Nessa carta que abre o volume e se acha em original defronte de nós, assim diz ele: “A velhice ainda não enregelou a fibra de ardente patriotismo que sempre sobrepujou os demais sentimentos da minha alma”. Nesse livro, digno de ser lido pelos moços de nossa terra, pois representa um verdadeiro hino ao patriotismo, ele deixa provado de modo irrefutável que: o primeiro homem que conseguiu pelos seus estudos e seu trabalho elevar-se do solo e transpor um largo trecho (da cidade de Lisboa) comodamente suspenso por uma máquina de sua invenção: foi um brasileiro; que o inventor de um balão alongado, de forma dissimétrica ou fusiforme, capaz de dar-lhe movimento próprio lateral, quando operando em conjunto com os planos inclinados cu azas adaptadas inferiormente, movimento próprio lateral reputado impossível de conseguir pelos mais reputados balonistas; foi um brasileiro”.

O barão de Teffé interessava-se vivamente pelas questões da aeronáutica, prestando decisivo apoio ao inventor paraense, Julio Cesar Ribeiro de Sousa, aquele segundo brasileiro a que acima se refere, não tendo poupado esforços para a consecução de meios pecuniários e incitamento moral para a realização prática da idéia.



afinal coroada de êxito com a ascensão em Vaugirard, conforme dá conta a notícia incerta em “Le Petit Journal” de 19 de julho de 1886, cujo exemplar se encontra sobre a mesa, onde se verifica que, sobre tres ascensões, em duas, o balão se dirigiu contra o vento; restando assim quasi nada para ficar resolvida a dirigibilidade aérea. Compreende-se tambem a energia do protesto do almirante Teffé no Congresso Internacional de Aeronáutica, reunido no Palácio do Trocadero, em Paris, vendo exposto um “fac-simile” do aerostato “Santa Maria de Belém”, de Ribeiro de Sousa, como modeio de balão dirigivel da autoria de um certo francês, capitão Renard.

Coube, assim, ao almirante Teffé, a grata satisfação, para o seu coração de patriota, de ter sido o primeiro a reivindicar, publicamente, na França, perante uma seleta reunião de profissionais e amadores da aerostação as duas maiores glórias que conferem ao Brasil o vero título de berço da ciência aeronáutica, título tornado mais seguro e inquestionavel com a obra do glorioso brasileiro Santos Dumont, dotando a Humanidade com os meios de competir com as aves, doando-lhe o domínio dos ares, pelo dirigivel, prioridade esta que, felizmente, ainda não procuraram roubar ao nosso País.

O último livro do almirante Teffé tem para mim um motivo especial de satisfação, porque me permitiu a honra, que considerei insigne, de privar por largo tempo da intimidade e gozar, portanto, do enlevo de ouvir-lhe a prosa sempre agradável, instrutiva e confortadora. Havia eu de “motu proprio” me incumbido de providenciar a impressão e as correções de provas da obra em questão, antes de conhecê-lo pessoalmente, apenas movido pela admiração que a sua vida de marinheiro ilustre sempre me causara; depois, muitas vezes, prazerosamente aceitava convites, por cartas, cartões ou telegramas que me enviava para partilhar, no retiro de Petrópolis, do que ele chamava o “prato de arroz”, e antes do almoço, durante este e ao cair da tarde, ouvia histórias sobre as passagens mais importantes da sua vida, e admirava-me da angústia de que se sentia dominado quan-



do esquecia, aos 86 anos de idade, um nome entre os trinta ou quarenta que já havia pronunciado, de companheiros de lutas de, havia 60 anos! Julgava por isso que estava envelhecido! Tive então ocasião de ler os nove volumes de suas memórias que a família provavelmente publicará em tempo, todas muito interessantes, mas sobre as quais nunca dele ouvi autorização para que algo fosse divulgado.

O visconde de Faria, na sua obra — Subsídio para a história dos balões” reconhece nos seguintes termos, o valor da ação de Teffé nesse Congresso: “L'éloge public de Gusmão a été prononcé pour la première fois, en France, au Congrès International Aéronautique de 1889, à Paris, par l'ex-senateur, amiral Baron de Teffé, de l'Académie des Sciences de Paris, ancien Ministre Plenipotentiaire du Brésil, Cet érudit écrivain dont avons eu l'honneur et le plaisir de faire récemment la connaissance personnelle, ici, à Lausanne, et auquel nos permet tous de dédier ce modeste fascicule en témoignage de haute admiration, revendique hautement au profit de Bartolomeu de Gusmão la mérite de l'invention de ballon et du premier voyage, aéronautique fait en Europe”.

O visconde de Faria, autor de dois trabalhos sobre aeronáutica e especialmente sobre a ação e a vida de Gusmão, fundador em Paris de uma Academia com o nome do imortal inventor da aerostação, só nos merece uma restrição e essa está no fato de nunc se referir ao padre voador senão como português, nascido no Brasil, e nos últimos anos, talvez pelas maiores ligações com o povo brasileiro, algumas vezes escrevia luso brasileiro, mas em nenhum caso lhe atribuiu a nossa nacionalidade.

Em 1912 teve melhorada a sua reforma em almirante graduado para a efetividade, tão autorizados são os nomes que assinam o parecer favorável ao projeto dessa melhoria e tão honrosos para o beneficiário os termos, que não me furto ao prazer de transcrevê-lo:

“Parecer n. 406 da Comissão de Finanças do Senado. — A Comissão tem invariavelmente impugnado todos os projetos relativos

a melhoramentos de reformas de officiaes; favor este altamente prejudicial ao erário público, que despende cerca de oitenta mil contos, anualmente, com o Exército de terra, sendo os officiaes mais bem remunerados do Mundo. Acontece, porem, que o projeto que concede a reforma no posto de almirante ao vice-almirante reformado, com a graduação desse posto, Antonio Luiz von Hoonholtz, com as vantagens da tabela actual, é de tal natureza que desvia o seu relator de manter a linha dessa conduta. Trata-se de um velho servidor da Pátria, único comandante sobrevivente do memoravel combate naval do Riachuelo e afastado da carreira militar por circumstancias alheias à sua vontade. Alem disso, esse brilhante e venerando servidor desempenhou arriscadíssimas commissões de demarcação em nossas longínquas e quasi impenetráveis fronteiras, em que a todo o momento arriscava a sua existência, não tanto pelas constantes ameaças de índios bravios que povoavam aquellas regiões, como pelas febres palustres quasi fulminantes que dizimavam seus companheiros e comandados, inclusive o seu próprio irmão. Tais são os relevantes serviços prestados pelo vice-almirante von Hoonholtz, quer na guerra como na paz, onde sua capacidade técnica ficou comprovada de modo iniludível, alem de outros importantes serviços de ordem diplomática que tanto o recomendam. A Comissão é de parecer que seja aprovado o projeto n. 496, do corrente anno, como uma justa homenagem ao mérito e às tradições gloriosas da nossa Marinha de Guerra, encarnadas no bravo e venerando vice-almirante von Hoonholtz, que com raro relevo tem contribuído para elevar e engrandecer a sua terra natal. Sala das commissões, 22 de novembro de 1912. — *Feliciano Penna*, presidente. — *Victorino Monteiro*, relator. — *Tavares de Lyra*. — *Antonio Azeredo*. — *Urbano dos Santos*. — *Francisco Glycerio*. — *Leopoldo de Bulhões*". A homenagem era justa; razão tinha a Comissão.

John Paul Jones, o almirante norte-americano, em frases bastante felizes na carta de 14 de setembro de 1775, ao Naval Com-

mittee of Congress, traçou para a officialidade do seu país a norma de conduta a seguir para bem servir à Pátria, esse documento reproduzido, divulgado, ensinado, comentado, seguido religiosamente, tornou-se como os dez mandamentos da sua Marinha, não so pela autoridade moral do autor como pelas atraentes sugestões da doutrina. Dentre as qualidades indispensáveis ao bom oficial de Marinha, a duas não se deveriam separar: ser um marinheiro capaz e de ser gentleman. Não sabia qual das duas cousas é mais importante porque uma acarreta a outra, embora devesse ser posta em primeiro lugar a de ser gentleman, pois se o official o for com os conhecimentos adquiridos nas Escolas e no serviço, possuirá as qualidades morais que o compelirão a ser um marinheiro capaz.

Preciso, era, porem, bem definir essa qualidade de gentleman que alguém já o fez como o homem que nunca é intencionalmente ofensivo a outrem; mas Jones o compreendia como um cavalheiro de educação liberal, maneiras finas, extrema cortezia e elevado senso de honra pessoal.

A lembrança do almirante Teffé se alia no meu espírito a desses conceitos do almirante americano seria inutil descrevê-lo — era um gentleman como tal foi definido e tudo mais era consequência desse único fato.

Recomendava ainda Jones possuir o official fora do meio naval, conhecimentos de alguma língua estrangeira, de direito internacional, jurisprudência da marinha, diplomacia, e no trato com o pessoal, paciência, justiça, firmeza, bondade e sempre uma attitude de comando.

Não posso me demorar, pela natureza desta conferência, na análise meticolosa da vida do almirante, para demonstrar como conseguiu adquirir essas qualidades, sem as quais não poderia atingir até onde alcançou, nem ser o official completo como é reconhecido; mas não só falava e escrevia correntemente o francês, o alemão, e o espanhol, como demonstrou na carreira diplomática e nas mis-

sões já referidas possuir todos esses atributos indispensáveis ao verdadeiro “leader”.

Vimos como reiterou um pedido de conselho de guerra quando foi posta em dúvida a justiça de sua ação; em Paris desafiou para duelo mortal famoso duelista que comentara desfavoravelmente pela imprensa a aceitação de um posto diplomático da República; mas no Instituto, oferecido pelo nosso ilustre confrade, o Dr. Leão Teixeira Filho, existe um documento ainda mais probante desse senso de honra pessoal, que é a carta dirigida ao ministro da Marinha em 15 de julho de 1885:

Illm. Exmo. Sr. Conselheiro Senador doutor Luiz Felipe de Souza Leão:

Baseado em uma promessa formal que ha anos me fora espontaneamente feita por Sua Magestade, o Imperador, de que — cumprida a comissão de observar nas Antilhas a passagem de Venus, me mandaria em uma boa comissão a Europa — dirigi em 20 do mês passado no mesmo Augusto Senhor o memorial que para em mãos de V. Excia.

A demora, porem, de cerca de um mês na decisão e a notícia que me acaba de comunicar o Exmo. Sr. Visconde de Paranaguá da resolução tomada por V. Ex. de apresentar na conferência ministerial de amanhã esse meu memorial, revelam difficuldades com que eu não contava e me forçam a renunciar completamente a semelhante pretensão; pelo que, apresso-me em rogar a V. Ex. o especial obséquio de mandar-me devolver esse documento, que não tendo character official, não desejo ver discutido nem mesmo arquivado na secretaria, embora o houvesse redigido na convicção que ainda alimento de me assistir legítimo direito em lembrar a Sua Majestade a oportunidade de cumprir a sua promessa.

Com a mais elevada consideração. De V. Ex. Atento Venerador e criado — *Barão de Teffé*.

Terminemos; ao fechar os olhos, em fevereiro de 1931, submetido como todos ao destino inauferível do homem na terra, já produzira bastante para se filiar à legião dos imortais.

Membro do Instituto Histórico desde 1882 foi depois sócio benemérito; era membro correspondente da Academia de Ciências de Paris, sob égide de Jurien de la Gravière e do não menos ilustre Bouquet de la Grye, engenheiro hidrógrafo e astrônomo, e venceu a eleição sobre concorrente da força de Brazza grande explorador francês de origem italiana, fundador da colônia do Congo e que ao morrer teve os funerais feitos pelo Estado, e do príncipe de Monaco, oceanógrafo de mérito; partilhou com o Imperador D. Pedro II, com quem mantinha longas conversas no Paço, durante a semana que ali passava como Veador da Imperatriz, sobre astronomia, navegação e outras ciências, a glória de serem os dois únicos sul-americanos com assento naquele instituto; membro da Academia de Ciências de Madrid e de várias outras sociedades científicas; condecorado com a Grã Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, comendador da Ordem Real Americana de Isabel, a Católica, oficial das Ordens Imperiais do Cruzeiro e da Rosa, possuidor de várias medalhas militares; oficial de marinha de raro valor, geógrafo, hidrógrafo, astrônomo, literato, cientista notável, grande patriota, o Brasil tem razão de se orgulhar desse filho diletto, de venerar-lhe o nome e este Instituto, na reta a que se traçou entre a verdade e a justiça, o imperioso dever, como um varão de altas virtudes, de fazê-lo figurar definitivamente no cenáculo da nossa História. (*Palmas prolongadas.*)

Antes de encerrar-se a sessão, o Sr. MAX FLEIUSS aludiu à presença do professor Antonio Augusto Mendes Correia, verdadeiro embaixador intelectual de Portugal, que pela primeira vez comparecia ao Instituto na qualidade de sócio correspondente. E pediu que o fato fosse consignado em ata.

O SR. MENDES CORRÊA respondeu agradecendo e disse que vindo ao instituto tivera muito prazer em ouvir a magnífica conferência



do comandante Carlos da Silveira Carneiro sobre uma grande figura da Marinha Brasileira.

O SR. MANUEL CICERO (1º *vice-presidente*), declarou que os aplausos dados às palavras do Sr. Max Fleiuss atestavam a aprovação da proposta apresentada, que seria registrada em ata.

Por fim, o SR. MANOEL CICERO (1º *vice-presidente*) agradeceu a presença dos membros da família Teffé e dos representantes das altas autoridades da Marinha, declarando que a 12 do corrente se realizaria a sessão em homenagem a Evaristo da Veiga, na qual falaria o sócio efetivo Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Quanto ao Sr. Mendes Correia agradecia sua presença com a qual o Instituto se rejubilava e dava-lhe as boas vindas.

— Da familia do barão de Teffé assistiram à sessão as senhoras Nair de Teffé Hermes da Fonseca, Mercedes e Tetrá de Teffé e os senhores Alvaro, Manuel e José Arthur de Teffé.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO, (2º *secretário interino*).

## 2ª SESSÃO ORDINÁRIA (1630ª SESSÃO) EM 12 DE MAIO DE 1937

PRESIDÊNCIA DO SR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

1º *Vice-presidente*

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Fernando Luiz Vieira Ferreira, José Vanderley de Araujo Pinho, Rodolpho Garcia, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Theodoro Sampaio, Octavio Tarquinio de Sousa, Bernardino José de Sousa, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Nascimento Silva, Antonio Augusto Mendes Correia, Alexandre José Bar-



bosa Lima Sobrinho, Carlos da Silveira Carneiro e Manuel Tavares Cavalcanti.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu a ata da primeira sessão ordinária, realizada a 20 de abril passado, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

Leu depois das *Efemérides Brasileiras* do barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. MANUEL CICERO (1º *vice-presidente*) pôs em discussão e não havendo quem pedisse a palavra, em votação, o parecer da *Comissão de História*, lido na sessão de 20 de abril, bem como o da *Comissão de Admissão de sócios*, lido na mesma sessão.

O SR. FLEIUSS disse que sendo os pareceres globais pedia que o Instituto resolvesse se a votação devia ser também englobadamente para cada parecer, ou se para cada nome devia ser corrido escrutínio secreto.

Resolveu o Instituto que as votações fossem pelas conclusões de cada parecer.

Feito o escrutínio, verificou-se que os pareceres tinham sido aprovados.

Em vista do resultado, o Sr. Presidente proclamou sócios honorários do Instituto os Srs. Afranio de Mello Franco, e Carlos Miguel Delgado de Carvalho; efetivos os senhores Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bittencourt, e correspondente o Sr. José de Mesquita.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão às 17 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO, 2º *secretário, interino*.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 12 DE MAIO DE 1937.  
(SESSÃO 1.631) DEDICADA À CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DA MORTE DE EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

PRESIDÊNCIA DO SR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

1º *Vice-presidente*

Às 17 1/2 horas, presentes os mesmos sócios da 2ª sessão ordinária, iniciaram-se os trabalhos da sessão extraordinária.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*), leu a ata da sessão extraordinária realizada a 10 do corrente, a qual foi, sem discussão, aprovada por unanimidade.

O SR. MANUEL CICERO (1º *vice-presidente*), disse o seguinte:

“No centenário da morte do redator da *Aurora Fluminense*, do pioneiro do jornalismo independente no Primeiro Império e na Regência, do paladino das idéias liberais compatíveis com o regime monárquico constitucional representativo, de Evaristo Ferreira da Veiga, não poderia o Instituto Histórico, fiel às suas tradições, conservar-se estranho à glorificação desse extraordinário vulto, que tão conspicuo logar ocupa na nossa história política e literária.

“Encarnação de uma época notável da nossa vida política, esse nome simboliza a parte mais brilhante e mais nobre da história da democracia no “Brasil”, disse o barão Homem de Melo em seus *Esboços biográficos*, referindo-se àquele insigne político e jornalista. São palavras que sintetizam a brilhante e patriótica atitude que assumiu Evaristo Ferreira da Veiga naquele período agitado da nossa existência como nação independente e que influiu poderosamente nos destinos do Brasil.

A respeito dessa grande figura de brasileiro, que tantos traços deixou, luminosos e indeléveis, de sua passagem pela imprensa periódica, pela política e pelas letras, vai dissertar, com a competência que

lhe é peculiar, o sócio efetivo deste Instituto, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, consagrado jornalista, eminente político, como fora Evaristo, redator-chefe do “Jornal do Brasil”, deputado pelo Estado de Pernambuco e recém-eleito membro da Academia Brasileira de Letras. (*Palmas*)

O SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO, da tribuna fez a seguinte conferência:

“Na sua marcha incessante, os dias, que nos parecem ligeiros e fugazes, vão como que soterrando as criaturas humanas. Encadeados nos meses, lustros e decênios, conseguem ter aquela força das barreiras formidáveis, que se despenham do alto das montanhas e vêm destruir, na planície, as obras frágeis e arrogantes, com que o homem procura assinalar o seu domínio, ou a sua presença.

A outros, em verdade privilegiados, o tempo oferece os benefícios da perspectiva, aumentando, dia a dia, o pedestal em que assenta a grandeza de seus empreendimentos e realizações. Crescem, destacam-se, mais nítidos e luminosos, sob o apanágio dos decênios que deles nos separam. Chegamos a ter a ilusão de que a passagem lenta e monótona das horas, em vez da distância, nos trouxe aproximação, como se para eles fóssemos caminhando, na orientação oposta à que os calendários apresentam.

Evaristo da Veiga é um desses vultos, que o tempo respeita e engrandece. Por maior que parecesse aos contemporâneos, ainda mais se avantaça diante de nossa admiração. Conta-se hoje um século, desde o dia de sua morte, e aquí nos encontramos, neste santuário de tradições pátrias, para a celebração reverente e comovida de feitos exemplares, tornados maiores e mais puros, nesse novo pedestal do centenário.

Nasceu Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1799. Era filho de um português, Francisco Luiz Saturnino da Veiga, que vivia do magistério, mantendo aula de primeiras letras na rua do Ouvidor. Iniciando os seus estudos no colégio paterno, cursou depois

algumas aulas particulares, de acordo com as tendências e o espírito da época. Estudou latim, francês, inglês, retórica e filosofia racional e moral, louvado sempre dos professores, que o achavam inteligente, vivo trabalhador e morigerado. No Seminário de São José, onde aprendeu algumas dessas disciplinas, os mestres o elogiavam com entusiasmo, proclamando-lhe o desembaraço, a argúcia, a agilidade de espírito, a amplitude da imaginação, predicaos que ainda melhor se destacavam pela índole excelente e pela moderação de conduta desse discípulo excepcional. Era assim, pelo menos, que falava o professor de retórica e poética, depois de assinalar a pontualidade de Evaristo, que nunca faltava às aulas. Não será inoportuno recordar, neste momento, o atestado desse professor, tanto mais quando nos deixa perceber alguma coisa da orientação do ensino secundário, ao tempo em que Evaristo da Veiga estudava humanidades. A aptidão natural do discípulo era proclamada nesse depoimento, que recordava as inequívocas demonstrações dadas por Evaristo

“em todos os exercícios para que fora sorteado e encarregado por mim, como o fez em diversas sabatinas, defendendo ou arguindo, nas quais saltara e explicara todas as dúvidas, que obviamente suscitadas poderiam embaraçar a verdadeira inteligência dos preceitos; que da mesma sorte se assinalara na construção de quatro discursos, cujos assuntos lhe subministrei: dois para o exercício do gênero laudativo, e dois para o concional; dos primeiros foi o elogio de Colombo e da pólvora, dos segundos foi a acusação de Coriolano e a defesa de Manlio Torquato.”

Evaristo não se iludira com o valor dessa instrução e nos apontaria, mais tarde, a inutilidade dessa “brilhante carreira escolástica”, em que o moço estudante teria que aprender minúcias e subtilezas, sem qualquer sentido na sua vida prática.

Não é, pois, a indicação dessas aulas e diplomas o que nos pode dar uma idéia dos conhecimentos científicos de Evaristo da Veiga, que

foi, como tantos outros, um verdadeiro autodidata. Os seus estudos são as leituras que ele devora; a sua escola, ou a sua universidade, é a loja de livros que o pai abriu na rua da Alfândega, e que mantinha com o auxílio dos filhos.

Talvez inspirado por seu pai, Evaristo procura ingressar no funcionalismo público e nesse sentido se dirige a D. João VI, pedindo um emprego de official supranumerário de qualquer das tres Secretarias de Estado. “O pedido naturalmente não foi atendido, pois não consta que Evaristo houvesse sido, em tempo algum, funcionário público” — diz Felix Pacheco. E o próprio Evaristo nos recordaria mais tarde esse período de suas aspirações burocráticas (de 1819 a 1820), frisando que não pedira ordenado ou emolumento algum, propondo-se a servir sob a condição de que só lhe pagassem quando o julgassem merecedor de tal retribuição. Assim mesmo, dirá Evaristo:

“Nos dois anos que fomos pretendente, nunca buscamos um protetor, nunca falamos a um ministro de Estado, nunca entramos na casa, ou na audiência de nenhum deles”.

Ainda por essa época, não eram muito nítidas as idéias políticas de Evaristo. Filho de português, não lhe permitiria a delicadeza que tomasse atitudes nativistas, quando parece que Saturnino da Veiga se deixou ficar à margem do movimento emancipacionista. O sentimento filial era muito forte em Evaristo da Veiga, que havia de confessar:

“Respeito e gratidão meus passos guiam:  
Se a sábia educação nos vale tudo  
Quem formou meus primeiros débeis anos  
Com seus exemplos, vigilância, estudo?”

A Independência encontra Evaristo com 22 anos, todo entregue à sedução das Musas. Neo-clássico, segundo a tendência literária dominante, afeiçoara-se ao gosto das arcádias, todas elas mais ou menos semelhantes à que funcionara em Portugal sob as vistas do intendente Pina Manique, e convertida, na frase de José Agostinho, em “fábrica de



versos para as festas solenes”, Evaristo da Veiga vai encontrar nas efemérides a sua perene fonte Castália. Canta as perdas dos Franceses em Portugal e o casamento do Príncipe D. Pedro; louva os professores, recorda episódios mínimos da vida escolar; comemora os acontecimentos registrados na família real, desde o aniversário da aclamação do Rei até a morte da Rainha de Espanha; manifesta as suas esperanças na cooperação eficaz dos colonos suíços. Acompanha com uma série de sonetos e de versos brancos todos os episódios da vida política brasileira.

Do ponto de vista literário, tem-se a impressão de que todo esse versejar apenas representa o exercício de uma inteligência inclinada às letras. O próprio Evaristo da Veiga não parece ter alimentado veleidades poéticas. Pelo menos, publicando um jornal e vivendo sempre aproximado das oficinas de impressão, não divulgava os versos. Fora dos livros patrióticos, não eram conhecidas as poesias de Evaristo. Felix Pacheco, na monografia excelente sobre *O Publicista da Regência*, apenas reuniu algumas produções em versos, todas elas inéditas, e descobertas na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional. O caderno com as poesias de Evaristo só mais tarde foi encontrado. E se de tal modo ele ocultara os seus versos, não é de crer que os contemporâneos lhe conhecessem os ensaios poéticos, excetuados, é claro, os que privavam de sua intimidade. Cairú, no decorrer de uma polêmica, em 1833, declarava que Evaristo nunca fora tido por poeta, “nem de água doce” (era a sua expressão) e admirava-se de que mais tarde aparecesse como tal, reivindicando a autoria de um livro, que Silva Lisboa preferia atribuir a D. Pedro I. Cairú achava admirável a canção e, no seu profundo sentimento monárquico, preferia reconhecer os méritos literários do Príncipe do que a revelação do estro de Evaristo.

Entretanto, as poesias de Evaristo da Veiga, se não o elevam ao Parnaso, valem de muito, no esclarecimento de suas idéias políticas.



De começo, vemos o panegirista, ou quasi o cortezão, nessas primícias de um espírito juvenil, já fascinado pelos acontecimentos que o envolvem. A restauração de Pernambuco, em 1817, arranca-lhe um soneto estusiasta de elogio ardente a D. João VI:

“Rotos já os grilhões dos vis tiranos,  
Que a falsa liberdade em vão proclamam,  
Rotos já os grilhões a seu Rei chamam  
Os leais, os fieis Pernambucanos;  
Não; nunca poderão fatais enganos  
Vassalos reduzir, que seu Rei amam,  
Que nos seus corações fieis aclamam  
João Sexto, as delícias dos humanos.”

As Marílias, as amáveis Nises, a formosa Ulia, Delmira, que é tirana, ainda não puderam sobrepor-se ao gordo e tranquilo monarca, que o poeta canta, no aniversário da aclamação, em decassílabos difusos:

“Viva o Sexto João, o Pio, o Justo.  
“Viva o Sexto João, o Pae do Povo.  
O Príncipe imortal, que a Mão do Eterno  
Em momento feliz nos deu propício.”

Mas nessa época, Evaristo tem apenas 18 anos e não passa de um candidato às secretarias do Estado. Os sucessos da Independência vão despertá-lo, dentro em pouco. No dia do juramento, da Constituição portuguesa, Evaristo já vê por terra “e morta a tirania”. Exalta o entusiasmo das eleições; canta a primeira reunião da Junta Provisória. No embarque da divisão auxiliadora, a 15 de fevereiro de 1822, Evaristo escreve um soneto inspirado em sentimento nativista. Conquistou-o o movimento de emancipação. E então combate o que se lhe afigura a perfidia de Portugal, verbera os excessos da soldadesca do general Madeira, na Baía, exalta, a significação da viagem de D. Pedro a Minas: glorifica a representação de 23 de maio, pe-

dindo a convocação da Constituinte. A mesma pena, que censurara os pernambucanos de 1817, elogia Pernambuco pela proclamação da regência de D. Pedro:

“Parabens ! parabens ! província bela,  
Risonha habitação da Liberdade,  
Ao turbado Brasil do norte estrela !”

E’ a fase entusiástica dos hinos que ele escreve em dois meses, o *Hino Constitucional Brasiliense*, o *Hino Marcial*, o *da Independência*, os patrióticos, todos feitos de agosto a setembro de 1822. Ainda em outubro, ao calor dos mesmos sentimentos, escreve o *Hino Nacional Brasiliense* e o *Hino para o batalhão do Imperador*. Essa variedade de genero lírico deu um pouco mais de relevo ao verzejador, que viu uma de suas produções musicada pelo maestro Marcos Portugal. E’ o *Hino da Independência*, com o estribilho tão popular :

“Brava gente brasileira  
Longe vá temor servil;  
Ou ficar a Pátria livre,  
Ou morrer pelo Brasil.”

As poesias de 1822 e 1823 obedecem todas ao desejo de cantar a liberdade, não apenas a emancipação da pátria, como também a conquista dos direitos políticos individuais. O *Hino Brasiliense*, também se intitula *Constitucional*. Enche-se de esperança, diante da convocação da Assembléia Constituinte, cuja instalação lhe arrancara outras poesias. De lira em punho acompanhará os trabalhos da Assembléia, comentando discursos reacionários ao mesmo tempo que aplaude a rejeição da proposta de Muniz Tavares contra os portugueses infensos à nossa emancipação. Enaltece os feitos de Cochrane, exulta com a rendição do general Madeira.

Daí por diante, diminuem as produções e se inspiram mais nos sentimentos íntimos, ou nos sucessos de sua vida particular, às vezes,

sem dúvida, com um suave lirismo, anunciador da profunda afetividade do poeta.

Por esse tempo, 1823, Evaristo perde a progenitora. E deixa a loja de livros da rua da Alfândega, para explorar outra, em sociedade com o seu irmão, João Pedro, na rua da Quitanda, esquina de São Pedro. Era a casa de Silva Porto, que passara a João Pedro em outubro de 1823. Quatro anos depois, casando-se, Evaristo abre por sua conta nova casa de livros, na rua da Quitanda, esquina da rua dos Pescadores, atualmente Visconde de Inhaúma. O poeta ressurgiu, naturalmente, para cantar os seus amores:

“Nas aras mais puras  
Ser firme jurei  
E as mãos entreguei  
Aos laços de Amor.”

Tres sonetos de 30 de outubro de 1827 se reportam a um casamento, que pode ser o de Evaristo. Já contava ele, por essa época, 28 anos de idade. Nas lojas de livros por que passara, na rua da Alfândega, ou da Quitanda, o auto-didata ampliara os seus estudos, dando rumos práticos a uma inteligência mais dotada para a ação do que para as sutilezas da escolástica. Abeberara-se nos filósofos, historiadores e publicistas da época. Procurara conhecer as tendências dos povos e as correntes políticas vitoriosas no velho e no novo mundo. E a sua curiosidade intelectual não admitia limites. Teófilo Ottoni nos conta, por exemplo, que, ao tempo em que cursava a Academia de Marinha, e vivia do ensino de geometria, teve a honra de contar entre os seus discípulos o livreiro Evaristo. E ainda nos relata que, ao sair da Academia, em companhia do lente de mecânica, o futuro Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, dirigiam-se frequentemente a loja de Evaristo — “o telonio de Evaristo” — como dizia Ottoni, provavelmente para conseguir, na expressão menos usada, um disfarce para a vulgaridade do local. E acrescenta:

“Não sei onde o Sr. Rodrigues Torres enlevava mais o seu discípulo, se na Academia, iniciando-o nas formulas de Francœur e de Poisson, se nas palestras do livreiro patriôta de Jefferson, de que S. Ex. era caloroso economista e eloquente expositor.”

Assim o pelejador preparava as suas armas para os combates próximos. No convívio dos livros e dos homens cultos da época, adquiriu conhecimentos variados e seguros, como dentro em pouco iria revelar, na tribuna excelsa, que seria a *Aurora Fluminense*, iniciada nesse mesmo ano de 1827, que seria decisivo na sua biografia, assinando tres acontecimentos importantíssimos: a emancipação comercial, com a abertura de um estabelecimento próprio; o casamento; e o início de sua atuação de homem público.

### A *Aurora Fluminense*

A *Aurora Fluminense*, de formato *in-folio*, apresentou o seu primeiro número em 21 de dezembro de 1827. Saía às segundas e sextas-feiras, e à razão de 2\$000 por trimestre. A venda avulsa não interessava os jornais, com exceção do *Diário do Rio*, que organizara um bom serviço de distribuição. Procurava-se de preferência a assinatura dos periódicos, que eram subscritos nas lojas de livros.

Não foi a *Aurora Fluminense* de iniciativa exclusiva de Evaristo. Sabe-se, ao contrário, que representava o esforço de alguns redatores. José Apolinario Pereira de Moraes, José Francisco Sigaud, Francisco Crispiniano Valdetaro e Evaristo da Veiga; José Apolinario, gaúcho de nascimento, habilitara-se a cursar uma escola de direito na Capital do país. Não se estabelecendo aquí a Faculdade, regressou ao Rio Grande do Sul. Na sua província fundava, em 1830, uma folha liberal, *O Vigilante*. O Dr. Sigaud era francês e aportara ao Rio em 1826, com os diplomas de bacharel em letras e doutor em medicina, e destinado a uma existência destacada e profícua na sua pátria de adoção.

Basta lembrar que foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e que teve a honra de ocupar uma das cadeiras deste Instituto Histórico. Francisco Valdetaro era também médico e mais tarde exerceria um posto de direção na Imprensa Nacional.

Essas individualidades tão diversas quanto à origem, dois fluminenses, um gaúcho e um francês dedicados a profissões diferentes, tinham, entretanto, um ponto de aproximação; a juventude. Ao tempo da fundação da *Aurora Fluminense*, o mais velho dos quatro era Sigaud, que contava 31 anos, e o mais moço José Apolinario, que mal passara dos 20. Valdetaro havia feito 22 anos e Evaristo 28.

Pois a esses rapazes ia caber a glória da publicação de uma das folhas mais influentes, na história política do país. E destacar-se-iam não pelos atributos da juventude, o ímpeto, o destemor, a veemência, mas pelos predicados que de comum acompanham a senectude — a reflexão, a prudência, a moderação. Sobre tudo a moderação.

Durante algum tempo, a *Aurora Fluminense* será escrita pelos quatro redatores mencionados. Mas muito cedo os outros se afastam, por motivos ainda não conhecidos. E Evaristo da Veiga mantém sosinho o seu jornal. Aumenta-lhe as saídas, publicando-o tres vezes por semana. Embora ele declarasse mais tarde — “os primeiros números da *Aurora* não nos pertencem” — não encontraríamos diferença na orientação do periódico. A influência de Evaristo foi a que desde o primeiro número se fez sentir, irresistível e absorvente.

A ação dos jornais, a esse tempo, era maior do que hoje, por mais paradoxal que pareça a afirmativa. Embora as enormes máquinas rotativas tenham substituído os prelos de mão e os linotipos houvessem afastado os tipógrafos, o certo é que as gazetas, ha um século, encontravam maior repercussão, por uma série de motivos, que devemos recordar. Inicialmente, o jornal não constituia ainda empresa de comércio, não se elevava à categoria de indústria, pois não havia perspectivas de lucro material. Surgia o periódico para a doutrinação política, para a defesa de algum ideal, e mesmo quando encontrasse am-



biente favorável era quasi infalível desaparecer com o movimento que o inspirara. Em torno da gazeta formava-se como que um partido, que levava as suas opiniões ao jornal e dele receberia a necessária palavra de ordem. Os entusiastas costumavam frequentar a casa do redator, o que dava ao empreendimento uma feição nítida de clube político. Desde que não havia preocupação comercial, os periódicos não se guerreavam com a animosidade comum aos concorrentes. Ao contrário, os que estivessem na mesma feição, cerrariam fileiras, comunicando-se intensamente por meio das transcrições recíprocas, coparticipando das polêmicas dos companheiros. Um jornal do Rio discutia com os periódicos das províncias, e vice-versa, atribuindo ao jornalismo uma feição nacional, que hoje infelizmente não encontramos na mesma proporção, apesar das tiragens enormes e do progresso dos meios de comunicação. Em verdade, nenhuma força pode rivalizar com o poder de proselitismo e de influência do desinteresse pessoal.

A *Aurora Fluminense* appareceu em campo numa hora propícia, quando se reanimava no país a doutrinação jornalística, em seguida ao colapso resultante da dissolução da Assembléa Constituinte. Prendendo ou deportando os Jornalistas de 1823, hostis à corrente portugueza, D. Pedro impedia por alguns anos a actividade da imprensa. Em 1826, Pedro Chapuis inicia a publicação de *O Verdadeiro Liberal*, com um êxito consideravel. Em trinta dias, contava mais de 400 subscriptores, que lhe garantiam as despezas de impressão. Talves por isso mesmo, não demorou a reacção governamental contra Chapuis, que em fins de março de 1826 interrompia a publicação de seu periódico — era levado à prisão e mais adiante deportado.

Em maio de 1826 instalava-se, entretanto, a Assembléa Geral, cuja presença, como em 1823, se verificara com a Assembléa Constituinte muito vinha animar o jornalismo de combate. E' o que nos mostra o admiravel Armitage:

“Não obstante o silencio relativo da imprensa, durante o período decorrido entre a dissolução da Assembléa Cons-



tituinte e a convocação da Legislativa, apenas começara esta as suas sessões, os liberais, de novo as ativaram e appareceu uma quantidade de jornais pugnando pelas opiniões e interesses da opposição”.

Vinham secundar as grandes vozes, que na assembléia se constituíram em pregadores do liberalismo, Odorico Mendes, José Custodio Dias, Lino Coutinho, Feijó e Bernardo de Vasconcellos, que ia ser o chefe da organização liberal.

Dentro desse mesmo espirito surgira, já em 1826, a *Astrca*, de Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, periódico de grande significação politica, uma das forças decisivas da luta extrema, que iria empolgar todas as atenções do espirito público. A *Aurora Fluminense* não esquecia os louvores ao ilustre e denodado companheiro de batalha, dizendo, em 1828:

“Uns poucos de jornais hoje se contam, que seguem o estandarte constitucional: a *Astréa*, objeto da raiva dos Absolutistas, e que por vezes tem levado a desesperação e o susto aos inimigos das nossas liberdades, apresenta os seus títulos de antiguidade, como o primeiro que, depois da expulsão do *Verdadeiro Liberal*, levantou no Rio de Janeiro o grito generoso da censura politica.”

Iniciada a peleja os combatentes surgem, animados pela nobreza da causa. Já em 1828, o próprio Evaristo da Veiga nos apontaria o *Farol*, luz e glória da provincia de São Paulo, o *Universal* e o *Astro*, de Minas Gerais, que não cessam de vigiar no sagrado fogo do amor da Pátria, e de nossos foros, fogo que já não pode extinguir.”

Em setembro de 1829, a *Aurora Fluminense* encontrava no Brasil 32 periódicos, “dos quais, tirando-se tres ou quatro, que se occupavam de anúncios, ou noticias commerciaes, todos os restantes eram exclusivamente politicos.” Assim o diz Francisco de Sousa Martins, na Revista deste Instituto Histórico. Evaristo só exceptuara o *Diário do Rio*, pois que todos os outros de alguma forma concorriam para a doutrinação politica. A maioria se enfileirava na corrente liberal.

No Rio pelejavam *A Astréa*, *A Aurora Fluminense*, a *Luz Brasileira* e a episódica *Malagueta*, enfrentando o *Diário Fluminense*, o *Jornal do Comércio*, o *Analista*, o *Courrier du Brésil*, considerados ministerialistas. Nas províncias, os liberais contavam o *Universal*, de Ouro Preto, o *Astro*, de São João d'El-Rei, o *Eco da Serra*, do Tejuco, o *Farol Paulista*, o *Constitucional Rio-Grandense*, o *Baiano*, a *Abelha Pernambucana*, o *Diário de Pernambuco*, o *Constitucional*, de Recife, o *Farol Maranhense*, para citar apenas os principais.

A atividade jornalística crescerá, sob o impulso das tormentas, que vão preparando o 7 de Abril, multiplicando-se os batalhadores e iniciando-se, em 1830, o martirologio, com o sacrifício de Libero Badaró na capital paulista. Em janeiro de 1831, numa quarta-feira, haviam saído à luz, no Rio, segundo o registro da *Aurora Fluminense*, 11 periódicos diferentes, a saber; os 4 diários, o *Repúblico*, o *Tribuno*, o *Modcrador*, o *Espelho da Justiça*, a *Voz Fluminense*, o *Simplicio* e a *Aurora*.

Nenhum, entretanto, se equipara à *Aurora Fluminense*, na segurança da ação, na cultura do comentário, no equilíbrio das atitudes moderadas. Campeão do constitucionalismo, esposando os sentimentos da causa nacional, ao mesmo passo que sustenta as reivindicações liberais, a abolição dos morgados, o estabelecimento do juri nas causas crimes, à organização dos conselhos provinciais, a extinção da Intendência Geral de Polícia, a reforma dos Conselhos Municipais, o combate às comissões militares, Evaristo defende sem fraquezas os postulados nativistas, impugnando a participação do Brasil na querela da sucessão portuguesa, desagravando o Pavilhão Brasileiro nos episódios com a soldadesca estrangeira.

A popularidade de Evaristo e de seu periódico afirmou-se rapidamente, nos acontecimentos de 1828. Revela-o um de seus melhores biógrafos, o Dr. De Simoni, contando-nos que:

“A revolta dos Irlandeses, no Campo da Aclamação, no fim de março de 1828 e a entrada do vice-almirante Roussin

neste porto com morrões acesos, em 6 de julho do mesmo ano, abriram ao sagaz escritor um destes ensejos. Eram estranhos que insultavam o país com as armas que este lhes confiara para defendê-lo; era o sangue brasileiro que havia sido derramado pelo insulto: eram estranhos que nos jornais (*The Rio Herald*) apoiavam a afronta e pretendiam esbulhar os Brasileiros dos direitos de defenderem suas vidas e suas casas, irritando-se de sua reação, chamando-a de insulto e barbaridade. Que fatos, que circunstâncias para o coração de Evaristo! Que matéria para a sua pena."

A sua loja de livreiro enchia-se de admiradores, que iam aplaudir-lhe o destemor da atitude. Desde esse momento, Evaristo é o órgão supremo da opinião pública, no que ela pode apresentar de mais sensato e equânime. Os seus comentários surgem com a voz da própria coletividade:

"A Paz; teremos a paz? Eis o que em todos os encontros, em todas as reuniões perguntam os cidadãos uns aos outros; e com efeito tão funestos têm sido os resultados da guerra, que não haverá Brasileiro, que, de coração, não anele a paz".

E' a sua linguagem sobre a guerra da Cisplatina. E assim pensam realmente todos, como será também a opinião coletiva aquele seu comentário sobre a intervenção do Brasil nos negócios de Portugal:

"A intervenção do Brasil nos negócios de Portugal é em extremo impopular no Rio de Janeiro; sejam quais forem as gradações no modo de pensar político de cada um, a repugnância por semelhante iniciativa hostil pode denominar-se geral. Por causas apartadas, mas que convergem para o mesmo ponto, o Servil, o Constitucional, o Metropolitano e o Independente, todos concordam em que nada ha mais absurdo do que ir o Brasil entrar em

uma empresa só própria dos tempos das Cavalarias andantes; fazer guerra sem ter meios, e produzir com os seus escassos socorros um resultado todo desfavoravel aos Constitucionais Portugueses, acabando de sublevar contra eles o espirito de nacionalidade dos seus compatriotas, o qual é sempre mais forte do que todos os argumentos de conveniência.”

Mas todos esses combates, num período de lutas ardentes e de paixões exaltadas, Evaristo os sustentará com bravura e moderação, sem sacrificio da energia dos comentários, nem desfalecimento na polidês das frases. Esse o merecimento, que já lhe reconhecia Armitage, entusiasmado, por certo, ao encontrar, na ironia grave e austera desse livreiro humilde, aquele sabor cáustico e aquele ar distante do melhor *humour* britânico.

“Em sistema (dirá Armitage) o seu jornal era tão indisputavelmente oposto à política seguida pelo Governo Imperial como o poderia ser o mais exaltado liberal; contudo a precisão dos seus raciocínios, a harmonia da sua linguagem, e uma ironia pacífica, mas frizante, em lugar das declamações vagas e turbulentas, que até então estavam em moda, logo deram a conhecer o quanto a *Aurora* contrastava com os outros periódicos seus predecessores.”

Evaristo não se filia a nenhum partido. E' uma voz independente, que se faz ouvir no meio da agitação, indicando sempre os rumos seguros da constitucionalidade e da ordem. Os adversários surgem de todos os lados, tão numerosos entre os reacionários como entre as fileiras do jacobinismo republicano. Diziam-lhe:

“E' forte mania a dos rapazinhos de agora! Todos querem ser autores e governar o governo! No nosso tempo, quem é que escrevia sobre Política? Quem é que se atrevia a ir aprofundar os segredos dos Gabinetes? Algum homem formado, daqueles de mãos cheias, que tinham queimado as suas pestanas em Coimbra.”

Impávido, Evaristo prosseguirá, no rumo que a sua vontade invencível se traçou. E melhor do que ninguém, ele próprio nos diria:

“A nossa Folha, evitando cuidadosamente os dois extremos da servilidade abjeta e do louco exaltamento, devia desde logo desagradar a um grande número de pessoas, e é o que na realidade nos aconteceu; os absolutistas e os homens iscados de velhos prejuízos nos trataram de *revolucionários* e *sediciosos*; e os anarquistas taxaram-nos de *equivocos*, *pouco enérgicos*, ou mesmo de *lisonjeiros*. As nossas páginas falarão por nós; e se aí se descobrir o espírito de adulação e o desejo de fazer corte ao Poder, ou os furores da sedição, e da revolta; nós nos sujeitamos à animadversão pública, sem repugnância. E’ nos homens moderados e de boa fé, que havemos buscado apoio; a nossa esperança não foi traída; eles têm feito justiça à nossa sinceridade, desculpando generosamente as faltas, de que fazemos confissão não hipócrita.”

Nas horas de crise política, quando se extremam os partidos, custa tão pouco ir de bubuia, ao sabor das correntes impetuosas! Mas resistir ao impulso das águas e colocar-se na confluência das ondas opostas, é esforço a que só se atrevem as almas sobrehumanas. E Evaristo não somente teve a audácia do empreendimento, como conseguiu a glória excelsa de havê-lo cumprido. Não o arrastarão nunca do terreno em que se firmou. Diante dos ministérios, não se condena ao elogio permanente, ou à oposição sistemática; reconhece as qualidades do adversário; pratica voluntariamente na sua folha o direito de resposta; não replica as injúrias. E sendo ele próprio um modelo, constitue-se verdadeiro censor do jornalismo da época. Ao registrar o aparecimento dos periódicos, que vinham, nas províncias, bater-se pela mesma causa em que estava empenhada a *Aurora Fluminense*, o primeiro cuidado de Evaristo é examinar-lhes a moderação da linguagem, para louvar os côrtezes, ou advertir os que lhe



parecessem demasiadamente rudes, ou grosseiros. E certa vez, saíra de sua pena esta lição admirável:

“O estilo chufo, que predomina em alguns dos nossos jornais, não honra, certamente, a Causa da Liberdade, que defendem, e pouco aproveita ao Povo, cujos direitos devem ser sustentados com decência e dignidade. O principal objetivo do escritor liberal, no Brasil, deve ser a educação política da população, e para esse fim o que mais convem é a exposição das boas doutrinas constitucionais em linguagem inteligível e polida. Não dizemos que se desterre o estilo jocoso, mas que aí reine sempre um verniz decente; é sim mister que se maneje a arma do ridículo, porem não que o jornalista se avilte com a burlesca máscara de um bufo.”

#### O SETE DE ABRIL

Teófilo Otoni foi exato e preciso, quando nos disse, na sua frase famosa, que o 7 de abril havia sido uma verdadeira decepção. “Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra. Secretário do Clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que nos últimos dois anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus!”

Quem acompanha a coleção da *Aurora Fluminense* encontra a confirmação do conceito de Teophilo Ottoni. O ano de 1831, para Evaristo da Veiga, é uma fase intensa de polêmicas jornalísticas, em que espanta o órgão mais influente do partido exaltado, o *Repúblico*, de Antonio Borges da Fonseca, que se achava no auge da popularidade. Levado ao juri pela acusação de federalismo, o *Repúblico* era absolvido por unanimidade e aplaudido pela assistência numerosa e entusiástica. Mas Evaristo combate o que chama a “democracia de Ba-



rata". Continua a defender a constituição. O exemplo da América Espanhola desperta-lhe o receio de que o federalismo pudesse, no Brasil, dar os mesmos resultados anárquicos e funestos, sobretudo quando se atentava nas analogias que nos aproximavam desses países, "atentos (dizia Evaristo) os elementos que compõem a sua e nossa população, o estado idêntico das luzes, e esse anhelos de liberdade ardente, indefinido, apaixonado, que se nota em uma e outra região da América".

Ainda, a 23 de fevereiro de 1831, a *Aurora* dizia:

"O Brasil não é tão forte e tão poderoso que tratemos já de dividi-lo em dois outros pedaços. Si isso tem de vir, recebamo-lo da mão do tempo."

Os sucessos da "noite das garrafadas", com as manifestações e agressões do elemento português contra os Brasileiros, não alteraram a atitude de Evaristo, apesar dos riscos em que incorrera e dos agravos recebidos da turba enfuriada. O seu artigo célebre — "o sangue pede sangue" — está longe da intenção vingativa, que geralmente lhe atribuem. O próprio Evaristo no-lo explicaria com a maior clareza:

"Bem longe de pedirmos sangue, nós lastimamos a sua efusão, que é efeito quasi inevitavel da agressão que foi perpetrada por alguns portugueses contra os brasileiros. Choramos sobre esta triste necessidade das dissensões civis, não lhe damos o nosso assento e aprovação. Não somos nós que pedimos sangue, é o mesmo sangue derramado; é o sentimento de indignação que aparece geralmente nos brasileiros, é a insolência dos seus inimigos, que continua sem afrouxar. Tudo isto presagia a guerra civil, presagia hostilidades funestas, de que são causa os primeiros que romperam a paz pública, aquí conservada até agora."

Desencadeada a tormenta, Evaristo aceita a situação de fato. Antes de 1 hora da madrugada, a 7 de abril, encontra-se no campo de honra, para correr a sorte da luta armada, que aliás seria incruenta.

Já a representação de 17 de março, de que ele mais tarde confessaria ter sido “um dos dois redatores”, valia por uma intimação a Pedro I, para que coibisse e punisse os abusos de que se havia tido exemplo alarmante e doloroso da “Noite das garrafadas”. Linguagem enérgica, embora comedida, mas por isso mesmo impressionante:

“A ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado, si a representação não for atendida e os seus votos completamente satisfeitos.”

Empolgando o poder, depois da revolução, os moderados querem salvar o país da anarquia, que vai crescendo por toda parte, no preamar de instintos e de apetites despudorados. E é nesse momento que a ação de Evaristo da Veiga atinge à culminância de sua benemerência, realizando aquilo a que Joaquim Nabuco tão justamente denominou -- “ditadura da opinião”. Enfrenta os agitadores com uma vivacidade intrépida e irresistível, usando todas as armas de uma inteligência agil e poderosa, desde a doutrinação até a sátira aguda e cáustica. Fustiga os covardes que depois da vitória se tornaram valentões. E decalara solenemente que “apesar das bravatas com que ameaçam tudo, a ordem se firmará, logo que os verdadeiros liberais entendam que não têm inimigos mais irreconciliáveis do que os *bebedores de sangue*. E com a palavra eloquente, vinha a ação necessária. Integram-se na Sociedade Defensora da Independência e Liberdade do Brasil todos os que propugnam pela causa da ordem pública, como Vergueiro, Odorico Mendes, Paula e Souza, Carneiro Leão, Costa Carvalho, José Bonifácio, Martim Francisco, Limpo de Abreu, Lima e Silva, as grandes figuras da época. Mas o sócio n. 1, o promotor e a alma da instituição, é Evaristo Ferreira da Veiga, o apóstolo da moderação e da paz social.

Não seria possível acompanhar detidamente o esforço ciclópico desse lutador, no período que vai de 7 de abril a posse de Feijó, como regente único (12 de outubro de 1835), ou

ao termo da publicação da *Aurora Fluminense* (31 de dezembro de 1835). Na sua grande tribuna jornalística e na Sociedade Defensora, Evaristo continua impertérrito, na façanha hercúlea de consolidação do regime. Outro setor já lhe havia sido proporcionado, com a sua eleição para suplente da deputação mineira na segunda Legislatura (1830-1833). Eleito pela Província de Goiaz e havendo obtido relativamente maior votação nesse colégio eleitoral, o brigadeiro Cunha Matos, também eleito por Minas, abria margem à carreira parlamentar do primeiro suplente, que era Evaristo da Veiga, Reconduzido, ainda, por Minas Gerais, à 3ª Legislatura (1834-1837), já Evaristo figura entre os que obtinham maior votação nos colégios mineiros. A 4ª Legislatura viria encontrá-lo duplamente eleito, em duas províncias, a de Minas e a do Rio de Janeiro.

A sua cultura de homem público lhe permite, no cenário parlamentar, o debate de assuntos os mais diversos, desde a elaboração orçamentária até as reformas constitucionais. A sua crítica é sempre moderada, norteadas menos pelas paixões partidárias que pela nobreza e superioridade de um pensamento substancialmente construtivo. A sua eloquência não se alimenta de figuras de retórica, mas da segurança de suas opiniões e da verdade de sua palavra sempre escoreita, despreocupada e singela. Alguns de seus discursos constituíram, por isso mesmo, grande triunfo parlamentar, como por exemplo, o que pronunciou, em 1832, sobre a destituição de José Bonifácio da tutoria do Príncipe. É notável a firmeza com que enfrenta, sem desvantagens, a sátira agressiva de um polemista como Martim Francisco.

Emfim, senhores, como o senador Firmino Rodrigues da Silva, devemos dizer: “Em seis anos, de 1831 a 1837, esse homem de proporções tamanhas, empreendeu e levou a cabo a obra de uma geração: restaurar a força moral da ordem pública, abalada por uma revolução”. Ou como Joaquim Manoel de Macedo: — “De 1831 em diante, Evaristo foi o principal e o mais influente chefe do par-

tido liberal dominante, que se denominou *moderado*: dirigiu a opinião com a sua *Aurora* e por meio da Sociedade Defensora da Liberdade, que então fundou, e atraído e inspirado pela plêiade de jovens talentosos e patriotas”. Ou como um dos grandes jornalistas do Segundo Império, Octaviano: — “Em nossas cenas políticas, não ha vulto mais digno de estima e de sympathia do que o de Evaristo. Apresenta-se sempre com um patriotismo extremo de ambição pessoal: não reclama os foros de homem de Estado, sendo, aliás, a cabeça que dirige os esforços e combina os planos do partido nacional”. Ninguém foi tão constantemente sereno, ninguém se preparou para os acontecimentos, nem os acolheu, nem os encaminhou com mais previdência e segurança do que esse grande cidadão.”

Em dezembro de 1835, a *Aurora Fluminense*, que havia completado oito anos de publicação ininterrupta, despede-se de seus leitores, em um artigo memoravel. Considerava encerrada a sua missão. “As tentativas da restauração frustaram-se, com a morte de Pedro I, os sonhos da república esvaem-se de todo: o homem da confiança da maioria da nação está ocupando a cúpula do edificio social, no segundo quatriênio da menoridade de D. Pedro II; e uma notavel mudança que se opera nos espiritos, parece conduzir a população para os cuidados da paz, da indústria e dos melhoramentos. Os votos do redator da *Aurora Fluminense* estão, pois, em grande parte preenchidos, e o que resta fazer, é mais obra do legislador do que do jornalista.”

Quando começa, então, contra Feijó, a opposição de Bernardo de Vasconcellos e Honório Hermeto, Evaristo não assume à tribuna de defesa. Pronuncia, ainda, alguns discursos, mas sem a mesma vehemência anterior. Prefere dedicar-se aos trabalhos da Sociedade Amante da Instrução, cooperando para a causa do ensino, que sempre tantos desvelos lhe merecera, em todas as tribunas de que se servira. Quebrantara-se-lhe a saúde, no ardor da peleja sem tréguas. Em 22 de novembro de 1836, parte para Minas Gerais, afim de agradecer

aos mineiros o apoio manifestado em todos os pleitos a que se candidataria. Eram as suas primeiras férias, em um decênio árduo e tempestuoso. A 2 de maio de 1837, Evaristo da Veiga já se encontrava no Rio. A sessão legislativa começaria no dia seguinte. Mas Evaristo não assistiria a instalação da Assembléia. Uma enfermidade violenta o assalta e a 12 é o desenlace fatal, precisamente à 1 hora da tarde. Não chegara a completar 38 anos de idade. E fizera tanto pela Pátria!

A notícia de sua morte abala toda a cidade.

Os funerais têm a correspondência de uma consagração. Havia, ao que se lê nos jornais da época, 60 seges no cortejo fúnebre, e assegurava-se que 700 tochas não haviam sido bastante para o comparecimento do povo. E o que se fez mais notável, dizem essas folhas antigas, é que concorreram aos funerais homens de todos os partidos e até mesmo os que haviam tido discussões graves com o publicista da Regência.

Os panegiristas acudiram em grande quantidade, ao elogio de Evaristo, glorificado em prosa e verso pelas notabilidades da época. Diremos que os necrológios de então, que ele foi o Franklin brasileiro? Proclamaremos, com Armitage, que Evaristo foi “um dos escritores políticos mais talentosos, não só no Brasil, como da língua portuguesa? Lembraremos, como Joaquim Manoel de Macedo, que morreu simples livreiro o homem que, até certo ponto, governou o Brasil, ou tomou parte na direção dos seus destinos durante quatro anos, sem ter sido ministro, nem receber emprego de qualquer espécie, ou comissão lucrativa?

E’ difícil o louvor de quem tantos louvores mereceu. Mas si de todos esses grandes serviços à Patria houvessemos de destacar o mais raro e meritório, certamente concluiríamos, senhores, que ninguém, mais do que Evaristo da Veiga, dignificou no Brasil a profissão jornalística, elevando-a, enobrecendo-a nessa *Aurora Fluminense*, que soube ser, entre todas as tormentas de um período agitado, uma



serena e luminosa lição de ética e um exemplo incomparável de patriotismo e de abnegação.” (*Palmas prolongadas.*)

O SR. MANOEL CICERO (1° *vice-presidente*), cumprimentando, em nome do Instituto, e no seu próprio, ao brilhante conferencista, declara encerrados os trabalhos, informando que o eminente consócio, Sr. professor Mendes Corrêa, realizará, no próximo dia 27, uma conferência sobre o *Homem dos sambaquis*.

Levanta-se a sessão às 18 e meia horas.

*Virgílio Corrêa Filho*, 2° secretário, interino.

### TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA EM 21 DE JUNHO DE 1937 (SESSÃO 1.632ª)

PRESIDÊNCIA DO SR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

(2° *Vice-presidente*)

Às dezessete horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgílio Correia Filho, Alfredo Nascimento Silva, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Manuel Tavares Cavalcanti, Herbert Canabarro Reichardt, José Maria Moreira Guimarães, José Wanderley de Araujo Pinho, Leopoldo Feijó Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Braz HERNANEGILDO do Amaral, Fernando Luiz Vieira Ferreira e José Mattoso Maia Forte.

O SR. MAX FLEIUSS (1° *secretário perpétuo*) leu a ata da segunda sessão ordinária, realizada em 12 de maio último, a qual foi, sem discussão, aprovada por unanimidade.

O SR. VIRGILIO CORRÊA FILHO (2° *secretário interino*) leu das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. TAVARES DE LYRA (*servindo de presidente*) comunicou o falecimento dos tres ilustres consócios, Srs. Paulo Setubal, eleito



a 15 de dezembro de 1934 sócio correspondente e falecido a 4 de maio último, embaixador Victor Maúrtua, sócio correspondente eleito em 27 de abril de 1925 e falecido a 27 de maio passado e Laudelino Freire, sócio efetivo eleito a 31 de maio de 1917 e falecido a 18 do corrente.

Disse que, no momento próprio, o eminente orador perpétuo dirá, com o habitual brilhantismo, sobre a personalidade dos ilustre extintos. Na ata ficaria registrado um voto de profundo pesar.

O SR. PRESIDENTE nomeou para levar as despedidas do Instituto ao Sr. Manoel Cicero, 1º vice-presidente, que embarca amanhã para a Europa, os Srs. Braz do Amaral e Leão Teixeira Filho e para assistirem pelo Instituto o embarque do Sr. Max Fleiuss, 1º secretário perpétuo, que segue a 1 de julho próximo para Buenos Aires, na qualidade de representante oficial do Brasil no 2º Congresso de História Internacional da América, que se reunirá naquela cidade, os Srs. Virgílio Corrêa Filho, 2º secretário interino, e Leopoldo Feijó Bittencourt.

Em seguida, o Sr. LEOPOLDO FEIJÓ BITTENCOURT, teve a palavra para fazer a sua conferência sobre Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba, que foi um dos fundadores do Instituto. O Sr. Feijó Bittencourt foi ao terminar muito aplaudido.

O SR. PRESIDENTE disse que em 25 de julho de 1773 fazia-se a transferência da sede do governo do Rio Grande do Sul do Viamão para o Porto dos Casais, que nesse dia, pela primeira vez teve o nome de Porto Alegre, dado pelo governador Manuel Jorge Gomes de Figueiredo Sepulveda. Para recordar a efeméride na sessão de 25 de julho próximo, convidava o sócio efetivo presente, Sr. Canabarro Reichardt.

O SR. MAX FLEIUSS, antes de encerrar-se a sessão, disse que o Sr. Pedro Calmon também fora convidado a tomar parte no 2º Congresso de História Internacional da América, e, por isso, deviam ser extensivas a ele, que embarcaria amanhã, pelo *Augustus*, as despedi-

das do Instituto. O Sr. Pedro Calmon agradece as referências feitas à sua pessoa pelo Sr. Max Fleiuss, apoiadas pelo Instituto.

Saudando-o, o Sr. Tavares de Lyra declara que a mesma comissão que apresentará os votos de boa viagem ao Sr. Manoel Cicero, deverá fazê-lo ao Sr. Pedro Calmon, e, em seguida, encerrou a sessão.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

*Virgílio Corrêa Filho*, 2º secretário, interino.

#### QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE JULHO DE 1937 (SESSÃO 1.633ª)

PRESIDÊNCIA DO SR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

(2º *Vice-presidente*)

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Theodoro Sampaio, Braz Hermenegildo do Amaral, Rodrigo Octavio Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Leopoldo Feijó Bittencourt, Rodolfo Garcia, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Alfrede Ferreira Lage, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Lucas Alexandre Boiteux, Francisco José de Oliveira Vianna, Afonso de Escragnoille Taunay, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Valladão, Manuel Tavares Cavalcanti, José Maria Moreira Guimarães, Fernando Luiz Vieira Ferreira, e Herbert Canabarro Reichardt.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu a ata da sessão anterior, realizada em 21 de junho, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

O SR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO (2º *secretário interino*) leu das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. TAVARES DE LYRA (*Presidente*) disse ser o presidente eventual dos trabalhos, substituindo o Sr. Conde de Affonso Celso, cuja ausência se justificava no triste acontecimento que acaba de enlutar a sua digna família. Propunha que se consignasse em ata que, logo no início da sessão, o Instituto exprimia o seu grande pesar e se associava à máguia que fere o coração de seu presidente perpétuo.

Acreditava interpretar o sentimento unânime designando uma comissão para pessoalmente apresentar ao Sr. Conde de Affonso Celso os sentimentos de pesar do Instituto.

Aprovada, sob aplausos, a indicação do Sr. presidente, nomeou este para constituírem a referida comissão os Srs. Theodoro Sampaio, Vieira Ferreira e Virgílio Corrêa Filho.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) deu conhecimento ao Instituto de que tomou parte nas reuniões do 2º Congresso Internacional de História da América reunido na cidade de Buenos Aires, de 5 a 13 do corrente, não só na qualidade de delegado do Governo brasileiro, como na de representante do Instituto e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual. Foi hóspede de honra do governo argentino, tendo nesta última qualidade por companheiro o Sr. Pedro Calmon. Apresentou ao mesmo Congresso uma memória e interviu nos debates das sessões, sempre para tratar de assuntos referentes ao Brasil.

O SR. TAVARES DE LYRA (*presidente*) propôs um voto de louvor ao Sr. Max Fleiuss pela maneira por que se conduziu naquele congresso, extensivo ao Sr. Pedro Calmon, que igualmente muito ali dignificou o nome do Brasil.

Propôs ainda que se publicasse como anexo da ata dos trabalhos da sessão as notícias do *Jornal do Comércio* e do *Jornal do Brasil*, sobre a atuação do Sr. Max Fleiuss em Buenos Aires.

O SR. FLEIUSS salientou o papel que no congresso teve o Sr. Pedro Calmon, referindo que no Jockey Club de Buenos Aires fez ele uma

interessante palestra sobre D. Pedro II, figura tão cara ao Instituto. Pedia, assim, que se inserisse na *Revista* do Instituto a belíssima palestra do Sr. Pedro Calmon.

O Instituto aprovou com palmas as propostas sobre a transcrição da noticia relativa ao Sr. Max Fleiuss e bem assim sobre a conferência do Sr. Pedro Calmon.

O SR. TAVARES DE LYRA (*presidente*) deu em seguida a palavra ao Sr. Canabarro Reichardt para fazer a sua conferência sobre a — *Fundação da cidade de Porto Alegre*, ocorrida em 25 de julho de 1773.

O SR. CANABARRO REICHARDT, da tribuna, disse o seguinte:

### *A fundação de Porto Alegre*

Meus caros confrades:

A escolha do obscuro orador, para dizer algo sobre a efeméride de 25 de julho, proporcionou-me o ensejo de saldar duas dívidas ao mesmo tempo.

Uma para com este Instituto, em cujo seio devo a honra de ser admitido participando deste convívio ilustre, onde se cultivam as letras e se relembram cousas do passado.

Destacarei daqui tres nomes que o Brasil já consagrou: Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss e Barão de Ramiz Galvão. Tres grandes vidas, tres beneditinos das letras. Nem os anos, nem as prolongadas vigílias conseguem diminuir-lhes o ardor do estudo e o entusiasmo pela Pátria.

A outra dívida é para com a cidade que me viu nascer, da qual guardo a mais grata e pura das recordações. Recordações de mocidade, sonhos e esperanças, primeiros triunfos que embevecem e fazem imaginar a vida um carinho de rosas entre sorrisos e aplausos...

Minhas senhoras:

Meus senhores:

Somente em começos do século XVIII entrou Portugal a preocupar-se com a extrema parte meridional de sua imensa colônia na América.

A descoberta das minas do Brasil despertaram no Governo da Metrópole a idéia de cuidar melhor das riquezas de seus domínios quasi ao abandono.

A Capitania do Rio Grande de São Pedro, também chamada pelos antigos cartógrafos capitania del-rei, fora doada em 1678 a Salvador Correia de Sá, seu filho e neto, que dela não cuidaram, abandonando-a à Corôa.

Preocupava-se também Portugal da insaciavel cobiça espanhola que já se assenhoreara de quasi dois terços do Novo Mundo. Sentia-se por isso na necessidade de opor barreiras à maior penetração, principalmente ao sul, onde terras imensas jaziam à mercê do primeiro ocupante.

A antiga Colônia do Sacramento, à margem oriental do rio da Prata, constituia o limite extremo entre os dois domínios, separados pela imensa bacia daquele rio.

A florescente Montevidéu deveria tornar-se uma rival da poderosa Buenos Aires, sede de um dos vice-reinados espanhóis na América. Era ali que se daria o entrechoque dos dois poderios que o tratado de Tordesilhas, em vez de lhes pôr um freio, não fizera sinão recrudescer os ardores de conquista e de rivalidade.

Era para ali que agora o Governo da Metrópole concentrava suas atenções, receioso de que o domínio espanhol lhe arrebatasse aquela esplêndida situação, ponto mais facil de acesso ao oceano à florescente navegação do rio da Prata.

Entrementes, as províncias ao sul de São Vicente “continuavam a ser o imenso e perigoso deserto” que urgia povoar para criar ele-



mentos próprios de vida e resistência às frequentes incursões espanholas. Já anunciavam elas todo o perigo que depois demonstraram e o esforço que foi preciso dispendar para desalojá-las. Mas foi pensando sobretudo na Colônia do Sacramento que o Governo Português se resolveu a criar núcleos de população ao sul.

Data de 1716 uma carta em que D. João V participava ao governador do Rio de Janeiro a remessa da primeira leva de casais de colonos da Nova Colônia. Era à Colônia do Sacramento que el-rei se referia.

Somente em 1736 é que deveriam sair as primeiras levas de emigrantes destinadas ao Rio Grande de São Pedro. Antes, porem, em 1725, João Magalhães fundava a primeira povoação no Rio Grande, à margem norte do canal, próximo da atual São José do Norte (Rego Monteiro. *Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul*, pág. 17).

Aqueles primeiros povoadores, chamados casais, eram compostos de habitantes da ilha dos Açores. Explica-se essa preferência. A fama das minas de ouro do Brasil espalhara pela Metrópole um furor de emigração, que ameaçava o Reino de despovoamento.

O abandono das terras e a escassez de habitantes constituíam uma preocupação séria que urgia remediar sem prejudicar o outro problema: o do povoamento das terras de alem-mar.

Eis porque o Governo da Metrópole destinava agora os habitantes das ilhas para as correntes emigratórias da América.

Borges Fortes, em seu interessante e documentado livro *Casais*, descreve as peripécias dessas primeiras levas, perlustrando, durante longos meses o oceano, em frágeis embarcações à vela, no maior desconforto, até chegarem à ilha de Santa Catharina, seu porto de destino. Dalí se irradiariam para os territórios limítrofes de Laguna, até chegarem ao Rio Grande, para se fixarem nos campos de Viamão.

Rego Monteiro (*op. cit.*, pág. 20) refere-se a uma licença concedida em 1741 a Francisco Carvalho da Cunha, pelo bispo D. frei João da Cruz, para ereção de uma capela em sua fazenda em Viamão.



Este Francisco Carvalho da Cunha é considerado o fundador de Viamão, não só pelos serviços por ele prestados, como por permanecer habitualmente no lugar. As dimensões da capela que aí se erigiu e a solidês de sua construção, tornaram o lugar também conhecido por Capela Grande.

As vicissitudes das armas portuguesas na Colônia do Sacramento, convenceram o governo de Portugal da necessidade da criação na margem sul do Rio Grande, de um ponto de apôio aos seus navios que demandavam o Prata.

O brigadeiro José da Silva Paes, chefe da expedição que deixara o Rio de Janeiro em junho de 1736, em socorro de Montevidéu, convenceu-se de que todo o seu esforço em recuperar aquela praça seria inútil, sem uma base segura para as suas operações militares.

Obedecendo às instruções recebidas, depois de ver frustados todos os objetivos da expedição, empreende o último: entra no Rio Grande para aí tentar fixar-se. Desembarcando na margem sul do canal, trata de pronto de entrincheirar o improvisado acampamento.

Foi assim que se fundou, em 16 de fevereiro de 1737, o presidio Jesus Maria José, origem da atual cidade do Rio Grande.

Consistia esse presidio em um fortim quadrangular, tendo montado nos ângulos, quatro pequenas peças de artilharia. Uma pequena guarnição, com suas famílias, foram os seus primeiros rudimentos.

Ainda com José da Silva Paes, em 1748, no governo da Capitania de Santa Catharina, começaram a chegar os primeiros combôios de colonos açorianos a Desterro.

De então para cá, até 1752, chegavam anualmente a essas remotas plagas, dezenas de casais que vinham fundar uma nova pátria.

Animava essa gente deixar as plácidas e risonhas paragens de suas ilhas, de clima sempre ameno, a esperança de fortuna facil. As facilidades e auxílios prometidos pelo governo<sup>a</sup> lançava-os nessa aventura.

Quantos não ficariam pelos caminhos, abatidos pelas vicissitudes da penosa viagem, na qual eram gastos cerca de tres meses! Os que chegavam ao porto do destino, após tantos sacrifícios, ainda haveriam que sofrer maiores desilusões.

Embarcados em frágeis sumacas, erravam meses a fio pelos mares do sul, batidos da borrasca. Alguns naufragavam. Outros, depois de perigosa travessia, cheia de trabalhos, ao chegarem à entrada da barra não podiam entrar, porque os vagalhões furiosos ameaçavam tragá-los, como aquele navio do mestre Manoel de Jesus em 1754, que nos conta Borges Fortes: “obrigado a voltar ao porto de procedência, depois de ter passado um mês no mar e investido a barra do Rio Grande tres vezes sem lograr vencer a fúria do oceano”.

Muitos daqueles casais destinados à Colônia do Sacramento, depois de tentarem em vão radicar-se naquelas terras, fustigados pelas contínuas incursões espanholas, refugiaram-se no Rio Grande, onde esperavam encontrar ambiente propício à sua vida laboriosa e pacífica.

Ha divergências quanto ao logar em que João de Magalhães estabeleceu a mais antiga povoação daquelas terras do Rio Grande.

Borges Fortes localiza-a nos Campos do Magalhães, ao sul de Laguna, de onde derivariam os fundadores do futuro núcleo de Viamão.

Rego Monteiro, também com bons fundamentos, o dá como fundador do núcleo a margem norte do canal da barra, próximo a atual de S. José do Norte.

Manoel Duarte, porem, explica que depois dessa investida inicial da “frota de João de Magalhães”, em 1725, houve um recuo, para só voltar em 1734 e fixar-se finalmente no Continente.

O certo, porem, é que se fixam dois pontos de povoamento da antiga Capitania del-rei: o do porto do Rio Grande e o dos campos de Viamão, aos quais se seguem o de Santo Amaro e Rio Pardo, linha avançada na defesa da Capitania contra as invasões pelo sul.

Começara em 1732 a concessão de sesmarias, de preferência ao longo da faixa litorânea. A zona do Viamão possuía já grande número de estâncias, desde o Gravataí até o Guaíba, então chamado Rio Viamão.

Refere a tradição que o nome deste lugar é tirado do panorama que daquela elevação se tem do vale do Guaíba, o qual, com os vários rios que nele desaguam, figura a mão humana com os dedos separados.

A chegada dos primeiros casais açorianos ao porto do arraial de Viamão, data de 1752, no lugar denominado sítio do Dornelles, propriedade de Jeronymo Dornelles de Menezes e Vasconcellos, primeiro povoador do local. Recebera ele essas terras por carta de sesmaria concedida pela Câmara da Laguna, em 1747.

O porto do arraial de Viamão, era um ponto de trânsito obrigatório, quer para os que demandassem os campos de Viamão, quer para as tropas que, subindo o Jacuí, iam para o Rio Pardo.

“Ilhéos, os açorianos, observa Borges Fortes, teriam armado os seus fogões pela praia, mitigando a saudade do oceano e provendo-se na pesca para melhorar a alimentação”.

Augusto Porto Alegre, em seu livro *Fundação de Porto Alegre*, (pág. 23), entusiasmado com a beleza do lugar escolhido, atribue a esse motivo a predileção de seus primeiros povoadores. Ouçamô-lo na descrição: “ A resolução dos açorianos de passarem-se de Viamão para o porto, que lhes ficava defronte, teve como principal motivo sua excepcional posição, pois apresenta-se soberba essa cidade privilegiada, feita em anfiteatro, dotada de natureza opulenta, pompeando por toda a parte trechos surpreendentes de efeitos panorâmicos, cortada em vários sentidos pelos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, até formar a majestade do Guaíba, beijando as fimbrias esmeraldinas de suas praias imensas, ou soluçando as margens das ilhas tingidas do verde das vegetações, como se fossem esmaltes severos de Limoges, ali atiradas num banho profuso de prata liquefeita”.

E' pouco provavel que aqueles robustos açorianos tivessem visto aquellos logares somente sob aquele aspecto tão poético e edênico. Estariam ali para procurar a própria subsistência da maneira mais rude e prosaica e o logar os favorecia por muitos motivos.

Entretanto, como as belezas naturais são sensíveis a qualquer es-pírito, é muito natural que influissem tambem na eleição do logar.

O crescente desenvolvimento da Capitania do Rio Grande de S. Pedro, o começo de sua colonização com a chegada dos casais açorianos, o estacionamento de tropas em vários pontos de seu território, influíram para que Gomes Freire desmembrasse o seu governo, até então dependente do de Santa Catharina.

Pela carta régia de 9 de setembro de 1760, foi nomeado Ignacio Eloy de Madureira seu primeiro governador, estabelecendo no Rio Grande a séde do seu governo.

As dúvidas sobre limites entre Portugal e Espanha no Rio da Prata, pareciam agora solucionadas com o tratado de 1750, obra de Alexandre de Gusmão.

Detenhamo-nos um momento sobre este notavel estadista português, brasileiro de nascimento, pois viu a luz do dia em Santos, no ano de 1695. E' irmão do célebre Bartholomeu de Gusmão, o voador. O eminente confrade, ministro Rodrigo Octavio, já fez dele notavel estudo em conferência realizada no salão da Biblioteca do Itamarati.

Ministro dos negócios ultramarinos no reinado de D. João V, prestou ao Brasil relevantíssimos serviços.

Alem do importante tratado de 13 de janeiro de 1750, deve-lhe o Rio Grande do Sul esse outro inestimavel serviço, qual o de ter estabelecido por conta do governo português, a corrente emigratória dos Açores, a que nos referimos atrás.

Gomes Freire, viera em 1752 do Rio de Janeiro especialmente ao sul para proceder à demarcação de limites e encontrar-se com o emissário espanhol, o marquês Val de Lyrrios. Por esse tratado, Por-

tugal, em troca das Missões, incorporava a tão ambicionada Colônia do Sacramento.

Esse tratado, teve entretanto uma inesperada e viva oposição por parte de um elemento com o qual ninguém contava: os índios guaranis.

Esses catecúmenos dos missionários da Companhia de Jesus, foram sempre ambicionada presa de portugueses e espanhóis. A obra das missões foi impiedosamente arrasada, graças a guerra, que lhe moveu o marquês de Pombal, mas a sua história e as suas ruínas ainda existentes podem comprovar a grandeza do descortino de seus fundadores a par de uma profunda compreensão humana daquelas almas selvagens.

Devendo abandonar as Missões para consequente entrega, conforme estipulações do tratado, a revolta dos índios desarticulou os planos colonizadores de penetração que Gomes Freire traçara.

“Em vez de fazer avançar para o longínquo interior do Continente, nota Borges Fortes, (*op. cit.*, pág. 124) aquela massa de colonos, o que competia agora à administração era acolhê-la, alimentá-la e dar-lhe instalações.”

Dessa circunstância resultou ficar uma parte no porto de desembarque (porto de Viamão) seguindo a outra para o Viamão, sendo num e noutro acomodados com a escassez dos recursos locais.

Essa revolta dos índios, que só terminaria em 1756, com a batalha de Caiboaté, exerceu considerável influência no crescimento desses núcleos de povoações às margens do Guaíba e Jacuí, obrigando o fracionamento de algumas das antigas sesmarias, e seu melhor aproveitamento.

Entrementes a situação na Europa sofria grandes mudanças, em consequência da eterna rivalidade entre Estados e suas malfadadas alianças. O “Pacto de Família”, como chamavam o tratado de 15 de agosto de 1761, pelo qual a Espanha se aliara à França e Portugal à Inglaterra, fora negociado com o fim de contrabalançar in-



fluências políticas. Aqueles Estados, em breve, das ameaças passariam à guerra declarada.

Esse estado de cousas não podia deixar de refletir-se também na América. Gomes Freire, prevenido pelo governo da metrópole, ia tomando suas providências militares, mas grado os escassos recursos de que dispunha.

Por parte da Espanha, D. Pedro de Cevalos, governador de Buenos Aires, desde 1760 vinha reclamando de Gomes Freire a entrega das terras do Rio Grande. Reclamação essa que se tornaria mais insistente depois do tratado de 1761, em consequência do qual, dizia aquele, ficara anulado o de 1750 e em vigor as disposições anteriores do tratado de Tordesilhas.

Pelas linhas desse tratado, como se sabe, Portugal perderia o Rio Grande e uma parte de Santa Catharina em favor da Espanha.

Enquanto esses fatos se passavam num cenário mais vasto, o antigo porto do Viamão ia aumentando de valor. Em 1762, vendia Jeronymo Dornelles a Ignacio Francisco, por oitocentos mil réis, a estância do morro de Sant'Anna, compreendendo as terras que constituíam o seu sítio à beira do Guaíba. Esse Ignacio Francisco era um daqueles 35 portugueses que constituíram o primeiro núcleo de povoação, fundado por João de Magalhães.

Dentro em breve, porem, rebentaria a guerra no Rio da Prata com o ataque de Cebalos a Montevidéo. Sua fraca resistência e queda tornara iminente a marcha das forças invasoras sobre o Rio Grande. No Rio de Janeiro morria simultaneamente Gomes Freire, mais pelo desgosto de ver perdida a Colônia do Sacramento, fruto de tantos cuidados e preocupações.

A situação militar do Rio Grande era deplorável em consequência da nenhuma atividade de seu governador. As providências para a defesa de suas fortificações, eram insuficientes e tardias. Verdade, é que Madureira ou por já se achar enfermo ou por incapacidade, nada fez para evitar a invasão.



A indecisão e a fraqueza do coronel Thomaz Luiz Osório, comandante do forte de Santa Thereza, guarda avançada da defesa do Rio Grande contra a investida de Cebalos, foram a causa da derrocada de todos os planos de defesa do Continente.

A entrega sem o disparo de um só tiro da posição e a retirada desordenada da tropa para o Rio Grande, foram o início dessa calamidade, que tão fundas consequências trouxe para a economia daquela província.

O reduto do Rio Grande começou a ser abandonado às primeiras notícias de defeecção dos defensores de Santa Thereza. Madureira não tentou a menor resistência. A sua única preocupação era atravessar o Canal e alcançar São José do Norte. O seu embarque com o que poudo levar do erário real e algumas peças que guarneciam o forte, lançou o maior desânimo e confusão entre os defensores. Nem bem se embarcara e já o saque geral aumentava a desolação e aflição dos que não conseguiam obter transporte. Quando D. José de Molina, no comando de pequena força, penetrou no Rio Grande, encontrou-o já abandonado.

De São José do Norte, passou-se Madureira para Santa Catharina e daí para Viamão, para onde mandara transportar os remanescentes de seu governo. Fora o seu único ato acertado. A mudança do governo para Viamão seguiu-se logo após a invasão espanhola que, como se sabe, deu-se a 14 de abril de 1773.

Pouco depois, é Eloy substituído pelo coronel José Custodio de Faria e Sá, que inicia a resistência ao invasor, resistência que acabaria por expulsá-lo completamente em 1776, depois de um domínio de 13 anos, reabilitando o brio das armas portuguesas e reintegrando o Rio Grande na posse do seu território.

Não podemos deixar de relembrar aqui a valorosa figura de Raphael Pinto Bandeira, símbolo do despertar da alma gaúcha na repulsa ao invasor castelhano.

Nascido em solo riograndense em 1738, de pai lagunista, não herdou contudo as características de seus maiores açorianos, morigerados, laboriosos e refratários à guerra. Pinto Bandeira, no nomadismo dos pampas, onde o cavalo é tudo: o amigo, o guia, o companheiro inseparável na luta, o guarda, o consolador nas tristezas do gaúcho, adquiriu uma formação desconhecida, própria, adaptada ao meio em que nasceu.

Raphael Pinto Bandeira pode considerar-se o precursor dessa nova raça de homens valorosos: o gaúcho. Idealista, afeto a todas as fadigas, sempre pronto para a luta, indomável, invencível, é tal qual se viu com aquele punhado de bravos na epopéia de 35.

Dentre as providências que o governador José Custodio tomaria, de pronto, além das de caráter militar, estariam as de socorrer aqueles casais que a invasão expropriara, deixando-os sem terra e sem lar.

“Sob a gestão de José Custodio, nota Borges Fortes, foram escolhidos os sítios mais próprios para fundarem lugares, para que em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando e no contorno de cada lugar, nas terras que ainda não estiverem dadas em sesmaria se assinalará um quarto de légoa em quadro a cada um dos cabeças de casal do mesmo lugar na forma declarada do dito Edital.”

José Custodio permaneceu no governo da Capitania até 1769, sendo substituído em 25 de abril pelo coronel José Marcelino de Figueiredo.

Marca a nomeação desse governador o início de uma administração fecunda e inteligente. A luta contra o ocupante espanhol, assume um vigor até então desconhecido: a localização e o amparo aos colonos ilhéos toma uma orientação definitiva. Os planos esboçados por José Custodio, de localizar os casais açorianos às margens do Guaíba, na estância de Ignacio Francisco, tiveram a sua realização com José Marcelino de Figueiredo.

“As terras da estância foram desapropriadas e repartidas pelos casais, ficando todas ocupadas exclusivamente pela gente dos Açores, com exceção única do local onde estava a sede do estabelecimento de Ignacio Francisco, que continuou sob a sua propriedade.”

Discutiu-se por muito tempo o número exato dos chamados *casais de número* que primitivamente habitaram Porto Alegre. Opinam uns ser de 22, outros de 60. Augusto Porto Alegre investigando o assunto, informa ser da primeira opinião Manuel Antonio de Magalhães, que viveu no lugar pelos fins do século XVIII e princípios do XIX, no desempenho do cargo de administrador do quinto e dízimo e município das tropas do Rio Grande do Sul e que escreveu o “Almanak da Vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul em 1808”. (Os títulos naquela época eram maiores que os assuntos).

Porem, o citado Porto Alegre, afirma que a respeito organizou uma lista da qual “resulta patente que os primeiros povoadores de Porto Alegre foram 60 casais, subindo ainda este número, tendo-se em conta os que vieram a esforços do benemérito José Marcelino de Figueiredo ou por própria vontade.”

Borges Fortes em “Casais”, dá a lista completa dos moradores de Porto Alegre no ano de 1784, quando foi feito um recenseamento dos proprietários de terras no Rio Grande do Sul, pelo provedor da Fazenda Real, Ignacio Osorio Vieira e constante da Coleção 104 do Arquivo Nacional.

O antigo porto do Viamão, passou então a chamar-se: Perto de S. Francisco dos Casais. Tirara-se essa nova designação da Capelinha que os casais erigiram próximo à praia, da qual S. Francisco era o padroeiro. Augusto Porto Alegre localiza esse primeiro templo de culto católico na praça da Alfândega, hoje Senador Florencio.

As habitações dos casais alinhavam-se à beira do Guaíba, onde se localiza a atual rua dos Andradas. No meu tempo chamavam-na ainda rua da Praia.

A região beira rio era conhecida pela Praia do Arsenal.

As construções eram rudimentares: taipa ou madeira, cobertas de capim ou folhas. Tijolos e telhas, não existiam. Para construções mais importantes, mandavam buscá-los na Laguna em Santa Catharina.

A subida da antiga rua de Bragança (Floriano Peixoto) até a antiga rua da Igreja (Duque de Caxias), era constituída de grandes chácaras onde se plantava trigo e cuja produção era abundante e de boa qualidade.

Devo explicar, para quem não conhece Porto Alegre, que as citadas ruas constituem o atual centro da *urbs*, com suas magníficas avenidas, arranha-céus, e onde os terrenos valem uma fortuna.

O governador José Marcelino de Figueiredo compreendeu sem demora a importância do lugar, magnífico centro de irradiação fluvial para as diversas vias que demandam o interior da Capitania. A idéia da transferência da sede do governo de Viamão para as margens do Guaíba, passou a entrar em suas cogitações para o que começou a tomar as suas disposições.

A mais importante delas, foi a regularização das concessões de terras a colonos que haviam sido feitas com muitas irregularidades, e nessa importante tarefa teve o governador um auxiliar prestante e competente em Alexandre Montanha, oficial de engenheiros.

A área das antigas concessões que, pelo edital de 1747 era de quarto de légoa em quadra a cada casal, foi reduzida à metade, aumentando pelo dobro a respectiva lotação.

Os que se viram assim diminuídos em suas concessões, obtiveram uma compensação muito mais valiosa, qual a de adquirir um título de propriedade que os investia definitivamente na posse de suas terras.

“Foram tão relevantes os esforços que neste ramo da administração prestou Montanha, nota Porto Alegre, (*op. cit.* pág. 26) que seus préstimos de novo tiveram aproveitamento na medição das terras em Taquari”.

Em 1769 escrevia José Marcelino ao vice-rei marquês do Lavradio, não só sobre a conveniência da criação do núcleo colonial no antigo Porto do Viamão, como também sobre a transferência para ali da sede do governo, da Câmara e da Provedoria da Fazenda Real.

“Esta parte da proposta recebeu formal desaprovação do marquês do Lavradio, em carta que dirigiu ao governador do Rio Grande, a 2 de outubro de 1770.

E’ provavel, nota Borges Fortes, (*op. cit.*, pág. 196) que essa resistência oferecida pelo marquês a seus planos, levasse José Marcelino ao Rio de Janeiro, passando o governo do Continente às mãos do coronel Antonio da Veiga Andrade, em 26 de outubro de 1771.

Quando José Marcelino voltou ao Rio Grande do Sul, em junho de 1773, já trazia autorização do referido marquês para efetuar a mudança da sede do governo.

Por carta de 24 de julho de 1773, dirigida aos juizes ordinários e oficiais da Câmara do Rio Grande, participava a sua mudança com a Provedoria para aquele porto, bem como a da Vara da Comarca eclesiástica e Cartório, acrescentando: “estas circunstancias me fazem persuadir que vmcês não hesitarão um só momento em mudarem sua residência do Arraial do Viamão com o Cartório e mais ditos oficiais para este dito porto, que brevemente hei de criar vila”.

Entretanto, somente em 6 de setembro do mesmo ano é que a Câmara realizaria a sua primeira sessão.

Observa Augusto Porto Alegre que essa mudança teve que tornar uma grande resistência oposta pelos vereadores, muitos dos quais tinham seus interesses ligados a Viamão.

A idéia da transferência já estava ha muito amadurecida no espirito de seu realizador, o qual, pela sua tenacidade e trabalho infatigavel, deve ser considerado “o verdadeiro fundador da cidade”.



Essa opinião, hoje indiscrepante, teve um opositor no velho cronista da cidade Antonio Alvares Pereira Coruja, que lhe achava falta de razão.

Augusto Porto Alegre, referindo-se a esse episódio, diz textualmente: “Coruja, ao fim de contas, não tem razão alguma; o seu protesto é inutil no assunto, até anti-patriótico, pois hoje, de quasi todas as localidades do Estado, é conhecido o seu fundador real ou considerado tal o morador (\*) e ninguém lembrou-se de vir encobrir serviços de tal ordem”.

O nome de Porto Alegre foi escolhido pelo próprio José Marcelino pelo aspecto do lugar, realmente risonho. Colinas suaves circundam a cidade, que se eleva numa ondulação de morros no amplo e magestoso estuário do Guaíba, pontilhado de ilhas verdejantes.

---

Cabe agora revelar o enigma que envolvia a vida de José Marcelino de Figueiredo, cujo verdadeiro nome é Manuel Jorge Gomes de Figueiredo Sepulveda.

Qual teria sido a causa que obrigou esse leal e prestantíssimo súdito a abandonar o seu nome de Sepulveda, da mais alta e antiga linhagem do reino de Portugal?

Conta-se que, estando certo dia numa taberna, em Lisboa, entraram tres officiaes ingleses para beber: Ou por já estarem alterados pelo alcool ou por qualquer outro motivo, começaram a destratar a pessoa do rei de Portugal. Fizeram-no, porem, tão ruidosamente que Sepulveda, como official que era, não pode deixar de intervir. Fê-lo calmamente, porem em termos enérgicos, exigindo-lhes satisfação.

Os officiaes ingleses, longe de se desculparem da descortezia, redobram as invetivas. Sepulveda desembainha a espada e, na luta,

---

(1) Declarações feitas em 1813, perante o Senado da Câmara de Porto Alegre, por João Rezende de Azevedo Neto, morador da ilha da Pintada ha mais de 40 anos, o que equivale dizer, anterior á mudança da capital.



que se travou, fica morto um dos ingleses. A Inglaterra reclamou, exigindo punição do culpado. O desforço do português, porem, era tão justo, que o marquês de Pombal contentou-se com privar Sepulveda de seu honrado nome. Mais tarde, porem, foi-lhe concedida permissão para usá-lo novamente.

A mudança da capital para Porto Alegre provocou grande descontentamento na população de Viamão. Procurava ela por todos os meios obstá-la como que advinhando o efeito desastroso que tal medida produziria, mormente quando já se havia começado uma série de melhoramentos públicos e particulares.

José Marcelino, ao assumir o governo, em 11 de junho de 1773, não demorou em por em execução o plano já ha muito amadurecido e cuja aprovação lograra obter no Rio de Janeiro.

A cerimônia realizou-se com grande pompa, celebrando-se missa festiva de "Te Deum Laudamus", seguida de festejos populares. "A matriz estava adrede preparada, nota Augusto Porto Alegre, e o administrador seguiu para ela coberto por um pátio de chamalote branco, guarnecido de fitas, expresamente feito para a cerimônia".

Florencio de Abreu, em seu trabalho inédito (2) intitulado "Governo de José Marcelino de Figueiredo", referindo-se às injustiças de que foi vítima, acentua que: "injustos, em geral, foram os contemporâneos de José Marcelino; mas, a História o reabilita de modo lucilante, sagrando entre os mais notáveis, senão o mais notavel e eficiente dos governadores que o Rio Grande possuiu na fase colonial".

Dos termos de uma carta do marquês de Lavradio, escrita ao seu sucessor, no vicereinado do Brasil, se verifica como ele julgava mal o seu subordinado: "Governa o continente o coronel de cavalaria auxiliar desta capital, a quem o Sr. conde de Azambuja interinamente tinha dado aquela comissão. Aquele official, ainda que

---

(2) Agora publicado no 3º volume, pág. 177 dos "Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense".

tem muito zelo do serviço, e limpeza de mãos, em nada adiantou o estado militar, e, pelo que toca ao mais, contentou-se com a vaidade de escolher sítios e terrenos, a que foi pondo o nome de vilas, mandando riscar em papel como elas deviam ser edificadas; porem, como não havia gente, nem o mais que era preciso para elas se estabelecerem, ficou tudo em nome e em papel”.

Para refutar o que aí ficou dito, não são precisos argumentos: a obra que ele deixou é a sua melhor defesa.

Não foram, porem, somente essas as increpações que teve a sua administração no Rio Grande. A luta que José Marcelino teve que sustentar durante todo o tempo de seu governo para vencer a resistência dos prejudicados com a transferência da capital para Porto Alegre, é outro capítulo desse bem lançado trabalho do ilustre historiador patrício, desembargador Florencio de Abreu, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

De uma feita, para obter que a Câmara contribuisse com cinco dobras (80\$000) para a construção da ponte da Azenha, foi preciso usar de violência ante a recusa peremptória dos vereadores. “José Marcelino, em represália, mandou fechar o portão da capital aos vereadores, não consentindo regressarem a Viamão, onde moravam. Durante quatro dias conservaram-se presos, sob o pretexto de deverem assistir às ladainhas rezadas no mês de maio, mês em que se verificava o incidente. . . Afinal, resolveram-se a conceder a quantia exigida e foram soltos, não sem levarem a sua queixa ao poder superior”.

Esses dissídios repetiam-se frequentemente, a propósito de qualquer colaboração em melhoramentos públicos que o governador solicitava à Câmara.

O incidente mais grave, porem, ocorreu com a prisão do coronel Rafael Pinto Bandeira, ordenada por José Marcelino. Era uma injustiça que o governador praticara contra o valente cabo de guerra,

que tanto se distinguira na expulsão do invasor castelhano. Surgira essa ordem de um mal entendido sobre o quinto, pertencente à Fazenda Real, nas presas de guerra.

O caso provocava sensação; “a Câmara Municipal, que não perdia vasas de fazer pecuinhas a José Marcelino, reúne-se, em sessão extraordinária e jura, em ato solene, como Rafael era vítima de perseguição, não lhe faltam atestados e documentos passados pelo comércio e outras corporações em seu desagravo”.

Chegando as reclamações e recriminações aos ouvidos do governo da metrópole, depois deste ordenar um rápido processo, a que teve de responder Rafael Pinto Bandeira, foi mandado pôr em liberdade e reintegrado no comando de seu regimento e José Marcelino recolher-se à guarnição do Rio de Janeiro, a que pertencia.

“A 31 de maio de 1780, passa definitivamente o governo ao seu sucessor, brigadeiro Sebastião Xavier Cabral da Câmara.”

E assim termina o seu governo, no Rio Grande, o mais esforçado dos seus governadores.

O português teve sempre um profundo sentimento religioso. Não ha povoação portuguesa, por mais insignificante, que não tenha a sua capelinha, em cujo culto ha sempre um nimbo de poesia. A maior parte de nossos templos remonta aos tempos da colônia. Em sua construção exhibia o reinícola um vasto engenho arquitetônico e artístico. A generosidade dos *ex-votos* mantinha a continuidade dessas construções colossais, que ainda hoje causam admiração pela solidez e fartura decorativa.

O culto que nasceria juntamente com a povoação do porto do Viamão, era modestíssimo. A falta de sacerdote no lugar, deveria trazer aquelas pobres famílias em graves preocupações. O culto divino fazia-se, uma vez por outra, quando, porventura, de passagem, um sacerdote vinha a Viamão ou do Rio Grande.

Mas, quando a intenção é boa, até um tosco oratório, no recesso do lar, permite ao homem abrir seu coração aos eflúvios da divina graça.

Referindo-se àquela escassês de assistência espiritual de que tanta questão faziam nossos maiores, dizia Augusto Porto Alegre: “E quando não era em suas casas que prestavam culto ao Deus de sua fé, faziam-no em ligeira oração em alguns dos poucos oratórios abrigados nos costados de certas casas, em vários pontos do terreno da capital, ainda mal delineada, sem simetria, no trecho em que de preferência teve início o povoamento”.

Em 1752, chegava a Porto Alegre frei Faustino de Santo Alberto, da Ordem dos Carmelitas, que imediatamente cuidou da ereção de uma capelinha, em intenção de São Francisco, no terreno cedido por Ignacio Francisco, antigo dono daquelas terras. Essa capelinha foi que deu, como vimos, o nome ao lugar: de Porto de São Francisco dos Casais.

Cuidou ainda frei Faustino da localização do novo cemitério, tirando o então existente do lugar, que passou a chamar-se praça da Harmonia, hoje desaparecida, mudando-o para o morro da Praia, atual praça Marechal Deodoro.

Ouvia dizer muitas vezes, quando menino, que esses lugares tinham assombração. E ficava realmente possuído de vago terror. São impressões subconscientes que o povo guarda, ligadas a fatos remotos, já ha muito esquecidos.

No Morro de Santana levantou-se também um pequeno templo, sob a invocação de N. S. Madre de Deus. Transferido mais tarde esse culto para outro lugar, tornou-se depois o novo templo a igreja matriz, onde se está atualmente levantando a nova Catedral de Porto Alegre.

O antigo padroeiro da cidade foi substituído pelo de N. S. Madre de Deus, em 18 de janeiro de 1773, por influência de seu governador,

de quem era aquela santa madrinha. Ao mesmo tempo que se elevava a localidade à categoria de paróquia, mudava-se a antiga denominação de Porto dos Casais para Porto Alegre.

Quando José Marcelino deixou o cargo, em 1780, já a povoação de Porto Alegre possuía uma população de 1.500 almas e se achava em franco desenvolvimento. Os terrenos eram vendidos pela considerável soma de 200, 320 e 400 réis o palmo!

Durante a administração daquele governador, foi ainda Porto Alegre dotada de um sistema de fortificações que a circundavam.

Não esqueçamos que a Capitania havia sido invadida pelas forças castelhanas, cuja dominação chegou até Santa Catarina. Por isso, o governador de Buenos Aires, quando enumerava seus poderes, usava agora o de governador do Rio Grande. Quando se dirigia ao representante de Portugal, na Capitania, dava-lhe o título de governador de Viamão.

Eram, pois, naturais semelhantes precauções militares. “A entrada para a povoação, escreve Augusto Porto Alegre, com exceção do lado do ancoradouro, foi fixado num só ponto, sendo praticada por um portão.”

As fortificações e trincheiras, vindo do Riacho, passavam pela Várzea, onde estava a sua entrada, seguindo daí pelos terrenos da Santa Casa, descendo até o litoral do Guaíba, pelo Caminho Novo.

Restos dessas fortificações serviriam, mais tarde, para a defesa de Porto Alegre, na guerra dos Farrapos, em 1835.

A denominação de Praça do Portão, dada à atual praça General Marques, tem sua origem na existência de um portão, naqueles tempos, o qual se fechava ao escurecer, “ficando suspenso o movimento pelo local das trincheiras e fortificações”. (*Op. cit.*).

Cuidou, ainda, José Marcelino de prover a nova capital do mais indispensável aos seus novos destinos. Distribuiu fontes públicas; edificou a casa do governador e quartéis para a tropa; organizou uma polícia rural; incentivou o plantio do trigo; criou uma fábrica de



telhas e louça de barro, montou um arsenal para conserto de pistolas e fabrico de espadas e esporas; fundou finalmente um estaleiro naval, onde se construíram diversas embarcações.

Não se descurou também da instrução e da educação da incipiente povoação. Fundou dois colégios para meninos e meninas; criou aldeamentos de índios, onde se lhes ministrava instrução e rudimentos de agricultura. A aldeia de N. S. dos Anjos, cujo nome se conserva, é uma reminiscência de um daqueles aldeamentos.

Sebastião da Veiga Cabral, que substituiu José Marcelino, escrevia, em 12 de dezembro de 1780, a seguinte carta ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, cujo trecho destacamos:

... “A povoação de Porto Alegre está situada no centro do Continente, sobre terreno sólido, em abundância de pedra; por ora não ha falta de madeiras suficientes e conserva a menos de quatro léguas de distância uma boa fábrica de telha e tijolos; a imediação em que está da Lagoa dos Patos lhe facilita as viagens e transporte para as duas fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo e a socorrê-las os Armazens Reais, que, não sendo atualmente de consideração, são contudo de remédio. A freguezia de Porto Alegre consta de mais de mil e quinhentas pessoas e no seu Distrito semearam-se este ano quatrocentos e sessenta e tres alqueires de trigo, goza proporcionalmente da pureza dos Ares do País e o seu terreno produz também com bastante facilidade...”

A crônica da cidade até os nossos dias seria matéria para outro estudo, que escapa ao términos que nos foram marcados pelo digno presidente desta Casa.

Aliás, esse estudo, além do que se lê da obra de Augusto Porto Alegre, já foi feito de modo pitoresco pelo seu mais autorizado cronista Antonio Pereira Coruja, em cujas “Antigualhas” se encontra ressuscitado o antigo Porto Alegre. Reuniu ele com paciência de colecionador: desde as lições de história até às caricaturas de personagens que passaram à tradição pela nota cômica de sua existência.



Porto Alegre foi elevado à categoria de vila, em 11 de dezembro de 1810, e a foros de cidade, pela imperial carta de 14 de novembro de 1822.

A cidade cresceu vertiginosamente nestes quasi dois séculos de existência.

Em 1742, possuía apenas 400 almas; em 1780, 1.500; em 1833, 12.200; em 1872, 34.183; em 1908, 100.000; em nossos dias, perto de meio milhão.

Quando ha pouco mais de um ano a visitei depois de uma ausência de 20 anos, custou-me reconhecer a vetusta cidade que deixara, de aspecto ainda meio colonial. Novas avenidas se rasgaram, magníficas construções elevam alterosas as suas massas de cimento; o movimento das ruas num vai e vem trepidante, dão bem a idéa da grande colmeia que já é Porto Alegre. Mostra-se a cidade cheia de atividade febril, numa ânsia de fazer o Rio Grande do Sul cada vez maior, mais forte, para glória do Brasil. (*Palmas calorosas e prolongadas.*)

O SR. TAVARES DE LYRA (*Presidente*) reitera, em nome do Instituto, os aplausos ao magistral trabalho do Sr. Canabarro Reichardt, a quem agradece o haver assentido ao convite para realizar a conferência.

Antes de encerrar os trabalhos, convidava o sócio efetivo, Sr. Pedro Calmon, para fazer, na sessão de 26 de agosto próximo, uma conferência sobre o *Príncipe de Bagnolo*, general Gian Vicenzo Sanfelice, que, em tal data, no ano de 1640, falecia na Baía, sendo sepultado na igreja do Convento do Carmo, e que tão importante papel desempenhou na luta contra a invasão holandesa.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, segundo secretário interino.

SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À MISSÃO CULTURAL URUGUAIA (SESSÃO 1.634, EM 13 DE AGOSTO DE 1937)

PRESIDÊNCIA DO SR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

(2º *Vice-presidente*)

Às 16 e meia horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, Theodoro Sampaio, Alfredo do Nascimento Silva, Helio Lobo, Thiers Fleming, José Matoso Maia Forte, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Emilio Fernandes de Souza Decca, Basílio de Magalhães e Rodrigo Octavio Filho.

O SR. TAVARES DE LYRA (*Presidente*), convidou a ocuparem assento à mesa os Srs. Eduardo Victor Haedo, ministro da Educação do Uruguai; Raul Monteiro Bustamante, Eduardo Salterain y Herrera e senador uruguaio Luis Alberto Herrera.

Em seguida o SR. TAVARES DE LYRA (*servindo de presidente*) disse:

“Na ausência ocasional do eminente e preclaro Sr. Conde de Affonso Celso, cabe-me a honra de presidir à sessão de hoje, especialmente convocada para recebermos os ilustres intelectuais da missão uruguaia, aos quais apresento as cordiais homenagens do Instituto Histórico Brasileiro. Nesta casa, quasi centenária, em que se cultua o passado e se aprende a História, não ha quem desconheça os feitos e as glórias da nação amiga, a que nos ligam os mais estritos laços de solidariedade americana. Por igual, ninguem ignora aquí o valor e a expressão cultural dos embaixadores da inteligência do povo irmão, que vieram trazer ao Brasil a palavra de sua carinhosa afeição. Para receber aos laureados visitantes, foi promovida

solenidade e confiado ao nosso secretário perpétuo, o erudito Sr. Dr. Max Fleiuss a honrosa incumbência de dizer-lhes as seguranças de nossa admiração e alto apreço. Tem a palavra o Sr. Max Fleiuss

Longa salva de palmas se fez ouvir, quando o Sr. Tavares de Lyra terminou.

### ALOCUÇÃO DO SR. MAX FLEIUSS

Sr. Ministro da Educação da República do Uruguai — Srs. delegados da Missão Intelectual do Uruguai.

Cumpro, neste momento, duplo e agradável dever: saudar os ilustres intelectuais do Uruguai e corresponder a uma ordem do meu eminente e fraterno amigo, Sr. Conde de Affonso Celso, insigne presidente perpétuo deste Instituto.

Releva desde logo salientar também o quanto me penhorou a benévola acolhida que me dispensaram o ilustre professor Lucuix e a digna diretora do departamento feminino da Universidade de Montevideú, Sra. Esperanza Sierra, quando, ha um mês, tive ensejo de visitar aquele notavel estabelecimento de ensino, ali realizando duas palestras sobre assuntos brasileiros.

Senhores. A história do Uruguai está, como sabeis, vinculada à do Brasil. Em suas relações políticas, comerciais e diplomáticas brilham os nomes de Andrés Lamas, Paulino de Souza, Irineu Evangelista, Honorio Hermeto, Sinimbú, Limpo de Abreu, Lopes Gama, Paranhos (o primeiro Rio Branco), Sá e Albuquerque, que iniciou o tratado de navegação da Lagoa Mirim terminado em 1909, pelo segundo Rio-Branco.

Andrés Lamas pertence aos nossos fastos, sob vários aspectos: o diplomata, o amigo e o sócio desta Casa desde 1848, quando, pela primeira vez, veio ao Brasil, na qualidade de representante de seu nobre país.

Foi, assinala Joaquim Nabuco, o grande propagandista da paz americana, dizendo que, para colonização, estudo, labor da terra,

todas as artes, todas as virtudes, todos os hábitos de paz, só era imprescindível a Paz!

Membro desta instituição, ele a prezou com a sinceridade de seu character e amor ao estudo, reconhecendo a grandeza da investidura.

Prova-o o trecho de uma carta, toda de seu punho, escrita de Buenos Aires a 6 de fevereiro de 1886.

Nessa missiva ao 1º secretário do Instituto (na ocasião Moreira de Azevedo), Andrés Lamas propunha o Sr. Angel Justiniano Carranza para sócio e, enaltecendo os predicados do seu candidato, dizia:

“Por los titulos que le dan al doctor Carranza un lugar tan distinguido entre los que en estos países se consagran a los labores históricos, lo creo altamente merecedor de que su nombre sea inscrito entre los de sus colegas del Rio de la Plata, que hemos alcanzado la honra de la pertenecer como socios del Instituto Historico y Geografico del Brasil, que és el primero y más importante de la America Meridional”.

Tais palavras correspondem a um conceito crítico, ditado pelo varão que fundou o primeiro Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.

Lamas reconheceu e proclamou, ha mais de meio século, a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De fato, esta associação, fundada em 21 de outubro de 1838, por 27 brasileiros notáveis, vem cumprindo sem desfalecimentos, ha quasi cem anos, as suas tarefas, mantendo uma sala de leitura pública sempre frequentada, conservando os muitos mil volumes de sua biblioteca, seus numerosos manuscritos, sua mapoteca, seu museu, criado em 1851, por Francisco Adolpho Varnhagen, e publicando a sua monumental “Revista”, iniciada em 1839 e que conta hoje 167 volumes, sem incluir nesse cálculo os relativos aos Congressos de História do Brasil de 1914 e 1931, nem os do Primeiro Congresso Internacional de História da América, alem da centena de publicações especiais.

E cumpre assinalar que os seus oito presidentes têm sido todos homens, cujos nomes basta enunciar para que se dispensem quaisquer encômios.

Foram eles: São Leopoldo, Sapucahy, Bom Retiro, Joaquim Norberto, Aquino e Castro, Paranaguá, Rio Branco.

É ha 25 anos seu presidente o Conde de Affonso Celso, figura de supremo relevo nas letras, na administração, na nítida compreensão dos deveres morais, servido por uma inteligência de escol e por um coração boníssimo; de todos, em suma, querido e respeitado.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma associação que sempre soube cumprir o seu lema — *Pacifica scientiae occupatio*.

Nesta casa não ha rivalidades, não ha invejas, não ha desejos de preponderância; aquí todos trabalham modesta, mas concientemente, pela elucidação da nossa história, isto é, da nossa própria vida.

Afirmou Affonso Celso que se aumenta a energia nacional, quando se dá ao povo o orgulho de sua História. E' o nosso empenho.

E que dizer das letras uruguaias e brasileiras, senão que se confundem irmãmente em busca de seus altos ideais? Lembremo-nos apenas de Zorilla, de San Martin e Joaquim Nabuco, Rodó e Euclydes da Cunha...

Existe ainda um ponto delicadíssimo que une o Uruguai de hoje ao Instituto: o pai do digníssimo Presidente Terra encontrou em Mauá desvelado amigo, fez sua educação neste país e foi companheiro de estudos na gloriosa Faculdade de São Paulo e sempre amigo do nosso Visconde de Ouro Preto, pai de Affonso Celso, e também, sem dúvida, um dos maiores estadistas brasileiros, vice-presidente do Instituto e seu presidente interino.

Que o Uruguai, a Argentina e o Brasil sejam a trilogia sublime do Atlântico Sul, procurando ininterruptamente, cada vez mais, afirmar a sua solidariedade.



Os deveres precípuos de um povo são o conhecimento do idioma e da história nacionais.

Conheçamo-nos, esforçando-nos em mostrar ao mundo que temos a compreensão do nosso papel na civilização.

José Enrique Rodó, o genial uruguaio, advertiu: uma das formas mais perfeitas da bondade humana é dizer bem as coisas e ter no espírito ondas imaculadas, que façam as idéias surgir belas.

Que este seja o nosso modelo.

Senhores intelectuais do Uruguai, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde, na frase de Joaquim Nabuco, se aprende a colocar a Pátria acima de tudo, vos sauda de coração.

Esta casa é vossa.”

Calorosos aplausos se fizeram ouvir e, acabados estes, o SR. TAVARES DE LYRA deu a palavra ao Sr. Basilio de Magalhães.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES fez a seguinte e brilhante síntese, sobre a Literatura Uruguia.

*Cultura Geral e História* — Ao aspecto da cultura geral, devo confessar-vos que os escritores uruguaios, que mais impressionaram meu espírito foram José Enrique Rodó e o professor de Direito Internacional, Justino Jiménez de Aréchaga, autor de “La libertad política”. Esta bíblia da democracia, da verdadeira democracia, que tem orientado os povos da América, levou-se a emparelhar o seu evangelizador com o outro grande semeador de cultura, o alcandorado estilista e profundo pensador de “Motivos de Proteo”.

Deve o Uruguai orgulhar-se de tão preclaros filhos, como também de outras fulgentes mentalidades, quais Carlos Vaz Ferreira (irmão da genial poetisa Maria Eugenia Vaz Ferreira), Vitor Pérez Petit, Alberto Lasplaces, José Estape, Arturo Scarone, González Barbe e esse singular burilador de “Huanakauri” e da “Estética del Novecientos”, Alberto zum Felde.

A outras feições, percebe-se a mesma ánsia de construtora cultura, desde Andrés Lamas até Francisco Ros, Carlos de Pena Plabo,



Acevedo, Benjamin Medina, Justo e Carlos Maeso, Hermano Damasceno e Lorenzo Barbagelata. Aos brasileiros não é possível esquecer o nome querido de Manuel Bernárdez.

No altiplano da eurística, é assombrosa e resplendente a atividade uruguaia. À sombra dos louros que coroaram a fronte de Francisco Bauzá e Carlos Roxlo, Francisco Berra e Isidoro De-Maria, Santiago Bollo e Vitor Arreguine, floresceu toda uma guapa geração, que se vai desdobrando em novos e promissores rebentos. Orestes Araujo, José Salgado, Alberto Palomeque e Luiz Alberto de Herrera são, a seu turno, como que os guieiros de Alberto Marquez; de Aquilles Oribe (autor de “Espana y América” e biógrafo, tão justo, de “Capistrano de Abreu”), de Carlos Onelo Viana, autor de “La diplomacia del Brasil en el Rio de La Plata”, e de Setembrino Pereda, elaborador de uma substanciosa meia duzia de volumes, consagrado a “Artigas” e a “Garibaldi en el Uruguay”

Não menos dedicados a investigações históricas têm sido os Srs. Beas Martinez, Federico Acosta y Lara, Daniel Martinez Vigil, Telmo Manacorda, José Gomensoro, Carlos Travieso, Vicente Caputi, Pedro Berro, Pedro Bermudez Acevedo, Enrique Fabregat, Angel Vidal, Oscar Ellauri, Arsenio Bargo, Roberto Soriano, Joaquin Miranda e tantos outros.

Releva notar que, entre as cultoras dos estudos históricos, bastante se têm distinguido no Uruguai a Dra. Paulina Luisi e a senhorinha Clara Bianchi.

*Prosa de ficção* — Na prosa de ficção, também se ostenta, com brilho, no Uruguai, o elemento feminino. Assim é que, além de Luisa Luisi, que abandonou o verso, para dedicar-se à crítica literária, conseguiram justo renome ali: Silvia Guerrico, com “Los principes azules”; Adda Laguardia, com “Sendas contrárias”; Maria Inês Zolessi, com “Mi primer viaje literário”; Laura Cortinas, com “Carmita”; e Carmen Piria, de quem conheço duas fortes novelas: “El hijo ajeno” e “Tan-gô”.

Não sei se enfileirarei entre os escritores da atual geração uruguaia alguns nomes do século próximo findo. Não me é lícito, porem, esquecer o Dr. Gustavo Gallinal, autor de “Hermano lobo”, o Dr. Horacio Maldonado (“Mientras el viento calla”), Arturo Gimenez Pastor e Justino Muniz, talvez o melhor dos romancistas uruguaios.

Entre a gente moça, ocupa lugar de destaque Eduardo de Salterain y Herrera (que nos honra com a sua presença), autor de “La casa grande”, assim como Eduardo Dieste, autor de “Los místicos”, e o admirável observador do ambiente popular, Domingos Soca, autor de “Vaivens de la vida”. Ao lado deles, figuram com produções que abriram sulco indelevel nas letras uruguaias: Oscar Belán (“Dios te salve”); Adolfo Ballesteros (“Luz mala”); Antonio Soto (“El molino quemado”); Lorenzo Cladera (“Maria Antonia”); Manuel Romero (“Audacias de una pobre pluma”); Rómulo Lottero (“Comentários”); Arturo Silva (“Cuentos simples”); Juan Carlos Welker (“Esquinita de mi barrio”); Justo Leal (“Vidas en la sombra”); Alberto Nicolini (“Mientras la vida pasa”); Jerónimo Zolessi (“Exaltaciones”), e Valenti Sáiz (“Salvaje”).

As tendências modernistas, postas de manifesto por Lautreaumont, Laforgue e Supervielle, transparecem também em “La Cruz del Sur”, de Juan Filartigas.

O teatro igualmente atraiu ali formosos talentos, quais os de César San Román, Ricardo Roldán e Miguel Escuder. Parece-me, entretanto, que as mais primorosas revelações desse aspecto da inteligência uruguaia foram o Dr. Carlos Salvagno Campos, com “La Salamandra”, e “D. Juan derrotado”, e Otto Miguel Cione, com “Lauracha” e “El arlequín”.

*Poesia* — Maria Eugenia Vaz Ferreira, a genial escultora de “La isla de los cánticos”, tão cedo arrebatada pela morte, e quasi tão destitosa quanto a consagrada Delmira Agostini, buriladora de “Los astros de los abismos”, foi a radiosa inspiradora do resplendente

movimento feminino, que caracteriza e aformoseia a cultura uruguaia. E' uma das raras mulheres de pensamento, uma das raras tangedoras de lira, que tem tido dos seus comovidos e gratos compatriícios a honra perene de um monumento na praça pública. O que lhe foi erguido em El-Prado e devido ao talento estético de Belloni, não é apenas uma coroa imperecível para a grande cultora da poesia; é também uma coroa refulgida da alta e nobre cultura do povo uruguaio.

Das mãos sonoras de Maria Eugenia passou o cetro divino para as mãos de fada de Juana Ibarbourou, professora e poetisa, que tanto soube lucubrar para as crianças das escolas uruguaias a "Selección de leturas" e o "Ejemplario", quanto soube burilar e lantejoular, para as almas sedentas de beleza, os tres maravilhosos escriptos de estesia, que se intitulam "El cántaro fresco", "Lenguas de diamante" e "Raiz Salvaje".

A seu lado fulguram a laureada Luisa Luisi, talento poliforme e incansavel, assim como Sarah Bollo e Alicia Freire, de cuja formosa intelligência são provas exuberantes "Savia nueva", "Polen" e "Eva".

Já me referi, no meu pequeno e pálido discurso de 10 do corrente mês, no Instituto de Educação, a um dos casos mais interessantes da literatura uruguaia, fenómeno de suma raridade no mundo cultural: é o da herança do talento poético, é o da passagem da lira das mãos de Maria Teresa Sáenz, a autora de "Pitangas y sinasinas", para as mãos da filha, Raquel Sáenz, a bordadora de "La almohada de sueños".

Na constelação poética do Uruguai ainda brilham muitas outras representantes do sexo afetivo, como sejam, entre as mais, Layly de Bonavita, Maria de Muñoz, Ester Uriarte e Antonia Ferreira, esta última a cinzeladora de "Florida", lindo topónimo do lindo e histórico rincão, que é o seu céspedes natal.

Entre os homens, ha na literatura uruguaia alguns queridos das musas, antigos e modernos, que occupam o primeiro plano. Assim é que as tres fases da poesia uruguaia, no século findo, tiveram por figuras pinaculares a Francisco Acuña de Figueroa, Bartolomé Hidalgo e Alejandro Magariños Cervantes. Nem é possível falar ali em romantismo, sem que ocorram imediatamente os nomes de Adolfo Berro, Juan Carlos Gómez e Melchor Pacheco y Obes.

Os últimos abencerragens do romantismo e do parnasianismo foram os que tiveram por *pontifex maximus*, na passagem do século XIX para a centúria actual, a Zorrilla de San Martín, o bardo nacional do Uruguai, o autor de “Tabaré” e de “La leyenda patria”. Formou ele uma trindade de cintilantes discípulos: Carlos Ramírez, autor de “Los palmares”, e evocador de Artigas; Carlos Roxio, vigoroso prosador e magnífico rimador de “Cantos de la tierra” e de “El país del trebol”; e o professor Dr. Elias Regules, cujos “versos crioulos” o exalçaram ali ao incontestado posto de maior poeta gauchesco. Notarei logo que, na vibração de harpejos nativistas, também ganharam ali justa e invulgar fama Orosmán Moratorio, Ernesto Silveira, o autor de “Tientos”, e Pedro Leandro Ipuche, em cujas veias parece palpitar o cálido sangue charrua.

Aos Drs. Emilio Oribe (“El nunca usado mar”), Emilio Frugoni (“El eterno cantar” e “Poemas montevidéanos”), e Ildefonso Pereda Valdés, cantor da raça negra, assim como Luis Travieso e Julio Herrera y Heissig, poetas de pujante inspiração, vai sucedendo toda uma irrequieta, talentosa e fecunda plêiade de jovens citaredos. Ao lado de Carlos Escasty, poeta cosmogónico, e de Edgardo Ubaldo Gonta, cujo “El tercio azul”, vibra de entono marcial, enfileiram a Ovidio Fernández Ríos (“Horizontes de luz” e “Blasones”), Julio Casal, Blas Genovese, Ricardo Sánchez, Fernando Nebel (que teve a fortuna de ver prefaciado um seu livro por Gabriel Mistral), Gumán Papini, Manuel Medina Betancort, Enrique Lemos, Manuel de Castro, Mário Castelanos, Júlio Garet Mas, Gastón Figueira, Emilio

Tacconi, Alfredo Clulow, Vicente Maglio, Jesualdo Sosa, Enrique Garel, Cipriano Viturera, Roberto Ibañez, Carlos Lenzi, Hector Uranga, Juan Mundin, Júlio Estavillo, Humberto Zarrilli e José Fereiro, que se celebrou pelo bizarro fruto “El hombre que se comió un autobús”.

Nas províncias uruguaias também resplendem talentos de primeira grandeza. Assim, não me é possível olvidar, entre muitos outros, cujos trabalhos não pude ainda obter, os nomes do Dr. Eugênio Bergara, autor de “La esfinge doliente”, de Manuel Benavente (“En la red del silencio”), e de Juan Fagetti (“Pueblo chico”), todas em Paisandú, assim como Emilio Frias Dupré de Canelones, autor da madrigalesca e bela coletânea de versos “La fiesta de la vida”.

Deixei para o fim uma rápida, mas sincera referência a dois poetas, *last but not least*, que nos honram com a sua visita: os Srs. Fernán Silva Valdés e Raul Montero Bustamante.

O primeiro já tem o nome desde muito aureolado por seus dois livros “Agua del tiempo” e “Poemas nativos”, onde a gente não sabe o que mais admirar, se o escoreito da linguagem, se a originalidade das imagens. Do segundo, que é hoje um dos mais reputados técnicos de finanças da América do Sul, e preside ao Banco Central do Uruguai, basta-me dizer-vos que duas das suas melhores produções poéticas já figuram na antologia publicada por Manuel Ugarte para “La joven literatura hispano-americana”, ha 32 anos (1). Para encerrar esta minha homenagem aos embaixadores da cultura uruguia, vou ler-vos a tradução que fiz de “Nocturno”, do Sr. Raul Montero Bustamante. Mas, para que apreciéis melhor a musicalidade dos seus versos, dir-vos-ei também no original. Estou certo de que concordareis comigo em que o abalisado financista é igualmente um

---

(1) Com esta informação, não viso a cometer a indelicadeza de considerar vergado ao peso dos janeiros, como eu, o Sr. Bustamante, que sei ter escrito os referidos poemets antes dos 20 anos de idade.



dos mais delicados e insignes simbolistas desta ridente porção do Novo Mundo.

Eis a minha tradução do “Nocturno” do Sr. Raul Montero Bustamante:

“Lugubrementemente caminha, dentro da noite angustiada,  
Qual uma visão sombria de campos-santos tristonhos;  
Leva a fronte acabrunhada  
Sob o peso dos seus sonhos.

Lugubrementemente caminha ao clarão agonizante  
De uma lua branca e fria, fria e branca qual um morto;  
Sua sombra delirante  
Vai, sobre o ermo, para o porto.

Lugubrementemente caminha, viajante de estranhos lares,  
Pelo deserto que agitam uns negros pressentimentos:  
Conduz carga de pezares,  
De lágrimas e lamentos.

Lugubrementemente caminha, caminha lugubrementemente,  
Alquebrado sob o peso de cem extintos ideais:  
Vejo-o partir tristemente,  
Através dos meus cristais.

E’ meu espírito: foge, epilético e sonâmbulo,  
Em sua excursão eterna a campos-santos tristonhos,  
Meu espírito noctâmbulo  
Vai em busca de seus sonhos...”

Eis agora o original, com toda a sua melancólica, mas sugestiva musicalidade:

Lúgubrementemente camiña, bajo la noche angustiada,  
Como una visión sombria del país de los Ensueños:  
Lleva la fronte agoniada  
Bajo el peso de sus sueños.



Lúgubrememente camiña, á la luz agonizante  
De uma luna branca y fria, fria y branca como un muerto:  
Y su sombra delirante  
Se estende sobre el desierto.

Lúgubrememente camina, viajero de extraños lares,  
Por la llanura que agitan los negros presentimientos,  
Con su carga de pesares,  
De lagrimas y lamentos.

Lúgubrememente camina, camina lúgubrememente,  
Doblegado bajo el peso de cien muertos ideales;  
Yo lo miro tristemente  
Partir, desde mis cristales.

Es mi espíritu que huze, epiléptico y sonâmbulo,  
A' hacer su excursión eterna al país de los Ensueños:  
Es mi espíritu noctâmbulo,  
Que vae en busca de sus sueños".

#### A CONFERÊNCIA DO DR. RAUL MONTERO BUSTAMANTE

Teve, depois, a palavra o Dr. Raul Montero Bustamante, que, depois de agradecer aos Srs. Presidente e Secretário Perpétuo do Instituto as palavras que haviam dirigido à Missão Cultural e ao Dr. Basílio de Magalhães as referências à sua pessoa, com a leitura e a tradução do seu "Nocturno", começou a sua conferência "La Imperatriz de las Indias". Evocou então a figura da infanta Carlota Joaquina, depois princesa e rainha de Portugal, para desenvolver extensamente e com erudição o sonho que concebeu de fazer um novo império na América. (Essa conferência foi grandemente apreciada.)

O Senador Luis Alberto Herrera, pedindo vênica ao Presidente, fez, para agradecer, em brilhante improviso, uma síntese das relações uruguaio-brasileiras.

Ocuparam cadeiras no recinto os Srs. Embaixador Lucilio Bueno, General Teixeira de Freitas e os membros da Missão, Domingos Piroto e D. Esperanza Sierra.

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Tavares de Lyra agradeceu a presença dos membros da Missão Cultural Uruguaia e de quantos assistiam à sessão.

Levantou-se a sessão às 18 horas — *Virgílio Corrêa Filho*, Segundo secretário interino.

#### ANEXOS À SESSÃO DE 13 DE AGOSTO DE 1937

**Comissão do Secretário Perpétuo Dr. Max Fleiuss a Buenos Aires, como representante oficial do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Segundo Congresso Internacional de História da América, em julho de 1937.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil resolve nomear Dr. Max Fleiuss para representar o Brasil no Segundo Congresso Internacional de História da América, a realizar-se em Buenos Aires, em julho do corrente ano.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

*M. de Pimentel Brandão.*

Palácio da Presidência da República. Registado no livro competente. — *M. Amzalak.*

Registado a fls. 134 do livro 9 de Leis, Decretos e Portarias. Serviço do Pessoal. Ministério das Relações Exteriores, 18 de junho de 1937. — *Roberto dos Guimarães Bastos.*

## SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Deve realizar-se hoje, a sessão de encerramento do Segundo Congresso Internacional de História da América, que se reuniu em Buenos Aires.

A representação oficial do Brasil nesse certame coube ao Dr. Max Fleiuss, primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico, nomeado para tal fim por decreto do Governo, de 16 de junho último. O Dr. Max Fleiuss representa ainda o Instituto Histórico, sendo convidado de honra do Governo argentino, distinção que coube também ao Dr. Pedro Calmon.

Tendo chegado a Buenos Aires a 7 deste mês, quando as sessões do Congresso estavam se realizando desde 5, o representante oficial do Governo do Brasil tem tido atuação relevantíssima nos trabalhos.

No dia imediato ao de sua chegada, na reunião efetuada pela manhã, no Museu Mitre, leu o seu discurso de apresentação, que impressionou muito bem a todos os assistentes, recordando a aproximação leal entre os dois países. Referiu-se às palavras de Rio Branco e Joaquim Nabuco, na Conferência Panamericana de 1906, no Rio de Janeiro, às expressões de Mitre, quando, em julho de 1872, entregou a D. Pedro II, em São Cristovão, a carta credencial de Ministro da Argentina, e às palavras do Imperador. Depois leu as frases do Conde de Afonso Celso, pronunciadas na Câmara dos Deputados, em 1882, sobre a verdadeira política que se devia adotar com relação ao Prata. Falou no tratado de 7 de setembro de 1889, firmado em Buenos Aires, por Norberto Quirino Costa e o Barão de Alencar, estabelecendo que a questão de limites seria resolvida por arbitramento (tratado promulgado por decreto de 5 de novembro de 1889, no Governo do Visconde de Ouro Preto).

Falou depois da visita do General Roca e de Campos Salles, na nomeação de ambos, mais tarde, para Ministros Plenipotenciários no Brasil e na Argentina, e ainda das visitas do General Justo e do Dr. Getúlio Vargas.

Terminou com as seguintes palavras do Conde de Affonso Celso, proferidas na sessão inaugural do Primeiro Congresso Internacional de História, realizado no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1922:

“Torne-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana, mais augusta e gloriosa do que a paz octaviana dos cézares, — a paz da democracia do trabalho, do progresso moral, a paz com a antevisão da qual os anjos saudaram o natal do Messias.

E, na verdade, cabe à América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra: a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o gênero humano, a de fazer as suas vinte e uma nações atingir o ideal, à semelhança das doze tribus de Israel que, através tantas vicissitudes, chegaram à terra da Promissão.”

O discurso do Dr. Max Fleiuss foi por vezes interrompido por aplausos e, no fim, houve verdadeiramente uma aclamação.

Na sessão da tarde, na Faculdade de Direito, vários congressistas falaram, inclusive o Embaixador do Perú, na Argentina. O Embaixador aludiu a diversas figuras das letras americanas do Sul, esquecendo de citar as do Brasil.

Quando terminou, o Sr. Max Fleiuss pediu a palavra para salientar a omissão e citar os nomes dos nossos grandes cultores do século XIX: Araguaya, Santo Angelo, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Castro Alves, Fagundes Varela, Olavo Bilac, Raymundo Corrêa, Alberto de Oliveira Vicente de Carvalho, Martins Fontes, José de Alencar, Visconde de Taunay, João Severiano, Affonso Arinos, Lucio e Salvador de Mendonça, Machado de Assis, Araripe Junior, Xavier da Silveira Junior, Arthur e Aluizio Azevedo, Fontoura Xavier,

Joaquim Caetano da Silva, Couto de Magalhães, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Coelho Netto. Terminou com Euclides da Cunha, fazendo a apologia de “Os sertões”.

O discurso do Dr. Max Fleiuss foi aplaudidíssimo, tendo sido o representante do Brasil muito visitado no hotel.

## O BRASIL NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMERICANA

*Buenos-Aires*, 14 (H.) — A delegação do Brasil ao congresso internacional de história da América, constituída pelos srs. Pedro Calmon e Max Fleiuss, teve brilhante atuação. Foi unanimemente aprovada pelo congresso uma proposta do sr. Pedro Calmon no sentido de que sejam conservados e estudados os vestígios da colonização jesuita em toda a América, afim de se organizar uma história americana da Companhia de Jesus. O mesmo delegado conseguiu a aprovação da proposta do México para que nas universidades americanas se estude a história da Espanha, com aditivo à história de Portugal.

O sr. Max Fleiuss, apresentou uma proposta para que a grande história do século XVI americano, que o Instituto Intelectual de Genebra vae publicar, contenha uma edição em português.

Outra sugestão apresentada pelo sr. Pedro Calmon, e aprovada, refere-se à organização de uma biblioteca de coletânea da História Nacional, que serão trocadas entre os países do continente.

O congresso aprovou uma moção de congratulações pelo centenário do Instituto Histórico Brasileiro.

Os delegados brasileiros tiveram ocasião de retificar, durante os debates, certas questões históricas de interesse para o Brasil.

O sr. Max Fleiuss dissertou sobre a evolução literária no Império e o sr. Pedro Calmon explicou a importância da arte histórica

no Brasil, sobretudo no Estado da Baía, a propósito do resumo do delegado equatoriano, que fez referência à arte colonial brasileira.

Os delegados brasileiros foram alvo de diversas homenagens por parte dos delegados e dos intelectuais argentinos.

## EL HISTORIADOR BRASILEÑO DR. MAX FLEIUSS

A bordo del “General Osorio” llegó ayer a nuestra capital, en viaje a Buenos Aires, el distinguido historiador brasileño doctor Max Fleiuss, quien va como delegado de su país al Congreso recién inaugurado en la vecina capital.

El doctor Max Fleiuss es uno de los estudiosos de historia que hacen honor a la tradicional cultura brasileña. Secretario del Instituto Histórico desde hace 37 años, ha vivido la mitad de su vida en un ambiente altamente intelectuales, pues el Instituto Histórico del Brasil que el año próximo celebrará el primer siglo de su gloriosa existencia, es una institución admirable frecuentada por cuantos en nuestras Américas respetan y aman todo lo que significa tradición y cultura.

Aquella Institución, presidida por el eminente procer brasileño Conde de Alfonso Celso, debe gran parte de su justo prestigio actual a la apasionada y absoluta consagración de su benemérito secretario, quien, con este inapreciable servicio prestado a su patria ha ganado la consideración de que merecidamente gosa entre los hombres de estudio y las instituciones culturales nel Brasil.

El doctor Max Fleiuss es autor de varios libros, muy apreciados por su erudición y su alta probidad intelectual. Su Historia Administrativa del Brasil, obra que puede decirse única en su género, es siempre consultada con provecho y no son menos dignas de notar sus “Páginas de Historia” y sus “Apostilas de Historia del Brasil”.



El doctor Max Fleiuss que viaja acompañado de su distinguida esposa, fué recibido aquí por el Encargado de Negocios del Brasil doctor Maximiniano de Figueredo y por varias personas de nuestro ambiente intelectual que han tenido ocasión de conocer en Rio a este digno representante de la alta cultura y del sentimiento profundamente humanista de la nación brasileña.

#### VAE PARTICIPAR DO 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Passou hontem por Santos, rumo a Buenos Aires, o sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

*Santos, 2 (Da sucursal do Diário da Noite)* — A bordo do “General Osorio” passou hoje por este porto, o sr. Max Fleiuss, primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, que vae participar do 2º Congresso Internacional de História da América, não só com as credenciais daquele Instituto e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, mas também como representante oficial do Brasil e convidado de honra do citado congresso. A intervenção do historiador patricio no conclave se fará através da tese intitulada “Conceito e Interpretação da História da América e Técnica da Bibliografia e Arquivos” já enviado a Buenos Aires em 25 de maio último. Em entrevista que concedeu ao *Diário da Noite*, o dr. Max Fleiuss, que viaja acompanhado de sua senhora, esclareceu, entretanto, que sua atividade não se limitará apenas à apresentação da referida obra.

#### REVISÃO DOS LIVROS ESCOLARES DA AMÉRICA

— “No Congresso a que participarei como delegado oficial do Brasil — disse — distinção a mim espontaneamente conferida pelo governo do nosso país, farei também um discurso, relativo ao am-

biente da confraternidade americana, insistindo na necessidade de uma cuidadosa revisão em todos os livros escolares que tratem dos países americanos afim de evitar a criação de animosidades no espirito das crianças. E, depois, na Junta de História e Numismática, também realizarei uma conferência a respeito dos historiadores brasileiros, desde Magalhães Gonçalves até Manoel de Oliveira Lima”.

— “E nesse particular — frisou o illustre entrevistado — apenas farei referência aos escritores mortos.”

### UMA INICIATIVA BRASILEIRA

O dr. Max Fleiuss lembra, a seguir, que o Congresso Internacional de História da América é uma iniciativa brasileira, acrescentando que partiu de uma proposta sua e de Affonso Arinos, apresentada ao Primeiro Congresso de História do Brasil, em 1914.

Em resultado verificou-se em 1922 a primeira assembléa realizando-se agora a de Buenos Aires.

Surgindo uma interrogação do reporter concernente aos motivos de intervalos tão espaçados na realização das assembléas de história, disse o dr. Max Fleiuss:

— “É natural que assim ocorra. Pois todos sabemos que os Congressos realizados a miude, frequentemente se distinguem pela deficiência de resultados...”

A entrevista com o dr. Max Fleiuss, entretanto, não teve apenas essa frase de subtil ironia. Depois de aludir que o seu regresso se fará quanto antes, em vista da realização do centenário do Instituto Histórico e Geográfico, a 21 de outubro do ano próximo, respondeu a uma pergunta de reporter, acerca de uma próxima atividade de publicista:

— “Rapaz, quem já tem uma bagagem, de trinta e tantas obras publicadas, é justo que agora possa descansar...”

## REUNIRASE DENTRO DE UN PLAZO DE 3 AÑOS EN CHILE EL FUTURO CONGRESO DE HISTORIA

AS SE RESOLVIÓ EN LA PLENARIA DE CLAUSURA

*En la Universidad*

Luego en el local de la Universidad se realizó la recepción ofrecida por el rectorado de la misma en honor de los delegados. Por hallarse enfermo el doctor Gallo y por ausencia del vicerector, doctor Arce, dió la bienvenida a los congresales el decano de Ciencias Económicas, doctor Juan Bayetto, a quien contestó en nombre de los mismos el embajador del Perú doctor Felipe Barreda Laos. Luego habló el secretario del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil, doctor Max Fleiuss.

## FUE CLAUSURADO EL SEGUNDO CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE AMERICA

*La recepción en la Universidad*

Poco después de las 19.30 se inició en el salón de actos de la Universidad la ceremonia que en honor de los delegados había preparado la Universidad. Debía hacer uso de la palabra en esa ocasión el rector, pero, hallándose enfermo el doctor Gallo, y estando ausente en Córdoba el doctor Acre, habló el decano de la Facultad de Ciencias Económicas, doctor Juan Bayeto.

Concurrieron los ministros de Justicia e Instrucción Pública y de Guerra, el cardenal Copello, el edecán naval del presidente, capitán de fragata Schack, decanos, profesores y numerosos delegados, encabezados por el presidente del congreso, doctor Ricardo Levene.

Terminado el discurso del doctor Barreda y Laos, hizo una brillante improvisación el doctor Max Fleiuss, secretario del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil, sirviéndose finalmente una copa de champaña. La reunión se prolongó hasta después de las 21.

De *La Nacion*, de 14 de Julio de 1937.)

DISCURSO DO DELEGADO OFICIAL DO BRASIL, E  
CONVIDADO DE HONRA, DR. MAX FLEIUSS, PRO-  
FERIDO NA SESSÃO DO CONGRESSO, EM 8 DE JULHO  
DE 1937.

Trago-vos os aplausos, justos, sinceros, calorosos, do Brasil, minha terra natal, que aqui represento por delegação do eminente dr. Getulio Vargas, benemérito presidente da República.

Crede na lealdade das minhas homenagens: expressam os sentimentos de meus pais.

Como bem disse o Barão do Rio-Branco, na Terceira Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro, em 1906 — “os congressos de hoje são quasi sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, por bem entendida previsão, para regulamentar a atividade pacífica das nações, e neles se atende, por igual, o direito do mais fraco como o do mais poderoso. Eles dão corpo, forma e autoridade à lei internacional, cada vez mais acatada, felizmente, em nossos dias, o que constitue um grande passo na história da civilização. Eles têm por origem os movimentos da opinião produzida pela maior difusão da cultura intelectual, pela importância progressiva dos interesses econômicos e pela propaganda assídua dos sentimentos humanitários e de concórdia”.

Sentimentos de concórdia: eis aí a grande finalidade desta reunião !

Em 1922, no Rio de Janeiro, ao ser comemorado o centenário da Independência do Brasil, se reuniu o Primeiro Congresso Internacional de História da América, cuja origem foi uma proposta apresentada por mim e pelo inesquecido Affonso Arinos de Mello Franco, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual me orgulho de ser o primeiro secretário perpétuo, celebrou, em 1914, o Primeiro Congresso de História do Brasil.

Por isso mesmo eu me sinto bem ao falar-vos como um dos iniciadores deste certamen, e, mais, no character de representante official de meu país, em nome do Instituto Histórico do Brasil e da Comissão de Cooperação Intelectual Brasileira, também aquí presente na pessoa do sr. Pedro Calmon, cujo talento conquista justos louvores à medida de cada manifestação.

Que foi o Congresso Internacional de História da América, levado a termo pelo Instituto Histórico do Brasil?

Uma reunião que teve a presença do sr. Charles Evans Hughes, secretário de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, e de representantes de todas as nações americanas.

E desse conclave resultaram nove volumes da Revista do Instituto Histórico, contendo mais de cem monografias, além de outros trabalhos.

Não se pode, pois, negar sua eficiência !

Senhores:

O Brasil foi sempre um bom amigo da grande Nação Argentina.

Não é esta uma expressão puramente lisonjeira. Fatos positivos a corroboram irrefutavelmente. Nem é mister enumerá-los: basta aludir a alguns deles, que refletem a verdade de minhas palavras.

A 13 de julho de 1872, Bartolomé Mitre entregava a dom Pedro II, imperador do Brasil, sua carta credencial de ministro plenipotenciário da República Argentina. Mitre, essa figura da História da América, de quem Ramón J. Cárcano disse que foi soldado e poeta, estadista e escritor, orador e polemista, historiador e arqueólogo, jurista, legislador e diplomata, sociólogo, político, jornalista, bibliófilo e colecionador, apóstolo das multidões, condutor de exércitos e de povos, reformador, educador, cidadão do mundo: Mitre emitiu estes conceitos que valem por um catecismo de fé, de concórdia, de fulgor cívico:



“Senhor: Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade a carta pela qual o Presidente da República Argentina me acredita no character de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto ao governo de Vossa Majestade Imperial, sendo um dos objetos principais de minha missão demonstrar em quão alta estima têm o povo e o governo argentino a amizade, a aliança e as boas relações com o povo e o governo brasileiros.

“Ao cumprir tão honroso dever, me é grato formular os mais sinceros votos pela prosperidade e o engrandecimento da generosa nação brasileira, unida à argentina (sem esquecer a República Oriental do Uruguai) pelas glórias e sacrificios comuns de duas épocas memoráveis nas lutas contra duas bárbaras tiranias.

“Contribuir a que a união se consolide no presente e se prolongue no futuro, sob os auspícios do direito e em nome dos recíprocos interesses, marchando ambas as nações a passo firme e tranquilo para os grandes e pacíficos destinos que lhes estão reservados aos povos civilizados livres que obedecem à lei do progresso e são fiéis à moral e à justiça, tais são, augusto Senhor, os objetivos gerais da missão que me foi confiada.

“Quanto aos fins especiais de minha missão, elas têm por limite e como regra o mútuo decoro e a mútua conveniência no espírito mais amistoso, e para preenchê-los me lisonjeio de poder contar com a cooperação e a boa vontade de vosso ilustrado governo, e mui especialmente com a alta benevolência de Vossa Majestade Imperial, em cuja augusta pessoa saúdo respeitosamente a majestade de um povo livre.”

Ao que o soberano brasileiro respondeu na seguinte forma:

“Senhor Ministro: Os sentimentos que manifestais em nome do governo argentino também animam o brasileiro.

“A política de boa fé e amizade que o Brasil seguiu sempre para com seus vizinhos, e ninguém melhor do que vós conhece,



quando recordais essas duas épocas de tanta glória para os tres aliados, e o procedimento por que, sem dúvida, haveis de granjear merecida benevolência, augurarão à vossa missão êxito honroso e feliz para ambos os Estados.”

Mais tarde, como ocorre em todas as grandes famílias que se estimam, mas que, segundo as leis humanas, dissentem algumas vezes, surgiram ligeiras desinteligências, dissipadas prontamente, e na Câmara dos Deputados do Império, em sessão de 31 de maio de 1882, um joven de vinte e dois anos, em um cintilar de clarividência patriótica se pronunciava deste modo:

“Olhemos para o sul, porem com o olhar franco da amizade insinuante, e não com os olhos oblíquos da espreira timorata e suspeitosa; formemos todos a cruzada de paz, em que não sejam só os governos os que se abracem, sinão os dois povos, permutando jornais, produções literárias, escritos públicos e particulares; trate a imprensa de fazer que se conheçam aquí os homens eminentes de lá, e vice-versa, registrando, comentando suas opiniões, seus discursos, seus livros, e nos engrandeceremos ante o conceito do mundo, e todas as questões pendentes se resolverão com facilidade e honra, podendo as gerações futuras adotar o emblema da bandeira argentina, aonde, sob um barrete frigio, símbolo da liberdade, ha duas mãos robustas que se estreitam fraternalmente.”

Foram estas, de fato, as magníficas expressões de Affonso Celso, naquela época deputado por Minas Gerais e hoje o grande brasileiro que todos amam e respeitam, presidente perpétuo do Instituto Histórico.

E desde esse instante foi um contínuo pronunciamento de manifestações de amizade, para culminar, no regime imperial, com o tratado de 7 de setembro de 1889, firmado em Buenos Aires por Norberto Quirno Costa e Leonel Martiniano de Alencar, para a solução arbitral da questão de limites, e a 5 de novembro do mesmo

ano, isto é, dez dias antes do advento do novo regime, foi expedido o decreto promulgando o referido tratado.

Era o único ponto que nos poderia trazer apreensões. Desapareceu no ocaso do Império, sendo presidente do Conselho de ministros o glorioso Visconde de Ouro Preto.

Nada poderia atemorizar-nos depois dessa providência ditada pela justa compreensão dos mais elevados deveres das duas nações.

Daí em diante, se sucederam as manifestações de reciprocidade: visita do presidente argentino General Julio A. Roca ao Rio de Janeiro, retribuida pelo presidente brasileiro Campos Salles, em visita a Buenos Aires; seguidas, depois, pela nomeação dessas personalidades para representantes da Argentina e do Brasil, em character de ministros plenipotenciários.

Mais tarde, a visita do presidente Saens Peña, cujo discurso no Rio de Janeiro importou em uma nova e eloquente afirmação de que tudo nos une e nada nos separa.

Nos dias que passam, a Nação Argentina tem à frente de sua embaixada em meu país essa figura de imenso valor que é d. Ramón J. Cárcano, o semeador de simpatias. E o Brasil mantém aquí, em igual categoria, o ilustre sr. José Bonifacio de Andrada e Silva, meu amigo de mais de cinquenta anos, descendente de José Bonifacio, o grande, *patriarca da independência do Brasil*.

Assim, pois, a amizade entre os dois países repousa sobre fundamentos sólidos e duradouros.

No entanto, para que se estabeleça esse mesmo espírito em toda a América, é indispensavel que nos conheçamos uns aos outros.

Daí uma série de medidas a aplicar, medidas fáceis, dependentes tão somente do empenho que nos anima neste congresso: a concórdia internacional.

Em dezembro de 1933, o sr. Manoel Cicero, primeiro vice-presidente do Instituto Histórico do Brasil, ao tomar posse do cargo de

membro correspondente no Instituto do Uruguai, fez ressaltar a necessidade do ensino do português e do castelhano nas escolas dos países ibero-americanos. A tese do reputado professor e bibliógrafo que, durante um quarto de século, dirigiu a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a dirigiu com insuperável proficiência, constitue um vínculo de aproximação.

Não faz muito tempo, o ilustrado e tão querido sr. Ricardo Levene e o obscuro orador que vos fala, trocaram correspondência sobre o intercâmbio de livros, o que logo se verificou, enviando o Instituto do Brasil grande número de publicações, e recebendo iguais obséquios da Universidade de La Plata.

E cumpre fazer ressaltar, desde logo, a valiosa oferta do eminente general Agustin P. Justo, digníssimo presidente da Nação Argentina, o qual, ao visitar o Instituto Histórico do Brasil, de que é presidente honorário, fez entrega de um precioso códice e de 168 volumes de várias e importantes obras.

Outro dos pontos que se impõem é o da revisão dos textos dos livros escolares. Os acordos oficiais nesse sentido foram já formalizados, porem é preciso ocupar-se de sua execução imediata, e com urgência.

Expurguemos da literatura didática os comentários agressivos, os qualificativos intolerantes e menos corteses.

Foi isso o que eu tratei de fazer em meu livrinho *Apostilas de História do Brasil*, que mereceu do ilustre sr. Juan Beltrán longas referências em sua apreciada obra sobre o mesmo assunto.

Não nos preocupe a exclusão de acontecimentos que pertencem ao passado, sinão que a narrativa deve limitar-se ao essencial, em linhas gerais, sem observações intempestivas ou críticas nutridas de pessimismo.

Joaquim Nabuco, em 1906, na Terceira Conferência Panamericana, expressou o conceito de que a reunião periódica das nações ame-

ricanas significa, por certo, que a América forma um sistema político diferente do da Europa, uma constelação com órbita própria e precisa, a trabalhar por uma civilização comum e por fazer do espaço que ocupam no globo uma vasta zona neutral de paz, oferecendo desse modo às populações, à riqueza, ao gênio da Europa, um campo de ação muito mais vasto e mais seguro em nosso hemisfério, que si formássemos um continente desunido.

Senhores: Concluirei minhas palavras com as pronunciadas por Affonso Celso quando, a 8 de setembro de 1922, abriu o Primeiro Congresso Internacional de História da América.

“Torne-se o Novo Mundo o renovador do mundo; institua-se a paz americana, mais augusta e gloriosa que a paz otaviana dos Césares: a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, a paz com cuja antevisão os anjos saudaram o nascimento do Messias.

“E, em verdade, cabe à América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar pelo exemplo, sobretudo, o gênero humano; a de fazer que suas vinte e uma nações alcancem o ideal, à semelhança das doze tribus de Israel, que, através de tantas vicissitudes, chegaram à Terra da Promissão!”

## SE REUNIERON EN UN AGAPE LOS DELEGADOS AL CONGRESO DE HISTORIA

### EN LA ASOCIACIÓN FOLKLÓRICA ARGENTINA

En un lucido acto realizado en la Sociedad Científica Argentina hizo entrega la Asociación Folklórica Argentina de los diplomas de socios correspondientes a varios miembros del II Congreso Internacional de Historia de América. Correspondió esta distinción, a los delegados doctores Ricardo Donoso, Heracio Urteaga, José Aurelio García, Pedro Villar Códoba, Pedro Calmón, Max Fleiuss, José

Gabriel Navarro, José Santiago Rodríguez, Juan S. Salaberry, Buenaventura Caviglia, Felipe Ferreyro, Manoel Toussint, Eduardo Carrizosa, Miguel Páez, Pedro Ramirez, Marcos Antonio Laconich y Alcides Arguedas.

Abrió el acto el presidente de la entidad, doctor Santos S. Faré, y después de la lectura del acta de la sesión de la comisión directiva, en la que se había dispuesto el otorgamiento de los títulos mencionados, pronunció un discurso comenzando por saludar a los “eminentes embajadores de la superior cultura de Brasil, Chile, Venezuela, Paraguay, Uruguay, Perú, México, Colombia, Bolivia, Ecuador, y Panamá”, para expresar más adelante:

“Todas las formas de la tradición la oral, la escrita, la figurada, tienen función inapreciable para el mantenimiento de la continuidad del alma de un pueblo; pero dentro de estas formas, el folklore tiene una función política, porque demuestra lo permanente del alma nacional y es así, el fundamento de la nacionalidad”.

Después de referirse a la unidad permanente de América, por su población, sus tradiciones, su idioma y su cultura, citó la obra de Mitre, Gutiérrez, Rojas, Bunge, Ugarte, Alvarez y todos aquellos publicistas que — dijo — “han trabajado y trabajan inspirados en la certidumbre de nuestra comunidad precolombina”. Lamentó, a continuación, que el folklore, como ciencia, no hubiera tenido en América del Sur el reconocimiento y relieve logrados en Europa y América del Norte.

“Prueba este aserto — agregó — en forma irrecusable el programa y desarrollo de las sesiones del II Congreso Internacional de Historia de América, el cual no se ha ocupado de los estudios folklóricos”.

Destacó, en cambio, el estímulo que la enseñanza del folklore había recibido por recientes decretos del Poder Ejecutivo, que la introdujeron en los establecimientos educativos, y relató algunas anécdotas ilustrativas sobre la forma peyorativa en que apenas en el



siglo pasado eran considerados esos estudios en Europa. En contraposición recordó con Saint Yves que “el folklore no es sólo una ciencia para esclarecer el espíritu, sino hasta una disciplina de amor, que, mientras llega la oportunidad de formular las síntesis y las conclusiones filosóficas, cumple una obra inmediata admirable: despierta y desarrolla en quienes lo estudian un doble y generoso amor, a la patria y amor a la humanidad”.

Finalizó el doctor Faré formulando votos por el acrecentamiento espiritual de las instituciones que representaban los delegados presentes y encomendándoles que transmitieran a las mismas un saludo cordial y fervoroso de la Asociación Folklórica Argentina.

Agradeció la demostración con verba fácil y elocuente el doctor Max Fleiuss, a qu'en siguieron en el uso de la palabra el delegado uruguayo, doctor Buenaventura Caviglia, y el doctor Manuel Selva, delegado de la Biblioteca Nacional.

Acto seguido pasó la concurrencia al comedor, donde fué invitada con una copa de champaña, brindándose por la confraternidad americana.

## LOS PROFESORES FLEIUSS Y CALMÓN

### SU BREVE ESTADA EN MONTEVIDEO

Como informamos en nuestra edición de ayer, de paso para Rio de Janeiro, llegaron a nuestra capital, los profesores doctor Max Fleiuss y doctor Pedro Calmón miembros y delegados del Instituto Histórico del Brasil, ante el II Congreso de Historia de América que acaba de realizarse en Buenos Aires y donde han tenido una actuación singularmente destacada.

El profesor Max Fleiuss, que es 1er Secretario Perpetuo de aquella docta corporación, manifestó su deseo de concurrir a alguna de las clases de Histórica de América, de nuestros Institutos de



Segunda Enseñanza. Así fué invitado a asistir a los cursos preparatorios de la materia, que se dictan en el Instituto Alfredo Vásquez Acevedo.

Llegado allí, fué recibido en ausencia de su director doctor Adolfo Berro García, por un grupo de profesores que tuvo para el eminente huésped las atenciones que merece.

Asistió al aula en que dicta su curso el profesor sr. Simón S. Lucuix, quien al darle la bienvenida en nombre de las autoridades de la casa, señaló los altos títulos que lleva consigo el eminente historiador brasileño, y que concurría a aquella clase.

Destacó la labor que ha realizado el Instituto Histórico Brasileño, cuyo centenario se cumple el año próximo y señaló en manera especial las cualidades que hacen de Max Fleiuss, un representante típico de la alta cultura histórica del Brasil.

A continuación el distinguido huésped desarrolló — en forma sencilla, como quien está acostumbrado a la tarea del profesorado, y con marcada elocuencia, como que reúne visibles condiciones de orador — una interesantísima clase acerca de algunos aspectos de la Historia del Brasil, particularizándose en los vínculos de hermandad y afecto de su país hacia el Uruguay. Sobre este particular, recordó expresivamente a Río Branco cuya asidua labor común en el Instituto durante cuatro años, le daban derecho a expresar que el gran brasileño, era realmente, profundamente, sinceramente, un amigo del Uruguay.

Las palabras de Max Fleiuss, seguidas con viva atención, fueron sumamente aplaudidas por los circunstantes.

De inmediato hizo una breve alocución el Capitán de Navío, profesor José Aguiar, quien al referirse a la persona del ilustre huésped, destacó su obra en el Instituto Histórico del Brasil que preside con admirable dignidad el Conde Alfonso Celso, una de las figuras más representativas del gran pueblo del Norte, y bajo cuya

presidencia se reunió en Rio de Janeiro en 1922, el primer Congreso de Historia de América.

Como acto de justicia, la concurrencia saludo con un prolongado aplauso los nombres del Presidente y del Secretario de aquella benemérita corporación, la primera en América, en el orden del tiempo y en su jerarquía intelectual.

Después, el profesor Max Fleiuss concurrió a la Universidad de Mujeres, donde fué recibido por la decana, sra. Esperanza de Sierra, quien hizole conocer el establecimiento y concurrió a una de las clases de História.

El ilustrado viajero, dirigió una hermosa improvisación a las alumnas, señalando la intervención de la mujer en la História del Brasil, desde la Princesa Leopoldina, con su notable intervención en los sucesos que llevaran al Principe Pedro, a proclamar la Independencia, hasta otras mujeres igualmente ilustres que cooperaron a las grandes reformas políticas y sociales, y entre ellas, a la abolición de la esclavitud.

La Directora de esa casa, de estudios, dirigió luego la palabra, expresando la viva satisfacción que sentía al recibir en esa Institución la visita de un representante tan caracterizado de la vida intelectual del Brasil, y terminó pidiendo un voto de aplauso para el Brasil y el Uruguay, como signo de la eterna amistad que debe regir, y ha regido, las relaciones entre ambos países.

Los asistentes así lo hicieron en forma entusiasta y sostenida.

El vapor "Campana" continuó su viaje en la tarde ayer, y a su bordo se reembarcaron los citados huéspedes que fueran despedidos en el puerto por numerosos amigos y colegas de tarea del Congreso.

## REGRESSANDO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA

Os srs. Max Fleiuss e Pedro Calmon viajam a bordo do "Campana" — Trazem impressões entusiásticas sobre o grande conclave —

O historiador Percy Alvin desembarcou em Santos, de bordo do “Delmundo”

Pelo “Campana” estão viajando de regresso ao Rio de Janeiro, procedentes de Buenos Aires, os srs. Max Fleiuss e Pedro Calmon que acabam de participar do Congresso Internacional de História da América, o primeiro como representante oficial do Brasil e o segundo como convidado de honra do mesmo congresso. Afim de registrar a opinião daqueles ilustres viajantes sobre os resultados do Congresso, um redator da “A Tribuna” esteve a bordo do vapor francês, ouvindo a palavra dos nossos delegados. O Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro logo externou o seu pensamento de forma entusiástica.

— “O Congresso — disse — foi admiravel, pelas discussões e pelas teses apresentadas, tudo dentro de notavel cordialidade e do mais nítido senso de confraternidade”.

Quando solicitado para falar acerca da impressão que trazia relativamente à expressão intelectual encontrada no congresso, o sr. Max Fleiuss, que sempre se manifesta refratário ao elogio dos vivos, lembrou algumas das figuras mais frisantes, reunidas na capital argentina, sem entretanto deixar de acentuar que o conjunto dos delegados representava o que ha de mais brilhante na intellectualidade americana.

— “Aponto os nomes de Ricardo Levene, professor da Universidade, e que presidiu os trabalhos de congresso; o do professor Mandovani, inspetor geral do Ensino Secundário, ainda moço, e que constituiu uma das grandes revelações do congresso; o comandante Aguiar, do Uruguai, notavel conhecedor de geografia, e sobre ele podemos lembrar que se trata do representante do governo uruguaio que recebeu o “São Paulo” das mãos do comandante Cascardo, quando dos acontecimentos de 1924; o dr. Pedro Calmon, delegado brasileiro, cuja brilhante conferência sobre D. Pedro II, no Jockey Clube Argentino, trouxe ao convidado de honra do congresso uma grande consagração.

## SANTIAGO DO CHILE ESCOLHIDO PARA SEDE DO FUTURO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

DE REGRESSO AO RIO OS SRS. PEDRO CALMON E MAX FLEIUSS

A bordo do “Campana” estão de regresso ao Rio de Janeiro os srs. Pedro Calmon e Max Fleiuss, delegados do Brasil no II Congresso Internacional de História da América, realizado em Buenos Aires sob os auspícios do governo argentino e com a adesão de numerosos historiadores do Novo Mundo e da Europa.

Os historiadores brasileiros estiveram presentes a todas as sessões do Congresso onde o sr. Max Fleiuss discorreu sobre as novas relações entre a Argentina e o Brasil, providas da viagem do general Mitre em 1872 e do célebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, no Império, pelo então deputado por Minas, conde de Affonso Celso. O professor Pedro Calmon apresentou duas memórias, uma sobre os ideais do ensino da história e outra sobre o bispo Francisco Vieira, pai das relações comerciais entre os dois países sul-americanos.

Fora do Congresso de História o sr. Max Fleiuss também falou na Universidade de Buenos Aires, no Círculo de Imprensa e na Sociedade Floklorista, da mesma capital. O sr. Pedro Calmon, além da sua intervenção no certame, fez uma conferência no Jockey Clube sobre “A corte do Brasil e seu espírito no reinado de Pedro II”.

## SANTIAGO DO CHILE SERÁ A SEDE DO III CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Falando a *O Diário* o sr. Max Fleiuss disse que, conforme já fora anunciado, por proposta da mesa do II Congresso de História, Santiago do Chile, será a sede da futura reunião do mesmo carater, a realizar-se em 1941, quando a capital do país andino celebra o 4º centenário da sua fundação.

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

SUA REUNIÃO EM BUENOS-AIRES

*A atuação do representante do Brasil, Dr. Max Fleiuss*

Chegou ante-ontem, com sua senhora, pelo paquete *Campana*, o sr. Dr. Max Fleiuss nomeado por decreto do Presidente da República, de 16 de junho último, representante do Brasil, no II Congresso Internacional de História da América, reunido em Buenos Aires na 1ª quizenza deste mês.

Alem dessa representação, o sr. Dr. Max Fleiuss levou credenciais, no mesmo sentido, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual.

O delegado brasileiro apresentou ao Congresso uma memória sobre *Conceito de Interpretação da História da América e Técnica da Bibliografia e dos Arquivos*.

Na sessão matutina do Congresso de 7 de julho, primeira a que compareceu, fez uma dissertação sobre os aspectos políticos e sociais entre o Brasil e a Argentina, recordando a entrega de credências do General Bartolomé Mitre, quando este veio ao Brasil em missão especial, em julho de 1872, bem como a resposta de D. Pedro II.

Falou nas grandes figuras do Império, salientando o discurso do então deputado por Minas Gerais, Affonso Celso (Conde de Affonso Celso) sobre novos rumos de paz e concórdia que deviam ter as relações entre os dois países, discurso este pronunciado na Câmara dos Deputados, em maio de 1882.

Recordou o tratado de 7 de Setembro de 1889, firmado entre o Barão de Alencar e Norberto Quirno Costa, estabelecendo o arbitramento na questão de limites entre o Brasil e a Argentina, tratado aprovado pelo decreto de 5 de novembro de 1889, no Governo do glorioso Visconde de Ouro-Preto.



Salientou a atuação brilhante dos Embaixadores Ramon Cárcano e José Bonifacio.

Na sessão vespertina do mesmo dia, após o discurso do Congressista Embaixador do Perú, Dr. Barreda y Laos, — que não se referiu ao Brasil, tendo, entretanto, citado os outros países americanos, indicando as personalidades eminentes nas letras — protestou contra essa exclusão, referindo-se aos grandes homens do Brasil, com especialidade aos cultores das letras, aludindo as obras de cada um e terminando com um rápido estudo sobre Euclides da Cunha e a sua obra, notadamente “Os Sertões”.

Nas várias sessões do Congresso, sempre se manifestou exaltando o valor do Brasil e de suas maiores personalidades, e, na sessão de encerramento, quando foi proposto que os trabalhos do Congresso fossem publicados em espanhol, francês e inglês, reclamou pedindo a inclusão da língua portuguesa, idioma do Brasil.

Na recepção do *Círculo da Imprensa*, dissertou sobre os *Jornalistas Brasileiros*, especialmente Evaristo da Veiga.

Na recepção da Universidade de Buenos Aires, depois de um discurso do Embaixador do Perú, referiu-se aos grandes juristas brasileiros lembrando, entre outros, os nomes de Teixeira de Freitas, Ramalho, Ferreira Vianna, Lafayette Pereira, João Monteiro, Carvalho de Mendonça, Carlos de Carvalho, Pedro Lessa, Octavio Mendes.

Na sessão da Sociedade *Folklorista*, falou, em nome de todos os delegados, indicando os estudiosos do *Folk-lore* Brasileiro: Couto de Magalhães, Sylvio Romero, Capistrano de Abreu, Theodoro Sampaio, João Ribeiro, e aludiu ao trabalho do sr. Basilio de Magalhães sobre o mesmo assunto, ao terminar, uma das lendas do nosso *Folk-lore*.

Foi recebido em audiência especial pelo Presidente General Justo, que grandes encômios fez a nossa Pátria.

Na Universidade de Montevideo fez duas conferências, uma sobre as grandes figuras do Império e outra, no Departamento Femi-



nino, sobre a mulher brasileira na lenda e na realidade falando em Paraguassú, Lindoia, a figura central do poema *Uruguai*, de Basílio da Gama, Maria Quiteeria, Joanna Angelica e Isabel, a *Redentora*.

5ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE AGOSTO DE 1937,  
(SESSÃO 1.636)

PRESIDÊNCIA DO SR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

(*Segundo vice-presidente*)

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Theodoro Sampaio, Alfredo Valladão, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Braz Hermenegildo do Amaral, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Alexandre Sommer, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Leopoldo Feijó Bittencourt, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt, Rodrigo Octavio Filho, Manuel Tavares Cavalcanti.

Justificou a ausência o sócio Sr. Basílio de Magalhães.

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*) leu a ata da quarta sessão ordinária, realizada a 26 de julho, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

O SR. VIRGILIO CORRÊA FILHO (2º *Secretário interino*) leu, das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*) disse que tinha a propor dois votos de profundo pesar; um relativo ao Sr. Victor Vianna, o notável jornalista há pouco falecido, filho de um saudoso e ilustre consócio, o Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Vianna, e bisneto do Marquês de Sapucaí, o grande vulto do Império e que foi durante vinte e sete anos Presidente do Instituto; outro quanto à morte de

um velho e dedicado serventuário do Instituto, o Sr. Alexandre Eugênio de Andrade Camisão.

O SR. PRESIDENTE declarou tão justos esses votos que se dispensava de consultar a Casa, dando-os por unanimemente aprovados e mandando que fossem registrados na ata da sessão.

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*) disse mais que a família do eminente Sr. Dr. Paulo de Frontin oferecera ao Instituto um retrato daquelle insigne homem de ciência e que pertencera ao Instituto.

E mais que, ha poucos momentos, a digna diretoria do Gabinete Português de Leitura, ofertara, para coleção do Instituto, um exemplar da bellissima medalha, de prata, cunhada para comemorar o centenário da fundação daquela benemérita associação.

O SR. PRESIDENTE disse que o Instituto registrava essas ofertas e muito as agradecia.

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*) comunicou que havia sobre a Mesa as seguintes propostas:

“Propomos para sócios honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os senhores:

Julio Argentino Roca, nascido em Córdoba em 1873, doutor em leis, deputado e senador do parlamento argentino, governador da provincia de Córdoba, atual vice-presidente da República Argentina e filho do general Julio Roca, que foi presidente da Nação vizinha e amiga, e sócio do Instituto, comparecendo às suas sessões.

Luis Pasteur Vallery Radot, professor da Faculdade de Medicina de Paris, nascido naquela cidade a 13 de maio de 1886, neto do grande Pasteur, cientista dos mais notáveis e que em 1929 realizou neste Instituto uma brilhante conferência sob o título “Pasteur e Dom Pedro Segundo”, salientando as relações entre o imperador e o sábio e o auxilio que Dom Pedro Segundo concedeu para a fundação do Instituto Pasteur. Naquella occasião foram oferecidas ao Sr. Vallery Radot pelo

Presidente Perpétuo do Instituto duas medalhas (uma de prata e outra de bronze) comemorativas da inauguração da estátua de Dom Pedro Segundo em Petrópolis, e o Sr. Manuel Cicero, 1º Vice-Presidente, ofertou igualmente ao mesmo professor Radot um medalhão com o retrato de Pasteur, feito expressamente, e com o maior cavalheirismo, pelo professor Rodolfo Bernardelli. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1937. — *Conde de Affonso Celso*. — *Max Fleiuss*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Braz Hermenegildo do Amaral*. — *Vieira Ferreira*. — *Oliveira Vianna*. — *Theodoro Sampaio*. — *Camelo Lampreia*. — *Alexandre Sommer*. — *Leopoldo Feijó Bittencourt*. — *Rodrigo Octavio Filho*. — *Pedro Calmon*. — *A. L. Pereira Ferraz*. — *H. Canabarro Reichardt*. — *Tavares Cavalcanti*.”

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*), obtendo a palavra, pediu que, a exemplo dos precedentes, fosse concedida urgência para que a *Comissão de Admissão de Sócios* emitisse parecer verbal sobre a conveniência dessas propostas, sua imediata discussão e respectiva votação, por isso que o Dr. Julio Roca chegará em breve a esta Capital, a convite do nosso Governo, e o professor Vallery Radot deverá fazer no Instituto, na próxima quarta-feira, 1 de setembro, às 16 horas, uma conferência que terá o seguinte objeto: “Un grand savant et un grand penseur — CHARLES NICOLE.”

Concedida a urgência, o Sr. TEODORO SAMPAIO, pela Comissão de Admissão de Sócios, declarou que as propostas mereciam completa aprovação.

Corrido o escrutínio secreto foram as propostas acima referidas unanimemente aprovadas e o Sr. Presidente proclamou sócios honorários do Instituto os Srs. Julio Argentino Roca e Luis Pasteur Vallery Radot.

O SR. FLEIUSS (1º *Secretário Perpétuo*) informou que havia ainda outras duas propostas, lendo-as em seguida.

“Propomos para sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas duas vagas existentes, os Srs. :

Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, do Exército Português, membro da Academia de Ciências de Lisboa, diretor do Arquivo Histórico Militar da mesma cidade e autor de importantes trabalhos históricos e geográficos, entre outros, dos seguintes:

Machado de Castro, escritor coimbreense, Coimbra 1925.

Garrett e a Academia, Coimbra 1926.

O pintor Segueira no Arquivo Histórico Militar — 1931.

As paródias na literatura portuguesa — 1931:

Indicador da Exposição Bibliográfica de Calígrafos portugueses, 1932.

O pintor português José Alves Ferreira de Lima — 1933.

Marvão nas campanhas de liberdade — 1934.

Um amigo de Castilho: Manuel Rodrigues da Silva Abreu — 1936.

Catálogo da Exposição Biblio — Iconográfica comemorativa do 5º Centenário da morte de D. Nuno Alvares Pereira, realizada pela Associação de Arqueologia Portuguesa, e

Buenaventura Caviglia (*hijo*), ilustre historiógrafo uruguaio e autor, entre outros, dos trabalhos:

“La devoción”, de Gomes Freire de Andrade a Santa Thereza, em Júbilos de América, 1937.

Proyecto de Constitución Artiguista (1813) de la Provincia Oriental del Uruguay. Diseño de uma bandera desconhecida, 1932.

— Algunas noticias sobre el marechal Diogo Funk, 1937.

Etimos: Montevideo, Patos, Rio de Janeiro, Buenos Aires.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1937. (Assinados) *Conde de Affonso Celso, Max Fleuss, Virgilio Corrêa Filho, Braz do Amaral, Oliveira Vianna, Theodoro Sampaio, Camelo Lampreia, Alexandre Sommer, Leopoldo Feijó Bittencourt, Rodrigo Octavio Filho, Pedro Calmon, A. L. Pereira Ferraz, H. Canabarro Reichardt, Tavares Cavalcanti.*”

Essas propostas foram pelo Sr. PRESIDENTE enviadas à *Comissão de História*, sendo relator de ambas o Sr. Basílio de Magalhães.

Logo depois pediu a palavra o Sr. ALFREDO VALLADÃO, que disse o seguinte:

“Estou oficialmente incumbido, pelo Dr. Manoel Alves Valladão, prefeito da Campanha, de convidar o Instituto para que se faça representar, nas festas com que, a 2 de outubro próximo vindouro, vai ser celebrado o bi-centenário daquela povoação.

A 2 de outubro de 1737, incitado pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, ali entrou Cypriano José da Rocha, Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, em viagem de descobrimento das “Minas do Rio Verde”, fundando o “Arraial de S. Cypriano”, logo freguezia da Campanha, mais tarde Vila da Campanha da Princesa, e, afinal, Cidade da Campanha.

Não preciso repetir, sobre a minha querida terra natal, o que já disse o trabalho *Campanha da Princeza*, com que entrei para esta casa, e no discurso que proferi ao ser recebido, nem tão pouco adiantar o resultado de mais longo trabalho, que lhe estou consagrando, pela ocorrência daquela efeméride.

A ninguém, versado em nossa história, poderá passar descebida a Atenas Sul-Mineira, tão estreitamente ligada pelos fatos ocorridos dentro de seus muros, ou pela ação de seus filhos em cenários mais amplos, ao desenvolvimento político e cultural do país.

Seja-me, entretanto, permitido somente assinar que, nesta própria casa, vários são os filhos da Campanha, registrados no seu cadastro social.

Vivos, o que tem neste momento a palavra, e o ilustre Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, professor e historiador.

A todos, vivos e mortos, sobreleva Perdigão Malheiro, uma das figuras de que mais se honra o Instituto, para o qual entrou mal deixava os bancos escolares, e de grande renome no país, pela sua obra jurídica, e sobretudo por aquele livro *A Escravidão no Brasil*, pedra



angular da emancipação dos míseros escravos, que mereceu de Joaquim Nabuco este conceito: “é o livro mais fecundo e bemfazejo que se tem escrito no Brasil”.

Foram sócios correspondentes: o Comendador José Pedro Xavier da Veiga, ilustre organizador do Arquivo Público Mineiro, autor das *Efemérides Mineiras*, escritor e jornalista, e o Comendador Bernardo Saturnino da Veiga, diretor do *Monitor Sul Mineiro*, órgão de muito conceito, e longa duração, fundado em 1873, e organizador dos *Almanques Sul-Mineiros* de 1874 e 1884.

E, se não é nascido na Campanha, por certo que a tem guardada no coração, o nosso ilustre confrade Dr. Helio Lobo, homem de letras, historiador e diplomata, filho do notavel campanhense, Fernando Lobo, um dos vultos proeminentes da República.

Si não pertenceu ao quadro nominal do Instituto, tomou parte honrosa no Primeiro Congresso de História Nacional, pelo mesmo convocado em 1914, outro filho da Campanha, o Dr. Francisco Lobo Leite Pereira, além de ilustre engenheiro, autor dos interessantes trabalhos: *Em busca das esmeraldas*; *Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais*; *Documentos para a nossa História*, e o *Itinerário da expedição de Espinosa*.

O Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, um dos mais distintos alunos de sua turma na Faculdade de Direito de S. Paulo, jornalista, e que chegou ao Supremo Tribunal Federal, publicou também, em periódicos ou folhetos, entre outros estudos, o que se intitula — *O Brasil e o Acaso*.

O Dr. João Pedro da Veiga Miranda, homem de letras, jornalista, político, publicou um trabalho — “O Panfletário d’O Primeiro Reinado”.

E, na própria Campanha, Julio Bueno escreveu *intra muros* notas de crônica local, e redigiu o *Almanaque da Campanha* de 1900, que editou José Pedro da Costa, então dedicado diretor do *Monitor Sul-Mineiro*, na sua segunda fase.



Outras manifestações apresentaria o gosto dos filhos da Campanha, pelas coisas históricas.

Entre os sócios fundadores do Instituto Histórico de Minas Gerais, 1907, apparecem o desembargador João Bráulio Moinhos de Vilhena, uma das mais completas figuras de magistrado, que tem surgido em nosso país; e o Dr. Gabriel Valadão, advogado no sul de Minas, e então deputado dos que mais se salientavam no Congresso Mineiro, infelizmente cedo desaparecido.

E em meio aos sócios fundadores do Instituto Histórico de São Paulo, 1894, se apontam o Dr. Mathias Valadão, uma das notabilidades médicas do país, ao mesmo tempo que um humanista; e o Dr. João Pedro da Veiga Filho, consumado professor da Faculdade de Direito.

Razões são essas, para que o Instituto que, com todo o carinho, acompanha sempre o que diz respeito ao nosso glorioso passado histórico, se associe, como espero, para a sua maior honra, aos júbilos de minha querida terra natal, a Atenas Sul-Mineira”. (*Aplausos.*)

O SR. PRESIDENTE declarou que o Instituto Histórico se associava cordialmente à comemoração. E nomeou, para fazerem parte da comissão que o representará, os Drs. Alfredo Valadão, Eugênio Vilhena de Moraes e Helio Lobo.

Em seguida o Sr PEDRO CALMON fez uma erudita e interessante palestra sobre o Conde de Bagnolo (general Giovano Vicenzo Sanfelice) falecido na Baía em 1640, e que, segundo Rio Branco, com insignificantes recursos, resistiu, como pôde, aos progressos dos Holandeses, e em 1638 coube-lhe a glória de defender a cidade da Baía, quando atacada pelo príncipe Mauricio de Nassau.

A conferência do Sr. Pedro Calmon obteve calorosos aplausos.

O SR. PRESIDENTE declarou encerrada a sessão, às 18 e meia horas.

Virgílio Corrêa Filho.

Segundo secretário interino.

SESSÃO ESPECIAL, EM 1º DE SETEMBRO DE 1937  
(SESSÃO 1637)

PRESIDÊNCIA DO SR. MAX FLEIUSS

(1º *Secretário Perpétuo*)

Às 16 horas abriu-se a sessão especial com a presença dos seguintes sócios: Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Carlos da Silveira Carneiro, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Helio Lobo, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Braz Hermenegildo do Amaral, Alfredo Ferreira Lage, Leopoldo Feijó Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt e Luiz Pasteur Vallery-Radot.

O SR. FLEIUSS (*servindo de Presidente*) disse que o fim da sessão especial era receber o novo sócio honorário Sr. professor Luiz Pasteur Vallery Radot, a quem dirigiu as seguintes palavras, em francês:

“Senhores, senhoras, caros consócios:

Não tenho necessidade de apresentar-vos o professor Luiz Pasteur Vallery Radot. Seu nome é vantajosamente conhecido nos círculos intelectuais e no Brasil, que ele conhece desde 1929. O Instituto Histórico conserva a lembrança da sua notável conferência sobre Pasteur e D. Pedro II.

Sinto-me verdadeiramente feliz em lhe apresentar as homenagens desta Casa, quasi secular, na ocasião em que o professor Pasteur Vallery Radot é recebido na qualidade de membro honorário do Instituto que será, doravante, não tenho a menor dúvida, um dos títulos da sua carreira, cheia dos triunfos da inteligência, que constituem glórias perpétuas.

Sr. professor Vallery-Radot: aceitai, peço-vos, o diploma que tenho a honra de depor entre as vossas mãos, em nome do Conde de Affonso Celso, nosso insigne e tão querido Presidente Perpétuo.” (*Palmas.*)

O SR. VALLERY-RADOT, depois de agradecer a honra de sua eleição unânime de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizou interessante palestra sobre *Charles Nicolle*, antigo diretor do Instituto Pasteur de Tunis, prêmio Nobel para Ciências médicas em 1908, salientando ter sido Charles Nicolle não só um grande sábio, mas também um grande pensador.

Ao terminar foi muito aplaudido.

O SR. FLEIUSS (*servindo de Presidente*) convidou para a mesa os Srs. Clementino Fraga, Aloísio de Castro, Vallery-Radot e Alfredo Lage.

Levantou-se a sessão às 17 horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO, 2º secretário interino.

SESSÃO ESPECIAL EM 14 DE SETEMBRO DE 1937  
(SESSÃO 1.637)

PARA RECEPÇÃO DO SR. DR. JULIO A. ROCA, VICE-PRESIDENTE DA  
NAÇÃO ARGENTINA, PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente Perpétuo*)

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: — Conde Affonso Celso, Julio Argentino Roca, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langaard Menezes, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Ramon J. Cárcano, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, Helio Lobo, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Leopoldo Feijó Bittencourt, Emilio Fernandes de Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho, Joaquim de Sousa Leão Filho, Sylvio Rangel de Castro, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Alfredo Ferreira Lage, José Mattoso Maia Forte, Thiers

Fleming, Braz, Hermenegildo do Amaral, José Maria Moreira Guimarães, Fernando Luis Vieira Ferreira, Alfredo do Nascimento Silva.

OSR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*Presidente perpétuo*), convidada para a mesa os Srs. Julio A. Rocca, Ramon J. Cárcano e o ministro do Estado das Relações Exteriores, embaixador Mario Pimentel Brandão.

O SR. FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*) leu das Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*Presidente Perpétuo*), iniciando os trabalhos, disse o seguinte:

Tivera a fortuna e a honra de conhecer pessoalmente o General Julio Rocca, ha mais de cincoenta e cinco anos, quando, em começo de 1882, visitou Buenos Aires, em companhia de compatriícios illustres, quais Eduardo Prado e Saldanha da Gama. Ocupava S. Ex. a chefia da Nação e, porque o orador era deputado geral à Assembléia Legislativa do Império, dispensou-lhe particular atenção, no que o imitaram outros eminentes argentinos: os ex-presidentes Avelanega, Sarmiento e Mitre, bem como Dardo Rocha, o fundador da La Plata e Estanislau Zebalos.

Mandou o general Julio Rocca visitar o orador por seu secretário Alberto Navarro Viola, mavioso poeta, morto em florescente juventude. Indo o orador agradecer a distinção, acolheu-o S. Ex. com especial gentileza, a informar-se carinhosamente de cousas do Brasil, conforme o orador referiu ao Parlamento Imperial e no livro *Vultos e fatos*.

Em agosto de 1899, D. Julio Rocca, na segunda presidência, veio ao Rio de Janeiro. O Instituto Histórico, unanimemente o elegeu seu presidente honorário, para comemorar a primeira visita de um chefe de Estado ao Brasil e acentuar o apreço deste à sua vizinha, antiga aliada em gloriosas campanhas. Lamentou S. Ex. não poder

assistir à sessão solene projetada para a entrega do diploma. Levou-lho numerosa comissão, trocando-se officios e proferindo-se discursões exuberantes de estima recíproca. Manifestando desejo de possuir coleção completa da Revista, publicada desde 1838, foi prontamente satisfeito.

Em 19 de julho de 1912, D. Julio Rocca, então enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do seu país junto ao nosso Governo compareceu à sessão ordinária do Instituto. Saudou-o o orador official, o venerando Barão de Ramiz Galvão, que tem sangue argentino nas veias.

Corroborando-lhe as eloquentes expressões, o presidente, grato à cativante presença do tenente general D. Julio Rocca, declarou que S. Ex. se achava em sua casa, já por lhe ser presidente honorário, já porque todos ali se prezavam de o venerar. Formulou ardentes votos para que tudo lhe corresse propício durante a sua estada no Brasil e contribuisse para fortalecer os vínculos de amistosa aproximação entre os dois povos.

Na sessão magna de 21 de outubro de 1914, ainda o proveto barão de Ramiz Galvão fez magnífico necrológio de Roque Saenz Peña, falecido em agosto desse ano, também ex-presidente da Nação e presidente honorário do Instituto. Fê-lo igualmente do general Julio Rocca, cujo óbito ocorrera dias antes da sessão, e émulo do precedente em glórias e simpatias ao Brasil. Recordou os principais dados biográficos do finado, de quem a sua vida constituiu “um poema de patriotismo ardente e de serviços inestimáveis, na guerra e na paz”.

Finalmente a 10 de outubro de 1933 encantou ao Instituto a visita do presidente D. Agustin Justo, que percorreu várias salas do edificio, examinou livros antigos e as preciosidades do Museu.

Agradecendo-lhe o presidente do Instituto, assinalou que muitos argentinos preclaros tem abrilhantado a lista dos sócios, bastando citar entre os mortos Bartolomé Mitre e Domingo Sarmiento, entre os vivos, D. Ramon Cárcano, recebido ha quasi seis lustros, e hoje pertencente à classe dos beneméritos. Tres presidentes argentinos:



Juarez Celman, Roque Saeñz Penna e Julio Rocca — haviam sido presidentes honorários da associação.

Anunciou que na próxima assembléia geral se proporia idêntica homenagem a D. Agustin Justo, o que, com efeito, succedeu e alcançou unânime aprovação. Antecipou-se, por isso, em congratular-se com o novo chefe de honra da secular corporação que sendo, no seu gênero, a mais antiga do Brasil e do Novo Mundo, era aquela que, havia mais tempo, amava e admirava a nacionalidade, lustre e orgulho, não já do continente, mas da latinidade: a Argentina.

O orador evocava estes fatos para testemunhar que a recente eleição unânime de D. Julio Roca II, para sócio honorário, significava mais uma demonstração da tradicional atitude do Instituto para com a Argentina, a prezar-lhe e exaltar-lhe constantemente os grandes nomes e nobres feitos. O estudo, ha quasi cem anos, da história e geografia nacionais firmara-lhe a convicção de que os dois povos devem viver como leais amigos fraternos, tão cioso um do vigor, dos progressos dos brics próprios quanto dos do outro.

Com intenso júbilo e desvanecimento rogava venia a D. Julio A. Roca para oferecer-lhe o diploma conferido. A saudação devida ia ser formulada pelo ministro Dr. Rodrigo Octavio, vice-presidente do Instituto, presidente do Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro e que por diversas vezes tem estado na República visinha, onde, pelos seus insignes predicados e notáveis trabalhos, conquistou afetos e acatamento que tanto o honram como ao Brasil. Competentíssimo, portanto, para interpretar, de modo excepcional, os sentimentos do Instituto na solenidade, resgataria as deficiências da alocação do orador, à qual assistia, entretanto, o valor da absoluta cordialidade. Pediu ao Sr. ministro Rodrigo Octavio que assumisse a tribuna, tão habituada a vê-lo triunfar. (*Aplausos calorosos e prolongados.*)

O SR. RODRIGO OCTAVIO da tribuna, disse o seguinte:

Vossa presença, Sr. vice-presidente da Nação Argentina, evocadora do nome de Julio Roca, é muito grata ao Brasil e no Brasil,



principalmente a esta cidade, Capital de sua cultura e de seus sentimentos cívicos, e nessa Capital principalmente a esta casa onde se cultiva a História e se guarda o tesouro de nossas tradições patrióticas.

Velho de quasi cem anos, o Instituto Histórico, testemunha do alvorecer do segundo reinado, tem visto passar por suas cadeiras, numa ininterrupta sucessão consagradora, as personalidades que nesta terra se tem imposto à admiração pública, não só pelo estudo de suas coisas e das do continente, como pela circunspecção da vida e pelo vulto dos serviços à Nação. Seus arquivos guardam a documentação positiva dos anseios de um século da vida da América. E para assinalar a significação do Instituto e dar-lhe a medida de seu prestígio, basta recordar que Pedro II, na grandeza de sua simplicidade, seu Presidente de Honra, por força da alta dignidade que exercia, foi de fato o seu presidente efetivo, participando dos seus trabalhos desde sua fundação, enquanto lhe foi permitido viver em sua terra.

Tem também o Instituto seu quadro de honra, de apurada seleção. E nele, antes de vós, Sr. Julio Roca, que agora temos a honra de receber, um outro Julio Roca dele fez parte como seu Presidente Honorário. Assim que nesta casa com vossa entrada apenas se restabelece a continuidade de uma consagração gloriosa.

O primeiro Julio Roca chegou às nossas plagas no fastígio de sua carreira, exercendo, pela segunda vez, a suprema magistratura de sua Pátria, aureolado, entretanto, por uma glória maior a do reconhecimento dos serviços com que, soldado de Cepeda e de Pavon, havia contribuido para a criação do Estado Argentino, general da expedição aos Pampas, conquistara para a Argentina civilizada consideravel território inaproveitado nas mãos dos selvícolas, e, homem de Estado, consolidara a situação econômica de sua terra e traçara as bases de sua política de cordialidade internacional. Foi com esclarecida visão

do futuro que o preclaro Barão Homem de Melo, orador deste Instituto, fazendo ao Tenente-General Julio Roca, primeiro Chefe de Estado estrangeiro que visitava o Brasil, entrega do diploma de Presidente Honorário do Instituto Histórico, disse aos 14 de agosto de 1899 (ha 38 anos e um mês), que “sua presença entre nós abria uma era nova na história deste continente”.

E assim se exprimiu: “Uma corrente de idéias novas, vivificante e fortificadora como o pampiro que sopra em vossas dilatadas campinas, veio envolver-nos a todos, a nós e a vós, em uma mesma onda de simpatias mútuas, que foi como o alvorecer de uma época de luz para os horizontes de nossa pátria”.

E vossa presença, Sr. Vice-Presidente da Nação Argentina, nesta hora da vida do Brasil, é uma prova eloquente do acerto daquela previsão.

Sois o segundo Julio Roca que nos visita e que o Instituto Histórico Brasileiro, recebe e aclama. Investido de uma das mais altas dignidades de vossa terra, chegastes a tal culminância como prêmio de uma vida exemplar de circunspecção, de esforço pelo bem público e de perfeita compreensão dos deveres do homem de Estado.

Vossa visita ao Brasil, que vos recebe na simplicidade confiante com que se abrem as portas a uma pessoa amiga, corresponde, por certo, a um momento daquela era nova na história do continente que marcou a visita de vosso ilustre pai às terras de Santa Cruz.

E mister reconhecer que houve no passado, horas de inquietação, produto de desconfianças e suspeitas de sentimentos mal compreendidos na vida de relação do Brasil e Argentina, d'ríamos melhor entre os Estados a que coube continuar no tempo a vida de Espanha e Portugal que fora no período colonial, de rivalidades, de antagonismos, de malquerença.

Quasi um século, porem, passou sobre aquelas horas.

Rodolfo Rivarola, o pioneiro indefectível de consolidação do espírito de cordialidade entre os dois países, já fixou no tempo esse

período. Disse ele: “Seria necessário transportarmo-nos a épocas mais longinquoas que Caseros, para atingirmos, no passado, a uma situação de violência entre esses dois povos, passado já bem apagado por mil testemunhos na consideração e na amizade”.

E registremos, senhores, que Caseros é de 1852; depois do glorioso dia 3 de fevereiro desse ano, 85 anos decorreram, quasi um século. E a ação daqueles “mil testemunhos de reciprocidade na consideração e na amizade”, a que se refere Rivarola, produziu o efeito natural. Um ambiente de confiança se foi estabelecendo nas relações entre os dois países de modo que foi lógica, racional, compreensível a troca de visitas dos dois Presidentes, que se realizou em 1899.

O Presidente Roca, recebendo o diploma que o proclamou Presidente Honorário desta Casa, poudo pronunciar estas palavras:

“Minha nomeação para Presidente Honorário do Instituto, no carater de chefe de uma nação, na qual se comprende tal honra, como testemunho da tradicional amizade tão feliz e expressivamente invocada nas comunicações que retribuo, será apreciada por meu país como uma nova demonstração da comunhão de aspirações e sentimentos que vincula os povos brasileiro e argentino, na obra de progresso e civilização a que consagram seus esforços”.

E os anos passaram e a vida seguiu seu rumo; 11 anos mais tarde, outro argentino egrégio, a quem, um quarto de século depois, competiria a missão de levar ao derradeiro gráu de aproximação os sentimentos de fraternidade dos dois povos, o Sr. Dr. Ramon J. Carcano, recebido como seu sócio, nesta mesma Casa, poudo, por sua vez, proclamar em 1910: “Não existe dissidência alguma que separe o Brasil e a Argentina; questão alguma pendente, qualquer interesse ou ambição que, no futuro, as divida. Aproximam-nas e as unem a raça, as instituições o oceano que banha as suas costas, os mesmos meios de comunicação fluvial, a mesma via férrea que vae em busca do Uruguai, as fontes e orientações diversas da riqueza e do comércio, a conveniência de permutarem seus diferentes productos, a mesma necessidade

de povoar e civilizar imensos territórios, uma vida rica de demonstrações e triunfos comuns, as tradições de fraternidade e aliança, o horizonte iluminado da História”.

E nos presentes dias, vós, Sr. Dr. Julio Roca, estais podendo ver a consistência dessa amizade não apenas nas recepções e agasalhos oficiais que poderiam ser de etiqueta e convencionalismo, mas, no sentido de sinceridade que neles se reflete e na significação que lhe dá o sentimento público que vos acompanha onde quer que se apresente vossa figura e se pronuncie vosso nome. Deveis levar desta visita a convicção de que, se é certo que a solidariedade das grandes nações da América valerá como um exemplo para o mundo e assegurará o progressivo desenvolvimento de nosso continente na concórdia e no afeto recíproco, é mister confiar a guarda dessa amizade aos povos de nossas terras. Esses povos, no seu espírito sadio e pacífico, na sinceridade nativa de seu temperamento, apresentam-se como o chão em que deve ser plantada e cuidada a boa semente. Se ela criar raízes e se abrir em flores, não terão reflexo duradouro quaisquer dissentimentos sobre atos de governo de qualquer dos dois países, dissentimentos que, aliás, não podem deixar de ser considerados senão, como produto de um desintendido ou de imperfeito conhecimento das circunstâncias.

Vossa alta compreensão das cousas, vossa grande experiência dos homens, vosso largo contato de homem público com os sentimentos populares, fazem de vossa pessoa, após a visita que nos estais fazendo, Sr. Dr. Julio Roca, o mais competente, o mais autorizado, o mais oportuno emissário do Brasil junto ao povo argentino.

Basta que lhe digais que, em toda a parte onde estivestes, em todos aqueles com que vos encontrastes, sentistes sempre que a mesma onda de manifesta emoção afetuosa vos recebia, vos envolvia e vos acompanhava, e por certo não apenas a vós pessoalmente, muito embora a simpatia de vossa presença seja de molde a despertar os melhores sentimentos, muito embora a pronúncia de vosso nome

despertasse no fundo de cada coração brasileiro a recordação carinhosa de outro grande amigo de nossa terra, de que justificadamente vos orgulhais de ser o herdeiro, mas ao ilustre filho da Argentina, que a representa oficialmente na eminência da investidura que vos outorgou o sufrágio do povo.

E nada mais vos pedimos, Sr. Vice-Presidente da Nação Argentina: transmitti a vossos concidadãos a impressão que vos deixou no espírito a acolhida do povo brasileiro.

As relações entre o Brasil e a Argentina devem assentar na verdade, na segurança da sinceridade dos sentimentos recíprocos. E nada ha para que não sejam os dois países sinceramente amigos. Ramon Carcano, no discurso de 1910, proferido nesta Casa, e já nesta saudação rememorado, descreveu com palavras seguras a síntese da trajetória das duas Nações no passado. E disse: “Brasileiros e Argentinos descendemos de uma mesma raça; prósperos e fortes, prudentes e cultos, estamos chamados a conquistar na paz e na concórdia nosso destino manifesto. Combatemos na colônia e liquidamos nosso legado antagônico na independência; associamos nossas armas contra os tiranos, engendrados pela anarquia e barbarie e a espinhosa herança de nosso conflito territorial, nós a resolvemos pelo acordo civilizador da arbitragem. Ao escrevermos a primeira página da história conjunta de povos constituídos e organizados, a escrevemos com a mão estendida da amizade e o abraço solidário da Aliança.

“Todos os acontecimentos do tempo se produziram para robustecer tão elevados sentimentos. Passou o lirismo do Vice-Reinado e o sonho cisplatino, o cesarismo e a clausura dos rios, as controvérsias do pacto de Maio, as revoluções entrerianas, a instabilidade dos governos, os conflitos de jurisdição, as questões de fronteiras, todas as incertezas e perigos que levaram o Império a desenvolver uma política de previsão e de vigilância, a esquadilha permanente nos rios, as tropas nas fronteiras, uma diplomacia militante, de



penetração e de ação continuada. Desapareceram todos os fatores que nos poderiam inquietar e se avolumaram todos os elementos que podem garantir a convivência de recíprocos interesses, que nos podem unir na paz e na confiança”.

Assim tem sido e assim deve continuar sendo; e mesmo a posição geográfica de nossas terras são a representação física de tal situação espiritual.

Um fino poeta nosso, que foi alto representante do Brasil, em momento de viva emoção na Argentina, Francisco Octaviano, gravou em versos de ouro, que haviam sido esquecidos e que o aticismo de Helio Lobo acaba de ressuscitar, a singularidade da conjunção material do Brasil e da Argentina.

Não será descabido, Sr. Dr. Julio Roca, a intromissão de versos nesta saudação. Poeta, como sois, e intérprete insigne dos mais subtis poetas, como Schelley e Keats, bem podeis compreender a beleza dos versos do vate brasileiro. Diz ele:

O majestoso Prata bem claro nos ensina,  
Nessa junção feliz de rios tão distantes,  
Que os sul-americanos, por uma lei divina,  
Devem viver unidos, se querem ser gigantes.

Descem as suas águas das duas cordilheiras,  
Dos Andes argentinos, das Serras brasileiras,  
E, como dois amigos unidos peito a peito,  
Abraçam-se no encontro e têm o mesmo leito.

Não me permite o reconhecimento de minha fraqueza acrescentar palavras à beleza destes versos.

Sr. Dr. Julio Roca, recebei na singeleza desta alocução a expressão dos sentimentos do Instituto Histórico Brasileiro para com vossa egrégia personalidade, para com a gloriosa Nação Argentina e pela perene e indestrutível amizade de nossas duas Pátrias !  
(*Grandes aplausos.*)



O SR. JULIO ROCA que, ao erguer-se, foi saudado por muitos aplausos, disse o seguinte:

“Señores: Saludo al Señor Presidente, en vuestra persona, y a los dignos miembros del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil a los que debo el insigne honor de ver inscripto mi nombre en la lista de sus miembros.

Me inclino a la vez ante su Presidente Perpétuo que lleva con tan singular dignidad el peso de un ilustre nombre y que ha sabido señalar-se por la fidelidad inquebrantable, por todos respectada a las convicciones y a los ideales que definen y perfilan una inconfudible y venerable personalidad.

Al aproximarse el término de mi visita al Brasil en donde he sido acogido por el gobierno, por la sociedad, por la prensa y por el pueblo, con tan excepcional y comovedora simpatia, la recepción de que me hacéis objeto coronal con el selo de la autoridad y del prestigio de que estais tan dignamente investidos su magnifica hospitalidad.

Arriesgaria incurrir en imperdonables omisiones si pretendiera enumerar a los pensadores, a los estadistas y a los escritores que han ilustrado sus debates y esclarecido sus anales. En la figura historica de vuestro antecesor, Señor Presidente, a quien he rendido homenaje antes de llegar a este recinto, en la personalidad del Barón de Rio Branco, como jurisconsulto, y hombre de gobierno puso término a la tarea secular de fijar los limites definitivos de vuestra hijuela territorial, como si cumpliera un mandato emenado de vuestra propia institución. Rindo el homenaje de mi admiración a todos los que le consagraron los desvelos de su inteligencia y el fruto de su sabiduria.

Yo bien sé, Señores, que este Instituto, mañana centenario, ha contado y cuenta hoy en su seno a cuantos se han señalado en vuestra patria por el pensamiento, por la sabiduria, por la conducta y por la consagración al bien público. Nació a la existencia cuando el resto de la América latina se debatía en las convulsiones de la anarquía

y cuando entre nosotros, en la luctuosa noche de la tiranía veíamos alejarse a Alberdi, a Mitre, a Sarmiento, a Mármol y a Gutierrez del patrio suelo, apagándose, para solo brillar, más tarde, después de la gloriosa jornada de Caseros en donde combatieron por la libertad brasileños y argentinos, tan altas y puras luminarias.

No es posible recordar sin emoción vuestros humildes orígenes. Se reunían los fundadores “en una estrecha y oscura sala de desnudos muros, desprovistas de muebles. A la caída de la noche se reunían para discurrir sobre las pacíficas ciencias, hombres ilustres dados a elaborar historia, privándose, por servir a la patria, de todo placer y de todo descanso”. Pero esos solitarios a diferencia de los de Port Royal, no consagraron las horas e la vida espiritual a las disquisiciones de la filosofía y a las interpretaciones teológicas, sino que vivieron en contacto estrecho con la sociedad de que formaban parte, concurriendo con el estudio de su medio geográfico y de su conformación histórica a la solución de los problemas que a diario se presentan en las épocas de formación y crecimiento.

Guardianes de las cartas y documentos que pueblan archivos y bibliotecas, al par que depositarios de sus tradiciones, sois la prolongación más genuina del pasado. El está presente en vuestras cotidianas investigaciones, en la compulsión de los antecedentes, en la interpretación de los acontecimientos, en la crítica de los caracteres y de las actitudes en el discernimiento de las sanciones que la Historia aplica como tribunal exclusivo e inapelable. Pero vivís a la vez en íntimo contacto con el presente, con sus afanes, con sus pasiones, con sus dolores; nexos espiritual entre lo que ha sido y lo que habrá de ser, se desprende de vuestra obra individual y colectiva, abonada por la serenidad y el desinterés, una enseñanza insustituible. Si el tiempo, según se dice, no respeta de que se ha hecho sin su concurso, vuestra docencia inspirada en su necesaria colaboración, ha de ser faro que oriente e ilumine en las horas de confusión y de extravío.

Por eso sin excederes de los límites que os habeis impuesto al organizar el Instituto no es posible dar un sentido de realidad inconfundible a vuestro pensamiento colectivo en esta hora.

Rodrigo Octavio — de quien reclamo respetuosamente el título de amigo, — el poeta de los Pámpanos y de los Idilios iniciales, en cuyo robusto tronco florece aún un tierno y platónico romance: Rodrigo Octavio, que en plena juventud midiera sus armas — “y nadie las mueva que estar no pueda con Rolando a prueba” — con Ruy Barbosa, en el apogeo entonces del talento y la elocuencia, ha atestiguado esta tarde la verdad de esa afirmación.

No es menester agregar a su magnífico análisis de los orígenes í de las causas que fundamenta la indestructible amistad del Brasil con la Argentina, una palabra que no sea de aplauso y de adhesión. Si lo intentara tendría que recorrer idéntico camino, sin que ganara su demostración en claridad y en elocuencia.

El honor que me discierne en este día el Instituto Histórico — prolonga, completa y enaltece el que ya me ha sido dispensado, con su seguro instinto el sentimiento público. No me ha sido difícil discernir cuán pequeña era la porción que en él podría corresponder a mis escasos merecimientos. Quien llevara antes que yo el nombre que he heredado, continuaba siendo el destinatario invisible de vuestra simpatía y de vuestras efusiones.

No ha olvidado el Brasil la amistad sincera y leal que él le brindara en una época que fue señalada, como una alborada de luz para los horizontes de las dos grandes naciones sudamericanas que bañan las aguas del Atlántico. Y podría repetir, con él, si no lo hubierais dicho ya vos mismo, que mi país ha de recibir la distinción de que me haceis objeto como una nueva demostración de la comunidad de aspiraciones y sentimientos que vincula a los pueblos brasileño y argentino.

Tengo, Señores, una fé profunda en los destinos de nuestro continente. Hemos andados mucho camino desde las horas iniciales de

la independencia y desde los dias de prueba en que asentamos sobre bases definitivas nuestra unidad politica y nuestra organizaci3n social.

Hemos saneado los titulos de nuestra herencia colonial y hemos enterrado para siempre el apetito atávico de expansi3n y de conquista. Un instinto de solidaridad y de coordinaci3n inspira y orienta nuestra conducta internacional. En las vastas extensiones cuya útil y efectiva apropiaci3n no hemos terminado por completo, ha de encontrar cabida una poblacion muchas veces superior a aquella que las cubre en el presente. En la diversificaci3n de nestras producciones habremos de encontrar nuevas ocasiones de fecunda colaboraci3n, veres y, espalda contra espalda, ha de sernos más fácil resolver victoriosamente nuestros problemas étnicos económicos y sociales, que en otras partes del mundo amenazan, en esta hora trágica, la existencia de las sociedades más antiguas y poderosas. Es un compromiso de honor el cumplimiento de las promesas inscritas en nuestros estatutos constitucionales, y debemos, a quienes nos traen el aporte de sus brazos y de sus capitales la garantia pregonada por los propagandistas de nuestra hospitalidad. Debemos tambien a nuestros hermanos de América el ejemplo de prudencia y de juicio que es condici3n implicita de nuestro ascendiente en la pacificaci3n definitiva del continente.

En la fidelidad a los preceptos de libertad de justicia y de derecho en que se inspiraron nuestras instituciones originarias ha de basarse tambien nuestra futura política internacional. Sin imperativos históricos, sin disidencias doctrinarias, sin pretensiones de hegemonia, sin conflictos sustanciales de intereses, ha de fructificar la planta de la fraternidad de brasileños y argentinos al calor de la confianza y del respeto reciprocos en el curso futuro de sus destinos paralelos.

Ha de ser, Señores, como acaba de requerio vuestro eminente interprete, leal emisario para ante el pueblo argentino. He de decirle que los titulos en que se funde la amistad del Brasil y de la República

Argentina acabam de ser executoriados por la más alta autoridad científica e histórica con que cuenta el continente sudamericano. El pueblo de mi patria ha de pensar, como pienso yo, tan alto auspicio ha de ser generador de los más grandes y fecundos resultados, y que, a distancia de las hogueras fratricidas que enrojecen los horizontes del viejo continente, una aurora luminosa de paz se alza en el extremo austral del Nuevo Mundo.” (*Grandes e prolongados aplausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*Presidente perpétuo*), disse que antes de declarar encerrada a sessão propunha que todo o auditório o acompanhasse num calcroso e sincero *Viva à Nação Argentina*.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO. (*2º secretário, interino*)

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO NONAGÉSIMO  
NONO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO (SESSÃO 1.638)  
EM 21 DE OUTUBRO DE 1937:

PRESIDÊNCIA DO SR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(*1º Vice-Presidente*)

Às 17 e meia horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: srs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Rodrigo Octavio Langgaard de Menezes, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Alfredo Nascimento Silva, Manuel Tavares Cavalcanti, José Maria Moreira Guimarães, Herbert Canabarro Reichardt, Alexandre Emilio Sommer, Leopoldo Feijó Bittencourt, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Raul Tavares, João Oliveira Sá Camelo Lampreia, Rodrigo Octavio Filho, Bernardino José de Souza, Braz Hermenegildo do Amaral, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming, dom Pedro de Orleans — Bragança



Alfredo Ferreira Lage, Sylvio Rangel de Castro, José Mattoso Maia Forte, Helio Lobo.

O SR. MANUEL CICERO (*presidente*) convidou a tomar assento à mesa, à sua direita, o sr. general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar do sr. Presidente da República e a quem representava.

O SR. MANUEL CICERO (*presidente*) disse o seguinte:

“É para sentir, nesta sessão magna aniversária, a ausência, por motivo de enfermidade, do nosso presidente perpétuo sr. Conde de Affonso Celso, que felizmente já se encontra em franca convalescença. Deseja-lhe o Instituto que prontamente recupere a saúde, tão preciosa, para contentamento de quantos admiram as eminentes virtudes desse grande brasileiro.

Celebra jubileu o Instituto o seu nonagésimo nono aniversário, certo de que no decurso de tão longa existência, não tem desmerecido, não se lhe ha arrefecido o ânimo, antes, tem procurado sempre e pensa haver conseguido até agora corresponder aos elevados intuitos daqueles que o idearam e fundaram. Casa de trabalho, consagrada ao culto da pátria, à guarda das nossas tradições e ao estudo da geografia, da etnografia e da história do Brasil, são manifestos os resultados que a ininterrupta atividade da mais antiga das associações culturais brasileiras tem alcançado produzir.

Durante o ano social que acaba de passar, prosseguiu sem desfalecimento na rota que se traçou. Era tempo de dar início aos trabalhos preparatórios da sua comemoração secular. Celebrar essa data histórica constitui um dever dos que se honram de pertencer a esta agremiação, um dever para com aqueles que os precederam no quadro social, não só os fundadores, mas também os seus continuadores. Dadas, como foram, as providências preliminares, espera o Instituto comemorar condignamente, a 21 de outubro de 1938, o centenário da sua fundação.



No relatório que vai ler, exporá o benemérito secretário perpétuo, sr. Max Fleiuss, quais as principais ocorrências que se deram durante o ano e disseram respeito ao Instituto e qual a maneira por que será comemorada a gloriosa efeméride.

E' doloroso assinalar que foram arrebatados pela morte inexorável não poucos dos nossos prestimosos e caros companheiros, deixando-nos a recordação inapagável das suas nobres qualidades de espírito e de coração e dos serviços que prestaram a esta Companhia. Rendendo um preito de saudade aos que se foram para sempre, curvo-me ante a sua memória.

De cada um deles dirá com a habitual mestria o nosso eloquente orador perpétuo, Sr. Barão de Ramiz Galvão." (*Palmas.*)

Teve, em seguida, a palavra o Sr. MAX FLEIUSS (*primeiro secretário perpétuo*) que leu este Relatório:

— Noventa e nove anos completa hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Noventa e nove anos de incessantes trabalhos, de investigações e publicações sobre os fastos da nossa História, da nossa Geografia e da nossa Bibliografia:— 167 volumes, publicados de sua monumental *Revista*, o maior acervo de documentos sobre nossos sucessos na Colônia, no Império, na República. Afora disso, mais de cem volumes e opúsculos, versando as matérias de sua especialidade.

Dois Congressos de História Nacional, um Congresso Internacional de História da América, o primeiro; conferências. Em suma, constantemente, sem a menor hesitação, o labor profícuo e nobre dos diversos ramos intelectuais que lhe determinam a existência.

Neste último ano nossa maior preocupação tem sido os programas das comemorações do próximo centenário a 21 de outubro do ano vindouro.

E, manda a justiça proclamar desde logo, todos os projetos, ou quasi todos, ficariam tão somente no capítulo dos desejos, se não fora o apoio decisivo, completo, eficiente que nos ha concedido o

eminente Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República e Presidente Honorário desta casa.

O Instituto manteve sempre, norma inflexível, o culto da gratidão. O nome de Getulio Vargas pertence ao quadro de seus maiores beneméritos.

Em nome desta associação, em nome de Affonso Celso, que por ainda enfermo não preside a esta solenidade, eu agradeço ao Sr. Getulio Vargas quanto fez e fará em prol desta instituição que trabalha sem outro intuito sinão o de servir aos estudiosos.

E' preciso mais uma vez afirmar que o Instituto Histórico sempre aplaudiu e aplaude todas as empresas que colimem os estudos e a elaboração de obras em favor da nossa cultura intelectual, sob seus múltiplos aspectos.

Nunca, convem repeti-lo, o Instituto demonstrou, mesmo indiretamente, qualquer sentimento de inveja ou rivalidade.

Trabalhou, trabalha, trabalhará sempre, côncio de seus deveres que tem sabido cumprir.

O Instituto realizou durante a vigência do seu ano social 15 sessões, nas datas em seguida declaradas:

26 de outubro de 1936. Sessão especial (n. 1.623). Presidência do Sr. Manuel Cicero, 1º vice-presidente. O Sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo, designado pelo Sr. Presidente perpétuo, Conde de Affonso Celso, fez uma conferência sobre Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tendo antes o Sr. Manuel Cicero pronunciado algumas palavras, explicando o fim da sessão.

4 de dezembro de 1936. Presidência do Sr. Affonso Celso (sessão n. 1.624). Assembléia geral em segunda convocação, para resolver sobre a proposta de promoção à classe dos beneméritos, na conformidade do art. 8º dos Estatutos, dos sócios efetivos Francisco Radler de Aquino e Carlos da Silveira Carneiro e o correspondente Braz Hermenegildo do Amaral e quanto à elevação à classe dos ho-

norários de alguns sócios efetivos, propostas aprovadas unanimemente.

Na última parte dos trabalhos foram lidos os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, favoráveis à aceitação das propostas indicando os Srs. Enrique de Gandia, Alvaro de Salles Oliveira e Arthur Cezar Ferreira Reis para a classe dos correspondentes, pareceres aprovados por unanimidade.

No mesmo dia 4 de dezembro, em seguida à assembléia geral, realizou-se a sessão especial (n. 1.625), presidida pelo Sr. Conde de Affonso Celso, para comemorar o centenário do natalício de Quintino Bocayuva. Depois do Presidente se referir ao homenageado, o Sr. Rodrigo Octavio, 3º vice-presidente, fez uma conferência sobre aquele notavel brasileiro, à memória do qual o Sr. Camello Lampreia prestou também as suas homenagens.

19 de fevereiro de 1937. Sessão especial (n. 1.626). Presidência primeiramente do Sr. Manuel Cicero e depois do Sr. Conde de Affonso Celso. Em homenagem ao 25º aniversário da presidência de Affonso Celso. Explicando o motivo da sessão, falou o Sr. Manuel Cicero, que ao terminar nomeou os Srs. Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Max Fleiuss, Moreira Guimarães e Raul Tavares para introduzirem no recinto o Sr. Conde de Affonso Celso. Saudou o presidente perpétuo do Instituto o sócio efetivo Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, respondendo-lhe o Sr. Conde de Affonso Celso.

20 de abril. Sessão ordinária (n. 1.627). Presidência do Sr. Manuel Cicero. Destinada à comemoração do *Dia da América*, fazendo sobre o assunto uma conferência o Sr. Basilio de Magalhães. Antes foram lidos e aprovados unanimemente o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento relativo às contas da Tesouraria do exercício de 1936 e as propostas indicando para sócios efetivos os Srs. Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bittencourt; para correspondente o desembargador José de Mesquita e elevando à classe dos ho-

norários os sócios efetivos Afranio de Mello Franco e Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Aceitando o Sr. Presidente a renúncia do Dr. Luiz Felipe Vieira Souto, ao cargo de 2º secretário, nomeou, nos termos do art. 30, § 3º dos Estatutos, o Sr. Virgílio Corrêa Filho para exercer interinamente o cargo até as próximas eleições.

30 de abril. Sessão ordinária (n. 1.628). Presidência do Sr. Manuel Cicero comemorando o centenário do natalício de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (barão Homem de Mello), sobre o qual fez uma conferência o Sr. Alfredo Nascimento Silva.

Sessão extraordinária de 10 de maio (n. 1.629). Presidência do Sr. Manuel Cicero. Foi comemorado o centenário natalício do almirante Antonio Luiz von Hoonholtz (barão de Teffé), realizando uma conferência o Sr. Carlos da Silveira Carneiro.

12 de maio. Sessão ordinária (n. 1.630). Presidência do Sr. Manuel Cicero. Votados os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios e da Comissão de História, lidos na sessão de 20 de abril e aprovados, o presidente proclamou sócios honorários do Instituto os Srs. Afranio de Mello Franco e Carlos Miguel Delgado de Carvalho; efetivos os Srs. Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bittencourt e correspondente o Sr. José de Mesquita.

Na mesma data realizou-se a sessão extraordinária (n. 1.631), destinada a comemorar o centenário do nascimento de Evaristo Ferreira da Veiga. Presidiu-a o Sr. Manuel Cicero. Sobre o homenagem realizou uma conferência o Sr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

21 de junho. Sessão ordinária (n. 1.632). Presidência do Sr. Tavares de Lyra, 2º vice-presidente. O Sr. Leopoldo Feijó Bittencourt falou sobre Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba, um dos 27 fundadores do Instituto.

26 de julho. Sessão ordinária (n. 1.633). Presidência do Sr. Tavares de Lyra. O Sr. Herbert Canabarro Reichardt discorreu sobre a fundação de Porto Alegre.

13 de agosto. Sessão especial (n. 1.634). Presidência do Sr. Tavares de Lyra. Realizou-se a recepção da Missão Cultural Uruguaia. A saudação foi feita pelo Sr. Max Fleiuss. O Sr. Basílio de Magalhães referiu-se à literatura uruguaia e o Sr. Raul Monteiro Bustamante fez uma conferência sobre *La imperatriz de las Indias*. Falou, por fim, o senador uruguaio Luis Alberto Herrera.

27 de agosto. Sessão ordinária (n. 1.635). Presidência do Sr. Tavares de Lyra. Foi proposto um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Victor Vianna e do Sr. Alexandre Eugenio de Andrade Camisão, antigo funcionário do Instituto. Foram apresentadas propostas relativas à admissão dos Srs. Henrique de Campos Ferreira Lima e Buenaventura Caviglia (hijo), para sócios correspondentes, tendo sido encaminhadas à Comissão de História para emitir parecer.

Fez-se a leitura das propostas indicando para sócios honorários os Srs. Julio Argentino Roca e Louis Pasteur Vallery Radot. Obtida a urgência pedida para imediato parecer verbal da Comissão de História e, em seguida da Comissão de Admissão de Sócios, foram estes aprovados e logo depois proclamados sócios honorários do Instituto os Srs. Julio A. Roca e Louis Pasteur Vallery Radot.

O Sr. Alfredo Valladão convidou o Instituto para se representar na comemoração do segundo centenário da fundação de Campanha. O Instituto declarou associar-se cordialmente à comemoração e nomeou para o representarem na solenidade os Srs. Alfredo Valladão, Eugenio Vilhena de Moraes e Helio Lobo.

Por fim o Sr. Pedro Calmon fez uma conferência sobre o Conde de Bagnolo (General Gioan Vincenzo Sanfelice), defensor da Baía em 1638.

1 de setembro. Sessão especial (n. 1.636). Presidência do Sr. Max Fleiuss, 1º secretário perpétuo, convocada para o fim de ser recebido o sócio honorário Louis Pasteur Vallery Radot. O



Sr. Max Fleiuss saudou-o em francês e o novo sócio fez uma conferência sobre Charles Nicolle, sábio e pensador.

14 de setembro. Sessão especial (n. 1.637). Presidência do Sr. Conde de Affonso Celso. Fim da sessão: recepção do sócio honorário Sr. Julio A. Roca. Saudou-o primeiramente o Sr. Presidente perpétuo. O Sr. Rodrigo Octavio dirigiu-lhe a palavra em nome do Instituto. O Sr. Julio A. Roca respondeu agradecendo.

O Sr. Julio Roca chegara ao Rio de Janeiro a 5 de setembro e para recebê-lo encarregou o presidente perpétuo os Srs. Rodrigo Octavio, Alfredo Nascimento, Helio Lobo, Canabarro Reichardt, Thiers Fleming, J. Mattoso, Feijó Bittencourt e Souza Docca.

#### CADASTRO SOCIAL

Nesta data é a seguinte a situação do Cadastro Social do Instituto:

Presidentes honorários, 6.

Sócios grandes beneméritos, 5.

Sócios beneméritos, 14.

Sócios efetivos, 40.

Sócios correspondentes, 37.

Sócios honorários, 36.

Foram eleitos durante o ano:

#### SÓCIOS BENEMÉRITOS

Francisco Radler de Aquino, tesoureiro do Instituto, sócio efetivo desde 26 de agosto de 1911.

Carlos da Silveira Carneiro, tesoureiro interino do Instituto, sócio efetivo desde 6 de agosto de 1921.

Braz Hermenegildo do Amaral, sócio correspondente desde 22 de junho de 1911.



#### SÓCIOS HONORÁRIOS

Cincinato Cesar da Silva Braga, sócio efetivo em 25 de agosto de 1895.

Eduardo Marques Peixoto, sócio efetivo em 23 de outubro de 1903.

Norival Soares de Freitas, sócio efetivo em 5 de outubro de 1908.

Othelo de Souza Reis, sócio efetivo em 6 de agosto de 1921.

Afranio de Mello Franco, sócio efetivo em 27 de maio de 1912.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho, sócio efetivo em 6 de agosto de 1921.

#### SÓCIOS EFETIVOS

Herbert Canabarro Reichardt, eleito em 12 de maio de 1937.

Leopoldo Feijó Bittencourt, eleito na mesma data.

#### SÓCIOS CORRESPONDENTES

Enrique de Gandia, eleito a 4 de dezembro de 1936.

Alvaro de Salles Oliveira, eleito a 4 de dezembro de 1936.

Arthur Cesar Ferreira Reis, eleito a 4 de dezembro de 1936.

José Mesquita, eleito a 12 de maio de 1937.

#### SÓCIOS FALECIDOS

Paulo Setubal, falecido a 15 de dezembro de 1936.

Victor Maurtua, falecido a 27 de abril de 1937.

Laudelino Freire, falecido a 18 de junho de 1937.

Antonio de Barros Ramalho Ortigão, falecido a 27 de setembro de 1937.

Nicoláu José Debanné, falecido a 28 de setembro de 1937.

Bispo D. João Braga, falecido a 13 de outubro de 1937.

Theodoro Sampaio, falecido a 15 de outubro de 1937.

#### OFERTAS

A 23 de janeiro o Sr. Dr. Carlos da Ponte Ribeiro Eiras ofereceu ao Instituto Histórico o retrato de seu ilustre antepassado, barão da Ponte Ribeiro (Duarte da Ponte Ribeiro).

Pela família do ilustre engenheiro Dr. Paulo de Frontin foi oferecido ao Instituto um retrato do grande brasileiro.

O Gabinete Português de Leitura ofereceu ao Instituto uma medalha de prata, comemorativa do centenário de sua fundação.

O Sr. coronel F. Jaguaribe de Mattos teve a gentileza de oferecer, com a data de 21 de outubro, o seu trabalho *Les idées sur la physiographie sud-américaine*.

#### COLEÇÃO CONSELHEIRO LUIZ FELIPPE DE SOUZA LEÃO

Ofertados pelo sócio efetico Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, e pelo mesmo miruciosamente catalogados, já foram incorporados ao arquivo do Instituto 162 documentos da COLEÇÃO CONSELHEIRO LUIZ FELIPPE DE SOUZA LEÃO, dentre os quais se destacam, por seu valor e interesse histórico, os que se acham fichados sob o nome do próprio conselheiro Luiz Felipe e bem assim as numerosas cartas do barão de Vila Bela, do conselheiro Buarque de Macedo, do marquês de Olinda, do conselheiro Saraiva e de outros políticos de renome, ao tempo da monarquia. Dentro em breve receberá o Instituto Histórico os restantes documentos dessa coleção, que se elevam a mais de uma centena e cujo catálogo continua a cargo do referido doador.

#### FATOS SOCIAIS

##### CONFERÊNCIAS

O sócio correspondente professor Mendes Corrêa realizou na sala de sessões do Instituto, a 27 de maio, interessante conferência sobre *O homem dos sambaquis*.

PRESIDENTE ROOSEVELT

Tendo chegado ao Rio de Janeiro, a 27 de novembro, o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, o Sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, nomeou os Srs. Manuel Cicero, Max Fleiuss, Afranio de Mello Franco, Rodrigo Octavio e Francisco Radler de Aquino, para, em comissão, apresentarem ao grande estadista os cumprimentos de boas vindas do Instituto.

COMISSÃO CULTURAL URUGUAIA

O Sr. presidente perpétuo nomeou, para receber no ponto de desembarque a Missão Cultural Uruguiaia, uma comissão composta dos sócios Max Fleiuss, Feijó Bittencourt, Canabarro Reichardt e Virgilio Corrêa Filho.

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EXPANSÃO  
PORTUGUESA NO MUNDO

Nesse Congresso internacional, inaugurado em Lisboa a 25 de julho, esteve o Instituto Histórico representado pelo seu ilustrado 1º vice-presidente, Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, igualmente delegado do Governo Brasileiro.

Na importantíssima assembléia o Sr. Manuel Cicero pronunciou um discurso na sessão inaugural e outro na de encerramento, ambos acolhidos com merecidos aplausos, e teve ocasião de apresentar comunicação interessante sobre um códice inédito do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, um dos fundadores do Instituto, intitulado *Compêndio histórico das possessões da Coroa de Portugal nas ilhas e no continente da África Oriental e Ocidental*, códice pertencente ao Instituto Histórico.

Presidiu ainda o Sr. Manuel Cicero a 1ª reunião da secção IV — *Os portugueses no Brasil*.

Assistiu, igualmente, à inauguração da *Academia Portuguesa da História*, na Torre do Tombo, tendo proferido uma alocução.

Encerrado o Congresso, visitou várias das mais importantes cidades portuguesas, examinando bibliotecas e arquivos, e isto com a proficiência de quem por mais de 20 anos exerceu com tanto relevo o cargo de diretor geral da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em sessão da *Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual*, realizada no Palácio Itamarati a 13 do corrente, o Sr. Manuel Cicero fez uma exposição acerca do desempenho da sua missão em Portugal.

No Instituto, a convite do nosso Presidente perpétuo, Sr. Conde de Affonso Celso, fará no próximo ano o Sr. Manuel Cicero uma conferência sobre esse assunto.

Assim, o representante oficial do Brasil e do Instituto justificou mais uma vez, plenamente, o que se esperava de sua provada competência.

## SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Nomeado por decreto de 16 de junho, do Sr. Presidente da República, representante oficial do Brasil no Segundo Congresso Internacional de História da América, reunido em Buenos Aires no mês de julho (o primeiro Congresso foi promovido e realizado pelo Instituto Histórico em setembro de 1922), levei igualmente credenciais deste Instituto e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual.

Minha atuação naquele Congresso, ao qual apresentei uma dissertação sobre o *Conceito e interpretação da história da América*, foi a seguinte:

Na primeira sessão a que compareci falei sobre aspectos políticos e sociais entre o Brasil e a Argentina; recordei Mitre e a sua vinda, em 1872, ao Brasil, em missão especial, as expressões cari-

nhosas com que se referiu ao Brasil e a resposta muito expressiva do Imperador. Fiz uma descrição da política, no momento, do Brasil Império; lembrei as palavras de Affonso Celso, então deputado pela província de Minas, sobre os novos rumos de paz e concórdia que deviam ter as relações entre os dois países. Lembrei o Tratado de 7 de setembro de 1889, firmado entre o barão de Alencar e Quirino Costa, estabelecendo o arbitramento na questão de limites entre o Brasil e a Argentina, tratado aprovado em 5 de novembro de 1889, dez dias antes da proclamação da República, no governo do grande brasileiro visconde de Ouro Preto. Salientei a atuação dos embaixadores José Bonifácio e Ramon Cárcano.

Numa das sessões do Congresso, tendo o Sr. embaixador do Perú, Dr. Barreda y Laos, discorrido sobre as letras sul-americanas e seus cultores, omitiu os nomes dos nossos patrícios e nem aludiu ao Brasil, imediatamente pedi a palavra e falei nos nossos grandes homens de letras, especialmente no século XIX, citando Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Macedo, Machado de Assis, Coelho Netto, Affonso Arinos, Castro Alves, Fagundes Varella, José de Alencar, Casimiro de Abreu, João Severiano, Olavo Bilac, Visconde de Taunay, Raymundo Correia, Lucio e Salvador de Mendonça, Araripe Junior, Xavier da Silveira Junior, Arthur e Aluizio Azevedo, Fontoura Xavier, Joaquim Caetano da Silva, Couto de Magalhães, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Alberto de Oliveira, Martins Fontes, Vicente de Carvalho e, por último, Euclides da Cunha, de cuja obra tratei, notadamente de "Sertões".

Estas palavras despertaram aplausos desvanecedores.

Dias após o mesmo embaixador do Perú, na recepção da Universidade de Buenos Aires, reincidiu no esquecimento do nosso país, ao se referir aos grandes juristas sul-americanos.

De novo obtive a palavra, logo que S. Ex. terminou, e recordei os nossos jurisconsultos e suas obras; Teixeira de Freitas, Ribas Pi-

menta Bueno, Ramalho, Nabuco, Ferreira Vianna, Ouro-Preto, Lafayette, Ruy Barbosa, João Monteiro, Carvalho de Mendonça, Carlos de Carvalho, Pedro Lessa, Octavio Mendes.

No Círculo da Imprensa falei nos jornalistas brasileiros, especialmente em Evaristo da Veiga.

Na Sociedade Folklorista orei em nome de todos os delegados, indicando os que se haviam no Brasil consagrado às pesquisas do assunto: Couto de Magalhães, Sylvio Romero, Capistrano de Abreu, Mello Moraes, Theodoro Sampaio, João Ribeiro e Basilio de Magalhães.

Na sessão de encerramento do Congresso reclamei contra a exclusão da língua portuguesa nas publicações do mesmo Congresso.

Ainda mais:

— Quer na ida, quer no regresso, estive em Montevidéu. Fiz ali duas palestras na Universidade: uma sobre as grandes figuras do Império, e outra no Departamento Feminino, tratando da mulher brasileira, lembrando as grandes figuras de Paraguassú, Lindoya, tão decantada no “Uruguai”, de Basilio da Gama, Maria Quiteria, a freira Joanna Angelica e Isabel, a *Redentora*.

#### VISITAS

A 30 de dezembro recebeu o Instituto Histórico a visita do comandante Cisneiros de Faria, do navio-escola *Sagres*, da marinha de guerra portuguesa. Acompanhado do Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, do 1º secretário perpétuo e de outros sócios, percorreu detidamente todas as secções do Instituto, mostrando-se bem impressionado por quanto lhe foi dado ver.

#### MONUMENTO A VARNHAGEN

A 17 de fevereiro foi lançada a pedra fundamental do monumento a Francisco Adolpho Varnhagen, visconde de Porto Seguro,



que será levantado na praça Paris, por ocasião das festas comemorativas do centenário do Instituto. Falou na solenidade o Sr. Conde de Affonso Celso, tendo sido lavrada ata da mesma solenidade.

Tal monumento será executado pelo professor Corrêa Lima, cujo esboço alcançou a aprovação do nosso Presidente perpétuo.

#### CONDE DE AFFONSO CELSO

A 19 de fevereiro realizou-se uma sessão especial para comemorar o 25º aniversário da presidência do Sr. Conde de Affonso Celso. Foi orador o sócio efetivo Sr. Antonio Carlos. Nessa ocasião inaugurou-se na sala das sessões uma placa comemorativa do acontecimento, feita a inscrição em latim pelo sócio efetivo desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira e o trabalho artístico pelo professor Corrêa Lima. A fundição realizou-se nas oficinas da Casa da Moeda, por atenciosa concessão do Sr. Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda.

No ano que hoje termina, o nosso tão justamente prezado e ilustre Presidente perpétuo não pôde comparecer com assiduidade ao Instituto.

Graves enfermidades e profundos abalos morais não permitiram a sua assistência contínua. Mas de todos os fatos, de quaisquer providências, foi sempre diariamente informado, dirigindo com a maior solicitude e clarividência a ação administrativa.

Praza a Deus que cessem os motivos de ausência, pois Affonso Celso é o nosso grande guia tão respeitado e querido.

#### CONSULTAS

O Dr. Carlos Drummond de Andrade, diretor do Gabinete do Sr. Ministro Capanema, da Educação e Saude, remeteu ao Instituto Histórico um trabalho do Sr. Frederico Llaverías, deputado ao Congresso, ex-consul geral da República Dominicana em Porto Rico,

intitulado “La primera misa en la America”, pedindo a manifestação do Instituto a respeito. O Sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, designou o sócio correspondente monsenhor Federico Luardi para estudar o assunto e dar parecer. Esse parecer foi publicado no *Jornal do Comércio* de 11 de novembro e no *Diário Oficial* de 21 do mesmo mês.

O sócio Sr. Rodrigo Octavio, 3º vice-presidente do Instituto, escreveu ao Sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, a propósito da fundação da primeira Universidade argentina, cuja sede era em Córdoba, por um brasileiro, o bispo Fernando de Tejo y Sanabia. Para estudar o assunto foi nomeada uma comissão composta dos Srs. Rodrigo Octavio, comandante Lucas A. Boiteux e Virgilio Corrêa Filho.

— O diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em ofício de 13 de maio, dirigiu uma consulta sobre bibliografia geral da América latina. O Sr. presidente perpétuo respondeu por ofício de 25 do mesmo mês.

— A Diretoria do Patrimônio da União pediu, em novembro de 1936, que o Instituto estudasse o caso da ocupação e aforamento da ilha Xibinga, no município de Tutoia (Estado do Maranhão). O Sr. presidente perpétuo incumbiu desse trabalho o sócio Basilio de Magalhães, que sobre o assunto deu completo parecer, que foi encaminhado à repartição consulente.

#### CONDESSA DE AFFONSO CELSO

O Instituto fez-se representar nos funerais da condessa de Affonso Celso, virtuosa esposa do presidente perpétuo, por sua diretoria e vários sócios.

#### COMANDANTE AFFONSO CELSO DE OURO PRETO

Representou o Instituto na remoção do corpo do comandante Affonso Celso de Ouro Preto, falecido em Spezzia, na Itália, uma

comissão do Instituto composta dos Srs. Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Alfredo Valladão, Feijó Bittencourt e Rodrigo Octavio Filho.

#### IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Por uma comissão composta dos Srs. Max Fleiuss, Virgilio Correia Filho, Pedro Calmon, Bernardino de Souza, Canabarro Reichardt, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Leão Teixeira Filho e Manuel Tavares Cavalcanti, assistiu o Instituto Histórico a inauguração, a 7 de setembro, do mausoléu, no Convento de Santo Antonio, da primeira imperatriz do Brasil, D. Leopoldina. A solenidade dignou-se prestar o seu comparecimento, como sempre tem feito, a Sra. Darcy Vargas, digníssima esposa do Sr. Presidente da República. Falou na ocasião o Sr. Max Fleiuss.

#### SUCESSOS DE NOVEMBRO DE 1935

Para assistir às homenagens prestadas no cemitério de São João Batista às vítimas da legalidade, em novembro de 1935, o Sr. presidente perpétuo, Sr. Conde de Affonso Celso, nomeou uma comissão constituída dos Srs. Leopoldo Feijó Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt, Virgilio Correia Filho e Tavares Cavalcanti.

#### ESTATÍSTICA

##### *Biblioteca:*

Obras oferecidas.....	932
Obras adquiridas.....	45
Obras encadernadas.....	267
Revistas recebidas.....	1.689
Catálogos recebidos.....	213

##### *Arquivos:*

Documentos consultados.....	617
Documentos oferecidos.....	26

*Mapoteca:*

Mapas consultados. . . . .	103
Mapas oferecidos. . . . .	9

*Museu Histórico:*

Visitantes. . . . .	291
Objetos oferecidos. . . . .	11

*Sala Pública de Leitura:*

Consultantes. . . . .	1.217
Para livros e revistas. . . . .	259

*Secretaria:*

Ofícios, cartas e telegramas recebidos. . . . .	1.168
Expedidos. . . . .	1.317

Todos os serviços da sala de leitura, biblioteca, arquivo, mapoteca, museu e secretaria correram com absoluta regularidade, sendo dignos de elogios os respectivos serventuários.

COMEMORAÇÃO DO 1º CENTENÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO

A 27 de outubro de 1936 reuniram-se pela primeira vez os membros da comissão nomeada pelo presidente perpétuo, os Srs. Manuel Cicero, Max Fleiuss e Virgílio Corrêa Filho.

Essa comissão organizou o seguinte programa, que, aprovado pelo Presidente perpétuo do Instituto, mereceu igualmente aprovação do Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República e Presidente Honorário do Instituto:

I. Convocar o 3º Congresso de História Nacional, com o concurso das associações congêneres do país. Publicar os respectivos anais.

II. Realizar uma exposição dos livros, documentos e cartas geográficas mais importantes existentes no Instituto.

III. Organizar e publicar o catálogo da biblioteca, arquivo, ma-  
poteca e museu. Publicar o histórico das atividades do Instituto  
desde a sua fundação.

IV. Publicar a biografia dos fundadores.

V. Publicar a continuação do “Dicionário” do Instituto, das  
contribuições para a biografia do Imperador e do Congresso de His-  
tória de 1931.

VI. Publicar a tradução da obra de von Martius “Reise in  
Brasilien”.

VII. O Instituto conferirá um prêmio de cinco contos de réis  
ao autor brasileiro da melhor História do Brasil, nos moldes esta-  
belecidos no convênio firmado no Rio de Janeiro a 10 de outubro  
de 1933 entre o Brasil e a República Argentina, para a revisão dos  
textos adotados para o ensino da história e da geografia e nas  
normas aprovadas pela comissão brasileira constituída em virtude  
desse convênio. Conferirá igualmente um prêmio de cinco contos  
de réis ao autor americano da melhor História da América e um  
prêmio de igual quantia ao da melhor geografia da América, nos  
moldes estabelecidos no convênio firmado no Rio de Janeiro, entre  
o Brasil e a República Argentina, já referido, e no que para o  
mesmo fim foi assinado em Montevidéu, a 20 de dezembro daquele  
ano, pelos plenipotenciários de vários Estados da América, por  
ocasião da 7ª Conferência Internacional Americana.

VIII. Promover a cunhagem de uma medalha comemorativa.

IX. Promover a emissão de um selo comemorativo.

X. Erigir um monumento a Varnhagem, colocados no sopé os  
restos mortais do grande historiador.

XI. Por completamente em dia a Revista do Instituto, da qual  
se acham em atraso dez volumes, tendo sido o último publicado o 1º  
do ano de 1933. Bem assim os da sessão inaugural do Instituto Pan  
Americano de Geografia e História, reunido em 1932.

A 27 de janeiro deste ano começaram os trabalhos de catalogação da Biblioteca sob a direção do Sr. Cássius Berlink.

A 21 de maio, o Sr. presidente perpétuo nomeou para tratar do Terceiro Congresso de História Nacional, por proposta da Comissão do Centenário, a seguinte comissão especial: Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, presidente; ministro Augusto Tavares de Lyra, vice-presidente e vogais os Srs. Affonso d'Escragnolle Taunay, Eugenio Vilhena de Moraes, José Mattoso Maia Forte, capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, Theodoro Sampaio, Alfredo Nascimento Silva, ministro Alfredo Valladão, Basilio de Magalhães, capitão de mar e guerra Thiers Fleming, Jonathas Serrano, Rodolfo Garcia, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araujo Pinho, Pedro Calmon, Rodrigo Octavio Filho, e coronel Emilio Fernandes de Souza Docca.

Está terminado o nosso relatório.

Preparemo-nos todos para celebrar o nosso Centenário que constituirá por certo uma das mais brilhantes páginas da História do Brasil, também uma afirmativa de tenacidade patriótica, confirmando as palavras de Rio Branco:

“Somos da raça dos descobridores, não destruidores, dos que ensinaram os caminhos marítimos para as terras desconhecidas e não semearam nessas terras o ódio à civilização européia, mal representada por ferozes conquistadores. De um povo corajoso e bom tudo se pode esperar em grandeza humana, contanto que se mantenha nele a tradição do respeito aos nobres exemplos do seu passado, assim como a do culto do Direito e da disciplina cívica.” (*Palmas.*)

Logo depois obteve a palavra o Sr. RAMIZ GALVÃO que, da tribuna, disse o seguinte:

“Sr. representante do Sr. Presidente de República, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Instituto Histórico, ilustres consócios, minhas senhoras e senhores. — Vive a Humanidade, e particularmente o



Velho Mundo, em dolorosa época de conflitos intestinos e internacionais, que todos lastimamos e não preciso pormenorizar.

Deste lado do Atlântico, na nossa formosa América, não é, felizmente, o estouro dos canhões que se escuta; mas vive o amado Brasil em estado de inquietude e de alarma para se defender das tentativas insidiosas da hidra comunista, que procura abalar os fundamentos da nossa sociedade ao ponto de se reclamarem não só medidas de exceção por parte do Governo, como o aviso dado aos fieis pelos venerandos prelados brasileiros, que, nisto, como em todo o mais, obedecem à voz do Sumo Pontífice.

Como se isto não bastasse, agitam-se aqui as paixões dos partidos políticos, ciosos de predomínio e de posições às quais oxalá dêem remédio eficaz os verdadeiros patriotas a bem da ordem, da paz, da restauração econômica e do nosso progresso.

Ao passo que tantos problemas nos perturbam, sereno e na exclusiva órbita de seus deveres, trabalha sempre, entre outras corporações de ciências, letras e artes, o nosso veterano, e quasi secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja norma está na sua divisa — *Pacifica Scientiae Occupatio* — da qual ainda não nos apartamos nem nos apartaremos jamais.

De sete saudosos operários desta oficina devo nesta hora ocupar-me, pedindo prévia benevolência para os breves conceitos do vosso velho e quebrantado orador.

Manda a cortezia que demos primazia aos que não viram a luz da nossa amada terra brasileira, e entre eles a primeira figura de alto relevo que surge é a do Embaixador Victor Maúrtua, sábio jurista peruano. Graduado em Direito pela famosa Universidade de São Marcos, constituiu-se autoridade conspícua em Direito Internacional.

Neste campo da ciência fulgurou sempre o seu saber, já na codificação do Direito Internacional de 1927, já na Conferência de Havana, já na famosa questão *Letícia*, em que aproveitou com rara felicidade a fórmula capaz de resolver o pleito territorial entre o Perú

e a Colômbia, fórmula sugerida pelo nosso insigne patrício e colega Afranio de Mello Franco, bem denominado aqui em 1913 — o apóstolo da paz, digno do prêmio Nobel.

Do embaixador sem posto em Washington, passou Maúrtua para embaixador no Rio de Janeiro, onde como ministro plenipotenciário de seu país, colhera admiração e respeito nos nossos círculos sociais. Depois de uma rápida e nova estação nos Estados Unidos, ao voltar para o Brasil, infelizmente faleceu a bordo, vítima de fatal *angina pectoris*, a 27 de maio deste ano.

Maúrtua, sócio honorário do Instituto desde 1925, glorioso legionário da nossa coorte, é nome que a todos os respeitos nos desvanece.

Nicoláu José Debané, nasceu em Alexandria (Egito), filho de pais naturalizados brasileiros e, portanto, também brasileiro, sendo assim registrado. Foi aqui, desde 1912, nosso companheiro, figurando na classe dos sócios correspondentes. Deu-lhe direito a isso uma longa *Conferência* lida no Instituto Egípcio sobre a personalidade do nosso benemérito Imperador D. Pedro II, *Conferência* que se encontra reproduzida no tomo 75, parte II, de páginas 131 a 157 da nossa *Revista*.

Nesse trabalho Nicolau Debané fez referências interessantes ao nosso progresso econômico, à população, aos produtos brasileiros, e da mesma forma ao desenvolvimento intelectual, que aqui se operava sob a égide do soberano, que achava tempo para assistir a exames e concursos, para visitar escolas e academias, sem descurar os altos negócios do Estado.

O nosso Debané, segundo o *Almanaque do Ministério das Relações Exteriores*, foi vice-consul do Brasil em Alexandria, adido à nossa agência diplomática no Cairo, encarregado do consulado honorário no Cairo, agente diplomático do Brasil e consul geral no Egito, ministro residente, encarregado da nossa agência diplomática no Cairo, consul em Moscou, removido para Cristiania e depois para Constan-

tinopla. Serviu em comissão no Ministério da Agricultura e na comissão de estudos econômicos e comerciais em S. Paulo, foi delegado do Brasil no Segundo Congresso de Expansão Econômica e Comercial, reunido no Rio de Janeiro e serviu, em comissão, no gabinete do ministro das Relações Exteriores, o nosso saudosíssimo Feliz Pacheco.

Passou os últimos anos de sua existência nesta Capital, onde, quiçá, amargurado por várias circunstâncias, só achando conforto nos braços da religião católica, da qual era devoto praticante, faleceu a 28 de setembro deste ano.

Foi um sincero estudioso das cousas do Brasil; esse simples título justifica a nossa saudade e a nossa gratidão.

Chegou à falange dos cinco distintos patriotas aqui nascidos que a morte nos arrebatou, cada qual insigne na sua especialidade.

Rompe a marcha um economista. Antonio de Barros Ramalho Ortigão. Formado em ciências jurídico-comerciais pelo Instituto Superior de Comércio de Antuérpia, aqui desenvolveu a sua atividade recebendo constantes aplausos e foi inscrito na nossa milícia na classe dos sócios efetivos em 1915. Além da importante memória *A Moeda circulante do Brasil*, que foi aqui o seu título de admissão, registam-se na sua bagagem literária: o *Discurso* que produziu ao entrar para esta coorte de estudiosos; a *História das doutrinas econômicas*; a *Circulação, Crise do xem-xem*; o capítulo *Comércio* do 1º volume do nosso *Dicionário do Instituto Histórico*.

Em toda a sua obra Ramalho Ortigão se revelou adversário intransigente do papel-moeda e do curso forçado, que ele qualificou de *flagelo, fator de crises e desgraças*.

Digam os competentes se lhe assistia razão: mas ele era um convicto e um desvelado patriota, defensor do nosso crédito nacional e portanto merecedor da veneração dos que se honraram com o seu convívio. Faleceu ha menos de um mês a 28 de setembro deste ano.

— O segundo hoplita da coorte é Paulo Setubal, natural de São Paulo, esse Estado que desde Alexandre de Gusmão até aos imortais Andradas, o regente Feijó e muitos outros insignes Brasileiros, se impôs à nossa admiração, — Paulo Setubal não desdisse da glória do seu berço natal.

Inscreveu-se nas fileiras do nosso Instituto em 1934 graças a valiosíssimos trabalhos intitulados: *A marquesa de Santos*, *O príncipe de Nassau*, *A bandeira de Fernão Dias*, *Nos bastidores da História*, *As maluquices do imperador*, *A alma do caboclo*, *Ouro de Cuiabá*, *Os irmãos Leme*.

Tive a fortuna de os ler, todos, da primeira à última página, e posso por isso confirmar o luminoso conceito exarado no parecer do nosso distinto confrade Basílio de Magalhães, que assim, como relator da Comissão de História, se exprimiu: “Paulo Setubal, explorando, com raros predicados de talento, o precioso filão histórico da nossa terra, tem sabido pôr em magnífico relevo figuras e fatos dos mais importantes da nossa nacionalidade, como se vê da relação de seus livros, todos sofregamente lidos e calorosamente admirados no Brasil”. Este testemunho é quanto basta para julgar o nosso saudoso companheiro. E não é tudo. O valor moral de Paulo Setubal acrescia ao seu mérito de escritor. Tive disso a prova no comovente exórdio da oração, que ele proferiu ao tomar posse de membro da Academia Brasileira de Letras, cerimônia a que assisti e na qual confesso que as lágrimas me borbulharam nos olhos. E isso transparece igualmente do seu livro póstumo, *Confiteor*, de que nos deu interessante notícia o ilustre Sr. Helio Lobo em uma das sessões da nossa benemérita Academia.

Paulo Setubal ficará pois como uma das legítimas glórias do Instituto Histórico.

— Para aumentar as perdas que sofremos neste ano social figura um apaixonado cultor de letras, o Dr. Laudelino Freire, cuja vasta

obra foi aqui apreciada como título de admissão de 1917, e que então compreendia:

*Escritos diversos, Corografia de Sergipe, História de Sergipe, Sylzio Romero — estudo crítico, Linhas de polêmica, Sonetos brasileiros, Ensaio de moral, Os próceres da crítica, Estudos de filosofia e moral, Galeria histórica dos pintores do Brasil, Um século de pintura, Geometria prática.*

A tudo isto acresceram mais tarde:

*A defesa da língua nacional, Galicismos, Clássicos brasileiros, Verboes portugueses, Discursos, Livros de Camilo, Notas e perfis* (11 volumes), *Graças e galas de linguagem, Revista de língua portuguesa* (publicação de 1919 a 1934), a reprodução fac-similar foto-litográfica da preciosa 2ª edição do *Dicionário da língua portuguesa* do nosso ilustre Antonio de Moraes Silva, e nos últimos anos: *Relatórios, Palestras e Pareceres* que se encontram na *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Do que acabo de referir se conclue facilmente que toda a atenção do saudoso Laudelino Freire, ilustre e laborioso sergipano, a princípio professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, convergiu afinal para o culto da nossa formosa língua portuguesa. Ele não foi o que chamamos verdadeiro filólogo, visto que lhe faltou o indispensável conhecimento das línguas clássicas, latina e grega; em compensação, porém, é forçoso proclamá-lo apaixonado cultor da língua nacional, como fora o seu antecessor na cadeira n. 10 da Academia, — o incomparavel Ruy Barbosa. Faleceu Laudelino Freire a 18 de junho deste ano.

— Um Ariel brasileiro, que temos como todos os povos, gênio do mal e perverso, rondava-nos a porta entretanto, para, a última hora do ano social, dilatar o nosso luto.

Ao apagar das luzes, chega-nos a infausta notícia do falecimento de dois varões insignes, ambos venerandos brasileiros, que honra-



ram a nossa pátria, cada qual na órbita da sua profissão: um prelado e um sábio.

— D. João Francisco Braga, já em 1905 bispo de Petrópolis, foi a 21 de julho desse ano aceito como nosso consócio na categoria dos honorários. Exemplar de virtudes apostólicas, recolhera-se no ocaso da vida ao Convento de Santo Antonio em Petrópolis, onde ha poucos dias entregou a alma a Deus.

— O sábio chamava-se Theodoro Fernandes Sampaio. De origem humilde, nasceu a 7 de janeiro de 1855, em Santo Amaro, no recôncavo da Baía. Formado em engenharia civil na Escola Politécnica, exerceu na Baía e em São Paulo comissões de alto porte, graças ao seu formoso talento pesquisador e ao seu notório saber, como geógrafo, historiador, etnólogo e até linguista. Nesta última especialidade vali-me eu da sua competência para ouvir-lhe o parecer, quando tive de publicar em 1929, no tomo 104 da nossa *Revista*, o precioso “Vocabulário da língua geral português-nheengatú e nheengatú-português”, do Conde Ermano Stradelli.

A bagagem literária e científica do nosso caro Theodoro Sampaio é copiosíssima distinguindo-se entre outros produtos de sua atividade nunca interrompida os seguintes: *Campos do Jordão da Mantiqueira*, *O Tupi na geografia nacional*, *Os Kraós do Rio Preto*, *Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI*, *Os naturalistas viajantes nos séculos XVIII e XIX*, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*.

O seu Estado natal teve-o como representante no triênio de 1927 a 1929, e nisso os seus conterrâneos só praticaram um ato de alta justiça.

Alguns dos últimos anos da vida passou-os Theodoro Sampaio num modesto retiro da Ilha de Paquetá, onde o seu encanto era deliciar as crianças com as narrativas de suas viagens por este Brasil que ele tanto serviu e amou, e quêria que por todos fosse igualmente servido e amado.



Em uma palavra, senhores, um soberano exemplo esta existência a que toda a nossa brilhante Imprensa e os parlamentares felizmente fizeram a devida justiça.

Prestando este preito à memória dos confrades, que hoje pertencem ao domínio da Posteridade, só me resta apelar para o patriotismo dos sobreviventes aos quais cumpre a missão precípua de lhes imitar o exemplo, e nada lhes posso dizer de melhor do que repetindo a brilhante e conceituosa oração do nosso honrado Presidente da República, proferida a 7 de setembro deste ano na *Hora da Independência*, oração que o Instituto Histórico toma a liberdade e pede vénia para fazer sua, porque ela traduz o clamor das nossas almas:

“Brasileiros — Nesta hora de culto cívico, com os olhos voltados para o nosso glorioso Pavilhão, aproximemos espíritos e corações, num movimento espontâneo de fé e confraternização patriótica.

“Donos de um vasto país, onde não faltam campos para semear e possibilidades de progredir, e cujas leis asseguram a todos o direito de viver próspera e dignamente, — cultivai o entusiasmo viril e o amor ao trabalho; praticai as virtudes cívicas e os deveres de cooperação, fatores poderosos para elevação do homem e engrandecimento dos povos; amoldai os sentimentos de solidariedade além do círculo restrito dos vossos lares; continuai a trabalhar pelo Brasil unido e forte, prezando a ordem como supremo bem e amando a paz entre todos os homens e todas as Pátrias!”

Aplaudindo estas eloquentes palavras, não posso finalizar sem repetir nesta alta tribuna o meu brado de todos os anos: *Salve, Brasil*”,  
(Aplausos calorosos).

O Sr. Manoel Cicero (presidente), antes de encerrar a sessão, disse que a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, já era muito grato o Instituto pelas repetidas demonstrações de benevolência com que tem atendido aos seus reclamos. Agradecia agora a Sua Excelência a honra que lhe concedeu de se ter feito representar pelo chefe de sua casa militar, Sr. General Francisco José Pinto.

Agradeceu depois o comparecimento dos Srs. Dr. Juan I. Elguera, encarregado de negócios do Perú, Coronel Benicio da Silva, representante do Ministro da Guerra, dos representantes do Interventor no Distrito Federal, do comando do Colégio Militar e de diversas associações, do Dr. Hans Krieg, professor da Universidade de Munich, e das pessoas pertencentes às famílias dos sócios falecidos durante o ano social.

Declarou, em seguida, encerrada a sessão.

Justificou a sua ausência, por motivo de força maior, o Sr. Augusto Tavares de Lyra, segundo vice-presidente.

Entre os convidados, encontravam-se: viuva Laudelino Freire, Sra. Almerinda Orosco, M. Antonietta Heitgen, Aurora Loretti, Olinto da Gama Botelho, pela Liga da Defesa Nacional, Rodrigo Octavio Filho, pelo Instituto dos Advogados, capitão Leonardo Ribeiro, pelo comando do Colégio Militar, Américo de Almeida Guimarães, pelo Instituto Histórico de Alagoas, Roberto Moreira da Costa Lima, professor Hans Krieg, Cassius Berlink, Armando Vidal, representante da família Ramalho Ortigão, coronel Benicio da Silva, capitão F. Torres Homem, Arlindo Arnault de Figueiredo, Ary Coelho da Silva, pela Academia Castro Alves, José Mattos de Vasconcellos, Valdemar de Saldanha Ramiz Wright, capitão Isolino sentando o interventor federal, M. Nogueira da Silva, pela Academia Carioca de Letras, e muitas outras pessoas.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

*Virgílio Corrêa Filho*, 2º secretário, interino.

## ANEXOS À ATA

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

#### *O 99º aniversário de sua fundação*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro completa, hoje, 21, seu nonagésimo nono aniversário de existência.

Durante tão largo lapso de tempo, não se afastou jamais tão benemérita instituição de suas exclusivas finalidades culturais e patrióticas.

As mais agitadas transformações político-sociais de nossa nacionalidade, nesta última centúria, não lograram interromper “as pacíficas ocupações científicas” dos homens que integram o seu quadro social.

Fundado sob modestos auspícios, imediatamente compreenderam os mais eminentes estadistas do Império e da República, o alcance que essa instituição exerceria sobre a cultura geral do país.

Daí o desvelado empenho que sempre mostraram para incentivar o desenvolvimento de tão utilíssimo centro de cultura, desde o grande Bernardo Pereira de Vasconcellos, que a viu nascer.

O Imperador D. Pedro II, o magnânimo, durante 40 anos constituiu-se o seu mais decidido protetor, título que efetivamente lhe foi conferido. Não se limitou o seu interesse em dotar o Instituto de uma instalação condigna. Da antiga sede de uma pequena sala do antigo Museu Nacional, fê-lo passar para uma dependência do Paço, ao lado da capela imperial.

Dessa nova sede data a frequência de D. Pedro às suas sessões, tendo ficado assinalado o dia 15 de dezembro de 1849, como a data em que assistiu à sua primeira sessão.

Contam-se por mais de 500 as sessões em que ele se achou presente.

Não parou, porem, aí, a atuação do Imperador em favor do Instituto. Doações suas, valiosíssimas, enriquecem a opulenta biblioteca do Instituto Histórico.

Não se pode estimar, já o disse, o 1º secretário perpétuo, professor Max Fleiuss, nem o número nem o valor das doações que em vida fez ao Instituto ou que lhe legou por morte: bibliotecas inteiras, como, por exemplo, a de Martius, composta de mais de 600 obras em diversas línguas, sobre o Novo Mundo; cartas preciosas e

coleções de manuscritos extremamente antigos, obras de valor inestimável, como a *Razão do Estado do Brasil*, em pergaminho, com textos e cartas, verdadeira relíquia bibliográfica”.

E’ a biblioteca do Instituto Histórico a que possui maior coleção de obras sobre o Brasil, avantajando-se nisso à própria Biblioteca Nacional.

Bastava isso, continua o mesmo informante, para atestar o caráter indispensável de sua função e de sua utilidade social. Nela encontram-se cerca de 80.000 volumes, 50.000 manuscritos, 3.000 cartas catalogadas sistematicamente, conforme os preceitos mais rigorosos da bibliografia moderna”.

Edita ainda o Instituto uma *Revista*, desde 1839, formando um total de 167 volumes até agora publicados.

Verdadeiro colosso de erudição, observa Vieira Fazenda, sobre coisas nacionais; os elementos bibliográficos que nela se encontram são tão numerosos sobre nossa História política, social, financeira, nas matérias que ocupam o vasto lapso de tempo que vai de 1500 até os nossos dias.

Memórias inéditas, documentos copiados nos arquivos os mais importantes de Portugal, Espanha, França, Holanda, por enviados especiais do Instituto, tais como Varnhagem, Joaquim Caetano da Silva, Antonio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Norival de Freitas.

Jornais de viagem, itinerários, correspondências privadas, documentos oficiais, relatórios, correspondências dos governadores gerais, vice-reis, prelados e bispos; julgamentos do Conselho Ultramarino, leis e regulamentos emanados da Metrópole.

Estudos e notas topográficas sobre nossas capitanias, nossas antigas províncias e seus primitivos habitantes, pacientemente exumadas da Torre do Tombo, da Biblioteca d’Évora, dos Arquivos de Simancas e dos Arquivos Reais de Haia, etc., etc., tal é a massa

inesgotável e monumental das investigações e contribuições históricas que representa a publicação anual do Instituto.

Desde a fundação do Instituto, foram nove os seus presidentes. Todos cidadãos ilustres por suas virtudes cívicas, suas qualidades intelectuais e morais, ocupando uma posição social eminente:

Marechal Torres Alvim (Visconde de Jurumirim), presidente interino do Instituto durante os trabalhos de sua fundação, de 21 de outubro de 1838.

José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), primeiro presidente efetivo do Instituto, de 21 de outubro de 1838 a 6 de julho de 1847, data de sua morte.

Candido José de Araujo Vianna (Marquês de Sapucaí), que presidiu de 12 de agosto de 1847 até a sua morte, sobrevinda em 23 de janeiro de 1875.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro), de 21 de dezembro de 1875 até a sua morte, a 12 de agosto de 1886.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, o erudito autor da *História da Conjuração Mineira*, eleito presidente do Instituto a 20 de dezembro de 1886 e morto a 14 de maio de 1891.

Olegario Herculano de Aquino e Castro, antigo conselheiro de Estado e Presidente do antigo Supremo Tribunal Federal, de 28 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906, data da sua morte.

João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá), cujo mandato durou de 21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907, que não aceitou a sua reeleição devido à sua avançada idade.

José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio-Branco), eleito da última data acima até 10 de fevereiro de 1912, quando faleceu.

Affonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Affonso Celso), eleito de 17 de fevereiro de 1912, e atual presidente perpétuo do Instituto Histórico.

É desnecessário encarecer o relevo que este último presidente tem sabido imprimir ao seu mandato. "O período que coube ao Con-



de de Affonso Celso, disse-o em discurso o Dr. Antonio Carlos, por ocasião do 25º aniversário de sua presidência, por tal forma enalteceu e está enaltecendo a existência do Instituto, que essa fase tem de ser considerada a fase áurea desta Instituição, com relevo entre as sociedades sábias do nosso tempo”.

Serviram como Primeiros Secretários: Cônego Januario da Cunha Barbosa (1838-1846); Manuel Ferreira Lagos (1846-1851); Francisco Adolpho de Varnhagen (1851); Dr. Joaquim Manoel de Macedo (1852-1855); Manuel de Araujo Porto Alegre (Barão de Santo-Angelo) (1855-1859); Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1859-1876); Dr. José Ribeiro de Souza Fontes (1876-1880); Dr. Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1880-1886); Dr. João Franklin da Silveira Tavora (1886-1888); Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (Barão Homem de Mello) (1888-1889); Dr. João Severiano Fonseca (1889-1890); Dr. José Alexandre Teixeira de Mello (1890-1891) e Henrique Raffard (1891-1905) e o atual operoso e erudito Dr. Max Fleiuss, secretário desde 1905.

Foram oradores do Instituto, desde a sua fundação: Dr. Pedro de Alcantara Bellegarde (1838-1840); Dr. Diogo Soares da Silva de Bivar (1840-1843); Manuel de Araujo Porto Alegre (Barão de Santo-Angelo) (1843-1856); Dr. Joaquim Manoel de Macedo (1856-1881); Dr. João Franklin da Silveira Tavora (1882-1886); Dr. Alfredo d'Escragnoille Taunay (Visconde de Taunay) (1886-1891); Comendador José Luiz Alves (1891-1894); Dr. Alfredo Nascimento Silva (1894-1897 e 1900); Dr. Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo (1897-1899); Dr. Antonio Ferreira de Souza Pitanga (1900-1906); Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Affonso Celso) (1906-1912); Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz), nome por tantos títulos ilustre, atual orador perpétuo.

O Instituto possui seis presidentes honorários que são os cinco últimos Presidentes da República e o atual Presidente da Re-



pública Argentina; cinco sócios grandes beneméritos; 14 sócios beneméritos; 40 sócios efetivos; 37 sócios correspondentes e 36 sócios honorários.

O número de publicações especiais, além da *Revista*, eleva-se a mais de 100.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na República, continuou a merecer a atenção dos governantes, que lhe dispensaram a sua proteção, fornecendo os recursos que demandam os seus inestimáveis serviços à cultura do país.

Ao governo do Conselheiro Rodrigues Alves e ao seu Ministro da Fazenda, Dr. Leopoldo de Bulhões, deve o Instituto a sua atual sede. Ao Conselheiro Affonso Penna e ao seu Ministro do Interior, Dr. Augusto Tavares de Lyra, a remodelação de suas instalações.

Ao Dr. Epitacio Pessoa, presidente honorário, deve o Instituto os importantes favores concedidos durante o seu governo.

Do atual governo do Dr. Getulio Vargas, tem merecido o Instituto não só prestígio oficial como os meios que tornaram possível a reunião do II Congresso de História Nacional, em 7 de abril de 1931, bem como a abertura de um crédito necessário ao brilho do próximo Congresso, a realizar-se por ocasião do centenário de sua fundação, no próximo ano.

Eis em traços gerais o que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a sua atuação na cultura geral do país, o relevantíssimo papel que presta à nacionalidade, a sua colaboração direta na grandeza do Brasil.

Realizou-se ante-ontem a sessão magna comemorativa do nonagésimo nono ano da fundação deste sodalício, o mais antigo, em seu gênero, no Brasil e quiçá em todo o Novo Mundo, onde já em nosso país, já em vários outros, têm aparecido e prosperado muitas corporações com programa semelhante ao dele.

Presidiu a reunião, à qual compareceram o representante do Sr. Presidente da República, general F. J. Pinto, numerosos consócios e magnífico auditório, no impedimento do presidente efetivo, o

1º vice-presidente Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, que, mais de uma vez, tem superiormente exercido as funções dirigentes da casa.

Por sua clara e alta mentalidade, sólida cultura, segurança de visão, criteriosa energia, inflexível probidade, espírito de iniciativa e organização, prática administrativa, e outros predicados, merecia S. Ex. continuar à frente do Instituto que já tamanhos serviços lhe deve.

O discurso com que abriu a sessão, distinguiu-se, como os anteriores, pela substanciosa concisão, ponderados conceitos, perfeita compreensão da oportunidade.

Seguiu-se-lhe o relatório do 1º secretário perpétuo, Dr. Max Fleiuss, realmente grande benemérito da associação, uma das suas colunas mestras, relatório redigido com a fidelidade, elegância de forma, nobreza de idéias, qualidades características dos muitos trabalhos escritos ou orais do seu prestantíssimo autor.

Sucedeu ao relatório o necrológio dos companheiros falecidos durante o ano transcorrido.

Foram sete, cujos nomes e serviços a memória pública não esquecerá: Laudelino Freire, Paulo Setubal, Nicolau Debané, Victor Maurtua, A. de B. Ramalho Ortigão, D. João Braga, Theodoro Sampaio.

Sobre cada um deles esplendeu como sempre a insigne eloquência do outro deveras grande benemérito da companhia, o decano e orador perpétuo Barão de Ramiz Galvão, associado desde 16 de agosto de 1872, isto é, de ha 65 anos, no percurso dos quais deu ali constantemente, como em outros elevados cargos, exemplos da maior proficiência e modelar cumprimento de todas as obrigações.

O Instituto entrou no curto período que lhe falta para atingir o jubileu secular da sua ininterrupta e ativa lida patriótica e científica, com a serena, regular, incessante operosidade que o peculiariza.

Anima-o a consciência de haver sempre se esforçado em tudo para corresponder às múltiplas graves responsabilidades.

Pode afirmar, com desvanecida satisfação, que o ano social decorrido se manteve no mesmo honroso nível dos precedentes, pois nele prosseguiu, desassombrado e sem vacilações, a despeito das suas notórias insuficiências materiais, na estrada aberta pelos eminentes fundadores, cujos propósitos e ideais lhe são permanente, invariável diretriz.

A tradição e a continuidade, garantias e não afastamentos do progresso, — eis os seus lemas essenciais.

Soffreu, de outubro de 1836 a outubro corrente, as sensíveis perdas assinaladas, em compensação das quais acresceu ao seu inestimável patrimônio moral o registo do valor dos desaparecidos, — prova da seleção escrupulosa no processo eleitoral.

Os não poucos brilhantes sucessos assinalados no belo relatório, qual a aquisição de novos excelentes elementos, provenientes da juventude estudiosa, suavisaram também o desgosto dos enlutamentos.

Tres membros do Instituto honraram-lhe e exalçaram-lhe o nome, bem como o da Pátria, no estrangeiro: o Dr. Manuel Cicero, no Congresso de História da Expansão Portuguesa, em Lisboa, e os Drs. Max Fleiuss e Pedro Calmon, no II Congresso Internacional de História da América, em Buenos Aires.

Aos tres dignos embaixadores da nossa idoneidade espiritual e moral, louvores, aplausos e reconhecimento do Instituto, de par com os de todos os amigos do Brasil.

Iniciaram-se as cerimônias da próxima comemoração do centenário, comemoração que tem merecido precioso apoio e animadores estímulos do Exmo. Sr. Presidente Getulio Vargas, presidente honorário do Instituto, e a quem este, por isso, creditou mais um título de gratidão, com o lançamento da pedra fundamental do monumento a Varnhagen, o nosso máximo historiador.

Executará a obra, em adiantado andamento, a laureada capacidade artística do professor Correia Lima, cuja inspiração basta a perpetuá-la o bronze épico de Barroso.

O programa das solenidades projetadas para 21 de outubro de 1938, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, e largamente divulgado, foi acolhido com calorosa simpatia pela imprensa nacional e estrangeira, recebendo especiais e vivos encômios de *La Prensa*, o prestigioso diário *buenosairense*.

Permita Deus que possa ter cabal desempenho e que o testemunhem todos quantos assistiram à sessão magna de quinta-feira última.

Façam-no, sobretudo, nas mais propícias condições pessoais, no meio da segura tranquilidade e do pleno florescimento do país.

Tratando-se do Instituto, a propósito do seu aniversário, cumpre que se recordem alguns nomes e fatos enaltecedores de seus anais.

Assim, entre os seus 27 fundadores, o Visconde de Jeremirim, que lhe presidiu a sessão inaugural, em uma sala do antigo Museu Nacional, no então Campo de Santana; o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, signatários da proposta para a criação.

Os fundadores, todos egrégios por incontestáveis motivos, eram conselheiros de Estado, senadores do Império, militares, engenheiros, altos funcionários públicos, professores, magistrados, advogados, médicos, ex-ministros e ex-diplomatas.

Os estatutos receberam, em fevereiro de 1839, aprovação do Regente Pedro de Araujo Lima, ulteriormente Marquês de Olinda, e do Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos.

O também Ministro do Império, conselheiro João Alfredo, autorizou os membros do Instituto a usarem de um uniforme, cujo desenho ficou arquivado na respectiva Secretaria.

O decreto de 18 de janeiro de 1922 assegurou-lhe pequena subvenção anual e o de 13 de novembro do dito ano autorizou o Ministério da Fazenda a ceder-lhe um edifício para sede.

O Imperador D. Pedro II, seu gande protetor e benfeitor, presidiu-lhe a 499 sessões e assistiu a sete.

Além de manter a quasi secular *Revista*, Arquivo, Museu, Biblioteca, Mapoteca, Sala de Leitura Pública, possui uma Arca de Sigilo, onde se guardam manuscritos e documentos secretos, entregues em depósito para serem publicados em época fixada pelos depositantes.

Conservam-se ali, além de outras, as memórias do Visconde de Taunay, a se abrirem depois de 1943; uma carta de D. Pedro II e outra do Marquês de Caxias, ofertas do ex-presidente Washington Luiz, a se publicarem posteriormente.

Nesse ano, divulgar-se-ão também uma carta autógrafa do Barão do Rio-Branco, dádiva do Dr. Policarpo Viotti, e duas igualmente autógrafas do ex-presidente Prudente de Moraes.

(Artigo do Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do Instituto Histórico, publicado no *Jornal do Brasil* de 23 de outubro de 1937).

## SESSÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO À DATA CENTENÁRIA DO NASCIMENTO DO GENERAL COUTO DE MAGALHÃES, EM 30 DE OUTUBRO DE 1937 (SESSÃO 1.639)

PRESIDÊNCIA DO SR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(1º *Vice-Presidente*)

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Manuel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Alfredo Valladão, José Maria Moreira Guimarães, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Leopoldo Feijó Bittencourt, Luiz Felipe Vieira Souto, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Lucas Alexandre Boiteux e Emilio Fernandes de Sousa Decca.



O SR. FLEIUSS (*1º Secretário perpétuo*) leu as *Efemérides* do Barão do Rio-Branco, relativas à data da sessão e as de 1º de Novembro e justificou a ausência do Sr. Augusto Tavares de Lyra.

O SR. MANUEL CÍCERO (*Presidente*) disse o seguinte:

Completar-se-á a 1 de Novembro um século, a partir do dia em que nasceu, em Diamantina, José Vieira Couto de Magalhães.

A sua memória consagra o Instituto Histórico esta sessão especial, em que sobre a personalidade multiforme do sábio, do historiador, do patriota, do explorador, do administrador, do industrial deveria realizar uma conferência o nosso caro e erudito confrade Theodoro Sampaio, que ha poucos dias deixou de existir.

Ninguém melhor do que Theodoro Sampaio poderia ter sido escolhido para o desempenho de semelhante tarefa. Perda sensibilíssima foi para o Instituto a morte desse insigne brasileiro. Deixando vago o posto que nesta sessão me havia sido designado, presta o Instituto homenagem, ainda que modesta, à memória daquele que conquistou lugar de incontestável realce entre os intellectuais brasileiros. Historiador, geógrafo, etnógrafo, como Couto de Magalhães, traçaria Theodoro Sampaio, neste momento, magistralmente, o perfil daquele outro varão insigne.

De Couto de Magalhães, raro exemplar de homem de inteligência e de ação, pode dizer-se com André Rebouças, que o comparou a Livingstone, — “homens como ele aparecem de século em século”.

A atividade febril que o seu temperamento dinâmico lhe permitia desenvolver, a inteligência privilegiada, a imensa curiosidade, a larga erudição, o intenso patriotismo fizeram-no realizar arrojados empreendimentos e explorações, compor trabalhos históricos e etnográficos, dedicar-se à administração e à indústria e até dirigir operações de guerra, como se tivesse podido desdobrar-se em diferentes personalidades, pelas quais fossem distribuidos os papéis que representou no cenário nacional.



Filho do negociante de brilhantes e proprietário de lavras Antonio Carlos de Magalhães, português, e neto pelo lado materno do grande mineralogista José Vieira do Couto, brasileiro, que foi lente da Universidade de Coimbra e autor da *Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais*, publicada em 1842 sob os auspícios do Instituto Histórico, e da *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais*, inserta no volume 11 da *Revista* do Instituto, — o diamantinense José Vieira Couto de Magalhães foi um verdadeiro diamante lapidado, em cujas múltiplas facetas cintilava um cristalino espírito.

Aluno do Seminário Episcopal de Mariana, daí passou para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou, em 1859, e se doutorou em 1860. Colaborador e fundador de jornais literários, publicou nesse ano *Os Guaianazes*, romance histórico sobre a fundação de São Paulo, trabalho que dedicou ao Instituto Histórico, para o qual entrou em 1862, com a memória que se encontra no volume 25 da nossa *Revista* e se intitula *Um Episódio da História Pátria (1720)*.

Foi secretário da presidência de Minas Gerais (1860-61) e presidente das seguintes províncias: Goiás (1863-64), Pará (1864-66), Mato Grosso (1866-68) e São Paulo (1889).

Tinha 25 anos incompletos quando foi nomeado presidente de Goiás.

A viagem do Rio de Janeiro a Goiás, em outubro de 1862, quando ele foi assumir o governo dessa província, está descrita num capítulo que acrescentou ao seu livro *Viagens do Araguaia*, edição de São Paulo, de 1902. Não seguiu o roteiro de São Paulo, como fez o velho Anhanguera, de quem era parente, mas foi por Petrópolis, Barbacena, Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara, Serro, Diamantina, onde se deteve, e daí por Gouveia e Curvelo safu em Patrocínio, chegou a Catalão, atravessou o divisor das águas do Prata e do Amazonas e por Bonfim foi ter a Goiás. Fez, assim, na sua

primeira viagem, perto de 400 léguas a cavalo ou atravessando em canoa caudalosos rios.

A sua administração recomendou-o à gratidão do povo goiano, que, mais tarde, o elegeu deputado geral. O seu nome pertence à história de Goiás como o de um grande presidente.

Promoveu o desenvolvimento da navegação fluvial e o das vias terrestres de comunicação. Quanto à navegação dos grandes rios, coube-lhe prosseguir nos esforços que vários dos seus antecessores haviam empregado no sentido de facilitar a comunicação entre a bacia do Amazonas e a do Prata.

O aproveitamento do rio Araguaia, de preferência ao alto Tocantins, era a sua maior preocupação. Governadores de Goiás, como José de Almeida (1773), Tristão da Cunha (1791), Francisco de Assis Mascarenhas (1804...), haviam organizado expedições, que, seguindo pelo Araguaia e pelo Tocantins, chegaram a Belem.

Por sua vez o governador do Pará, José de Napoles Telles de Menezes, havia enviado de Belem uma expedição, que por aquelas duas grandes artérias chegou à Vila Boa, em 1782.

A comunicação entre as bacias do Amazonas e do Prata era problema que despertava a atenção dos governos e preocupava principalmente os capitães-generais das capitânias situadas na região daqueles rios. Pensava Couto de Magalhães que, com pequena despesa, se poderia manter comunicação com o Pará, via Araguaia, com São Paulo via Rio dos Bois, com Cuiabá via Taquarí. Várias vezes percorreu o majestoso Araguaia, explorando-o, estudando-o, visitando as regiões marginais e procurando inteirar-se da situação dos aborígenes que as povoavam. Chegou a solicitar que o governo geral lhe fornecesse um pequeno navio a vapor, capaz de trafegar entre Santa Leopoldina e Santa Maria. O seu livro *Viagens ao rio Araguaia*, publicado em 1863, encerra informações preciosas e é eloquente atestado do seu espírito de iniciativa e da sua capacidade de realização.

Couto de Magalhães pleiteou a mudança da capital de Goiaz para Santa Leopoldina, “centro do sistema de navegação fluvial, que tem de ligar, em futuro não muito remoto, a foz do Amazonas à do Prata”. São palavras proféticas, que aguardam a confirmação do futuro.

Goiaz deu o nome de Couto de Magalhães a um município à margem do Araguaia e à vila que lhe servem de sede.

Deixando a presidência de Goiaz, por haver sido nomeado em janeiro de 1864 para a de Minas Gerais, viajou para o Rio de Janeiro, por Belem, aonde chegou descendo o Araguaia e o Tocantins, através dos maiores tropeços.

Empenhado que estava em facilitar a navegação dos dois grandes rios, deixou de accitar a nomeação para a presidência de Minas Gerais, sendo então nomeado para a do Pará, onde poderia continuar e onde continuou a dedicar-se à obra meritória a que se entregara em Goiaz.

Valho-me aquí de dois trechos da magnífica biografia de Couto de Magalhães, escrita plo Sr. Conde de Affonso Celso, pouco depois do falecimento daquele seu grande amigo:

“Em 1866, no Pará, obteve a custo do Governo Geral crédito para mandar desobstruir as cachoeiras do Araguaia; encomendou da Inglaterra um navio próprio para quebrar rochedos abaixo do nivel da água; mandou rasgar canais; preparou com paciência o material necessário para superar cachoeiras; instruiu o pessoal destinado a guarnecer as embarcações exploradas... Por fim aprontou dois vapores consagrados a navegar o Tocantins e o Araguaia, e, como a sua presença seria vantajosa à direção e animação dos trabalhos preparativos da transposição das corredeiras, alcançou permissão de embarcar no navio iniciador”.

Não conseguiu, porém, o resultado almejado, pois na sua tentativa de subir o Tocantins naufragou no canal chamado *Inferno*, tendo

morrido afogados alguns dos seus companheiros e tendo-se ele salvo a nado, depois de tres horas de luta. Numa pedra da cachoeira deixou gravada breve inscrição que recorda o desastre.

Deixou em 1866 a presidência do Pará e foi nomeado para a de Mato Grosso, preferindo-a à da província do Rio de Janeiro.

Voltou à Côrte e daí partiu novamente para o Pará e pelo Tocantins e o Araguaia chegou a Goiaz, até onde fez 800 léguas de viagem, e daí seguiu para Cuiabá e Corumbá, na dupla qualidade de presidente da província e comadante-chefe das forças que tinham a “missão de expelir do solo da pátria a parte do exército paraguaio que dominava Corumbá, Albuquerque, Coimbra, toda aquela vasta região, enfim, a que nós chamávamos o Baixo Paraguai brasileiro e que os paraguaios denominavam *la provincia del alto Paraguai conquistada*” (*Viagem ao rio Araguaia*).

Explica ele a sua escolha, segundo diz, em falta de melhor, para semelhante missão espinhosa, pela circunstância de estarem no sul, empenhados na guerra, todos os nossos generais válidos e ser difficílissima a viagem a Cuiabá por via terrestre, não havendo conseguido lá chegar os generais que o haviam precedido.

A guerra estava no seu auge. Mato Grosso fôra invadido e a porção do seu território que se limitava com a Bolívia estava occupada pelos paraguaios. Acrescia que o Paraguai oferecera a Melgarejo, segundo constava, parte daquele território em troca de auxílios que lhe prestasse a Bolívia. Lopes Netto foi enviado, como ministro plenipotenciário, para conjurar o perigo de que, pelo lado da Bolívia, estávamos ameaçados. Para libertar Mato Grosso foi escolhido Couto de Magalhães, o que dá a medida da confiança que ele inspirava ao Governo.

Em pouco mais de dois meses fez a viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá. Organizou a expedição militar, composta de 2.000 homens e cinco navios, a cuja frente se colocou e que, sob o comando do bravo Coronel Antonio Maria Coelho, devia retomar as posições

ocupadas pelo inimigo, e de Cuiabá com ela seguiu, indo acampar em Dourados, de onde fez partir o primeiro batalhão provisório para assaltar e tomar Corumbá.

No desempenho de tão árdua missão teve de efetuar numerosas viagens a cavalo, em barco a vapor, em fragil canoa de índio, até que, em menos de um ano, à custa do sacrifício de grande número de bravos, foram dominados os paraguaios, reconquistada Corumbá, libertados 500 brasileiros que haviam sido aprisionados pelo inimigo e impedido este de receber socorros da Bolívia.

Mas a varíola grassava no sul de Mato Grosso e Couto de Magalhães, receando que as tropas fossem atingidas, resolveu a retirada de Corumbá para Cuiabá o que não impediu que o flagelo se manifestasse, vitimando muitos dos soldados. Os ataques dos paraguaios, a escassez de mantimentos, a varíola, perseguiram as forças, que levaram tres meses para chegar a Cuiabá, assolada, por sua vez, pela varíola.

Foram postos à prova o destemor, o zelo, a abnegação de Couto de Magalhães.

Reconhecendo a relevância dos seus serviços de guerra, recompensou-os o Governo, dando-lhe as honras de brigadeiro, graduação a que ele havia feito jus e que era o seu orgulho. Foram-lhe conferidas as medalhas da campanha do Paraguai, assim como a medalha de ouro destinada aos que libertaram Corumbá.

Durante as operações militares mandara buscar no Pará munições de guerra, que lhe vieram pelo Tocantins e o Araguaia, circunstância de que se valeu para solicitar e obter autorização para desmontar um pequeno navio a vapor da flotilha de Mato Grosso e enviá-lo em vários carros, pela campanha, sem estrada, numa distância de 80 ou 100 léguas, até a colônia de Itacaiú, no Alto Araguaia, onde, por operários que vieram de Cuiabá, foi reconstruído.

E a 28 de maio de 1868 realizava-se em Santa Leopoldina a cerimônia da inauguração da navegação a vapor do rio Araguaia,



resultado dos ingentes esforços de Couto de Magalhães, que teve de enfrentar inúmeros obstáculos. Desse extraordinário acontecimento, a que assistiram os dois presidentes das províncias de Mato Grosso e Goiás e outras autoridades, foi lavrada uma ata, que se pode ler no livro *Navegação interior do Brasil*, do General Eduardo José de Moraes. O vapor, que sulcou as águas do caudaloso rio e até então era chamado *Araguari-nerú-assú* passou a chamar-se *Araguaia*.

Deixou o governo de Mato Grosso em 1865, mas continuou Couto de Magalhães a interessar-se, agora como simples particular, pela navegação do Araguaia e, em novembro daquele ano, assinava contrato em que se obrigava a organizar, dentro em cinco anos, uma empresa de navegação. Em junho do ano seguinte já começava a executar o contrato, tendo comprado em Belem a lancha *Christovão Colombo*, com a qual subiu, vencendo obstáculos, o Tocantins e o Araguaia, e, em janeiro de 1870, adquiria o vapor de guerra *Leopoldina*, fazendo-o trafegar entre Santa Maria e Itacaiú. (Americano do Brasil, *Súmula de História de Goiás*.)

Temo-lo, pois, retirado à vida privada, mas desenvolvendo a mesma atividade de sempre, dedicado à indústria.

Quando, em 1874, teve de ir ao Pará, tratar de interesses, foi incumbido pelo Ministro da Agricultura “de estudar a estatística selvagem e de classificar as populações selvagens pelas línguas que falavam”, comissão gratuita, como as outras que desempenhara. As línguas, os costumes, as lendas dos habitantes das selvas sempre despertaram a atenção e a curiosidade do infatigável explorador.

Conhecendo como poucos aquelas remotas regiões do Brasil central, por havê-las percorrido repetidas vezes, havendo viajado 4.500 léguas até o ano de 1873, Couto de Magalhães pôde reunir os elementos com que escreveu o seu livro mais notavel — *O Selvagem* — que, por ordem do Imperador, foi destinado a figurar na Exposição de Filadélfia, de 1876.



Nesse livro, *trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele occupado*, demonstra o autor a necessidade da assimilação do aborígene por meio de intérprete e aconselha, a exemplo do que aquí fizeram os colonizadores portugueses, a criação de um corpo de intérpretes, formado de praças do Exército e da Armada e que se disseminem pelas colônias militares, pois conseguir que o selvagem entenda a língua portuguesa é incorporá-lo à civilização.

Sabia o autor que o livro estava cheio de imperfeições, mas tinha consciência de que, como trabalho prático, como método de ensino, era um bom livro, esse em que pela primeira vez se applicava a língua geral ao método de Olendorff.

Não só a língua dos nossos selvícolas, admiravel e engenhosa nas suas formas gramaticais, mas tambem os seus mitos, as suas lendas zoológicas ou relativas a seres sobrenaturais são objeto da primeira parte do livro. A segunda parte "*O homem americano*", é a reprodução, com alguns acréscimos e supressões, da memória lida em 1873, no Instituto Histórico, intitulada *Regiões e raças selvagens (Ensaio de Antropologia)*, publicada na nossa *Revista*, memória interessantíssima e rica de informações sobre a região dos selvagens, suas origens, raças, costumes e religião.

Disse Joaquim Nabuco, orador desse Instituto, ao fazer o elogio dos sócios falecidos em 1898, entre os quais Couto de Magalhães, que nenhum outro livro dá, como esse, a impressão majestosa e solene do Brasil desconhecido e que o seu autor, um dos brasileiros mais interessantes do seu tempo, mais originaes, mais notáveis, do ponto de vista universal, pertenceu ao Instituto como ator e como autor, porque fez história e a escreveu.

E' de lamentar não houvesse Couto de Magalhães concluido a obra que havia planejado, *Gramatica da lingua geral e respectivo vocabulário*.

Tinha-se tornado industrial desde 1868 e havia promovido a organização de empresas de navegação e companhias de estradas de ferro, havendo residido quatro anos em Londres. Conseguiu com os seus inteligentes esforços acumular avultados haveres.

Durante a sua permanência em Londres entregou-se a estudos de astronomia e fez aquisição do material necessário a um observatório que, para seu uso, montou em São Paulo e por fim ofertou à Escola Politécnica daquela cidade.

Viajante experimentado, acreditava ele que as suas viagens não eram inferiores às do Anhanguera e mesmo lhes eram superiores. Considerava-se, em 1889, dentre os homens então vivos, como sendo o que mais havia viajado à nossa terra.

Em junho de 1889 foi convidado pelo Visconde de Ouro Preto para a presidência de São Paulo. Exerceu-a até a proclamação da República. Por esse tempo fazia parte de lista tríplice para senador por Mato Grosso.

Em 1893 havia fundado hospitais de sangue no sul do Brasil, motivo por que foi preso, durante o estado de sítio, por ordem do Marechal Floriano Peixoto.

Era conselheiro de Estado, comendador da Ordem de Cristo e oficial das do Cruzeiro e da Rosa, membro de várias associações literárias e científicas.

Por duas vezes perturbaram-se-lhe as faculdades mentais, curando-se completamente.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1898.

As palavras que acabo de pronunciar não preenchem a falta da conferência que aquí deveria ser hoje realizada. Vai compensá-la, porém, a leitura a que procederá o nosso ilustre consócio Sr. Feijó Bittencourt da citada biografia de Couto de Magalhães, escrita pelo Sr. Conde de Affonso Celso, publicada ha quasi trinta e nove anos, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, trabalho que não é suficientemente conhecido e que, pela riqueza dos dados em que se baseia, jus-

teza dos conceitos e forma que reveste merece ressurgir nesta ocasião em que o Instituto Histórico rende homenagem à memória daquelle que por tantos anos honrou o seu quadro social e se revelou um brasileiro dos mais dignos, dos mais notáveis, um dos maiores amigos da sua terra e um dos que mais por ela fizeram.” (*Aplausos prolongados.*)

Antes de terminar a sessão, o Sr. Leopoldo Feijó Bittencourt, a convite do Sr. Manuel Cicero, leu trechos da biografia do General Couto de Magalhães, escrita pelo Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente perpétuo do Instituto.

Levantou-se a sessão às 18 horas.

*Virgilio Corrêa Filho*, 2º secretário interino.

## ANEXO

### JOSE' VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES

(Subsídios para uma biografia)

#### I

#### TRAÇOS GERAIS

Na individualidade deste eminente brasileiro ha múltiplos e diferentes aspectos, cada um dos quais forneceria matéria para desenvolvido estudo.

Salientou-se ele em esferas heterogêneas, revelando grande complexidade espiritual.

Teve uma vida variada e cheia.

Nos sessenta e um anos incompletos que passou na terra, — idade considerada como pouco avançada em outros países—não perdeu tempo, — antes o utilizou de muitas maneiras e em numerosas regiões da atividade social. Só isto bastaria a pô-lo em raro destaque no Brasil.

De fato, Couto de Magalhães distinguiu-se como administrador, viajante, explorador, industrial, militar, escritor, sábio, patriota, homem de coração.

Ao lado destas manifestações superiores da sua personalidade, outras se acusaram, dignas de nota igualmente, porém menos cultivadas. Assim, foi: engenheiro, havendo cursado algum tempo a antiga Escola Militar; jurista, bacharelando-se e doutorando-se na Faculdade de São Paulo; orador, dotado de admirável fluência, concisão e clareza; jornalista dos de mais adextra da pena.

Era, em suma, uma organização fora do comum, opulenta de aptidões, capaz de atrair a atenção em qualquer grêmio esclarecido. Deixou marcado o seu percurso por extensos e duradouros sinais. Seu nome será longamente repetido no futuro.

Em quantos o conheceram de perto produziu impressões profundas. Evocar-lhe a imagem é suscitar intensa saudade. Ninguém conversava cinco minutos com ele sem lhe dedicar logo simpatia, respeito e admiração. Que prosa erudita, graciosa, pitoresca, sempre interessante!

Couto de Magalhães pertencia à raça dos finos, dos eleitos, dos excepcionais, dos que fazem honra a uma geração e a um povo.

Vamos, em rápido apanhado, confirmar estes assertos.

## II

### O ADMINISTRADOR

Presidiu a quatro províncias do Império: Goiaz, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Foi nomeado Presidente de Minas, onde ocupara o cargo de secretário do governo, mas não aceitou. O Marquês de Olinda ofereceu-lhe a presidência do Rio de Janeiro. O Visconde de Ouro Preto convidou-o para a pasta da Agricultura ou para a da Guerra, ao constituir o ministério de 7 de junho de 1889. Fê-lo, por fim, conselheiro de Estado.

As suas administrações não foram curtas; atravessaram períodos agitados, ferrenhas lutas eleitorais.

Nunca sofreu impugnação a sua idoneidade para tão altos postos. A imprensa partidária, desbragada e injusta, de ordinário, sempre lhe acatou a probidade. No Pará, sustentou ardente contenda com o ilustre prelado D. Antonio de Macedo Costa. Duas das províncias que governou o escolheram para deputado à Assembléia Geral, apesar de não ter nascido nelas: — Mato Grosso e Goiaz — a mesma que derrotou, em 1882, o Ministro da Agricultura do gabinete Paranaguá, Conselheiro Padua Fleury. Sua reputação saiu ilesa de tudo. Não se lhe acoima um desses atos impensados ou infelizes que estigmatizam a carreira de um estadista. Em toda parte, deu mostras de justiça, energia, iniciativa, tenacidade, economia, amor ao trabalho.

Formulou projetos de alcance, adotou ou sugeriu acertadas medidas, melhoramentos materiais e morais, abriu estradas, fundou colônias, como as da Cachoeirinha, Barreto e Itacaiú.

Aos antigos presidentes da província não se deparava largo campo de ação, já porque lho impedia a instabilidade de suas funções, já porque os tolhia a centralização administrativa, útil em certa quadra, mas que, por se haver tornado inconveniente, o ministério Ouro Preto ia corrigir. Sem embargo, Couto de Magalhães demonstrou praticamente quanta coisa naquele regime podia realizar por si só um presidente de inteligência e boa vontade.

Procurava, sobretudo, conhecer pessoalmente as necessidades da zona que regia, não se poupando a fadigas. Transmittia as ordens e ia observar-lhes a execução, providenciando de momento, como cumpria. E note-se que, à exceção da última presidência, a de São Paulo, exerceu as mais quando ainda não ultrapassara 31 anos de idade. Para a primeira, a de Goiaz, foi despachado aos 24. Desde começo, revelou predicações de experimentado homem de governo.



Dirigia São Paulo por ocasião do 15 de novembro. Viu-se coagido a ceder o lugar à junta provisória, designada pela sedição triunfante. Portou-se na conjuntura com a maior dignidade e sobranceira, não resistindo por lhe faltarem os elementos.

No renhido pleito eleitoral, travado pouco antes, haviam sido completamente batidos os republicanos. Era natural guardassem ressentimento contra Couto de Magalhães.

Pois retirou-se este de palácio, acompanhado dos seus mais prestigiosos contrários radicais, que se esmeraram em o tratar com máxima deferência.

Por ocasião de sua morte, propôs um deputado por São Paulo à Câmara Federal que se lançasse na ata um voto de pesar. Requereu outro se levantasse a sessão. No Senado da União, o também representante de São Paulo, Moraes Barros, irmão do Presidente da República, apresentou, igualmente, uma moção de luto, justificando-a com palavras nimamente honrosas para o finado.

Nada mais significativo de que a sua administração em São Paulo. Não se assinalou por erros ou abusos. O certo é que, como as anteriores, agradou aos correligionários e impôs-se ao acatamento dos adversos.

### III

#### O VIAJANTE

Ninguém entre os contemporâneos viajou tanto como ele pelo Brasil. A sua primeira grande viagem efetuou-se em 1862, quando foi tomar posse da presidência de Goiaz. Seguiu do Rio para Diamantina; e, partindo daí, atravessando Gouveia, Curvelo, o sertão do São Francisco, Patrocínio, Bagagem, o rio Paranaíba, Catalão (onde encontrou Bernardo Guimarães como juiz municipal, ganhando 50\$ por mês), Bonfim, Curralinhô, chegou à capital daquela província, após um percurso de 400 léguas a cavalo, transpondo impor-



tantes cursos d'água em canoa ou a vau. Dois anos mais tarde, vindo da presidência do Pará, chegava ainda a Goiás, com oitocentas léguas de caminho, seguia para Cuiabá e dali para Corumbá, como Presidente de Mato Grosso e comandante em chefe das forças que expeliram os paraguaios do solo brasileiro.

Percorreu, então, inúmeras vezes, como ele próprio narra, as imensas solidões dessa região, ora a cavalo, ora em vapor, ora em escaler, ora na ligeira canoa de índio guató, para poder andar em lugares mais ínvios e menos expostos às balas ou à vigilância do inimigo.

Por isso, ele afirmava que as suas excursões pelo interior do Brasil não eram inferiores às do Anhanguera, o descobridor de Goiás e Mato Grosso. Tais viagens resumia-as, a traços largos, no seguinte: — diversas vezes, saindo do Ro, seguindo por Minas até Goiás e dali, descendo os rios Vermelho, Araguaia e Tocantins, chegou à capital do Pará; outras vezes, saindo do Rio, atravessando São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, a República do Paraguai, a Argentina e a do Uruguai, regressou ao mesmo Rio.

Juntem-se a isto várias viagens à Europa, onde, de uma feita, residiu quatro anos em Londres. Na África, conheceu Argel, donde, em 1892, convalescendo de séria enfermidade, mandou curiosas cartas escritas para o *Jornal do Comércio*.

Dos homens vivos no seu tempo, — escreveu ele com razão — nacionais ou estrangeiros, foi o que mais viajou a nossa terra e um dos que mais viram a humanidade na paz e na guerra, na fome e na peste, na luta mais apertada pela vida.

*“Desde o índio nú antropófago do Araguaia, desde o soldado enfurecido com o sangue dos combates até à sociedade mais aristocrática e culta do west-end de Londres, quantas milhares de situações e caracteres não têm sido postos diante de meus olhos?”*

Viajava lentamente, colhendo fatos e observações, adquirindo conhecimentos científicos e práticos sobre todos os assuntos. Le-

vava vida de perfeito sertanejo, adotando, para melhor assimilá-los, os costumes dos vaqueiros, pescando, caçando, metido em pântanos ou florestas alagadas, afrontando animais ferozes, e os terríveis mosquitos do baixo Paraguai. Muitos de seus companheiros nessas excursões morreram de febres e desastres.

Quando Presidente do Pará, subiu o rio Tocantins em vapor, que adrede mandara construir, e, explorando um canal denominado *Inferno*, naufragou, perecendo afogados vários tripulantes.

Salvou-se Couto, a nado, depois de lutar tres horas entre a vida e a morte. As folhas da época referiram minuciosamente o successo, do qual numa pedra da cachoeira gravou-se, por ordem dele, sucinta notícia.

As noções e os dados assim coligidos estampou-os em valiosos escritos e transbordavam da sua encantadora conversação. Entre os escritos, cumpre mencionar o intitulado:

— “*Primeira viagem ao Araguaia, contendo a descrição pitoresca desse rio, precedida de considerações administrativas e econômicas acerca do futuro de sua navegação, seguida de notícias sobre os rios Caipó Grande, Caipósinho, rio Claro, rio Vermelho; de um roteiro para os Araés, e notícia de uma expedição feita em 1852 ao rio das Mortes; de um estudo sobre os meios mais próprios para desenvolver a navegação; seguida de todos os roteiros que existem manuscritos na Secretaria do Governo de Mato Grosso, publicados agora pela primeira vez.*”

A primeira edição desse trabalho, dada a lume em 1863, esgotou-se depressa.

Reproduziu-o, aumentado, o *Federalista*, de S. Paulo, em 1889.

Viajante emérito, a Couto de Magalhães cabe a fama dos Livingstone e dos Stanley, suficiente para perpetuar o seu nome.

#### IV

### O EXPLORADOR

Deve-se-lhe a primeira exploração do rio Araguaia, feita por profissional, missão que, como presidente de Goiaz, em 1863, confiou ao engenheiro Vallée, o qual a desempenhou de modo satisfatório, apresentando a planta daquele rio e a do Tocantins.

Estabelecer fácil caminho fluvial entre Mato Grosso, Goiaz e Pará; comunicar a bacia do Prata com a do Amazonas, realizando um pensamento do Marquês de Pombal, completando tentativas dos jesuitas — constituiu pertinaz projeto de Couto, que, após seis anos de esforços, vencendo fortes resistências de todo gênero, conseguiu o seu fim.

Formaria um volume a história detalhada do empreendimento.

Couto de Magalhães rivalizava aí com o mais arrojado *yankce* na tenacidade, decisão, iniciativa, coragem, fertilidade de recursos.

Em 1866, no Pará, obteve a custo do Governo Geral crédito para mandar desobstruir as cachoeiras do Araguaia; encomendou da Inglaterra um navio próprio para quebrar rochedos abaixo do nível d'água; mandou rasgar canais; preparou com paciência o material necessário para superar cachoeiras; instruiu o pessoal destinado a guarnecer as embarcações exploradoras; decretou, mediante autorização solicitada da Assembléia Provincial, prêmios para fomentar a pequena navegação; discutiu proficientemente a exequibilidade de seus planos, ora em memoriais ao Parlamento, pedindo subvenção, ora em ofícios à praça de comércio de Belém, documentos (constante o último do *Diário Oficial* de 29 de outubro de 1866) em que expõe a matéria de forma notável, com preciosa abundância de informações geográficas, financeiras e comerciais.

Por fim, aprontou dois vapores consagrados a navegar o Tocantins e o Araguaia; e como a sua presença seria vantajosa à direção e animação dos trabalhos preparatórios da transposição das

corredeiras, alcançou permissão de embarcar no navio iniciador. Era um tentame perigosíssimo. O vapor estava arriscado a quebrar as máquinas, abalroar em pedras ocultas, sossobrar a cada minuto. Couto de Magalhães tudo previra, ordenando que só se ultimasse o preparo de um dos navios, afim de que, em caso de catástrofe, restasse o outro. Providenciou até para que, se as cachoeiras estorvassem inteiramente a passagem, o barco fosse desmontado, conduzido, assim, por terra e montado de novo mais acima.

O relatório da Agricultura, de 1867, rende homenagem às extraordinárias faculdades de ação que ele então patenteou. No ofício com que, antes de partir para a exploração, transferiu a presidência ao vice-presidente, consignou estas levantadas frases:

*“Vou tentar a passagem do vapor através das cachoeiras do Tocantins e Araguaia, se agora estiverem em ponto que me pareça isto possível. Para o bom êxito desta experiência tem-se preparado largamente tudo quanto é possível preparar com os meios de que se dispõe; infelizmente, porém, a providência humana não é suficiente para garantir o sucesso dessa causa e só Deus, a quem a confio, pode fazer com que ela seja propícia.”*

Não permitiu Deus que dessa vez lograsse resultado o cometimento. E, em 1868, presidindo Mato Grosso, deu Couto definitivamente o primeiro e mais consideravel passo para unir, pelo interior, a fôz do Amazonas à do Rio da Prata.

Teve para isso de arcar com óbices peores que os dos seis anos anteriores, desajudado da imprensa nacional, que qualificava o projeto de loucura e utopia.

Basta dizer que comprou, mandou desarmar e levar por terra até o Araguaia um vapor que se achava no rio Paraguai.

O transporte efetuou-se em 16 carros, que conduziam em caixas, além do vapor desmanchado, tornos, forjas, todo o material de uma oficina para armá-lo e fazê-lo funcionar regularmente, ferramenta adequada a repará-lo, fundir ferro e bronze das peças da

máquina que se deteriorassem — objetos enviados não só de Cuiabá, como do Pará e Goiás, de cujas administrações Couto os requisitara. Imagine-se a soma de trabalhos que isto importou!

A viagem dos carros foi de 100 léguas através bravio sertão, desprovido de tudo. Eram escoltados por 20 praças, com machados e enxadas, a abrirem picadas, construirem pontilhões à medida que avançavam. Vários ficaram pelo caminho prostados de fadiga ou vítimas das sezões. Houve desinteligência entre os chefes, malogrando-se quasi a expedição. Não cessavam os jornais de vaticinar que os restos do infeliz vapor seriam afinal abandonados e se perderiam no deserto intransitável.

Couto sobrepujou todas as contrariedades com serenidade e firmeza. Merecem atenta leitura, como exemplos do quanto alcança a força de vontade, os officios, contendo importantes dados históricos, geográficos e estatísticos, nos quais ele participa ao Ministério da Marinha e ao da Agricultura o que havia realizado. Trazem a data de 25 e 29 de maio de 1868, redigido este último no pouso de frente da foz do rio Vermelho, e constam do relatório da Agricultura, bem como do *Jornal do Comércio* de 14 de agosto do mesmo ano.

Instalou-se a oficina em pleno sertão, armou-se o vapor, — calcule-se com que labor. Couto lá foi em pessoa inaugurar a navegação do Araguaia. Nos citados officios descreve com eloquência o seu entusiasmo e satisfação ao ver aquele primeiro agente da indústria e do comércio acordando o gigantesco rio e as magníficas regiões vizinhas do sono em que as trazia o deserto.

A 28 de maio, depois da benção do navio, efetuou-se a inauguração solene, em presença do Presidente de Goiás e outros altos funcionários. Couto mandou gravar num rochedo da grande cachoeira aí existente e em língua tupi, a falada pelos canoeiros, a seguinte inscrição:

“— *Sob os auspícios do Sr. D. Pedro II, passou um vapor da bacia do Prata para a do Amazonas, e veio chamar à civilização e ao*



*comércio os esplêndidos sertões do Araguaia com mais de 20 tribus selvagens, no ano de 1868."*

Percorreu o vapor 35 léguas do rio. Tencionava Couto explorar por si próprio todo o Araguaia e seus principais afluentes. Não lho consentiram os trabalhos da guerra paraguaia, a que, simultaneamente com estes, se applicava. Seu principal objetivo, promovendo então a navegação do Araguaia e do Tocantins, fôra mandar vir do Pará, por via fluvial, as munições que o inimigo impedia subissem pelo rio Paraguai. Cogitou até o governo em enviar dessa maneira monitores que, desmontados no trajeto por terra, atacassem inopinadamente as forças de Lopez pelas costas.

Vai em seguida a ata do acontecimento, extraído do livro — *Navegação Interior do Brasil*, do General Eduardo José de Moraes.

E' fora de dúvida que a Couto de Magalhães compete a honrosa primazia de ter iniciado a navegação a vapor no *plateau* central da América do Sul.

---

“ — Auto da inauguração da navegação a vapor do rio Araguaia.

Aos 28 dias do mês de maio do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo de 1868, 47º da Independência e do Império, à margem esquerda do rio Araguaia e a 30 léguas da capital de Goiaz, reuniram-se o Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, Presidente que foi desta província e por ela eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa, atualmente Presidente da província de Mato Grosso, e o Exmo. Sr. Desembargador Dr. João Bonifacio Gomes de Siqueira, 1º Vice-Presidente da de Goiaz, em exercício, com muitos funcionários públicos e grande número de outros cidadãos que concorreram para o fim de assistirem à cerimônia religiosa da benção do vapor *Araguai-nerú-assú* e a inauguração a vapor no rio Araguaia, em consequência de o haver comunicado o mesmo Exmo. Sr. Presidente da província de Mato Grosso ao desta província, que dirigiu convite e fez público este fato da mais subida importância para en-



grandecimento e prosperidade da província de Goiaz. E achando-se surto no porto, em frente à foz do rio Vermelho, o mencionado vapor, de que é comandante o Capitão de Fragata Comendador Beldoino José Ferreira de Aguiar, recolheram-se a bordo os Exmos Srs. Presidentes das províncias de Mato Grosso e de Goiaz, acompanhados dos Srs. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 3º Vice-Presidente; Dr. Frederico Dabney de Avellar Brotero, chefe de Polícia da província; Dr. João Luiz de Araujo Oliveira Lobo, inspetor geral dos Presídios; Antonio Honorio Ferreira, inspetor da Tesouraria de Fazenda de Goiaz; Dr. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, engenheiro; Capitão Luiz Gonçalves de Lima, engenheiro construtor; Dr. João Thomaz de Carvalhaes, 1º cirurgião do Exército; muitos outros funcionários públicos e pessoas importantes. Em seguida, precedendo os necessários exames e reconhecimentos, teve lugar a cerimônia religiosa do vapor, até então chamado *Araguainerú-assú*; oficiando o Rev. B. da Costa e Oliveira, capelão do presídio Leopoldina, tendo-se antes assentado em mudar-se o nome do mesmo vapor, que passou a chamar-se *Araguaia*. Terminado o ato religioso, ergueram-se vivas à religião do Estado, a Sua Majestade o Imperador, ao governo imperial, aos Exmos Srs. Ministro da Marinha, Conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, e Ministro da Agricultura, Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, e finalmente o vapor suspendeu o ferro, largou do porto em direitura à margem oposta, atravessou o rio Araguaia, cruzou em diferentes direções, ao som do Hino Nacional, subiu o rio Vermelho e voltando ao ancoradouro foi solenemente proclamado achar-se instalada a navegação a vapor no rio Araguaia, ato este que foi saudado entusiasticamente por todas as pessoas que assistiam a bordo e das praias. Então o Exmo. Sr. Desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira levantou vivas ao Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, a quem se deve a reanimação da navegação do Araguaia e seus afluentes, a iniciativa da navegação a vapor que sustentou com

tanta constância e sacrifício, e acabava de ver realizada, a despeito de todos os obstáculos e contrariedades, a que sempre se mostrou superior. O Exmo. Sr. Dr. Couto foi saudado e cumprimentado por todos por tão alto feito, recebendo as mais vivas demonstrações de gratidão e reconhecimento. Assim terminou a cerimônia da inauguração da navegação a vapor no rio Araguaia; e de tudo para memória se lavrou o presente auto que vai por todos assinados e de que se extrairam seis cópias para serem remetidas, a saber: duas aos Exmos. Srs. Conselheiros Ministros da Marinha e Agricultura, duas para a Secretaria do Governo da província de Mato Grosso e à Câmara Municipal da capital da mesma e finalmente duas para as mesmas repartições de Goiaz. — Eu, Antonio Honorio Ferreira, o escreví. — Dr. José Vieira Couto de Magalhães. — Dr. João Bonifacio Gomes de Siqueira. — Theodoro Rodrigues de Moraes. — Frederico Dabney de Avellar Brotero. — Dr. João Luiz de Araujo Oliveira Lobo. — Antonio Honorio Ferreira. — Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim. — Luiz Gonçalves de Lima. — João Thomaz Carvalhaes. — CONFERE, Antonio Honorio Ferreira.”

## V

### O INDUSTRIAL

Adquiriu avultada fortuna em empreendimentos industriais. Ao lado da iniciativa ousada, possuía dotes magistrais de sereno homem de negócios.

Dirigiu largo prazo, no carater de comanditário ou no de preposto do governo, a navegação do Araguaia. Organizou a companhia deste nome, depois de aturada campanha por meio de artigos na imprensa e conferências populares, no intuito de conseguir, como conseguiu, subvenção geral e provincial. À margem do Araguaia, fundou uma escola de maquinistas, onde teve indígenas como alunos, para os quais escreveu um compêndio. Foi sócio do Dr. Joaquim José de

Assis na empresa da navegação de Marajó. Fez os estudos e obteve a concessão (associado no começo ao Visconde de Mauá) da estrada de ferro Rio e Minas, com 170 quilômetros de extensão, e em que se entroncam outras. Promoveu a constituição em Londres, após quatro anos de esforços, da *Minas and Rio Railway Company Limited*, que levou a afeito a concessão, construindo, de 1881 a 1884, a linha em tráfego entre Cruzeiro (S. Paulo) e Tres Corações (Minas), — linha que presta inestimáveis serviços à imensa e futura região. Da estada de Couto em Londres proveio e derramamento de avultados capitais estrangeiros no Brasil. Teve de sustentar uma demanda perante os tribunais ingleses. O capital da *Minas and Rio* foi tomado por subscrição pública. Era a primeira vez que o fato se dava com relação a uma empresa brasileira. De tal confiança gozava naquela época o crédito da nossa Pátria que a soma pedida foi coberta tres vezes.

Na febre de especulações de bolsa de 1890 a 1891, conservou, como mui raros, o sangue frio e a lucidez, não empenhando seus cabedais nas centenas de bancos e companhias dessa quadra funesta, onde tantos de seus amigos se comprometeram.

Ao morrer, ocupava um lugar na diretoria do acreditado Banco União de S. Paulo.

Comprara, não muito antes, as cachoeiras do Salto do Itú, para lhes aproveitar a força motriz numa grande fábrica prestes a funcionar. Era meticoloso em questões de dinheiro; cavalheiro, quando oportuno, mas seguro, prudente, calculador, sabendo gastar, como provecto negociante.

“— *Tenho especial antipatia* — escreveu certa ocasião — *a tudo quanto é manifestação de entusiasmo. Creio que depois de residir anos em Londres e depois de ter visto quanto os ingleses conseguem à custa de tenacidade e constância, virtudes estas antinômicas ao entusiasmo que, por sua natureza, é sempre rápido e passageiro.*”

## VI

### O MILITAR

Deixou a presidência do Pará quando a guerra do Paraguai entrava na fase de maior animação.

Havia mais de ano que Lopez rompera cavilosamente relações com o Brasil, apresando à falsa fé, perto de Assunção, o paquete *Marquês de Olinda*, que seguia para Mato Grosso, levando a bordo o Presidente nomeado para aquela província, Coronel Frederico Carneiro de Campos. Depois de valorosa resistência, fôra o forte de Coimbra evacuado pelos nossos e ocupado pelo inimigo, que invadira todo o baixo Paraguai brasileiro, apossando-se da parte que comunica com a Bolívia. Nesta República, Melgarejo exercia autoridade sem limite, tendo empolgado o mando supremo mediante o processo comum na América do Sul e ali quasi normal — a sedição militar. Constava que o ditador do Paraguai oferecera a Melgarejo a região mato-grossense conquistada, a troco de auxílio boliviano. A coisa era possível e daí decorreriam consideráveis complicações. Resolveu o Brasil evitar o golpe e ativar as operações contra Lopez, por todos os meios.

Investiu o então Marquês de Caxias do comando em chefe do exército; acreditou como Ministro em La Paz o habil diplomata Lopes Netto; e, em lugar de um militar experimentado, enviou para a presidência de Mato Grosso a Couto de Magalhães, com a missão de desalojar os Paraguaiois e impedir que por via da Bolívia viessem socorros a Lopez.

Couto não completara ainda 30 anos. Antes dele, em seguida ao aprisionamento de Carneiro de Campos, haviam sido nomeados presidentes de Mato Grosso: o General Visconde de Camamú, que morreu em caminho; o Coronel Drago, que não passou de Uberaba; e o General Gavião, também falecido durante a viagem.

A indicação de Couto, dada a gravidade das circunstâncias e os precedentes, prova a confiança que na sua idoneidade e dedicação à Pátria depositava o governo.

Couto não hesitou em aceitar a tremenda incumbência. Partiu. Após dois meses de jornada, instalou-se em Cuiabá; menos de um ano mais tarde expelia os invasores, derrotando-os em Corumbá e em Alegre, impossibilitava o projetado concurso de Melgarejo. Para isso angariou as boas graças do governador de Santa Cruz de la Sierra, a quem fez, de seu bolso, magníficos presentes.

Na libertação do território nacional, revelavam-se de repente as eminentes faculdades de Couto, como organizador e chefe militar.

Data daí o seu amor à farda e a tudo quanto dizia respeito à força armada, assunto de que se tornou conhecedor como se fôra abalisado profissional. Preferia as distinções militares a quaisquer outras.

Vestir o uniforme constituía o seu orgulho, o seu garbo, e seu prazer. Doutor em direito, conselheiro de Estado, só queria que o chamassem general, título (outrora não barateado) com que o Governo galardoara seus serviços bélicos, outorgando-lhe as honras de brigadeiro.

De como Couto organizou a expedição de Corumbá e expulsou os Paraguaioes dá notícia o relatório do Ministério da Guerra de 1868. Transcrevemos alguns trechos, nos quais, através da seca linguagem oficial, transparece a magnitude da façanha:

*“Quasi ao mesmo tempo em que a força expedicionária no sul da provincia de Mato Grosso se celebrizava com feitos tão heróicos, esplêndidos triunfos coroadam os esforços da expedição organizada com grande dificuldade na capital da provincia pelo distinto Presidente, com o nobre intento de fazê-la operar ativamente no rio Paraguai, retomar as nossas posições occupadas pelo inimigo, e salvar as famílias brasileiras que, ainda em poder do mesmo inimigo, sofriam duno cativciro. Com effeito, de Cuiabá, embarcada em canoas, seguiu*



*aquela expedição, tendo à sua testa o próprio Presidente da província que, dos Dourados, onde acampou, expediu logo o primeiro batalhão provisório, servindo de vanguarda, e comandado pelo Major Antonio Maria Coelho, para assaltar e tomar Corumbá.*"

.....

Não comporta o plano deste modesto esboço a minuciosa relação do praticado pelo 1º batalhão provisório. Persiste, de resto, certamente na memória e no reconhecimento públicos o modo extraordinário como essa tropa improvisada desembarcou nas proximidades de Corumbá, fortificado pelo inimigo, atacou-o, travando combate corpo a corpo, alcançando afinal vitória completa. Pereceram na peleja o comandante contrário e a maioria da guarnição.

Tomaram os vencedores bandeiras e munições; livraram 500 brasileiros, prisioneiros desde a invasão; hostilizaram os navios surtos no porto, obrigando-os a fugir; desafrontaram, em suma, os brios ultrajados da província, vingando as barbaridades perpetradas pelo agressor.

.....

*"Assim que nos Dourados — continua o relatório — soube do brilhante resultado do plano que concebera, o Presidente da província tomou as necessárias providências para seguir rio abaixo na noite de 21 de julho com uma força de 1.000 homens e artilharia."*

Narra depois o relatório como os Paraguaiois abandonaram todos os pontos ocupados.

De posse de Corumbá, soube Couto que não mais podia contar com as forças expedicionárias do sul da província e que a variola assolava aquela circunscrição. Era de receiar que, se as tropas triunfantes permanecessem em Corumbá, e desenvolvessem o flagelo entre as praças, no geral não vacinadas. Acautelada a cidade contra nova investida, deliberou retirar-se, conduzindo consigo grande cópia de armamento, bocas de fogo e o arquivo da localidade.



Essa marcha de retrocesso, comandada por Couto, é simplesmente épica. Corumbá dista de Cuiabá 150 léguas. As forças caminharam a princípio por terra, no meio de pântanos, pois o inimigo ainda dominava o rio. Apareceu a varíola, com seu cortejo de horrores, matando centenas de soldados. Escassejaram os mantimentos.

Os Paraguaioes atacaram mais de uma vez. Couto lutou, ao mesmo tempo com a peste, a fome e a guerra, debelando-as por meio de coragem, energia e perseverança, dignas da celebração de um Xenophonte.

Afinal, ganhando o S. Lourenço, regressou à capital, após tres meses de campanha, fadigas e perigos sem nome.

Em Cuiabá grassara tambem com intensidade a varíola, não poupando nem os vacinados. Houve milhares de vítimas. Couto, em vez de descansar, empreendeu outra terrivel luta.

“ — *O distinto Presidente Dr. Couto de Magalhães, — prossegue o relatório, — foi incansavel nas providências tomadas para tornar menos funestos os efeitos do mal que enlutou a capital da provincia confiada à sua solicitude.*”

Mostrou-se, na verdade, de um zelo, de uma previdência, de uma intrepidez acima de todo elogio, expondo-se a cada instante, isolando os não vacinados, estabelecendo cordões sanitários, propagando em larga escala a vacina, submetendo a população refratária ao preservativo.

Graças ao critério e prontidão de suas medidas, a epidemia não assumiu proporções assombrosas, circunscreveu-se, e, enfim, extinguiu-se.

“*Foi mais um importante serviço — conclue o relatório — prestado por tão distinto funcionário que, já havia bem merecido do país, conseguindo superar inúmeras dificuldades na organização da força de 2.000 homens e de uma flotilha de cinco navios, a cuja frente se colocou, alcançando por suas acertadas combinações e incansavel attividade assinalados triunfos. E é ainda a seus esforços que*

*se deve achar-se hoje a capital da província em condições de resistir a qualquer agressão do inimigo e de haver ali, pronta a marchar, no primeiro aviso, uma força disciplinada de cerca de 3.000 homens.”*

Não são muitos os soldados, ainda entre os aclamados pela glória universal, em cuja fé de officio rutilam notas desta ordem.

E foi esse mesmo homem quem, no mesmo posto, e quasi na mesma ocasião, levou a cabo a navegação do Araguaia!

## VII

### O ESCRITOR

Era-o, e de raça. Desde estudante de direito, distinguui-se na imprensa, colaborando nos jornais académicos. Compôs nessa quadra o romance histórico — *Os Guaianazes, ou a fundação de S. Paulo*, onde ha muito que louvar, quanto ao fundo e à forma.

Tem mais ou menos a mesma data o estudo — *Revolta de Felippe dos Santos em 1720*, — que lhe abriu as portas do Instituto Histórico, em cuja *Revista* figuram valiosas monografias de sua lavra.

Na *Atualidade*, de Flavio Farnése, publicou uma análise crítica da lei de 3 de dezembro de 1841.

Suas outras obras são: os já mencionados compêndio para maquinistas e *Viagens ao Araguaia*; *O Selvagem*, de que trataremos especialmente; *Anchieta e as linguas indigenas*, curiosa conferência realizada em S. Paulo, em 1897.

Preparava, ao falecer, uma nova edição do *Selvagem*, refundida e aumentada com o vocabulário tupi do padre Anchieta, e uma *Gramática da Língua Geral*, com o respectivo vocabulário.

Em inúmeros jornais estampou artigos sobre variadas matérias que, reunidas, constituiriam mais de um volume.

Seu estilo é vibrante, correto, claro, pitoresco, abundante em fatos, sem cessar, atraente e instrutivo. Não ha página sua que não desperte interesse e que, lida, não deixe agradável impressão. Nas

descrições das cenas da nossa natureza, atinge não raro ao grandioso, verdadeiro e simples. Relatando os costumes sertanejos, tem graça tocante.

Sabia ser erudito, sem pedantismo; profundo sem obscuridade. Sua maneira de escrever era, sobretudo, muito dele, retratando-lhe a original e forte personalidade.

Conquanto se declarasse inimigo do entusiasmo, exprimia-se não raro com calorosa e nobre eloquência.

Exemplo — este belo fecho de um capítulo no *Selvagem*:

*“Nosso futuro por este lado (o literário) é cheio de esperanças; não o perturbemos com guerras. A geologia nos ensina que no mundo físico a ação do fogo foi sempre perturbadora; produziu essas grandes serras de granito que encantam a vista, mas que são tão estêreis como a glória das armas o são no mundo moral; os campos férteis, as regiões privilegiadas foram filhas dos tempos de paz em que as águas elaboraram lentamente os continentes. Tomemos nós brasileiros essa lição da natureza; e já que somos a maior região física da América, não pela ação do fogo, mas pelos lentos e metódicos trabalhos das artes, da economia e das ciências que são absolutamente incompatíveis com as estêreis glórias das armas, quer se alcancem em países estrangeiros, quer venham tintas com o sangue dos nossos patrícios.”*

Costumava escrever — ele próprio o diz — em viagem, depois de extensa jornada, sentado no chão, tendo por mesa uma canastra, no camarim estreito do barco, ou então debaixo de uma árvore, à beira de um córrego, largando às vezes a pena para tomar a arma de fogo ou a faca, afim de atirar a uma caça ou se defender contra uma fera.

## VIII

### O SÁBIO

Falava francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, tupi e outros dialetos indígenas. Em 1855, dedicou-se profundamente à filosofia, fazendo um curso do qual foi ouvinte o Dr. Prudente de Moraes.

Em 1862, consagrou-se à física e mecânica, procedendo a experiências, adquirindo instrumentos de preço. Quando em Londres, entregou-se ao estudo da medicina e da astronomia.

Montou, mais tarde, importante observatório em S. Paulo, oferecendo-o, por fim, à Escola Politécnica dessa capital. As suas obras patenteiam não vulgares conhecimentos de mineralogia, geologia, botânica, zoologia, antropologia.

O que, porém, conquistou para Couto de Magalhães foros de sábio foi o seu livro — *O Selvagem*, — que, não obstante defeitos sensíveis, mormente falta de método, é hoje clássico, compulsado e citado por quantos se ocupam da matéria aqui e na Europa, onde o traduziram mais de uma vez.

*O Selvagem* foi composto por ordem do Sr. D. Pedro II para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal, realizada em Filadélfia no ano de 1876.

Durante suas longas viagens e explorações do Araguaia, andara Couto metido entre índios cerca de 12 anos, estudara-lhes as línguas e os hábitos, coligira-lhes as lendas e tradições, traduzindo-as para o português. O Duque de Caxias pusera à disposição dele, para que completasse essas investigações, as praças de origem indígena existentes no Exército.

Resultou daí *O Selvagem*, precioso repositório de informações de toda casta, atestadores de amplo e múltiplo saber.

“Só poderá salvar meu nome do olvido, exclama Couto, dias antes de expirar, o que fiz acerca dos índios.”

O título — *O Selvagem* — aparece na primeira edição, feita na tipografia da *Reforma*, em 1876, subordinada a esta epígrafe: — *Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil.*

Compõe-se propriamente de dois livros distintos: 1º, Curso da língua geral, segundo Olendorff, compreendendo o texto original das lendas tupis; 2º, Origem, costumes, região do selvagem, mé-

todo a empregar para amansá-lo, por intermédio das colônias militares e do intérprete militar.

Nesta segunda parte, debatem-se elevados problemas quais — o aparecimento do homem na terra; período em que surge na América o tronco vermelho; cruzamentos pre-históricos com os brancos; avaliação de qual era o estado das indústrias selvagens, pelo uso do fogo; período em que se deu a primeira emigração humana para o Brasil; classificação das tribus pelas línguas; classificação morfológica e conforme a estrutura interna das línguas americanas: raças selvagens; plano de catequese; família e teogonia selvagem, etc.

Nem sempre são aceitáveis as conclusões, mas brilha em todas a lucidez e palpita a força de um espírito superior.

São inolvidáveis os serviços de Couto quanto à catequese.

Depois da morte dele, o ilustre bispo do Amazonas, D. José Lourenço da Costa Aguiar, publicou um resumo da doutrina cristã em tupí, destinado ao ensino dos índios domesticados de sua diocese. Dedicou-o à memória do — *“Preclaro General Couto de Magalhães, em homenagem ao perfeito conhecedor do nheêngatú, a língua falada em vastas regiões do Amazonas, principalmente nos vales do Rio Negro e Alto Solimões.”*

## IX

### OS PATRIOTA

Ninguém mais do que ele amou a natureza e as coisas da Pátria, procurando conhecê-las, torná-las conhecidas e amadas. Tinha levantada ufania de ser brasileiro; não admitia que nenhum outro país houvesse jús à supremacia sobre o nosso. Da Europa só apreciava algum tanto a Inglaterra, detestando os Franceses, que qualificava de frívolos, palavrosos e superficiais. O seu patriotismo chegava ao excesso de pretender se restaurassem os nomes indígenas das nossas localidades e objetos, e que nas nossas festas se dançasse



o *cateretê*, da mesma forma se dança na Escócia o tradicional *scotish-gig*.

Queria que o brasileiro competisse em orgulho nacional com o *yankée*. Sustentava que o caboclo, de quem se constituiu advogado constante, o caipira de S. Paulo, o caboré de Goiaz, o gaúcho do Rio Grande, formam uma raça extraordinária, robusta e inteligente, como as melhores do mundo, chamada a glorioso porvir.

Com o correr dos anos, longe de arrefecer, ganharam incremento essas idéias e sentimentos.

Publicou, dias antes de morrer, dois brilhantes artigos no *Jornal do Comércio*, no primeiro dos quais examinava a questão do Amapá, sujeita ao arbitramento da Suíça, dando conselhos e subsídios para que a solução nos fosse favorável. Discutia no segundo a celebração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, esforçando-se para que a comemoração se revestisse de cunho propriamente brasileiro.

Seu último escrito, datado de 8 de Setembro de 1898, menos de uma semana antes do óbito, é uma carta para servir de prefácio ao livro do alferes Henrique Silva, sobre caçadas. Nessa carta sobrelêva a viva preocupação de brasileirismo. Couto fôra insigne caçador, nadador e pescador. Presidia ao Club de Caça e Pesca de S. Paulo.

As comodidades e distrações da vida de cidade preferia os hábitos da roça. Mesmo nas capitais, parecia a sua casa uma barraca de acampamento, com utensílios e móveis primitivos. Seu maior prazer consistia em cismar embalando-se numa rêde, enquanto camaradas tocavam viola e entoavam cantigas sertanejas. Ele próprio era perfeito tocador de viola e violão, e cantador de lundús e modinhas. Sentia-se melhor no rancho do tropeiro que no palácio dos potentados.

Colocava a idéia da Pátria acima de qualquer consideração partidária. Retirado do cenário político, nunca se mostrou indiferente



ao interesse geral. Fazia ouvir a sua palavra sempre que ela podia aconselhar ou esclarecer. Era um Brasileiro, na maior extensão da palavra, um grande Brasileiro.

X

O HOMEM DE CORAÇÃO

Nenhuma sociedade o comprazia como a dos simples e humildes. Vivia rodeado de gente do povo. Quando Presidente de província, findo o expediente oficial, saía a passear sozinho, modestamente trajado, como obscuro particular. Tinha o espírito fundamentalmente liberal e lhano, sem fingimentos e hipocrisia.

Um caso entre muitos: Adoeceu um contínuo de sua secretaria e requereu licença para tratar-se, governando ele o Pará. Foi visitar o enfermo, e o encontrando deveras prostrado, 'baldo de recursos, em miseravel casebre, disse-lhe que solicitasse adiantamento de ordenados. O homem assim fez, endereçando a petição ao Presidente que a deferiu, mandando de pronto entregar o dinheiro. Restabelecido, quis o contínuo saldar o débito de médico e botica. Estava tudo pago.

Indo ao Tesouro regularizar suas contas, recebeu integralmente todos os vencimentos atrasados. Nada constava naquela repartição quanto ao adiantamento. Só a custo veio a saber o pobre funcionário quem destarte o socorrera: — fôra o presidente.

Atos caritativos semelhantes a este abundam em sua existência. Exercia a caridade conforme o Evangelho, às ocultas, ignorando a mão esquerda o que praticava a direita.

Erigiu um monumento fúnebre a uma das vítimas do naufrágio na cachoeira do *Inferno*, pagando uma contribuição para que mantivesse em bom estado esse monumento. Auxiliou sempre com uma pensão a família do morto.

Votava à amizade verdadeiro culto, conservando afetuosas relações com todos os velhos companheiros de colégio e academia.

Almoçava e jantava patriarcalmente ao lado de seus numerosos empregados e servidores, em mesa sem toalha, onde se colocavam as próprias panelas fumegantes.

No seu testamento, deixou legados a esses servidores, declarando que os estimava como irmãos e recomendando aos herdeiros que os protegessem, bem como os respectivos filhos.

De ninguém falava mal. Sempre alegre e afável, julgava os mais com extrema benignidade. Protegia os parentes necessitados. Não se eximia a despesas e sacrifícios exigidos pelo seu partido. Apesar de convidado com empenho, não aderiu à República.

Em carta estampada nos jornais de S. Paulo, logo após o 15 de Novembro, carta que, segundo correu, quasi lhe ocasionou a deportação, significou que, ainda quanto seus sentimentos não permanecessem monarquistas, impedia-lhe qualquer aproximação do novo regime o fato de haver ocupado altos cargos de confiança no Império.

Preso, durante o estado de sítio proveniente da revolta naval, procedeu com a máxima galhardia e dignidade, apesar de mal convalescente de terrível enfermidade, na qual recaiu, em consequência da prisão.

Não incriminava, antes desculpava os seus tiranos.

Já próximo à agonia, foi inquerido por um dos assistentes se queria alguma coisa.

— Sim — respondeu — quisera ver aqui o menino.

Referia-se ao seu único filho, então em S. Paulo.

Perguntou-lhe ainda o assistente se consentia em que se chamasse um padre para o confessar e administrar-lhe os sacramentos da igreja.

— De bom grado, — retorquiu; — eu nunca fui materialista.

Mas quando o sacerdote chegou já havia expirado serenamente.

## XI

### NOTAS DIVERSAS E DADOS CRONOLÓGICOS

Correm sobre ele anedotas sem conta, oriundas do seu temperamento original e espírito não muito equilibrado, como, em geral, os fora do comum. Com o passar dos anos, tornar-se-á legendário na imaginação popular.

Enunciava na conversação vastos projetos de trabalhos a empreender.

Nascera em 1º de Novembro de 1837, na cidade de Diamantina, Minas Gerais. Era filho de negociante de brilhantes e proprietário de lavras Antonio Carlos de Magalhães, português, e de Dona Teresa de Magalhães, célebre por sua formosura, e filha do notável mineralogista José Vieira Couto.

Em 1847 entrou para o Seminário de Mariana com dois irmãos. Um deles foi o coronel Antonio Carlos de Magalhães, morto em combate no Paraguai, onde se tornou famoso pela sua religiosidade e frio denodo. Bacharelou-se perante a Faculdade de Direito de São Paulo em 1859; defendeu teses, doutorando-se nesse mesmo ano. Foi secretário do governo de Minas de 1860 a 1861, sendo presidente o conselheiro Vicente Pires da Motta; presidente de Goiaz, de 1863 a 1864; presidente do Pará de 1864 a 1866; de Mato Grosso de 1866 a 1868; de São Paulo, de Junho a Novembro de 1889. Ao proclamar-se a República, achava-se incluído numa lista tríplice de Senador por Mato Grosso.

Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da do Cruzeiro e da da Rosa, condecorado com as medalhas da campanha do Paraguai, e com a de ouro concedida às forças que libertaram Mato Grosso, pertencia às mais ilustres associações científicas e literárias.

Fisicamente, era de regular estatura, esbelto, barba em ponta, olhar franco e vivo, ampla fronte, ar decidido e marcial, irrequieto, voz plácida e de tons velados, extremamente simpático e insinuante.

Sucumbiu a um acesso pernicioso, no Hotel Vista Alegre, do Rio de Janeiro, a 14 de Setembro de 1898.

## XII

### O SELO SUPREMO

Nem faltou a esta bela, prestante, bem preenchida existência aquilo que confere genuína grandeza ao destino humano: — o sofrimento, a perseguição.

Em consequência de graves achaques e desgostos, Couto de Magalhães, como Augusto Comte e Nietzsche, sofreu eclipse das faculdades mentais.

Sucedeu-lhe tal desgraça duas vezes.

Da primeira foi julgado incurável, nomearam-lhe curador, meteram-no numa casa de doidos, onde muito padeceu.

Curou-se rapidamente de ambos os acessos mediante tratamento adequado na Europa.

A recordação desses infortúnios, o receio de que voltassem, a desconfiança de que alguém o supusesse não de todo são, o torturavam de contínuo.

Conforme já foi dito, prenderam-no em São Paulo por ocasião da revolta da Armada de 1893. Conduziram-no escoltado para o Rio de Janeiro, e, ali, sem interrogatório, sem sombra de processo, sem se dignarem de informar ao menos qual o crime que lhe imputavam, encarceraram-no longos dias num dos cubículos da Casa de Correção, destinado ao cumprimento da pena inflingida a assassinos e ladrões.

AFFONSO CELSO.

ASSEMBLÉIA GERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1937  
(SESSÃO 1.640)

PRESIDÊNCIA DO SR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

(1º *Vice-Presidente*)

Às 17 horas abriu-se a sessão de Assembléia Geral, com a presença dos seguintes sócios: Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Francisco José de Oliveira Vianna, Leopoldo Feijó Bittencourt, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Radler de Aquino, Herbert Canabarro Reichardt, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Raul Tavares, Alexandre Emilio Sommer, Alfredo do Nascimento Silva, Bernardino José de Sousa, José Mattoso Maia Forte, Thiers Fleming, Luiz Felipe Vieira Souto e Virgílio Corrêa Filho.

O SR. MANUEL CICERO (*Presidente*) declarou que a presente Assembléia Geral foi convocada, nos termos do art. 25 dos Estatutos, afim de eleger os cargos da Diretoria, não providos vitaliciamente, e as comissões permanentes, para o biênio de 1938-1939.

Não tendo havido número legal (vinte e um sócios) na primeira convocação, marcada para o dia 15 do corrente, foi feita a segunda convocação para o dia de hoje, na qual a Assembléia se poderá reunir com a presença mínima de doze sócios. Verificado o número legal, o Sr. Presidente mandou proceder às eleições, nomeando escrutinadores os Srs. Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bittencourt. Recolhidas as cédulas houve o seguinte resultado, segundo a ata imediatamente lavrada e assinada pelo Presidente da Assembléia Geral e pelos escrutinadores.

“*Ata da sessão de Assembléia Geral Ordinária (2ª convocação)* — Aos dezeseite dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, em segunda convocação, tendo sido

anunciada a Assembléia desde vinte e oito de Novembro, com a presença dos seguintes sócios: Manuel Cicero, Max Fleiuss, Oliveira Vianna, Feijó Bittencourt, Carlos Carneiro, Radler de Aquino, Herbert Canabarro Reichardt, Moreira Guimarães, Augusto Tavares de Lyra, Braz do Amaral, Camelo Lampreia, Raul Tavares, Alexandre Sommer, Alfredo Nascimento, Luiz Felipe Vieira Souto, Thiers Fleming, Bernardino de Sousa, José Mattoso Maia Forte, Virgílio Corrêa Filho, foi, pelo Sr. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 1º Vice-Presidente, aberta a sessão, para o fim de proceder-se à eleição para os cargos da Diretoria durante o ano de 1938-1939, nos termos dos arts. 25 e 26 dos Estatutos.

O SR. PRESIDENTE convidou para escrutinadores, respectivamente, os Drs. Leopoldo Feijó Bittencourt e Herbert Canabarro Reichardt. Procedendo-se em seguida à eleição, foram recolhidas dezoito cédulas, não tendo votado o sócio Virgílio Correia Filho, por ter chegado depois de realizada a votação.

Feita a contagem dos votos, houve o seguinte resultado: reeleitos:

1º Vice-Presidente, Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

2º Vice-Presidente, Dr. Augusto Tavares de Lyra.

3º Vice-Presidente, Dr. Rodrigo Octavio Langgaard de Menezes.

2º Secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho (eleito).

Tesoureiro, Capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino (reeleito).

Obtiveram também votos para 1º Vice-Presidente o general José Maria Moreira Guimarães, um voto; para 2º Vice-Presidente, Dr. Afranio de Mello Franco, um voto; para Tesoureiro, Almirante Raul Tavares, um voto.

Proclamados os eleitos, procedeu-se à eleição das Comissões Permanentes, com o seguinte resultado:



## HISTÓRIA

Max Fleiuss.  
Basilio de Magalhães.  
Alfredo Valladão.  
Helio Lobo.  
Souza Docca.

## FUNDOS E ORÇAMENTO

Rodrigo Octavio.  
Alfredo Lage.  
Oliveira Vianna.  
Wanderley Pinho.  
Mattoso Maia Forte.

## GEOGRAFIA

José Maria Moreira Guimarães.  
Carlos da Silveira Carneiro.  
Leão Teixeira Filho.  
Radler de Aquino.  
Alexandre Sommer.

## ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA

Roquette Pinto.  
Rodolpho Garcia.  
Afranio Peixoto.  
Virgilio Corrêa Filho.  
Barbosa Lima Sobrinho.

## BIBLIOGRAFIA

Alfredo do Nascimento.  
Jonathas Serrano.

Raul Tavares.  
Vilhena de Moraes.  
Feijó Bittencourt.

## ESTATUTOS

Pedro Calmon.  
H. Canabarro Reichardt.  
Liberato Bittencourt.  
Leão Teixeira Filho.  
Rodrigo Octavio Filho.

## ADMISSÃO DE SÓCIOS

Ramiz Galvão.  
Miguel de Carvalho.  
Epitacio Pessoa.  
Manuel Cicero.  
Augusto Tavares de Lyra.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata de eleição, que, ato contínuo, foi aprovada pela Assembléia Geral, e assinada pelo Presidente e pelos dois escrutinadores. — *Manuel Cicero*. — *Herbert Canabarro Reichard*. — *Leopoldo Feijó Bittencourt*.

Concluindo o processo eleitoral, o Sr. Fleiuss (*1º Secretário perpétuo*) leu a seguinte proposta de congratulações:

“A Constituição Brasileira, de 10 de Novembro desse ano, em seus arts. 2º e 184, §§ 1º e 2º, torna obrigatório o uso da Bandeira, do Hino, do Escudo e das Armas nacionais, não havendo outras bandeiras, hinos, escudos e armas e extingue as questões de limites entre os Estados:

Considerando a grave importância destas medidas para a unidade nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem a honra e o prazer de apresentar ao preclaro Chefe da Nação, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, sinceras congratulações.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1937. — *Thiers Fleming.*  
— *Conde de Affonso Celso.* — *Max Fleiuss.*”

A proposta foi unanimemente aprovada.

Em seguida, o mesmo Sr. Secretário Perpétuo leu as seguintes propostas:

“Propomos para sócio honorário do Instituto o Sr. Rodolpho Rivarola, nascido em Rosário da Santa Fé, República Argentina, a 18 de Dezembro de 1857, doutor em leis pela Universidade de Buenos Aires, juiz da Côrte de Corrientes, membro do Conselho Superior de Educação, professor do Colégio Nacional de La Plata e Buenos Aires, professor de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, professor de Direito Penal da Universidade de la Plata, doutor *honoris causa* da Universidade do Rio de Janeiro, autor de numerosos e aplaudidos trabalhos, entre estes a *Filosofia Política e Histórica*, fundador e diretor da *Revista da Universidade de Buenos Aires* e da *Revista Argentina de Ciências Jurídicas*.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1937. — *Conde de Affonso Celso.* — *Manuel Cicero.* — *Max Fleiuss.* — *Radler de Aquino.* — *Feijó Bittencourt.* — *Thiers Fleming.* — *Oliveira Vianna.* — *H. Canabarro Reichardt.* — *Virgílio Corrêa Filho.* — *Alfredo Ferreira Lage.* — *Braz do Amaral.* — *Leão Teixeira Filho.* — *A. Tavares de Lyra.* — *Rodrigo Octavio.* — *Moreira Guimarães.*”

“Propomos para sócio honorário o Sr. Dr. Elmano Cardim, diretor do *Jornal do Comércio*, escritor de competência provada, membro da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, acham-

do-se perfeitamente nas condições estabelecidas pelo art. 7º dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1937. — *Conde de Affonso Celso*. — *Max Fleiuss*. — *Feijó Bittencourt*. — *A. Tavares de Lyra*. — *Oliveira Vianna*. — *Leão Teixeira Filho*. — *Ramiz Galvão*. — *Manuel Cicero*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Radler de Aquino*. — *Raul Tavares*. — *Thiers Fleming*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *H. Canabarro Reichardt*. — *Braz do Amaral*. — *Rodrigo Octavio*. — *Moreira Guimarães*. — *Camelo Lampreia*. — *J. Mattoso Maia Forte*.”

As propostas foram presentes à Comissão de Sócios.

O relator, Sr. Max Fleiuss, pediu urgência e sendo esta concedida, emitiu parecer oral, favoravel a ambas, parecer esse em seguida aprovado unanimemente pela Assembléia.

Em vista de semelhante resultado, o Sr. Presidente proclamou sócios honorários no Instituto Histórico e Geografico Brasileiro os Srs. Rodolpho Rivarola e Elmano Cardim.

*Virgilio Corrêa Filho,*

2º Secretário



---

## CORRIGENDA

O estudo sobre o Visconde de Serro Alegre, publicado no volume anterior (171) desta Revista, é da autoria do abalisado historiador patricio Professor Walter Spalding, secretário do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, membro da Academia de Letras Rio Grandense e diretor do Arquivo Municipal de Porto Alegre.

Por um lamentavel descuido de composição, sua assinatura naquele trabalho aparece em tipo miudo no pé da última página, passando quasi desapercibida.

---





# INDICE



---

## INDICE DO VOLUME 172

(1937)

O FOLCLORE NO BRASIL, com uma coletânea de 81 contos populares, organizada pelo Dr. João da Silva Campos. Págs. 4 a 397.

Corrigenda.

### ATAS DAS SESSÕES EM 1937

#### *Sessão especial em 19 de Fevereiro:*

Palavras do sr. Manoel Cicero sobre o 25º aniversário da presidência do Conde de Affonso Celso.

Discurso do sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

Discurso do Conde de Affonso Celso.

#### *Anexo à ata da sessão:*

Lançamento em 17 de Fevereiro da primeira pedra do monumento a FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN.

Alocução do Conde de Affonso Celso. Págs. 401 a 420.

#### *Primeira sessão ordinária em 20 de Abril:*

Aprovação das contas.

Proposta do Desembargador José de Mesquita para sócio correspondente e dos srs. Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo An-

tonio Feijó Bittencourt para sócios efetivos.

Pareceres.

Palavras do sr. Manoel Cicero.

Conferência do sr. Basilio de Magalhães sobre o DIA PANAMERICANO.

Págs. 420 a 441.

*Sessão extraordinária em 30 de Abril:*

Centenário do nascimento do Barão Homem de Mello.

Palavras do sr. Manoel Cicero.

Discurso do sr. Alfredo Nascimento Silva. Págs. 442 a 454.

*Sessão extraordinária em 10 de Maio:*

Centenário do nascimento do Barão de Teffé.

Palavras do sr. Manoel Cicero.

Discurso do sr. Carlos da Silveira Carneiro.

Palavras do sr. Mendes Corrêa. Págs. 454 a 489.

*Segunda sessão ordinária em 12 de Maio:*

Aprovação das propostas anteriormente citadas.

Palavras do sr. Manoel Cicero sobre o centenário da morte de Evaristo Ferreira da Veiga.

Discurso do sr. Barbosa Lima Sobrinho. Págs. 489 a 513.

*Terceira sessão ordinária em 21 de Junho:*

Comunicação da morte dos srs. Paulo Setubal, Victor Maurtua e Laudelino Freire.

Conferência do sr. Feijó Bittencourt sobre Aureliano Coutinho. Págs. 513 a 515.

*Quarta sessão ordinária em 26 de Julho:*

Palavras do sr. Tavares de Lyra, propondo um voto de louvor aos srs. Max Fleiuss e Pedro Calmon, pelo modo porque represen-

taram o Brasil no 2º Congresso Internacional de História da América.

Conferência do sr. Canabarro Reichardt sobre a fundação de Porto Alegre. Págs. 515 a 538.

*Sessão especial em homenagem à missão Cultural Uruguia, em 13 de Agosto:*

Palavras do sr. Tavares de Lyra.

Alocução do sr. Max Fleiuss.

Alocução do sr. Basilio de Magalhães.

Conferência do sr. Raul Montero Bustamante.

*Anexo à sessão:*

Comissão do sr. Secretário Perpétuo, Dr. Max Fleiuss a Buenos Aires, como representante oficial do Brasil e do Instituto Histórico, no segundo Congresso Internacional de História da América. Págs. 539 a 574.

*Quinta sessão ordinária em 27 de Agosto:*

Propostas para sócios honorários dos srs. Julio Argentino Roca e Luiz Pasteur Vallery-Radot e para sócios correspondentes srs. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima e Buenaventura Caviglia (hijo).

Palavras do sr. Alfredo Valladão sobre o bicentenário da cidade de Campanha. Págs. 574 a 580.

*Sessão especial em 1º de Setembro:*

Palavras do sr. Max Fleiuss sobre o sr. Luiz Pasteur Vallery-Radot.

Palavras do sr. Luiz Pasteur Vallery-Radot. Págs. 581 a 582.

*Sessão especial em 14 de Setembro:*

Recepção do sr. Julio A. Roca.



Alocução do Conde de Afonso Celso.

Discurso do sr. Rodrigo Octavio.

Discurso do sr. Julio A. Roca. Págs. 582 a 596.

*Sessão magna comemorativa do nonagésimo aniversário, em 21 de Outubro:*

Discurso do sr. Manoel Cicero.

Relatório do sr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo.

Discurso do sr. Ramiz Galvão, fazendo o necrologio dos sócios Victór Maurtua, Nicoláu José Debané, Antonio de Barros Rammalho Ortigão, Paulo Setubal, Laudelino Freire, Don Francisco do Rego Maia e Theodoro Sampaio.

*Sessão especial em homenagem do centenário do nascimento do general Couto de Magalhães:*

Palavras do sr. Manoel Cicero.

Discurso do sr. Feijó Bittencourt.

Transcrição do trabalho do Conde de Affonso Celso sobre o general  
COUTO DE MAGALHÃES.

*Assembléia Geral em 17 de Dezembro, para a eleição dos cargos da Diretoria, não ocupados vitaliciamente e das comissões permanentes. Pág. 668.*



